

José Carlos Lopes

Este exemplar corresponde à versão final da Tese de Doutorado, apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, para obtenção do Título de Doutor em Saúde Coletiva.

Campinas, 23 de Abril de 1999.


Prof. Dr. Everardo Duarte Nunes
Orientador

A VOZ DO DONO E O DONO DA VOZ
- Trabalho, Saúde e Cidadania no Cotidiano Fabril -

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção de **Título de Doutor em Saúde Coletiva.**

ORIENTADOR: *Everardo Duarte Nunes - UNICAMP*
1.999

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
CÉSAR LATTES
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO

Banca Examinadora de Tese de Doutorado

Orientador: Everardo Duarte Nunes

1. Mário Antônio de Souza Miranda
2. R. L. S. P.
3. Antônio
4. Victor Hugo
5. Severino

Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

Faculdade de Ciências Médicas



Data: __/__/__

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
CÉSAR LATTES
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO

AGRADECIMENTOS:

Everardo Duarte Nunes pela confiança ao abraçar um projeto mal rascunhado.

Angela Maria Tude de Souza pela abertura de caminhos, demarcações e "acertos de rumo".

Gastão W. de Souza Campos e Emerson Merhy pelo olhar crítico e generoso.

Romildo Sant' Anna pelos retoques, revisões e sutilezas incluídas no texto.

Junior pelas dicas de computação e programação dos dados.

Maira pela ajuda nas traduções.

Irene e Jorge pelo aconchego da casa.

Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira e Sindicato dos Petroleiros de Campinas pelo apoio.

Aos colegas do Depto de Medicina Preventiva e Social da UNICAMP pelo acolhimento.

*Para
Seu Almeida e Dona Eine:
memórias vivas da
minha condição operária...
Minhas meninas:
Gabriela, Laura,
Júlia e Joana (que acabou de chegar).
Fabiola: o trabalho da paixão.
Meus amigos de profissão:
Adilson, Norton, Ligia, Claudinha, Rita, Carrara, Darcy Pinheiro, Valdemar,
Sevá, Simões, Telma e Donizete Marcolino.
Meu mestre-de-ofício: Nelson Rodrigues dos Santos.*

Em países da periferia como o Brasil, a incorporação às ditas economias globais, à dita globalização, suscita problemas de gravidade extrema, que ameaçam os trabalhadores, os sindicatos, as classes médias em desnivelamento e os ideais de desbarbarização do mundo. Os efeitos negativos previsíveis desse processo em marcha é a herança bárbara que se choca com as aspirações de igualdade, liberdade, democracia, cidadania, universalização da educação de qualidade e tudo o mais.

Os socialistas não são como muitos insistem equivalentes aos dinossauros em busca de nova glaciação. Ao contrário, detêm os meios de análise dos processos que estão em efervescência e, ao mesmo tempo, lutam pelas alternativas que restam à humanidade em virtude da incapacidade do capitalismo de responder positivamente às exigências mínimas do viver coletivo com dignidade.

Florestan Fernandes

(entrevista publicada na Folha de S. Paulo dia 20 de agosto de 1995)

SUMÁRIO

Resumo

Estação Primeira

O Itinerário:
do objeto ao método - 10

Capítulo I

História e Narradores - 35

- 1- História de Vida: a veracidade das fontes orais - 40
- 2- A Representação da História: casos e *causos* - 44
- 3- O Trabalho da Memória: *recordar é viver...* - 52
- 4- A Outra Versão da História: a fala dos excluídos - 56

Capítulo II

A Subjetividade Operária Frente às Condições
Objetivas do Processo de Trabalho: lições do Capítulo VI
Inédito de O Capital - 71

- 5- Os Espaços da Subjetividade em Marx: a irredutibilidade do
sujeito-trabalhador à categoria força de trabalho - 73
- 6- O Segundo Espaço: o controle do processo de trabalho e a reificação
das relações de poder - 78
- 7- O Terceiro Espaço: a reprodução da força de trabalho e o fetichismo da mercadoria - 82
- 8- O Quarto Espaço: da objetividade estranhada à subjetividade alienada - 92

Capítulo III

Trajetórias e Travessias - 97

- 9- Seu Mariano - 100
- 10- Cirilo - 113
- 11- Maria Aparecida - 114
- 12- João Batista - 143
- 13- O Quinto Espaço: algumas mediações para se transitar do
sujeito-individual à subjetividade das classes trabalhadoras - 160

Capítulo IV

As Metamorfoses do Trabalho: crítica ao determinismo tecnológico - 175

- 14- Produtivismo e a Ideologia do Progresso Técnico: forças produtivas versus relações de produção? - 181
- 15- Mudanças Tecnológicas: produção e agenciamento da subjetividade operária - 191
- 16- Taylorismo: expropriação e confisco da subjetividade operária - 197
- 17- Fordismo: a conformação da subjetividade operária à nova lógica de acumulação - 204
- 18- Automação Flexível: a imposição de uma subjetividade interativa no chão-de-fábrica - 212
- 19- A Via Nacional de Reconversão Produtiva: "os nossos japoneses são mais criativos" - 225

Capítulo V

O Chão-de-Fábrica - 246

- 20- A Indústria de Autopeças: do FNM ao carro mundial - 248
- 21- A Firma: tradição família e prosperidade - 251
- 22- Barrados na Porta-de-Fábrica: outros protagonistas da história - 267
- 23- Demissão, Rotatividade e Baixos Salários: padrões de gestão e usura da força de trabalho - 282
- 24- Restruturação Industrial: os impactos das novas tecnologias na visão dos trabalhadores - 289
- 25- Acidentes de Trabalho: as cores da violência - 316
- 26- Viver é Muito Perigoso: a construção social do risco - 327

ÚLTIMO CAPÍTULO

Trabalho, Saúde e Cidadania:

- territórios éticos, culturais e políticos - 342
- 27- Saúde do Trabalhador: a emergência de outros sujeitos - 346
- 28- Saúde do Trabalhador: desacorrentando "Prometeu" - 350
- 29- Saúde do Trabalhador: rompendo com as formas de "sitiamento do trabalho" - 366

- ESTAÇÃO DERRADEIRA
- O Trabalho em Trânsito:
- abolição ou (re) singularização das classes trabalhadoras - 369

Bibliografia - 377

A Voz do Dono e o Dono da Voz - trabalho, saúde e cidadania no cotidiano fabril.
Tese de Doutorado apresentada por José Carlos Lopes à Faculdade de Ciências Médicas - UNICAMP - Depto de Medicina Preventiva e Social, 1999.

RESUMO - Este estudo, que busca apreender a saúde na sua dimensão individual e coletiva, abrange aspectos da experiência vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras no cotidiano de trabalho. Sua premissa inicial é a de que a Saúde Coletiva, enquanto um conjunto de práticas que envolve diversos sujeitos sociais, constitui uma corrente de pensamento construída a partir de várias contribuições teóricas. Dentro dessa perspectiva, o enfoque da Saúde do Trabalhador, entendido como um modo específico de se abordar as relações entre processo de produção e a reprodução da vida operária, permite poder construir um campo alternativo conceitual e prático capaz de oferecer aos trabalhadores uma nova leitura dos riscos, dos acidentes, das doenças e do próprio processo de trabalho. Saúde, trabalho e cidadania — dentro do enfoque priorizado por este estudo — constituem territórios éticos, culturais e políticos que podem abrir para as classes trabalhadoras mais do que uma possibilidade para se romper com sua posição de sitiamento. Por fim, são analisados aspectos da reestruturação produtiva de uma empresa de autopeças, priorizando as impressões dos trabalhadores sobre os impactos das mudanças tecnológicas em curso nas suas condições de saúde e de trabalho.

UNITERMOS: Saúde Coletiva; Saúde do Trabalhador; Reestruturação Industrial; História Oral; Sociologia do Trabalho.

The Owner's Voice and the Owner of the Voice - The work, health and citizenship in the daily of manufacturing industry.

Thesis of Doctorate presented by José Carlos Lopes to Medicina UNICAMP'S College
- Department of Preventive and Social Medicine, 1999.

ABSTRACT: This study search to apprehend the health in its individual and collective dimension, it embraces aspects of the experience lived by the workers in the daily of work. Its initial premise is the that the Collective Health, while a group of practices that involves several social subjects, constitutes a thought current built starting, from several theoretical contribution. Inside of that perspective, the focus of the Worker's Health, expert as a specific way of approaching the relationships between production process and the reproduction of the labor life, allows to build a conceptual and practical altenative field capable to offer to the workers a new reading of the risks, of the accidents, of the diseases and of the own work process. Health, work and citizenship - inside of the focus prioritized by this study - they constitute ethical, cultural and political territories that can open for them more working classes tham possibility to break up with its siege position. Finally, aspects of the productive restructuring are analyzed in course in an car component company, prioritizing the workers' impressions on the impacts of the technological changes in course in its conditions of health an of work.

KEYWORDS: Collective Health, Health of the Worker, Industrial Restructuring, Oral History, Sociology of the Work.

ESTAÇÃO PRIMEIRA

Eu sou é eu mesmo. Diverjo de todo mundo... Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa. O senhor concedendo, eu digo: para pensar longe, sou cão mestre — o senhor solte em minha frente uma idéia ligeira, e eu rastreio essa por fundo de todos os matos, amém!

(Guimarães Rosa: *Grande Sertão Veredas*)

Quando me pus na empreitada de escrever este trabalho, já havia perambulado por várias experiências na lida com a saúde coletiva. A inconstância, indisciplina e o *comichão nos pés* me fizeram ausente, na maioria das oportunidades, das épocas boas de se apanhar os frutos. Talvez, essa “vocação” para somente abrir picadas, fuçar começos, deva-se um pouco à minha origem interiorana. Demorei um bocado de tempo para me adaptar ao “mundo universitário” com suas lógicas, métodos e sistematizações. Incontáveis foram as vezes que me perdi entre tantas novidades...

Minha geração, vinda lá dos *cafundós do judas*, descobriu tarde as delícias e os perigos da vida. Quando o *rock in roll* revirou a cabeça da juventude nos anos 60, a turma da vila (incluindo minha pessoa) só queria correr atrás de bola. No tempo em que a bossa-nova, a jovem-guarda e a tropicália balançou a “geleia geral brasileira”, nas ruas do bairro a “banda” ainda não havia passado, nem sequer tínhamos notícias dela. Nas faculdades próximas à “barranca do rio” — que brotavam feito capim para saciar o desejo de toda família ver formado um filho *dotor* — o movimento estudantil tinha se esvanecido mesmo antes de ter acontecido. Estou revivendo meu passado agora, aprendendo a escutar Led Zeppelin, Pink Floyd, Jimi Hendrix, Janis Joplin, The Doors, Bob Marley, Elis Regina, Miles Davis, John Coltrane, Mutantes, Chuck Berry, o primeiro disco dos Doces Bárbaros... Tento me juntar ao caldo de cultura das gerações que me antecederam e testemunharam de perto, ao vivo, “os dias quentes que abalaram o mundo”. Este trabalho tem a ver um pouco com tudo isso.

Significa, também, um reencontro com a condição operária de meu pai (trabalhador metalúrgico, acidentado do trabalho e eletricitário aposentado) e de minha mãe (caprichosa no ofício de costurar chitões e tafetás, tecer filhos, alinhar netas e netos, cultivando na coluna “bicos de papagaio”). Com muito esforço, conseguiram diplomar seus filhos em medicina e engenharia. Até hoje eles não entendem muito bem em que “raios de especialidade” (somos portugueses por

parte de pai) me formei. A ausência do branco, do consultório, do atendimento hospitalar, embaralham suas referências de “médico bem sucedido”. Por mais que tente explicar a dor e as delícias (atualmente, confesso que são bem poucas) de ser um profissional da área de “medicina preventiva e social”, sinto que permanece uma interrogação. Acabam fazendo de conta que compreenderam meus motivos, deixando-se vencer pela resignação generosa com a qual se dedicaram a criar os filhos.

Durante as horas em que me debrucei a escrever estas 300 e tantas páginas, aproveitava as pausas, os embaralhamentos das idéias, para folhear Sebastião Salgado. Suas fotos retratando a arqueologia do trabalho foram belas fontes de inspiração. As ilustrações, os inúmeros parágrafos vagando em círculos, enfim, tudo o que você vai ler pela frente, sem por nem tirar, tem a cara do autor. Em que pese os plágios, as colagens mal feitas e apropriações indevidas de várias obras e autores, mesmo assim, continua se parecendo comigo. O texto arrastado em capítulos longos e preguiçosos, deve-se ao gosto que tenho em alongar conversas. Todo tocador de viola possui a mania de encompridar assunto enquanto coça o dedão do pé. Mas tudo isso não é sem lógica, tem motivos.

Dividi o texto em seis capítulos para poder intercalar as partes mais teóricas com os temas mais afeitos ao trabalho cotidiano. Procurei, deste jeito, tentar não me perder em meio à riqueza dos relatos trazidos pelas operárias e operários (meus principais guias desta jornada). Na introdução, busco demarcar o campo teórico no qual pretendo inserir minha produção. Muito rapidamente, apresento algumas correntes, modos de se pensar as relações entre saúde e processo de trabalho, demarcando minhas concordâncias e diferenças. O capítulo I trata da narrativa e dos contadores, dos aspectos ligados à história de vida: *prática de antiga procedência*. No seu interior podem ser encontrados alguns trechos das falas dos trabalhadores. Foram colocados, aí, para que o tema das representações, discutido de passagem neste capítulo, pudesse adquirir uma certa consistência metodológica. A “centralidade dos sujeitos e da subjetividade operária” — preocupação básica do meu trabalho — acha-se colocada no capítulo II. Logo adiante (capítulo III) exponho as trajetórias e as travessias das pessoas entrevistadas. Tentei construir algumas pinguelas que me permitissem transitar do trabalhador individual à subjetividade das classes operárias. O quarto capítulo funciona como uma porta de entrada para o que vem depois. Ao datar as diferentes formas históricas assumidas pela organização do trabalho nas sociedades capitalistas, busquei fugir do determinismo tecnológico — tão em moda nos dias de hoje —, para encontrar outros significados menos imediatos das constantes alterações imprimidas pelo capital nas formas técnicas e organizacionais do processo produtivo. No capítulo V, tendo como guias as narrativas dos trabalhadores, busco apanhar os vários significados dos impactos da reestruturação industrial,

em curso na Empresa pesquisada, sobre as condições de vida dos operários e das operárias ouvidas por mim. Finalmente, no capítulo derradeiro, tento retomar alguns elementos teóricos e práticos manejados durante a pesquisa, visando, com isso, posicionar a Saúde do Trabalhador no cerne do debate contemporâneo que afeiçoa o campo da Saúde Coletiva.

Esta empreita exigiu muito mais do que boa vontade e cumplicidade intelectual com os trabalhadores que me ajudaram no seu cumprimento. A obra foi uma campanha dura, de superação dos limites impostos pela minha formação médica não iniciada em outros referenciais teóricos. Aqui estão as contribuições de cada companheiro encontrado pelo caminho, nesses 15 anos vividos na ocupação de médico sanitaria e do trabalho. Gente de muitos ofícios e várias *ciências*: engenheiros, metalúrgicos, médicos, sapateiras, sociólogas, petroleiros, assistentes sociais, ceramistas, pedreiros e serventes, motoristas e cobradores de ônibus, psicólogas, professores, enfermeiras, historiadores da arte e da literatura... Gente que sente na pele e vive bem perto dos riscos, do medo, dos acidentes, poeiras, barulho, radiações, derramamentos de óleo, doenças, mortes, intoxicações, das névoas e das poluições. Pessoas que andam pelas fundições, usinagens, galvanoplastias, minas de carvão, oficinas, sítios e fábricas procurando conhecer e transformar o trabalho por dentro. De todos tenho saudades. Tô doido de vontade de reunir a turma, tocar viola, jogar conversa fora, bater um truco e tomar um mé. É para esses companheiros e companheiras que dedico meu empenho.

*“A obra em si mesma é tudo:
se te agradar, fino leitor, pago-me da tarefa”.*
(Machado de Assis - *Mémórias Póstumas de Brás Cubas*)

São José do Rio Preto, 30 de dezembro de 1997.

O ITINERÁRIO: Do Objeto ao Método

Viram? Nenhuma juntura aparente, nada que divirta a atenção pausada do leitor: nada. De modo que o livro fica assim com todas as vantagens do método, sem a rigidez do método. Na verdade, era tempo. Que isto de método, sendo como é, uma coisa indispensável, todavia é melhor tê-lo sem gravata e suspensório, mas um pouco à fresca e à solta...

(Machado de Assis - *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, 1881)

Este estudo se inscreve e se localiza no conjunto da produção teórica em Saúde Coletiva. Busca posicionar o campo da Saúde do Trabalhador na condição de uma “racionalidade distinta” frente aos enfoques¹ utilizados para se intervir sobre as condições de trabalho e saúde das classes trabalhadoras. Essa perspectiva teórica e prática nasceu no interior de vários movimentos sociais que emergiram no Brasil na transição dos anos 70-80, e que visavam, dentre outras coisas, a construir uma nova institucionalidade no país.

O ponto de partida é o posicionamento do trabalho enquanto “categoria central” para se apreender os processos saúde/doença na sua dimensão social. Subentende-se que essa premissa não é um mero procedimento acadêmico, mas envolve um conjunto de práticas que efetiva as ações de uma pluralidade de sujeitos individuais e coletivos comprometida com a defesa da vida.² Ao centralizar a Saúde do Trabalhador como tema, parto do princípio que este enfoque passou a adquirir visibilidade somente quando as classes trabalhadoras ressurgiram com força política no cenário brasileiro. A entrada em cena desses “novos personagens”³ inscreveu a luta pela saúde na agenda de uma parcela importante do movimento sindical ao final dos anos 70. A defesa da saúde do trabalhador, como perspectiva teórica estratégica para se desenhar modelos de intervenção a partir do chão-de-fábrica, passará a se contrapor aos princípios tradicionais da Medicina Ocupacional que, como assinala GARCÍA (1989c: 100), “só considera a categoria trabalho na sua superfície, enquanto economia de edifícios, aeração, luz, etc., e a concentração de máquinas

¹ - Medicina Ocupacional, Higiene Industrial, entre outras.

² - Sobre o campo da Saúde Coletiva, Medicina Social, Saúde Pública consultar: Franco (1990), Nunes (1989), Nunes (1983), Campos (1991), entre outros.

³ - A expressão é de Eder Sader (1988).

perigosas". Segundo esse autor, a medicina contemporânea interpreta os efeitos do trabalho sobre a saúde apenas como um fenômeno biológico individual que se realiza na esfera do consumo, deixando de levar em conta sua determinação própria. Ou seja, acaba por ocultar as consequências específicas do modo de produção capitalista sobre o perfil de morbi-mortalidade da população trabalhadora. Asa Cristina LAURELL & NORIEGA (1989: 22) também criticam esse enfoque parcial da Medicina Ocupacional. Localizam sua base científica no chamado "Modelo Médico" que, ao colocar a doença "*como o resultado da ação de agentes específicos*", restringe sua intervenção às práticas individuais e às medidas de "higiene industrial". Tal procedimento, que limita a relação saúde/trabalho aos riscos presentes no espaço produtivo, tem como resultado obscurecer seu complexo entendimento e o modo como esta relação é determinada em cada formação histórica.

Estes pontos iniciais indicam a necessidade de se abordar a questão do trabalho dentro de referenciais teóricos e metodológicos que tenham como ponto central o próprio trabalhador. Assim, nesta pesquisa, a montagem das matrizes interpretativas visa a conhecer não apenas uma determinada realidade, a partir de certos pressupostos, mas, também, tenta revelar a possibilidade de uma nova prática social por parte do operariado. Isso pressupõe, desde o início, a incorporação dos próprios produtores diretos como sujeitos participantes em todo o percurso do trabalho. A operação dessa usinagem encontra-se contingenciada, hoje em dia, pela própria reestruturação industrial em curso que, como se observa, abala a composição técnica e demográfica da classe trabalhadora, transforma sua subjetividade, esgarça sua identidade, enquanto repõe as bases do domínio patronal sobre o processo produtivo. Este fato, por si só, impõe uma série de dificuldades para os estudos que, como este, buscam apreender o trabalho a partir da presentificação da memória operária. Sem pretender analisar exaustivamente os múltiplos efeitos e significados das transformações no mundo do trabalho sobre os trabalhadores, quero apenas marcar, por enquanto, alguns dos seus atributos.

A propriedade dos meios de produção e as formas de controle do processo produtivo configuram a dupla dominação que o capital procura manter sobre o trabalho. Essa dominação, para ser eficaz e efetiva, tem que ser constantemente atualizada e repostada sob novas condições. Isto pode ser observado nas constantes transformações que ocorrem nos mercados de trabalho, na base técnica dos processos produtivos, na composição do trabalhador coletivo, na distribuição territorial das plantas industriais e nas formas novas que assumem os conflitos político-ideológicos, presentes tanto no espaço restrito da produção quanto em nível global da sociedade.⁴ Dito de outro modo,

⁴ - Estas considerações estão baseadas no enfoque de Pereira (1979). Esta autora assinala ainda, "*que a contradição fundamental entre capital e trabalho que permeia as relações sociais numa sociedade capitalista expressam-se em vários planos dessa estrutura: na estrutura econômica, na estrutura política e no nível das ideologias*". A base material dessa dominação, é o controle pelo capital do próprio processo de trabalho.

pode-se afirmar que a “eficiência capitalista” se realiza através da direção, sempre atualizada, do processo técnico de produção e da organização social do trabalho. Essa eficiência, materializada nos ganhos de produtividade, competitividade e lucro, funda-se na capacidade de a empresa agenciar e mobilizar a subjetividade operária, antecipando-se às tentativas de resistência frente aos seus objetivos.

Identificar as contradições geradas pela organização produtiva e, as interdições impostas pelo coletivo operário às novas práticas de usura e de controle da sua força de trabalho, possibilita poder demonstrar que, apesar da “razão técnica” acreditar que sabe dispor do melhor jeito possível as pessoas e as coisas, prescrevendo a cada um seu papel e seu lugar, sempre há a possibilidade para se escapar arditamente dessa conformação. A observação junto ao cotidiano fabril, permite identificar como os trabalhadores reinventam seu dia-a-dia de trabalho, elaboram táticas de resistência, alteram os códigos e os “jeitos de fazer”, reapropriando-se, assim, do espaço e do uso dos objetos às suas maneiras.

* * *

As configurações do processo de trabalho são tecidas em meio às lutas travadas pelos grupos e classes sociais em presença e em conflito no cotidiano fabril. Esses conflitos, colocam o chão-de-fábrica como lugar crucial da experiência operária. Território que inaugura um tempo coletivo onde os trabalhadores, ao se verem submetidos à uma dominação específica, podem elaborar uma identidade de classe. As extensas jornadas, as reduções salariais, a expropriação do saber-fazer, o despotismo das chefias, a intensificação dos ritmos, a insalubridade, a periculosidade e a penosidade do trabalho, a sujeira, os riscos, a violência dos acidentes, a manipulação do medo, estigmas de sexo, cor, etnia e idade, os tempos impostos e vigiados vão aparecer como substrato para o reconhecimento comum da maioria das pessoas que se proletarizam na sociedade brasileira.⁵

Ao pautar a saúde dos trabalhadores como tema desta pesquisa, pretendo inseri-la no interior dos embates travados entre os produtores diretos e os donos do capital pela posse e o domínio do processo produtivo. Seguindo esse caminho, tento preencher uma lacuna no campo das pesquisas que buscam estabelecer uma aproximação entre condições de saúde e trabalho. Pretendo, também, apanhar as formas de resistências ensaiadas pelos operários a partir do chão-de-fábrica, assim como, as maneiras com as quais o coletivo fabril enfrenta os riscos, as doenças e os acidentes.

⁵ - Sobre este debate ver Lopes (1987: 12).

Um primeiro problema a ser enfrentado, reside na própria centralidade do trabalho enquanto categoria analítica capaz de dar consistência interpretativa aos problemas colocados pelo momento atual de rápidas transformações nas formas de se organizar a produção.⁶ Lembre-se que a tentativa de implodir a “categoria trabalho” se inscreve no interior de um movimento teórico de diversos matizes, no qual o ponto em comum entre essas várias correntes é “o desvio de olhar frente ao marxismo clássico”. É a “crise da crise” — para usar uma expressão de ANDERSON (1987).⁷ Sustentando que ocorre atualmente uma “crise dos paradigmas”,⁸ vários autores têm questionado o trabalho, a esfera da produção como categoria explicativa da determinação da consciência e da ação social. Diferentemente das tradições sociológicas⁹ nas quais a racionalidade da produção ocupava um lugar central nas análises da sociedade burguesa, essas correntes diagnosticam um declínio dos modelos de pesquisas sociais centrados na categoria trabalho.

Claus OFFE (1989) é um dos autores que levanta a possibilidade de o trabalho, em certo sentido, ter-se tornado “*abstrato*” de tal forma, que pode ser considerado apenas uma categoria estatística descritiva, e não uma categoria analítica, para explicar as estruturas sociais, os conflitos e a ação. Ao constatar a existência de interesses heterogêneos na sociedade contemporânea, argumenta que os problemas estruturais do Estado capitalista não podem ser explicados exclusivamente a partir de uma situação bipolar dos conflitos de classe fincados no interior da produção material. Segundo esse autor, o crescimento do setor terciário (prestação de serviços) e a expansão do setor informal da economia, aprofundam as diferenciações do mercado de trabalho, criam uma nova divisão social que encobre as referências tradicionais e dilui as identidades das classes sociais. Defende ainda, o fim da “*ética do trabalho*” e a sua descentralização em relação às outras atividades da vida cotidiana. A “*descontinuidade na biografia ocupacional*” e o declínio da parte do tempo dedicado à produção, reforçariam a concepção de que o trabalho conforma apenas mais um interesse entre outros. A partir dessas premissas, a esfera da produção é relativizada como pedra-de-toque da identidade do indivíduo no meio social. Para OFFE, a atividade produtiva vem perdendo progressivamente sua capacidade de determinar a estrutura e o desenvolvimento da sociedade. Ou ainda, o mundo moderno está objetivamente menos configurado pelo mundo do trabalho.¹⁰

⁶ - Este questionamento é colocado de uma forma mais contundente por Claus Offe (1989).

⁷ - O ponto central dessa crise, segundo o autor, é que o marxismo se distanciou das práticas da classe trabalhadora.

⁸ - Crise das categorias de análise de uma certa tradição marxista, onde o econômico, o modo de produção, a infra-estrutura, o desenvolvimento das forças produtivas aparecem como determinantes únicos das conjunturas e das ações. Os sujeitos sempre aparecem contingenciados, ideologizados e as relações entre eles reificadas. No extremo, elas decretam “a morte do sujeito” pelas estruturas. Crise das macro-teorias, que buscam construir totalidades diante de uma realidade fragmentada, multifacetada e fugaz. Enfim, apontam para a crise do marxismo, crise do socialismo e a crise do mundo do trabalho.

⁹ - Entre estas, se encontram as tradições herdeiras dos trabalhos de Durkheim e Marx.

¹⁰ - Para este debate é importante consultar Guimarães (1994).

HABERMAS, concordando com essas teses, desloca o ato da constituição singular do gênero humano para fora da ação instrumental (econômica).¹¹ Sua obra enfatiza a importância de se liberar a linguagem dos sujeitos, de se estimular o desenvolvimento das relações inter-subjetivas, a fim de se buscar uma situação de *"fala ideal"* (horizontalização dos discursos). A utopia habermasiana da emancipação do homem enquanto *"ser genérico"* não está apenas fundada no espaço da produção material mas, também, e, principalmente, na capacidade de se estabelecer uma *"competência comunicativa"*.¹² Na perspectiva do pensador alemão, as crises do capitalismo avançado explicam-se pelo fato de que a sua contradição fundamental permanece sendo a apropriação privada da riqueza produzida socialmente. Essa contradição, quando submetida à racionalidade da análise discursiva, revela a própria fragilidade de legitimação da sociedade capitalista. HABERMAS, ao explicar dessa forma as crises do capitalismo, livra-se dos problemas existentes no campo da produção para posicionar o *"paradigma da comunicação"* na condição de categoria central.¹³

A crise dos países capitalistas centrais, onde o mundo do trabalho vem sofrendo profundas transformações, cuja principal consequência é o desemprego crescente, oferece a base de sustentação para esses argumentos. Trava-se atualmente um debate intenso sobre os impactos da reestruturação industrial em relação aos trabalhadores e às formas de se organizar a vida em sociedade. Temas como desproletarização,¹⁴ terceirização, desemprego tecnológico, qualificação *versus* desqualificação, piora ou melhora das condições de trabalho estão na ordem do dia nos meios de comunicação, no debate acadêmico e no interior do movimento sindical. Esse debate tem como pano de fundo, entre outros, o questionamento das categorias de análise introduzidas por MARX — que vê no trabalho um elemento estruturante da práxis humana — como instrumento teórico capaz de ter força explicativa diante das transformações tecnológicas, econômicas e políticas do capitalismo contemporâneo.

Vários autores têm afirmado a impossibilidade da manutenção de identidades coletivas pelo trabalho, e que as categorias utilizadas por MARX são insuficientes para se compreender a

¹¹ - A ação instrumental permite ao homem satisfazer suas necessidades ajudando-o a libertar-se da natureza exterior (por meio da produção); enquanto que a ação comunicativa o impele a emancipar-se de todas as formas de repressão social (ou de seus representantes intrapsíquicos).

¹² - A noção de "competência comunicativa" pode ser encontrada em Freitag (1991: 76-93).

¹³ - Maria Odete Santos (1994) e Marilena Chauí (1992) se contrapõem ao pensamento de Habermas. A primeira refere que Habermas não oferece alternativas para o problema da articulação de uma vontade coletiva que se contraponha à estrutura da sociedade capitalista. O sujeito das transformações parece ser a própria comunicação. Marilena Chauí, por sua vez, considera que no paradigma da produção o destinatário da teoria é um destinatário determinado (determinado pela luta de classe), é uma classe particular. O paradigma da produção tem no seu centro o significado do trabalho, como a apropriação pelo homem da natureza externa e, portanto, tem como centro a questão das habilidades e das técnicas. Enquanto que o paradigma da comunicação faz com que o destinatário da teoria seja a razão em geral, a humanidade em geral. Não se refere e não se dirige, portanto, a nenhuma classe e a nenhum grupo determinado. Tem como centro a ética e a sociedade civil, ou seja, a apropriação pelo homem da sua natureza interior; portanto, a questão das normas e dos valores. Habermas ao dirigir-se a todos, não se dirige a ninguém.

¹⁴ - Refiro-me aqui a algumas análises que constata a substituição dos trabalhadores *"blue collars"* pelos trabalhadores *"white collars"* no processo produtivo.

sociedade capitalista moderna. Dentro dessa perspectiva, as categorias marxianas têm sido entendidas como atemporais e fixas. No entanto, ao contrário dessas afirmações, elas foram construídas para dar visibilidade a uma certa formação social (primeira fase da revolução industrial do século XIX). São categorias históricas e não mera descrição positivista da realidade. Portanto, é preciso atualizá-las antes de desconsiderá-las.¹⁵ O próprio MARX [1857~1858] (1986b: 27-28 - tradução livre)¹⁶ coloca pontualmente essa questão quando afirma que “*em toda a ciência histórica em geral, é preciso ter sempre em conta, no estudo do movimento das categorias econômicas /.../, que as categorias exprimem formas e condições de existência*”. Ou ainda, “*as categorias abstratas — precisamente por causa de sua natureza abstrata —, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para estas condições e dentro dos limites desta*” [MARX, 1857~1858] (1986b: 20). Ao tratar primeiramente do trabalho abstrato,¹⁷ genérico, MARX o localiza, posteriormente, dentro de uma formação social específica — a sociedade capitalista do século XIX. Dá conta do trabalho concreto, ou seja, analisa criticamente a sua especificidade a partir dessa formação histórica (trabalho alienado).¹⁸ É seguindo o caminho aberto por MARX que procurarei responder à indagação colocada inicialmente: afinal, estaríamos hoje presenciando uma sociedade menos configurada pelo fator trabalho?¹⁹

Antes de qualquer resposta, torna-se necessário romper com o ponto de vista imediato, que trata dos efeitos, para penetrar na historicidade dos seus condicionamentos. A superação das análises pura e simples dos resultados mais visíveis da crise do mundo do trabalho sobre os trabalhadores e a sociedade deve ser pensada no interior do movimento histórico do capital, dando conta do seu caráter universal e particular. Os significados e as representações construídas pelos diferentes sujeitos sociais sobre as transformações que vêm ocorrendo na base técnica e organizacional da produção industrial devem ser remetidas, necessariamente, às determinações mais amplas que contingenciam uma dada configuração histórica do processo de trabalho.²⁰ Esse modo de proceder, possibilita tanto fixar os conteúdos particulares e específicos da situação empírica examinada, quanto estabelecer suas conexões e encadeamentos mais gerais. Equivale dizer, que os grandes modelos interpretativos não podem ser transportados mecanicamente e

¹⁵ - Lefebvre (1979: 135) fala da necessidade de “*rever o pensamento de Marx em seu movimento, em sua formação*”.

¹⁶ - A tradução foi comparada com a existente na edição da *Introdução à Crítica da Economia Política* publicada na coleção Os Pensadores (nº 12) pela Editora Nova Cultura, 1991.

¹⁷ - A noção de trabalho abstrato refere-se aqui ao trabalho geral, genérico, sem remetê-lo ao modo que ele ocorre na sociedade capitalista. Marx dirá nos seus escritos posteriores, que o trabalho abstrato é aquele socialmente determinado, ligado ao trabalhador coletivo e não ao trabalhador individual. Ver capítulo IV.

¹⁸ - Marx parte da análise do trabalho genérico e abstrato nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844) em direção ao trabalho concreto na sociedade capitalista (*Ideologia Alemã, Grundrisse, O Capital*).

¹⁹ - Bernardes (1994) é um dos autores que busca responder esta questão.

²⁰ - Esta totalidade analítica refere-se à própria divisão técnica e social do trabalho e suas múltiplas possibilidades.

independentes da realidade que os condiciona. Sem esses cuidados, cairíamos no determinismo tecnológico que, ao estudar as formas de organização do trabalho, considera a existência de apenas uma técnica possível e um único conjunto racional de métodos de produção para cada etapa histórica. Diferentemente desse ponto de vista marcado pela idéia “evolucionista do progresso técnico”, observa-se, cada vez mais, que as escolhas tecnológicas (suas formas e usos) são influenciadas pela formação do proletariado e pela luta de classes no interior da sociedade. Isso conduz a uma seleção das técnicas aplicadas na produção entre todas as técnicas possíveis.²¹

LEFEBVRE (1979: 8), submete as escolhas técnicas ao conjunto das relações sociais de produção. Escreve esse autor: /.../ *“é certo que essas relações sociais não existem de maneira substancial e absoluta. Não subsistem no ‘ar’; têm uma base material: as forças produtivas, os meios de trabalho e a organização desse trabalho; mas os instrumentos e técnicas só se empregam e só logram eficácia nos limites de uma divisão social do trabalho, em relação direta com as relações sociais de produção e de propriedade, com grupos ou as classes em presença (e em conflito)”*.

Por sua vez, FLEURY (1987: 7) define o processo de trabalho como *“a materialização histórica de uma relação de força entre diversos agentes envolvidos no processo de produção”*. Tal definição, possibilita apreender *“as relações coletivas como relação social entre atores que se defendem como classe, se auto-identificam através do reconhecimento de interesses opostos mesmo quando estabelecidos em formas institucionais”*. Dentro dessa perspectiva, a tecnologia e a organização do trabalho expressam-se no campo das lutas entre as forças econômicas e políticas que disputam projetos diferentes e conflitantes.

Para BURAWOY (1987),²² o processo de trabalho não se restringe à mera produção de coisas “úteis” (dimensão econômica). Envolve concomitantemente a produção, reprodução, a transformação das relações sociais (dimensão política) e a elaboração de uma experiência sobre elas (dimensão ideológica). Esse autor localiza no processo de trabalho dois sentidos distintos: um prático e outro relacional. O primeiro diz respeito ao conjunto de atividades que transformam matérias-primas em objetos úteis, mobilizando para este fim instrumentos e meios de produção (base técnica). O segundo, refere-se às relações sociais tecidas no chão-de-fábrica entre os trabalhadores e, entre eles e outras frações de classe. Essas considerações permitem a BURAWOY diferenciar o conceito de *relação na produção* de *relações de produção*.²³ Desse modo, o

²¹ - Esta análise se encontra em Castoriadis (1982: 31-32).

²² - O pensamento de Burawoy é analisado por Castro & Guimarães (1991).

²³ - Marx designa como campo das relações sociais de produção a apropriação das condições e dos resultados do trabalho. Com efeito, é preciso ter presente que um modo de produção é o conjunto de relações sociais de produção e de forças produtivas, postas em ação em diversos processos de trabalho, que têm uma base técnica historicamente determinada. Reconhece duas formas de relações de produção: subsunção formal e subsunção real que constituem formas históricas e diferenciadas de apropriação do sobre-trabalho. Já o conceito de relações na produção designa para Burawoy as relações do trabalhadores entre si, e entre eles e as demais classes presentes no chão-de-fábrica.

processo de trabalho se reveste de significados e sentidos partilhados. Permite aproximações e distanciamentos, conformismos e resistências. Configura-se como território privilegiado onde são elaboradas identidades e diferenças.

* * *

Utilizando dessas matrizes teóricas, ao considerar as dimensões simbólicas, econômicas e políticas do processo de trabalho, busco me ater ao movimento que fixa sua estrutura de uma maneira provisória e tensionada. Aqui vale lembrar — conforme o entendimento de Francisco de OLIVEIRA (1987: 8) — que a opção pelo método marxista deve decorrer do fato de que, neste, *“o movimento é interno às estruturas”*. Assim sendo, diferentemente dos recortes estrutural-funcionalistas, que consideram o cotidiano como espaço-tempo onde nada acontece, ele será tratado aqui (cotidiano fabril) como tempo-lugar a partir do qual os trabalhadores vivenciam e elaboram suas visões de mundo, modelam sua subjetividade, aparecem constituídos e se constituem como sujeitos. É na vida do dia-a-dia que as representações presentes no imaginário operário são construídas e trazidas até o momento presente. Impulsionados pela necessidade de produzir e reproduzir suas condições materiais de existência, os indivíduos estabelecem relações entre si e com a “natureza”, que os colocam no interior de uma prática social (substância concreta do acontecer da história) instituída, mas sempre reinterpretada e atualizada. Equivale dizer, que o chão-de-fábrica — espaço predominante da cotidianidade operária — não é somente “local de controle”, onde o capital realiza de modo cada vez mais objetivo a lógica da valorização e da acumulação. Ele é, também, o lugar onde os indivíduos reivindicam e pelejam pela dignidade, sustentam e afirmam sua cidadania frente aos outros. O cotidiano fabril aparece, assim, como espaço-tempo no qual os sujeitos em relação se reconhecem e se estranham.²⁴ Constitui-se como território concreto onde as classes sociais se experimentam e se confrontam. Esta afirmação, se encontra com a grande polêmica a propósito da consciência de classe, que — segundo assinala OLIVEIRA (1987: 11-12) — *“não pode em nenhum caso ser interpretada enquanto autoconsciência, pois são as consciências recíprocas das classes e entre elas que irão, em definitivo, desaguar na consciência de classe /.../. As classes não se constituem em si, nem mesmo para si, mas para outras”*.

A redescoberta da cultura, da ideologia, das representações, do senso comum, do cotidiano..., vincula-se à uma certa tradição do pensamento marxista que busca resgatar as

²⁴ - Para Agnes Heller (1985: 20) *“a vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social”*.

dimensões do subjetivo e do imaginário presentes na obra de MARX.²⁵ LEFEBVRE (1979: 9) situa essas tradições, que reabilitam o sensível redescobrimdo-lhe a riqueza e o sentido, em oposição às filosofias tradicionais (inclusive o materialismo que acentua a “coisa abstrata” e reitera as estruturas). BLOCH (Apud. MÜNSTER, 1993) denomina essas matrizes de “*correntes quentes*” do marxismo. LÖWY (1990: 16-17) as localiza no interior de uma tradição romântica e revolucionária que, ao negar a ilusão do progresso e a reconciliação com o presente capitalista, recusa, do mesmo modo, o retorno a um passado perdido.

Dentro da sociologia do trabalho, a dimensão da subjetividade passou a ganhar, recentemente, estatuto interpretativo nas análises sobre os efeitos e significados do desenvolvimento tecnológico para a sociedade. Helena HIRATA (1989) recorre às diferenças de sexo, idade, raça, qualificações para pôr em evidência que o modo como os indivíduos experimentam esse processo tem a ver com as histórias de cada um. Marcia de Paula LEITE (1994: 30) é outra autora que centraliza seus estudos nas experiências subjetivas do operariado e, nas formas pelas quais os trabalhadores vêm interagindo com as transformações do mundo do trabalho. As práticas das classes trabalhadoras passam a ser compreendidas, dentro dessa perspectiva, “*não como inscritas numa lógica anterior à própria ação, mas sim, como determinadas pelas experiências vividas, pelas representações que elas vêm moldando e pelas identidades que elas configuram*”. Na vida cotidiana, os trabalhadores tecem redes solidárias de interesses que os unificam, tanto quanto relações antagônicas com as demais classes que os diferenciam. Deve-se considerar ainda, que em se tratando de diferentes coletivos operários, a vivência acumulada de cada trabalhador interage com as histórias de lutas do grupo, suas estratégias, tradições e capacidade de organização (subjetividade das classes trabalhadoras), enriquecendo suas experiências originais. Assim, a mobilidade da mão-de-obra alastra códigos, linguagens, hábitos, comportamentos preventivos, “jeitos de fazer”, emoções e sentimentos — “senso comum” da experiência operária.

No campo das discussões sobre as relações entre processo de produção e saúde, é a Psicopatologia do Trabalho (DEJOURS, 1988) que irá introduzir e reconhecer o lugar das “*vivências subjetivas*” como instrumento analítico mais adequado para se acessar seus significados mais profundos. Nessa abordagem — como observa HIRATA (1989) —, o trabalhador é sujeito e não só força de trabalho. Por conseguinte, a multidimensionalidade do subjetivo é sublinhada. Rompem-se assim, de um lado, com as análises da subjetividade operária que remetem sempre a um sujeito coletivo, de outro lado, com um enfoque do prazer e do sofrimento em termos restritos

²⁵ - Refiro-me aqui ao pensamento de Gramsci, da “Teoria Crítica da Escola de Frankfurt”, da “Escola de Budapeste” e dos teóricos do movimento “Socialismo ou Barbárie”, entre outros.

à “satisfação no trabalho”.²⁶ Tanto a psicologia do trabalho quanto a sociologia com nuances psicanalíticas tendem a se preocupar com as “*dimensões inconscientes das relações sociais*”, tratando-se, nos dois casos, de recuperar, antes de mais nada, o sujeito enquanto pessoa reconhecida em sua singularidade, como alguém que se expressa em seu próprio nome; como indivíduo provido de uma identidade na qual se firma para atribuir significados ao conjunto de práticas em que se encontra envolvido.

De acordo com RICOEUR (1978: 213-215), “*a significação ‘eu’ só é formada no instante em que aquele que fala apropria-se de seu sentido para se designar a si mesmo /.../. Fora dessa referência a um indivíduo particular que se designa a si mesmo dizendo ‘eu’, o pronome pessoal é um signo vazio do qual qualquer um pode se apoderar /.../. O sujeito se põe exprimindo-se /.../. Pronomes e demonstrativos estão a serviço dessa posição e dessa mostração*”. Ao contestar a perspectiva estruturalista, que toma a linguagem como fato consumado, resíduo de significações já adquiridas, em suma, “*como uma estrutura que precede os sujeitos*”, esse autor assinala que “*a linguagem não é fundamento nem tampouco objeto: ela é mediação /.../, é o meio no qual e pelo qual o sujeito se põe e o mundo se mostra*”.

Christophe DEJOURS (1988), ao levar em conta a “*fecundidade de expressão*” do sujeito, utiliza-se do discurso operário como mediador privilegiado para traduzir os efeitos da organização do trabalho sobre a “*vivência subjetiva*”. Sua metodologia encara a posição do sujeito na relação do trabalho e, mais precisamente, o espaço possível para utilizar-se do trabalho como “*ressonância metafórica*”. É através dessa ressonância que surge a articulação bem sucedida entre a história individual e o contexto coletivo do trabalho. Acrescenta o autor, que “*o sujeito aborda a situação concreta sem ter que deixar sua história, seu passado e sua memória no ‘vestiário’*”. Ao contrário — sugere DEJOURS (1993: 243) —, *ele reveste a situação de trabalho de um poder de envolvimento que implica a reatualização, por meio do trabalho, de sua curiosidade e de sua epistemofilia*.²⁷ *O trabalho oferece (ao trabalhador), de certa forma, uma oportunidade suplementar de prosseguir seu questionamento interior e de traçar sua história. Por meio do trabalho, o sujeito envolve-se nas relações sociais, para onde ele transfere as questões herdadas de seu passado e de sua história afetiva /.../. Este ponto é essencial — assinala o autor —, pois, face à produtividade e à qualidade do trabalho, a ressonância simbólica permite que o trabalho se beneficie do extraordinário poder que lhe é conferido pela mobilização dos processos*

²⁶ - Este enfoque diz respeito às linha de pesquisas de E. Mayo e da Escola das Relações Humanas. A preocupação desta forma de abordar o processo de trabalho é a de compreender as relações dos indivíduos no interior dos grupos de trabalho. Nasce da necessidade de as empresas selecionarem candidatos. Por isso ela interessa-se antes de mais nada pelo comportamento e pelas atitudes do indivíduo no trabalho. Traz o enfoque da importância das motivações pessoais na realização e satisfação no trabalho.

²⁷ - Conceito psicanalítico que significa um desejo de saber e um desejo de compreender (curiosidade) jamais satisfeitos. Essa curiosidade é periodicamente reativada pelas conjunturas materiais e morais cuja forma faz lembrar as preocupações dos pais (Dejours, 1993: 292).

psíquicos que partem do inconsciente e se atualizam em inteligência artilosa". Essa "inteligência" construída "pelo corpo inteiro" no dia-a-dia do trabalho, permite ao operário realizar ajustes na organização produtiva e se antecipar aos acidentes quando alertado por um evento que rompe sua rotina ou ocasiona um desconforto corporal.

Embora a psicopatologia do trabalho permaneça restrita ao quadro organizativo da empresa, sem se ocupar das determinações mais amplas que atuam na esfera do singular, oferece outros instrumentos para a compreensão do processo de produção e saúde como multideterminado. A distinção, por exemplo, entre "*trabalhos sublimatórios ou estruturadores*" e "*trabalhos desestruturadores ou patogênicos*", permite, por um lado, questionar as avaliações catastróficas e genéricas das consequências sociais da produção capitalista sobre a saúde operária. Pode-se afirmar que nem toda parcela do operariado está aí para ser desgastada e destruída. Por outro lado, apesar dos acidentes e de as doenças tornarem tangíveis as formas de usura do capital no cotidiano de trabalho, o simples fato de quantificar e reconstituir esses eventos não esgota a questão crucial: torná-los visíveis sob o ponto de vista de quem os sofre (os trabalhadores).

GOLDEMBERG (1990: 64) assinala que o trabalho não pode ser visto exclusivamente em função do desgaste sofrido pelo trabalhador. Considera que "*no trabalho produzem-se idéias e são moldadas as classes sociais*". Daí, a importância de considerar o trabalho no plano das relações sociais. O autor defende a idéia de se abordar o processo produtivo dentro de uma perspectiva capaz de avançar para além dos fatores estruturais que determinam, em última instância, as formas de viver e adoecer das classes trabalhadoras. Tais considerações, nos aproxima do debate que tem marcado grande parte da produção teórica, notadamente na América Latina, onde o individual e o coletivo, o biológico e o social se confrontam no interior das explicações sobre a natureza histórica do processo saúde/doença. Por ora, quero apenas indicar algumas linhas de pensamento no campo da Saúde Coletiva que se posicionam frente à essa polêmica para, posteriormente, localizar e marcar o ponto de partida teórico-metodológico deste estudo.

* * *

Para Asa Cristina LAURELL (1983: 137) "*a melhor forma de comprovar o caráter histórico da doença não é conferida pelo estudo de suas características no indivíduo, mas sim quanto ao processo que ocorre na coletividade humana*". A natureza do social — continua — "*não se verifica no caso clínico, mas no modo característico de adoecer e morrer nos grupos humanos*". Para mostrar que o objeto da análise não se situa em nível do indivíduo e sim de um grupo, deve-se buscar a explicação "*não na biologia ou na técnica médica, mas nas*

características das formações sociais em cada um dos momentos históricos” (LAURELL, 1983: 150). A autora retira da física os conceitos mecânicos de “carga” e “desgaste”, para conectá-los às diferentes formas históricas de extração da mais-valia, construindo, desse modo, um modelo explicativo capaz de dar conta da historicidade do processo saúde/doença. Assinala que “o conceito de carga possibilita uma análise do processo de trabalho que extrai e sintetiza os elementos que determinam o nexo-biopsíquico de um coletivo operário e que confere um modo específico de ‘andar a vida’. O conceito de desgaste complementa o de carga enquanto consigna as transformações negativas, originadas pela interação dinâmica das cargas, nos processos bio-psíquicos humanos. O desgaste se define, então, como a perda da capacidade, potencial e/ou efetiva, corporal e psíquica. Ou seja, não se refere a algum processo particular isolado, mas sim, ao conjunto dos processos bio-psíquicos²⁸ /.../. Assim, pode-se distinguir duas formas básicas: a da subsunção formal e da subsunção real²⁹ do trabalho ao capital, que em termos do processo de valorização correspondem a mais-valia absoluta e relativa respectivamente. A partir dessa ‘tipologia’ geral se pode explorar a conformação da indústria de um país específico em termos dos seus processos de trabalho e os padrões de desgaste no marco dinâmico do processo de valorização e de relação entre capital e trabalho” (LAURELL, 1991: 259, 260 e 280 - tradução livre).

Nessa mesma linha de raciocínio, Jaime BREILH (1986a: 35) condiciona o conhecimento epidemiológico “em torno do esforço para explicar e transformar os problemas da saúde em sua dimensão social”. A epidemiologia, segundo esse autor, situa “seu nível de ação transformadora no social, na problemática de saúde que se dá em consequência dos processos de deterioração ocorridos no trabalho e consumo das classes sociais e suas frações, processos estes vinculados à reprodução geral da estrutura capitalista e às condições políticas e culturais que dela derivam” (BREILH, 1991: 40 - grifo meu). Para o autor, o tipo predominante de mais-valia; o grau de desenvolvimento das forças produtivas; o controle relativo do operariado sobre o processo de trabalho e, sobretudo, a situação da luta de classes são os principais determinantes da prevalência de um dado perfil de morbi-mortalidade da classe trabalhadora, uma vez que estas circunstâncias

²⁸ - Laurell define o nexo bio-psíquico como a expressão concreta dos processos históricos no corpo. Ele se revela através das diferentes formas de desgaste.

²⁹ - Palavra sem tradução na língua portuguesa. Significa ao mesmo tempo subordinação e inclusão. Esses conceitos elaborados por Marx se encontram no livro **Capítulo VI Inédito de O Capital** [1863-1866]. Ele denomina subsunção formal do trabalho ao capital “à forma que se funda a mais-valia absoluta”, ou seja, à forma capitalista de extorquir sobre-trabalho. O essencial na subsunção formal é que ela está baseada em relação puramente monetária entre aquele que se apropria do sobre-trabalho (capitalistas) e o que fornece (trabalhadores). “É apenas na sua condição de possuidor das condições de trabalho que, neste caso, o comprador faz com que o vendedor caia sob a sua dependência econômica; não existe nenhuma relação política, fixada socialmente, de hegemonia e subordinação”. A subsunção real centra-se nas formas de extração da mais-valia relativa materializada na intensificação do ritmo de trabalho. Ela aparece com a aplicação da ciência e da maquinaria na produção imediata que vai originar uma forma modificada da produção material. O trabalho vivo (trabalhadores) fica submetido ao trabalho morto (máquinas). Enquanto a subsunção formal está ligada às formas organizacionais que aumentam a jornada de trabalho para extrair o sobre-trabalho, a subsunção real nos remete aos processos técnicos de intensificação do ritmo de trabalho para se extrair maiores ganhos de produtividade.

modelam os distintos padrões coletivos de consumo e reprodução na sociedade capitalista. Portanto, de acordo com BREILH (1986: 37 - grifo meu), *“são os processos estruturais da sociedade que, por se acharem na base do desenvolvimento da coletividade, permitem explicar o aparecimento de vidas particulares”*. Pautando-se nessa mesma corrente de pensamento, SCHNEIDER (1977: 215) utiliza-se do conceito de reificação,³⁰ para definir a *“dinâmica patogênica”* inerente ao capitalismo. *“Na medida que a mercadoria se torna uma categoria universal — escreve SCHNEIDER —, o caráter patogênico a ela ligado torna-se também universal”*. A contradição entre a estrutura em evolução histórica da mercadoria (e do dinheiro) e a estrutura das necessidades e instintos sociais — dentro dessa perspectiva teórica — constitui a fonte de *“destruição da unidade orgânica”* pelo trabalho e a principal causa geradora de *“funções psíquicas parciais”*, base para o aparecimento *“das neuroses e psicoses da classe trabalhadora”*.

GARFIELD (1983: 159-179), toma a noção marxista de trabalho alienado para estabelecer a relação entre *stress* e doença coronariana. Ao definir alienação como *“a falta de controle pelos trabalhadores sobre o processo de trabalho; a perda da apropriação do produto e as relações de trabalho competitivas e fragmentadas”*, utiliza-se do conceito de *stress* para fazer a mediação entre o biológico e o social. O trabalho alienado (caráter social) mobiliza as sensações individuais de perda de poder, insatisfação e frustração (dimensão psicológica), que estimulam, por sua vez, certos mecanismos fisiológicos patogênicos (caráter biológico), determinando, assim, um maior risco de incidência de coronariopatias.³¹

Essas abordagens de corte marcadamente estrutural, partem de uma necessidade radical de negar conceitualmente as concepções da doença como fenômeno individual e biológico. Localizam-se no momento de instauração do primado histórico e social de explicação dos determinantes do processo saúde/doença, se firmando — através do alcance de suas críticas e de um grande esforço teórico e metodológico de construção — como alternativas frente ao Modelo Médico dominante. É inegável o avanço que essas contribuições trouxeram para a reflexão no campo da saúde na América Latina. Ao colocarem a centralidade de suas análises no trabalho e nas formas como se organiza nos diferentes momentos históricos, a dimensão social não só passou a ter um estatuto de totalidade e especificidade (deixando de ser somente um dos fatores a mais das teorias multicausais), como também, o processo saúde/doença se revestiu de historicidade. Cabe

³⁰ - Termo que designa a “coisificação” das relações humanas. As relações entre as pessoas tornam-se relações entre coisas pelo modo como a “mercadoria fetichizada” invade suas vidas. Ver Lukács (1989).

³¹ - É importante diferenciar, aqui, os conceitos de alienação e estranhamento. O conceito de alienação refere-se à venda do produto (no caso, da mercadoria força de trabalho), em função de que o trabalhador não possui mais as condições objetivas do seu trabalho. Ou seja, ele está alienado da natureza, do produto do seu trabalho, da sua própria natureza e dos outros trabalhadores. O estranhamento diz respeito ao objeto, ao fato de que o trabalho morto objetivado nos meios de produção e os produtos do seu trabalho aparecem como que “automizados” diante do trabalhador. Neste sentido, todo estranhamento remete à alienação, mas o contrário nem sempre é verdadeiro. De outro modo: toda objetividade estranhada corresponde uma subjetividade alienada. Para Lukács, o trabalho estranhado é sempre desestruturante, enquanto que o trabalho alienado pode ser reestruturante.

reconhecer, entretanto, que alguns problemas são colocados em relação à essas abordagens dos nexos entre saúde e processo de produção.

GOLDEMBERG (1990: 71-72), por exemplo, assinala que o esquema breilhiano parte do princípio no qual *“o mundo capitalista é patogênico, a extração da mais-valia é degenerativa e as massas trabalhadoras são, por definição, doentes pelo fato de serem exploradas. Os sofrimentos experimentados ao nível corporal e mental não são outra coisa que sintomas das determinações da totalidade. Afinal, a doença só pode ser pensada ao nível da reprodução social, categoria que para o autor (Breilh) contém o próprio estatuto fundador da epidemiologia crítica”*.

COSTA & COSTA (1990: 49) destacam que LAURELL, por privilegiar o enfoque estrutural na sua análise, inclui e subordina, quer dizer “subsume” o indivíduo às determinações mais abrangentes, apagando, em virtude dessa opção, suas particularidades. Esse procedimento, segundo os autores, pressupõe que o sujeito não realiza mediação nenhuma na produção da consciência e dos valores coletivos. Nesse sentido, a construção teórica de LAURELL é novamente colocada em xeque, pois, *“o modo de se pensar a relação estrutura/indivíduo tende a obscurecer o peso das mediações culturais e, sobretudo, existenciais nos desenhos e trajetórias da vida social”*.

BERMANN (1990) reconhece que o conceitos de carga e desgaste reduzem a compreensão dos problemas do operário à sua condição específica de trabalho. A autora infere que LAURELL descuida de outras esferas da vida do trabalhador não ligadas diretamente à produção. Por outro lado, afirma que não se pode subestimar a importância da consciência e da ação humana, tanto no plano simbólico como no instrumental, para se buscar outras mediações que permitam penetrar nas diversas tramas em que a realidade se manifesta. Na sua perspectiva, a economia política é um aspecto importante mas insuficiente para se compreender os nexos existentes entre processo produtivo e saúde. *“Salvo as relações de produção que possuem um caráter objetivo absoluto, todas as demais relações sociais são também interpessoais e intersubjetivas. O mesmo vale — segundo BERMANN (1990: 50) — para as relações entre trabalho e saúde, que têm determinações sócio-históricas, que afetam os seres humanos, através do inter-jogo de sucessivas e concorrentes mediações”*.

Anamaria TAMBELLINI, na tentativa de apreender os múltiplos significados do evento acidente de trabalho, privilegia as contradições que se produzem nas relações instituídas no terreno da produção. Segundo ela, *“o episódio concreto ‘acidente de trabalho’, ainda que gerado historicamente, necessita de um mecanismo próprio que é simultâneo com seu acontecimento, mecanismo este constituído pelo conjunto complexo de causas necessárias, que se combinam ao complexo genético que o precede”*. Sob essa perspectiva — ressalta TAMBELLINI (1978: 114-

115) —, “os fatores humanos na gênese dos acidentes devem também ser analisados no ponto de vista do sujeito que sofre /.../, uma vez que representa para o sujeito acidentado uma experiência e um episódio de vida com significado e importância relativa à sua própria visão de mundo”. Identifica em um outro ensaio,³² que as pesquisas atuais produzidas na área da Medicina Social apontam, principalmente, para o caráter predatório do capital sobre o trabalho,³³ destacando, quase que exclusivamente, seus efeitos patogênicos. LAURELL — observa TAMBELLINI —, ao manejar o conceito de “nexo psicofísico” de GRAMSCI³⁴ como “nexo bio-psíquico”, desloca seu sentido “positivo” original³⁵ para apreender e fixar seus efeitos negativos sob a óptica do desgaste e da doença. Sua proposta submete toda interpretação dos dados da realidade a uma lógica inscrita na vida social (vida em sociedade sob o capitalismo). Ao pretender revelar o sujeito pelo coletivo, LAURELL recorre às determinações sociais para interpretar o processo saúde/doença e os “*modos de andar a vida*” da classe trabalhadora. As vivências concretas e subjetivas do prazer ou da dor são apagadas para que esses processos sejam analisados no âmbito da “cientificidade”. Por fim, TAMBELLINI aponta para os riscos de “subsumir” imediatamente o biológico ao social. Afirma que, enquanto o biológico possui um caráter conservador (preservar a plasticidade da vida) e suas transformações são lentas, o social é mutável e mais dinâmico. Portanto, deve-se preservá-los enquanto dimensões distintas para se perceber e interpretar a saúde e a doença.

Dentro dessa perspectiva, torna-se importante assinalar que não é suficiente demonstrar, por exemplo, as associações estabelecidas entre as diferentes formas de acumulação do capital e um certo perfil diferenciado de morbi-mortalidade das classes sociais. É necessário investigar como essas relações estão sendo produzidas e reproduzidas, como determinam os modos de existir e de adoecer das pessoas e, como são percebidas e elaboradas pelos sujeitos envolvidos. No dizer de TAMBELLINI (s/d, 1-2), é necessário “*liberar a experiência concreta (subjetiva) do ser em suas dimensões oníricas do prazer ou da dor*”, para que apareçam outras dimensões da relação saúde/processo de produção afora aquelas subordinadas exclusivamente às estruturas econômicas.

Identifico dois tipos de problemas, além dos apontados. O primeiro, refere-se ao método utilizado por LAURELL para mapear as cargas físicas e psíquicas³⁶ nos ambientes de trabalho. Ao

³² - “Contribuição para o debate: Estudos da saúde em sua relação como o processo de produção” (Tambellini, s/d).

³³ - É interessante, sob o ponto de vista histórico, ilustrar esse debate com o livro de Engels *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* [1845] (1985), e os livros de Hobsbawm: *Os Trabalhadores* (1981) e *O Mundo do Trabalho* (1987).

³⁴ - O conceito de nexos psicofísico encontra-se em Gramsci (1984) no ensaio *Americanismo e Fordismo*.

³⁵ - Gramsci elabora o conceito de nexos psicofísico no sentido positivo, a partir das necessidades do trabalho vivo no sistema produtivo. De uma certa forma é possível estabelecer um paralelo entre esse conceito gramsciano com o da “*inteligência prática e ardilosa*” proposto por Dejours.

³⁶ - Laurell conceitua dois tipos fundamentais de cargas de trabalho: 1) Físicas, químicas, biológicas e mecânicas: com materialidade externa ao corpo (exemplo: ruído, calor, produtos químicos, etc.); elas podem ser medidas e detectadas sem envolver o corpo humano; 2) Fisiológicas e psíquicas: que somente adquirem materialidade no corpo humano, ao expressarem-se como transformações de seus processos internos (exemplo: ritmos, turnos de trabalho, etc.); elas só podem ser medidas na relação direta com o corpo humano.

recorrer ao “grupo homogêneo”³⁷ e à técnica da “validação consensual”, a autora unifica o que é diverso e múltiplo, ao mesmo tempo que reduz a percepção das cargas à relação do trabalhador com seu posto de trabalho. Ao solicitar a fala operária e submetê-la imediatamente ao “grupo homogêneo”, delega a um suposto “sujeito coletivo” os critérios de validação e de cientificidade. A fala só é valorizada enquanto confirmação de uma presença objetiva (as cargas e os riscos), esvaziando o conteúdo afirmativo de uma particularidade que nem sempre se submete aos desígnios da razão técnica ou de um grupo. Um outro tipo de problema refere-se à matriz teórica que nos informa sobre o conceito de classe trabalhadora utilizado por LAURELL e BREILH. Nesses autores, as classes são fixadas como reflexo das estruturas econômicas e políticas, enquanto personificam uma categoria do capital, sendo, a partir daí, incluídas na história. Não se constituem, mas já aparecem constituídas.

* * *

Essa perspectiva, que coloca a classe trabalhadora como um produto histórico das estruturas materiais e sociais impostas pelo capital — avalia TUDE de SOUZA (1991: 5) —, *“reitera sua condição subalterna e passiva, reificando-a, portanto, como força de trabalho, capital variável, ou como agente econômico, cuja história seria apenas um capítulo, ou um anexo daquela do mercado e do capital. Esta última definição, concebe a ‘classe’ como existência negativa, como uma expressão interna da alienação capitalista, e não como uma força social diferente e autônoma, que se constitui criticamente e em ruptura com as práticas do trabalho alienado e estranhado”*. Nesse sentido, cabe assinalar que se tornou possível reavaliar a própria noção de classe, na medida que se passou a estudá-la e a construí-la enquanto sujeitos constituídos a partir de suas práticas e vivências, privilegiando os processos pelo quais os trabalhadores descobrem-se e se identificam como classe.³⁸

LEFEBVRE (1979: 76-77) assinala que no domínio das forças produtivas e das relações de produção a classe operária é força de trabalho. Entretanto — complementa o autor —, *“limitar a esse nível a classe operária é mutilar sua realidade e suas possibilidades. Ela também é força social e política na escala da sociedade global /.../. Se é preciso discernir a divisão técnica do trabalho da divisão social, é com a finalidade de compreender o que as distingue e o que as une*

³⁷ - Os “grupos homogêneos” são formados a partir de 10 a 12 membros que resolvem “coletivamente as perguntas-temas da discussão com um procedimento chamado ‘validação consensual’, ou seja, só se registra aqueles dados que todos reconhecem como verdadeiros”. Ver Laurell, A. C.; Noriega, M.; Oliva, A.L. e Ríos, V. (1990: 7).

³⁸ - Em relação a este debate consultar Rodrigues (1991: 194). Dentre outras coisas o autor assinala que, *“a análise do movimento operário, dessa maneira, não partirá de causas estruturais, entendidas enquanto racionalidade que se encontra fora dele /.../. Sua racionalidade está no seu interior, na forma pela qual ele se faz e se constitui na história, isto é, na luta de classes”*.

em uma organização capaz de funcionar /.../. A distinção de classes na sociedade moderna (capitalista) não se baseia mais sobre o ofício. Ao contrário, a divisão do trabalho no seio da mesma classe suscita diferentes modos de trabalho /.../. O estudo da produção, das relações de produção, da divisão do trabalho revela uma estrutura de classe móvel e complexa”.

Edward P. THOMPSON (1987: 9, 10 e 11), já no prefácio do seu livro **A Formação da Classe Operária Inglesa**, nega o conceito de classe como “estrutura”, ou mesmo como uma “categoria”. A classe operária — escreve o historiador marxista — “*não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente no seu próprio fazer-se /.../. Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência /.../. Se lembrarmos que a classe é uma relação, e não uma coisa /.../, ela acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”.*

A partir dessas matrizes teóricas, a noção de classe será trabalhada e definida como grupo social que se reconhece e se identifica como sujeito singular ao exercer sua capacidade de diferenciar-se dos outros sujeitos (individuais e coletivos), bem como dos objetos que existem fora de si e nos quais sua força de trabalho se materializa. Com isso, este estudo pretende diferenciar-se das correntes ainda predominantes que pensam a classe ora como personificação das determinações econômicas, ora como categorias formais e abstratas de análise.³⁹ Ao contrário, a observação junto ao cotidiano de trabalho, evidencia o caráter dinâmico, transitório, aberto e atualizável que caracteriza os *modos de existência* das classes trabalhadoras.

A pluralidade de formas de proletarização que recortam as experiências de classe evidencia as profundas desigualdades técnicas, salariais, de estabilidade, de acesso à informação, de condições de trabalho, saúde e segurança vividas pelo operariado no seu cotidiano.⁴⁰ As várias trajetórias sócio-ocupacionais percorridas no interior de processos de trabalho bastante diversos acentuam, também, os estigmas de gênero, de idade, de origem étnica, que implicam em situações de exploração e usura diferenciadas. Dentro desta perspectiva, aparecem pelo menos duas consequências metodológicas e empíricas que serão assumidas durante todo o trajeto deste estudo.

A primeira, desfocaliza o trabalho das estruturas para recuperá-lo nos sujeitos. Tento transitar das vivências subjetivas às situações concretas que possibilitam aos indivíduos a fabricação de uma experiência coletiva. Quando me aproximo das práticas concretas do

³⁹ - Assim, a diversidade e os plurais que recortam suas experiências desaparecem, através de um artifício teórico e intelectual que recria a classe com um “grupo ideal”, homogêneo, apagando-se, conseqüentemente, suas diferenças internas. Deste modo, suas formas de expressão e de consciência são, em geral, deduzidas das “estruturas reais”.

⁴⁰ - Sobre este aspecto ver também: Angela M. Tude de Souza (s/d) e Lopes (1987).

operariado, busco apreender os mecanismos pelos quais os trabalhadores elaboram e reelaboram as diferentes percepções sociais dos riscos, dos acidentes e das doenças no trabalho. Neste caso, trata-se de pensar o processo pelo qual se passa do plano da percepção individual (táctil, intuitiva, cognitiva...) dos riscos, dos acidentes e do medo no trabalho, para sua representação e inteligibilidade social. O uso, as ameaças e as lesões que atingem a espessura do corpo que trabalha compõem, aqui, como suportes para a construção de uma visão crítica e unificadora dos efeitos da produção sobre os operários. A defesa da saúde pode possibilitar, assim, o rompimento com as representações da fábrica sitiada, à medida que ela permite incluir na agenda de lutas outras demandas mais inclusivas, tais como: a defesa do meio ambiente; do caráter público e solidário dos serviços de saúde; a qualidade de vida e a segurança dos produtores diretos e das populações vizinhas ao território fabril; o controle social sobre “o quê”, “como”, “onde” e “para quem” produzir, entre outras.⁴¹

A segunda, elege os conflitos mais latentes que os manifestos, mais implícitos que explícitos, e não necessariamente organizados como objeto de estudo. Procura desvendar na prática cotidiana do trabalho os momentos de enfrentamento, de cooptação, de coalizão e de negociação que tecem e configuram o jogo de forças no interior de cada Empresa.⁴² As pesquisas em ciências sociais sobre o mundo do trabalho, que buscam pensar modelos de intervenção sob o ângulo dos trabalhadores, têm priorizado, quase que exclusivamente, o movimento sindical como foco de análises.⁴³ Tendem a evidenciar os momentos em que o conflito capital/trabalho se revela com maior intensidade (as greves, por exemplo). Desse modo, os embates menos evidentes, difusos, onde o operariado tem a oportunidade de realizar seu aprendizado político, são eclipsados pelos “temas maiores” trazidos pelos sindicatos. Ao contrário dessa postura, torna-se importante reconhecer que as formas de resistência operária não são tecidas e representadas apenas no campo institucionalizado de negociação dos conflitos, mas são aprendidas na própria fábrica. O “fazer-se” de uma classe — usando uma expressão de THOMPSON (1987) —, não deve ser apartado do território que lhe deu origem e que lhe fornece as inscrições básicas de suas bandeiras de luta.

Ao pensar a saúde dos trabalhadores inserida nas formas de gestão, nas escolhas tecnológicas⁴⁴ que configuram cada processo de trabalho concreto, pretendo resgatá-la como tema em litígio vivido no espaço fabril. Ou seja, saio do campo genérico dos estudos das determinações entre processo de produção/reprodução e saúde,⁴⁵ para me ater às lutas dos trabalhadores, na

⁴¹ - Em relação à necessidade de controle social da produção ver Mezárós (1987).

⁴² - Esta questão também é tratada por Fleury (1987: 6) e Leite (1994).

⁴³ - Pereira (1979: 18) já apontou este aspecto. Segundo ela, os estudos têm priorizado na eleição do objeto o movimento sindical ao invés do movimento operário. Estes limites estão postos pela própria legislação trabalhista e sindical, que impõe restrições às manifestações dos conflitos de classe no terreno do trabalho imediato e da produção social.

⁴⁴ - Utilizo o termo tecnologia para designar tanto os equipamentos como os métodos organizacionais que configuram um determinado processo de trabalho.

⁴⁵ - Este enfoque está presente em Asa Cristina Laurell, Jaime Breilh & Edmundo Granda, entre outros.

maioria das vezes silenciosas e miúdas, frente às múltiplas formas de usura do seu corpo vivenciadas no cotidiano de trabalho.

* * *

O chão-de-fábrica, reitero, é um espaço de intervenção, de conflitos entre os diferentes sujeitos sociais que buscam imprimir seus projetos e concretizar suas finalidades. As configurações do processo de trabalho que daí decorrem advêm não de um determinismo tecnológico, de um incessante progresso das forças produtivas, ou ainda, de uma inexorável racionalidade técnica como querem alguns, mas sim, de escolhas políticas feitas pelos sujeitos sociais em relação. A todo momento a “voz do dono” e o “dono da voz” estão tentando impor, resistir, coagir, interferir nas decisões uns dos outros, deixando imprecisos os limites entre “quem é o dono e de quem é a voz”. Ao mobilizar e trazer essas “vozes”, pretendo dar visibilidade aos sujeitos que se revelam e se escondem atrás das coisas ditas e não ditas. É essa trama de significados que constitui as várias redes de discursos presentes no espaço fabril.

As abordagens sobre o mundo do trabalho não devem se encerrar nos pressupostos da razão instrumental, nem na idealização romântica da fala operária, nem nos enunciados legitimados pela cultura organizacional. Para que os resultados da pesquisa não fiquem restritos aos dados empíricos imediatos deve-se ter em conta, também, que no trabalho existem espaços para outras linguagens, para contra-discursos, para códigos e expressões típicas do jargão operário.⁴⁶ Daí a importância de se dirigir o foco da pesquisa para a cena em que os dominados lutam para se apresentarem como sujeitos no “trem da história” — ato do reconhecimento do direito à palavra. É, como diria Seu Mariano no seu linguajar sincopado:

— *E assim a gente pensa. Só isso aí..., aí. Ficava calado... Eles conversa, né?, mas a gente num pode falá nada. Mas a gente sabe o que tá se passando...*
(Seu Mariano - operador especializado)

Quando assumo a postura de colocar a centralidade da ação nos sujeitos, tomo suas representações para acessar meu objeto de estudo.⁴⁷ Elas constituem, segundo SPINCK (1990), “modalidades de pensamento prático”, que têm um significado e um sentido expressos na própria

⁴⁶ - Via boicote da produção. Códigos e expressões gestuais que só os ‘trabalhadores iniciados’ dominam, etc.

⁴⁷ - As representações fornecem os referenciais da ação e fazem a mediação entre os sujeitos e a realidade social, uma vez que esta não pode ser apanhada de imediato. Elas atualizam e são atualizadas pela prática social. Segundo Foucault (1981): “Nem a natureza, nem a vida são domínios que se oferecem espontânea e passivamente à curiosidade do saber”.

tessitura do discurso. É através do discurso que o sujeito se revela, introduz rupturas no fluxo contínuo do tempo, presentifica o passado e antecipa o futuro. É no discurso do sujeito que *“sua experiência e suas vivências são traduzidas desde o lugar que lhe é particular /.../, que aparecem termos específicos para nomear situações dadas que permitem apreender o caráter qualitativo e subjetivo da experiência”* (TITTONI, 1994: 38). Este estudo nasce, portanto, do próprio discurso.

No momento em que diz algo, o sujeito não apenas comunica-se com os outros, mas, também, consigo mesmo. Ao recorrer à linguagem para poder expressar-se, o sujeito se inscreve na tradição de toda sua cultura (mundo social). O mundo social-histórico é repleto de sentidos, de significações, e não pode ser pensado como uma simples idealidade visada. É um mundo — no dizer de CASTORIADIS (1992a: 55-56) — *“que deve ser sustentado por formas instituídas que penetram até o âmago do psiquismo humano, modelando-o de forma decisiva ao impregnar suas manifestações visíveis e identificáveis”*. Embora apareça sempre a presença de um *“sentido encarnado”*, o sujeito tem sempre a possibilidade de reconstruir esse sentido, criando novos significados ao objeto histórico-social, uma vez que *“ele é co-constituído pelas atividades dos indivíduos, que instauram ou realizam concretamente a sociedade onde vivem”*. Portanto, ao recorrer à linguagem para elaborar seu discurso, nesse mesmo ato de expressar-se, o sujeito opera um novo arranjo das significações instituídas, inventa novos sentidos e imprime sua particularidade na totalidade. Por essa razão, é necessário compreender o discurso como uma série de fragmentos interrompidos, aparentemente desarrumados e que assume, dependendo das circunstâncias em que é proferido, as mais diversas ordenações. Ou seja, *“não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso acolhido e o discurso excluído ou, entre o discurso dominante e o discurso dominado; mas como uma pluralidade de elementos discursivos que podem atuar em estratégias diversas”* (SADER, 1988: 58-59).

Dentro da tradição gramsciana há também uma crítica àqueles que se descuidam da rede de intercâmbios, empréstimos, condicionamentos recíprocos entre as culturas de diferentes classes. Essas visões — de acordo com CANCLINI (1988: 65-66) — *“substancializam os grandes agentes sociais e lhes atribui a posse exclusiva do poder; depois, deduzem de suas estratégias de dominação os efeitos sobre as culturas populares. Ambas são pensadas como exteriores uma à outra. Na pressuposição de que a tarefa da cultura hegemônica é dominar, enquanto a da subalterna é resistir, muitos estudos parecem não ter nada mais a investigar além dos modos pelos quais uma e outra cultura desempenham seus papéis nesse roteiro /.../. Consideram hegemônico e o subalterno como propriedades intrínsecas dos discursos e práticas, e não como modalidades, ambíguas e transitórias, dos conflitos em que se articulam”*. Assim sendo, torna-se importante identificar no discurso do trabalhador a presença constante da *“fala do outro”*, *“deles”*.

Essa fala, ao tentar fixar os sentidos e silenciar os outros discursos, opera sua função ideológica: busca impedir o aparecimento de significados diferentes dos seus; objetiva *“retirar da história aquilo que a constitui, isto é, o inédito e a criação, a instituição da própria historicidade”* (CHAUI, 1982: 29).

É a possibilidade de distanciar-se desse “outro discurso”⁴⁸ que permite ao trabalhador realizar sua alteridade, afirmar sua autonomia. A autonomia é o processo pelo qual “meu discurso” busca ocupar o lugar desse discurso estranho que a toda momento emerge das “pulsões inconscientes”.⁴⁹ Entretanto — como bem assinala CASTORIADIS (1992a: 71) —, *“o projeto de construção da autonomia não pode desconhecer as condições e a dimensão social-histórica que o influencia (mas não determina) e, colocar em um suposto sujeito fictício, autárquico, em plena conformidade com a ‘Lei da Razão’ a tarefa de desvencilhar-se das contingências impostas pela realidade”*.⁵⁰ O sujeito é, assim, desprendido do momento abstrato da subjetividade filosófica, para ser reencontrado *“totalmente penetrado pelo mundo e pelos outros”*. É definido como *“a instância ativa e lúcida que reorganiza constantemente os conteúdos, utilizando-se desses mesmos conteúdos, que produz com um material em função de necessidades e de idéias elas próprias compostas do que ela já encontrou antes e do que ela própria produziu /.../. Eis porque — completa o autor — que não pode também existir uma ‘verdade própria’ do sujeito num sentido absoluto. A verdade própria do sujeito é sempre participação a uma verdade que o ultrapassa, que se enraíza finalmente na sociedade e na história, mesmo quando o sujeito realiza sua autonomia”*. Baseado nessa concepção, SADER (1988: 56) define o sujeito autônomo *“não como aquele que seria livre de todas as determinações externas (pura criação voluntarista), mas aquele que é capaz de reelaborar as contingências impostas em função daquilo que define como sua vontade”*. Para Eder SADER, a noção de sujeito encontra-se associada à possibilidade de autonomia, e é somente através da dimensão do imaginário que se abre para o indivíduo a possibilidade de superação daquilo que está dado, contingenciado.⁵¹

A opção por “ouvir a voz” dos sujeitos silenciados (demitidos da Empresa) para apreender meu objeto de estudo, tem como fundamento o fato de que os trabalhadores são portadores de uma memória viva, que nos possibilita reconstruir o trabalho enquanto uma realidade pulsante, em

⁴⁸ - Para Castoriadis (1982: 124), *“a característica essencial do discurso do outro, é sua relação com o imaginário. É que, dominado por esse discurso, o sujeito se toma por algo que não é (que, de qualquer maneira, não é necessariamente para si próprio) e para ele os outros e o mundo inteiro sofrem uma deformação correspondente. O sujeito não se diz, mas é dito por alguém, existe pois como parte do mundo de um outro (certamente, por sua vez, travestido). O sujeito é dominado por um imaginário vivido como mais real que o real, ainda que não sabido como tal, porque precisamente não sabido como tal. O essencial da heteronomia — ou da alienação, no sentido mais amplo do termo — no nível individual, é o domínio do imaginário automatizado que se arroja na função de definir para o sujeito tanto a realidade quanto seu desejo”*.

⁴⁹ - Segundo Lacan o inconsciente emerge como linguagem, é a “fala do outro”.

⁵⁰ - Castoriadis (1992a: 71) critica a compreensão de autonomia presente na tradição kantiana que desconsidera sua dimensão social-histórica.

⁵¹ - Guattari denomina este processo de “singularização da subjetividade”.

movimento. É na esteira de Walter BENJAMIN que aparece a importância de se trazer de volta a arte de narrar na sua tradição oral. No pensamento do filósofo da Escola de Frankfurt, a narração tem por função recuperar os trechos perdidos da história, os fragmentos esparsos que reconstituem os sujeitos.

Ao narrarem suas histórias, os contadores deixam-se ficar suspensos no tempo, a fim de que o passado esquecido possa ser redescoberto, salvo no presente. A presentificação do passado, ao possibilitar uma experiência da temporalidade do mundo, permite, também, que se descubra as sendas do futuro.⁵² Revisitar o passado não significa reencontrá-lo fora de época como algo “*que já foi e que não é mais*”, mas sim, retomá-lo enquanto abertura e possibilidade de antecipar “*o que ainda não é*”.⁵³ GRAMSCI, nessa mesma linha de raciocínio, nos coloca o desafio de criar e “*cimentar o presente com o dever, satisfazendo as urgentes necessidades do agora, trabalhando de maneira útil para projetar e antecipar o futuro*” (Escritos Políticos, 1917~1933 - tradução livre). O estoque de experiências trazidas pela “voz do passado” até o presente, que permanece conservado nas lembranças individuais e, sobretudo, na memória coletiva, constitui a matéria viva a partir da qual as pessoas reconstroem suas vidas e projetam suas esperanças.

A fim de reconstituir algumas narrativas operárias recorri ao minucioso e lento “trabalho da memória”. A memória comporta o tempo do lembrar e do esquecer. É a partir desse inventário de recordações e esquecimentos que os sujeitos fabricam e manipulam as representações que serão mobilizadas no cotidiano, nas atividades do pensar e do fazer. VERNANT (1970), evidencia a importância da memória para a construção do tempo humano. No livro **Mitos e Pensamento entre os Gregos** (1990: 107), assinala que “*a memória, enquanto se distingue do hábito, representa uma invenção difícil, a conquista progressiva pelo homem do seu passado individual, como a história constitui para o grupo social a conquista do seu passado coletivo. Nas diversas épocas e nas diversas culturas, há uma solidariedade entre as técnicas de rememoração praticadas /.../ e a imagem que os homens conservam na memória*”. Esse arquivo de lembranças, ao unir o fim a um começo e atualizar o passado, tem a função de ordenar o mundo, situar o indivíduo num sistema de referências a partir do qual ele se designará como “eu”.

Através das histórias narradas pelos trabalhadores procuro trazer de volta um conjunto de recordações com a finalidade de resgatar e reconstituir o período mais recente das mudanças técnicas e organizacionais na fábrica pesquisada. Todo o processo de separar, escolher e organizar essa “memória coletiva” foi completado com o trabalho de “retirada de pó” dos arquivos mortos amontoados no Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira, a partir das pistas que iam sendo reveladas pelos operários entrevistados.

⁵² - Sobre o conceito de “Narrativa” em Walter Benjamin ver Jeanne Marie Gagnebin (1994: 19; 20 e 101).

⁵³ - Esta perspectiva pode ser encontrada também em Borelli (1992: 84) ao comentar o conceito de narrativa em W. Benjamin.

A presença dos narradores deveu-se, primeiramente, ao conhecimento que eles tinham sobre os fatos que eu desejava investigar, à disponibilidade de ouvir e ao gosto pelo contar. Eles foram meus “contadores de causos”, e eu fui para eles o interlocutor, o esperançado porta-voz das suas histórias. Os discursos dos narradores não brotam — como muitos tendem a encará-los — tão somente da espontaneidade da vida, mas possuem finalidades precisas. Ao contarem suas travessias e seus trajetos, os narradores tendem incorporar fatos coletivos como vivências suas. Intimam os acontecimentos contados pelos outros para testemunharem a “*veracidade-verdadeira*” de seus dramas. Nesse processo, aparecem muitos quiproquós, sentidos enganadores, dubiedades e hipérboles como recursos retóricos. SCHRAIBER (1993: 13) bem evidencia este fato quando reconhece que, “*embora a narrativa parta de um ponto de partida, para o narrador ela já não é mais o seu. O começo agora é o ponto a que se chegou após toda a caminhada e, no percurso, as travessias sempre transformam os começos.*”

Um outro critério de eleição dos trabalhadores entrevistados baseou-se no tempo de trabalho e na função exercida. Limitei a ouvir aqueles ligados diretamente à produção e que estavam dentro da Empresa no transcorrer de 1985/1986⁵⁴. Isto se deveu ao fato que, nestes anos, aprofundou-se o processo de reestruturação técnica e organizacional do trabalho na fábrica estudada. No início da pesquisa ainda não havia clareza destes critérios. Foi no próprio percurso, quando ainda estava na fase de sondagem, conversando com vários operários, que pude perceber que esse foi o tempo das “grandes mudanças”, das “*vacas magras*” como eles preferiam dizer. Cabe ressaltar ainda, que a segunda metade da década de 80 foi o intervalo onde se iniciou o processo de reestruturação produtiva nas indústrias automotivas brasileiras. Esse período, até os primeiros anos de 90, caracterizou-se como a fase inicial e de adaptação do setor à nova realidade econômica mundial.

Durante a recolha dos dados trabalhei como médico do Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira e região, atendendo a trabalhadores da categoria. Na época — de 1989 a 1994 —, atendi a 187 trabalhadores demitidos da Fábrica pesquisada. Dentro desse universo surgiram os dez informantes principais da pesquisa. Foram entrevistados quatro operadores especializados, um operador de fundição, um torneiro mecânico/ferramenteiro, um ajustador de ferramentaria, duas montadoras e um montador. Utilizei como recurso a construção de Histórias de Vida, tendo como fio condutor na elaboração dos enredos os itinerários sócio-ocupacionais de cada narrador.⁵⁵

A opção de construir histórias individuais para, a partir daí, extrair uma história social e estudar uma realidade coletiva, está ligada à escolha do próprio método. Os relatos de vida

⁵⁴ - Entrevistei em função deste critério trabalhadores que tinham mais de cinco anos na empresa.

⁵⁵ - Na história de vida de Vander considerei apenas os aspectos relativos ao seu acidente de trabalho. Já havia recolhido 9 histórias de vida que me permitiam construir uma visão geral da Empresa pesquisada.

dissolvem o fazer fragmentado de alguns procedimentos metodológicos, que distinguem as várias etapas de investigação, introduzindo a reflexão em todo percurso da pesquisa.⁵⁶ Cada história expressa uma particularidade e um significado coletivo. As conexões que se estabelecem entre as vivências individuais com a experiência do grupo comportam divergências e pontos em comum. Daí, a importância assumida em apresentar os relatos verticalmente, na íntegra, realizando, paralelamente, os recortes horizontais que configuram o corpo deste trabalho. Cada entrevista — segundo SCHRAIBER (1993: 33) — *“deve ser vista como uma experiência particular, e não como uma mais do cotidiano”*. Observa ainda, que *“o relato não é opinião, comentário e juízos do dia-a-dia, mas é uma construção, um pensamento especialmente produzido”*.

No roteiro das entrevistas procurei reconstruir o percurso que singulariza a condição operária de cada trabalhador. Sua origem familiar, trajetória migratória e ocupacional (aquisição de conhecimentos, memória técnica, dos riscos, dos acidentes, das lutas, etc.), sua conformação ao trabalhador coletivo,⁵⁷ até sua experiência vivida durante o período em que esteve na Empresa. As histórias de vida são os documentos básicos desta pesquisa. No decorrer de suas transcrições, os acidentes de trabalho, as vivências dos riscos e as doenças são evidenciados e traduzidos a partir do local (chão-de-fábrica) onde os vários discursos e as múltiplas representações sobre os seus significados são produzidos.

Fui procurar, também, o “discurso dos outros” (a voz do dono) nos boletins, comunicados, cartilhas, atas da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e materiais informativos produzidos pela Empresa. Optei por esse caminho por considerar que aí estão presentes todas as falas que transmitem o “discurso oficial” com sua pauta editorial previamente censurada. Busquei da mesma forma, pesquisar jornais e revistas que continham indicadores econômicos e matérias sobre a Firma, que pudessem revelar seus objetivos, prioridades e estratégias frente aos seus “clientes internos e externos”.⁵⁸

Embora este trabalho trate de um chão-de-fábrica restrito — uma Empresa Metalúrgica do ramo de autopeças situada na cidade de Limeira —, não pretendo abordá-lo somente como um estudo de caso. A Fábrica escolhida para ser pesquisada compõe um dos setores mais dinâmicos da Indústria Brasileira. Durante a crise da chamada “década perdida”,⁵⁹ ela se estabeleceu entre “as maiores e melhores”, consolidou-se como líder na produção de sistemas de freios no mercado interno e expandiu seus negócios no mercado internacional. Segundo palavras do seu presidente: *“a Varga exporta hoje para 40 países e é a quarta do mundo em freios”* (Jornal de Limeira,

⁵⁶ - Em relação a este aspecto da história oral ver Trigo & Brioshi (1987: 631-637).

⁵⁷ - Lefebvre (1979: 79) refere que na sociedade capitalista o trabalhador coletivo é o conjunto das unidades de produção, das empresas capitalistas, com sua organização inerente que tem em vista a produção de bens materiais e, sobretudo, o lucro.

⁵⁸ - Expressões utilizadas pela empresa para designar seus trabalhadores, fornecedores e compradores.

⁵⁹ - Termo utilizado para designar o período recessivo dos anos 80.

24/03/95, p.4 - grifo meu). Ao marcar as especificidades e particularidades desta Firma, pretendo também apontar algumas tendências gerais que nos permitam caracterizar a “via nacional” de reconversão industrial. Desde que se tome os devidos cuidados, é possível encontrar o elo perdido e as conexões existentes entre este chão restrito e o tecido industrial mais amplo.⁶⁰

* * *

O ritmo das mudanças tecnológicas e da implantação dos novos modelos organizacionais tem-se acelerado nos últimos anos. A cada etapa de transformação, os trabalhadores têm enfrentado novas condições de trabalho e de reprodução, sempre impostas como se fossem as únicas possíveis. Esse processo previsto e antecipado por MARX nos **Grundrisse** [1857~1858], aparecia como portador de promessas fantásticas para o futuro do trabalho. Esperava-se que a automação micro-eletrônica e a informatização da produção incrementassem o tempo livre, acabassem com a penosidade do labor industrial, enfim, libertassem o “gorila amestrado” (TAYLOR) das jaulas do trabalho monótono e repetitivo, para favorecer a livre expressão da inventividade e da criatividade operária. Mas será que essas previsões estão se concretizando nos dias de hoje? Afinal, quais os efeitos e significados que a introdução de “novas tecnologias” tem tido sobre o conteúdo efetivo do trabalho, sobre as relações sociais de produção, sobre as condições de vida dos trabalhadores?

Cabe antecipar desde agora, que não há futuros teleologicamente garantidos, nem trágicos cenários profeticamente anunciados. Longe de acenar com um “adeus ao proletariado”⁶¹ e aderir ao “apocalypse now” da profecia bravermaniana,⁶² quero insistir que não há respostas e conseqüências predeterminadas e inevitáveis nisso tudo. A relação entre inovação tecnológica e transformação das condições de trabalho não é mecânica. Ela pode ser reinventada e projetada pelo conjunto dos trabalhadores. Para isso, há que se travar uma grande batalha pelo direito, pela posse e pelo controle democrático das informações, capacitando assim os sujeitos sociais para a escolha e para a ação.

⁶⁰ - Para isto, busco articular os diferentes trajetos profissionais dos narradores que cortam vários chãos-de-fábricas, com a minha história profissional vivida na prestação de serviços para diversas categorias de trabalhadores (Metalúrgicos Limeira e Campinas, Condutores de Transporte Coletivo de Campinas, Ceramistas de Pedreira, Sapateiros de Franca, Petroleiros do Estado de São Paulo, Trabalhadores da Alimentação de Catanduva, entre outros). Torna-se importante, também, levar em conta as referências bibliográficas que tratam do tema.

⁶¹ - André Gorz, em seu *Adeus ao proletariado* (1982), faz uma crítica radical ao operariado industrial, típico da indústria capitalista: “esta classe operária tradicional não passa de uma minoria privilegiada”. Em contrapartida, vê na aparição de um neoproletariado, de uma classe de não-produtores, trabalhadores precários e desempregados, a emergência dos novos agentes revolucionários.

⁶² - Harry Braverman: *Trabalho e Capital Monopolista* (1980). Defende este autor que existe uma tendência constante à degradação do trabalho no curso do desenvolvimento capitalista.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA E NARRADORES

*Eu vi coisas como vocês nunca acreditariam. Naves de ataque em chamas perto da
borda de Orion. Vi a luz do farol cintilar no escuro da comporta Tannhäuser.
Todos esses momentos se perderão no tempo como lágrimas na chuva...*
(Roy - líder dos replicantes - in: **Blade Runner: O Caçador de Andróides**, 1982)

A temática da saúde recorta toda espessura da vida e se entrelaça com as esferas econômicas, políticas, culturais, religiosas e simbólicas da atividade humana. Manifesta-se, na sua concretude vital, como um acontecimento intrincado no próprio corpo.¹ Apesar de aparecer sempre tangenciada pelas “*vicissitudes, avanços, recuos, interrogações e perspectivas da totalidade sociológica da qual faz parte*” — conforme observa MINAYO (1992: 13) —, é capaz também de produzir e re-singularizar o social a partir de seus múltiplos significados para a existência pessoal. A saúde, em suas várias dimensões, conforma uma realidade complexa que requer conhecimentos interdisciplinares e o manejo de diversos instrumentos de análise para sua abordagem. Comporta também, distintos pontos de vista, modos diferenciados de se interpretar e intervir sobre os seus condicionantes. Estas questões são claramente evidenciadas no campo das relações entre saúde e trabalho, onde vários projetos buscam afirmar e impor suas “visões de mundo”. Essas diferentes visões podem ser observadas desde os referenciais teóricos que informam os critérios para se denominar este campo (Medicina Ocupacional, Medicina do Trabalho, Saúde do Trabalhador, etc.), até os modelos de intervenção propostos no limite institucional (Higiene e Segurança do Trabalho, Programas de Saúde do Trabalhador, SESMT, etc.) e no interior do próprio movimento sindical (Modelo Operário Italiano, Modelo Assistencialista, Modelo Médico-jurídico, etc.).²

¹ - Para Leriche (Apud. Canguilhem, 1978) a “saúde é a vida no silêncio dos órgãos”.

² - É importante salientar, também, que no caso brasileiro, as várias instituições que atuam no setor (Ministério e Secretarias do Trabalho, Ministérios e Secretarias de Saúde, FUNDACENTRO, INSS, Promotoria e Justiça do Trabalho, CETESB, entre outras), possuem concepções diferenciadas sobre o problema, o que resulta em uma intervenção fragmentada e ineficaz. Ver este debate também em García (1989) e Laurell & Noriega (1989).

No presente estudo, desde o início, estabeleço minha opção pelo enfoque da Saúde do Trabalhador. Ao fazê-lo, parto do pressuposto de que são os sujeitos sociais que detêm os atributos que me pus a investigar e conhecer. Ciente dos riscos que esse tipo de escolha traz ao método científico, busquei, sempre que possível, colocar a fala operária diante das outras falas presentes no espaço fabril, das determinações mais amplas que nos informam sobre as transformações atuais do mundo do trabalho e das referências bibliográficas, que serviram de contraponto para minhas observações. Longe das visões maniqueístas que colocam o “real” ora sob o olhar do trabalho, ora sob o olhar do capital, quero evidenciar que ele, o real, não se encontra subordinado a nenhum desses dois olhares, mas, sim, ao confronto estabelecido entre os mesmos.³

Torna-se importante reconhecer também, que a interpretação e os significados atribuídos a essa relação estão submetidos à experiência profissional do pesquisador. Submetem-se, ainda, às categorias de análise que foram mobilizadas durante o percurso da pesquisa. Concordo com RICOUER (1977) quando afirma que *“nenhuma teoria social pode desvincular-se por completo da condição ideológica”*, da mesma forma com CASTORIADIS (1992a: 18). Esse último reconhece que o elemento subjetivo não deve ser eliminado do processo de conhecimento, e que *“a melhor maneira de remediar isso é tornar esses pressupostos tão explícitos quanto possível”*. A propósito destas considerações, LÖWY (1985) propõe o termo *“visão social de mundo”* para definir aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas que estão sempre presentes no processo do conhecimento científico.⁴ A construção desse conhecimento não está livre de julgamentos de valor e de pressupostos político-sociais, que apontam para uma perspectiva socialmente determinada, para um ponto de vista que marca o viés e a lente utilizada pelo pesquisador para mirar e apreender seu objeto de estudo.

Existe, atualmente, uma imposição acadêmica de modelos de pesquisas formatados pelas metodologias quantitativas. Há um certo “terrorismo metodológico”⁵ contra tudo o que não seja quantificável e passível de tratamento estatístico. GINZBURG, ao criticar a hegemonia dos

³ - Henri Lefebvre faz as seguintes observações sobre o conceito de “real”: *“Já de há muito sabemos que não existe o ‘real’ puro e simples. As noções de práxis e ideologia nos revelaram sua complexidade, sua relação dialética. Não existe real que não produza aparência; não existe práxis (salvo talvez a práxis criadora, a dos grandes períodos revolucionários) que não gere ilusões. Nas sociedades, as aparências fazem parte do real, e as ilusões, da práxis”* (Lefebvre, 1979: 85). Marilena Chauí (1982: 215), assinala que o *“real não são os fatos nem as idéias, os dados e as representações. Estes são aquilo que aparece em virtude do real, que é o trabalho que uma sociedade efetua sobre si mesma para produzir-se e instituir-se, para mascarar-se e fixar-se em sua máscaras como se graças a ela pudesse fixar o tempo e deixar de produzir-se. Porque o real é o trabalho de instituição do próprio social e do seu mascaramento como instituição permanente, ou em outras palavras, por que o real é reflexo que deseja ocultar-se na imobilidade das representações, o novo é uma de suas dimensões”*. Em relação ao real, Guimarães Rosa, por intermédio do personagem Riobaldo (Grande Sertão: Veredas), dirá: *“o real não está nem na saída nem na chegada: ele se dispõe para gente é no meio da travessia”*.

⁴ - Löwy (1985: 14) propõe diferenciar dois tipos de “visões sociais de mundo”: visões ideológicas, quando servissem para legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social do mundo; visões utópicas, quando tivessem uma função crítica, negativa, subversiva, quando apontassem para uma realidade ainda não existente.

⁵ - A expressão é de Florestan Fernandes.

paradigmas matemáticos na produção científica contemporânea, assinala que *“a orientação quantitativa e anti-anthropocêntrica /.../ colocou as ciências humanas num desagradável dilema: ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância”* (Apud. STONE, 1991: 35).

Este estudo, por pretender reconstituir significados e qualificá-los de acordo com as formas diferenciadas através das quais os sujeitos sociais representam e atuam em relação à saúde e à doença no cotidiano fabril, vincula-se às metodologias qualitativas, entendidas como *“aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas”* (MINAYO, 1992: 10). Não se trata aqui de construir nexos de causalidades, de estabelecer co-relações estatísticas e, nem mesmo, buscar validações consensuais.

Quando utilizo as histórias orais como recurso do método, estou perseguindo interpretar e restaurar os sentidos, detectar regularidades e divergências por intermédio das representações sociais que revelam o modo peculiar como cada sujeito experimenta e elabora suas relações objetivas. É a partir dos sujeitos que serão acessadas as relações entre processo produtivo e saúde. Neste sentido, quero contribuir de maneira criativa e dialogar com outros estudos existentes nesse campo que optam pelo caminho inverso.⁶ HOBBSAWN (1981: 44) lembra que *“não há nada de novo em escolher olhar o mundo por um microscópio, ao invés de um telescópio”*. Ao examinar o tema através de um microscópio (sujeitos singulares), optei por olhá-lo com uma lente de imersão (olhar de cada trabalhador), sem deixar, entretanto, de focalizá-lo sempre na angulação panorâmica.⁷

Em contraposição ao positivismo — como assinala MINAYO (1992: 11) — e ao estruturalismo-funcionalista (acrescentaria), este estudo pressupõe a subjetividade *“como fundante do sentido, constitutiva do social e inerente ao entendimento objetivo”*. Esse pressuposto implica remeter os *“acontecimentos corriqueiros”* trazidos pelos trabalhadores à totalidade, para possibilitar, com isso, o resgate do sentido histórico e social dos fatos. Ou seja, esse modo de

⁶ - Nestes estudos a relação entre saúde e modo de produção é deduzida a partir dos processos de trabalho na sociedade capitalista que, na maioria das vezes, aparecem como patogênicos. Não pressupõem os sujeitos e nem as determinações subjetivas presentes no mundo do trabalho.

⁷ - Ou seja, os relatos individuais, a percepção de cada trabalhador não podem ser compreendidas ou serem interpretadas de modo suficiente a não ser no interior de um momento histórico específico e de um quadro mais amplo. Segundo Queiroz (1988: 14-43), *“se o indivíduo obedecesse a determinação exclusivamente suas e inconfundíveis, então realmente as histórias de vida seriam impróprias para uma análise sociológica. No entanto, o que existe de individual e único numa pessoa é excedido, em todos seus aspectos, por uma infinidade de influências que nela se cruzam e as quais não pode por nenhum meio escapar, de ações que sobre ela se exercem que lhe são inteiramente exteriores /.../. Sua história de vida se encontra, pois, a cavaleiro de duas perspectiva: a do indivíduo com sua herança biológica e suas peculiaridades, a sua sociedade com sua organização e seus valores específicos. A história de vida, em resumo, se encontra apoiada em duas disciplinas: a psicologia e a sociologia”*.

proceder analítico permite atribuir a cada evento narrado, além de seu significado trivial, um papel revelador da lógica e da significação do todo.⁸

O procedimento metodológico que busca perceber “a relação inseparável entre mundo natural e social; entre pensamento e base material; entre objeto e suas questões; entre a ação do homem como sujeito histórico e as determinações que a condicionam” (MINAYO, 1992: 12) é a base da tradição dialética marxista que fundamenta este trabalho. O princípio da totalidade como categoria metodológica — escreve LÖWY (1985: 16) — “obviamente não significa um estudo da totalidade da realidade, o que seria impossível, uma vez que a totalidade da realidade é sempre infinita e inesgotável. A categoria metodológica da totalidade significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder sua relação com o conjunto”.

Lucien GOLDMANN (1973: 76-77) aponta para a necessidade de se conectar o objeto estudado às várias estruturas diferentes (noção de polissemia),⁹ tanto no plano da consciência quanto na esfera da vida prática. Afirmar esse autor, “que cada vez que nos encontramos diante de um comportamento humano, uma expressão lingüística, uma frase escrita, uma indicação qualquer de comunicação, qualquer que seja, aliás, a impressão imediata que produz esse fragmento ou esse comportamento, e mesmo se não vemos, de imediato, sua racionalidade, a maneira pela qual ele poderia contribuir para a solução de um problema, é, de fato, um fragmento de sentido, que, se conseguirmos integrá-lo no conjunto do qual faz parte, vai se revelar significativo”. Ao considerar a totalidade como uma realidade estruturada, torna-se importante assinalar seu caráter movente e transitório, que a configura, no dizer de SCHRAIBER (1993: 25), como “cristalizações tensionadas”, provisórias e instáveis, passíveis de atualização pela práxis humana.

É através da prática social que os homens reconhecem os objetos externos, passam a nomeá-los, atribuir-lhes significados e a agir sobre eles no sentido de conservá-los ou transformá-los. A ação direcionada e intencionada marca o aparecimento dos indivíduos enquanto atores e autores da história (sujeitos sociais). A linguagem é o veículo (a mediação) pelo qual os sujeitos se expressam e fazem circular suas “visões de mundo”. No instante em que se apropriam de uma parcela dos significados da língua, as pessoas inventam seus dicionários próprios, fabricam palavras, reinterpretem seus sentidos originais e as utilizam em situações totalmente diversas daquelas em que foram criadas. Caetano VELOSO (1991), no mais puro estilo da tradição oral dos

⁸ - Para o debate da relação parte-todo, ver: Goldmann (1973 e 1979), Kosik (1986), Sartre (1968: 38-39), Löwy (1985), entre outros.

⁹ - Utiliza-se da noção de polissemia para denominar esta “totalidade relativa”, estruturada pela vida social e pela rede de imagens que emergem do psiquismo.

cantadores de repente, entoa um pequeno fragmento do poeta Haroldo de CAMPOS¹⁰ que se acerca dessa inventividade léxica presente no imaginário popular:

O
 povo é inventalinguas
 na malícia da mestria
 no matreiro da
 maravilha no visgo do improviso
 tateando a travessia
 azeitava o
 eixo do
 SOL.¹¹

Essa capacidade de criar seu próprio repertório de palavras e significações revela uma das dimensões do sujeito: *“alguém que se arrancou por diferença das relações intranaturais, alguém capaz de se voltar para o mundo, de visá-lo, de apreendê-lo, de captá-lo, de compreendê-lo”* (RICOUER, 1978: 215). Para CASTORIADIS (1982: 159), *“falar já é escolher signos, hesitar, corrigir-se, retificar os signos já escolhidos em função de um sentido que se quer dar”*.¹² Ao nomear as coisas e designar-se a si mesmo no momento do discurso — apesar das ilusões que essa designação comporta —, o sujeito engaja-se numa situação de reciprocidade frente aos outros, marcando, assim, a *“própria criação da história”*.

Fazer história se inscreve no cerne de uma sociedade que corre atrás de recuperar seus registros e de reapropriar-se criticamente da realidade. Segundo TUDE de SOUZA (1990: 4), esse trabalho de reapropriação e reconstrução crítica do real envolve, pelo menos, dois diferentes níveis de análise. O primeiro, diz respeito ao modo como um processo, um grupo, uma coisa é designada em sua forma de existência genérica, através de um conjunto de traços gerais que lhe confere uma significação determinada frente à história. O segundo, refere-se às tentativas de apreender e determinar, com base nas análises da experiência concreta, os traços específicos que designam e atualizam uma realidade social singular. Nesse caso, trata-se de examinar concretamente as diferentes práticas sociais em busca dos significados, das representações e das atribuições inscritas

¹⁰ - Música *Circuladô de Fulô* baseada num trecho do livro *Galáxia* de Haroldo de Campos.

¹¹ - Esta inventividade pode ser encontrada também, na fatura dos neologismos do *Grande Sertão: Veredas* de Guimarães Rosa. Estão presentes, ainda, no vocabulário onomatopéico, nos sons entoados por Mauro e Kitéria e recolhidos pelos Titãs no disco *“Ôn Blésq Blom”* (1989) — ver música *“Miséria”*.

¹² - É importante considerar, neste aspecto, a existência de significações preexistentes para que os indivíduos construam seus próprios significados. Segundo Castoriadis (1982: 175), *“para que uma significação social imaginária exista, são necessários significantes coletivamente disponíveis”*.

pelos sujeitos em presença e em conflito. A mesma autora reconhece que *“a capacidade de reapropriar-se criticamente da experiência coletiva é que faculta aos agentes históricos uma abertura para o futuro, orientando a emergência de um projeto capaz de dirigir uma intervenção prática no presente. Este é o fazer da história — continua —, e é isto que significa ser autor de sua própria história, com o que se afirma a relatividade da fronteira entre passado/presente/futuro”* (TUDE de SOUZA, 1990: 294).

I. História de Vida: a veracidade dos relatos orais

É através da narrativa que aparecem as mediações concretas a partir das quais os grupos sociais atualizam, representam e se reapropriam criticamente da realidade. A narrativa designa, aqui, a organização de materiais trazidos de uma tradição oral, que condensa passado/presente/futuro, e na qual os fatos individuais são concatenados aos outros acontecimentos. Na tradição marxista, historiadores como E.P.THOMPSON encaram a narrativa como forma adequada de expressão de processos sociais, das lutas políticas, da vida cotidiana e da cultura popular. Tais manifestações passam a ser valorizadas ao lado da já consagrada análise do modo de produção. Assim, *“a narrativa é vista como meio privilegiado para uma história que não mais se detém na análise de dados econômicos ou no mero desfile das relações sociais de trabalho destinado a comprovar um modelo de modo de produção”* (WHITE, 1991: 10-11). A compreensão histórica passa a incidir sobre o lugar das práticas humanas e seus significados, procurando evidenciar as diferenças entre passado e presente. A história narrativa se distingue da história estrutural por dois aspectos essenciais, de acordo com a visão de WHITE (1991: 13-14): *“sua disposição é mais descritiva do que analítica e seu enfoque central diz respeito ao homem, e não às circunstâncias”*. Portanto, *“ela trata do particular e do específico, de preferência ao coletivo e ao estatístico”*.

Os relatos orais¹³ colocam para o pesquisador alguns problemas relativos à confiabilidade das fontes, aos critérios de escolha sobre quem ouvir, à relação entrevistador/entrevistado, que necessitam ser explicitados e metodologicamente monitorados, tendo em vista a credibilidade da sua utilização no campo das pesquisas sociais. Por ser uma técnica que parte dos indivíduos, torna-

¹³ - Neste trabalho quando utilizo história oral, narrativa, história de vida, biográfica quero designar a mesma coisa. Na verdade seria mais correto indicar para este estudo que recolhi histórias sócio-ocupacionais dos trabalhadores. Não colhi exaustivamente histórias de vida, mas me preendi em aprofundar um dado período das suas vidas, priorizando suas trajetórias ocupacionais.

se necessário reconhecer que as histórias são construídas a partir de uma representação do real e que, portanto, devem ser tratadas como uma interpretação contínua e uma reinterpretação da experiência ao invés de um registro inequívoco do que aconteceu. Para BRUNER, o fato de o narrador ser também a figura central da narrativa já é suficiente para colocar a *“subjetividade sob suspeita”*. O simples ato de narrar a própria história distorce o que se tinha em mente para contar. Há uma desfiguração obrigatória quando se encara a si mesmo no momento da criação. É a isto que Antônio CÂNDIDO denomina *“nostalgia transfiguradora”* (Apud. SANT’ANNA, 1993: 24). BRUNER (1987: 13) reconhece, nesse fato, a riqueza e a validade de se usar os depoimentos autobiográficos nos estudos que pretendem captar o que se sucede nos cruzamentos da vida individual com a vida coletiva. Para esse autor, *“a vida neste sentido é também uma construção da imaginação humana bem como a narrativa. Ela é construída pelos seres humanos através de um raciocínio ativo, o mesmo tipo de raciocínio que usamos para construir narrativas. Quando alguém conta sua vida /.../, será sempre uma realização cognitiva e não um recital claro como um cristal de algo dado como evidente. Psicologicamente não existe algo que seja a ‘vida propriamente dita’. Será no mínimo uma realização selecionada dos fatos da memória. Recontar a vida de alguém é um ato interpretativo”*.¹⁴

WHITE (1991: 47), também problematiza o uso das fontes orais. Assinala que *“a narração é uma maneira de se expressar tão universal quanto a própria linguagem, e a narrativa é um modo de representação verbal tão obviamente natural para a consciência humana que sugeri-la como um problema pode parecer pedante. Porém — completa o autor — é precisamente porque a narrativa é um modo de representação tão natural à consciência humana, está tão integrada à fala cotidiana e ao discurso comum, que o seu uso em qualquer campo de estudo que aspire à condição de ciência deve ser questionado”*. Cita, como exemplo, Braudel, Furet, Le Goff, entre outros, que consideram a narrativa como uma forma ideológica, representacional e não científica. Para esses historiadores, a utilização das fontes orais deveria ser extirpada dos estudos históricos genuínos em proveito das fontes escritas.¹⁵ Contra esta visão, WHITE (1991: 78) argumenta em favor da história oral partindo do princípio de que *“um relato narrativo é sempre um relato figurativo, uma alegoria”*¹⁶ /.../, *segundo a qual o enredo constrói todos os significados a partir dos acontecimentos dispersos”*.

¹⁴ - A tradução do texto foi feita por Andréa Barros de Carvalho - UNESP.

¹⁵ - Ver esta discussão em Hayden White (1991: 55-81).

¹⁶ - O conceito de “alegoria” é definido por Ricoeur como a maneira de expressar esse “excesso de sentido” presente nessas apreensões da realidade como uma dialética do desejo humano, por um lado, e como manifestação cósmica, por outro. Uma narrativa histórica, portanto, pode ser considerada como uma alegorização da experiência do “dentro-do-tempo”, cujo sentido figurativo é a estruturalização da temporalidade. Difere da crônica porque nesta existe uma representação ordinária do tempo. Ver White (1991: 84).

THOMPSON (1992: 184) compartilha desse ponto de vista ao afirmar que “a credibilidade das fontes orais é uma credibilidade diferente. A importância do testemunho oral — acrescenta — pode estar, muitas vezes, não em seu apego aos fatos, mas antes em sua divergência com eles, ali onde a imaginação e o simbolismo desejam penetrar /.../. A história oral não é apenas sobre eventos, estruturas, ou padrões de comportamentos, mas também, como são eles vivenciados e lembrados na imaginação /.../. Os eventos serão preservados e reordenados segundo o papel que desempenham na construção desse auto-retrato mental”.¹⁷ RICOUER, concordando com essas teses, define a “narrativa como um discurso simbólico”, cuja legitimidade (enquanto prática historiográfica) sustenta-se na sua capacidade de revelar o sentido e a coerência dos acontecimentos.¹⁸

BRIOSCHI & TRIGO (1987: 636-637), comentando sobre a utilização dos relatos orais em pesquisas históricas, salientam “que o sujeito entrevistado fala da representação que tem dos fatos de sua vida, ele em suma se conta, segundo suas categorias de valores e seus códigos temporais”. Assim sendo, o trabalho do entrevistador é um esforço de interpretação, “onde o filtro perceptivo vai determinar desde a seleção dos fatos até o significado atribuído a eles. O narrador — continuam — conta sua vida hierarquizando, valorizando ou desvalorizando determinados aspectos, reforçando outros, imprimindo à narrativa a sua visão pessoal e subjetiva. É uma narrativa na qual o herói é o narrador que dá uma interpretação pessoal sobre os fatos de sua própria vida. Fica claro, pois, que nas narrativas de história de vida a subjetividade está presente em toda amplitude, fornecendo uma determinada versão dos fatos onde lacunas especiais e temporais estão presentes. É necessário, assim, que na opção pelo método biográfico esteja implícita a aceitação da subjetividade e da intencionalidade do narrador”.

Toda metodologia histórica não aponta somente para inúmeros episódios e acontecimentos dispersos, mas, igualmente, resulta uma narração e uma elaboração crítica desses fatos. A trama individual adquire, dessa maneira, um significado no interior do tecido social no qual ela encontra-se abrigada. CIPRIANI (1988: 110) considera que “o dado biográfico não tem nunca um conteúdo somente pessoal, mas tem pontos que prendem à comunidade local e à sociedade mais ampla. Além disso, ela possibilita conhecer mais a fundo as relações interpessoais, portanto, reconstruir a realidade social nas suas diversas manifestações: do trabalho ao tempo livre, da família ao bar, das amizades à fábrica”. Falar da validade universal do singular não significa

¹⁷ - Paul Thompson desenvolve no seu livro *A Voz do Passado* (1992) a idéia que a história oral, ao devolver a história ao povo, tem a função de democratizar a própria história.

¹⁸ - Ver White (1991: 85). Sobre este debate ainda, ver Michel Trebitsch (1994). O autor faz uma análise da utilização das fontes orais desde Heródoto (pai da história) até os dias atuais. Relata o embate de historiadores de vários países para conseguirem dar um estatuto científico e o reconhecimento acadêmico aos métodos narrativos da história oral.

valer-se de um subjetivismo absoluto. Ao contrário, deve-se colocar em destaque o espaço e os fatos sociais que contingenciam a existência do indivíduo. Trata-se, conseqüentemente, de estudar o geral através do singular e apanhar o singular na sua constituição histórica e social. Para tanto, todo esforço deve estar concentrado na interpretação e na hierarquização dos significados atribuídos pelos sujeitos, submetendo-os, sempre que possível, às determinações mais amplas que informam e condicionam os acontecimentos particulares.

Muito facilmente, a riqueza dos relatos de vida pode levar o pesquisador desprevenido de um referencial teórico explícito e consistente a considerar que os relatos “falam por si só”. Ao reificar a técnica e dispensar a necessidade de uma elaboração teórica, corre-se o risco de cair no positivismo, que se limita a descrever e classificar os fatos de acordo com sua “manifestação natural”. Uma das conseqüências dessa concepção — de acordo com CANCLINI (1988: 71) — é a de assumir uma visão imanentista na análise dos discursos dos trabalhadores: *“uma vez que ele se define como operário, será necessário crer — já que ninguém conhece melhor do que ele o que se passa — que sua condição e sua consciência de classe são tais como ele se apresenta”*. Ou seja, *“ao utilizar somente os relatos dos autores, opera-se como se conhecer fosse aglomerar fatos segundo seu aparecimento ‘espontâneo’, em vez de construir conceitualmente as relações que lhes dão sentido e lógica”*.

Ao invés de uma confiança excessiva na transparência do material recolhido, o investigador deve empreender um trabalho permanente de construção, estabelecendo sempre um diálogo entre a teoria e as evidências empíricas.¹⁹ A montagem do produto final é uma operação cuidadosa. Consiste em esparramar os vários relatos individuais a fim de compará-los e confrontá-los entre si, para, só então, individualizar e mapear os acontecimentos de maior relevância, estabelecer periodizações e detectar as conexões que vão aparecendo no transcorrer da pesquisa. Para tornar possível as generalizações, é necessário extrair de uma série de depoimentos as evidências sobre cada tema que se quer estudar, retomando-os, em seguida, para enxergá-los de um novo ângulo.²⁰ De acordo com QUEIRÓS (1988: 19), tal procedimento *“significa decompor um texto,*

¹⁹ - Por mais que se busque apreender dados objetivos e reais, o resultado é sempre uma interpretação dos fatos, um ponto de vista que poderá ser confrontado com outros. Os agentes sociais não têm conhecimento das determinações sociais de sua trajetória. Seus discursos são cheios de lacunas e as relações sociais não se apresentam de forma imediata. São encobertas pelas regras e ideologias presentes na própria fala. Ver também Trigo & Brioschi (1987: 631-637).

²⁰ - É importante salientar também, que a análise das histórias de vida permite confirmar a veracidade das premissas originais enquanto suscita, ao mesmo tempo, novos questionamentos que exigem do pesquisador a busca de outros referenciais para dar conta do objeto em estudo. Ao defrontar-se com seu material empírico o pesquisador encontra-se, muitas vezes, diante do inédito. Este fato, o coloca na situação de rever suas suspeitas iniciais e de procurar outras evidências para sua investigação. A voz dos informantes não apenas confirma as respostas às indagações trazidas pelo investigador, como também, afirma as individualidades, particularidades que não podem ser subsumidas mecanicamente à uma totalidade pré-determinada. Neste sentido, discordamos de Schraiber quando ela afirma que *“na investigação não se chega a resultados que já não estivessem parcialmente previstos desde o início [...] O que se vai investigar é a natureza mais íntima que a prática já mostrara, as relações entre seus diversos aspectos que conformam um todo estruturado vivo [...] O passo verdadeiramente criativo reside na elaboração das hipóteses de trabalho, o que se segue é menos uma descoberta, como supõe o leigo, do que a confirmação (detalhada, corrigida, refinada) dessas hipóteses, ou sua infirmação”* (Schraiber, 1993: 27).

fragmentá-lo em seus elementos fundamentais, separar seus diversos componentes, recortá-los a fim de utilizar somente o que é compatível com a síntese que se busca”.²¹

2.

A Representação da História: casos e *causos*

A história oral, enquanto “técnica de antiga procedência”, é sempre uma representação do real. Ao se apossar da memória coletiva, o narrador faz uso de toda uma lógica de estruturação dos acontecimentos inscrita no acervo da cultura do seu próprio tempo e da sua própria classe. De acordo com LEFORT (1990: 202), *“as condições nas quais se estabelece este empreendimento nunca são as mesmas; para cada sociedade, em cada época há uma circunstância particular, uma situação herdada, um costume”* que delimita certas possibilidades e impossibilidades ao contador. Ou seja, os relatos de vida não tratam apenas do “fato em si” — e que tem lugar num intervalo de tempo definido —, mas se inscrevem no conjunto das tradições nas quais *“os indivíduos são formados como indivíduos sociais”*. Esse entendimento — segundo CASTORIADIS (1992a: 46) —, *“deve levar em conta que essas formações coletivas são também representações na cabeça de homens reais, e que desta forma elas podem ter uma significação importantíssima, às vezes decisivas para o agir dos homens reais”*. O modo como cada pessoa fala sobre a vida, como a ordena, os acontecimentos que coloca em destaque e os que deixa de lado, os termos e as palavras escolhidas, são elementos essenciais para a compreensão da sua história.

Toda narrativa se vale não só do presente e das reminiscências do narrador-protagonista, mas, também, das suas expectativas e de seus quereres. No enredo que está sendo criado, os afetos e as intenções comparecem dando vida ao seu desenrolar. Mais do que relato de um “caso verídico”, ela é um *causo*, onde o informante *acredita de boa fé que foi assim mesmo o acontecido*. É um acontecimento repleto de significados subjetivos e sociais, e não simplesmente um “fato jornalístico”. Fica claro, portanto, que estamos lidando com momentos vividos, com depoimentos e significados muitas vezes conflitantes, enfim, com a experiência acolhida, interpretada, carregada de sentimento.²² Tal escolha, permite avançar na direção desse território

²¹ - Segundo Ginsburg (1991), o *“método é o percurso depois do caminho percorrido”*. Ou seja, o pesquisador, embora sabendo o que busca, se depara, a todo momento, com situações totalmente novas e imprevistas no início, que servem para aprimorar o método e a técnica da pesquisa.

²² - Ver Rodrigues (1985: 196).

fundamental onde se travam as relações entre a representação e as condições concretas de existência, entre a experiência vivida e os significados impressos no imaginário. Esta forma de proceder reintroduz a “categoria da representação” com significado próprio: uma das dimensões constitutivas da práxis social; estrutura simbólica da ação que não se esgota no conceito cristalizado de ideologia (“imagem invertida da realidade”).

Não caberia neste texto — que já o vislumbro exageradamente extenso em relação ao projeto original — retomar o exaustivo debate entre as várias correntes de pensamento que tematizam a questão das representações. Cabe reconhecer, entretanto — conforme assinala BIRMAN (1991a: 8) —, “*que este conceito recorta várias disciplinas (antropologia social, psicanálise, psicologia social, sociologia, política...), e tem implicações diferentes na economia interna de cada uma delas*”.²³ No intuito de apenas exemplificar o “caráter polissêmico” que perpassa as múltiplas formas de se abordar a “categoria representação”, apresso-me em citar algumas das matrizes teóricas que lidam com esse conceito.

Na sociologia positivista de DURKHEIM, as “*representações coletivas*” são tomadas na sua “*exterioridade*” e “*autonomia*” frente aos indivíduos (possuem “*objetividade em si*”). Aparecem ligadas aos fatos sociais — que antecedem o nascimento das vidas particulares — e exercem um poder coercitivo sobre a coletividade.²⁴ WEBER se vale desta categoria tanto para sugerir uma “*delegação de poder*” entre os “*representados*” e seus “*representantes*”, quanto para designar os juízos de valores, concepções, as mentalidades e visões abrangentes do mundo (em geral elaboradas pelos grupos dominantes) que conformam uma “*dada racionalidade*” (adequação entre certas idéias e uma determinada base material). A perspectiva weberiana também concebe a “*autonomia do mundo das representações*” em relação às condições objetivas de produção da existência. Na tradição filosófica de Henri BERGSON, a representação nasce a partir de uma “*percepção frusta*” que não desaguou na ação motora. Enquanto “*imagem fixada*” não devolvida ao mundo exterior, constitui o “*inventário da memória*” que facilita o posicionamento do indivíduo frente à sua atividade prática. O “*interacionismo simbólico*” de BERGER & LUCKMANN insere as representações no “*universo das significações*” que ordena os fatos históricos. É na vida cotidiana, enquanto acontecimento intersubjetivo, que os indivíduos se comunicam uns com os outros e participam da “*unidade coerente*” do próprio mundo. A experiência da temporalidade (passado - presente - futuro) garante a coesão necessária à vida, estabelecendo, assim, os fundamentos da memória coletiva e o quadro de referências comuns, a partir do qual as pessoas projetam suas ações. GOFFMAN, por sua vez, emprega o conceito de representação à luz da “*metáfora teatral*”, do “*efeito dramático*” produzido pela encenação do “*eu*”. Sua “*teoria do ator*

²³ - Ver também Spink (1993), Ricouer (1991) e Minayo (1992).

²⁴ - Para Durkheim as formas religiosas e a moral são paradigmas das representações sociais.

social” concebe que ele se movimenta entre as marcações do palco (exterioridade) e as tramas veladas dos bastidores (mundo subjetivo). No enfoque psicanalítico, a representação seria antes o que do objeto se vem inscrever nos “sistemas mnésicos”. Encontra-se ligada, ainda, à finalidade latente, punsional (representação do desejo), que reinveste e reaviva as “imagens do inconsciente”. No pensamento de FREUD, as representações acham-se imbricadas nos “investimentos psíquicos”.²⁵

Por privilegiar neste trabalho o debate com a teoria marxista, que problematiza a utilização das representações em qualquer estudo que pressupõe uma certa “concepção do real”, quero me ater um pouco mais à essa corrente de pensamento. Trata-se de reavaliar criticamente as posturas analíticas herdeiras das abordagens presentes na **Ideologia Alemã** [1845] e no **Prefácio da Crítica à Economia Política** [1859] de MARX, onde as representações são vistas apenas em seus elementos constitutivos da ideologia. Dentro dessa perspectiva, a ideologia é encarada como “puro reflexo” das determinações sociais (leia-se econômicas) que, em última instância, modelam e subordinam “a consciência dos homens”. Assim, as representações seriam “produções distorcidas” em nível da esfera superestrutural do que ocorre “verdadeiramente” no plano da infra-estrutura. Se elevarmos esses pressupostos a “n” potência, poderemos afirmar que *“a ideologia é uma representação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”* (ALTHUSSER, 1985: 85). A tese central do estruturalismo althusseriano afirma que o próprio “sujeito concreto” (e todas suas “formas de pensamento”) encontra-se submetidos às “interpelações ideológicas”. Ou seja, *“a existência material de toda ideologia”* coloca, desde sempre, os indivíduos e suas “idéias” diante de uma “imagem especular” que é invariavelmente o *“avesso do avesso do avesso”*.²⁶

Claude LEFORT (1990: 269) é um dos autores que se contrapõe à essas explicações reducionistas de uma determinada parcela do pensamento marxista. Assinala que essa forma de abordar o problema, ao limitar seu raciocínio em termos de uma dicotomia entre produção e representação, desconsidera a linguagem e a “ordem simbólica” como elementos constitutivos de toda prática social. Para o autor, o esquema de correlações entre “modos de produção” e a evolução histórica da humanidade, presente no **Prefácio de 1859**, *“só se preocupa em apresentar um encadeamento de determinações das quais, a cada vez, o primeiro elo é constituído pelo estado das forças produtivas e o último pelas representações jurídicas, religiosas, estéticas, às*

²⁵ - Ver Laplanche & Pontalis (1988).

²⁶ - *“Só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos. Ou seja, a ideologia existe para os sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela categoria de sujeito e de seu funcionamento /.../. Dizemos: a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia, mas, ao mesmo tempo, e imediatamente, — acrescentamos que a categoria de sujeito não é constitutiva de toda ideologia, uma vez que toda ideologia tem por função (é o que a define) constituir indivíduos concretos em sujeitos. É neste jogo de dupla constituição que se localiza o funcionamento de toda ideologia...”* (Althusser, 1985: 93).

quais é recusada toda eficácia histórica". Contrariando essa concepção, LEFORT (1990: 77) considera que "a sociedade /.../ não é irreabilidade, mas processo de auto-unificação e de auto-segmentação, existindo ao mesmo tempo como pluralidade e unidade. É isto que faz com que opere nela uma constante dissociação entre o irreal e o real, ou que nasça um problema da verdade".²⁷

Marilena CHAUI (1978: 9-10), seguindo as trilhas do autor francês, assinala "que quando fazemos análise da ideologia, tendemos a esquecer essas formas de existência do social que são os pensamentos e as representações". O resultado dessa omissão costuma ser a afirmativa de que existe, por um lado, "a práxis real, isto é, as ações realizadas pelos homens em condições determinadas que não foram escolhidas por eles e há, de outro lado, as representações que espelham invertida e falsamente a práxis real /.../. Isto posto, seguem-se duas conclusões necessárias e complementares: a primeira desvincula práxis e pensamento; a segunda separa a realidade das classes sociais do seu ideário". Um pouco mais adiante, a autora corrobora sua crítica a esse entendimento cindido, que abstrai da prática social o seu conteúdo imaginário, e afirma "que a efetuação das relações sociais não caminha sem suas expressões pensadas". Desconsiderar esse fato é anular a própria fundamentação da dialética. Ou seja, é subtrair do processo de constituição das classes sociais o seu próprio modo de aparecer (suas verdades e quimeras).²⁸ Segundo a autora (1978: 9), "pensar e representar são momentos da realidade tanto quanto agir, este e aqueles exprimindo, dramatizando ou ocultando uns aos outros no movimento pelo qual a sociedade se efetua como sociedade determinada".²⁹

Sem me afastar do campo marxista, uma vez que busco — reafirmando o que já foi antecipado na introdução — atualizá-lo e não desconsiderá-lo, torna-se pertinente recorrer às

²⁷ - No seu enfoque, a realidade é permanentemente retomada pela ação dos homens, que buscam transformá-la. Enquanto práxis efetiva, o "mundo real" circunscrevem o palco "de uma socialização determinada: o da socialização humana".

²⁸ - Para Bourdieu (1983: 10-12), "o estruturalismo considera os sistemas das representações somente como 'estrutura-estruturada' e não como 'estrutura-estruturante, ele deixa de lado a análise das funções do discurso através dos agentes sociais. Dentro desta perspectiva, o ator social se apresenta necessariamente como simples executor da estrutura, ou seja, a ação é compreendida como subproduto de uma abstração. O agente social aparece, portanto, como mero executante de algo que se encontra objetivamente programado e que lhe é exterior". Ou ainda, "a teoria mais acentuada objetivista tem de integrar não só a representação que os agentes têm do mundo social, mas também, de modo mais preciso, a contribuição que eles dão para a construção da visão desse mundo e, assim, para própria construção do mundo, por meio do trabalho de representação que continuamente realizam para imporem a sua visão do mundo ou a visão da sua própria posição nesse mundo, a visão da sua identidade social" (Bourdieu, 1989: 140).

²⁹ - Para Marilena Chauí (1978: 23), "há uma diferença entre um pensar que se detém no aparecer do social, portanto, em suas imagens, e um pensar que ultrapassa o aparecer rumando para o ser do social e procurando ali a origem do aparecer, de sorte que a esfera do pensamento também é produzida por uma diferença originária pela qual há representação do social/ideologia/e conhecimento da sociedade (saber) /.../". Nesse sentido, "a ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmo o aparecer social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência, por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que ensinam a conhecer e agir". O real, portanto, "não são as coisas nem idéias, não são dados empíricos nem idéias, mas o trabalho pelo qual a sociedade se institui, se mascara, se oculta, constrói seu imaginário e simboliza sua origem, sem cessar de repensar essa instituição, seu imaginário e seus símbolos /.../. O campo da ideologia é o campo do imaginário, não no sentido de irreabilidade ou de fantasias, mas no sentido de conjunto coerente e sistemático de imagens ou representações tidas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta" (Chauí, 1982: 17-19).

anotações de GRAMSCI sobre o “estatuto das ideologias e das representações”. Se em MARX tais conceitos possuem “uma natureza incerta”, para o pensador italiano eles se articulam e adquirem plena consistência ontológica.³⁰ O enfoque gramsciano combate veementemente qualquer pretensão de apresentar e expor as dimensões da política, da ideologia e da consciência como simples expressões imediatas da infra-estrutura. Recupera esses conceitos no interior da concepção de “bloco histórico”, onde as formas ideológicas e as representações conformam sempre uma maneira específica e particular de compreensão do mundo natural e social. A ideologia, longe de ser “falsa consciência ou ilusão” — conforme refere STACCONE (1991: 78) —, “*é a realidade gnoseológica dos homens de uma determinada sociedade num período histórico dado /.../, ela constitui a referência implícita ou explícita de todo agir humano*”.

Ao incluir os elementos mágicos, religiosos, pseudocientíficos que caracterizam a “filosofia popular” no conceito de ideologia, GRAMSCI busca dar ao senso comum, às crenças um sentido ativo, criador, precisamente porque aparecem como elementos identitários capazes de organizar e cimentar a coletividade. De acordo com sua **Concepção Dialética da História** (1981: 24), “*as representações mecanicistas foram e continuam ser uma necessidade, uma forma necessária da vontade das massas populares, uma forma determinada de racionalidade do mundo e da vida, fornecendo os quadros gerais da atividade prática*”. Ou ainda, “*na ação prática está contida uma concepção do mundo, uma filosofia*”. História e filosofia “*formam um bloco onde ocorrem diversas formas de combinações ideológicas*”.³¹ Por conseguinte, “*a adesão ou não adesão à uma ideologia é o modo pelo qual se verifica a crítica real da racionalidade e a historicidade dos modos de pensar*” (GRAMSCI, 1981: 28 e 32). Para a filosofia da práxis, “*as ideologias não são de modo algum arbitrárias; elas são fatos reais que devem ser combatidos e denunciados em sua natureza de instrumentos de domínio, não por razões de moralidade, mas precisamente por razões de luta política: para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar uma outra, como momento necessário da inversão da práxis*” (Apud. STACCONE, 1991: 79).

Os escritos deixados por GRAMSCI inauguram uma primeira tentativa de aproximação do marxismo com a psicanálise, do pensamento político e sociológico com a psicologia. Ao conceber o indivíduo como “*um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e de elementos de*

³⁰ - Em Gramsci, os termos ideologia e representação aparecem, quase sempre, imbricados. As ideologias podem ser entendidas como formas de representações fixas, a-históricas, que se pretendem universais e capazes de justificar e legitimar a hegemonia de uma classe na sociedade. As representações, enquanto construções subjetivas, acham-se ancoradas na atividade prática, se valem das normas, das estruturas preexistentes e da própria instância ideológica. As representações conformam um campo estruturante da práxis social. Enquanto as formas ideológicas pretendem impedir as diferenças, as representações buscam introduzir a diversidade. As ideologias incluem as representações, mas não esgotam e nem paralisam suas múltiplas possibilidades.

³¹ - Gramsci considera o senso comum como uma combinação específica das idéias das classes dominantes e das concepções dos grupos subalternos, numa relação de dominação, subordinação e resistência entre os dois pólos.

massa — objetivos ou materiais — com os quais ele estabelece uma relação ativa”, GRAMSCI (1981: 47) revaloriza a dimensão ideológica e representacional não apenas como forma de dominação, mas também de conhecimento. Procura dar conta da relação entre consciência individual e realidade objetiva. As representações passam a ser concebidas como *“qualidades que o homem distinguiu em consequência dos seus interesses práticos”* (GRAMSCI, 1981: 54). Não são *“elucubrações individuais, mas fatos históricos”*, a partir dos quais os sujeitos atualizam e constroem uma nova concepção de mundo. Na medida em que são necessárias para a construção de uma outra *civiltà*, *“as ideologias têm validade que é validade psicológica: elas organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam...”* (GRAMSCI, 1981: 63).

A possibilidade de deixar o pensamento marxiano originário dialogar com outras disciplinas, que buscam apanhar a realidade na sua impermeabilidade e no seu “modo aparente de aparecer”, tem aberto outros horizontes para se sair das interpretações congeladas e estagnantes em que uma parcela do marxismo contemporâneo se meteu. As contribuições de PIAGET (1990: 8), por exemplo, ao “dar uma infância ao homem”, nos permitem pensar *“as interações que se produzem no meio do caminho entre sujeito e objeto”*. Sua construção teórica assume que *“o conhecimento não pode ser concebido com algo predeterminado nem nas estruturas internas do sujeito /.../, nem nas características preexistentes do objeto”* (PIAGET, 1990: 1). O acesso à objetividade pressupõe uma “descentração da subjetividade”,³² uma vez que *“o indivíduo conhece o real através de suas ações, e não apenas das suas percepções”* (PIAGET, 1990: 96). Por intermédio de aproximações sucessivas, a criança vai estabelecendo vínculos necessários que a estimula a apreender e a reconstituir os objetos que lhe são exteriores. Para tanto, são construídas e mobilizadas “estruturas operatórias” cada vez mais elaboradas (a partir da “zona de contato do próprio corpo” com o mundo exterior) que capacitam os indivíduos a irem tateando o “solo arenoso” da sua socialização.³³ No entender da Epistemologia Genética,³⁴ a aquisição da capacidade de o indivíduo coordenar suas ações acha-se conectada ao domínio dos esquemas espaço-temporais, às relações de causa e efeito que ele atribui ao real. Graças à mediação necessária dessas estruturas cognitivas é que surgem as representações e os “pensamentos complexos” através dos quais a criança explora o mundo. Para PIAGET (1978: 9-12), as formas sensorio-motoras precede as representações, e essas derivam, em parte, da própria imitação infantil

³² - Sair do egocentrismo, isto é, distinguir o subjetivo do objetivo.

³³ - É através desse processo que o indivíduo adquire e aperfeiçoa “sua competência cognitiva”. Ver Freitag (1991).

³⁴ - A “epistemologia genética” piagetiana (psicogênese do “eu”), reconstrói os estágios de formação individual, a partir do autismo, através do egocentrismo, chegando, por sucessivas descentrações, ao estágio da autonomia do “eu”. Ver Freitag (1991: 71). Segundo essa autora, *“ao lado de processos de maturação biológica e auto regulação do sistema nervoso central, a psicogênese se beneficia do desejo de comunicação da criação, mas se beneficia também da existência de uma sistema linguístico pré-existente, que garante a comunicação intersubjetiva, tornando possível o esclarecimento do próprio ponto de vista e sua compreensão pelos outros”* (Freitag, 1991: 74).

espelhada nos “modelos” que lhe são próximos. Deve-se considerar, ainda, “o jogo e as atividades lúdicas, que evoluem da sua forma inicial de exercício sensório-motor, para a sua segunda forma de exercício simbólico ou jogo de imitação”. Desse modo, “a representação surge quando há uma diferenciação e coordenação, simultânea, entre significantes e significados /.../, ela ultrapassa o presente imediato, articula-se a um modelo ausente (função simbólica)” incitando o indivíduo a construir o novo por intermédio de um reenquadramento do que lhe é dado.³⁵

As teorias concebidas por PIAGET sobre o desenvolvimento infantil oferecem elementos originais e ricos para se pensar as interrelações existentes entre as estruturas internas do sujeito (mais aquelas preexistentes ao seu aparecer),³⁶ e os modos pelos quais os sujeitos representam, constroem seu próprio mundo e se “singularizam”. A “*construção subjetiva do mundo*” é pensada através dos vínculos que o indivíduo estabelece com o estoque cultural da sua época. Ao mesmo tempo que cada um tem seu próprio mundo pessoal, um mundo que é relevante para si, ele co-participa dessa criação coletiva. Nesse sentido, as representações aparecem como expressões do lugar e das condições de vida e trabalho onde os sujeitos se inserem, capacitando-os a efetuarem ajustamentos em torno da realidade que os cerca.

VYGOTSKY (Apud. VASCONCELLOS & VALSINER, 1995: 45), considera o processo de desenvolvimento da criança na interface e convergência dos processos maturacionais e culturais presentes no transcorrer do seu acontecimento, “*onde as adaptações biológicas se transformam em relações sociais*”. Seguindo o mesmo caminho, WALLON (1968 e 1971) introduz os “*processo afetivos*” como anteriores a quaisquer outros tipos de comportamento. Ao vincular afeto e movimento, esse autor afirma que a criança se comunica com o mundo através da “*linguagem tônica*”. A imagem superficial (da pele) e interna (das vísceras), mapeada através das sensações visuais, táteis, auditivas, de contrações da musculatura voluntária e involuntária, conforma a “*representação elementar*” a partir da qual o corpo é possuído e transformado “*em um sistema expressivo*”.³⁷

LANE (1993: 60) propõe incluir nas análises da representação tanto as relações objetivas, quanto os vários modos de manifestações da subjetividade; tanto as condições materiais, quanto a faculdade de enxergar o mundo, de explicá-lo por meio de um conhecimento “*que não se dá apenas como um processo cognitivo, mas que contém aspectos inconscientes, emocionais e*

³⁵ - Para Piaget — segundo Freitag (1991: 70) —, o sujeito é “um indivíduo ativo, que no final de sua psicogênese é cognitivamente competente para conhecer e reconstruir o mundo da natureza externa e das leis que a governam; que desenvolveu uma razão comunicativa (pensamento socializado) que lhe permite assumir o ponto de vista do outro e elucidar seu próprio pensamento, de tal forma que este outro o compreenda. Finalmente, trata-se de um indivíduo moralmente consciente, autônomo em seus julgamentos e responsável por seus atos, que não se submete a uma norma sem exame prévio de uma necessidade e legitimidade /.../; adquire consciência de “si” pelos processos de descentração”. O sujeito não é preconcebido, mas possui uma gênese.

³⁶ - Para Piaget a linguagem é uma delas.

³⁷ - Ver Lopes (1981).

afetivos /.../". Tal enfoque, se aproxima de uma certa tonalidade interpretativa no campo da psicologia social, onde as representações "adquirem um estatuto de abordagem".³⁸ Para LEME (1993: 48), "o ato de representar não deve ser encarado como processo passivo, reflexo na consciência de um objeto ou conjunto de idéias, mas como processo ativo, uma reconstrução do dado em um contexto de valores, reações, regras e associações". De acordo com a autora, "a função da representação é tornar familiar o não familiar, numa dinâmica em que objetos e eventos são reconhecidos, compreendidos com base em encontros anteriores".³⁹ O sujeito, ao representar a realidade, não deseja apenas duplicá-la, repeti-la, mas assenhorar-se dela no intuito de decifrá-la, compreendê-la em todas suas dimensões. Utiliza-se da sua capacidade inventiva para interpretar e exprimir sua experiência do mundo.

É justamente o fato de a representação não ser um decalque, mas um mapa que orienta e situa o sujeito no espaço e no tempo da sua ação, que posiciona os relatos de vida na condição de *histórias carregadas de desejos e investimentos*. Ao reinterpretar um fragmento do seu passado e inseri-lo no contexto de um outro tempo e espaço relacional (momento presente), o contador-protagonista constrói sua versão da história. É isto, precisamente, que marca a diferença e distingue o "caso" de um "causo". Conforme nos faz ver Romildo SANT'ANNA (1996: 110), descrever um caso é "*falar do que passou*", desfiar um *causo* é "*contar o que poderia ter sido*". A plenitude do *causo* se revela "*pela importância secundária do fato pontual, unívoco*". De coração aberto, o narrador deixa os acontecimentos coletivos imiscuírem-se na sua vida privada e se propõe a relatar aquilo que é, para ele, a verdadeira história, o que vale realmente a pena ser contado. O Professor de História da Arte lembra, a tempo, os versos bem sacados de Fernando PESSOA:

*Ah, quem escreverá a história do que poderia ter sido?
Será essa, se alguém escrever,
A verdadeira história da Humanidade.*

in: **Ficções do Interlúdio**, Álvaro de Campos.

³⁸ - Essa corrente é herdeira das contribuições de Moscovici e Jordelet, onde as representações se constituem como "*verdadeiras teorias de senso comum, pelas quais se procedem à interpretação e mesmo à construção das realidades sociais*". Ela se atualiza em uma organização psicológica particular e preenche uma função específica. Para Jordelet, as representações "*designam uma forma de pensamento social; são modalidades de pensamento prático orientadas para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal*". Ver Spink e colaboradores (1993: 33).

³⁹ - Para Kosík (1976: 134), esse "processo de interação" entre o indivíduo e sua cultura é, simultaneamente, "*crítica e (re) avaliação do passado. O passado concentrado no presente /.../ cria a natureza humana, isto é, a 'substância' que inclui tanto a objetividade quanto a subjetividade*."

3. _____
O Trabalho da Memória: *recordar é viver...*

A utilização de histórias de vida é uma técnica que capta o que se sucede nas esquinas da existência individual com o social. Os nós e entrelaçamentos que se vão estabelecendo entre os vários relatos desde o início, atestam a relação de intercomplementariedade e o caráter coletivo de cada drama pessoal. É interessante observar como os narradores recorrem, amiúde, ao tempo e lugares comuns para lembrarem e reviverem os fatos que lhes marcaram a memória. Suas histórias se encontram com os acontecimentos e personagens que fizeram épocas. De um certo modo, ao preservarem nas lembranças algumas datas consideradas importantes, os narradores inscrevem no tempo seus significados particulares e se incluem como figurantes no elenco da "História Oficial". Assim, podemos observar como Cirilo, José Ribeiro e outras "pessoas comuns" se referenciam aos períodos do governo Maluf, Collor..., para narrarem suas recordações e para restabelecerem as cronologias dos seus ciclos de vida.

— Em mil novecentos e setenta e dois até mil novecentos e oitenta e um, quando houve aquela repressão de oitenta e um, ainda no governo Maluf, tinha uma empresa lá, com o nome de Job, que tava lá fazendo uma revolução dentro da Empresa, né. Fui pra mil novecentos e oitenta e um, porque nesse período...

(Cirilo - operador especializado)

— Minha irmã, com o tempo ela casou, né, e aconteceu aquele fato dia nove de outubro, que acabei de contar, lá, né. Esse fato, foi quando o delegado, né, ele tava investigando os problemas dos Malta, lá, o envolvimento da família Malta, Collor, né... E acabou esse delegado — a mim que a princípio parecia ser um homem muito sério, queria ver a coisa a fundo, né, acabou quando, quase por detonar a realidade da família, né, e ele acabou sendo massacrado com rajadas de metralhadoras. Como meu cunhado era motorista dele, ele acabou sendo atingido fatalmente. Eu li na Folha de S. Paulo. Isso aconteceu no dia nove do dez, e essa Folha, eu acabei lendo no dia onze. Aras! Não acreditei muito. Mas depois, quando foi agora, essa semana, segunda-feira, foi que minha mãe mandou essa carta pra mim confirmando aquilo que eu já tinha lido na Folha. Infelizmente é uma coisa que... Fazê o quê, né? Mas, eu tenho em mim ainda, eu tinha uma esperança, tenho muita esperança, que um dia essa farsa, esse malogro, um dia será esclarecido, não só para a população de Alagoas, mas pra todo Brasil, o que é essa família, né.

(José Ribeiro - montador)

Jean Pierre VERMANT (1990: 108-111) insere a função da memória no conjunto das operações mentais complexas. Sua elaboração — segundo esse autor — mobiliza grandes

categorias psicológicas e sociais, tais como o tempo e as representações do “eu”. Sendo própria de uma civilização depositária de uma forte tradição oral, a memória se vale de todo inventário possuído coletivamente, através do qual *“se fixa e se transmite o repertório dos conhecimentos que permitem ao grupo social decifrar o seu passado”*. Constitui *“o arquivo de uma sociedade sem escrita, arquivos puramente lendários, que não correspondem nem às exigências administrativas, nem a um desejo de glorificação real, nem a uma preocupação histórica. Visam a ordenar o mundo”*.⁴⁰ Segundo ainda esse mesmo autor, a memória se estrutura a partir das recordações gravadas e presentificadas na consciência atual e, também, dos “vazios de esquecimentos”, dos lapsos, dos espaços de tempo que ficaram perdidos mas não sepultados para sempre. Enquanto o ato de *lembrar* torna-se importante para se *“escapar ao tempo presente”*, o *esquecer* está intimamente ligado à função criativa.

Ao estudar a poesia popular enquanto recriação que se vale das fontes e das tradições orais, Jerusa P. FERREIRA (1991) também reconhece a importância das reminiscências e dos descuidos da memória para a construção do tempo humano. Ressalta a forma com a qual o indivíduo e a comunidade selecionam e expulsam os fatos e acontecimentos indesejáveis, não deixando que eles venham à tona no transcorrer da narrativa. A memória deve, antes de mais nada, acentuar os sentimentos de uma identidade comum, de tal forma que os episódios de tensão e de cissura ocorridos na vida das pessoas caiam no esquecimento.

A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que não se misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo as coisas de rasa importância.

(Riobaldo - personagem de Guimarães Rosa em *Grande Sertão: Veredas*)

FERREIRA lembra ainda, que no interior da própria narratividade são formados núcleos nos quais o lembrar determina o fluxo, a razão de ser daquilo que está sendo narrado e, o “ato de esquecer”, constitui o pivô daquilo que se desenvolverá: têm a função de demarcar a originalidade do enredo que está sendo montado. *“Poderíamos mesmo dizer — argumenta a autora (1991: 15) — que o esquecimento seria responsável pela continuidade, pela memória e até pela lembrança /.../. É o esquecimento que vem quebrar uma certa continuidade na ordem mental, sendo responsável pela criação de uma outra ordem”*. A noção de quebra, de ruptura, de hiato aparece como fundamental para se compreender as histórias de vida. Os atravessamentos no ritmo, as

⁴⁰ - Vermant cita como exemplo desta função da memória os “catálogos das naus” presentes no “Canto II da *Ilíada*”.

descontinuidades na evolução e as “alegorias” aparentemente soltas, são elementos que facilitam a retomada daquelas imagens e representações essenciais para reconstruções futuras.

Henri BERGSON, no livro **Matéria e Memória** [1939] (1990: 35-49), considera que a função da consciência consiste em discernir, dentre as imagens do mundo material, aquelas que serão selecionadas daquelas que serão excluídas. Esse discernimento prático é realizado a partir do próprio corpo (sistema aferente e eferente) — “imagem convergente” em torno da qual as demais representações irão afluir. Para esse autor, as figuras que sobreviveram ao passado se juntam à percepção do presente, podendo, inclusive, substituí-la. As imagens só se conservam na memória porque esperam ser acionadas e utilizadas numa situação concreta. A todo instante elas “completam a experiência presente enriquecendo-a com a experiência adquirida” (BERGSON, 1990: 49). O passado, dentro dessa tradição filosófica, sobrevive através dos mecanismos motores⁴¹ e por meio das “lembranças independentes”. Enquanto uma memória imagina, a outra repete (hábito). É a partir de elementos sensoriais (memória da pele) e motores (memória dos nervos e dos músculos) que as lembranças serão acionadas e atualizadas. A faculdade de insinuar-se na percepção do objeto confere à lembrança uma capacidade de reter melhor a experiência passada, reconquistando, dessa maneira, sua influência sobre o futuro. A lembrança é, portanto, uma imagem engajada nas outras imagens (representações) que impregnam a memória do corpo no dia-a-dia. Tem por função “evocar todas as percepções passadas análogas a uma percepção presente, recordar-nos o que precedeu e o que se seguiu, sugerindo-nos, assim, a decisão mais útil. É para ação que a percepção e a memória estão voltados [...]. Pela memória das experiências já antigas, a consciência retém cada vez melhor o passado para organizá-lo com o presente numa decisão mais rica e mais nova” (BERGSON, 1990: 187 e 204). Desse modo, o fluxo da percepção é invertido: “a memória não consiste, em absoluto, numa regressão do presente ao passado, mas, pelo contrário, num progresso do passado ao presente. É no passado que nos colocamos de saída” (BERGSON, 1990: 196).⁴²

Maurice HALBWACHS (1990: 14) é outro autor que trata do fenômeno da memória. Num certo sentido, avança em relação à tradição bergsoniana. Considera que “a rememoração individual situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedade múltiplas dentro das quais estamos engajados”. De acordo com o seu enfoque, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, sendo que a nossa memória biográfica não se apoia na história aprendida mas, sim, na história vivida. É na rede das interações sociais que a memória coletiva é

⁴¹ - A memória do corpo, segundo Bergson, está constituída pelo conjunto dos sistemas sensório-motores que o hábito organizou.

⁴² - Segundo Bergson, existem dois esquemas em nível do sistema nervoso: 1) esquema imagem-cérebro-ação: quando as sensações levadas ao cérebro são restituídas por este aos nervos e aos músculos que efetuam os movimentos do corpo e suas ações; 2) esquema imagem-cérebro-representação: quando o trajeto é só de ida, isto é, quando a imagem suscitada no cérebro permanece nele, “parando”, ou “durando”. Portanto, para Bergson, a consciência deriva de um processo inibidor realizado no centro do sistema nervoso (Bosi, 1994: 44).

atualizada. Ela só existe enquanto experiência vivida, como prática que se expressa no cotidiano das pessoas.

Seguindo e atualizando essas duas matrizes, Ecléa BOSI (1994: 44) procura repensar “os *liames sutis que unem a lembrança à consciência atual*”.⁴³ Assinala em **Memória e Sociedade: lembranças de velhos** (1994: 46; 47 e 55) que, na maioria das vezes, “*lembrar-se não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado*”. Assim sendo, “*a memória não é sonho, é trabalho /.../, é o lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto das representações que povoam nossa consciência atual*”. A construção coletiva da memória se desenvolve através dos laços de convivência familiares, de solidariedade entre os coetâneos, das relações com os amigos e companheiros de trabalho. É desse modo que as lembranças são recompostas, atualizadas, tornando-se acessíveis. A memória impregna o corpo, os gestos e movimentos, estando a serviço das atividades cotidianas, dos processos de aprendizagem, do trabalho e da construção da história de vida de cada pessoa.

* * *

O chão-de-fábrica é um desses lugares onde a memória operária se encontra, se atualiza e se depara com outras culturas. Daí a importância de organizar e objetivar o resgate dos registros e dar-lhes inteligibilidade. Aqueles que escrevem a história do trabalho partindo apenas do desenvolvimento da sua base técnica e organizacional, tratam da história sem autores.⁴⁴ Nessa perspectiva, os sujeitos são afirmados genericamente pela reificação das forças produtivas no aparelho de produção. Do mesmo modo, os estudos que tratam da relação saúde/trabalho apenas mapeando a disposição das máquinas e equipamentos, analisando os postos e os riscos, ou ainda, evidenciando as formas de extração de mais-valia, desconsideram os sujeitos e seus registros.⁴⁵ Quando se pensa o espaço fabril a partir do resgate da memória coletiva, abre-se a possibilidade de apanhar o trabalho em movimento. O movimento de retomada crítica do passado possibilita que os

⁴³ - Ao partir do conceito de percepção, conforme definido por Bergson — “*como um resultado 'não devolvido' ao mundo exterior sob a forma de ação*” — Bosi amplia esse conceito. Para a autora, a matriz bergsoniana tem como ponto de partida a “subjetividade pura” (o espírito que filia-se à memória) interagindo com a exterioridade (a matéria que estimula a percepção). Não há nenhuma alusão “*dos sujeitos-que-lembram, nem das relações entre os sujeitos e as coisas lembradas; por conseguinte, como estão ausentes os nexos interpessoais, falta, a rigor, o tratamento da memória como fenômeno social*” (Bosi, 1994: 48).

⁴⁴ - Na realidade é importante frisar que, em alguns casos, o Capital aparece como macro-sujeito-abstrato que revoluciona o desenvolvimento das forças produtivas. Nas abordagens shumpeterianas, são os empresários que impulsionam estas transformações (empreendedores).

⁴⁵ - As formas tradicionais de abordar a relação saúde e trabalho se limitam, geralmente, a diagnosticar os riscos do processo produtivo e seus efeitos negativos (doenças e acidentes). A partir daí, buscam negociar algumas medidas que eliminem e/ou amenizem os agentes agressivos encontrados. No limite, utilizam-se das informações pontuais dadas pelos trabalhadores quando solicitados. Esses modelos de intervenção, que tratam de mapear os riscos, na sua grande maioria, fixam e congelam o espaço fabril no instante presente, perdendo, com isso, a oportunidade de proporem uma ação que se antecipe aos efeitos destruidores das transformações do processo produtivo.

sujeitos envolvidos projetem ativamente o futuro. Para tanto, é importante assinalar que essa transição não ocorre espontaneamente, e nem é perceptível pelo dado imediato. É necessário uma redisposição do material empírico recolhido, para que somente assim possamos ter acesso aos significados mais abstratos e genéricos da situação concreta analisada.⁴⁶

Segundo Angela M. TUDE de SOUZA (1990: 297), há uma constante tentativa de silenciamento das classes trabalhadoras, através de um processo no qual o patronato busca desqualificar seus registros e suas falas em nome de um “discurso competente”.⁴⁷ Essa queima de arquivos e evidências “*opera concretamente a subjetivação da história dos grupos subalternos, operação ideológica levada a cabo pelos grupos dominantes como condição ‘sine qua non’ do exercício de sua hegemonia*”. Na realidade, o que está em jogo, nesse caso, é a luta entre os diferentes sujeitos sociais pela posse e autoria da história.

4.

A Outra Versão da História: a fala dos excluídos

Os homens morrem porque não são capazes de juntar o começo ao fim.
(Aristóteles: *Problemata*, 916 a 33)

Um homem é sempre um contador de histórias, define BRUNER (1987). É essa característica que distingue os seres humanos dos “replicantes” no filme de ficção científica *Blade Runner: O caçador de andróides* de Ridley SCOTT (1982). O filme projeta a cidade de Los Angeles do ano 2019. Vive-se em plena decadência industrial e uma chuva ácida corrói os espaços e construções. Lixo espalhado pelas ruas e uma névoa espessa completam a paisagem urbana. *Punks*, alemães, americanos, asiáticos, *homeless*, *chicanos* habitam essa cidade cosmopolita entre os anúncios luminosos, signos publicitários e *fast foods* — símbolos dos tempos (pós) modernos. A alta tecnologia convive e concorre com o caos, a desintegração, a violência, a insalubridade e a sujeira. Práticas informais de trabalho estão por toda parte interligando os sistemas de organização produtiva. Escamas de uma cobra são produzidas em uma oficina doméstica. Olhos humanos são

⁴⁶ - Lília Blima Schraiber, ao estudar as transformações do trabalho médico a partir de histórias de vida colhidas destes profissionais, evidencia que, “situar o estudo no plano do concreto irá significar para nós um movimento intelectual que, baseado nessa percepção primeira (o imediato dado), reconstrua-a reflexivamente em níveis cada vez mais abstratos, permitindo que evidenciemos muitas outras conexões e significados da situação concreta, invisíveis ao olhar inicial mas conhecidos pelo olhar informado por esse concreto pensado. Nosso primeiro princípio, portanto, será o de que conhecer é ultrapassar o imediato dado /.../. Para apreender o concreto é preciso passar pela abstração /.../. Penetrar o real é superar o imediato - o sensível - a fim de atingir conhecimentos mediatos, através da inteligência e da razão” (Schraiber, 1993: 17-23).

⁴⁷ - Em relação à definição do “discurso competente” ver Marilena Chauí (1982: 3).

fabricados em uma outra empresa de “fundo de quintal” — típica “boca de porco” dos dias atuais.⁴⁸ Essa divisão territorial do trabalho indica uma intrincada rede de subcontratação entre empresas desagregadas e terceirizadas produtoras de componentes e a Tyrell Corporation, que detém o projeto e o monopólio do mercado de replicantes. Os replicantes são reproduções autênticas e indistinguíveis, em quase todas características, dos humanos. São simulacros geneticamente produzidos com a finalidade específica de trabalharem nas fronteiras da exploração espacial, em ambientes e condições desfavoráveis e extremamente difíceis. Representam um extraordinário avanço em relação aos robôs e outros humanóides que ligam nossa imaginação aos seriados da TV e fitas do cinema. Foram criados e projetados como a última geração de força de trabalho descartável, temporária, flexível e com grande capacidade produtiva. O enredo do filme trata da insurreição de um pequeno grupo de replicantes diante da ameaça de terem uma vida de trabalho encurtada. Os rebeldes desejam encontrar meios para prolongarem seu tempo de existência. Para isso, infiltram-se no interior do aparelho produtivo tentando conhecer os segredos e as várias etapas de sua fabricação. Buscam persuadir seus projetistas a reprogramarem sua estrutura genética. Frente a esse “perigo” para a ordem social, o especialista Deckard — interpretado por Harrison Ford — é convocado para a missão de investigar a presença dos replicantes e retirá-los de circulação. A caça baseia-se em uma técnica de interrogatório que permite desvendar a condição quase humana dessas criações da bio-engenharia. A questão chave — *“Fala-me de seus sentimentos em relação à sua mãe”* — expõe as dessemelhanças, a ausência de identidade que marca o caráter desses seres artificiais. Os replicantes não possuem uma história real, pois já nasceram adultos. No código genético desses seres não há inscrição de memória devido à falta de uma experiência de socialização. O único recurso que possibilita ligá-los a um passado virtual é um arquivo fotográfico. As fotos funcionam como “objetos de memória”, são documentos arranjados, manipulados para provarem uma infância não vivida. São imagens instantâneas trazidas para preencherem os vazios do tempo e o espaço deixado pela impossibilidade de os replicantes construírem e narrarem uma história de vida verdadeira.

David HARVEY (1992: 22), ao comentar essa obra de ficção, localiza sua perspectiva no movimento da estética pós-moderna e nos modelos de automação flexíveis, que caracterizam o estágio atual de reestruturação do mundo do trabalho. A condição pós-moderna, segundo ele, é marcada pelas rápidas mudanças que comprimem a experiência do tempo e do espaço; pelo triunfo da estética em relação à ética e pelo domínio das imagens frente à narração. A *“vida (pós) moderna está permeada pelo sentido fugidio, do efêmero, do fragmentário e do contingente”*. Por isso, *“a modernidade não pode respeitar sequer o seu passado /.../. A transitoriedade das coisas*

⁴⁸ - Fabriqueta de fundo de quintal onde, geralmente, as condições de trabalho são altamente insalubres e perigosas.

dificulta a preservação de todo sentido de continuidade histórica". O estreitamento dos horizontes temporais a um ponto em que só existe o aqui e agora, apaga as lembranças dos lugares e dos acontecimentos vividos, resumindo as "estradas da vida" à uma imagem carente de profundidade. A vida moderna, por prescindir da presença cotidiana dos narradores, renuncia a possibilidade de se restabelecer o elo perdido entre o passado e o presente, deixando a história carente de sentido. Tudo acontece como se cada episódio estivesse solto no tempo, desconectado de suas referências temporais.

O processo que expulsa a narrativa da esfera do discurso vivo no mundo moderno, e que priva os indivíduos da capacidade de intercambiar experiências, segundo Walter BENJAMIN [1936] (1994: 10-11), vem se desenvolvendo paralelo ao desenlace secular das forças produtivas. A narrativa — escreve — *"é, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Floresceu em um meio no qual homens e mulheres podiam, enquanto trabalhavam, contar e ouvir histórias. Tempo em que ainda se tinha, justamente, tempo de contar"*. Segundo o filósofo alemão, *"a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos /.../."*⁴⁹ *Quem viaja tem muito que contar /.../. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições"*⁵⁰ [BENJAMIN, 1936] (1994: 198).

Estes fragmentos do ensaio *O Narrador* apontam para algumas anotações preliminares feitas enquanto debulhava as fitas com as falas dos trabalhadores. É importante observar como as histórias de vida são construídas e vão se entrelaçando umas às outras. A mobilidade da força de trabalho alastra as experiências adquiridas durante os trajetos migratórios e ocupacionais. Os que saem primeiro em busca de emprego na cidade grande exercem a função de *ponteiros*⁵¹ junto àqueles que ficam no aguardo de um aceno positivo para também partirem. Geralmente o pai, os irmãos mais velhos, ou algum outro membro da família, exercem o papel de rastreadores, de *"intérpretes do mundo"*, enquanto a mãe e os filhos mais novos permanecem no lugar à espera de alguma notícia. Os *"guias"*, quando em terras estranhas, procuram contato com algum parente ou conhecido que já vive no lugar há algum tempo. Esses encontros servem para restabelecer os laços

⁴⁹ - Ver a obra de Carlos Ginzburg *O Queijo e os Vermes*. Ele faz um minucioso relato da cronologia de um obscuro e humilde moleiro do norte da Itália, no início do século. Através dos seus relatos ele mostra os efeitos das idéias da Reforma sobre a cultura popular. Utiliza-se de uma única narração para estabelecer as relações entre os significados atribuídos por um indivíduo e a sociedade do seu tempo.

⁵⁰ - Walter Benjamin recorre ao "camponês sedentário" e ao "marinheiro comerciante" para exemplificar dois tipos de narradores. Um que conta das suas viagens e outro que fala do seu lugar.

⁵¹ - No sertão existe um nome para designar esta função de guia de um grupo: ponteiro. O ponteiro é o peão ou campeiro que vai na frente da tropa a fim de a conter e guiar; é o chamador: *"Na cidade de Andradina com a boiada eu fui chegado / Eu tava só com seis peão, oitocentos boi nós vinha tocano / Com esse gadão de raça naquela praça eu fui travessano / O ponteiro ia adiante e com o berrante ia repicano..."* (Moda de Viola - Boi Cigano).

de parentesco, amizades, atualizar os acontecimentos e trocas de informações sobre emprego, custo de vida, moradia, e outras dicas importantes para quem acaba de chegar. Através desses reencontros especulares⁵² são tecidas as redes de solidariedade que amenizam a dor e o sofrimento de quem está longe de casa. Os trechos das falas de Silvério, Benedito dos Reis, José Ribeiro e outros trabalhadores migrantes (ver capítulo III) revelam a presença dessas pessoas instituídas do papel de desvendar o mundo, e o quanto é custoso chegar a um lugar estranho...

— *Aí, eu vim pra Limerá. Ovi alguém falá... A gente já tinha um cunhado que morava aqui e falava: "Vão, vão bora pra lá... Vamo mudá de ramo, né". E a gente tentô mudá. Tentô mudá um pouco de ramo pra vê se miorava, né. Até, como diz o otro, eu não me arrependí de vim...*

(Silvério - operador de fundição)

— *Aí, em cinqüenta e cinco, meu pai veio pra cá. Largou tudo lá e veio pra cá. Enquanto ele tava na ativa, né, trabalhando, se comunicava com a gente, com mamãe, e, depois desse período, ele se desequilibrou, né, o problema da mão e não deu mais. Acabou nos abandonando lá, né. Quando foi é..., em mil novecentos e sessenta e quatro, eu tinha uma tia, irmã da minha mãe, que morava em São Paulo, casada com um sargento da Guarda Civil, e ela resolveu nos buscar. Minha mãe sempre escrevia pra ela, né. Eles resolvero nos buscar. Trouxe nós até São Paulo. De São Paulo a gente veio parar em Iracemápolis /.../. O pai vivia sozinho, né, e já que ele se preocupou em arrumar uma casa pra gente morar, colocar os filhos (só os quatro homens, a minha irmã ficou com minha mãe). Minha mãe mora em Alagoas, ainda. Só que em sessenta e quatro, ela veio pra cá, pra São Paulo. Ela ficou seis meses mas não se adaptou com o clima e acabou voltando /.../. Cheguei aqui era moleque e, a gente e, as pessoas tinham muito carinho pela gente. Porque a gente sem mãe, né, sem mãe, né. Uma mãe faz muita falta dentro de uma casa! /.../. Eu vim pra Limeira em setenta e dois. Eu vim sozinho. Foi difícil sair. Mas a gente encorajou e veio. Quando eu vim aqui, foi engraçado, né. Quando cheguei aqui, já encontrei pessoas que já moravam em Iracemápolis e trabalhava aqui. Eu tinha oito, já, conhecido, meio de longe, mas conhecido que morava em Iracemápolis. Eles alugavam uma casa, formávamos uma república. Isso se deu no bairro Boa Vista: República Brasil. Me lembro até hoje..., o número cento e trinta e quatro...*

(José Ribeiro - montador)

— *Mudamos pra Limerá em setenta e cinco. Parte ficô lá. Naquela época, viero pra cá eu, minha mãe — eu era soltero — mais um irmão soltero e uma irmã casada. O pai já tinha falecido, já /.../. É gozado, né. Normalmente, a gente queria ir pra São Paulo, né. São Paulo, Campinas, né, mas..., eu conheci minha esposa criança, a gente ia pra escola, e, eles tinham vindo pra cá e deu a dica, e, aí, a paixão trouxe a gente pra cá /.../. Quando você vem pra cá e deixa toda família lá, na outra cidade, lá... Aí, a única pessoa que a gente tem mais próxima é a mãe, né, acaba perdendo a mãe e, aí, é duro,*

⁵² - Encontros com um outro "igual", assemelhado e identificado — "É que Narciso acha feio o que não é espelho..." (letra da música Sampa de Caetano Veloso).

né /.../. Aqui em Limerá, é o seguinte: se você fô procurá aqui em Limerá, mais ou menos setenta por cento não é limerense, é sempre alguém que veio de outra cidade. Mesmo que seja aqui do Estado, mas não é daqui, né. E sempre tem alguém dali que vem da... O pessoal que vem, por exemplo, aqui do centro-oeste, dessa região de Marília, de Bauru, Tupã... Se pintô um cara de lá: "O cê veio de onde? Ô cara, fala aí! Pô, o cara é da terra!". Você confia (risos). Pode sê até que... Aí, sempre pintava isso: "Ô você! Ô cara!". Aí, pronto. O lastro de amizade se fechava, né. Aí, um dia, dois dias que você conversava com o cara, você percebia que dava pra confiá ou não, né. Normalmente, o pessoal que vem lá do setor rural pra cá, é de extrema confiança, né, um com o outro. Aí, começava a contá as experiências de onde viveu: "Eu joguei no time tal, ah!, eu conheci fulano, ah!, então jogamos juntos aí". Aí, começava a se fechar o lastro de amizade, certo?

(Benedito dos Reis - operador de máquinas)

Estes trechos de histórias evidenciam que os trabalhadores, durante as trajetórias campo-cidade e cidade-cidade,⁵³ buscam sempre manter o "fio de Ariadne" que os mantêm ligados aos parentes e conhecidos mais próximos. Assim, são resguardados os laços de amizade, as tradições, as maneiras de ver e enfrentar os solavancos da vida. Quem chega traz notícias "do mundo de lá" e quer saber das novidades do lugar. Desse modo, a tristeza de estar fora de casa e longe dos seus se intercala com o fascínio de descobrir coisas novas, conhecer outras pessoas, vencer os desafios e domar o desconhecido. Maria Aparecida e Luzia contam com entusiasmo da alegria de "fazer amizade com todo mundo", de conhecer "gente de toda espécie". Cirilo e João Batista, cada um à sua maneira, falam orgulhosos da dedicação e da facilidade com que aprendiam o ofício e lidavam com as ferramentas...

— Eu tinha vontade de aprender. Não é pra me orgulhar não, mas eu tenho facilidade de aprender o trabalho. Como agora: eu estou trabalhando numa empresa, não registrado, porque eu não posso registrar ainda, porque a Varga não deu baixa na minha carteira, ainda. Estou trabalhando numa empresa de serralheria. Fazendo portões, portas... Eu tenho uma certa facilidade de aprender. E eu tenho curiosidade muitas vezes, né. E isto me atraía muito a curiosidade de como fazer aquilo.

(Cirilo - operador especializado)

— Ah! Esse trabalho, essa firma que eu trabalhei, eu gostei. Gostava tanto de trabalhar lá! Sabe quando você gosta, você se sente bem num lugar!? Lá era fácil de trabalhar..., sabe? Era um lugar bom. Bastante amizade; tinha amizade com todo mundo...

(Maria Aparecida - montadora)

— O início era mais aquele básico pra começar a se entrosar com ferramenta. Porque, até então, eu não sabia nem o que era uma morsa. Em casa não existia nem

⁵³ - Nos percursos cidade-cidade ficam quase sempre evidente a relação interior-centro, cidade pequena-cidade grande.

ferramenta. O próprio nível de vida da gente, não existia ferramenta em casa. Então, eu fui conhecendo morsa, lá, e fui gostando, porque eu não conhecia.

(João Batista - torneiro mecânico)

— Pra mim, o que mais me despertava era ver as pessoas, conhecer as pessoas, a formação das pessoas, o tratamento das pessoas..., e eu conhecia... Porque a gente, às vezes, era como um bicho do mato, sem liberdade pra nada. O que eu mais questiono é nessa parte, né..., o tipo de tratamento, as pessoas, o diálogo das pessoas...

De setenta e dois a oitenta e um conheci muito, por exemplo: Iracemápolis é uma coisinha, Limeira já era dificultoso, trabalhava numa Empresa da qual entrava gente e saía. E, aquele processo de entra e sai, eu conheci muitas pessoas que, pra mim, foi muito gratificante, né. Isso mudou muito na minha vida, né. Porque a gente conhecia mais pessoas, pessoas diferentes, diálogos diferentes, isso mudou muito minha rotina, né, mudou muito! Pra mim foi gratificante...

(José Ribeiro - montador)

— Nossa! Gente de toda espécie. Apesar da gente vivê em sítio, né, a gente trabalhava com turma da cidade. Então cê conhecia gente de todas as espécies. A gente conversava, brincava. Eu sempre fui uma menina queta, mas sempre brincalhona. Sempre gostei de brincá, falá, expô idéias. Eu já sonhava com o futuro, esperava ter mais idade, porque eu queria sai, estudá... Foi bom, foi uma experiência boa na vida, onde eu aprendi muita coisa que eles me ensinaram, muita coisa. Morei com eles, tudo com eles, dormia, tudo, cuidava de três crianças. Então, pra mim foi uma coisa boa. Foi onde eu comecei descobrir que eu era capaz, que eu poderia estudá, que eu poderia aprendê mais. Eles sempre me ensinava, me levava pra passeá, via coisas diferente, foi bom...

(Luzia - montadora)

A cidade, São Paulo, o Sul, em contraposição à roça, ao interior, ao Nordeste, produzem nos trabalhadores e nas trabalhadoras migrantes uma “sensação de progresso”, que é percebida na maioria das vezes como um sentimento de “mudança de vida” (ver trecho do relato de José Ribeiro transcrito a seguir). Ter “carteira assinada”, salário garantido todo mês, direito aos institutos de pensões e aposentadoria... aparece aos olhos do trabalhador rural, recém chegado e sem direito a nada, como “benefícios” que justificam todas as dificuldades a serem enfrentadas no trabalho industrial e na lida diária com os “perigos” da vida urbana.

— Se a gente for associar o caso, o corte de cana em Alagoas, o trabalho na lavoura com daqui em São Paulo, a gente percebe que o tratamento é diferente, né. Porque lá cortava cana, trabalhava na lavoura e, a prática, o tipo de ferramental que a gente tinha pra trabalhar, era mais sofrido, né. A tecnologia de São Paulo é bem mais avançada. O ferramental, por exemplo, aqui eles plantam cana e tem as máquinas pra sulcar a terra. E lá, o caboclo ainda trabalha na base do enxadão... Só em alguns lugares mais adequados, mais planos que usavam os animais. E aqui, quando eu cheguei aqui, percebi que a coisa era mais avançada. Eu trabalhava com as máquinas, trator que

fazia, arava, gradeava e sulcava o solo, né. Entre Alagoas e São Paulo a gente começava a perceber que o avanço era outro, né. Por exemplo, quando eu saí de Alagoas pra cá, eu me senti que tava em outro mundo, que estivesse vivendo em outro país. A formação que as pessoas têm aqui em São Paulo e a formação nordestina, a gente percebe que é bem diferente. Por exemplo, no tratamento, né. Via que o tratamento que o trabalhador nordestino recebe, é um tratamento na base do..., era um tratamento escravista, vamos dizê assim, né. O sistema de Alagoas, o sistema lá, ainda é até hoje, se fala muito em coronelismo, né. Em São Paulo, devido a sua formação, né, a gente tem um pouquinho mais de liberdade. Então, eu acho que o trabalhador, se a gente for ver a questão trabalhista do nordeste e a questão trabalhista do sul ou sudeste, né, a gente começa a perceber que a diferença é muito grande, o avanço é outro. Acho, no meu ponto de vista, que São Paulo ainda é o centro tecnológico, é o coração do Brasil...

(José Ribeiro - montador)

A noção de progresso opera uma função de mascaramento das contradições sociais. No entanto, este conceito traz dentro de si uma série de ambigüidades capaz de gerar na consciência das classes trabalhadoras em trânsito sentimentos paradoxais e muitas vezes desconexos. Se o progresso da cidade, *“com seus fascínios de asfalto e das forças da eletricidade”*, provoca primeiramente no imaginário popular uma fugaz embriaguez de luz e de cores, ele expõe, quase que em seguida, a vida de uma maneira absurdamente dura e impessoal, onde *“a visão pacificante e natural”* do mundo da roça e da pequena corrutela encontra-se totalmente fora de lugar.

Por se de lá, na certa por isso mesmo
Não gosto de cama mole
Não sei comer sem torresmo
Eu quase não falo
Eu quase não sei de nada
Sou como rês desgarrada

Nessa multidão, boiada caminhando a esmo...
(trecho de **Lamento Sertanejo**: Dominginhos e G. Gil)

Desafortunadamente — conforme demonstra Romildo SANT'ANNA (1996: 359) — *“o inchaço dos grandes centros metropolitanos, repercute, salvo raríssima exceção, no urbanismo desordenado, causando mais pobreza, perda do eixo cultural, dos princípios morais, e conseqüente desfibramento do espírito”* das camadas populares expulsas do campo. Em contato com os símbolos citadinos e com o urbano propriamente dito, os camponeses perdem *“o referencial do território que dominavam, havendo um hiperbólico choque causado pelo impacto do estranhamento”*. Coexiste nesse universo, um tanto quanto abstrato, os frisos da realidade concreta, marcados pela violência dos subúrbios, pelo aumento do custo de vida, pelo mal cheiro dos corgos, pelo ordenado de fome, pela frieza da fábrica... Tais contrastes e desrealizações, não

permitem que a percepção do progresso absorva automaticamente toda espessura da vida das classes populares. Embora ocorra uma reação de acanhamento ao primeiro contato com a “grandiosidade” da cidade e da fábrica, os operários decodificam e (re) elaboram estas circunstâncias impostas numa atitude que intercala fascínio e contrariedade, conformismo e resistência.⁵⁴

* * *

Ao redor dos percursos migratórios e ocupacionais os indivíduos tecem e manipulam as experiências que amaciam a “rotinera” da vida e alargam suas visões do mundo. À medida que se defrontam, a todo momento, com os limites impostos pela realidade pétrea, vão adquirindo o estofo, a fibra e a firmeza — características daqueles que pelejam pelos “sonhos de futuro”.

Enquanto ouvia o depoimento de Luzia, me veio a lembrança de um trecho da moda caipira “*Saudade da minha Terra*”: “*O mundo judia, mas também ensina...*”. Esses dizeres, ditos populares, provérbios e tantas outras formas de ensinamentos preservados pela tradição oral, constituem o inventário de preceitos utilizados pelas pessoas na relação com o mundo e no desempenho das suas atividades. Essas regras de proceder, normas de conduta, são incorporadas ao repertório dos *causos* e acontecimentos presentificados pelos trabalhadores quando narram suas “sagaranas”.

Walter BENJAMIN evidencia que a característica de todo narrador é o seu senso prático, a dimensão utilitária que se traduz, invariavelmente, em um ensinamento, numa sugestão feita a partir da sua própria experiência ou da relatada pelos outros. “*O narrador é um homem que sabe dar conselhos /.../. O conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria. A arte de narrar está definindo porque a sabedoria — o lado épico da verdade — está em extinção*” [BENJAMIN, 1936] (1994: 200-201).⁵⁵ A visão crítica benjaminiana funda-se na constatação de que no mundo moderno a arte de narrar está cada vez mais minguada. “*O narrador não está de fato presente entre nós, em sua atualidade viva. Ele é algo de distante, e que se*

⁵⁴ - Ver Chauí (1986). As peculiaridades da expansão capitalista no Brasil impedem que as classes operárias se comportem permanentemente de maneira resignada. Isto porque, por uma lado, historicamente os salários sempre cresceram menos que os aumentos de produtividade e foram reajustados, invariavelmente, abaixo do custo de vida. Por outro lado, o “sucesso” individual e a conquista de novas posições alcançadas por parcelas de trabalhadores urbanos não significam, necessariamente, um salto para as hierarquias “superiores” e nem eliminam a experiência da desigualdade típica de uma sociedade de classes. Essa experiência contraditória da formação social das classes trabalhadoras se expressa também na dimensão política: a igualdade formal de direito, por não eliminar as desigualdades presentes nas relações cotidianas, acentua as insatisfações dos excluídos face às injustiças sociais. Assim, as classes subalternas, ao trazerem para o palco político seus dramas e desilusões, passam a questionar a ordem social e o *establishement*.

⁵⁵ - Para Walter Benjamin, aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada. Para obter uma sugestão, é necessário primeiro saber narrar a história.

distancia ainda mais” [BENJAMIN, 1936] (1994: 197). Com o rareamento dos verdadeiros contadores de causos, esvaece também a comunidade dos ouvintes, uma vez que a experiência transmitida pelo relato deve ser comum ao narrador e para as pessoas que escutam atentamente suas histórias.⁵⁶ *“Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história /.../. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele (do ouvinte), ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. É assim que essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual”* [BENJAMIN, 1936] (1994: 205).

Ao constatar o definhamento gradual do espaço da experiência no mundo moderno, o pensador da Escola de Frankfurt afirma que não existe mais o “caráter de comunidade” caldeando a vida e a palavra.⁵⁷ *“A experiência se dilui quando no mundo moderno se esgarça a rede que protege a vida coletiva, a circularidade temporal, os discursos agregadores e a referência dos jovens aos mais velhos”* — comenta BORELLI (1992: 80). Ao referir-se à obra de BENJAMIN, identifica que *“o trabalho artesanal e comunitário é substituído por outro que, apesar de coletivo, transforma o trabalhador em indivíduo isolado dos outros e do processo mais global de produção. O desenvolvimento das forças produtivas e o processo acelerado das transformações tecnológicas imprimem uma marca de temporalidade em que o ritmo dos homens é dimensionado pelo ritmo da técnica. Quando o passado deixa de ser referência, perde o sentido a presença de velhos narradores”*. O depauperamento da arte de contar parte, portanto, *“do declínio de uma tradição e de uma memória comuns, que garantiam a existência de uma experiência coletiva, ligada a um trabalho e um tempo partilhado, em um mesmo universo de prática e linguagem”* (GAGNEBIN, 1994: 11).

Na coleção de histórias por mim recolhidas, podemos notar alguns subterfúgios utilizados pelo patronato e outras frações das classes dominantes para interditar os espaços de trocas de experiências por parte dos trabalhadores. Benedito dos Reis registra o alisamento da paisagem urbana, dos lugares de reconhecimento e atualização da cultura operária situados longe dos olhares das chefias. Maria Aparecida refere-se às proibições de conversas paralelas, às escalas de idas ao banheiro para se evitar situações de encontros e confidências sobre os problemas gerados pelo regime fabril. A não autorização de jogos nos intervalos de descanso — a não ser aqueles aprovados e vigiados pela direção da Firma — é sublinhada no depoimento de José Ribeiro. Seu

⁵⁶ - A arte de narrar “deve envolver narrador e ouvinte numa cadeia singular de temporalidade: o tempo é vasto, o ritmo é lento e a cadência revela a dimensão coletiva da reposição dos hábitos, dos costumes e da memória. Pela voz do narrador o passado é restaurado no presente”. (Borelli, 1992: 79-80).

⁵⁷ - Em relação à estas colocações ver também Borelli (1992) e Gagnebin (1994).

relato deixa transparecer as formas de apropriação dos momentos privados nos quais os trabalhadores podiam usar e “matar o tempo” às suas maneiras. Givanildo constata com tristeza que as máquinas automatizadas vão tomando o lugar do “pessoal mais antigo e experiente” — arquivos vivos do *savoir-faire* operário...

— Não tinha ponto de encontro. Não tem... Até porque eu critico aqui em Limerá a questão do futebol amador, né. As peladas que existem lá pra baixo, por exemplo: eu morava no sítio, mas tinha um grande lastro de amizade com o pessoal da cidade. Por quê? Porque a gente jogava futebol, eles iam lá no sítio e a gente também ia na cidade, né. Aqui não. Era muito difícil. Mesmo as organizações que tinham futebol, eram organizadas pelas Empresas, fazia de maneira que bem daria certo pra eles, né /.../. E outra: Limerá nunca teve, nunca ofereceu áreas de lazer, um espaço onde os trabalhadores pudessem se encontrar pra tá participando. Muito difícil!

(Benedito dos Reis - operador de máquinas)

— Não tem tempo..., sei lá!., tem hora que não tem tempo nem de respirar, porque eles pega no pé da gente. É horário que marca pra ir no banheiro, é isso, é aquilo. Tem lugar lá que a gente não pode nem conversar porque o chefe fica no pé, fica olhando. Passa, passa, fala que não pode ir lavar a mão, é assim. É ritmo corrido. Você não pode passar um minuto que já tem gente olhando.

(Maria Aparecida - montadora)

— Na minha época foi proibido a gente de jogar baralho... Só na área de lazer construída por eles. Tem também um grupo de oração... Deve ter algum sentido essas coisas... Eu também sou cristão, não tenho nada contra. Deus é um só, né!? Mas deve ter alguém atrelado à Empresa pra fazê esse tipo de coisa.

(José Ribeiro - montador)

— Então, qué dizê que a máquina tomô todo o serviço, entendeu? O pessoal comentava um com outro: “Daqui a pouco, do jeito que tá, a erosão traz quase tudo pronto de lá, vai sobrá pouca coisa pra gente fazê”. Qué dizê que, logo eles é capaz de mandá todos os ferramenteiros embora, certo? Não vai precisá mais... Pega um menino do SENAI, aí, que tem noção, topa, só pra montagem...

(Givanildo Pereira - ferramenteiro)

As imposições do tempo produtivo, a busca incessante para diminuir os tempos mortos e as porosidades da cadência,⁵⁸ limitam o tempo de contar, de intercambiar experiências. As rápidas mudanças introduzidas nos processos técnicos e organizacionais do trabalho, na distribuição geográfica das plantas produtivas, intensificam a mobilidade da força de trabalho, alteram sua composição, desmobilizam o coletivo operário e desestabilizam as posições de classe até então consolidadas. A desterritorialização/reterritorialização da produção apagam os registros,

⁵⁸ - Tempo de preparação das máquinas, de manutenção, de troca de matrizes, de espera de chegada dos componentes para serem montados, etc.

fragmentam a memória cognitiva e prática construída durante anos pelos trabalhadores. DELEUZE & GUATTARI (1976: 50-52) denominam esse processo, que estreita o espaço e o tempo da experiência, como *sócius desterritorializado*. Segundo os autores, “a decodificação dos fluxos, a desterritorialização do sócius formam assim a tendência mais essencial do capitalismo”.⁵⁹ Esse movimento de desterritorialização — conforme interpreta SEGNINI (1988: 86-87)) — refere-se “à destruição pelo capital dos espaços sociais onde são usinadas as identidades coletivas”. Ao dissolver os sentidos originários atribuídos às pessoas e às coisas, o processo de deslocamento subjetivo e objetivo dos territórios de reconhecimento individual e coletivo coloca no lugar uma outra noção de valor: quantidade abstrata de riqueza e de trabalho.⁶⁰

As prerrogativas da valorização e da acumulação, impostas pelo processo de trabalho capitalista, determinam o estreitamento do tempo de experiência, limitam o intervalo de adaptação dos trabalhadores às novas exigências cognitivas demandadas pelas necessidades da produção, encurtam os períodos de aprendizagem e não estimulam o desenvolvimento da criatividade e da subjetividade operária. BORELLI (1992: 81) denuncia que “a recente barbárie é, sem dúvida, composta de indivíduos que desenvolveram um tipo de subjetividade precária de experiência”.⁶¹ FREUD, em *O Futuro de uma Ilusão* [1927] (1974: 15), constata que “a maioria das pessoas foi obrigada a restringir-se a somente um ou alguns de seus campos. Entretanto — continua o fundador da Psicanálise — quanto menos um homem conhece a respeito do seu passado e do presente, mais inseguro terá de mostrar-se o seu juízo sobre o futuro /.../. Isto é, o presente tem de se tornar passado para que possa produzir pontos de observação a partir dos quais elas (as pessoas) julguem o futuro”.⁶² É esta capacidade de antecipar o futuro que se perde quando se tem uma vivência precária do presente, quando a bagagem de experiências acumuladas no passado não possui mais nenhuma serventia.⁶³

— Porque lá também num levava mais de quinze dia, você tava aprendendo, já. Tinha que aprendê rápido. Na experiência, num aprendeu, então era mandado embora. Isso a gente tem que se virar por conta, porque nem engenheiro, nem técnico num vinha dizê assim: “Isso aí é perigoso”. Às vez acontecia de cá o vapor, lá, que estorava, a gente tinha que se rancá de perto. Era tudo muito rápido...

(Seu Mariano - operador especializado)

⁵⁹ - “O capitalismo - reiteram - instaura ou restaura todos os tipos de territorialidade residuais e factícias, imaginárias ou simbólicas, sobre as quais ele tenta, bem ou mal, recodificar, selar as pessoas derivadas das quantidades abstratas” (Deleuze & Guattari, 1976: 50-52).

⁶⁰ - Estes aspectos serão aprofundados no capítulo II.

⁶¹ - Félix Guattari (1990) denomina essas subjetividades precárias de “subjetividade serial.”

⁶² - Estou utilizando, neste caso, indevidamente um trecho de Freud. Para o fundador da psicanálise a dimensão da temporalidade se restringe ao passado e ao presente, com uma nítida predominância para o primeiro. O futuro é ignorado por Freud, ou melhor, como diz o título desta obra: “O futuro é uma ilusão”.

⁶³ - No decorrer do trabalho voltarei a este assunto. Por enquanto é importante marcar que o estoque de experiências adquirido durante os vários percursos ocupacionais não serve mais para os trabalhadores enfrentarem as dificuldades do trabalho industrial.

— Ah! dava um pouco de medo, né! No começo, né. Porque, no começo, a gente não tava acostumado, nunca tinha visto, né. Então a gente ficava com um pouco de cisma, medo, né. De estar um rebolo e batê na cabeça da gente...

(Silvério - operador de fundição)

— O negócio é corrido mesmo. Bate a mangueira, limpa aqui; cê tá limpando, daí a pouco, as máquinas, elas funciona num esquema de ar. Tá limpando, daí a pouco, a máquina descia e alguém perdia o dedo, dedo da mão vai embora, corta mesmo! E eu sempre preocupado, né. Queria conservá o meu dedo. Tem pressa? Tem mas eu preciso cuidá de mim! Aí, você nem terminava de cabá de limpá, né, o chefe dava um toque pra outro lá e, vamo ligá a soda, lá. Ligá a soda, pra quem não conhece, o cara não dava instrução nenhuma. Então, começa a passá aquela nuvem branca, né, parecia uma neblina, assim... Eu, na primeira vez mesmo, queimei todo o rosto. Não tinha nenhuma proteção pra você se protegê. Queimei pra caçamba. Fiquei uns dois dia afastado pra fazê tratamento... É uma merda mesmo!!!

(Benedito dos Reis - operador de máquinas)

Os estoques de experiências, os anos de permanência na empresa são condições essenciais para o trabalhador conhecer os processos de trabalho e seus perigos. É a partir daí que se desenvolvem as atitudes preventivas que permitem aos operários anteciparem-se aos riscos e acidentes. O medo, a “cisma” e o sofrimento decorrem, muitas vezes, do fato de o trabalhador “não ter mais tempo” de forjar esses mecanismos defensivos de proteção da sua integridade corporal. Lucio KOVARIK (Apud. SADER, 1988: 93), com muita propriedade, denomina esse fenômeno como “perda da capacidade cognitiva”. Ou seja, a privação das referências passadas, construídas durante a labuta nos ofícios anteriores, aumenta a sensação de estranhamento e insegurança dos operários em seu novo ambiente de trabalho. Diante do ritmo *feróiz* da produção é custoso acostumar, malear e adaptar o corpo a esse outro jeito de fazer o trabalho. O trabalho feito *nas carreras* impede o operário de reter o tempo e programá-lo de acordo com suas necessidades. O tempo é disciplinado e comprimido pelas demandas da produção. Seguindo uma terminologia sugerida por Roberto DAMATTA (1991), eu diria que há uma subordinação dos “tempos internos” (tempo da casa, da família, das necessidades corporais...) “aos tempos externos” (tempo marcado pelos imperativos da produção).⁶⁴ Seu Mariano relata como o barulho, a *quentura* e o ar confinado aumentam ainda mais a penosidade do labor industrial. Sente nostalgia do tempo da roça...

⁶⁴ - Trataremos mais deste aspecto quando formos analisar as representações sobre a saúde e a doença. É importante assinalar por enquanto, que os trabalhadores quase sempre referem que o “tempo da roça” era bem mais “livre” que o “tempo da fábrica”. No trabalho rural existe a possibilidade de “matar o tempo” para descansar e jogar conversa fora (ver a cultura de tomar tererê — chá frio feito de ervas semelhante ao chimarrão — dos trabalhadores rurais do Mato Grosso do Sul). E. P. Thompson assinala que, “sempre que os homens estavam em posição de controlar a sua própria vida de trabalho, alternavam os períodos de intensa labuta com os de completa preguiça” (Thompson, 1991: 59).

— *Eu tenho tudo os sinal aqui, que foi tudo queimadura. Encosta numa matriz daquela — eu sô escuro, né!? Encosta numa matriz daquela o coro ficava... Mas eu nem ligava. Ponhava só uma pomada e eu toco a vida assim, até que costumei. Mas a vontade foi sempre era de vortá pra roça. Mesmo com grande dificuldade que tinha, a vontade era de vortá pra roça. Porque eu nunca fiz aquele serviço. Serviço quente! Porque foi o primeiro que entrei. Serviço quente! Muito calor e muito barulho também! Na borracha era barulho demais!*

(Seu Mariano - operador especializado)

* * *

Retomo mais uma vez o pensamento de Walter BENJAMIN para afirmar que não se trata de frear o tempo e realizar uma arqueologia da história do trabalho para reencontrar o “homem fáustico”, fazer ressurgir o “trabalhador proudhoniano”⁶⁵ — “*senhor das suas mãos e ferramentas*”.⁶⁶ Quando BENJAMIN se refere à necessidade de se resgatar o passado através da narração, o que ele pretende é provocar rupturas no fluxo contínuo do tempo para fazer surgir um outro projeto de civilização. Para o herdeiro da “Teoria Crítica” é a ruptura que salva e resgata. A dimensão da temporalidade é carregada de interrupções. O passado não é preservação sucessiva do tempo, é restauração no presente.

GAGNEBIN (1994: 13), ao escrever um ensaio sobre as noções de “História e Narração” em Walter BENJAMIN, assinala que tais conceitos pretendem designar os “*saltos e recortes inovadores que estilhaçam a cronologia tranqüila da história oficial, interrupções que querem também, parar esse tempo infinito e indefinido /.../ para permitir ao passado esquecido ou recalçado surgir de novo, e ser assim retomado e resgatado no tempo atual*”. A origem benjaminiana visa, portanto — segundo comentários da autora —, a mais que um projeto restaurativo ingênuo, o lugar privilegiado de uma recusa a modernidade. Ela é, sim, “*uma retomada do passado, mas ao mesmo tempo abertura sobre o futuro, inacabamento constitutivo*”. Significa, em suma, “*uma transformação do presente tal que, se o passado perdido aí for reencontrado, ele não fique o mesmo, mas seja, ele também, retomado e transformado*” (GAGNEBIN, 1994: 17-19).

Ao recusar a idéia de um processo cumulativo e progressivo, BENJAMIN tenta pensar uma tradição dos oprimidos, que não repousaria sobre o nivelamento da continuidade, mas sobre os saltos, a interrupção e a descontinuidade dos acontecimentos. Segundo GAGNEBIN, “*o continuum da história é o dos opressores*”, e o que a história quer apagar “*são os buracos da*

⁶⁵ - O termo refere-se à crítica de Marx, presente no texto *Miséria da filosofia*, à visão romântica de Proudhon. Este autor defende a volta do trabalhador demônio, do artesão aniquilado pelo processo capitalista de produção.

⁶⁶ - Trecho da música “*Primeiro de Maio*” de Chico Buarque e Milton Nascimento.

narração que indicam tantas brechas no continuun da dominação". Nas teses *Sobre o Conceito de História*, BENJAMIN [1940] postula que a tarefa do historiador materialista é definida, justamente, pela produção dessas rupturas eficazes. Deve-se interromper, desmontar e "*quebrar os relógios do tempo*", recortar essa narração demasiadamente coerente e linear para que os fenômenos possam ser arrancados dessa falsa continuidade. BORELLI (1992: 81-84), comentando a obra do pensador alemão, escreve que "*é preciso construir com a possibilidade de resgatar da destruição, dos restos acumulados, uma nova história. Uma história que possa repor a origem, não como uma volta ao começo ou, ainda, como uma simples repetição do que já aconteceu. Mas uma história que no presente seja capaz de restabelecer uma ligação com o passado, e este possa ser salvo naquilo que tem de fundamental /.../. Para criar o futuro — afirma o autor — é preciso que algo dele seja preparado no presente, utilizando-se do que já foi. A vida se empenha em conservar o passado e antecipar o futuro, numa duração em que o presente, passado e futuro penetram um no outro e formam uma continuidade indivisa*".

Claude LEFORT (1990: 53) é outro autor que associa a noção de história com o "fenômeno da memória coletiva". Segundo suas observações, toda sociedade se preocupa em interpretar o passado e situar-se em relação a ele. O reencontro com o tempo pretérito — segundo esse autor — deve ser uma ação intencionada e presumida de toda sociedade que busca se antecipar aos acontecimentos e andar na frente de seu próprio destino. Evidencia-se, aqui, a importância de se preservar a memória do passado para precipitar o futuro a partir das necessidades presentes. GRAMSCI também ressalta este aspecto quando sugere a importância de se construir uma história empenhada com o resgate dos sujeitos e com a antecipação do devir. Essa retomada da história, de acordo com o pensador marxista italiano, deve ter em conta a questão da subjetividade operária.⁶⁷

GRAMSCI entende que a formação de uma consciência de classe passa, necessariamente, pela ação sobre o inconsciente, o subjetivo. Para isso, a classe trabalhadora deve assumir sua saga, salvando do esquecimento seu passado e sua memória: "*recordemos os fatos. Reforcemos nossa consciência com nossas lembranças, mergulhando nosso espírito no rio de nossa tradição, da nossa história, da nossa vida*" (Apud. MACCIOCCHI, 1980: 211).⁶⁸ O marxismo — de acordo com seu pensamento — é a possibilidade aberta de uma "*filosofia da práxis*", ou seja, de uma nova socialização do saber passado e do saber em construção. Seu "método de previsão" está baseado na capacidade de se construir, através da organização e da prática, modelos de realidade capazes de desagregar o que parecia à primeira vista dominado por uma necessidade ou por uma ordem causal inteiramente imutáveis. Prever significa somente ver bem o presente e o passado

⁶⁷ - Ver Badaloni (1987: 29).

⁶⁸ - Esta citação é da coletânea *Scritti giovanili* (Gramsci, 1914-1918).

enquanto movimento, identificando com exatidão os elementos fundamentais e permanentes do processo. A capacidade de fazer previsão está ligada à uma “consciência antecipadora” que se utiliza, para este fim, das “imagens utópicas” dos nossos “sonhos diurnos”.⁶⁹ Na sua “filosofia da práxis”, GRAMSCI reconhece que as previsões eficazes são aquelas que organizam as vontades das pessoas e de um grupo. São aquelas que partem da realidade objetiva para apaixonar e mobilizar outras camadas sociais: *“as previsões desapassionadas são desprovidas de interesse, e somente a existência de um projeto e de um programa a realizar faz com que o previsor não se perca nos emaranhados da realidade presente e se atenha naquilo que é essencial”*.

Ao deixar o futuro em aberto para suas expectativas e desejos, cada narrador tem a possibilidade de criar e buscar o sentido da sua história pessoal. O relato oral, quando devolve a história para as mãos dos trabalhadores em suas próprias palavras, possibilita que se recupere os registros dispersos a partir dos fragmentos que cada um possui. O reencontro com um passado não muito distante permite tornar mais inteligível o momento presente, no mesmo instante em que são abertos novos caminhos em direção do amanhã.

As pessoas não são apenas “replicantes” de fatos e acontecimentos: são inventoras e intérpretes das histórias onde elas próprias são as protagonistas principais.⁷⁰ À medida que compartilham da rede de significados pertencentes a todos, os narradores situam-se na realidade do seu tempo, selecionando as lembranças a partir das necessidades do hoje. Ao construírem seus enredos, invocam seus desejos e alinham os retalhos das suas histórias no tecido da vida comunitária. A narrativa, por condensar passado/presente/futuro, assemelha-se ao trabalho do sonho. Cabe ressaltar, porém, que contrariamente à tese defendida por FREUD [1900] (1972), o relato inverte, na maioria das vezes, a ordem cronológica das coisas (futuro/passado/presente), posicionando o contador no prumo da dianteira. O “trem da história” projeta-se, assim, movido pelo “fazer coletivo”, cujo itinerário e destino não se encontram previamente fixados desde a partida...

⁶⁹ - Ver também noção de “consciência antecipadora” em Ernest Bloch (Apud. Münster, 1993).

⁷⁰ - De acordo com Deleuze & Guattari (1995: 13-14), a narrativa “*não é um decalque, mas um mapa*”, através do qual cada narrador recolhe suas impressões dos fatos e acontecimentos vistos e não vistos, vividos e não vividos que foram relatados por alguém.

CAPÍTULO II

A SUBJETIVIDADE OPERÁRIA FRENTE ÀS CONDIÇÕES OBJETIVAS DO PROCESSO DE TRABALHO: lições do Capítulo VI Inédito de O Capital

*O sujeito, a consciência, vão apagar-se em proveito da regra,
do código e da estrutura...*

(Barthes)

O “atributo sujeito” é um problema central quando se quer delimitar os referenciais teóricos que posicionam este estudo no campo da Saúde Coletiva. A própria escolha de apreender o objeto a partir do “olhar do trabalho” coloca esta questão desde o início da pesquisa. Toda narrativa — como já tive a oportunidade de discorrer — implica sempre numa elaboração/reelaboração dos fatos, e numa organização do enredo que não se limita à descrição *ipsis litteris* do que aconteceu. Revela uma atitude ativa de alguém que é ator, co-autor e platéia dos eventos que estão sendo narrados. Atribuir significados, nomear, hierarquizar, interpretar são características de quem vivencia os fatos como acontecimentos particulares e coletivos. Foram essas premissas que me levaram a considerar os trabalhadores como sujeitos e protagonistas privilegiados. Não se trata de uma prerrogativa desprovida de importância metodológica. A centralidade do “atributo sujeito” é um pressuposto indispensável para se visualizar a abrangência e os limites que demarcam os domínios da Saúde Coletiva.

Assumir uma perspectiva analítica a partir da “categoria sujeito” pressupõe não desconhecer outras referências que problematizam o assunto, bem como, os vários riscos decorrentes desta escolha. Todo pesquisador que se dispõe a incorporar esta centralidade ao seu objeto de estudo deve ficar atento para não “passar por cima” do conteúdo ideológico que a “designação sujeito” traz consigo.¹ É necessário, da mesma maneira, precaver-se do viés hegeliano que situa o Sujeito dentro de um referencial teleológico, impossível de ser apanhado no “aqui e

¹ - Ver este debate em Althusser (1985) e na introdução crítica que Guilhaon Albuquerque faz desta obra.

agora”.² Um outro problema inerente a esta opção, refere-se às armadilhas de um certo “subjetivismo ingênuo”, onde o sujeito é confundido com um “*alter-ego*” isento das determinações sociais. Não se pode perder de vista, também, os perigos de ser traído por definições apriorísticas que desconsideram as contribuições da psicanálise. O pensamento freudiano pressupõe uma multiplicidade de sujeitos atomizados numa tópica e numa economia onde as instâncias do Id, Ego e Superego buscam firmar-se frente aos impulsos do desejo e da realidade.³ Finalmente, é importante ter sempre em conta as contribuições trazidas pelo marxismo que, ao posicionar o sujeito alienado diante do fetiche da mercadoria, acaba por relativizar sua consciência e fixá-la enquanto reflexo das estruturas econômicas. Pode-se concluir a partir daí, que o atributo sujeito envolve um conjunto de relações complexas e uma diversidade de vertentes que buscam apreendê-lo para além da sua imediatividade. A psicanálise, o estruturalismo e o marxismo são algumas das correntes que colocam desde logo o “*sujeito sob suspeita*”.

RICOUER (1978) reconhece em Freud, Marx e em Nietzsche os três grandes destruidores do primado da “consciência” e instauradores da “*tragédia do sujeito*”. Antes mesmo dele ser “declarado morto” pelo estruturalismo, Marx já havia submetido o “sujeito” às relações de trabalho coletivizadas e despersonalizadas. Freud, por sua vez, o fragmentou em uma série de instâncias autônomas e conflitivas entre si. Nietzsche, de outra maneira, o submergiu diante da perspectiva da “*Vontade de Poder*”. O que o estruturalismo veio instaurar — segundo RICOUER (1986: 220) — foi “*a eliminação coerente de todas as referências a indivíduos reais da base real da história, uma vez que o ponto de vista do indivíduo não pertence à estrutura*”.

O indivíduo, por não ser um conceito estrutural — segundo a tradição althusseriana — deve ser rejeitado, colocado entre aspas. Da mesma forma, todos os “*humanismos*”. Dentro dessa perspectiva, o *indivíduo-sujeito* consciente e atuante desaparece. Deixa de ser a figura central, volatilizando-se nos múltiplos condicionamentos que lhe são impostos. Por se encontrar submetido à uma temporalidade que lhe escapa, não pode “*ser sujeito, mas somente objeto de puros eventos exteriores a ele*” (DOSSE, 1993: 370-372). Seu aparecer torna-se transitório, efêmero e se dissolve nas tentativas de imprimir-lhe qualquer positividade. O sujeito é assim descentrado, declarado morto, “*engolido na periferia das coisas, sob influências, até perder-se na espuma dos dias*”.⁴

² - Nesta posição, o “Sujeito” se *reconcilia* consigo mesmo somente quando colocado frente à “Consciência Absoluta”.

³ - Todo esforço da psicanálise consiste em colocar os instintos, os desejos em função do fortalecimento do ego. “Onde era Id, Ego devo torna-se”.

⁴ - Barbara Freitag (1991: 69) inclui outras correntes de pensamento que foram pouco compreensivas com o indivíduo-sujeito no transcorrer do século XX. A sociologia positivista, por exemplo, integrou o sujeito em um sistema de relações, transformando-o em simples elemento funcional, necessário para a conservação do todo. A autora assinala que “*a teoria do papel, levada às últimas consequências, fez do autor social uma abstração /.../, um ser inexistente, definido socialmente /.../, sem vontade própria, consciência e autonomia de ação, que se define complementarmente em relação aos seus pares, no interior de uma*

É no interior do pensamento marxista que pretendo recuperar o “estatuto do sujeito” e da subjetividade operária. É evidente — em função das matrizes de análise que venho construindo até aqui — que não estamos tratando de um sujeito qualquer. Muito menos ainda de um “Sujeito genérico”, intangível. Os sujeitos em questão, são operários e operárias com nomes e rostos, totalmente penetrados pelas coisas, pelos outros e pelo mundo. Para CASTORIADIS (1992a: 205), *“o sujeito apresenta-se como essa estranha totalidade, que não é uma e é uma ao mesmo tempo, composição paradoxal de um corpo biológico, de um ser social (indivíduo socialmente definido), de uma ‘pessoa’ mais ou menos consciente, enfim, de uma psiquê inconsciente (de uma realidade psíquica e de um aparelho psíquico), tudo extremamente heterogêneo e, porém, definitivamente indissociável”*. Nesse sentido é que os sujeitos não podem ser tomados enquanto “seres genéricos”. Ao contrário, são constituídos pela diferença e pela singularidade com que investem determinados objetos em favor da sua alteridade. Embora apareçam sempre atravessados e “englobados” pelas estruturas instituídas, eles são capazes de pensá-las criticamente e recriar uma outra institucionalidade em função de seus projetos. Dentro desse viés, os sujeitos aqui denominados falam uma língua particular (não apenas são falados, conforme a visão estruturalista da teoria da linguagem) e se expressam, não somente para garantir uma identidade, mas, acima de tudo, na intenção de desfazerem-se das representações fixas e deixarem-se perder nas incertezas “do mar da vida”.

5.

Os Espaços da Subjetividade em Marx: a irreducibilidade do sujeito-trabalhador à categoria força de trabalho

Independente da sua condição de “força de trabalho” — atributo que o particulariza frente aos outros sujeitos possuidores de outros predicativos —, o sujeito-trabalhador é constituído e singularizado por diferentes processos de socialização que não se restringem ao tempo e ao espaço da produção. Várias outras dimensões (individuais e coletivas) configuram o “campo de tensão” que estrutura o sujeito e modela sua subjetividade. À medida que se engaja num projeto, ele (sujeito) se experimenta, se afirma, se expressa, se diferencia e se identifica, no mesmo momento em que os outros (sujeitos) e o mundo se mostram e são visados por sua ação. É nessa relação de reciprocidade que o sujeito — conforme assinala KOSÍK (1986: 70-75) — *“cria para si relações,*

estrutura de papéis hierarquizados”. No campo da psicologia, *“o behaviorismo o definiu como um ser orgânico sujeito à reflexos, capaz de ser condicionado (ser reativo, sem iniciativa)”*.

baseado na própria experiência, nas próprias possibilidades e na própria atividade. Dai considerar esta realidade (a vida cotidiana) como o seu próprio mundo /.../, cuja autenticidade ou inautenticidade ele tem de comprovar por si mesmo na luta, na práxis, no processo da história da própria vida, no curso do qual a realidade é possuída e modificada, reproduzida e transformada". Esse fato marca o acontecer e o devir da história, onde — apesar de o terreno já se encontrar delimitado — cada indivíduo busca deixar suas pegadas...

* * *

O trabalho no interior da produção capitalista *"não é apenas produção de mercadorias, ele é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso não é suficiente que ele produza. Ele tem que produzir mais-valia"* [MARX, 1867] (1982: 584). Por outro lado, deve-se considerar também, que o trabalho é, antes de tudo, *"um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural, imprimindo-lhe uma forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio"* [MARX, 1867] (1982: 202 - grifo meu).

Se na primeira definição MARX apreende o trabalho enquanto processo histórico de extração de mais-valia (caráter econômico da dominação e da exploração), na segunda, deixa de submeter automaticamente o sujeito singular (o trabalhador) às determinações estruturais, para reencontrá-lo na expressão concreta da sua corporalidade interagindo com *"sua natureza externa"*. De outro modo, pode-se dizer que, no primeiro caso, o trabalhador individual encontra-se subordinado ao trabalhador coletivo, pois, *"o produto deixa de ser o resultado imediato da atividade do produtor isolado para tornar-se produto social, comum, isto é, de uma combinação de trabalhadores, podendo ser direta ou indireta a participação de cada um deles na manipulação do objeto sobre o qual incide o trabalho"* [MARX, 1867] (1982: 584). O segundo enfoque, de outra forma, expõe o processo de trabalho enquanto *"interação viva dos seus elementos objetivos e subjetivos"* [MARX, 1863~1886] (1989: 46 - grifo meu). Sob esse aspecto, BALIBAR (1996: 26) ressalta que a primeira definição refere-se ao *momento de universalidade* e, a segunda, ao *momento de particularidade* do processo de produção capitalista. Ou seja, a *forma*

universal designa o auto-movimento do capital, o processo indefinido de suas metamorfoses no sentido da valorização/acumulação. O *conteúdo particular* demarca, por sua vez, “os momentos encadeados entre si da transformação do material humano em força de trabalho assalariada (vendida e comprada como mercadoria), de sua utilização dentro de um processo de produção de excedentes (sobre-trabalho), de sua reprodução na escala da sociedade inteira”.⁵

A transformação de populações heterogêneas, arrancadas dos mais variados regimes de trabalho (trabalho rural, produção doméstica, etc.), em força de trabalho e, sua ulterior *transubstanciação* em trabalho objetivado, constitui-se a porta de entrada das análises que pretendem articular as dimensões objetivas e subjetivas de uma dada configuração histórica do processo produtivo sob o domínio do capital. MARX, distingue duas formas complementares de objetivação da força de trabalho: *subsunção formal* e *subsunção real*.⁶ Essas duas maneiras distintas de exteriorizar o trabalho, designam os modos diferenciados com os quais o patronato aciona a subjetividade operária. Servem para denominar os encadeamentos estabelecidos entre as condições objetivas (matéria-prima, ferramentas, máquinas...) e o elemento subjetivo (capacidade de trabalho do trabalhador, suas expectativas, socialização prévia, etc.) no interior do processo produtivo. Essas categorias históricas, que podem ser resgatadas da leitura do **Capítulo VI Inédito de O Capital**, escrito entre junho de 1863 e dezembro de 1866,⁷ possibilitam identificar a importância que a descoberta do conceito de “força de trabalho” representou para MARX na sua crítica à Economia-Política.

A descoberta da “categoria força de trabalho” — explicitada por MARX nesse manuscrito — permite poder perceber no processo produtivo dois elementos antitéticos: *os meios de produção* (condições objetivas) e *a capacidade operária* (condição subjetiva). É a partir desse achado que ENGELS modificou posteriormente o texto de MARX **Trabalho Assalariado e Capital** (1849). Na introdução à edição alemã de 1891, Friedrich ENGELS (MARX, 1987: 12-15 - grifo meu) assinala que suas alterações “*giram em torno de um só ponto. Segundo o original, o operário vende ao capitalista o seu trabalho em troca de salário: segundo o texto atual, ele vende a sua força de trabalho*”. Essa nova categoria vem completar a crítica à economia política

⁵ - Este texto constitui o capítulo 10 da obra de Balibar, E. & Wallerstein, I.M. - **Race, Nation, Classe: trois identités ambiguës**. Paris: Ed. de la Découverte, 1990. A tradução é de Angela M. Tude de Souza (IFCH-UNICAMP, 1996).

⁶ - Na subsunção formal, o conteúdo e o modo real do trabalho não se alteram. De acordo com Marx, “o que desde o início distingue o processo de trabalho subsumido, embora formalmente, no capital, /.../ é a escala em que se efetua; o mesmo é dizer, por um lado, a vastidão dos meios de produção adiantados e, por outro, a quantidade de operários dirigidos pelo mesmo patrão” (1988: 90). Na subsunção real, revoluciona-se não só as relações entre os diversos agentes da produção mas, também, simultaneamente, o “caráter desse trabalho e a modalidade real do trabalho no seu conjunto” (idem citação anterior). A subsunção real surge com a aplicação intensiva da “ciência” na produção. Para detalhes destes conceitos ver Marx (1989: 88-107).

⁷ - Para melhor discussão desta obra de Marx e sua relações com **O Capital** ver introdução à edição italiana escrita por Bruno Baffi, traduzida e mantida na edição brasileira publicada pela Editora Moraes do **Capítulo VI Inédito de O Capital**.

desenvolvida por MARX.⁸ Escreve o autor do livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* [1845] que, “aquilo que os economistas tinham considerado custo de produção do ‘trabalho’, era o custo de produção, não do trabalho, mas do próprio operário vivo. E o que o operário vendia ao capitalista não era seu trabalho. No momento em que começa realmente o trabalho — disse Marx — já não lhe pertence mais e o operário não pode vendê-lo portanto’. Poderia, quando muito, vender o seu trabalho futuro, isto é, comprometer-se a executar um dado trabalho num tempo determinado. Mas então o operário não vende o trabalho (que ainda está por fazer); porém coloca à disposição do capitalista sua força de trabalho, em troca de um trabalho determinado, por um certo tempo (no trabalho por tempo), ou para determinada tarefa (no trabalho por peça); ele aluga ou vende a sua força de trabalho. Mas essa força de trabalho está indissoluvelmente ligada à sua pessoa e é inseparável dela”.

MARX [1867] (1982: 187 - grifo meu) define a força de trabalho ou capacidade de trabalho como “o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie”. É a partir da elaboração deste conceito que a teoria da mais-valia irá aparecer com dupla dimensão: econômica/exploração e subjetiva/opressão. Para extrair sobre-trabalho, o capital necessita mobilizar e colocar a subjetividade operária (aptidões, habilidades, etc.) sob o seu comando. Desse modo, ao identificar os mecanismos diferenciados de apropriação da subjetividade operária pelo patronato,⁹ pode-se pensar as diferentes formas históricas (técnicas e organizacionais) assumidas pelo processo produtivo.¹⁰ O que se busca nesse processo é a sujeição dos sujeitos aos objetivos exclusivos do capital. Essas configurações históricas do trabalho permitem dar inteligibilidade aos conceitos de alienação/estranhamento,¹¹ fetichismo/reificação, subsunção formal/subsunção real. Designam, antes de tudo, as formas de subjetivação/objetivação específicas engendradas pelas relações capitalista de e na produção. Salienta-se, assim — conforme demonstra NAPOLEONI (1981: 18) ao comentar o **Capítulo VI Inédito de O Capital** —, que o “capital não é uma coisa, mas sim uma relação social”. Ou seja, o capital só aparece e instaura “uma nova época de produção social”, totalmente distinta dos períodos históricos anteriores — de acordo com MARX [1867] (1986: 190) —, quando o “possuidor dos meios de

⁸ - Claudio Napoleoni (1981), comentando o **Capítulo VI Inédito de O Capital**, observa que na Economia Política Clássica os valores de troca estão vinculados às quantidades de trabalho. Para Smith, o valor de troca de uma mercadoria é a quantidade de trabalho que essa mercadoria pode comprar (trabalho comandado). Para Ricardo - comenta Napoleoni - a troca está centrada na quantidade de trabalho contido na própria mercadoria. Tanto um como outro, não partem da forma com que o trabalho ocorre na sociedade capitalista (trabalho alienado), mas do trabalho em suas determinações naturais. A especificidade do trabalho na sociedade capitalista, é que o trabalho contido no valor pago pela força de trabalho é menor do que o valor que esta força de trabalho é capaz de produzir (valor excedente).

⁹ - A partir daí podemos manejar os conceitos de subsunção formal e subsunção real desenvolvidos por Marx nesse livro.

¹⁰ - É nesta perspectiva que iremos analisar as metamorfoses do mundo do trabalho no capítulo IV.

¹¹ - Sobre o conceito de alienação ver István Mészáros (1981). Em relação ao tema da subjetividade em Marx ver Paulo Silveira (1989).

produção e de subsistência (condições objetivas da produção) *encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho* (condições subjetivas). Desse modo, o capital deixa de ser uma “coisa a-histórica”, para aparecer como uma “*relação social determinada*”, na qual comparecem “*cara a cara*” o proprietário das condições objetivas e o vendedor da força de trabalho. A Superação das visões naturalizadas do modo de produção capitalista permite poder recolocar a luta de classe no centro das discussões sobre as formas concretas assumidas pela organização produtiva em cada conformação histórica. O capital é descoberto, dessa maneira, como uma relação social historicamente datada.

Segundo MARX [1863~1886] (1989: 46), ***“o processo de trabalho no seu conjunto enquanto tal, na interação viva dos seus elementos objetivos e subjetivos, apresenta-se como a forma total do valor-de-uso, isto é, como a forma real do capital no processo de produção, um processo real de trabalho”***. Continuando sua definição, assinala que ***“o trabalho real é aquele que o operário dá realmente ao capitalista como equivalente pela parte do capital transformada em salário, pelo preço de aquisição do trabalho. É o dispêndio da sua força vital, a realização das suas capacidades produtivas, o seu movimento, não o do capitalista. Considerado como função pessoal, na sua realidade, o trabalho é função do operário e não do capitalista. Considerado do ponto de vista da troca, o operário é o que o capitalista dele recebe no processo de trabalho, não o que é no momento em que o capitalista se lhe contrapõe no processo de trabalho. Isto, confirma a antítese na qual as condições objetivas de trabalho — como capital e, nesta medida, como existência do capitalista — se defrontam no interior do mesmo processo de trabalho com as condições subjetivas de trabalho, com o próprio trabalho, ou melhor, com o operário que trabalha”*** [MARX, 1863~1886] (1989: 47-48 - grifo meu).

Ao considerar que a mercadoria força de trabalho é uma potencialidade, uma “*função do operário*” que somente se realiza no momento da produção ao ser sorvida pelo trabalho passado (morto/acumulado), MARX abre caminho para se pensar a subjetividade e, com ela, os sujeitos em relação. Nessa situação, o trabalhador aparece como “o outro” (alteridade e negação) que se contrapõe ao capital. Isto permite afirmar que a efetivação da unidade do processo de produção capitalista (processo de trabalho, processo de valorização, processo de circulação e acumulação) depende, antes de tudo, da capacidade de o capital transformar a força de trabalho em trabalho objetivado, subsumido ao trabalhador coletivo e ao trabalho morto (maquinaria).¹² Portanto, a extração da mais-valia está subordinada ao fato de que a organização produtiva deve ser eficiente no agenciamento da subjetividade operária, em função dos objetivos exclusivos do capital. Sem desconsiderar o caráter desigual (estrutural) dessa relação, uma vez que o operariado encontra-se

¹² - De acordo com Marx, é o “trabalho” que cria o valor.

expropriado das suas condições objetivas (meios de produção e meios de subsistência), tendo que, justamente por isso, alienar compulsoriamente sua subjetividade (força de trabalho)¹³ no mercado, é possível, ainda, ressaltar a centralidade da dimensão política do processo de trabalho capitalista.

Para que o processo de valorização se realize, é necessário que se conserve o valor do capital constante. Ou seja, depende, *“tanto quanto possível, que tal valor seja consumido produtivamente, não seja desperdiçado, pois, caso contrário, o produto conteria uma parte de trabalho objetivado maior do que o socialmente necessário. Além disso, é necessário que o trabalho se efetue ordenadamente, com vista a um fim; que a transformação dos meios de produção se realize de maneira adequada; que o valor-de-uso que tem em vista como finalidade surja realmente como resultado e que o faça de forma contínua. Aqui reaparece a vigilância e a disciplina do capitalista”* [MARX, 1863~1886] (1989: 51 - grifo meu). Lembre-se que a especificidade da “mercadoria força de trabalho” é a sua *“propriedade peculiar, de ser fonte de valor; de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor”*. É uma mercadoria cujo valor-de-uso, ao consumir outros valores-de-uso (matéria-prima, meios de trabalho...), *“apodera-se dessas coisas, para arrancá-las de sua inércia”* e transformá-las em *“valores-de-uso reais e efetivos”* [MARX 1867] (1986a: 187). Portanto, para que o capital investido retorne ampliado ao final de cada ciclo de valorização é imprescindível a manutenção de uma base material que sustente a dupla dominação do capital sobre o trabalho: 1) a propriedade jurídica dos meios de produção (subsunção formal) e, 2) o controle, de fato, sobre o processo de trabalho (subsunção real).

6.

O Segundo Espaço: o controle do processo de trabalho e a reificação das relações de poder

Não há nenhuma automaticidade entre expropriação/assalariamento (aparição do trabalhador como mercadoria) e sua objetivação efetiva no momento em que se realiza o processo produtivo. Para que isso se concretize, é necessário que o capital detenha o controle e a direção do processo de trabalho, seja capaz de justificar e legitimar seu poder diante dos trabalhadores e,

¹³ - Não quero desconsiderar com isto as outras dimensões da subjetividade que não se restringem apenas aos aspectos relacionados com o trabalho (aptidões, habilidades, etc.). O tema da subjetividade comporta toda dimensão da experiência, das expressões e significados atribuídos pelo indivíduo-sujeito a partir da sua vivência particular do mundo cultural e histórico que o contingência. A subjetividade inclui os afetos, os quereres, as representações que cada indivíduo constrói e que conforma seu “jeito” singular de experimentar e expressar a vida. Diz respeito ao imaginário, ao simbólico e às pulsões que emergem do inconscientes. Ver também sobre esta questão: Jaqueline Tittoni (1994); Paulo Silveira & Bernard Doray (1989), entre outros.

simultaneamente, intervenha e assegure sob seu domínio as condições externas de reprodução da força de trabalho.

Armando DE PALMA (1972), no texto *“A organização capitalista do trabalho em O Capital de Marx”*, retoma a leitura do Livro I a partir das relações sociais presentes nas suas diferentes configurações históricas. Ou seja, busca articular a análise da composição das forças produtivas (atividade humana, energia, matérias-primas, produtos não acabados, ferramentas, máquinas e equipamentos) com as formas de cooperação. Esse procedimento busca identificar como os instrumentos de trabalho e a sua organização se combinam no conjunto das relações sociais de produção. Segundo o autor, *“a introdução das relações entre meios de produção, e entre esta última e a estrutura da cooperação, permite individualizar na história do capitalismo diferentes estágios industriais, em relação aos quais torna-se possível estudar as diversas formas de autoridade e da dependência, o significado diferente do valor-de-uso, numa palavra as diversas formas de alienação”* (DE PALMA, 1972: 12). É o conceito de mais-valia que possibilita atribuir um significado social ao trabalho e às relações que se estabelecem no interior da cooperação capitalista. A mais-valia constitui-se *“o fundamento da integração de duas direções da investigação — o estudo das organizações produtivas e das conseqüências sociais do trabalho de fábrica”* (DE PALMA, 1972: 13).

Ao optar por esse caminho analítico, DE PALMA particulariza as diferentes formas históricas de cooperação, a fim de apreender o caráter que a direção capitalista assume em cada momento. Desse modo, a direção deixa de ser uma “função geral” que estabelece a relação entre as partes — uma função intrínseca a qualquer trabalho diretamente social ou coletivo em grande escala (necessidade de coordenação) —, para ser explicitada como decorrência dos objetivos impostos pela organização capitalista (relação social subordinada à extração do máximo de mais-valia possível). Nesse caso, *“a direção não tem unicamente o significado de condição indispensável do processo de trabalho, mas torna-se mesmo — dado o contexto social em que está inserida — função exclusiva do capitalista, estando-lhe associada o sentido de direção autoritária”*.¹⁴ Conclui o autor, que a distinção entre funções e significados diferenciados do conceito de direção *“é um instrumento metodológico fundamental, sobretudo quando é necessário estudar grandes organizações produtivas em que o caráter técnico da organização diretiva se torna de tal forma predominante que esconde o fato de que ele é sempre função social de um grupo de poder”* (DE PALMA, 1972: 21 - grifo meu).

¹⁴ - É importante avançar em relação à estas considerações para apontar que, atualmente, já se observa uma separação entre a “propriedade jurídica do capital” e a direção do processo de trabalho que é executada por uma fração assalariada específica (gerentes, administradores, executivos, etc.).

A ênfase na função de direção e controle encontra-se ressaltada, igualmente, no artigo do *Brighton Labour Process Group* (1991).¹⁵ O texto distingue as diferentes formas assumidas pela direção no interior do processo de trabalho capitalista.¹⁶ De acordo com o ponto de vista dos autores, para que a organização se mantenha e se reproduza, torna-se indispensável que a dominação do capital sobre o trabalho, exercida através do controle do processo produtivo, se restabeleça permanentemente sob novas condições. Ao criticarem a visão unilateral de algumas análises marxistas que concentram-se exclusivamente na apropriação do produto pelo capital (contradições do capitalismo em nível do valor), negligenciando, assim, o domínio do próprio processo de trabalho, os colaboradores do *Brighton Labour Process Group* (BLPG) centralizam sua exposição nas diferentes formas de comando exercidas pelo capital no momento da produção. Assinalam que, *“enquanto a existência da força de trabalho como uma mercadoria implica na separação do trabalhador dos meios de produção, o processo de trabalho reúne-os novamente. Mas agora eles estão reunidos sob condições que são estabelecidas pelo capital e com a finalidade de perseguir os objetivos do capital. O capital reúne os meios de produção e a força de trabalho e põe-nos a trabalhar, mas o faz de uma forma que é determinada pelos objetivos da valorização, de maximizar a produção de mais-valia e, tanto quanto possível, de eliminar todos os outros objetivos potencialmente conflitantes”*. O controle real do processo de trabalho pelo capital torna-se uma pré-condição sem a qual um dos ciclos do processo de valorização não se realiza, *“precisamente porque a separação formal do trabalhador dos meios de produção é cancelada, na realidade, pela forma material do processo de trabalho no qual trabalhador, materiais e instrumentos são combinados”*. É a função de controle, de comando do processo de trabalho que é crucial para a realização das finalidades do capital. Quaisquer que sejam *“os instrumentos e materiais (por exemplo, qualquer que seja a tecnologia), existe sempre a possibilidade de o processo ser inspirado por algum outro objetivo que não o da valorização e potencialmente em conflito com ele”* (BLPG, 1991: 17-18 - grifo meu).¹⁷

Segundo ainda o enfoque desse artigo, *“a unidade do processo de valorização e do processo de trabalho na produção capitalista não deve ser entendida simplesmente em termos de exploração. A exploração exige controle suficiente sobre a quantidade de trabalho realizado e sobre a extensão da jornada de trabalho, a fim de garantir que os trabalhadores produzam um*

¹⁵ - Grupo de discussão do qual participaram Diane Elson, Fabio Eber, John Humphrey, Hubert Schmitz, entre outros, que produziram este artigo escrito por John Mephram em 1976.

¹⁶ - Essas formas de controle do processo de trabalho referem-se à cooperação simples, manufatura e à indústria moderna (maquinofatura), conforme descreve Marx no Livro I de *O Capital*.

¹⁷ - Por exemplo, o objetivo de condições de trabalho saudáveis e seguras, ou de um produto socialmente útil, ou ainda, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

valor maior que o valor da sua força de trabalho.¹⁸ Os autores ressaltam que sempre haverá uma não-correspondência entre as relações de produção que dificulta o movimento de valorização. Ou seja, *“ao menos que haja um desenvolvimento histórico específico de uma base objetiva e subjetiva adequada do processo de trabalho, haverá /.../ uma não-identidade entre os sujeitos econômicos formais, jurídicos e os sujeitos econômicos materiais”*. Tal conflito funda-se no *“fato de que a forma material e social do processo de trabalho não permite que as relações capitalista se efetivem de uma forma adequada”* (BLPG, 1991: 18 - grifo meu).

O processo de trabalho capitalista pode ser definido como a unidade entre os processos de valorização e o processo de trabalho real. Essa unidade somente se realiza através de uma adequada base técnica que concretiza uma dada organização social do trabalho. Melhor dizendo, a realização das finalidades do capital somente torna-se possível através de uma *forma específica* (universal/particular) de produzir, onde a organização objetiva do trabalhador coletivo e da maquinaria comandam a intervenção subjetiva, materializando, desse modo, a passagem de uma organização predominantemente social para uma forma concreta de produção.¹⁹ É dessa maneira que as formas técnicas e organizacionais do processo produtivo, o planejamento, a execução de sistemas, o *lay-out* das instalações físicas, o processamento dos dados, o acesso às informações e a disciplina fabril *“constituem-se na materialização do poder que tem o capital de fazer valer seus objetivos sobre o trabalho”* (BLPG, 1991: 32). Assim, as várias configurações do processo de trabalho aparecem aos olhos dos sujeitos envolvidos não como conseqüências de uma dada relação

¹⁸ - É importante diferenciar que na indústria de processo contínuo (petróleo, petroquímica, papel e papelão, açúcar e álcool, etc.) os ganhos de produtividade e o rendimento das instalações estão centrados no “trabalhador coletivo” (equipes de trabalho), que garante a eficiência dos equipamentos. Os trabalhadores nestes processos exercem, prioritariamente, as funções de supervisão, operação de fases do processo e manutenção dos equipamentos. Ressalta-se o papel das atitudes preventivas e antecipatórias presentes no coletivo operário para a garantia dos mecanismos de segurança destes sistemas técnicos. Na indústria de transformação (produtos discretos), de outra maneira, a produtividade também está ligada ao “trabalhador individual”.

¹⁹ - Foi a máquina-ferramenta que inaugurou no século XVIII a revolução industrial. Marx descreve que toda maquinaria é composta de três componentes distintos: o motor, o sistema de transmissão e a máquina. Segundo ele, o motor e a transmissão existem apenas para detonar o movimento da máquina-ferramenta, que se apodera do objeto de trabalho e o transforma de acordo com o fim desejado. Seu efeito mais marcante foi o de ter tirado das mãos do operário o instrumento e a ferramenta para incorporá-los a um princípio mecânico, que se apropriou da destreza e da habilidade do trabalho humano. Ao operário restou *“a função puramente mecânica de força motriz, ao lado do novo trabalho de vigiar a máquina e corrigir com as mãos o seu erro”*. A seguir, *“depois que os instrumentos se transformaram de ferramentas manuais em ferramentas incorporadas a um aparelho mecânico, a máquina motriz, o motor, adquire uma forma independente”* [Marx, 1867] (1982: 427 e 431) e a nova base técnica industrial libera-se, quase que inteiramente, dos limites físicos impostos pelo corpo do trabalhador. Logo, o instrumental de trabalho, ao converter-se em maquinaria, exigiu a substituição da força humana por forças naturais e mecânicas. A partir do desenvolvimento e da combinação de máquinas não só o operário perdeu o controle sobre o ato produtivo concreto, mas, também, perdeu a autonomia de poder ditar seu próprio ritmo de trabalho (o que lhe exigirá uma sujeição cada vez mais intensa à cadência imposta pelo sistema mecânico). Com o surgimento da *indústria moderna*, o trabalho fica ainda mais parcelado, fragmentado e quebra-se o saber-fazer artesanal. De agora em diante, o controle sobre os trabalhadores incorpora-se ao sistema de máquinas (*“o trabalho morto torna-se o ‘amo’ do trabalho vivo”*); alarga-se a zona de recrutamento da mão-de-obra, uma vez que a maquinaria, ao aliviar parte do esforço físico exigido pelo labor industrial, permite uma maior usura do trabalho feminino e infantil; a divisão do trabalho é alterada como conseqüência da distribuição dos trabalhadores pelas diferentes máquinas, da separação entre aqueles que operam e aqueles que auxiliam, e do surgimento de uma classe de profissionais responsáveis pela manutenção das máquinas e equipamentos (nova divisão técnica do trabalho); amplia-se a jornada de trabalho e se intensifica o ritmo (*“o capital confisca a vida inteira do trabalhador”*); degrada-se a saúde dos trabalhadores e os recursos naturais;¹⁹ o desemprego aumenta; potencializa-se a produtividade do trabalho humano e, como resultado, maiores volumes de trabalho não pago são apropriados pelos capitalistas.

social, específica de uma época histórica, mas, como uma imposição natural e eterna, sendo determinadas por uma “racionalidade técnica” que reifica e subordina as relações de poder à “objetividade do capital”. Na realidade, é essa “invisibilidade” acobertada pela aparência técnica, objetiva e inerte, que submete o trabalhador individual ao trabalhador coletivo e ao sistema de máquinas, ampliando suas potências produtivas.

A des-reificação das relações de poder (materializadas na estrutura produtiva) abre a possibilidade de se apanhar o processo de trabalho capitalista naquelas outras dimensões que ultrapassam os aspectos técnicos e organizacionais que o configura. Reconhece-se, através desse procedimento, que sua especificidade e unidade só podem ser apreendidas quando se passa a considerar o processo de produção capitalista *“como uma forma particular de organização social do trabalho”*. Uma forma que é, ao mesmo tempo, *“uma forma específica de coerção e a efetivação do objetivo de valorização sob bases adequadas”* (BLPG, 1991: 18-19).

As relações estabelecidas entre as condições objetivas e as condições subjetivas no momento da produção, completam a dinâmica de transformação de amplas camadas populacionais em trabalhadores assalariados. O processo de proletarianização, ao ser intermediado pelos aparelhos de disciplinamentos e integração dos indivíduos na estrutura social, busca compatibilizar os instrumentos externos de preparação da força de trabalho (sua reprodução) com as necessidades internas das empresas. Objetiva estruturar previamente o trabalhador coletivo, a fim de garantir sua adequação numérica, técnica e ideológica ao processo produtivo. Para tanto, não basta ao capital controlar tão somente as condições imediatas da produção. É necessário assegurar, antes de tudo, que a reprodução externa do operariado esteja subordinada permanentemente às relações de assalariamento.

7.

O Terceiro Espaço: a reprodução da força de trabalho e o fetichismo da mercadoria

Vimos anteriormente que a objetivação da força de trabalho no processo de produção imediato está ligada à capacidade de o capital controlar o “elemento subjetivo”. A função de direção, materializada no poder de escolher e decidir entre os componentes técnicos e organizacionais que configuram uma forma específica de colocar a subjetividade operária em ação, pode ser tarefa tanto daqueles que detêm a propriedade jurídica do capital, quanto de outras

“frações assalariadas” (gerentes, supervisores, etc.) presentes no chão-de-fábrica. Ou ainda, está embutida na própria configuração técnica e organizacional do processo de trabalho²⁰ e nos diversos mecanismos de cooptação incorporados pelos próprios trabalhadores que, ao “vestirem a camisa da empresa”, passam a controlar os próprios companheiros. Todos esses dispositivos possibilitam o aparecimento de uma “face impessoal” do poder e da “vigilância à distância”. No entanto, somente o controle das condições imediatas da produção não é suficiente para garantir a reprodução das relações capitalistas de trabalho.

Uma condição prévia para que o capital se instaure e se reproduza, é o comparecimento da força de trabalho “livre” no mercado. O processo de assalariamento, enquanto relação que especifica o capital e o trabalho, institui a força de trabalho como uma mercadoria especial (capacidade de gerar valor) que deve ser reproduzida, tanto no que diz respeito à sua reposição biológica (manutenção de uma certa capacidade física e mental, nascimento de outras gerações para substituírem os trabalhadores retirados precoce e compulsoriamente do mercado de trabalho, etc.), quanto à sua composição técnica. Cabe considerar ainda, e, acima de tudo, os instrumentos ideológicos e políticos que mantêm a subordinação e a subalternidade do operariado face aos objetivos do capital.

De acordo com MARX [1857~1858] (1986a: 65-66), o aparecimento *“do indivíduo como trabalhador, em sua nudez, é propriamente um produto histórico”*. Implica, antecipadamente, *“na separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação — dos meios e do material do trabalho”*. Isto significa, *“a dissolução tanto da pequena propriedade livre como da propriedade comunal da terra”*. Ou seja, *“pressupõe um processo histórico que dissolve as diversas formas nas quais o trabalhador é um proprietário — dissolução da relação com a terra, com os instrumentos de trabalho e meios de consumo”* [MARX, 1857~1858] (1986a: 91-92). É o aparecimento do “trabalhador livre” e a troca de trabalho livre por dinheiro que marcam o amadurecimento das relações capitalistas de trabalho. *“É a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana (terra, ‘condições naturais do trabalho’...) e a existência ativa; uma separação somente completada, plenamente, na relação entre o trabalho-assalariado e o capital”*, que irá engendrar uma nova época histórica, particularizada pela dissolução das relações em que *“os trabalhadores mesmos, as unidades vivas da força de trabalho (condições subjetivas), ainda eram parte direta das condições objetivas de produção”* [MARX, 1857~1858] (1986a: 82 e 93). MARX deixa transparecer claramente que não é somente o capital uma criação do “trabalho”, mas, e da mesma maneira, é o capitalista que produz constantemente a força de trabalho (fonte subjetiva de riqueza, existência abstrata encarnada no trabalhador).

²⁰ - As tecnologias micro-eletrônicas possibilitam que as funções de controle sejam incorporadas no próprio equipamento.

O operário, por estar separado de seus próprios meios de objetivação e realização aparece, dessa forma, como trabalhador assalariado. Melhor dizendo, é produzido na mesma posição e “nudez” de antes — desapropriado dos meios de produção e subsistência, possuindo apenas *“aquela fonte subjetiva de riqueza (a sua força de trabalho)”*. Desse modo, a reprodução do capital (D-M-D’) e da força de trabalho (M-D-M) no seu conjunto, enquanto totalidade do processo de produção/reprodução capitalista, *“produz não apenas mercadorias, não apenas mais-valia, mas também produz e reproduz a própria relação do capital; de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado”* (BOTTOMORE, 1988: 319).

Essas considerações iniciais, apontam para a necessidade de se identificar os processos históricos que determinaram o aparecimento do trabalhador assalariado. Remetem para a necessidade de se construir alguns recortes analíticos que nos permitam articular as transformações ocorridas no interior da produção material com as práticas de reprodução do operariado, subordinadas, exclusivamente, às relações de assalariamento. A observação do processo de constituição do salariado fabril possibilita reconhecer a vigência de diferentes modos de reprodução da força de trabalho em cada período histórico. Conforme reconhece MARX [1857~1858] (1986a: 99), *“o processo de dissolução que transforma a massa de indivíduos de uma nação em potenciais trabalhadores-assalariados livres — indivíduos forçados, simplesmente por sua carência de propriedade, a trabalhar e a vender seu trabalho — não pressupõe a desaparecimento das fontes anteriores de renda, ou (em parte) das condições anteriores de propriedade destes indivíduos. Ao contrário, presume que somente seu uso tenha sido alterado, que seu modo de existência tenha sido transformado /.../. Porém — isto é evidente — o processo que, de um modo ou outro, separou a massa de indivíduos de suas anteriores relações afirmativas com as condições objetivas de trabalho, que negou tais relações e, portanto, transformou tais indivíduos em trabalhadores livres é, também, o mesmo processo que liberou estas condições objetivas de trabalho de suas ligações prévias com os indivíduos agora delas separados”*.

O que se deseja ressaltar até aqui, é o fato de vigorar num mesmo período histórico práticas diversas de reprodução material e social do salariado. Isso demarca, precisamente, o caráter histórico, particular, transitório e mutável das práticas de reprodução da força de trabalho, evidenciando sua “tendência universal” (dissolução de todas as outras formas de reprodução não-subordinadas à realização do valor). O problema está em poder demonstrar como as necessidades e as exigências de reprodução do indivíduo-trabalhador são irredutíveis e irreconciliáveis com aquelas *“condições mínimas de subsistência”*, estritamente necessárias à reprodução da força de trabalho.²¹ Só assim — conforme assinala TUDE de SOUZA (1985b: 2) —, *“se pode conceber a*

²¹ - Esta premissa permite ultrapassar os limites das abordagens marxistas que tratam da reprodução da força de trabalho levando-se em conta somente sua reprodução biológica e técnica. Esta forma de tratar a questão da reprodução se apegam nas

esfera da reprodução como um terreno no qual os antagonismos e as práticas de resistências (e de luta) manifestam concretamente a disputa em torno do valor do trabalho vivo; disputa que ocorre entre o sujeito que o coloca em ação e aqueles que o explora”.

Se partimos do princípio que o sujeito-trabalhador é irredutível à categoria força de trabalho, podemos afirmar, agora, que as práticas de reprodução material e social do operariado são irredutíveis, do mesmo modo, à realização da mercadoria e do valor. Tal pressuposto, nos permite reconhecer a existência de uma relativa exterioridade e autonomia da reprodução das classes trabalhadoras face às práticas de assalariamento sancionadas pelo processo produtivo imediato. Por conseguinte, abre-se a possibilidade de romper com aquelas perspectivas que tratam da reprodução social das classes trabalhadoras enfocando apenas seus aspectos econômicos. Essa ruptura, leva em conta que *“a existência e o peso das exterioridades do modo de vida e de consumo das classes trabalhadoras desfiguram a autonomia da equação mercadoria/dinheiro, pois mostram como este ciclo é dependente de uma variável exógena, de forças e critérios que se dão ‘por fora’ da produção do valor, insubordinadas ou resistentes às leis da oferta e da demanda”* (TUDE de SOUZA, 1985b: 15).²² É sob esse aspecto que a subjetividade operária comparece com peso próprio na *“estruturação das práticas e normas de consumo”* das camadas assalariadas.²³

Falar de reprodução — segundo AGLIETTA (1991: 4) — *“é mostrar os processos que permitem que o que existe siga existindo”*. Estudar um modo de reprodução — de acordo ainda com um dos fundadores da Escola da Regulação²⁴ — *“é descobrir quais são as relações determinantes que se reproduzem /.../, assim como as causas pelas quais essa reprodução se vê*

considerações feitas por Marx no Livro I de O Capital. Ao reconhecer que *“o proprietário da força de trabalho é mortal”* e que, apesar deste limite, ele *“tem de aparecer continuamente no mercado, conforme pressupõe a contínua transformação de dinheiro em capital”*, Marx coloca na *“reprodução biológica”* a função de perpetuar esta *“mercadoria peculiar”*. *“As forças de trabalho retiradas do mercado por desgaste ou por morte têm de ser incessantemente substituídas pelo menos por um número igual de forças de trabalho”*. Portanto, *“a soma dos meios de subsistência necessários à produção de força de trabalho inclui também os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, os seus filhos, de modo que se perpetue no mercado essa raça peculiar de possuidores de mercadoria”*. Um pouco mais adiante deste trecho, reconhece que o trabalhador, *“a fim de modificar a natureza, de modo que alcance habilidade e destreza em determinada espécie de trabalho, e se torne força de trabalho desenvolvida e específica”*, necessita de treino, de formação que o capacite adequadamente às necessidades da produção. Os custos desta capacitação também são incorporados — conforme assinala Marx [1867] (1982: 192) — no valor pago à força de trabalho.

²² - Balibar (Apud. Bottomore, 1988: 320) considera que há três instâncias ou práticas que configuram a reprodução da força de trabalho: *“a econômica, a ideológica e a política, e todas devem ser reproduzidas para que a totalidade estruturada que é o modo de produção se possa reproduzir”*.

²³ - Em relação à estruturação da norma de consumo ver Aglietta (1991). Este autor escreve que *“a separação dos trabalhadores dos meios de produção, que se encontram na origem da relação salarial, implica uma destruição dos diversos modos tradicionais de consumo, e conduz à criação de um modo de consumo específico do capitalismo. Se cria assim, uma norma social de consumo operário, que é o fator essencial na extensão da relação salarial, já que é uma modalidade fundamental de mais-valia relativa. Mediante a norma social de consumo, o modo de consumo se integra nas condições de produção”* (Aglietta, 1991: 129-131). Para o autor, são dois os produtos que compõem este padrão de consumo das classe operárias: a moradia social média com seus equipamentos domésticos duráveis e o automóvel.

²⁴ - Sobre esta Escola e sua teoria ver Boyer (1990). Segundo este autor, *“as análises em termos de regulação inscrevem-se dentro de um vasto movimento, que parte de uma crítica do marxismo ortodoxo combinando-a com a tradição macroeconômica keynesiana”* (Boyer, 1990: 14). Buscam, a partir desta articulação, superar as teorias econômicas clássicas e conservadoras nas análises das crises da sociedade contemporânea.

acompanhada de rupturas em diferentes pontos do sistema social". Reconhecer sua historicidade pressupõe identificar os encadeamentos necessários que interagem na modelação do trabalhador coletivo, em função das práticas de consumo sancionadas pelo mercado. Ou ainda, torna-se necessário localizar as transformações das condições de existência das classes trabalhadoras (ciclo de manutenção da força de trabalho) em relação ao ciclo de realização da mercadoria.

No entender de MARX [1857~1858] (1986a: 88), "*o ato de reprodução, em si, muda não apenas as condições objetivas /.../, mas os produtores mudam com ele, pela emergência de novas qualificações transformando-se e desenvolvendo-se na produção, adquirindo novas forças, novas concepções, novos modos de relacionamento mútuo, novas necessidades e novas maneiras de falar*". Contudo — é importante deixar ressaltado —, essas transformações não estão asseguradas nem garantidas por nenhum mecanismo providencial, muito menos produzem sempre os resultados desejados em nível do processo de circulação. Para que o processo de reprodução ocorra sem sobressaltos, são necessários outros dispositivos e instrumentos que intervenham para além do controle exercido pelo capital no espaço produtivo. Isso porque — conforme ressalta TUDE de SOUZA (1986: 4-5) —, "*o ciclo de realização da mercadoria (D-M-D')* depende tanto de variáveis exógenas — dentre as quais a própria subjetividade operária que reflete sobre as estruturas do consumo —, quanto daquelas em que a força de trabalho, além de aparecer com suas capacidades físicas, comparece no processo de trabalho com suas aptidões intelectuais e habilidades pessoais que são, geralmente, adquiridas e reproduzidas externamente aos processos de trabalho em que são utilizadas". A relativa autonomia das práticas de reprodução da força de trabalho pode ser observada ao longo dos processos históricos que determinaram tanto sua separação da esfera da produção, quanto sua subordinação à expansão ampliada da *forma-mercadoria*.

Seguindo as referências de Angela M. TUDE de SOUZA, presentes no texto *Disciplina Fabril e Reprodução Operária* (1986), uma primeira observação de caráter histórico que se faz necessária diz respeito ao fato de que, nas sociedades antecedentes à sociedade capitalista moderna, a esfera do trabalho produtivo, responsável pela garantia do fornecimento de uma quantidade adequada de valores-de-uso necessários para o abastecimento diário do trabalhador e sua família, encontrava-se fundida aos processos de reprodução dos produtores diretos. Melhor dizendo, ligava-se visceralmente ao âmbito da vida doméstica e suas vizinhanças. A pertinência "natural" das esferas de produção e reprodução ao espaço da domesticidade era a característica dominante das organizações pré-capitalista do trabalho. Desde os *ateliers* familiares — que se constituíam em unidades de reprodução, consumo e formação profissional —, até as pequenas oficinas de produção artesanal erigidas pelas tradições de ofício (corporações), o ponto em comum

entre essas e outras formas de se configurar o trabalho era a unidade, sempre presente, das práticas de produção e reprodução.

A justaposição e o imbricamento dos espaços de trabalho e de vida, da existência familiar, doméstica e salarial, bem como, da remuneração da força de trabalho e da reposição cotidiana das faculdades físicas e intelectuais dos trabalhadores constituíam — segundo indica TUDE de SOUZA (s/d: 28) — *“uma peça-chave a ser desativada ao longo da produção capitalista de mercadoria”*. Tratava-se de tornar a produção de mercadorias autônoma e independente dos limites naturais da domesticidade e da auto-subsistência, assim como, dos entraves econômicos impostos pelas corporações de ofício. Para isso foi necessário, por um lado, *“extirpar ao atelier doméstico seu núcleo produtivo, pela sua recomposição em unidades territoriais específicas para tal finalidade, e pela apropriação social do trabalho cooperativo sob a forma de mercadoria; e por outro lado, tratou-se de redefinir a base de vida, onde agora, a domesticidade está limitada à ocupações reprodutivas, estando restrito ao grupo familiar à fórmula da conjugalidade legítima e onde a moradia passa a ter funções exclusivamente residenciais”*.²⁵

O emprego do trabalho assalariado em lugares exclusivos e especializados de produção, fora do território doméstico, bem como a subordinação das práticas de reprodução do operariado às regras de consumo sancionadas pelo valor-mercadoria, exigiu uma série de dispositivos de controle dos corpos e dos modos de vida das classes trabalhadoras com a finalidade de se forjar uma nova ética operária. As exigências do trabalho compulsório, os imperativos da assiduidade, do respeito pelas hierarquias instituídas, da domesticação dos instintos, da sobriedade, dentre outras “qualidades” requeridas do operariado nascente, foram impostas através de uma violenta intervenção patronal e estatal²⁶ sobre os modos de vida e as práticas de reprodução das classes trabalhadoras.

A disciplina fabril e o controle sobre a vida privada do operariado integram o enredo de uma mesma história, assim como a apropriação do saber técnico-produtivo dos trabalhadores de ofício e sua subordinação às exigências da valorização do capital são partes de uma única totalidade. Ambos surgiram com o dismantelamento das formas domésticas e cooperativas de produção artesanal. Passaram a ser, a partir daí, condição essencial para a emergência das estruturas centralizadas de gestão dos meios produtivos.²⁷ A desmobilização dos *ateliers* domésticos e das oficinas de artesanato foi seguida por um conjunto de investimentos forjados pela

²⁵ - É interessante observar, atualmente, o renascimento destas formas domiciliares de produção em função da flexibilização da força de trabalho, bem como, dos processos que procuram precarizar ainda mais as condições de reprodução do operariado.

²⁶ - No Livro I de *O Capital* (Marx) e no livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* de Engels, podemos encontrar uma série de citações sobre a violência a que foram submetidos homens, mulheres e crianças durante o período de instauração da Revolução Industrial. Um dos exemplos da colaboração estatal a este processo é a Lei do Pobres da Inglaterra de 1834.

²⁷ - Tornam-se um pré-requisito indispensável para que o trabalhador possa funcionar como “verdadeiro ‘órgão coletivo de trabalho’, dócil e adaptável aos interesses e requisitos dos novos processos produtivos” (Tude de Souza, 1986: 29).

classe dominante, com o objetivo de mudar os hábitos e comportamentos produtivos dos trabalhadores de ofício. Antes mesmo que os capitalistas tivessem a capacidade e os instrumentos técnicos necessários para alterarem os procedimentos operatórios do trabalho produtivo, foi preciso intervir na intimidade das práticas privadas de reprodução das classes trabalhadoras, a fim de submetê-las às normas de controle e de disciplina exigidas pelas novas formas de se dispor e usar o trabalho.

O que se pode apreender desta pequena síntese histórica da inauguração das práticas de assalariamento e das relações propriamente capitalistas de trabalho²⁸ — e essa é a tese defendida por TUDE de SOUZA (1986: 5) —, é que *“a expropriação dos meios de produção e de subsistência não foi suficiente, em si mesma, para garantir a incorporação dos produtores ‘livres’ aos processos de trabalho sob o comando capitalista e, para assegurar a subordinação das práticas de reprodução às exigências de valorização do capital”*. Antes de tudo foi preciso intervir sobre os fatores subjetivos da reprodução do operariado, redirecionando, assim, o “padrão de consumo” dos trabalhadores e de suas famílias em função dos processos de produção de sobre-trabalho e de realização do valor-mercadoria.

Torna-se importante assinalar que a “adequação” dos modos de vida dos trabalhadores às formas de valorização não é isenta de conflitos. O nó górdio e o foco de tensões entre os vários interesses opostos existentes na produção sempre estiveram amarrados, justamente, à necessidade de se estabilizar e generalizar a forma-mercadoria. A solução desse “problema” conforma um campo de disputas que inviabiliza, de modo permanente, o funcionamento adequado das estruturas de mercado.²⁹ A presença de “fatores exógenos” atuando sobre sua regulação (ciclo de manutenção e reprodução da força de trabalho) aparece como um dos elementos responsáveis pela instabilidade e desorganização das economias capitalistas. Assim, ao reivindicar o espaço irredutível da subjetividade operária diante das necessidades sociais de reprodução do trabalhador, retorno à premissa inicial, a fim de apontar o outro elemento que sustenta esta afirmação. Trata-se, agora, de des-fetichizar *“o caráter universal do valor-mercadoria”* e questionar a idéia pretensiosa da *“autonomia da regulação econômica”* face à reprodução social das classes trabalhadoras.

²⁸ - Para um melhor detalhamento desta história ver Angela M. Tude de Souza (1986); Karl Marx (1982), principalmente os itens XI, XII e XIII da Parte Quarta do Livro I (da cooperação à indústria moderna); Karl Marx (1986); Eric J. Hobsbawm (1981); E. P. Thompson (1987); Michelle Perrot (1988); Friedrich Engels (1985) e Maurice Dobb (1987), entre outros.

²⁹ - Em relação às crises estruturais do Estado Capitalista ver a análise de Claus Offe (1984 e 1989). O ponto central das suas análises, prende-se ao fato de que a dinâmica do desenvolvimento capitalista apresenta, histórica e empiricamente, uma tendência permanente à desorganização e paralisação da viabilidade de mercado, ou seja, a interrupção das relações de troca. Segundo Offe, as crises do Estado capitalista podem ser explicadas pelo fato de o Estado ter como papel fundamental a estabilização da forma-mercadoria. No capitalismo contemporâneo, segundo Offe, o problema estrutural consiste em recuperar as deficiências do mercado, dada sua pouca capacidade de se auto-regular e, a impotência das políticas de *Welfare State* utilizadas para este fim.

* * *

O campo delimitado pelas políticas públicas constitui o outro componente fundamental das práticas de manutenção e reprodução do operariado no mundo moderno. Este domínio inaugura um novo território de disputas e negociações no qual as classes trabalhadoras comparecem como interlocutoras sociais, sujeitos políticos e econômicos, independentes do Estado e do capital. Não se trata, aqui, de reiniciar a exaustiva discussão sobre o papel das políticas sociais na reprodução das sociedades capitalistas. Apenas quero deixar registrado que, diferentemente daquelas visões que debatem e explicam a função do Estado e das políticas públicas no campo exclusivo da sua utilidade ao processo de acumulação capitalista, ou ainda, sob a perspectiva da necessidade de sua legitimação junto às exigências dos trabalhadores e outras camadas populares,³⁰ estou partindo da premissa de que esse campo ocupa um lugar dissociado e distinto daquele delimitado pelas relações econômicas entre o capital e o trabalho. Esse território circunscreve — no dizer de TUDE de SOUZA (1985b: 25) — o domínio de uma *“racionalidade própria”*. Configura-se como um espaço privilegiado para se analisar as *“relações antagônicas que permeiam e estruturam a sociedade capitalista moderna”*. Desse modo, pode-se perceber que os ajustamentos dos gastos globais de reprodução do salariado mediante as políticas governamentais (saúde, educação, previdência social...) revelam, acima de tudo, uma dissociação entre o valor da reposição da força de trabalho (sancionado pelo salário) e o valor da sua reprodução (dependente cada vez mais de um *mix* de gastos sociais). Fica assim evidenciado, a partir da organização do consumo de valores-de-uso coletivos, *“uma racionalidade que afirma a separação e o antagonismo entre o capital, seu poder (expresso pela relação salarial) e a subjetividade operária”* (TUDE de SOUZA, 1985b: 26).

Essa perspectiva, que parte do reconhecimento das conquistas coletivas reivindicadas pelas classes populares por melhores condições de vida — segundo ainda TUDE de SOUZA (1985b: 27) —, *“conduz à uma situação onde as condições de reprodução social tendem a se autonomizar frente à esfera da reprodução econômica do capital, bem como, frente ao nível de vida sancionado pela relação salarial: ela se apresenta como uma resposta ao acirramento das tensões sociais no curso das quais as classes populares forçam por um outro sistema de reconhecimento social, diferente daquele sancionado pelo nível e pela forma do salário”*, a satisfação das suas expectativas e necessidades materiais e simbólicas. Revela-se, assim, que as necessidades e as exigências de reprodução dos indivíduos não se reduzem ao “mínimo necessário” para que a força de trabalho compareça “hígida” e pontualmente no momento “em que

³⁰ - As teorias que tratam do Estado como “comitê executivo” das classes dominantes.

a fábrica apita”, mas, inclui outros itens de despesas que extrapolam o “padrão social de consumo” definido e limitado pelo aporte direto dos salários pagos aos trabalhadores (valor social e abstrato da força de trabalho).

Seguindo uma linha de raciocínio bastante convergente com essa perspectiva, Francisco de OLIVEIRA (1988) reconhece que a transferência para a esfera pública, de parcelas cada vez maiores dos custos da reprodução da força de trabalho, vem se constituindo como uma tendência histórica do capitalismo deste século. O deslocamento de alguns encargos da reprodução para fora dos custos internos da produção — segundo seu ponto de vista — tem se revelado uma característica estrutural das economias contemporâneas. Esse fato — conforme ele mesmo constata —, *“implodiu o valor como único pressuposto da reprodução ampliada do capital, desfazendo-o, parcialmente, enquanto medida de atividade econômica e da sociabilidade em geral”*. Ou ainda, *“esta contradição entre fundo público (anti-valor) e sua função de sustentação do capital destrói o caráter auto-reflexivo do valor. O valor /.../ não pode, agora, reportar-se apenas a si mesmo: ele tem que necessariamente reportar-se a outros componentes; no caso, o fundo público, sem o que ele perde a capacidade de proceder à sua própria valorização”* (OLIVEIRA, 1988: 14-15). Pode-se inferir a partir daí, que vem ocorrendo uma tendência de *“des-mercantilização da força de trabalho”*. Lembre-se que essa mercadoria é portadora — de acordo com as análises de MARX — da fonte original de todo valor. O fato de o salário indireto, bancado pelos fundos públicos, representar uma fatia não desprezível dos custos da reprodução material e social dos trabalhadores, dissolve a força de trabalho enquanto mercadoria-padrão que determinaria isoladamente o preço e o valor das outras mercadorias. Torna-se possível, através desse procedimento, pensar na sua des-fetichização, uma vez que a *“força de trabalho está se desvestindo das determinações da mercadoria”*.

A des-mercantilização da capacidade de trabalho *“opera no sentido da anulação do fetiche: cada vez mais, a remuneração da força de trabalho é transparente no sentido de que seus componentes são não apenas conhecidos, mas determinados politicamente /.../. Não há fetiche, neste sentido: sabe-se agora exatamente do que é composta a reprodução social. Ou, em outras palavras, a fração do trabalho não pago, fonte de mais-valia, se reduz socialmente”* (OLIVEIRA, 1988: 19). Por outro lado, *“a sociabilidade não se constrói, apenas, pela projeção sobre os outros setores da vida social dos valores de mercado, mas, pelo contrário, tem nos valores anti-mercado um dos seus traços principais. Em outras palavras, no terreno marcadamente da saúde, da cultura, da educação, são critérios anti-mercado os que fundamentam os direitos modernos”* (OLIVEIRA, 1988: 20-23).³¹ Na realidade, deve-se

³¹ - Segundo Francisco de Oliveira (1988: 23): *“Não se trata agora de prover educação apenas para transformar a população em força de trabalho: são necessidades que são definidas aprioristicamente como relevantes em si mesma”*.

reconhecer — principalmente nestes tempos de reação conservadora, em que a “mão invisível” do mercado volta a se impor com toda força como único critério das relações sociais e econômicas — que o fetiche tem se deslocado para o domínio do Estado. A esfera pública, enquanto lugar no qual se viabiliza a continuidade da exploração da força de trabalho e sua des-mercantilização, esconde o fato de que “o capital é completamente social” (OLIVEIRA, 1988: 19).

Tanto na perspectiva analítica de TUDE de SOUZA, que avalia as políticas públicas a partir da sua “*racionalidade distinta*” face aos processos de reprodução restritos às práticas mediatizadas pela relações salariais, quanto no enfoque imprimido por Francisco de OLIVEIRA, ao salientar o “*surgimento do anti-valor*” como decorrência do financiamento cada vez mais progressivo dos custos sociais através dos fundos públicos, há uma negação do “Estado restrito” (comitê executivo da burguesia). Reconhece os autores — mesmo considerando os limites do Estado classista —, que a estruturação da esfera pública permite avanços significativos sobre o domínio dos espaços antes considerados “*santuários sagrados*” dos interesses exclusivos das elites dominantes. As classes sociais irão emergir, nesse contexto, enquanto sujeitos da história que se expressam coletivamente, e, cujos interesses prevalecem para além da lógica pura do mercado e do capital. A esfera pública, ao mapear todas as áreas conflitivas da reprodução social, possibilita e requer a existência de uma multiplicidade de sujeitos que se afirmam e se reconhecem (alteridade) através da defesa intransigente dos seus direitos. São estas pelejas que estruturam as relações sociais e dão materialidade à uma certa posição de classe.³²

* * *

A centralidade dos sujeitos e da subjetividade operária, pensada no interior das práticas de reprodução material e social da força de trabalho, abre a possibilidade para se identificar os mecanismos que recortam os territórios que estruturam o trabalhador coletivo na sociedade capitalista. Nos limites da empresa, são as redes hierárquicas de poder e de comando, a organização funcional das diferentes ocupações e atividades, os critérios de promoção e reconhecimento e, principalmente, os diversos estatutos salariais, que cimentam as desigualdades e conformam internamente o coletivo operário aos objetivos da produção. No domínio da sociedade, são múltiplos os dispositivos mobilizados para preparar externamente a força de trabalho às

³² - Segundo Francisco de Oliveira (1988: 26), a crítica neoliberal, nas linhas das políticas imprimidas por Thatcher e Reagan, dirigem aparentemente ao intervencionismo do Estado, mas não para dissolvê-lo, mas sim eliminar as arenas específicas de negociação, para deixar em aberto um Estado Mínimo, livre das pressões estabelecidas em nível de cada esfera da reprodução social. O que se busca, é que o Estado continue reproduzindo o capital através dos financiamentos para pesquisas tecnológicas, produção de armamentos, subsídios agrícolas para os grandes produtores, investimentos em infra-estrutura e insumos industriais básicos, etc. Ou seja, que as classes dominantes retomem a propriedade exclusiva do Estado e dos fundos públicos. Ver a atual política do governo F.H.C de socorrer os bancos quebrados, ao mesmo tempo que restringe os investimentos sociais.

necessidade do processo produtivo. Alguns desses instrumentos atuam sobre os aspectos demográficos e técnicos das populações trabalhadoras. Outros, referem-se àqueles mecanismos ideológicos capazes de fundir a subordinação econômica do operariado à sua subalternidade política. Em ambos os casos permanecem em aberto as brechas para a dissidência, a insubordinação e para o surgimento de uma subjetividade desalienada, “não englobada” e “não subsumida”, capaz de recriar um novo paradigma de organização do trabalho, de relações afetivas e de convivência ecológica.

8.

O Quarto Espaço: da objetividade estranhada à subjetividade alienada

As teorias que partem da dupla dimensão do processo de trabalho capitalista, tal como as interpretações assumidas por LAURELL e BREILH, limitam, quase que invariavelmente, as relações existentes entre modo de produção e saúde apenas aos objetivos da valorização/acumulação. Segundo essas visões, são esses objetivos que, em última instância, irão determinar as configurações técnicas/organizacionais do processo de trabalho e, como decorrência, “os padrões de desgaste das classes trabalhadoras”. Ao secundarizarem os embates presentes no interior do processo produtivo pelo domínio do processo de trabalho, essas construções teóricas abstraem os sujeitos em relação (dimensão política e ideológica), congelando suas análises no campo delimitado pela polaridade da infra e da superestrutura.

De outro modo, se levarmos em conta as diferenças existentes entre os conceitos de força de trabalho, trabalho vivo e trabalho morto — conforme descritas por MARX no **Capítulo VI Inédito de O Capital** [1863~1867] — e, suas múltiplas combinações materializando um processo real de trabalho (subsumido quase inteiramente à valorização do capital), é possível visualizar tanto a dimensão genérica do trabalho (possibilidade da realização das aptidões e capacidades criativas humanas),³³ quanto sua especificidade histórica a partir da introdução das relações capitalistas (trabalho alienado e estranhado).

³³ - É esta especificidade que “diferencia o pior arquiteto da melhor das abelhas”, escreve metaforicamente Marx.

O trabalho aparece na sociedade capitalista — de acordo com MARX — como trabalho alienado. É nessa especificidade histórica que o trabalho deixa de ser uma atividade natural, para se transformar numa atividade socialmente determinada, que concretiza uma forma particular de o trabalhador experimentar sua subjetividade (alienada) e a objetividade (estranhada) das coisas. O conceito de alienação assume em MARX, inicialmente, duas dimensões básicas: uma histórica e outra ontológica. A primeira, reconhece que, na sociedade capitalista, o trabalhador encontra-se alienado diante do produto do seu trabalho (que lhe aparece como algo estranho) e diante da sua própria atividade. A dimensão ontológica, por sua vez, refere-se ao momento no qual o homem aparece alienado da natureza, de si mesmo e dos outros homens. Dentro dessa perspectiva, a compreensão do “*ser genérico do homem*” se acha imbricada na própria historicidade do gênero humano, vista a partir do processo de humanização da natureza através do trabalho.

É no movimento de apropriação da natureza pelo trabalho que o conceito de alienação adquire inteligibilidade na sociedade capitalista. De acordo com Paulo SILVEIRA (1989: 29), quando se articula as duas formas mais evidentes da alienação capitalista (em relação ao produto e em relação à própria atividade), afasta-se o risco de reduzi-la a uma óptica exclusivamente material, ou seja, “*a uma perda que decorreria estritamente da mais-valia*”. Segundo esse enfoque, trata-se de pensar a alienação na totalidade da condição humana. MÉSZÁROS (1981: 30) acrescenta, que sob esse aspecto, torna-se possível pensar a superação da alienação como uma transformação ontológica radical da estrutura social como um todo. Essa superação positiva é formulada pelo autor “*como uma ruptura sócio-histórica das mediações secundárias (propriedade privada, troca, divisão do trabalho...)*³⁴ *que se interpõem entre o homem e sua atividade e impedem que o homem se realize em seu trabalho, no exercício de suas capacidades produtivas (criativas), e na apropriação humana dos produtos de sua atividade*”. A luta pela reapropriação do processo de trabalho pelos produtores diretos emerge, em sua dimensão política e cultural, como momento privilegiado dentro do qual os sujeitos individuais e coletivos se expressam e se afirmam. Cabe ressaltar, que no atual contexto de reestruturação do mundo do trabalho, essa reapropriação deve pressupor que as classes trabalhadoras tomem para si, além do produto de seu trabalho, a “função do trabalhador coletivo” e a gestão do tempo livre ampliado pela introdução das tecnologias micro-eletrônicas.

A diferenciação entre força de trabalho, trabalho vivo e trabalho morto recoloca no centro do debate a função da subjetividade operária (ver capítulo III e IV). São as diversas combinações

³⁴ - Mézáros (1981) ressalta que a rejeição dessa mediação não implica negação de toda mediação. Pelo contrário, uma rejeição de toda mediação estaria próxima do misticismo, em sua idealização da “identidade do sujeito e do objeto”. O autor assinala que Marx não combate como alienação a “mediação geral”, mas uma série de mediações de segunda ordem (mediação da mediação), isto é, uma mediação historicamente específica da automediação ontologicamente fundamental do homem com a natureza através do trabalho. É necessário, portanto, distinguir o fator ontologicamente absoluto (trabalho) das formas históricas específicas de organização do trabalho.

assumidas pelos diferentes modos de o trabalho se apresentar no interior do processo produtivo que permitem dar inteligibilidade às maneiras de se modelar a subjetividade do operariado à “objetividade” do capital. A partir dessa leitura, é possível superar os recortes arbitrários propostos em relação à obra de MARX, que priorizam os “escritos da maturidade” em detrimento dos “escritos da juventude”.³⁵ As dimensões subjetivas e objetivas do processo de trabalho — conforme desenvolvidas no **Capítulo VI Inédito de O Capital** — encontram-se também presentes no debate travado por MARX com o “Idealismo Filosófico Alemão” em duas de suas obras inaugurais: **Manuscritos Econômico-Filosóficos** [1844] e nas **Teses Sobre Feuerbach** [1845].

MARX — nas **Teses Sobre Feuerbach** (1988b: 7-80 - grifo meu) —, reconhece que *“a principal insuficiência de todo materialismo até os nossos dias é que as coisas, a realidade, o mundo sensível são tomados apenas sob a forma do objeto ou da contemplação; mas não como atividade sensível humana, práxis, não subjetivamente /.../. Feuerbach quer objetos sensíveis, realmente distintos dos objetos do pensamento; mas não toma a própria atividade humana como atividade sensível”* [tese 1]. /.../ *“A questão de saber se ao pensamento humano pertence a verdade objetiva não é uma questão de teoria, mas uma questão prática. É na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento. A disputa da realidade ou não-realidade de um pensamento que se isola da práxis é uma questão puramente escolástica”* [tese 2]. /.../ *“A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, de que seres humanos transformados são produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem, ele próprio, de ser educado. Ela acaba, por isso, necessariamente, por separar a sociedade em duas partes, uma das quais fica elevada acima da sociedade. A coincidência do mudar das circunstâncias e da atividade humana só pode ser tomada e racionalmente entendida como práxis revolucionária”* [tese 3].

O que fica evidenciado nestes trechos, é a crítica de MARX em relação a qualquer tipo de definição do *indivíduo-sujeito* que parta de uma essencialidade desvinculada da atividade prática-sensível. Tanto o Sujeito teleológico hegeliano (enfoque subjetivista), quanto a perspectiva

³⁵ - Althusser propõe o seguinte recorte cronológico da obra de Marx: 1840 - 1844; 1845; 1845 - 1857 e 1857 - 1883. No primeiro estão incluídos os escritos *A Questão Judaica* (1843); *Introdução à Crítica do Direito de Hegel* (1844); *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844). Em 1845 Marx escreveu as *Teses sobre Feuerbach* e *A Sagrada Família*. No período de 1845 a 1857 estão as obras: *Ideologia Alemã* (1846); *Miséria da Filosofia* (1847); *Manifesto do Partido Comunista* (1848); *Trabalho Assalariado e Capital* (1849); *A Luta de Classes na França* (1850); *O 18 Brumário de Luís Napoleão Bonaparte* (1852). No último período proposto por Althusser foram escritos *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1857 - 1859); *Salário, Preço e Lucro* (1865); *O Capital* (1867); *A Guerra Civil na França* (1871); *Crítica do Programa de Gotha* (1875). Não aparecem nesta cronologia nem o **Capítulo VI Inédito de O Capital** (1863 - 1867) e nem os *Grundrisse* (1857 - 1858). Estas duas obras são fundamentais para se restabelecer o elo entre as primeiras e as últimas obras de Marx.

objetivista de FEUERBACH e, ainda, os *indivíduos* que aparecem “livres” na visão naturalizada **Do Contrato Social** de ROUSSEAU (1757) são rechaçados. A crítica que MARX elabora em relação ao materialismo tradicional de FEUERBACH tem como substrato a contraposição que este estabelece entre o sujeito e o objeto. O objeto aparece como algo fechado em si mesmo, encontra-se desligado do sujeito que o intui numa atitude contemplativa. Desse modo, o objeto não é visto como resultado da atividade humana criativa e sensível, da “*práxis que se objetivou*”, em suma, não é captado subjetivamente. MARX, ao contrário, não absorve o objeto de imediato ao sujeito. Mantém sempre uma tensão entre eles; um não anula o outro. Ao considerar que o objeto possui uma realidade própria, reconhece que ele é continuamente “*determinado e atuado pelo sujeito*”.³⁶

Revisitar a obra de MARX a partir da atualização de suas categorias de análise, pode descortinar algumas pistas que demarcam a dimensão da subjetividade presente em todo seu debate com o Idealismo Filosófico Alemão, com o Socialismo Utópico Francês e, finalmente, com a Economia Política Inglesa. O método introduzido por MARX requer sempre uma interpretação que articule o universal com o particular, o concreto com o abstrato/genérico, ultrapassando, assim, o empirismo especulativo, para se construir uma teoria capaz de intervir estrategicamente na realidade em busca de sua superação.³⁷ A crítica das formas imediatas de aparecimento da subjetividade/objetividade no interior do processo de trabalho capitalista, antes de negar e apagar o sujeito nas estruturas, aponta para a necessidade de se transpor as “mediações” que impedem sua expressão no momento da atividade criativa sensível-prática. Esse é o caminho aberto por MARX, a fim de que o sujeito reidentifique-se consigo mesmo, reencontre com a natureza e com a sua condição humana genérica. Somente nesse sentido é que se pode compreender o sentido do “*humanismo absoluto de Marx*” (GRAMSCI).

O percurso seguido por MARX dos **Manuscritos Econômico-Filosóficos** [1844], até **O Capital** [1867], passando pelas **Teses Sobre Feuerbach** [1845] e pela **Ideologia Alemã** [1845],

³⁶ - O ato de conhecer — escreve Gruppi (1978: 40) ao comentar as *Teses de Marx* — “*não é intuição passiva, mas intervenção subjetiva no objeto*”. Esta perspectiva sobre o processo de conhecimento pode ser encontrada também na Epistemologia Genética piagetiana: “*O conhecimento não pode ser concebido como algo predeterminado nem nas estruturas internas do sujeito, porquanto estas resultam de uma construção efetiva e contínua, nem nas características preexistentes do objeto, uma vez que elas só são conhecidas graças à mediação necessária dessas estruturas, e que estas, ao enquadrá-las, enriquecem-nas (quando mais não seja para situá-las no conjunto dos possíveis) /.../. Empiristas: as quais subordinam o conhecimento a formas previamente situadas no sujeito ou no objeto /.../. Em outros termos, é preciso dizer que tudo é gênese /.../. O plano é, portanto, muito simples: análise dos dados psicogenéticos, suas condições biológicas e, por fim, a retomada dos problemas epistemológicos clássicos /.../. Coloca em evidência a atividade do sujeito sem ser idealista, que se apoia igualmente no objeto ao mesmo tempo que o considera um limite (portanto, existindo independentemente de nós mas sem ser completamente alcançado) e que, sobretudo, vê no conhecimento uma construção contínua*” (Piaget, 1990: 1-6). Posteriormente, na *Crítica à Economia Política*, Marx [1857] (1991: 4) dirá que “*o homem é no sentido mais geral, um ‘zoon politikon’, não só animal isolado, mas animal que só pode isolar-se em sociedade*”. Partindo desta definição, fica evidente que “*a produção de indivíduo isolado fora da sociedade /.../ é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivem juntos e falem entre si*”. Ou ainda: “*quando se trata, pois, de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção de indivíduos sociais*”.

³⁷ - Nas *Teses sobre Feuerbach* Marx escreve: “*Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão porém, é transformá-lo*” (tese 11).

revela um deslocamento importante na teoria da alienação. Pode-se afirmar que, partindo de uma herança marcadamente filosófica e antropológica, MARX localiza posteriormente a subjetividade operária e a “objetividade do capital” no interior-mesmo dos processos de produção e reprodução.³⁸ O movimento de “descida do céu até a terra”, realizado no **Capítulo VI Inédito de O Capital** [1866~1886] e, antes deste, nos **Grundrisse** [1857~1858], permite visualizar a subjetividade agindo no próprio instante em que as formas sempre renovadas de exploração, opressão e usura buscam subsumir totalmente o trabalho ao capital.

A base de toda “antropologia marxiana” encontra-se na relação que os homens estabelecem entre si e com a natureza no momento da produção material. Sua visão funda-se na crítica de todas as formas de apreensão dessa relação que não levem em consideração seu caráter socialmente determinado, ou seja, sua especificidade em cada momento histórico. Os conceitos de alienação/estranhamento, fetichismo/reificação e subsunção formal/subsunção real aparecem para especificar as diferentes formas de agenciamento da subjetividade operária, e para que os sujeitos e suas relações sejam apanhados para além das aparências.

Ao buscar resgatar o espaço da subjetividade em MARX a partir do conceito de força de trabalho e dos processos que transformam o trabalho potencial em trabalho objetivado, pretendi indicar algumas alternativas para se pensar a construção de uma “teoria marxiana dos sujeitos”. O processo de proletarianização — conforme descrito nas páginas anteriores e no final do capítulo seguinte —, enquanto momento de produção e de reprodução da força de trabalho, é uma das possibilidades. A transformação de populações marcadas por particularidades diversas em força de trabalho, e sua *transubstanciação* a posteriori em trabalho objetivado, comporta resistências e conformismos, identidades e diferenças, alienação e alteridade.³⁹ Configura-se como território privilegiado no qual os sujeitos em relação se identificam e se afirmam.

³⁸ - Segundo Ricoeur (1986: 112 e 127), toda obra inicial de Marx está marcada pela questão do “sujeito real”. Os “conceitos hegelianos de feuerbachianos como objetivação, realização, alienação e estranhamento são empregues de maneira vaga para descrever a estrutura subjacente da relação dos seres humanos com o seu trabalho, com os produtos do seu trabalho, com a atividade do trabalho, com o outro trabalhador e com o dinheiro como meio de privar os indivíduos do significado do seu trabalho /.../. A dimensão final da alienação é o alheamento do ser humano em relação ao ser humano, estranhamento em nível da intersubjetividade /.../”. Nos seus escritos finais, Marx passa de uma análise essencial para uma análise histórica.

³⁹ - O conceito de alteridade será apresentado no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

TRAJETÓRIAS E TRAVESSIAS

Uma coisa é por idéias arranjadas, outra é lidar com pais de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias... Tanta gente — dá susto de saber — e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons...

(Guimarães Rosa - Grande Sertão: Veredas)

Neste capítulo, o leitor estará na companhia dos narradores e poderá partilhar das suas histórias. Os relatos de vida transcritos são os documentos centrais desta pesquisa. Duas razões me levaram a tomar a decisão de incorporá-los ao próprio texto. A primeira, de ordem um tanto afetiva, diz respeito ao pesquisador apaixonado, cúmplice dos sujeitos entrevistados, e que busca tornar público os acontecimentos intra-muros da fábrica. Esse viés militante é assumido, aqui, propositadamente. Os trabalhadores, ao narrarem suas histórias, buscavam muitas vezes um canal para expressar seus sentimentos represados. É como se, através da fala partilhada, alguma dignidade perdida fosse restabelecida, se tornasse visível. A segunda, como recurso do método e apresentação do trabalho, está ligada ao fato de que a forma de conduzir as narrativas, ajudando a memória a tecer as histórias é, também, o próprio itinerário da pesquisa, liga-se à minha trajetória de médico do trabalho.

O real é multifacetado. O acesso a ele se faz por vários caminhos. São múltiplos os sentidos que lhe são atribuídos. Aqui se faz uma das versões. Ao apresentar o material bruto, matéria-prima sem acabamento, ofereço ao leitor a possibilidade de buscar outras interpretações, outras evidências para a montagem do produto final. Não gostaria de que você lesse *de mim*, mas *comigo*. Por outro lado, além do recorte horizontal das histórias colhidas, mais adequado para acessar o objeto de pesquisa, pretendo marcar as diferenças, a pluralidade de trajetos individuais, o que não seria possível se buscasse montar uma única história, na qual somente os temas recorrentes fossem evidenciados. Por essas razões, optei pela apresentação vertical da colheita, transcrevendo na íntegra as histórias que me foram contadas.¹

¹ - A “dimensão vertical” das histórias de vida, demarcam a continuidade temporal, a experiência cumulativa de cada indivíduo. A “dimensão horizontal”, por sua vez, revela o nível da intersubjetividade, das experiências que se cruzam durante os trajetos existenciais.

Nem sempre a linguagem escrita consegue conservar as reações provocadas pela expressão oral. Neste sentido, o trabalho de transcrever é uma remontagem, onde os pontos, as pausas e outros procedimentos lingüísticos procuram manter o clima demarcado por expressões gestuais e faciais que, à medida do possível, procurei conservá-las nas entrelinhas.² Na transcrição das fitas, me esforcei também para permanecer fiel ao registro das falas, que traduzem a origem sócio cultural dos entrevistados, preservando sempre que possível suas marcas de estilo. Ao passar a fala para a forma impressa, o pesquisador precisa desenvolver uma nova habilidade literária a fim de traduzir no texto escrito seu significado original. Escutar, suscitar questões, transcrever, publicar, tudo isso é uma laboriosa manufatura.³ Exige de quem ouve e de quem narra um esforço de cooperação. O material que vai chegando na fluidez da palavra é destrinchado, maleado, adensado e compactado até adquirir uma forma intermediária que irá ser reatada aos outros discursos. Apanha-se um trecho aqui, um outro acolá, mais um e muitos outros e, assim, sucessivamente... O trabalho de catar e tecer palavras vai lentamente compondo uma totalidade provisória, ponto de chegada de uma nova partida. O manejo dos vários fios de histórias requer do pesquisador a predisposição para ser contagiado e contaminado pelo clima dos enredos.⁴ Depois, é só cruzar, juntar os vários pedaços dispersos e amarrá-los frase a frase, sentença possível do fim da empreitada. Não se trata, portanto, de colher uma amostragem numericamente significativa do universo de depoimentos possíveis, mas de buscar um conjunto de relatos que permita construir uma “expressão geral” do objeto que se está investigando.

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela possibilita reviver as passagens marcantes da vida de cada um, trazendo os fatos e acontecimentos que mobilizaram afetos e que ficaram gravados na memória. Ao contar trechos de suas vidas, as pessoas se recordam e se esquecem, selecionam aquilo que desejam tornar público numa lógica peculiar de marcar o tempo. Cabe ao entrevistador papel ativo na construção do enredo. A história oral exige uma habilidade para escutar, para deixar fluir o discurso e “puxar pela língua” quando se faz necessário. O ritmo é marcado pelo narrador, enquanto ao ouvinte compete registrar os pontos de parada, o *voltar atrás*, quando se passou rapidamente por algum tema importante, ou ainda, quando se perdeu o “fio da meada”. Segundo FERREIRA (1991: 43), “o ouvinte é mais que uma presença, pois é também o provocador da variedade pertinente entre as seqüências, o co-responsável pela riqueza construtiva, pela realização de linguagem, o elo possível”. Como na metalurgia, a usinagem de cada peça é lenta e a montagem das partes no todo se faz no trajeto

² - Não se pode perder de vista a interferência de quem transcreve ou edita a narrativa oral.

³ - Dirá Saramago: “Difícil ato é o de escrever, responsabilidade das maiores, basta pensar no extenuante trabalho que será dispor por ordem temporal os acontecimentos, primeiro este, depois aquele, ou, se tal mais me convém as necessidades do efeito, o sucesso de hoje posto antes do episódio de ontem, e outras não menos arriscadas acrobacias, o passado como se tivesse sido agora, o presente como um contínuo sem princípio nem fim.” (A jangada de pedra).

⁴ - Schraiber (1993) refere-se a este fato como “proceder da impregnação” (dominar uma história e confrontá-la com outra).

mesmo da pesquisa. Ao buscar os pontos de encaixe da história individual na história coletiva, novos significados vão-se abrindo, redirecionando o fluxo da narração. Cada história é uma nova descoberta. Cada contador tem seu “jeitão” de narrar sua lida. Seu Mariano, o Cirilo, o João Batista possuem a “ciência de contar de carrerinha”. Sem interrupção, a fala escorre solta. O Silvério, por sua vez, é de poucas palavras, medidas, entrecortadas, limitando-se a responder o que se pergunta. José Ribeiro e o Benedito dos Reis misturam o proseio interiorano com o “discurso informado” do movimento sindical. De qualquer modo, *“toma tempo todo esse trabalho”*.

A fala a nível do sertanejo engana:
as palavras dele vêm, como rebuçadas
(palavra confeito, pílula), na glâce
de uma entonação lisa, de adocicada.
Enquanto que sob ela, dura e endurece
o caroço de pedra, a amêndoa pétrea,
dessa árvore pedrenta (o sertanejo)
incapaz de não se expressar em pedra.

Daí porque o sertanejo fala pouco:
as palavras de pedra ulceram a boca
e no idioma pedra se fala doloroso;
o natural desse idioma fala à força.
Daí também porque ele fala devagar:
tem de pegar as palavras com cuidado,
confeitá-las na língua, rebuçá-las;
pois toma tempo todo esse trabalho.

(João Cabral de Melo Neto: *O Sertanejo Falando*)

As histórias estão apresentadas na ordem cronológica das entrevistas. Foi nessa sequência que procurei reconstituir os fatos mais recentes da Empresa. Comecei conversando com dois operadores, trabalhadores típicos da produção. Por eles passam as várias etapas da fabricação de componentes do sistema de freios. Em seguida, falei com uma operária da seção responsável pela montagem final do produto. Tanto um como outro são operadores especializados, parciais, realizam o trabalho prescrito e, em função disto, estão mais sujeitos às normas tayloristas. A reestruturação industrial em curso na Empresa pesquisada vai atingir a rotina desses trabalhadores, incorporando novas tarefas, introduzindo a “multi-função”, passando a exigir novas referências cognitivas na relação corpo/trabalho. Na quarta entrevista, o depoimento é de um ferramenteiro, trabalhador qualificado, de *métier*. Da habilidade das suas mãos saem as ferramentas, as matrizes que irão dar forma e função para as peças e componentes fabricados em série. Seu ofício é mais

resistente às prescrições, às rotinas de tempos e movimentos e, por isso mesmo, a intervenção patronal sobre seu trabalho segue uma outra lógica.

Não necessariamente você, meu interlocutor, terá que seguir esta cronologia das histórias. Machadianamente apontaria outros roteiros de leitura. É interessante o jeito do Seu Mariano e do Silvério levarem a vida, em comparação com o modo com que Cirilo e José Ribeiro traçam a própria sina, cavucam seus destinos. Você pode também, se preferir, ler as histórias do João Batista e Givanildo Pereira, observando o *ethos* profissional, o orgulho do saber-fazer operário e outros pormenores que marcam seus testemunhos. Analisar os depoimentos desses trabalhadores de ofício e os relatos dos operadores especializados, é uma maneira de se apreender as diferentes formas de aquisição do conhecimento profissional presentes no chão-de-fábrica, como também, de inteirar-se da heterogeneidade da classe trabalhadora. As histórias de Maria Aparecida e da Luzia são marcadas pela questão do gênero, permitindo perceber que “a classe operária tem dois sexos”.⁵

Os quatro relatos apresentados neste capítulo foram escolhidos para evidenciar essas nuances que acabei de mencionar. Os outros depoimentos estão conservados, em parte, nos recortes afixados no percurso do trabalho. Achei por bem incluir e antecipar uns poucos comentários durante a transcrição dos itinerários sócio-ocupacionais para indicar as singularidades, os temas considerados relevantes e os pontos comuns que ligam uma história às outras. Esta primeira aproximação do material empírico revela algumas das minhas interferências e intromissões no momento-mesmo em que as histórias estavam sendo contadas. Podendo acontecer que algum leitor tenha vontade de pular este capítulo, por escrúpulos de *voyeurismo*,⁶ observo que é preciso lê-lo para entender o que vem logo a seguir...

9. _____ Seu Mariano

46 anos, natural de Santa Terezinha - estado da Bahia, separado. Foi admitido na Varga em 1982 e foi demitido em 1991. Exerceu a função de operador de produção durante nove anos. Data da entrevista: 05/08/91.

Entrevistei Seu Mariano, como os demais trabalhadores, no Ambulatório do Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira. Ele tinha acabado de ser demitido e foi procurar “o médico do sindicato”. Não estava se sentindo bem: “problema na coluna e no ouvido”. Ao atendê-lo,

⁵ - Título da obra de Elisabeth Souza Lobo (1991).

⁶ - Todos nós relutamos em representar o papel de *voyeur*, como protagonizado por James Stewart (L.B “Jeff” Jeffries) no filme “Rear Window” de A. Hitchcock (1954), quer por respeito à vida privada de cada um, ou ainda, por desinteresse pelo que se passa para além da “nossa discreta janela”.

diagnostiquei que era portador de uma “disacusia neurosensorial bilateral moderada” (surdez induzida por ruído de origem ocupacional) e osteoartrose. Sentindo-se à vontade para confidenciar suas dificuldades econômicas após a demissão, orientei sobre seus direitos e o encaminhei ao Departamento Jurídico do Sindicato. Conversamos longo tempo... Falei da pesquisa que estava realizando, expliquei os objetivos e solicitei sua disposição em tornar-se um dos informantes no processo de coleta de dados. Seu Mariano assentiu prontamente. Sua fisionomia mudou de um sujeito desacomodado para um sentido de satisfação em estar estabelecendo naquele momento um contrato de colaboração com alguém que, virtual e teoricamente, só o teria como paciente. Marcamos outro encontro, com os objetivos estabelecidos, na semana seguinte “depois da hora do serviço”. Seu Mariano se apresentou meio receoso, alegando que não “sabia” muito o que dizer. Pedi que ficasse sossegado. Se necessário, o ajudaria com algumas perguntas. Sugeri que começasse contando um pouco do tempo de menino, das mudanças de cidade, empregos, até sua vinda para Limeira. Liguei o gravador, Seu Mariano se pôs a narrar...

— Boa tarde! Tô conversano com o médico do Sindicato. É com grande prazer. Porque eu trabaiei na Varga. Eu vim do estado do Paraná. Eu entrei lá em oitenta e trabaiei... Daí passô seis meis, eles mandaro embora. Aí trabaiei mais... Trabaiei na Construtora Sequência mais nove mês de carpintero. Daí acabô serviço e fui trabaia na JHS, no restaurante da União. Aí a Firma entrô em concorrência... Eu fui na Varga de novo, já em oitenta e dois, e fiz otra ficha de novo... Eles achô conveniente me pegá de novo. Entrei de operador um; de um passei pra dois; de dois passei pra três e fui levano a vida, assim, nas pressa. Sempre ensinano alguém que chegava..., algum companhero. Aí passei alguma dificurdade... Porque o serviço meio pesado, mas já tava... é!... bem acostumado já; com um poco de queimadura é..., um poco de cansaço... Mas fui levano assim mesmo... Aí fui levano, fui levano... Aí passô um ano, passô dois, passô três, quatro, e fui até os nove ano. Mas sempre um gerente muito péssimo — só queria pra ele. E só queria que a gente fizesse o serviço violento. Violento! Nas carrera. E produção boa e aumento nada. Então chegô um tempo de eu até pedi aumento — porque eu tava como operador três e eles me pagano como operador dois. Aí, acho de tanto eles achá que tava ruim, eles passaro a pagá como operador três. Aí, eu fui levano, assim, até o dia que eles tava de acordo... Às veiz, a gente fazia uma festa..., já estragava. Às veiz, eles já pisava no pé da gente... É! Muito bem... Então, em oitenta e oito, teve um grande distfastamento ni mim... Com problema de família — a família trabajava na Santa Casa de enfermera, a esposa. Ela começô a me trai e eu já passei muita dificurdade, porque comecei a preocupá com a saúde. Eu num sei o que conteceu que, já logo em oitenta e oito, machuquei já um dedo, que já quase cortei fora. Depois bati num cano, que precisô fazê uma operação urgente, que começô a esquentá muito o braço. Preciso o dotor me operá do braço. Me fez operação e caí no INPS. E com isso eu venho assim... Num podia i nas pressa mais, porque o braço sentia muito cansaço. E eles achô de acordo que acho que num dava. Eu tinha que i pra todo lugar da borracha. Mas eles acharo de que num tava bão meu serviço. Me mandaro embora. Eu num sei o que tá aconteceno... Se eles acharo que meu serviço num ia mais... Num sei se tava dano produção ou se tava dano prjújo pra eles... Eles me mandaro embora em cinco de julho de noventa e um. Então eu

tô... Num sei que eu vô fazê agora... Se a gente vai achá otro serviço de acordo..., se vai passá assim mesmo...

Seu Mariano narrou esta passagem sem interrupção. É a partir do trabalho que começa sua história. Desde a chegada do Paraná até a primeira admissão na Firma, sua vida se resume em trabalhar, em ir *“levando a vida assim mesmo”*. O tempo é resumido e condensado para que ele possa falar das suas dificuldades passadas e, principalmente, dos problemas que o afligem no presente. O acidente e o desemprego vieram quebrar a possibilidade de continuar *“levando a vida nas pressa”*.

Até aqui, aparecem poucos personagens. O enredo se desenrola em meio a um triângulo: ele, a esposa e “eles”. Sua representação subjetiva funde o trabalho à família. No seu modo de levar e explicar a vida, não é o trabalho que invade seu espaço privado, mas é “sua vidinha cotidiana” que se intromete no mundo do trabalho para quebrar o curso normal do passar dos anos. Sugerir que contasse mais sobre o passado, o lugar onde nasceu, como era sua família, como viviam... Seu Mariano cabisbaixo — como quem enrola seu *“fumo de paia”* —, foi desenrolando lembranças...

— É muito difícil pra mim... Eu nasci em Santa Terezinha no estado da Bahia. Nasci em quarenta e seis. Mas aí eu passei um monte de dificuldade, porque nós tem uma família muito pobre. Eu tinha de trabalhá pra ajudá meu pai. Meu pai e minha mãe era lavradores arrendatário. E aí a gente trabalhava por dia de empreita. Fazia empreita pra um, trabalhava por dia pra otro. E aí meu pai deu um problema de derrame... Isso foi em sessenta e quatro. Eu tinha vinte e dois anos e carregava meu pai. Tirava meu pai da cama. Carregava meu pai da cama pra esquentá no sol. Às veiz, aquele tempo era dificuldade... Eu tirava urina dele com uma sonda; que eu num tinha experiência de deixá a sonda, certo? Eu tirava e ele gritava bastante, porque eu num tinha mais situação... Mas conseguia tirá a urina dele com a sonda. Um pouco de azeite doce que — eu num sei se o senhor deve conhecê tamém, né? Tinha que passá na sonda pra ficá mais macia: é pra num gritá tanto, né. Passei... Quando ele ficô mais mió um pouco, eu tentei saí pra vê se ganhava mais trocado; pra vê se tratava dele. Nós somo em dez irmão. Cinco home e quatro muié. Eu sô o oitavo, mas tudo de família pobre. Tudo tinha de trabalhá um pouco pra sustentá a família. Os dez tão vivo. Eu saí de casa pra vê se ajudava meu pai. Mas, aí com três ano de cima da cama, ele faleceu. Então, eu já tava no Paraná. Plantava milho, feijão, arroz — trabalhava de ameia. É! Eu nunca tive a capacidade de tê um pedacinho de terra. Nunca consegui. E pra vê se conseguia comprá terra, ou, aliás, pra arranjar dinheiro pra tratá de meu pai. O que conteceu foi que ele morreu em sessenta e sete. Aí, eu já tava no trecho mesmo...

Seu Mariano com a morte do pai *“já tava no trecho”*. Mudou-se para o Paraná. Pediu que falasse um pouco mais da vida e do trabalho nessa época. De um jeito vagaroso ia aos poucos recolhendo miudezas da memória...

— *Vim sozinho, Sortero. Fiquei lá seis ano. Eu vim em sessenta e cinco. Ficá sozinho numa terra desconhecida é muito triste, muito triste. Me sentia..., tinha hora que dava vontade de vortá pra trás. Mais num tinha nada tamém, num tinha nada. Num conseguia i. Ou tudo ou nada. Então eu vô tentá a vida, né... Aí arrumei uma lavora. Toquei lavora. Arrumei um dinherinho e fui na Bahia. Comprei uma casinha, deixei essa casa lá. Depois... Isso aí continuano sortero, viu! É! Comprei a casinha. Era na cidade. Lá a mãe achô que num tava boa, me pediu... vortei pro Paraná. Ela me pediu pra vendê, pra fazê um sítio. Disfato ela fez. Ela tem uma tia que tem uma terrinha, né. Ela fez a casinha dela. Ela fez uma fabricazinha de farinha. Ela se vira com aquela lá, né. Eu ajudei e eu continuo ajudano aqui do Paraná. Mandava um dinherinho. Ela vendeu a casa. Fez a casinha tem mais ou menos, lá... Eu acho que eu passei lá... Senhor vê os tipo das casinha de lá (Seu Mariano queria saber se eu conhecia o tipo daquelas casinhas de lá. Eu respondi que sim; que eu já tinha viajado pelo interior da Bahia). É, então, minha mãe tá com noventa e oito ano de idade, mas continua viva... Aí, eu no Paraná... Daí em setenta e dois eu achei uma moça lá mei no tempo. Num tive que dizê nada. Agora, depois foi que ela começô me trai. Aí, casei em setenta e dois. Em setenta e dois levei oito ano lá no Paraná. É isso, o patrão que eu trabalhava era uma pessoa muito boa (ele até é falecido), num tenho que falá dele. Sempre foi cum o mesmo patrão. Nunca mudei de patrão lá no Paraná. Mas um patrão bão! Mas daí, deu um tempo tamém que ele deu de mecanizá as terra tamém. Plantava tudo por minha conta. Dava vinte cinco por cento livre, livre. E tocava a minha. E na hora que a minha lavora tava limpa, eu ia de bóia-fria nas dele. É porque eles tinha muita plantação de soja e trigo. Eu ia de bóia-fria nas terra dele. Ia nas dele e nas dos otro. Lá era um mundo de soja...*

A vida para o Mariano é “tudo ou nada”. Existem poucas brechas para suas querenças. Topar com uma “moça mei no jeito” foi o jeito que arrumou de não “ficá sozinho numa terra desconhecida”. Perguntei como era o trabalho de bóia-fria. Estimulei que discorresse sobre os perigos... Olhou para o teto do consultório como quem catasse recordações...

— *Bóia-fria é muito perigoso. Entrá lá num caminhão lá e lá cheio de gente, cheio de enxada. É! Enfrentava lá o sol. Moiava a ropa toda no chegá de manhã cedo; porque tinha que pegá seis hora. Quano era dez hora mais ou menos, a gente tava moiado dos pé à cabeça. Muito perigoso. Eu achava, sei lá, um resfriado que dava muito feróiz. Veneno. Que eu fui intochicado de veneno tamém, que eu levei catorze dia no hospital, quase sem conhecê ninguém. O veneno era passado na soja e a gente ia limpá o soja. Daí, o bato do veneno vinha de baxo pra cima. Ninguém falava dos risco do veneno. No hospital naquele tempo foi em setenta e quatro. É! Tinha os médico do Sindicato, lá, sabe? Eles falava que num cobrava nada, mas, naquela época eu paguei quatro mil de hospital, né. Tinha Fundo Rural. Paguei seis ano. Eles falava que o Sindicato tava ajudano, né. Daí, eu saí do hospital e fui pra Cascavel. E daí, já corri com meu dinheiro, né. Além do que eu tinha pagado aquele tanto no hospital, eu fui e paguei. Aí tirei raio-x. Aí, no raio-x, o médico num avisava que era intochicado. Eu tamém num sabia. Sentia dor na nuca — parece que ia arrancá a cabeça fora. Vomitei sangue. Sangue preto que parecia quelas pelota. Eles tiraro água da espinha pra vê se era meningite. Eles fizeram tudo comigo e eu nada de sará. Aquela queimação, que tudo que eu comia botava tudo pra fora. Aquilo foi do momento. Eu cheguei na roça — naquele dia nós tava coieno soja; naquele dia nós tava coieno a semente, já. Eu cheguei na roça duas hora da madrugada —*

porque lá quano a gente tava debuiano a gente tava debuiano, né. Agora quano esfriava a gente parava. Eu cheguei duas hora da madrugada e já resfriado. E foi resfriano, resfriano, quano foi duas hora da tarde eu já num conhecia mais ninguém. Mas aí, o meu sogro lá num ligava muito pra gente, né, precisô um home, um minierinho lá, que disse: "Óia cumpadi, você vai socorrê o rapaz se não ele vai morrê". Aí, eles chamaro um táxi — um jipe véio lá e me levaro. Mas eu num conhecia mais ninguém. Eu era casado já. Eu casei em setenta e dois. A intochicação foi em setenta e quatro. Aí, eu fui pra Cascavel. Lá eles tiraro raio-x, e contô que era veneno. Eu tomei o remédio que eles me dero, mas gastei! O que eu tinha gastei tudo. Tudo, tudo! Num deu nem pra comprá uma camisa. Foi dessa aí, dessa situação... Mas assim mesmo eu toquei roça mais seis ano. Mas só que tinha uma situação, que quano eu sentia o chero do veneno, num sei como saía tanta água da boca, que tinha de cuspi fora. Num güentava passá naquele chero de veneno, mesmo que já tinha passado, o tanto que saía água da boca. Que nada, ninguém orientava. Cada um se virava prum lado. O Sindicato Rural num tinha experiência naquele tempo, nada. Era muito assim..., sei lá, muito fora de base. Num atendia a gente bem. Essa esposa mesmo que eu tinha, ela ganhô criança lá no hospital, lá pelo Sindicato. Ela ganhô a criança sozinha, lá. Num teve quem tava ali de junto, né.

Este trecho revela algumas representações de “como se pega” intochicação por agrotóxico. Provavelmente, pelos sintomas descritos (“água na boca” — sialorréia —, náuseas, vômitos, cefaléia, etc.), o inseticida seria um organo-fosforado ou carbamato, que causam sintomas semelhantes. Ficar doente, para pessoas como Mariano, significa, na maioria das vezes, “ficá só com a ropa do corpo”. Seu Mariano caiu no “trecho” de novo... Indaguei-lhe sobre os motivos que o levaram a sair do Paraná e vir para Limeira. Meu objetivo era investigar como as relações de parentesco e de vizinhança são mobilizadas na escolha do lugar de parada.

— Em oitenta começaro a mecanizá as terra. E toca a gente pr’aquelas pedrera onde num tinha mais. Só pedra, raiz. E aí, já num tinha mais situação. Quano a água vinha levava tudo embora. Aí num tinha situação mais. Em setenta dois... Levei oito ano lá no Paraná. Em oitenta a situação ficô muito difícil, com muita dificurdade. Aí, resolvi a vim pro Estado de São Paulo, quano a turma falô que Limeria era muito boa. Acabô a lavora. É! Num tinha mais terra. Acabô café. A turma começô a mecanizá tudo. A derrubá as casa da gente pra lá pro corgo. E aí, eu resolvi vim pro Estado de São Paulo. Vim direto pra Limeria. Muita gente que vinha de lá pra cá falava que tava bão. Falava que pessoa que num tinha terra lá era miô de vivê aqui, né. Que o custo de vida era miô. Que a gente ganhava mais dinheiro. Disfato num foi ruim. Eu fui chegano e já fui achano serviço, né.

Interrompi Seu Mariano e pedi que contasse sobre seu primeiro serviço. Como foi sair da roça e já trabalhar numa “indústria grande”. Como foi recebido. O processo de aprendizado da nova profissão. O regime de trabalho na Empresa, a fase de adaptação...

— O primero serviço foi na Varga, em oitenta. Entrei de operador. É! Naquele tempo que a gente entrô aí, até que eles trataro a gente mais ou menos. Mas depois que foi chegano muita gente

de tudo quanto era canto, que apareceu gente de mais estudo, mais gente mais sabida, então ele começô dá poco apoio pra gente. Lembro! Porque quano a gente foi lá, eles me mostraro o serviço, ele disse: "Aqui, o serviço é esse aqui". Era na borracha. Quano eu cheguei lá eles me mandô pegá uma borracha daquela. Mas, só no trincá da mão a borracha já me queimô já, de tão quente — era cento e oitenta grau. Aí falô que era quente. Por isso tem que usá luva, né. Aqui era assim. Antigamente a gente tocava sem luva e, aí, depois, foi apareceno a luva. Eu tenho tudo os sinal aqui, que foi tudo queimadura (Seu Mariano mostra seu braço para que eu veja suas cicatrizes). Encosta numa matriz daquela — eu sô escuro, né? Encosta numa matriz daquela o coro ficava... (Seu Mariano franze a testa numa expressão dolorida). Mas eu nem ligava. Ponhava só uma pomada e eu tocava a vida assim, até que costumei. Mas a vontade foi sempre era de vortá pra roça. Mesmo com grande dificuldade que tinha, a vontade era de vortá pra roça. Porque eu nunca fiz aquele serviço. Serviço quente. Porque foi o primero que entrei. Serviço quente. Muito calor e muito baruío tamém. Na borracha era baruío demais. Na prensa, foi otro operador que me ensinô. Tinha uns bão e tinha otros que era mau. É!, eles ensinava o que eles sabia, né. E eu fui aprendeno o que sabia tamém. Daí, quano eu sabia mais ou menos, aí eu toquei a ensiná os otro tamém. Porque lá, eles ponhava pra ensiná os otro quem tinha paciência. Quem num tinha, então eles num ponhava. Então eu fui aprendeno com aqueles que tinha paciência. Depois que eu aprendi todo o serviço ali tamém, eu passei a ensiná os otro tamém. Eu ensinei bastante. Era prensa no pedal. A gente ponhava a matriz lá dentro da caixa que tinha, né. E ali, na hora que a gente abria a matriz, a gente chegava a dobrá o corpo por cima da mesa (Seu Mariano curva seu corpo já entortado pelo tempo para mostrar como era o trabalho, o esforço que tinha que fazer) porque lá a matriz é dobradiça, né. E aí, batia no pedal. Aí, jogava aquelas coisa, aquelas cavidade pra cima, e a gente com o alicate tirava elas tudo. Tornava a carregá. Ponhava lá. Levava nove minuto lá. E ali, dentro daqueles nove minuto, a gente tinha que limpá todas peça, pra quano caía otra já tava pronta pra otra de novo. E dentro daqueles nove minuto tinha que está tudo pronto, lá. Tamém era automática. Acendia uma luz, caía sozinho. Lá é assim... Era muito medo. Porque problema de máquina. De mexê com otras coisa. É muito difícil! Às vez, o encarregado falava: "É!, isso aqui é muito perigoso; esse aqui é quente demais". É!, isso eles ensinaro, né. E aí, os problema de quano estorava um vapor, lá. A gente tinha que saí correnno porque a água era muito quente. Se batesse no corpo da gente já queimava tudo. Cansô de estorá muita manguera de água. Às vez, uma manguera de água estorava, sortava o bico, daquilo era cada chicotada que dava! Se a pessoa num corresse e pegasse aquilo no pé de ovido, era batê, e tiro e queda! A gente tinha que tê muito cuidado. Aí, a gente ia por detrás das prensa, pegava elas, colocava o bico de novo, fechava o ar. Alguém como aqueles aprendiz lá, podia jogá uma matriz contra a otra e a gente ficá com a mão lá no mei. Estorá a mão. Tudo isso a gente pensava. A gente tomava um poco de cuidado, e quano os companhero que tava ensinano a gente, falava pra eles: "Tem um poco de cuidado; oiá o que tava fazeno e num joga as matriz assim contra a otra. Tem um poco de cuidado, né". Conversava. Eu mesmo quano tava ensinano eles eu falava muito dessas coisa pra eles. Eu digo: "Vocês quano fô tirá um pino das matriz..." (porque eles pedia pra gente pra num batê um no otro pra estragá a peça). Isso eu falava tudo pra eles. Porque todos que eu ensinei lá na Varga, eu garanto que todos eles, tão bão operador, lá, hoje, porque eu tinha paciência. Toda a vida eu tive. Tem os meus filhos em casa. Eu falo pra eles. Num sô umas pessoas que chega o reio. Toda vida tive paciência. Eu peguei um colega bão tamém, porque quem sabia mais ensinava os otro. Porque lá, tamém, num levava mais de quinze dia, você tava aprendeno, já. Tinha que aprendê rápido. Na experiência, num aprendeu, então era mandado embora. Isso a gente tem que se virá por conta, porque nem engenhero, nem técnico num vinha dize assim: "Isso aí é perigoso". Às vez contecia de caí o vapor, lá, que estorava, a gente tinha que se rancá de perto. Era tudo muito rápido! O risco de cortá dedo era muito perigoso! Isso era, num é? Porque hoje, se a pessoa dexa um pino daqueles

caí na mão, mesmo que tá com luva, mas ela machuca mesma coisa, porque é pino pesado. Tem pino de dois quilo. Tem pino de um quilo. E a mesa que a gente trabalhava é tudo de aço, bateu numa daquela ali machuca mesmo.

Indaguei se tinha sofrido algum acidente de trabalho:

— Trabalhei sempre no setor da borracha. A peça que eu trabalhava era diafragma, um componente do freio pra caminhão. Primeiro eu entrei na prensa, né. Depois que eu machuquei desse dedo aqui é que eu fui pra borracha. Esse problema de cortá dedo. Naquele dia que eu tava, que eu cortei o dedo, tava sozinho, porque o serviço era de dois. Mas aí, o serviço tava muito apurado, né. Aí eu fiquei sozinho fazendo o diafragma e, naquilo que pisei o pé no pedal assim, que era pressão, aí eu escorreguei o pé no óleo tava muito cheio de graxa, né. Na hora que eu ponhei o pé, ela deceu. Na hora que eu puxei o pé, o pé enroscô, ela deceu, tornô a subi e tornô a decê de novo. Repicô e vortô e cortô meu dedo. Aí, que eu tava lá com o pé pisado, eu puxei o dedo com tudo e rasgô tudo pra baixo, assim. E naquilo, já saiu correno comigo, lá. Naquela hora, vamo dizê, tudo mundo saiu correno pra me arrumá um pano pra me mandá pro ambulatório. Aí, o supervisor me deu um pano e, num é dizê que foi junto comigo não. Aí, ele me mandô pro ambulatório, que era uma base de uns trezentos metro de onde eu tava trabalhando. Eu subi com o pano amarrado no dedo. Chegô lá, o enfermeiro me nestesiô o dedo tudo e, quando ele foi vê o dedo que ia dá ponto, ele viu que num era pra ele e me mandô. Falô assim: "Isso aqui num é pra mim não, vô te mandá pra Santa Casa".

Quando eu cheguei na Santa Casa, que foro limpá o dedo, aí o dedo tava tudo enfaxado. Aí o ortopedista foi, tirô os pedacinho de osso e tornô a emendá de novo. É isso aí. Isso aí foi em vinte três de novembro de oitenta e oito. Aí, quando foi no dia vinte sete de dezembro de mil novecentos e oitenta e oito, eles mandaro eu trabalhá, mas eu num conseguia trabalhá com esse dedo, porque eu num güentava puxá a matriz. Me mandaro eu trabalhá naquele mesmo local. Aí, eu comecei a trabalhá e eles me mandaro limpá peça. Aí, eu fui limpano peça, aquilo ali até ficá bão. Mas, até hoje eu tenho o dedo dormente deste negócio.

Mariano volta ao assunto do acidente. Só que agora consegue visualizar os outros motivos que lhe causaram aquele "disfastamento".

— Aí, passado uns dia eu bati no cano... Eles falaro pra mim que foi descuido. A turma que tava lá, o supervisor, falaro que era descuido. Eles me chamaro pra conversá e falaro que foi descuido. Porque era um serviço que tinha que tê muita experiência naquilo, num podia descuidá assim. Aí a turma saiu de lá falano. Até tinha um problema de um companheiro que tinha, lá, assim, mei fácil tamém, falô que eu tava com problema com a família em casa, né. E falô que eu tava distraído e por isso conteceu aquilo. Companheiro fácil é sobre o serviço da gente. Como eu... Eu sempre fazia uns bicozinho fora e a turma, às vez, que tem uns companheiro lá, tem uns que apoia a gente, tem otros que num gosta que faça esse servicinho. Tem gente que gosta de puxá o saco da Firma, né. Então, às vez, a gente num pode fazê hora-extra porque a gente fazia uns bicozinho pra fora; e às vez, dia de serviço, né. Que eu mesmo. No tempo que eu tava trabalhando na Firma nunca faiei um dia pra trabalhá pra fora. Às vez era um sábado, domingo, eu sempre fazia meu biquinho pra fora pra ajudá. Porque às vez, o dinheiro que a gente ganha da Firma num dava pra mantê a

casa que a gente queria, né. Então os companheiro, às vez, teve companheiro que foi entregá eu pro supervisor, né. Porque a Firma qué que na hora das hora-extra a gente teje lá, né. Pediu pra fazê hora-extra, a gente tem que tá lá no ponto. Dizem que os supervisô tão ganhano tanque de gasolina pra dá pressão nos funcionário pra dá produção. É! Eu tava com problema em casa mesmo.

Problema muito sério que eu vô dizê (Seu Mariano amargurado, faz uma longa pausa como quem tenta aquietar o coração... Aos poucos retoma o fio da conversa). Pode sê que conteceu isso mesmo, mas o motivo foi otro. O motivo foi que a prensa enroscô. O acidente foi à noite. Trabaiei seis ano de noite, sempre de noite. Aí, foi quano eu comecei a sentir esses problema meu aí, esse problema que eu tinha de família. Eu comecei a num dormi, a comê mal. Porque eu pensava e num dormia, né; comecei a senti esse problema. Aí, veio otros pessoal da segurança e verificaro que foi a peça que tinha sortado o parafuso. E ela enroscô mesmo. Ela repicô. A CIPA que fez isso aí. Aí, imediatamente, já colocaro queles botão de pressão lá. Agora num tem jeito do pessoal se acidentá. Porque se a pessoa num ponhá as duas mão ela num desce. A CIPA falô que tava bão e ficô assim até hoje. Eu fiquei chateado (pausa). Num sei se era poca experiência que a gente tinha. Logo que eu tinha entrado lá de novo, né. Naquele diafragma, quano eu me acidentei, eu fui pra lá de novo, meu serviço era otro. Eu tava lá fazia quatro meis, já tinha dado tempo de conhecê bem. Passava graxa no cilindro, fazia de tudo. Fazia seis mil novecentos e quarenta, que a gente fazia, lá. Era um otro tipo de peça que a gente fazia lá, uma roelazinha. Quano eu passei no cilindro foi piô ainda. Porque o cilindro a gente passava borracha. A borracha ia e entrava ali e, na hora que ficava queles caroço, eles dava cada estoro, que fazia quele baruío assim no ovido: timmmmmmmmmmm. A gente passava o dedo assim no ovido e quele baruío saía, né. E aquilo era direto assim. Quano eu achava que eu saía daquele baruío, pra mim era um alívio, né. Mas quano eu tava lá dentro, o baruío era tanto que eu..., um companheiro falava assim e eu num conseguia escutá, porque de tanto baruío. Principalmente quano eu tava nas mesa. Nas mesa, se tivesse um do lado do otro, assim, ninguém escutava o que o otro falava. Baruío demais! Baruío, calor e muita quentura! Você moiava a camisa. Ficava com a camisa aberta.

Quis saber se tinha idéia de que o barulho poderia causar problemas no ouvido; se já tinha passado alguma vez por exame audiométrico (exame exigido pela Norma Regulamentadora — NR-7, Portaria MTb nº 3.214/78 — para todos os trabalhadores expostos ao ruído acima de 85 decibéis):

— Nunca ninguém não explicava nada sobre o baruío. E nunca fiz exame de ovido tamém. Vim sabê aqui no Sindicato. Eu imaginava. Porque aquele colega que me ensinô e falava assim pra mim: "Oia, eu num tô bão do ovido, eu sinto baruío no ovido assim direto". E ele tamém nunca fez exame de ovido. A proteção que eles dava lá pra nós era os óculos, a luva e o sapatão, mais otra coisa nada. É! Os médico da Empresa, quano a gente ia pricurá eles, pra eles mandá a gente embora e afastá a gente, era preciso tá com uma febre alta. A num sê se fosse um problema de gripe, eles dava um remédio e uma injeção e mandava trabaia. Na base de trinta e nove a quarenta grau de febre, aí mandava embora. Passá um dia ou dois em casa. Mas o resto..., mandava trabaia. Ficava deitado ali um poco e a hora que miorava um poco vortava trabaia. Eles só fazia raio-x de pulmão — aí eles fazia todo ano, mas de ovido, otros problema, nenhum eles fazia; e isso continua até hoje.

Manifestei interesse em saber se Mariano trocava idéias com os colegas sobre os problemas de saúde existentes na Empresa:

— *O pessoal que trabalhava na fundição todos eles fala, que o pulmão deles num tá bom por causa desse pó, né. Um pó químico, essas coisa, aquilo prejudica bastante, né. Companheiro que trabalhava na fundição que falava. (O pó químico é utilizado na fundição para fazer os moldes que serão vazados com o material fundido. Esta poeira mista contém sílica — agente etiológico causador de uma pneumoconiose irreversível denominada silicose). A gente, como trabalhava na borracha, lá, sobre isso, num tinha esse problema, né. Só aqueles que trabalhava no cilindro, eles trabalhava com carvão e, o carvão deixava a cara deles que ninguém enxergava nada. Ninguém via. Só via os zóio deles. Aí, eu perguntava se aquilo num prejudicava eles e eles falava: "Ô se prejudica! Amanhã ou depois a gente prejudica a saúde".*

Perguntei do seu conhecimento a respeito da atuação da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - NR 5). Foi breve e evasivo, um pouco descrente da utilidade do assunto. Era preferível gastar o tempo falando da relação com os supervisores e colegas de trabalho.

— *A CIPA? Sabe a hora que eles atuava bem? É só na hora que eles passava lá e a pessoa tava sem óculos, ou tava num serviço perigoso e eles mandava se cuidá. Mas o resto..., num respondia nada. O supervisô só queria produção. Se a pessoa fosse no banheiro e ele pressentisse que a gente num tava ali, já ia oiá o que a pessoa tava fazendo. Se tava lá sentado, chamava lá a pessoa, ia falá que o gerente num tava gostando. Era desse jeito. Quando tinha reunião, já chamava nas cabeça. Tinha colega bom, mas também tinha colega fácil também. Num dava tempo pra conversá. Só na hora do almoço. Tinha quarenta minuto pra gente conversá um pouco. A gente batia aquele papo e já começava a trabalhá de novo. Se encontrava fora do horário de trabalho na praça no bairro. Falava que tava ruim de serviço. Que o supervisor tava pressionando muito.*

Aproveitei o gancho e questionei sobre sua participação junto ao sindicato:

— *Eu toda vida fiz parte do Sindicato. Não que eu precisasse. No médico mesmo é a primeira vez que eu venho. Às vezes eu vinha... Parece que eu vim uma vez cortá o cabelo. Só. Mas o resto, eu num vinha. Mas pagava normalmente. Pagava. Toda vida paguei. Tem meu nome aí, tinha carterinha, tinha tudo. Mas só que eu num ia assim..., eu num tinha tempo. Porque quando eu escapava da Firma, às vezes, fazia umas gambiarrasinha, um quebra-gaio lá pra ajudá, né? Minha vida é... Eu nunca parei. Às vezes saía da Firma e trabalhava. Eles conversava a favor da gente. Mas só que você sabe, né..., como é que é... Hoje, os dono de Firma, parece que..., sei lá... Sindicato pra eles parece que é uma coisa... Sei lá o quê que tem que eles fala... Acho que o Sindicato fala a favor da gente. Eles acha ruim, né. Teve greve que eu fiquei em casa, né. Fiquei em casa porque eu disse: "Eu num vô. Num vô porque eu num sô contra nem a favor". Por isso eu fiquei em casa. Num participei.*

Sei lá... O que a gente vai fazê lá? Aí eu digo: "Vô ficá em casa porque aí eu num fico nem a favor da Firma e nem a favor do Sindicato...". Aí, eu fico em casa. Tinha medo de sê demitido por causa da pressão que eles fazia. Eles falava se filmasse lá e visse a pessoa eles mandava embora. Eles falava: "É mió você num vim porque se você..., se a Firma filma e você aparece na filmadora, aí vocês vai sê demitido, às veiz, até por justa causa". Isso é que eles falava pra gente. Que a gente tem medo de perdê o emprego hoje. Que a gente tem filho pra tratá. A gente tem medo de participá. A gente nunca participô. Ao menos eu, nunca participei da greve. A gente chegava, dava um jeitinho da gente trabalhá lá dentro. Só que ninguém falava nada. Eles falava pras pessoa num ficá conversano certas coisa, que isso dava problema. Então a gente ficava quetinho lá dentro... Os patrão num qué que a gente participe do Sindicato, porque pra ele já viu, né... Mas a gente tem as obrigação da gente, né. E o Sindicato tem ajudado muito as pessoa. Porque se num fosse o Sindicato, imagine o que tava acontecendo...

Por ser cobrado pelo desconforto psicológico de tocar em assuntos que, reconheça-se, é um tabu para a maioria dos trabalhadores, Seu Mariano, por instinto, desviou o rumo da prosa.

— Outros problemas de saúde, que eu sei que foi causado pela Empresa, porque eu num tinha costume de senti isso, foi o problema da coluna. É porque, às veiz, a gente ia abri uma matriz e ela tava dura demais. A gente fazia força pra abri ela. Foi onde prejudicô a coluna. Quantas veiz eu fui lá fazê forno, lá, fazê fisioterapia, lá. Ficava uma ou duas hora fazendo forno, né. Eles sabe. Porque eu tenho ficha lá de quantas veiz eu tive lá pra fazê isso aí. E foi causado lá. Porque eu num tinha esse problema antes. Eu pegava saco de feijão, saco de arroiz, saco de milho. Eu trabalhava diretamente e nunca senti isso. Só depois que eu entrei na Varga que eu comecei a senti esse problema de coluna. A diferença é que aqui é pesado e quente. Lá a gente tava acostumado a pegá sacaria. Até no nordeste, que eu trabaiiei com carga de animal então, tinha o jeito de pegá. Na Varga a gente estranhava. Então, pela sacaria eu acho que num tive problema nenhum. Só na Varga trabalhano que eu tive esses problema. Eu pricurava o médico. Ele me dava injeção. Tinha veiz que eu tive que ficá em casa porque eu num podia nem me mexê. Teve tempo de eu num podê nem levantá — era só quano tava muito pesado. Aliás, quano eu fazia fisioterapia lá e vortava de novo a trabalhá, aqueles problema que fazia lá, já aliviava bastante. Aí, eu trabalhava de novo, novamente... O medo de sê mandado embora. A ficha enche muito. Lá, corre isso aí, né. Acho que agora aconteceu comigo isso aí, né. Porque eu tinha muito problema, eu fui muitas veiz no médico. Mais do que eu tinha problema do coração. Às veiz tinha que levá dois ou três atestado lá por causa desse problema. Então acho que foi isso aí. Ah! Eu fiquei sabeno de um que perdeu o braço. É um desespero pra gente, né. Lá dentro eles num dexava a gente vê o trabalhador com o braço machucado. Já saía imediatamente e, ali, ninguém podia comentá nada, né. Tinha que sabê depois que a gente saía da Firma o que aconteceu. Depois que a gente visitô ele é que a gente foi sabê o que tinha acontecido. Eles falava pra gente se cuidá. Só falava que era descuido, descuido, era só o que eles falava. E a produção continuava... Na estamparia corria acidente quase que direto. Quano era no tempo que era nos pedal era..., corria acidente de veiz em conta, né. Agora, hoje eles tão dano um jeito lá. Ponhano aonde liga, aonde a gente começa a trabalhá na mão, né, dois botão, porque aciona dois botão, e num tem problema de ocorrê o acidente só se otro vim de lá e mexê nos dois botão se a gente tivê trabalhano. Ao menos lá na borracha lá, tem um sistema, que a pessoa trabalhava lá, eu num sei. A pessoa nunca quexô que tivesse problema lá. Mas sempre falava que mais tarde podia tê problema. Porque aquilo, o cara sai pretinho de carvão lá, principalmente no tempo quente agora. E lá é

quente! E num tem um jeito de entrá um ar lá pra ajudá o cara. É! Tinha. Eu acho que aquilo lá, aquele problema que tem lá, eu acho que é um grande problema que prejudica a pessoa. É! A pessoa tá no quente, naquelas máquinas lá, e às vez, sai e bebe uma água fria, assim. Eu acho que num pode sê bão porque lá é quente. Lá é quente e eu vô dizê! Ali a pessoa — eu trabalhava lá na máquina, no diafragma —, que parece que o rosto ficava tudo queimado quano eu encostava lá pra tirá as peça. Que era muito quente! Lá é quente que eu vô dizê! Era quinze minutos que gastava, dísminuíro pra doze pra dá mais produção. E, aí, a pessoa que era pra trabalhá de três, dísminuíro pra dois. A correria da gente era isso aí. Uma pressão feróiz. Num dava tempo pra conversá. Só na hora do almoço. Tinha quarenta minuto pra gente conversá um poco. A gente batia aquele papo e já começava a trabalhá de novo. E tudo a gente era prejudicado. Baruío lá é que num falta. Agora arrumaro aquela coisa de ponhá no ovido. Aí que a pessoa num escuta nada mesmo. Pode sê que seja bão pra saúde, mas eu acho que a pessoa num entende nada. Nunca fiz teste de ovido, nunca...

Mariano comentou sobre o “ritmo feróiz” e a diminuição do número de pessoal. No momento em que tocou nesse assunto, me veio o desejo de aprofundá-lo. Causou-me surpresa o seu aparecimento nesse momento da pesquisa. Normalmente, o ritmo de trabalho não é referido com tanta freqüência como “um problema” para os trabalhadores. É comum, quando perguntados sobre o assunto, os operários virem com esta expressão: “já estamos acostumados” com a cadência da fábrica. No depoimento do Mariano, ao contrário da minha hipótese inicial, a intensificação do ritmo aparecia como um “fator de ruptura” em relação ao seu “antigo jeito de trabalhar”.

— Duns tempo pra cá, eles só fala pra gente em reunião, que o operador tem que operá a máquina e alguma manutenção que fô necessária que operador pode fazê, ele tem que fazê. Só se fô um problema muito grave, muito perigoso, que é pra chamá o mecânico, pra podê chamá o eletricista se fô o caso necessário. Mas se fô alguma coisa de trocá uma manguera, às vez, fazê alguma manutenção na máquina, limpá matriz, o operador tem que fazê tudo. Tem que pará a máquina, tem que fazê, porque num vai chamá o operador que eles tá em otra coisa. Porque eles tão achano que é pra diminuí o gasto deles, né. Tão demitindo bastante, que é pra ficá menos funcionários e fazê todos o serviço na máquina, né. Que nem esse diafragma que nós trabalhava. Nós trabalhava com quinze minuto e trabalhava tamém em três. Aí, quano eles queria muita produção, eles pegaro, ligaro lá a máquina, dísminuíro o tempo, e nós fiquemo tocando em dois pra conseguí aquela produção que eles queria. E aí, o serviço era bastante. Aí, começô a estragá peça, porque o tempo num dava. Aí, eles em cima da gente, porque nós tava estragando peça. Mas nós tamém tinha que falá pra eles que num tava tendo condições. Trenamento num teve nenhum. Quano eu tava lá, eles falaro que ia dá trenamento. Que os mecânico e os eletricista ia dá trenamento pras pessoas aprendê, pra pessoa mesma fazê manutenção na máquina. A gente num fazia o que eles mandava, né. Se uma pessoa vai mexê na manutenção da máquina sem sabê, num tem condições, né. Porque sabia que o risco é perigoso. Quano dessa passage que a gente tava conversano, que eu cortei o dedo lá na máquina... O supervisor veio, em vez de levá eu lá, que eu tava perdendo sangue, tava vermeio por ali tudo, ele me pegô, me deu um pano e enrolô meu dedo e tocô eu pra cima sozinho. Eu subi numa escada com bastante degrau. Subi bem. Mas quano eu cabei de subi a escada, eu vi que me escureceu as vista. E num foi ninguém comigo. Lá na borracha é violento.

Borracha lá é tudo serviço pesado e perigoso. Lá num tem serviço que num seja perigoso. Tem o problema da matriz. Às vez, tem que dá um problema lá na máquina, que ela dispara sozinha e aperta o braço da pessoa lá. Ou de trocá uma matriz tamém, a matriz pode escapá e batê o braço da pessoa. A matriz quente! A gente cansô de limpá matriz com ela quente. Às vez, o rosto parece que cozinhasse. Tinha que limpá assim mesmo.

Mariano e eu já estávamos conversando há mais de duas horas. Senti que estava preocupado com o horário, o medo de perder o ônibus, essas coisas. Fiz uma última pergunta sobre suas impressões desse tempo todo em que estive na Empresa.

— Deu futuro por causa dos filhos. Porque se eu num tivesse na Varga, eu acho que num tinha arrumado esse emprego, esse curso — que pode contá como curso, né. Eu consegui. É! Justamente. Você vê como é que é a coisa. Tem um supervisor que é muito bão, tem otros que num ajuda a gente de jeito nenhum. O meu supervisor primero que eu tinha, eu perguntei pra ele como é que se fazia pra fazê uma inscrição pro meu menino no SENAI. E ele falô pra mim que num sabia como é que corria aí. Aí, eu fui cum otro, que é o O., ele pra mim foi uma boa pessoa pra mim, ele me ensinô tudo certinho como eu tinha que fazê. Mandô eu i lá no treinamento, lá. Aí, eu fui. E ele foi, fez o teste e passô. Mas enviado por otro supervisor, que era o meu. Eu gostaria que ele trabalhasse lá. O serviço que ele tem é perigoso, mas num é tanto que nem o meu. Eu disse pra ele se cuidá. Eu gostaria, porque é produto pra manhã ou depois. É um filho que eles têm. Os filhos da gente, a gente deseja que eles trabaie, né. Eu achei bão. Porque foi a primera Firma, que quano eu vim do Paraná eu entrei nela. Entrei, trabaiei seis mês. Daí, deu um fracasso lá, ela me mandô embora. Só que me falô todo tempo que tivesse bão a hora que eu podia vortá eu vortava. Aí eu fui... Fui lá na Varga e fiz otra ficha. Naquele tempo era a M. e ela perguntô se eu queria o mesmo serviço que eu trabalhava eu já tinha experiência, tudo. Eu digo: "Tudo bem, se fô pra mim entrá eu vô, num tem problema não". Porque eu num tinha problema de trabalhá. Eu trabalhava em qualquer canto que ponhava. Aí, continuei lá trabaiano. Foi isso que eu trabaiei nove ano lá. Eu senti. Às vez, um problema de otras Firma num me pegá, porque eu num tô bão mais cumo eu entrei lá, eu tô cum problema de saúde. Eu acho que num sei... Só Deus é que sabe pra eu ficá bão desse problema. Então eu imagino só isso... De ficá doente aí, mais piô, e num podê fazê mais nada. Eu acho que a Firma... é um problema, né. Eles que são dono da Firma, eles têm o direito de mandá a pessoa embora. Mas eu acho que no meu problema que tô lá, eles viu que eu acidentei lá. Tem o problema da operação do braço que eu ainda num tô bão. Que eu num ia nas prensa como eles queria, eles via que num tava bão. Eu ia em todos os serviço, mas com esse problema que eu tinha no braço eu num podia i. Aí eles foro me demiti com esses problemas que eu tô. Que nem: se eu tivesse bão de saúde eu num..., num tinha problema nenhum, porque serviço a gente arruma em qualquer canto, num é só lá que eles têm o serviço... Em qualquer canto a gente arruma. Mas só que eu tô cum bastante problema que foi causado lá. Porque eu me acidentei lá cum problema de fiação de máquina. As máquina num tava de acordo como era pra trabalhá... Fui trabalhá e me acidentei por causa da fiação da máquina, né. (Expliquei para o Seu Mariano que poderia entrar com uma ação de reintegração na justiça. Desejei saber se gostaria de voltar para a Empresa). Eu gostaria. Assim porque... A gente trabalhava lá nas máquina, nas coisa lá, já tava dentro do que se tratava, lá. A gente já sabia as máquina do jeito que trabalhava. Eu imagino, às vez, pegá otro assim... Tem que fazê treinamento. Tem que arrumá, conhecê a máquina... E assim a gente pensa..., só isso aí..., aí... Ficava calado... Eles conversa, né, mas a gente num pode falá nada..., mas a gente sabe o que tá se passano...

Mariano desfia sua história como se estivesse acorrentado ao curso do seu destino. Para ele, a vida não tem volta, é tudo ou nada. O tempo segue seu fluxo e marca o ritmo de quem *“já tá no trecho mesmo”*. O espaço é quase sempre vivido no território dos outros. A terra é “deles”, e são “eles” que detêm o poder de mando, de por e dispor. A condição de desterrado e desalojado do mundo aparece na consciência de Mariano como uma “incapacidade sua”. A divisão entre aqueles que possuem e os despossuídos surge como uma predestinação natural. Os espaços hierarquizados são domínios dos patrões, dos donos da soja. O lugar de cada um já está pré-fixado. “Eles” podem admitir e demitir, *“derrubá a casa da gente lá pro corgo”* e determinar quem pode ou não falar. A linguagem e os discursos utilizados nesses territórios fechados e esquadrihados pelas diversas estruturas de poder não demonstram nem explicam: comunicam decisões e prescrevem sentenças. Mariano só dispõe do seu corpo, da sua saúde, da sua força de trabalho que perde o valor-de-troca quando diminui seu valor-de-uso. Enquanto a força de trabalho se desgasta e envelhece com o próprio corpo e a idade, o capital renova-se a cada ciclo.⁷



Prometeu Acorrentado, de Adam N. Sebastien.

Seu Mariano, ao perder seu lugar no mundo da produção das “coisas”, sente-se isolado e abandonado. A vida perde o sentido. Ficar desempregado significa a descontinuidade da reprodução da vida. Estar sem emprego e sem saúde, representa a impossibilidade de continuar

⁷ - “O trabalhador é posto fora do mercado como papel-moeda retirado de circulação” [Marx, 1867] (1982: 493).

“levando a vida assim mesmo”. A situação de estar enfermo o coloca a margem do mercado de trabalho. Hannah ARENDT (1989: 13) salienta que para o homem nessa condição “*se instala a possibilidade de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, sem a única atividade que lhes resta. Não há nada pior que isto...*”. Mariano dedicou e empenhou sua *vida severina* na labuta de seu ofício-operário. Da roça, aos cuidados do pai; da fábrica, à criação dos filhos, não enjeita nenhum serviço. Para este sujeito prestativo e ordeiro, o trabalho não é uma categoria genérica, abstrata, mas é sua condição, é o seu modo de “*levar a vida*”.⁸ Confunde-se com sua cotidianidade e impregna sua vida privada.

Suas palavras finais resumem sua história, sua mensagem, sua “filosofia de vida”. Enquanto “eles” conversam e mandam, o Mariano vai cumprindo a obrigação. Silenciosamente, vai remoendo suas impressões do mundo. Lá no fundo do seu coração cordial ele pensa e sabe quase tudo *do que tá se passano...*

10. _____ Cirilo

28 anos, natural de Minas Gerais. Casado. Foi admitido na Varga em 1986. Exerceu a função de operador de usinagem durante seis anos. Cipeiro demitido em 1992. Data da entrevista: 16/05/92.

Cirilo procurou o Ambulatório para certificar-se da sua saúde. Zeloso dos seus direitos, desejava saber se não era portador de nenhuma doença causada pelo trabalho. Contou que em 1985 tinha sido demitido de uma empresa, e só depois, quando foi entrar em outra fábrica, tomou conhecimento da existência de uma hérnia inguinal. É comum os trabalhadores procurarem o Ambulatório do Sindicato após serem reprovados no exame médico admissional. Só então ficam sabendo que possuem algum problema. A experiência no trabalho com sindicatos tem demonstrado que grande parte dos exames demissionais, anexados nas rescisões dos contratos de trabalho, nos quais se atesta “*apto para exercer qualquer função*”, escondem uma doença não notificada nem para o INSS, através da comunicação do acidente de trabalho (CAT), muito menos para o trabalhador. É prática corrente das Empresas realizarem os exames periódicos, conforme determina a NR-7 (Portaria do MTb nº 3.214/78), mas não informarem aos trabalhadores dos resultados. É sabido pelos profissionais da área de medicina ocupacional que algumas doenças do trabalho, nas fases iniciais, não apresentam nenhum sinal ou sintoma que possam chamar a atenção do trabalhador. A disacusia neurossensorial induzida por ruído (surdez profissional), por exemplo,

⁸ - Expressão utilizada por Anamaria Tambellini.

não é perceptível no seu período de instalação, onde somente as altas frequências (4000 e 6000Hz) aparecem alteradas no exame audiométrico (gota acústica). Algo semelhante ocorre com as pneumoconioses (doença pulmonar destrutiva induzida por poeira) e com as lesões por esforços repetitivos (L.E.R.) que, neste segundo caso, quando afetam trabalhadoras, suas queixas subjetivas (formigamento no braço, inchaço, dor, fraqueza muscular...) são estigmatizadas e tratadas por alguns serviços médicos das empresas como “frescuras de mulher”. Em função disso, e respondendo à consulta que Cirilo havia me solicitado, após conhecer seu histórico ocupacional e examiná-lo, o encaminhei para uma audiometria. Indaguei se já havia iniciado demanda judicial contra a Empresa, em virtude de ser garantido aos membros da CIPA eleitos estabilidade durante o seu mandato, e até um ano depois de tê-lo cumprido. Notei que estava calejado desses litígios trabalhistas... Em fala fluente e pontilhada por um certo refinamento lingüístico, às vezes exagerado, assim narrou sua história.

— *Eu nasci numa cidade do interior da Bahia no dia oito de setembro de mil novecentos e sessenta e três. Venho de uma família humilde, uma família trabalhadora, uma família trabalhadora. Meus pais — meu pai principalmente — sempre trabalhou dentro de empresa. Trabalhou na empresa como a Usiminas. Trabalhou catorze anos. Depois ele aposentou por invalidez e..., a gente começou a trabalhar na roça. Eu estudei em Minas Gerais até a sexta série. Não tive mais condições de estudar porque eu tinha que ajudá-los no trabalho, na sustentação do lar como lavrador. Depois eu comecei a trabalhar noturno em um clube. Trabalhei durante nove meses. Saí daquele serviço porque o salário era irrisório. O trabalho era difícil. Tinha que trabalhar até às três horas da manhã. E meus irmãos — tenho quatro irmãos que residem aqui em Limeira — sempre o nosso pensamento..., o meu pensamento, era vir para Limeira, pois os mesmos já tinham vindo pra cá há tempo, desde mil novecentos e setenta. Um dos meus irmãos trabalhava na Freios Varga há quase vinte cinco anos. Outro irmão meu trabalhava quase dez anos. E o meu sonho era vir para Limeira para trabalhar e ter uma família, ter um lar e condições de sustentar a mim próprio. Vim para Limeira em mil novecentos e oitenta e cinco. Custei a me adaptar ao local, a cidade, pois estava longe de meus pais. Senti a grande dificuldade que tinha. É! Depois de um mês aqui, eu consegui um trabalho. Não era aquilo que eu pensava, mas pelo menos, para que eu pudesse sustentar por algum tempo daria condições. E era trabalhar numa empresa de construtora civil — Tecnol Engenharia e Comércio Limitada. Trabalhei durante nove meses nessa empresa e era época de campanha salarial da categoria, ou seja, no mês de novembro. E quando nós achamos que o piso salarial que estava sendo oferecido pela empresa era muito pouco, abaixo daquilo que nós estávamos esperando, eu resolvi, junto com alguns companheiros, tomarmos alguma posição quanto aquilo que estava acontecendo. E nós juntamos e resolvemos então parar e esperar o dono da empresa chegar. E ele chegando, era uma segunda-feira, nós parado no local do trabalho, e ele veio conversar conosco o que estava acontecendo naquele local, naquele momento. Nós dissemos pra ele, que nós não estávamos dispostos a trabalhar com aquele piso salarial que ele estava oferecendo pra categoria da construção civil. E aquele homem tomou uma atitude autoritária; como quase todos os patrões tomam. Ele tentou intimidar dizendo que ia mandar todos nós embora — éramos em número quase de dez —, onde não parou nem um por cento da empresa. Ia mandar todos nós embora por justa causa. Nós não nos intimidamos com aquilo e ele resolveu mandar todos nós por justa causa. Depois*

quando ele sentiu que seria um grande peso para a empresa, porque nós entraríamos sem dúvida com um processo, ele resolveu retroceder quanto a sua primeira atitude. Ele disse que não ia mandar mais a gente embora, mas que a gente voltasse a trabalhar. Mas, um dos funcionários ele não admitia que voltasse a trabalhar. E nós achamos que aquilo era inconveniente para nós, porque o companheiro também tinha tomado a nossa posição. Nós resolvemos todos juntos que nós também não voltaríamos ao trabalho se aquele companheiro não voltasse. Como nós não voltamos, ele resolveu mandar a gente embora por justa causa. E ele pegou duas testemunhas, assinou a carta e, depois de alguns dias nós entramos na justiça com processo contra a justa causa. Ele disse pra mim uma coisa, ele disse: "Se você entrar com processo, eu vou sujar seu nome em todas as empresas, em qualquer lugar que você for. E se você desistir disso, aí qualquer pessoa que ligar da empresa eu digo pra ele que você é bom funcionário, que você saiu porque você quis". E diante daquela atitude eu fiquei perplexo. Qual atitude eu deveria tomar? Mas mesmo assim nós entramos na justiça. E como o meu irmão trabalhava na Freios Varga, eu resolvi vir na Empresa pra fazer uma ficha. Chegando lá, eu fiz a ficha e esperei e comecei a passar pelos exames. O médico constatou que eu tinha hérnia, que eu deveria ser operado pra que eu pudesse ter condições de trabalhar. Eu fiquei chateado com aquilo. Porque eu tinha sido dispensado por justa causa, não tinha condições financeiras para me manter. Eu morava na casa do meu irmão. Meu irmão estava decidido a voltar novamente para Minas Gerais. Eu fiquei pensando como é que eu poderia me sustentar aqui. Mas aí, meu irmão foi prorrogando a data dele mudar de Limeira. E foi aqui, no dia primeiro, no dia dois de janeiro, quando a Empresa voltava a trabalhar, que eu resolvi voltar na Freios Varga. Fui no médico. O médico fez a operação. E no dia vinte e oito eu voltei novamente na Empresa. Desta forma, eu comecei a trabalhar no dia dois de fevereiro de mil novecentos e oitenta e seis. No começo para mim era tudo novo. Eu trabalhava normal. Até que meu chefe, o senhor A., não era um homem de ficar chateando o trabalhador constantemente. E ele foi dando condições pra mim dentro da Empresa. Mas quando eu comecei tomar consciência no período de emprego... Durante três anos eu trabalhei na usinagem de cilindro de roda e as promoções eram constante. Quase todos os meses eu tinha uma promoção dentro da Empresa. Mas a situação de promoção, ela não combatia a inflação que estava desgastando o meu salário constantemente. E quanto a isso, eu comecei a tomar uma nova consciência: "Que estava acontecendo comigo"? Pois meu salário não estava sendo suficiente. E quando a gente tinha reuniões — porque eles me colocaram como líder de uma seção — eu ia sempre conversando com o pessoal, tomando consciência do que o pessoal tava passando. Algumas pessoas recebiam no dia cinco e quando chegava no dia posterior, não tinha nem dinheiro mais pra nada e vinha pedir dinheiro emprestado. E a gente começou a tomar consciência daquilo que estava acontecendo. Sendo assim, foi passando algum tempo quando eles me transferiram para montagem. Montagem de freios leves, montagem de freios para a Toyota e de alguns carros pequenos de peças antigas. E eu trabalhava naquela linha. A gente tinha condições de conversar com alguns companheiros, com o C., que trabalhou na montagem, que também era cipeiro. Tivemos condições de conversar com outros companheiros de consciência, como o M., que também foi dispensado nesta data de quinze de abril. E nós fomos começando a desenvolver uma consciência do que estava acontecendo naquele momento. E no passar do tempo, alguns companheiros foram dispensados lá da seção de montagem. E alguns colegas que tomavam consciência daquilo que estava acontecendo no momento... Quando os companheiros do Sindicato — da diretoria do Sindicato —, estavam na porta para a assembléia com os trabalhadores, para conscientizar os trabalhadores sobre aquilo que estava acontecendo na parte de salário, na parte de pressão das chefias contra os trabalhadores. E lá, junto com alguns companheiros, nós resolvemos parar a linha pra conversar com a chefia. E nós paramos a linha e dissemos para todos que nós só voltaríamos a trabalhar quando o chefe viesse conversar conosco e desse uma satisfação daquilo que estava

acontecendo no momento. Quando isso aconteceu, o chefe veio conversar conosco e um rapaz tomou posição de falar nesse momento. E esse rapaz, logo a tarde, ele foi dispensado. A Empresa dispensou. E outro companheiro também que era líder de linha naquele momento e assumiu a posição. Ele estava descontente com que se passava. Porque todos os meses ele recebia somente o holerith de pagamento, sem salário, sem condições de sobreviver. Ele que fazia contabilidade no Bandeirantes. E ele resolveu não pagar a mensalidade da escola. Isto estava desgastando ele totalmente. Ele não tinha condições psicológicas nem financeiras para trabalhar. Ele resolveu, um dia, que ele não iria trabalhar com aquele salário. No dia que ele tomou essa posição, foram algumas pessoas totalmente contrárias. Que achavam que a Empresa era uma mãe, que a Empresa era isso, que a Empresa era aquilo. Foram falar para a chefia e a chefia dispensou esse rapaz também, treze ou catorze dias após a dispensa de outros companheiros. E nesse dia, eles passaram para mim a responsabilidade de tomar conta da linha. Eu tomei conta da linha durante nove meses. E durante esses nove meses eram somente promessas que vinham constantemente para nós. Sua promoção vai sair. Sua promoção vai vir. Sua promoção vai sair. E a gente esperava... Aguardava meses e noites e nada de acontecer. E nós fomos começando a tomar consciência que não era somente um problema de promoção. Nosso problema era de defasagem. Nós estávamos muito abaixo daquilo que nós estávamos esperando. E num certo dia, o meu chefe, ele tomando consciência daquilo que estava passando naquele momento, ele veio falar comigo. Tomar uma posição pra saber o que estava acontecendo. Porque a linha já não estava movimentando como movimentava antes. Eu disse pra ele que o salário estava muito baixo e que a gente não estava conseguindo sobreviver com aquele salário. Eu tinha uma mulher e filhos para cuidar. E eu não tinha condições de sobreviver com aquele salário. Ele disse pra mim que era pra que eu esperasse, que ele iria estudar um aumento salarial pra mim, porque ele sabia que eu tinha competência para trabalhar lá. Eu tinha competência para assumir a posição que eu tava lá. Mas isto não foi satisfatório para mim. Então aconteceu que no dia — duas semanas antes —, é, houve a minha intenção de estar numa assembléia no Sindicato. Eu nunca tinha participado do Sindicato. Não tinha consciência do que era um Sindicato. E neste dia, eu tomei a posição. Daí, eu comecei a participar das assembléias de porta de fábrica. Conversando com alguns companheiros da diretoria do Sindicato e, alguns chefes, alguns gerentes, viam eu conversando com eles, com alguns diretores do Sindicato. E eu não estava me importando muito com aquilo que estava acontecendo. E certo dia, nós entramos pra fábrica e o banheiro da nossa área estava entupido. Nós não tínhamos condições nem de fazer necessidades fisiológicas naquele banheiro. E quando um dos nossos companheiros da diretoria do Sindicato, que é o W., passou por perto, eu pedi pra que ele entrasse no banheiro e visse as condições que tava o banheiro. Falei pra ele o que os companheiros tava passando naquele momento. Então ele resolveu, junto com outros companheiros do Sindicato, dar o alerta no carro de som do que estava acontecendo nos banheiros da montagem. E naquele dia, ele falou comigo que haveria uma assembléia no Sindicato no sábado. E eu tive na assembléia do Sindicato. E eu não achando que algo de grave pudesse acontecer naquele dia eu tomei... Quando abriu o parlamento pra que eu pudesse falar e eu falei, naquele dia. Falei que não estava contente com que eu estava ganhando porque era um salário irrisório. Estava incoerente com a função que eu exercia na Empresa. E naquele dia não tinha ninguém da Empresa no Sindicato... Eu penso que não tinha. Foi marcada uma nova assembléia para o próximo sábado para que se decidisse sobre o rumo que deveríamos tomar. Pois nós estávamos em campanha salarial e a quantidade que a FIESP oferecia pra nós era uma quantidade irrisória. Quantidade que não chegava nem perto daquilo que tínhamos feito a proposta. E naquele dia, fui trabalhar normalmente na segunda-feira. E quando no outro sábado — um sábado após —, nós tínhamos ido pra assembléia pra decidir sobre o rumo que nós deveríamos tomar, nós decidimos, naquele dia, nós deveríamos parar se a Empresa não mudasse sua posição. Eu falei no parlamento quando abri aqui na

assembléia. Eu falei. E tinha algumas pessoas espionando os companheiros que tavam ali. E naquele dia..., chegou lá e falou com os patrões. E na segunda-feira quando nós íamos indo pra Empresa... Eu saí com o intuito de trabalhar... Que eu sabia que nós estávamos em posição de greve naquele dia. Chegamos na Empresa e nós vimos um grande tumulto na porta da Empresa. Sindicalistas, diretores do Sindicato sendo agredido pela segurança da Empresa, pela própria polícia militar. Pois a porta da Empresa mais parecia um quartel general (porque a Empresa é um lugar onde os trabalhadores deveriam entrar pra trabalhar). E eu vendo aquela coisa, não satisfeito, vendo as agressões sofridas... Companheiros sendo arrastado pelo chão pela polícia militar, pelos seguranças da Empresa, pelos jagunços que a Empresa tinha contratado... Eu resolvi, né..., estar junto com os companheiros. E naquele dia eles decidiram que eu não servia mais pra trabalhar na Empresa... E eles resolveram, então, me dispensar por justa causa. Pediram pra que eu assinasse e eu recusei assinar. Porque eu achava aquilo incoerente. Eu achava sem procedência aquela justa causa. E não assinei. E rodado o processo e estamos na luta, né...

Cirilo gastou a primeira parte do relato narrando as lutas para conquistar suas aspirações. Desde o início revela e deixa claro quais são seus objetivos. A narração na primeira pessoa reafirma e distingue a presença do “eu”, ao mesmo tempo que os encontros com os outros assemelhados vão abrindo e forjando a expressão de um “nós”. São essas relações de indentidade, de sentimentos e idéias que reúnem os membros de um grupo em oposição aos outros. A questão salarial, as promoções, as condições de trabalho são temas que possibilitam tomada de consciência, distanciamentos e diferenciações entre os interesses “deles” e os “nossos”. Esses embates engendram uma outra socialização, diferente da socialização primária que ocorre no âmbito familiar, que permite praticar a pertinência de classe e explorar todos seus riscos. Cirilo reconhece e localiza sua condição operária já no começo da sua história. Sugeri que voltasse um pouco no tempo e falasse da sua família, sua juventude, da sua experiência de proletarização...

— Meu pai aposentou por invalidez porque ele teve problema de pressão. Porque a comida que a empresa oferecia, a Usiminas, apesar de ser uma empresa de grande porte, é uma comida incoerente para algumas pessoas. Ele achava o grande nível de salitre que era colocado na comida pra se conservar esta comida, ele achava, que prejudicava muito ele. E começou a dar problema de pressão alta. Ele chegou até a apresentar desmaio na empresa. Eu sou o filho mais novo. A gente plantava principalmente para o sustento, né. A gente plantava milho, arroz, feijão para o nosso sustento, né. Para que o salário do meu pai, que era um salário, como todos nós sabemos, o salário do INPS é um salário mísero. É um salário incoerente para uma pessoa sobreviver. Nós éramos uma família não tão numerosa mas... Nós éramos em cinco filhas e mais minha mãe. Já dava sete pessoas dentro de casa. E o salário do meu pai não tinha condições.

O pai, trabalhador aposentado por invalidez, revela no imaginário de Cirilo todo constrangimento causado por essa situação de dependência. Ficar encostado pela Previdência, “cair no INPS” — como já disse Seu Mariano — rompe com a “ideologia do provedor” e

determina, na maioria das vezes, uma deterioração das condições de reprodução do operariado. A pensão tem que ser complementada pela “cultura de subsistência”, mobilizando toda família no trabalho da roça, doméstico. Volta e meia, essa condição obriga os filhos mais velhos a saírem na busca de outros serviços para ajudarem no sustento da casa. A passagem pelo trabalho rural e pela construção civil são estágios quase que obrigatórios nos percursos ocupacionais dos trabalhadores que partem a procura de emprego. Quis saber de Cirilo como vivenciou esta experiência até chegar a Firma.

— O trabalho na lavoura? Ele sempre foi um trabalho pesado. Porque é o trabalho de sol-a-sol. Então, a gente não tinha dia pra ir na lavoura, não tinha hora de voltar. Apesar de meu pai — e ele era sempre assim — uma pessoa liberal com a gente e não esforçava pra que a gente trabalhasse no sol do meio-dia, o sol da uma hora da tarde. Então, a gente trabalhava sempre bem cedo, bem no período da manhã. Quando começava o dia a sair nós começávamos a trabalhar. Então, nós trabalhávamos até às dez horas. Quando o sol queimava muito nós voltávamos pra casa. O lugar onde nós plantávamos era bem perto da casa. E depois, na parte da tarde, era três horas, três e meia e a gente voltava novamente pra roça e trabalhava até às seis horas. Era um trabalho não tão causticante. Era um trabalho pesado porque devido o trabalho da roça ser, né. Mas não era um trabalho tão causticante. Depois eu fui trabalhar num clube como discotecário. Não. Não é porque eu gostava de ouvir música. É porque a situação exigia que eu fizesse alguma coisa, né. Eu não sou muito chegado em música. Eu ouço, mas não sou apegado à música. Para me divertir eu, principalmente, quando eu morava em Minas, a única coisa que eu fazia mais pra me divertir era capoeira, né. Joguei capoeira durante três anos. Então, isso era o meu passatempo predileto. Além de me dedicar a meu próprio corpo, a minha mente ficava bem leve quando eu podia praticar. Participava da Igreja Presbiteriana. E freqüento até hoje. Trabalhei nove meses no clube à noite. Vim pra Limeira em mil novecentos e oitenta e cinco. Dois irmãos trabalhava na Varga, um na prefeitura e outro já estava aposentado. Vim para Limeira por causa da família. Eles sempre falavam que o serviço era muito difícil. Porque todos os dois trabalhavam no setor mais difícil da Empresa. Agora não está tão difícil pela forma de mecanização que está havendo dentro da Empresa. Trabalhava todos os dois na área de fundição. E o serviço era muito pesado. Até um dos meus irmãos, ele começou a ter problema mental muito forte, né. Foi internado um punhado de tempo. E hoje ele é..., ele tem problema de mentalidade. A gente pode dizer que ele é quase uma pessoa esquizofrênica. O raciocínio dele não é normal mais. A gente acha que o barulho da Empresa — porque ele trabalhava no esmeril — começou a afetar muito ele na cabeça dando problemas mentais nele. Cheguei em Limeira em mil novecentos e oitenta e cinco e fui morar com os meus irmãos. Eu trabalhei como servente de pedreiro. Essa empresa Tecnol, ela é uma descendência de uma das grandes empresas daqui de Limeira, que eu não lembro o nome agora. Só sei que ela construiu a rodoviária. Eu comecei nesta empresa. Trabalhava como servente de pedreiro e o nosso serviço nós começamos na Usina Iracema. Era um serviço muito no chão. A gente trabalhava no chão. Porque a empresa tava começando agora e não tinha um certo gabarito pra pegar serviço de prédio e obra grande. É! No começo da empresa a gente estava se adaptando muito bem ao esquema da empresa. Porque a gente trabalhava com uma chefia que... Era uma chefia que compreendia a gente em certas partes, né. Eu trabalhei. A gente trabalhou durante quatro meses como servente. Depois eu comecei a trabalhar como ajudante de carpintaria. Eu trabalhei três meses. Eu aprendi esta profissão vendo os

outros trabalhar. Tinha um rapaz que trabalhava comigo e ele foi gerente desta mesma empresa que faliu. Ele pedia que eu fizesse um pouco do serviço pra ele, né. Como era armar caixaria, cortar na policorte, na serra... E a gente começou a fazer este trabalho. Ele achou que a gente começou a trabalhar bem e pediu que eu comesse a trabalhar somente com ele. Eu tinha vontade de aprender. Não é pra me orgulhar não, mas eu tenho facilidade de aprender o trabalho. Como agora: eu estou trabalhando numa empresa não registrado porque eu não posso registrar ainda, porque a Varga não deu baixa na minha carteira, ainda. Estou trabalhando numa empresa de serralheria. Fazendo portões, portas... Eu tenho uma certa facilidade de aprender. E eu tenho curiosidade muitas vezes, né. E isto me atraía muito a curiosidade de como fazer aquilo. A única coisa que a Tecnol me exigiu foi que eu fizesse uma abreugrafia. Eu nunca desconfiava que eu tinha uma hérnia. O médico constatou e eu fiquei realmente perplexo. Nem imaginava. Não sentia nada. O médico da Empresa que constatou este problema. Os outros exames que ele fez foi exame de fezes e exame de sangue. Na Varga eles me perguntaram porque eu saí da outra empresa que eu tinha trabalhado antes. Se eu tinha algum parente que trabalhava na Empresa. Porque eu queria entrar na Empresa. O que os meus irmãos falavam da Empresa. Onde ele trabalhou e onde o outro trabalhava. Eu respondi que meus irmãos sempre falava da Empresa. Que a Empresa onde ele trabalhava era uma Empresa boa. Aquele monte de lero-lero. Porque eu tinha saído da outra empresa? Eu respondi porque as condições salariais não estava lá estas coisas; porque eu não tinha vindo pra Limeira pra trabalhar na construção civil. Inventei um monte de lero-lero. Falei que o meu sonho era trabalhar na Freios Varga. Porque eu nunca tinha participado do Sindicato direito, assim. Ou seja, participado efetivamente. Eu sempre tive uma consciência dos meus direitos. Eu conheço os meus direitos e os meus deveres. Porque eu me considero realmente um cidadão brasileiro. Eu não sou uma pessoa de mentalidade fechada, onde as pessoas, né, enganam facilmente. Porque desde a minha idade bem tenra — eu tinha mais ou menos oito ou nove anos — eu sempre falava pro meu pai: “Um dia vou crescer e vou ser alguém”. Eu sempre digo pro meu pai — que é o meu sonho ainda hoje — que eu continuasse estudando. Vou estudar! Eu pretendo fazer Direito. E tinha um companheiro nessa empresa Tecnol, chamava D., e a gente era muito íntimos. E a gente sempre conversava sobre estes assuntos. E ele era uma pessoa, não sei por felicidade ou infelicidade, ele já tinha sido dispensado de duas empresa por justa causa. Porque ele era uma pessoa muito reivindicativa. Ele reivindicava realmente os direitos dele. E ele sempre, a gente conversando, e ele falava com a gente a respeito destas coisas que estava acontecendo e como nós deveríamos fazer. E eu me lembro até hoje (não apagou da minha memória), que num dia antes da gente entrar de acordo como a gente agiria ele falou que a gente deve estar preparado pra tudo que vier. Porque os donos desta empresa, eles podem mandar a gente embora por justa causa. Então, a gente deve ficar preparado.

Mais uma vez evidencia-se o quanto as relações de parentesco são acionadas como apoio e para obtenção do emprego nos centros urbanos. As várias experiências de proletarização, observadas nos depoimentos colhidos, demonstram que a família operária, mesmo que dispersa, lida de uma maneira eficaz com os percalços da vida. Apesar de espalhada, consegue manter de alguma forma seus laços. Constitui uma rede de proteção e amparo para os trabalhadores em trânsito.

Cirilo guarda na memória os encontros e embates que “abriram sua mentalidade”. Este trecho, densamente narrado, abriu a possibilidade de investigar os diferentes modos de socialização

vivididos por ele na sua trajetória de vida e de trabalho. Seria correto afirmar que o “mundo da casa” tinha a função de acolhê-lo e protegê-lo, enquanto o “mundo da rua” ia lhe ensinando a *estar preparado para o que der e vier?*

— Olha! Eu não creio que a minha família me ajudou a ter essa consciência. Porque meu pai, ele sempre foi um homem..., eu não vou dizer pelego... Porque no meu entender do momento, como ele atravessava... O meu pai sempre foi uma pessoa que ele trabalhava assim... Ele não era uma pessoa muito de reivindicar a respeito dessas coisas. Porque uma vez (ele contava pra gente, né), que ele trabalhava numa empresa, numa empresa que fazia a obra asfáltica entre a BR-116, que liga o Rio à Bahia. Nessa época, os salários deles era muito pouco por aquilo que eles faziam e os trabalhadores resolveram parar pra reivindicar. E ele, no momento de parar, ele foi trabalhar e os outros todos pararam. E neste dele ir trabalhar e os outros todos pararam, eles mandaram bastante pessoas embora. Então, o meu pai... Eu não creio que ele tenha me dado esta consciência porque ele não era uma pessoa muito... Minha mãe era doméstica. A minha Igreja eu não acredito. Hoje a minha Igreja está tendo uma certa abertura. Principalmente a Igreja Presbiteriana do Brasil. Ela está tendo uma abertura de mentalidade política um pouco forte. Mas minha Igreja na época, era uma Igreja fechada. Era uma Igreja onde não se falava, não se comentava a respeito da situação política e da situação trabalhista que nós estávamos vivendo.

O Cirilo não sabia muito bem de onde vinha essa “consciência dos seus direitos”, de ser “realmente um cidadão brasileiro”. Era uma coisa natural como a própria vida: “Trago comigo desde a minha tenra idade”. Mudamos de assunto. Perguntei das suas preocupações ao saber que estava com problema de hérnia.

— Foi minha primeira experiência de ficar internado. Fiquei internado pelo INPS. Eu tinha vinte e dois anos. Pra mim foi uma coisa difícil. Porque um dos maiores medos que eu tinha era o de sentar numa mesa de cirurgia. É! Em mil novecentos e oitenta e três, quando teve um grande avanço do Projeto Rondon, foi algum dentista lá em Minas Gerais e eu tinha, como tenho até hoje, voltou novamente, um problema de gengiva, né. Um problema dela. Parece que um dente é maior do que o outro e começou a pressionar a gengiva e dá uma infecção muito grande e a gengiva começa a crescer. E esta época eu..., veio..., que deve ser um estagiário, naquela época. E eles falaram que eu deveria passar por uma cirurgia naquela gengiva. E eu senti a maior pena de sentar numa cadeira e ele me cortar, né, e costurar novamente. Mas eu passei... Sentei naquela cadeira, passei pela cirurgia. Mas eu ficava pensando como seria uma cirurgia de hérnia. E eu fiquei com uma grande ansiedade, porque eu precisava do trabalho, precisava entrar numa empresa. E para mim foi normal. Foi uma coisa de muita expectativa, né. Uma coisa muito difícil de passar por uma cirurgia.

Ficar doente quando se precisa trabalhar é um transtorno. Causa sofrimento psíquico. Uma grande parcela do operariado vivência essa circunstância como vergonhosa. Ela é confundida muitas vezes com a preguiça, a mandriice — “vontade de encostar o corpo”. A ética burguesa,

que difunde as virtudes do trabalho e do “não ócio” (negócio), espreita a moral da classe trabalhadora que, a seu modo, tenta manter-se à distância de tudo que possa lembrar a condição de estar enfermo.

Cirilo permanecia ágil e pronto para prosseguir a conversa. Jogador de capoeira, esguio, gingava pelos temas com frases envolventes e compridas. Cuidando para que não desviasse do assunto, indaguei sobre sua iniciação na Empresa. Afinal, era essa sua intenção desde “o dia em que veio embora”.

— No primeiro dia que eu cheguei na Varga, eu... Eles primeiro me mandaram pra sala do gerente pra que eu conversasse com ele. Ele começou a explicar pra mim como era a Empresa, como era o sistema da Empresa. Ele falava que a Empresa era muito grande e tinha uma questão salarial, uma das melhores de Limeira. E que eu me adaptaria fácil ao esquema da Empresa. E que a Empresa nunca aceitava, nunca, é a questão daquelas pessoas insubordinadas, aquelas pessoas que desrespeitava a chefia e brigava na seção. E que estas coisas deveria evitar. Logo após dele conversar comigo destas coisas, ele me levou pra seção. Me apresentou o encarregado da época e disse para o encarregado pra que me arrumasse, me mostrasse ali, as primeiras máquinas como funcionavam. O encarregado me levou na linha de montagem do cilindro de roda, ali onde eu creio que estava necessitando de mão-de-obra. E me apresentou assim para o preparador de máquina. O preparador de máquina começou a me mostrar assim como funcionava as máquinas, as dificuldades que tinha. E para mim, foi um pouco difícil de adaptar. Porque naquele momento a Empresa trabalhava não com as máquinas que trabalham hoje, mas com máquinas muito velhas. E o óleo que eles usavam era um óleo que tinha um cheiro desagradável. E isso trazia pra mim alguns transtornos. Eu tive muito problema. Tive gripe constantes, quase todos os meses, por causa que misturava o cheiro do óleo com excesso de fumaça dos tornos que saíam. Os tornos funcionavam a seco, porque a pessoa que trabalhava no torno não conseguia adaptar ao óleo. E aquilo foi dando problema que eu achei que nem conseguiria passar na experiência. Porque eu começava quase todos os meses que ir ao médico por causa de problemas respiratórios. A única coisa que falaram comigo é que eu tivesse cuidado ao trabalhar na furadeira. Era uma furadeira de bancada e se aquela mola travasse, era pra gente desligar logo a máquina. Porque se segurasse a máquina ligada era perigoso ela dar um tranco e quebrar meu braço (como já tinha acontecido com um ex-funcionário lá dentro que tinha quebrado o braço por causa disso). Porque a máquina travou o macho. Porque ela tinha furado a primeira operação muito raso. E na hora que o macho bateu a máquina travou e não quebrou o macho. E ele levou a mão dele e torceu a mão dele. Por isso ele falava pra mim que eu tivesse cuidado com isso. Pra mim, eu achava muito difícil me adaptar aquilo ali, porque eu nunca tinha visto aquilo. Eu, pra mim, era uma coisa quase inédita. De ver tantas máquinas. Tantas pessoas trabalhando. O ritmo que o pessoal trabalhava; era um ritmo muito acelerado. Porque a maioria do pessoal que trabalha na Varga, por incrível que pareça, é um pessoal que só teve o primeiro ano primário, só sabem ler. Então, eles têm tanto medo de ser mandado embora, que eles trabalham num ritmo muito acelerado. Que a gente que tá ali não consegue acompanhar aquele ritmo, né. Então meu grande medo era aquilo ali que estava acontecendo.

Nesse momento paramos para tomar água, refrescar... O Ambulatório do Sindicato é pouco confortável para consultas alongadas. Cirilo aproveitou o tempo para saber do advogado como andava seu processo de reintegração.

Voltamos ao ponto em que havíamos parado. Solicitei que discorresse mais sobre sua fase de adaptação na Empresa, da relação com os companheiros de fábrica...

— Por parte dos companheiros eles sempre me ajudavam, né. Mostravam pra mim como fazia o serviço. E eu, quando eu entrei, eu achava que não ia conseguir adaptar muito fácil àquele serviço. Mas pra mim foi uma surpresa tremenda. Porque dentro de dois a três meses eu mesmo já estava preparando minha máquina. Eu mesmo estava movimentando a máquina. A ferramenta quebrava, eu aprendi a trocar. Eles contavam sempre de acidente que tinha acontecido dentro da Empresa. Entre companheiros que cortavam a mão. Inclusive, eu já vi, assim de pertinho, um rapaz trabalhando junto comigo cortar o dedo. Era um rapaz que tinha vindo do SENAI. Ele tinha se formado aquele ano e tava fazendo estágio na Empresa. O rapaz chegou, não sei se por falta de experiência do preparador de máquina, né. Pensou que ele iria adaptar fácil porque ele estava vindo do SENAI e pediu que ele trabalhasse numa broqueadeira. Mas a broqueadeira tinha um sistema que ele não ensinou pro rapaz como fazia. E a broqueadeira, a chave dela era bem baixa. E aquele rapaz colocou a mão pra broquear. Ele estava trabalhando com luva e, naquele momento, ele colocou a peça e na hora que ele pisou a peça travou e ele não teve condições de tirar. A perna dele foi e conseguiu acionar a chave que ligava a máquina. E, naquele momento, a broca que fazia o broqueamento da peça pegou no dedo dele. O dedo dele estava esticado e rancou o dedo do rapaz inteiro. Pra mim foi uma coisa terrível, né. Eu nunca tinha visto aquilo. Nunca tinha visto uma pessoa sair de um momento pro outro sem um dedo. Pra mim foi um choque tremendo. Custei a me repor novamente, mentalmente sobre aquilo que tinha acontecido. E pra mim foi uma coisa assustadora. No outro dia, o técnico de segurança reuniu o pessoal da área. Porque o pessoal da área ficou muito assustado com aquilo que tinha acontecido. E ele falou pro pessoal que aquele acidente que tinha acontecido, tinha sido falta de responsabilidade daquele rapaz que estava trabalhando na máquina. E eu, no mesmo dia mesmo, encontrei com o técnico (que a gente tinha uma grande amizade) e, por causa disso, não só pela nossa amizade, mas pela forma franca dele falar, ele não conseguiu se encaixar nos moldes da Empresa, ele saiu da Freios Varga. A gente conversando. Conversava abertamente. Eu falei com ele que eu não concordava com aquilo que ele tinha dito. Que a falha tinha sido do rapaz, do companheiro da linha que tinha acidentado. Eu disse que a falha tinha partido da própria Empresa que não tinha orientado o rapaz sobre o perigo, o risco que ele estava correndo na máquina. E ele falou que era realmente aquilo que tinha acontecido, mas ele era obrigado a falar daquele jeito. Porque eles tinham passado pra ele pra que ele passasse daquele modo lá com o pessoal.

A consciência dos perigos é adquirida no momento-mesmo em que são transmitidos os conhecimentos técnicos necessários para se fazer o trabalho. A pedagogia do chão-de-fábrica, ensinada ao pé da máquina, funde a memória técnica à memória dos riscos. Assim se forja o “operador bão” referido por Mariano na sua história. Os acidentes testemunhados pelo próprio trabalhador, mais aqueles relatados pelos outros, vão dando forma à uma série de atitudes

preventivas que será ativada na ajustagem das ocorrências anormais. Estes ajustes, improvisos e “gambiarras” servem, muitas vezes, para os operários se anteciparem aos riscos não previstos, ou não levados em conta pela organização formal do trabalho.

Ao discordar da “versão oficial” sobre as causas do acidente, Cirilo coloca em xeque a “fala vertical” do técnico de segurança e introduz na cena uma outra visão “sobre aquilo que tinha acontecido”. Era importante saber mais em relação ao seu regime de trabalho e sobre suas funções na Empresa.

— Eu tabalhei nesta furadeira manual durante um ano. Depois de um ano, quando eu já tinha me adaptado bem neste trabalho, neste momento, a Varga começou a ter mudança de mão-de-obra, né. Porque eles não queriam que um trabalhador trabalhasse somente numa máquina. Principalmente aqueles trabalhadores, aquele pessoal novo que estava entrando na Empresa. Que o pessoal começasse a se adaptar em todos os setores da Empresa. Eles pediram pra que eu começasse a trabalhar num torno. E naquele momento eu comecei a trabalhar num torno de fresa. Eu aprendi sozinho. Porque naquele momento eu já olhava na própria linha, né, e via o trabalho da fresa. Então já via o pessoal trabalhar. Então eu já comecei a trabalhar sozinho, né. Eu tinha de saber mais coisas. Porque aí, eu tinha que conhecer as medidas, né. E como eu não tinha tido aula de medir, não tinha tido curso de medida, eu tinha que aprender a medida. Como paquímetro, como micrômetro e, pra mim, eu tinha que me adaptar àquelas coisas ali. E sendo um serviço mais leve do que a furadeira. Porque eu tabalhava em quatro furadeiras e tinha que ficar andando de um lado para o outro e, no torno, eu trabalhava somente parado. Isto foi mais ou menos em mil novecentos e oitenta e cinco, no final do ano. Daí eu comecei a trabalhar num outro torno. Um torno que fazia um desbaste na peça pra que pudesse encaixar dentro do prato. Este torno exigia mais da minha força física. Porque era um torno muito pesado e a quantidade de material que tinha de tirar era muito grande. Então eu tinha que ter mais força física pra conseguir fazer a produção que era exigida de todos nós. Esse torno ele tinha um risco. Porque tinha uma pastilha que era usado e, conforme você chegava a ferramenta na peça, e, na época, a gente não tinha grade, não tinha uma proteção no torno. Então... Conforme você chegasse... Se você chegasse a uma certa medida, na hora de encostar a ferramenta na peça, pra que ela pudesse desbastar, então, era perigoso quebrar aquela pastilha e voar na pessoa. Era até exigido que nós usássemos óculos. Usava óculos e sapatão. Eu sempre fui favorável a usar EPI (Equipamento de Proteção individual). Eu sempre achava que uma pessoa ficar cega de um momento pro outro era muito terrível, né. E neste ponto a Freios Varga... Ela sempre foi... Deu condições pra que a pessoa usasse EPI. Nunca faltou no almoxarifado pra que as pessoas usassem. A gente quebrava um óculos, a gente só ia no almoxarifado, fazia a requisição e pegava outro, imediatamente. Daí, eles pediram que eu trabalhasse na montagem durante um tempo, né. Porque a pessoa lá tava de férias. E eu comecei a trabalhar na montagem. Eu trabalhava na ponta da linha. É a primeira operação que faz na montagem. Encaixa um sangrador na peça. Um sangrador, um pistão, uma tarjeta. Nesta linha tem quatro operação. No começo eu achava muito difícil a linha. Pelo sentido de como era. A Empresa tinha acostumado a trabalhar no local e, de repente, tinha sido direcionada pra outro local muito diferente do que eu tinha acostumado a trabalhar. Apesar da dificuldade que tinha no outro setor, que tinha um calor muito intenso, que era na usinagem. O calor que às vezes chegava a quarenta graus, quarenta e dois graus, que era quando o técnico ia lá medir. Eu tinha mudado pra um setor de temperatura muito baixa. Era usado ar

condicionado constantemente e isto começou a dar problema de saúde. Da mesma forma que eu tinha tido problema na outra seção (tive problema de asma do óleo, do cheiro da fumaça que saía do torno), eu voltei a ter problema, constantemente, por não ter me adaptado ao trabalho. Que era uma temperatura muito baixa que era usada na montagem. Era bem pressionado. Porque o chefe andava na linha e ele pedia pra que eu colocasse mais. Maior número de peças que eu pudesse em cima da bancada. Porque nós trabalhávamos de bancada. E era uma bancada só para os quatro funcionários que trabalhavam. Trabalhávamos em cinco. Era quatro na linha e um alimentando (que era quem colocava o material na linha pra que não acabasse). E eu sei que ele pedia e não queria que eu deixasse faltando peça. Ou deixando uma peça só para o pessoal montar. Pedia pra que eu deixasse sempre muitas peças pra que... (eu penso agora dessa forma), pra que eu pressionasse outro trabalhador, outro companheiro pra que ele não deixasse peça nenhuma e conseguisse superar a produção da linha. No começo eles cronometravam. Tinha sempre um rapaz que cronometrava a linha. E através daquela cronometragem é que eles exigia. Passava pra gerência e a gerência exigia do encarregado que o tanto daquela cronometragem fosse feita, né.

Aproveitei a deixa para investigar como os trabalhadores gerenciavam a cadência da linha de montagem. Como negociavam e resolviam os conflitos impostos pela pressão produtiva...

— Nunca saiu atrito. Porque a gente acostumava sempre a compreender o companheiro, né. Então, na hora em que a gente via que ele estava pressionado, com muita peça em cima da bancada, a gente parava um pouco, né. Ia tomar água, já no banheiro. Esperava esvaziar a peça pra que a gente pudesse continuar a linha, né. Se não tiver uma pessoa pra substituir você na linha você não pode ir ao banheiro. No começo, antes de chegar na Varga, em mil novecentos e oitenta e quatro, ela usava um outro método, né. O pessoal pra ir ao banheiro era cronometrado. Tinha dez minutos pra ir ao banheiro e voltar. Se ele não voltasse nesses dez minutos, então, o encarregado, o gerente ia lá na porta do banheiro e batia pra chamar você pra voltar pra linha. Este setor de montagem era mais tranquilo. Apesar que eu já vi um acidente.

Testemunha atenta dos acontecimentos, recorda um outro acidente. Como sempre, faz questão de deixar marcada sua tradução dos fatos...

— Tinha uma máquina pneumática e eu vi uma moça se acidentar na máquina pneumática. A gente ficou muito revoltado. Porque nessa época eu era cipeiro. E a moça... Ela não estava bem psicologicamente e financeiramente. Morava sozinha. Ela tinha um irmão que tinha problema e morava com ela. E eles estavam trabalhando numa máquina e eu considerava de risco, né. Devido a situação que ela estava passando naquele momento. Ela encaixava um pistãozinho e o pneumático. Prensava pra que o pistão não voltasse pra trás. E eu passei na linha... Era mais ou menos duas horas. E eu vi que ela não estava bem. Fui conversar com ela e ela me contou o que estava acontecendo no momento, né. Aí, eu perguntei pra ela se ela tinha conversado com o gerente. Ela falou assim: "Eu conversei com o meu gerente, mas ele disse que não pode fazer nada por mim. Porque a Varga não tem condições de fazer nada por mim. Que eu espere o pagamento pra que eu

tenha condições de resolver os meus problema, né". E eu fiquei muito revoltado com aquilo e fui falar com o técnico de segurança. Conversei com o técnico de segurança. Falei com ele a respeito do que estava acontecendo. Ele falou comigo: "Olha, Cirilo, eu não posso fazer nada por você e nem por essa moça, porque se ela já conversou com o gerente dela. O gerente dela deve ser responsável". Quando foi mais ou menos três e meia da tarde, ou seja, quinze horas e trinta minutos, eu ouvi um grito na seção. Era bem ao lado da nossa seção. Era o lado de fora onde fazia lubrificação das peças. E ela estava trabalhando naquele setor porque o setor de dentro da montagem estava superlotado de máquinas e pessoal. E ela estava trabalhando no lado de fora numa máquina pneumática. Eu ouvi o grito. Quando cheguei, eles não deixaram que nós vissemos, né. Mas só taparam assim e deu pra ver o dedo dela que tinha sido cortado. Naquele dia, nós tínhamos mais ou menos quatro cipeiros na seção. Nós ficamos muito revoltado com aquilo que tinha acontecido e nós resolvemos tomar uma posição quanto aquilo. Nós fomos ao técnico de segurança. Chamamos o gerente da linha, que era responsável pela moça, e conversamos com ele e com o técnico, né: "Nós alertamos vocês quanto a isto que estava pra acontecer. Porque a moça não tinha condições psicologicamente, nem fisicamente pra trabalhar". Uns dos problemas psicológicos que ela tinha, era que a casa dela não estava bem. Ela não tinha dinheiro nem para pagar aluguel, nem para pagar a luz (neste dia tinha cortado a luz desta moça). Pra vir trabalhar ela teve que levantar a luz de vela. Nós achamos muito incoerente, uma coisa terrível o que tinha acontecido. Falamos que a responsabilidade era toda do gerente e do técnico de segurança que não deram ouvido pra que a moça falou. Não sei se levaram a sério o que a gente falou ou não. E falaram depois que a responsabilidade tinha sido também dela. Ela não tinha prestado atenção no serviço que ela tinha feito. E foi uma das coisas mais graves que nós vimos acontecer na montagem, né.

Cirilo era cipeiro e tinha sido demitido. Indaguei sobre os motivos que o levaram a participar da CIPA. Aproveitou minha pergunta para analisar sua atuação.

— Olha, eu sinceramente, a CIPA, eu fui quase levado por outro motivo. Eu senti que a Empresa tava passando uma grande dificuldade naquele momento. Eu não fui me candidatar na CIPA, vamos dizer, somente pra ajudar os companheiros. Mas é que, naquela época, estava havendo uma grande pressão. Podia mandar uma porção de pessoas embora. E, naquela época, eu resolvi me candidatar pra CIPA. E quando eu fiquei sabendo que cipeiro tinha estabilidade, eu resolvi me candidatar. Isto foi em mil novecentos e oitenta e nove. Então eu me candidatei à CIPA. Mas quando eu entrei na CIPA, eu comecei a ver muitas coisas que acontecia dentro da Empresa. Aí, pude sentir que a CIPA é uma coisa muito diferente que eu imaginava. Que a CIPA não era somente uma coisa que era pra que ajudássemos o trabalhador. Porque, nós cipeiros, muitas vezes, éramos levados..., eles levavam a gente na CIPA e não conversava somente assunto do trabalhador, que o trabalhador precisa de segurança. Mas eles pediram pra que nós, como cipeiros, conversássemos com os outros trabalhadores dizendo pra eles que não participassem muito da assembléia do Sindicato. Que tivéssemos cuidado com esse negócio de Sindicato. E nós, como poderíamos dizer, até inocentemente, éramos levados a conversar com os trabalhadores a respeito deste assunto. Então a CIPA não era somente uma coisa de condição de trabalho, mas sim, as condições que a Empresa passava para o trabalhador. Olha, nós como cipeiros, e, nós tínhamos, eu tinha dois companheiros que trabalhavam comigo na mesma seção, nós éramos cipeiros e nós sempre questionava muito sobre aquilo que nós achávamos que o trabalhador tinha que ter. Porque em mil novecentos e oitenta

e nove, a Varga tinha acabado com o sistema de... Ela tinha uma faxina dela própria. Então ela acabou e colocou outra faxina dentro da Empresa. Então, nesta época, que eles colocaram a faxina e esta faxina começou a dar problema. Não conseguiam se adaptar ao trabalho. Era um trabalho muito difícil. Porque a Varga, considerando como Limeira, era um pátio muito grande. Não conseguiam dar conta. Então, dispensaram esta empresa e contrataram outra empresa pra mexer com a limpeza da Varga. Então, começou a surgir muito atrito entre os cipeiros. Nós achávamos de uma responsabilidade aquilo que estava acontecendo. Que eles começaram a levar um líquido dentro da Varga, que pra nós era uma coisa muito terrível que tinha. Pois o cheiro, muitas vezes, chegava até a desmaiar pessoas dentro da Empresa, por causa do cheiro que era forte. A gente levava nos técnicos de segurança a respeito do que estava acontecendo e, muitas vezes, eles diziam: "Olha, vocês devem descer lá e falar com o gerente dessa empreiteira e explicar. Levar até o setor". Nós, muitas vezes, levamos e, muitas vezes, não éramos atendidos. E a nossa experiência, a minha experiência principalmente como cipeiro era a seguinte: a Empresa ela somente faz aquilo que é bom pra ela. Ou seja, que aumente a produção. Nada que seja benéfico para o trabalhador ela não se interessa tanto. A única coisa que eles querem é o seguinte: que você faça um projeto pra melhoria da máquina: "Olha! Aquela máquina lá tá com risco de acidente". Mas, a primeira coisa que eles analisam: "Será que nós adaptássemos uma outra máquina ela ia dar uma produção mais alta? Será que ia dar um lucro pra nós!? Porque se não for contrária... Então vamos... Aquela máquina que precisa de uma proteção, vamos pegar nós mesmos trabalhadores e vamos levar lá embaixo uma chapa, vamos pedir pra que solde uma chapa e nós chega na máquina e coloca". Então, minha experiência na CIPA é a seguinte: a Empresa não dá tanta importância à saúde do trabalhador.

Interroguei sobre sua participação no Sindicato:

— Eu, da parte do Sindicato, sinceramente, eu nunca tive uma conversa assim com o pessoal do Sindicato. Eu sabia que tinha umas pessoas que fazia parte, né, mais ligado ao Sindicato. Mas a gente nunca teve um diálogo, né.

Após esta rápida resposta, retornamos ao assunto da CIPA. Desejei saber como era desenvolvido o curso de cipeiros pela Empresa:

— O curso da Empresa era um curso bom. Era sobre incêndio. Como eliminar a causa de incêndio. Primeiros socorros. Então, os curso da Varga era até razoavelmente bom. Mas era pra proteger o patrimônio da Empresa.

E sobre os riscos dos produtos manipulados no processo produtivo? Especifiquei a questão do amianto:

— Não sei o que é o amianto. (O amianto, também conhecido como asbesto, é utilizado no processo de fabricação de lonas de freios. Produto reconhecidamente cancerígeno, provoca

mesotelioma de pleura e peritônio, neoplasias do aparelho digestivo, câncer de laringe e uma pneumoconiose chamada asbestose. O anexo 12 da NR-15 normatiza sua utilização. O consumo de amianto na indústria brasileira tem aumentado consideravelmente nas últimas décadas. Trava-se, atualmente, uma discussão sobre o seu "uso controlado" ou seu banimento dos processos industriais). *Nem se eles usam. Saber estas informações é muito importante. Porque se eu não sei, eu não tenho como defender, né. Eu não tenho como passar pros outros trabalhadores: "Olha, não mexe com isso aqui que é perigoso". Então. Se eu fosse ensinado, se eu fosse educado com respeito a isto, eu tinha condições, eu como cipeiro, de passar para os outros trabalhadores sobre os riscos. A gente tem até um companheiro, não sei se ele já saiu da Empresa, né, e ele trabalhava com óleo. E o óleo começou a dar alergia no braço dele (dermatose ocupacional causada pelo óleo de corte. Este óleo é utilizado nos tornos para dar a temperatura adequada no corte da peça. A lesão se assemelha a uma foliculite — elaiocinose). Uma alergia muito forte mesmo. E ele foi no doutor O. e o doutor O. pediu pra transferir ele de seção. E este companheiro, ele foi no gerente dele, levou o atestado do médico dizendo que ele não poderia trabalhar mais naquela seção. E ele chegou no gerente dele e o gerente dele falou: "Só que eu não posso transferir você agora nesta semana. Aí você fica aqui". Então eu fico pensando comigo: Será que ele vai esperar comer o braço do companheiro pra depois transferir o companheiro de seção? Realmente era isto que acontecia. O companheiro ficou uma semana no local de trabalho indevido. Porque ele trabalhava com óleo que a pele dele não se adaptava. Então, ele foi obrigado a amarrar uma faixa no braço todo, pra ele poder trabalhar durante a semana. Por incrível que pareça, o cipeiro indicado pela Empresa era sempre o gerente, era o encarregado, era engenheiro. Então, essas pessoas, não que eu queria generalizar o pessoal, mas eles sempre defendem o patrimônio da Empresa. Eles sempre procuram puxar para o lado da Empresa. Então, nós trabalhadores..., alguns, né, eles sempre se uniam para o trabalhador.*

Considere que a questão da CIPA já estava suficientemente analisada. Introduzi na entrevista o tema dos Círculos de Controle e Qualidade (CCQ). Tinha acabado de receber por intermédio de um trabalhador informativo da Empresa que priorizava este assunto. Quis saber sua opinião.

— O CCQ. É uma coisa como, por exemplo: quando nós falamos anteriormente, né, a respeito da CIPA. O que a Empresa quer é que você faça projeto. É projeto de aumento de produção. Quando você, nós fazíamos um projeto, né, que era melhoria da linha, de que era risco que o trabalhador estava correndo, eles sempre tinham aquela desculpa, né: "Não. Não estamos tendo dinheiro no momento pra investir nesse tipo de trabalho, né. Vai ser um trabalho que vai ficar caro. Então nós não temos condições de investir". E com isso a gente pode até ver que a Varga foi se desgastando tanto com o CCQ, que ela criou um outro método, uma outra metodologia de trabalho de CCQ. A metodologia de trabalho de CCQ da Varga é diferente daquela que nós trabalhamos algum tempo atrás. Hoje o trabalho dela é o seguinte: você faz um projeto e, conforme aquele projeto, se o seu projeto for o melhor da Empresa, então, eles dão uma garantia de dinheiro pra você. Porque você foi se conscientizando tanto de saber que os projetos que você fazia, fazia só o que a Empresa faturasse mais, mas nada que melhorasse as condições de trabalho dos funcionários. Quantas vezes eu lembro desse torno que eu trabalhei durante quase oito meses. E a gente fez um projeto. Porque era um torno pesado. Tinha que tirar muito material. A gente levou o projeto na Empresa, né, que fizesse o automático. A Empresa falou que não iria fazer porque era um projeto

muito caro e não compensaria, né. Até naquela época, alegavam que aquela peça ia sair de linha. Quando no ano passado, quando eu ainda estava na Empresa, essa peça, a Varga começou a crescer em grande número, em grande quantidade dos Estados Unidos. Porque os Estados Unidos, eles acabaram com a linha de produção da peça da Mercedes, né. Então, eles passaram tudo pra Varga, pra que a Varga fizesse. Então, ela cresceu tanto de produção, que eles foram obrigados a colocar um torno automático. Porque ninguém mais estava conseguindo mais fazer a produção naquele torno que era pesado. A gente... Tinha um rapaz lá... A gente usava até uma conotação meia errônea pra ele, né. A gente falava: "Esse rapaz é um burro nesse torno". Porque o que ele fazia naquele torno era uma coisa impossível. Porque enquanto os outros trabalhadores conseguia fazer quinhentas, seiscentas peças por dia, ele fazia novecentas, mil peças. Era impossível fazer aquilo. E ele era uma pessoa que trabalhava sem parar. Ele não descansava um minuto diante da linha. Então, era uma coisa impossível. A gente tentava conversar com ele pra conscientizar o que ele estava fazendo. Mas como citei anteriormente, a Varga, ela tem um número de pessoal que a escolaridade dele é muito baixa e, com essas pessoas, a gente é difícil de conversar. Porque eles acham que a Varga é a melhor Empresa no mundo. Que saindo dali eles vão passar fome.

Ao falar do CCQ Cirilo localiza alguns artifícios utilizados pela Empresa para conseguir adesão dos trabalhadores aos seus objetivos. Procurei conhecer um pouco mais sobre estas formas de se impor sutilmente a racionalidade empresarial.

— O que a Varga usa? Ela usa muito artifício, né. Ela sempre coloca no quadro de aviso do que ela faz para o trabalhador. Ela coloca: a Varga tem convênio com Jumbo Eletro. Você pode ir no Jumbo Eletro, pode comprar. A Varga tem convênio com todas farmácias de Limeira. Você pode ir em qualquer farmácia e comprar. Ela usa sempre este método, né, de colocar na sua consciência e falar... A Varga, ela usa... Eu, principalmente, eu comecei ver isto mais desse ano pra cá. Porque eu comecei com uma mentalidade muito diferente do que eu tinha no passado. Então, eu comecei a ver, que o método da Varga é o seguinte: "Olha, não vai sair daqui não. Porque se você sair daqui, você vai morrer de fome". E este próprio método, ela quis usar com muitos trabalhadores. Muitos trabalhadores ficam pensando que se eles saírem da Varga, pelo nível de escolaridade que eles têm, a maioria, não consigo enumerar, talvez eu vou usar uma quantidade, eu creio que cinquenta por cento dos funcionários da Varga, eles terminaram antes do quarto ano primário. Tem medo que eles sair dali, que eles morrem de fome, que eles não consigam outro emprego, né. Ela usa o jornalzinho dela onde ela mostra, né. É a Varga que ajuda você na formação dos seus filhos, né. A única coisa que ela coloca é que o SESI é quase uma escola por ela, né. Até o ano passado, a gente criou uma grande polêmica pra dentro da Varga. Porque a Varga dizia que ela não tinha condições de fazer churrasco, nem dá nada pros funcionários, né. Porque ela achava que tinha perdido muito dinheiro o ano passado. E os trabalhadores ficaram super revoltados. Porque depois, no outro ano, veio o que a Varga tinha faturado durante o ano e a gente ficou muito revoltado com aquilo que estava acontecendo. Eles sempre fazem churrasco... Mas, alguns trabalhadores da Varga, eles têm uma grande consciência. A Varga não é uma Empresa onde os trabalhadores se unem muito pra luta. Mas eles têm consciência daquilo que está acontecendo. Porque, muitas vezes, a gente conversava com os trabalhadores que não têm consciência de luta e eles diziam o seguinte: "Este dinheiro que a Varga faz churrasco, ninguém precisa pensar que é dinheiro que eles estão dando pra nós não, mas é dinheiro que eles estão tirando do nosso próprio suor. Por que esse é dinheiro que eles estão

exigindo de nós, de nossa produção. Por quê cada vez que eles fazem churrasco, por quê que eles não pegam esse dinheiro e dá e divide pra cada funcionário? Não. Eles não fazem isso. Porque eles acham que isso aí é um modo de prender a família. É um modo de prender o trabalhador cada dia naquilo que ele está fazendo”.

Perguntei se o casamento tinha mudado sua maneira de encarar a vida:

— O fato de eu ter casado... É que a gente tem uma nova responsabilidade, né. Isto, às vezes, prende a gente muito. Eu agora... Eu me considero uma pessoa despedida da Empresa. Isto, às vezes, pressiona muito a gente psicologicamente. E a Varga, quando eu entrei na Varga, umas das coisas que eu esqueci de relacionar, mas que eles sempre falavam, que eles preferiam que trabalhassem pessoas casadas lá. Eles não preferiam muito pessoas solteiras. Porque eles achavam que a pessoa casada eles tinham mais responsabilidade. Então. Eles não iam se envolver muito em outras coisas. Iam mais se envolver no trabalho. Então. Essas coisas. Elas vão criando uma certa mentalidade no trabalhador. E eu creio que a maioria do pessoal da Varga hoje é pessoal casado. Eu sempre... Eu nunca fui muito ligado a ficar dentro da Empresa, né. Eu sempre achava o seguinte: o único momento que eu tenho — porque eu saía de casa cinco e meia da manhã, chegava na Empresa vinte pra seis —, entrava na Empresa, batia meu cartão, ia no meu armário de roupa, trocava de roupa e entrava pra seção, né. Na seção eu tinha que tá cinco para seis. Eu não podia chegar seis horas, né. Então, quando eu chegava na seção, eu tinha que ficar ali até dez e meia. Quando dava dez e meia, eu tinha que sair dali e ir embora almoçar. Então, era momento que tinha trinta minutos de ficar fora da Empresa. Por causa daquele barulho, então, eu nunca gostei de ficar dentro da Empresa. Nunca gostei de ficar ali dentro. Eu sempre saía pra fora.

Cirilo fazia questão de reafirmar sua personalidade diante de todas as situações em que era questionado. Como podemos observar, seu discurso é repleto de frases afirmativas. Em nenhum momento se curva diante das tentativas de disciplinamento por parte da Empresa. Seu olhar crítico atravessa os vários temas propostos na entrevista.

Solicitei que falasse sobre o processo de reestruturação industrial que vinha ocorrendo na Firma.

— A Varga está diminuindo a quantidade de trabalhador. Porque, às vezes, ela pressiona isso pra cima do Sindicato, né. Diz que o Sindicato está pressionando. Porque o Sindicato está exigindo salário. E ela manda muito funcionário embora. Como nessa leva de funcionário que foi mandado embora no dia quinze de abril, do dia quinze ao dia trinta de abril. Ela mandou muitos funcionários que não tinha nada a ver. Mas, quando a gente passa a analisar profundamente isto que está acontecendo, a gente tá vendo que é uma outra coisa bem diferente que a Varga tá querendo. Porque a Varga é o seguinte: hoje ela não quer que a linha trabalhe quatro pessoas. Ela quer que a linha trabalhe com duas pessoas. Ela está fazendo um remanejamento de pessoal. Ela está mandando esse pessoal embora, não porque o Sindicato tá pressionando ela. Não. Ela está fazendo isto porque ela quer diminuir o quadro de funcionário. Ela quer aumentar cada dia o lucro dela. Porque ela mantém a mesma quantidade de produção. Eu não creio que a Varga está admitindo

alguém nesse momento. Porque como eu estava vendo esses dias. A pretensão da Varga é fazer a mesma coisa que a Volks fez. A Volks ela tem vinte e cinco mil funcionários e quer diminuir para dezoito mil. E eu creio que a Varga, ela quer seguir o mesmo caminho. Ela quer diminuir o quadro de funcionário, e ela mantém o lucro acima daquilo que ela estava esperando. E que ela não diminua a produção. Por causa disso que ela usa muito essa adaptação de pessoal. Porque a Varga hoje, se nós conversarmos com qualquer funcionário que está lá dentro, ele diria, que ele é obrigado, ele é obrigado a trabalhar em três, quatro máquinas. Alguma seção da Varga está se automatizando completamente. A seção de prensas, que é a seção, que eu creio, mais bem equipada de máquinas, né. É nessa seção que está havendo uma mudança quase total das máquinas. As máquinas estão sendo quase todas colocadas em controle numérico. A maioria dos trabalhadores, ou eles estão sendo mandados embora (muitos companheiros que eu conheço que foram mandados embora por causa desse remanejamento, dessa colocação de máquinas de controle numérico, máquinas que fazem o trabalho de cinco funcionários), ou eles estão sendo colocados em outra seção. Então, eles são colocados em uma outra seção quando eles querem mandar outro trabalhador de outra seção embora. Então, quando eles colocam um trabalhador na minha seção, como aconteceu na minha seção: tinha um pessoal da noite que tava sobrando, então, eles colocaram essa pessoa na nossa seção pra mandarem pessoas embora. Então, é isto aí que está acontecendo nesse setor aqui. A gente, às vezes, acostumava a usar um processo na Varga, um processo muito rígido, mas muito válido. A gente acostumava dizer que, na Varga, a Varga não está criando muitas vezes trabalhador, a Varga está criando robô. Robô pra que só fique controlando. Aperta um dedo a peça sai. Aperta outro dedo a peça sai. Então, é por causa disto que ela está se adaptando bem. A Varga, eu creio, que ela está se adaptando muito bem ao mercado porque ela não está investindo no trabalhador. Por quê? Porque o trabalhador ele fala assim: "Olha, eu tô aqui só apertando botão. Pra que eu vou sair daqui? Aperto um botão a peça sai". Então, ele não se desenvolve mentalmente. Ele não cria uma consciência de que o trabalho dele é importante.

Questionei sobre os impactos da automação em relação a saúde dos trabalhadores. Se era melhor ou pior trabalhar com máquinas automatizadas:

— Eu acho difícil quando a gente fala em torno do geral, né, a respeito da automação, automatização das máquinas, de como isso influi na saúde do trabalhador. Eu creio que a automação da máquina é bom pra saúde do trabalhador. Porque o trabalhador já não é tão exigido, né. A máquina ela tem um resfriamento... Não sei se é do seu conhecimento. Ela tem uma refrigeração automática, né, que funciona normalmente. E isso, às vezes, tira muito calor da seção, né. E creio que isso aí na parte da saúde, eu acho que é muito válido. Mas, em outra parte, é um grande perigo pra nós, né. Porque se continuar dessa forma, a Varga, que hoje eu creio, que tem uns três mil funcionários, deve cair. Ela deve cair pra num máximo mil e quinhentos, mil e trezentos funcionários no geral. Porque com a automatização ela vai mandar muita gente embora. A gente costumava comentar com um senhor que tinha na seção, um senhor bem de idade, né. Aquela pessoa de mentalidade fechada. Brigava com a gente quando a gente comentava a respeito disso. Ele fez um projeto pra Varga. Onde a Varga tinha uma peça que usava uma bucha (essa peça era de exportação, ela ia para o Estados Unidos, ia pra Inglaterra) e ele criou um projeto nessa máquina. Onde primeiro era usado três funcionários que fazia o canalzinho pra bucha, depois colocava a bucha. E ele colocou um projeto que só um funcionário. Então. Com isso sobrou dois funcionários na

seção. Aí a gente falava com ele: "Olha, o senhor que mandou esses dois funcionários embora". E, realmente, eles mandaram esses funcionários embora que estava sobrando. Então. É isso que a gente vê acontecendo hoje dentro da Varga. É um grande perigo. Porque, quando a Empresa, ela cria a automatização da linha, da seção, do setor de produção, de usinagem, mas, que ela cria um novo campo de trabalho, tudo bem. Ela está investindo no próprio trabalhador, porque ela está criando um novo campo de trabalho. Mas, quando ela não faz isso, ela está criando um método de mandar o funcionário embora. E isto, eu acho um grande perigo pra atual conjuntura que nós estamos vivendo.

Por algum motivo que não me recordo no momento, Cirilo passou a falar do serviço médico da Empresa. Estava intrigado com o tratamento que recebia. Queria saber se havia alguma regra na medicina que regulamentava estes serviços.

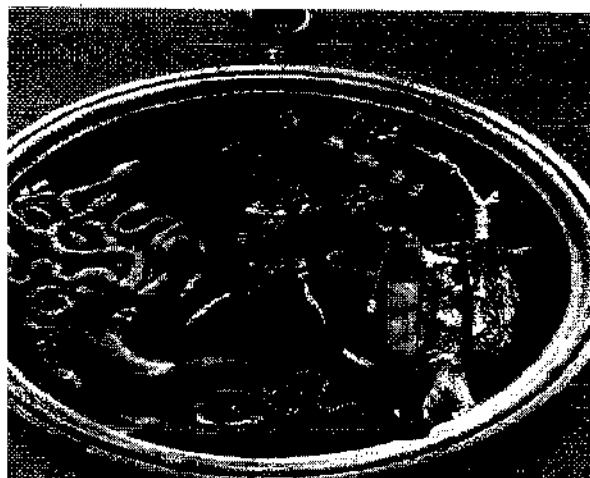
— Olha, a Varga usa um método... Não sei... Eu não conheço as regras da medicina. Mas a Varga usa um método que eu, às vezes, me espantava, né. Porque, eu como tive problema alérgico de gripe, resfriado constantemente, e, às vezes que ia no médico, o médico só me mandava embora quando eu tinha uma febre muito alta. E tinha dia que eu chegava na Empresa e até me espantava o que acontecia. Porque a minha garganta inflamava de tal condição, que eu chegava até escarrar sangue, né. E eu chegava no médico, falava com o médico, o médico falava assim: "Isso é normal. Você toma um antibiótico". Medía a temperatura, né, e falava assim: "Pode voltar a trabalhar". E, às vezes, eu não agüentava trabalhar, eu não conseguia trabalhar. Eu ficava mais no banheiro do que na própria linha de trabalho. Eu era obrigado a ficar na linha. Ele não dava pra que eu pudesse ir embora pra casa, tomar o remédio em casa. E eu achava isso muito estranho, né. E meus companheiros também sempre achavam. Essa condição, eu como não conheço, até hoje, qual a razão médica que tem pra que esse trabalhador seja levado pra tomar remédio em casa, pra que fique no próprio ambulatório da Firma tomando remédio. A gente nunca comentou muito fundo a respeito disso. Olha, só no último ano. Agora. Porque não tinha condição eles levam a gente pra fazer exame periódico no dia que faz ano que a gente entrou na Empresa. Então, esse último ano sim, que eles levaram a gente pra fazer exame. Exame de audição eu nunca fiz.

Comentei um pouco sobre a ética médica e o papel de controle da força de trabalho desempenhado pela grande maioria dos serviços médicos das empresas.

Já havia anoitecido e não percebemos o tempo passar. Cirilo olhou para o relógio. Disse que precisava ir. Sua esposa podia ficar preocupada. Deixei a seu critério caso sentisse vontade de dizer mais alguma coisa.

— Olha, é uma das coisas mais difíceis eu acho, é mudar hoje o conceito, principalmente da Varga. É uma Firma que usa um autoritarismo muito forte. Uma pressão muito forte contra os trabalhadores. E o trabalhador, às vezes, ele tem consciência daquilo que ele está passando, da dificuldade que ele está passando, daquela dificuldade ali de saúde que ela tá passando, mas ele não tem coragem de reivindicar. Então, a coisa mais importante que eu acho que o trabalhador, pra conseguir alguma coisa hoje em termos de Varga, ele tem condição, é que ele passe a reivindicar.

Mas eu acho que isto é uma coisa mais difícil pro trabalhador daqui. Principalmente de Limeira. De criar esta condição de reivindicar esses seus direitos. Refugar a peça a gente nunca foi de refugar...



Medalhão: A luta de Hércules contra a Hidra de Lerna, de L'Antico.

Desde que pegou a empreita de realizar seu destino, Cirilo não se deixou prender pelas situações interinas. Conduz sua vida até o presente como quem busca empurrá-la para dentro do futuro. Ao longo do seu relato, indica sua experiência, expressa seus pensamentos, revela seus sentimentos e declara suas intenções. Sua história de vida é o desafio de encontrar o *“lugar certo onde colocar o desejo”*. Os fatos e acontecimentos são traduzidos e narrados a partir das suas aspirações. Não se limita à contá-los simplesmente, ou à classificá-los a partir de uma ordenação natural. Introduz sua própria taxionomia. Altera e dispõe à sua maneira a ordem das coisas.

BRUNER (1987) reconhece que a premissa central de toda narrativa é construir o mundo. Essa construção é projetada a partir de um panorama no qual os eventos se desenrolam e, sobretudo, a partir do panorama da consciência, do mundo interior dos protagonistas envolvidos na ação. Ao observar tudo que acontece ao seu redor, as pessoas vão alinhavando na memória as representações que irão configurar suas visões de mundo. Ecléa BOSI (1994), em sintonia com essas considerações, registra que as representações do trabalho, amalgamadas pelos operários, são construídas levando-se em conta sua dupla dimensão: uma que diz respeito ao seu caráter corpóreo e que repercute no tempo subjetivo; outra que se refere à sua realidade objetiva no interior da estrutura capitalista. A primeira, envolve uma gama de movimentos corporais que penetra até o miolo da vida psíquica. Representa, no fundo, o exercício de uma atividade que açula a curiosidade exploratória das pessoas. A segunda, significa a inserção compulsiva do sujeito no sistema de relações econômicas e sociais. BOSI (1994: 471) identifica que, sob esse aspecto, o trabalho *“é um emprego, não só como fonte salarial, mas também como lugar na hierarquia de uma sociedade feita de classes e de grupos de status”*. Na história contada por Cirilo essas duas significações

ficam bem evidenciadas. Sua experiência de proletarização, impulsionada pela vontade de aprender, adquirir uma profissão, acontece no território concreto das relações capitalista de trabalho. É contingenciada e afeiçoada por essas condições. A aquisição dos conhecimentos técnicos necessários para o desempenho do ofício ocorre em meio às lutas travadas por ele e seus companheiros no reconhecimento da dignidade operária.

É surpreendente observar o uso diferenciado da linguagem, e como ela se transforma à medida que se percorre as várias cronologias das histórias de vida. As variantes dos estilos lingüísticos culturalmente moldados geram uma multiplicidade de enredos narrativos. A riqueza gramatical da nossa língua permite caracterizar certas peculiaridades nas maneiras com as quais os narradores conduzem seus *causos*. Mariano é um contador na voz passiva. No seu relato o passado existe por si só, ao invés de servir de guia para o presente e o futuro. Seus próprios atos são quase que omitidos. O movimento seqüencial de identificação dos sujeitos caminha na direção “eu” - “Eles”. A narração na primeira pessoa do singular, ao contrário de indicar reafirmação da sua personalidade, revela, quase sempre, um sujeito acanhado, paciente da história. Diante da relação polarizada (eu-Eles), Mariano não consegue descobrir a possibilidade de se forjar um “nós”. A primeira pessoa do plural aparece somente 8 vezes no seu discurso. Em contrapartida, o pronome “eu” aparece 253 vezes e “eles” 103 vezes.

A fala de Cirilo, de outro modo, é carregada de verbos declinados na voz ativa, que realçam o estilo incisivo da narração. Os sujeitos aparecem na seqüência “eu” - “nós” - “eles” (o “eu” aparece 290 vezes, o “nós” 95 e “eles” 79 vezes). Estas gradações que acabei de acentuar, advêm de experiências de socialização diferenciadas, de trajetórias sócio-ocupacionais distintas. Caracterizam as diversas maneiras com que o operariado constrói e expressa sua subjetividade. Diante das tentativas de se impor no cotidiano do trabalho uma “*subjetividade serial*”, convém deixar — conforme assinala GUATTARI (1990: 35) — “*que se desenvolvam as culturas particulares inventando-se, ao mesmo tempo, outros contratos de cidadania*”.

II.

Maria Aparecida

É montadora da Freios Varga há 6 anos. Foi admitida em 1986. 21 anos, casada, 1 filho.
Natural de Congonhas - Paraná. Foi demitida em 1992 e readmitida logo em seguida. Data
da entrevista: 03/06/92

Maria Aparecida chegou ao Ambulatório em companhia da irmã. Tinha sido demitida da Empresa após receber alta da perícia médica do INSS. Apresentava seqüela de acidente de trabalho: amputação da 1º falange do 2º quirodátilo esquerdo. Negou-se a “*dar baixa na*

carteira". Não se conformava em ter perdido "um pedaço do corpo" trabalhando. Após orientá-la sobre a cláusula do Acordo Coletivo da categoria que lhe garantia estabilidade, solicitei ao diretor do Sindicato que defendesse sua reintegração. A história do seu acidente era cheia de detalhes. Revelava as várias faces da violência experimentada pelas vítimas desses acontecimentos. Esta foi uma das razões que me levaram a sugerir sua participação na pesquisa. A outra, foi sua condição de mulher — atributo essencial quando se quer investigar os modos diferenciados de se vivenciar o cotidiano fabril. Maria Aparecida se encheu de coragem para poder dizer "sim". Combinamos um outro dia. Fiquei surpreso ao vê-la no horário marcado, disposta para lembrar e falar sobre um acontecimento tão doído da sua vida.

— *Eu nasci no Paraná em Congonhas. Meu pai trabalhava na lavoura. A terra era do meu vô e ele trabalhava pro meu vô. Ele tomava conta de tudo, né. Porque os irmãos dele era tudo daqui do Estado de São Paulo, então, ficava ele só. Ele praticamente que tomava conta de tudo. Ele que trabalhava, porque meu avô era bem de idade. Então, meu avô deixou por conta dele. Tenho seis irmãos. Cinco legítimo e um de criação. Eu sou a do meio. Meus pais são vivos ainda, graça a Deus! Minha infância foi boa, né. Meu pai trabalhava na lavoura. Minha mãe trabalhava em casa. Lá, eu só ficava em casa, porque eu era criança, né, naquela época. Depois eu comecei a estudar. Fiquei até nove anos, oito anos no Paraná. Aí eu vim pra cá. Meu pai resolveu mudar para cá. Mudei para Engenheiro, né. Primeira cidade aqui no Estado de São Paulo foi Engenheiro Coelho. Lá continuei a estudar. Aí, quando eu tinha treze anos, aí meu pai entrou na Varga, né... Quando nós fomos morar em Engenheiro Coelho, meu pai foi trabalhar na Varga, e eu já comecei a estudar. Aí, quando eu tinha treze anos meu pai resolveu mudar para Cordeirópolis. Aí, eu quis parar de estudar, né. Meu pai não queria ainda que eu parasse de estudar, queria que eu continuasse estudante. Aí fui morar em Cordeirópolis e entrei na Torção Cordeiro. Meu pai trabalhou uns seis anos na Varga. A gente morava em Engenheiro, depois mudou pra Cordeirópolis, e ele continuava trabalhando. Aí, quando nós mudamos para Cordeirópolis, meu avô ficou doente, e não tinha ninguém para cuidar dele, né. Todos os irmãos, ninguém queria voltar a morar pra lá e o meu pai resolveu mudar de novo. Tinha dez irmãos. Deixar ele abandonado sozinho, lá — querer vim pra cá ele não queria, né. Então meu pai resolveu mudar de novo e daí saiu... E mudamos pra lá de novo. Ficamos mais cinco anos lá.*

Maria Aparecida ao recordar sua infância, localiza a origem da sua família. Lavradores no Paraná, tomavam conta da terra do avô. Enquanto o pai cuidava da roça, a mãe cuidava da casa. A vida girava em torno dos personagens masculinos (o pai e o avô). São essas figuras que determinam, na maioria das vezes, os ciclos familiares. A imagem doméstica da mulher contrasta com o "caráter viajero" dos homens. As "filhas-mulher", quase sempre, demoram mais que os "filhos-homem" para se desgarrarem dos pais. Permanecem mais tempo nos limites do espaço privado. Geralmente, necessitam de uma "autorização" para poderem abandonar os estudos e

iniciar o trabalho “fora de casa”. Solicitei de Maria Aparecida que contasse sobre o primeiro emprego.

— *Eu estudei até a sexta série. Estudava de dia. Meu primeiro emprego foi na Torção Cordeiro. Era um... a gente tecia... Era uma tecelagem. A gente pegava..., fazia assim... trabalhava com linha. Pegava umas meadas de linha e ia enrolando no carretel assim... Era tecelagem, ela fazia a linha. Tinha seção que fazia a linha. Nós já pegava a meada cá linha. Aí, pegava o carretel e enrolava. Ah! Esse emprego eu tinha primas que trabalhavam lá, né. Aí, que eu falei com a moça lá e ela já mandou chamar pra fazê a entrevista. Foi fácil pra eu entrar. Ah! Esse trabalho, essa Firma que eu trabalhei, eu gostei. Gostava tanto de trabalhar lá! Sabe quando você gosta, você se sente bem num lugar!? Lá era fácil de trabalhar... sabe? Era um lugar bom. Bastante amizade. Tinha amizade com todo mundo. Esse emprego não era tão perigoso. Na minha seção não tinha nada que prejudicava minha saúde, porque eu trabalhei pouco tempo, um ano. Aí, no Paraná eu trabalhei na Kanebo Silk do Brasil. Ah! Lá! Falá que é bom não era não. Porque lá, sabe?, mexia muito com casulo, com cheiro, né, cheiro. Você se molhava toda. Assim, quando eu trabalhei da uma e meia às dez... Lá tinha muito perigo de bronquite. Eu tinha catorze anos. Lá tinha uma máquina com quarenta carretel e vinha um casulo..., tipo umas coisinha branquinha assim que tem um bichinho dentro. Daquele bichinho lá, soltava linha que ia pro carretel, que ficava dentro dum... — tem a máquina, né..., tipo uma coisa de água assim, comprida assim... Ele ficava lá e tinha uma hélicezinha — aquela hélice. Tinha que pegar a linha e ia rodando e ia passando. Ah, era mais ou menos, né. Porque tinha a trilha que corria — que tem um trilho que corria com as caixinhas. Eu fiquei sabendo de muita bronquite. Havia muitos casos de bronquite. Eu trabalhei quatros anos nessa empresa. Era uma empresa de japones. A maioria que era dono, chefe, a maioria era japonês. Era bem grande. A diferença era que as mulheres trabalhavam naquelas máquinas lá e os homens não. Os homens eram mais de outra parte, assim. Tem lugar lá que mulher trabalha muito mais que homem. Lá o homem sempre ganhava mais. Lá, existia assim... Marcava hora pra ir no banheiro ficava sempre uma..., chamava a subchefe que tomava conta ali; a hora que a gente ia no banheiro marcava no relógio e tinha um caderno — tinha todos os nomes das pessoas — e marcava o tanto de hora que a gente ia no banheiro.*

Maria Aparecida inicia sua vida de operária aos catorze anos de idade numa indústria têxtil. A indústria têxtil, assim como a de confecções — conforme demonstra Esmeralda B. B. de MOURA (1989: 85) —, encontrou no sexo feminino e na mão-de-obra infantil o estoque de força de trabalho adequado para sua expansão. O trabalho nessa atividade, de um certo modo, é uma extensão do trabalho doméstico. Há uma “sexualização” e uma identificação inerente ao universo da mulher. Fiar, tecer, costurar, compõem um conjunto de representações “*perfeitamente compatíveis com a natureza feminina, à medida que fios, agulhas, carretéis, botões estão presentes também no ambiente familiar*”. Remetem ao imaginário da “mulher reprodutora que precede a fábrica e a oficina”. É neste universo que Maria Aparecida, ao enrolar sua meada de linha, vai desenrolando e fiando sua identidade.

— *Aí do Paraná nós voltamos pra Limeira. Eu tinha dezoito anos. Em Limeira meu primeiro emprego foi no supermercado Guerra. Trabalhei oito meses. No Guerra era bom. Eu trabalhei de caixa. Só que ali a gente esquentava muito a cabeça. A gente mexia com dinheiro, com fregueis, tinha que ter responsabilidade com o cheque que você pegava. Você saber lidar com pessoa. Eles exigia que a gente tratava bem os fregueis. A gente não podia pegar qualquer coisa, tudo era marcado. Fazia revista em todo mundo. A gente terminava o expediente e na hora da gente ir embora ficava o guarda na portaria e o guarda olhava. Meu pai voltou na Varga de novo. Aí, meu pai falô com a moça de lá... A entrevista eles perguntaro onde eu trabalhava antes, se eu tinha filhos, se eu era casada, se eu não tinha nenhum problema de saúde, várias perguntas... Ela pediu todos os exames. Exames de sangue pra ver se eu não tinha nenhuma doença.*

Enquanto o trabalho na Indústria Têxtil exigia habilidades manuais e sobrecarregava seu corpo físico, o serviço no supermercado “esquentava muito a cabeça”, atormentava “seus nervos”. Mais uma vez aparecem o controle e as humilhações vividas pelas operárias no seu dia-a-dia: “fazia revista em todo mundo”.

As relações familiares comparecem também aqui para facilitar o acesso ao emprego fabril: “O meu pai falô com a moça de lá”. Quis saber do seu aprendizado profissional.

— *Fui trabalhar no reparo, na montagem. Quem me ensinou a trabalhar na máquina foi um preparador que agora já saiu, né. Primeiro foi um gerente, antes de eu começar a trabalhar. Um gerente, lá, foi e mostrou o serviço. Aí, foi no primeiro dia que eu fui trabalhar. Levaro eu até lá embaixo, né, que era a minha seção. Aí, mandou um preparador explicar pra mim o serviço. Aí, já não fui nessa válvula aí não — fui fazê um serviço lá, fui montar valvulinha —, só que era numa tábuia assim. Meu primeiro serviço foi esse... Pegava um dispositivo — tinha um tipo de uma tábuia, uns furinhos —, você colocava uma válvula ali e ia apertando. Depois disso eu fiz várias coisinhas, montar umas coisinhas assim..., válvulas, sem máquina, tudo manual. Aí, depois de um tempo, veio outro preparador e mandou eu trabalhar numa máquina, aí. Trabalhava eu, outra colega minha, trabalhava. Aí, depois, eu fiquei trabalhando só nessa máquina. Toda vez que precisava de serviço eles colocava nessa máquina. Aí, eu montava reservatório.*

Na seção de montagem há um predomínio da força de trabalho feminina. Montar “valvulinhas”, colocar “nos furinhos”, “pegar dispositivos”, apertar, enfim, fazer “várias coisinhas”, são tarefas delicadas, monótonas, repetitivas, de ciclo curto (alguns segundos), que requerem destreza, agilidade manual. São cargos que exigem movimentos fragmentados e localizados, ocupados de preferência por mulheres. Há uma feminização das atividades da linha de montagem. Perguntei como foi a primeira experiência de lidar com máquinas, os receios, os perigos...

— *Achei estranho, né. Estranho porque conforme apertava aquilo lá descia. Às vezes ficava meio com medo, né, não era acostumado. Não era só eu que trabalhava nela — eu sempre trabalhei —, mas as outras sempre trabalhou também. Aí foi com os colegas — esse preparador foi só no primeiro dia. No primeiro dia como eu não conhecia ninguém ele me levou. Agora, trabalhar na*

máquina, foi as minhas colegas. Aí, no dia que eu fui trabalhar nessa máquina o preparador falou assim pra minha colega: "Olha, a Maria Aparecida vai trabalhar nessa máquina e você ensina ela aí". Aí minha colega me explicou. Ela explicou por exemplo a válvula: "Você faz assim; você pega todos os componentes". Aí, ia me explicando como colocando todos os componentes ali pra montar as válvulas. Quanto ao perigo, esse negócio aí, as meninas não falavam muito. Porque se a gente fala lá assim: "A máquina é perigosa". Aí, a maioria dos preparador, gerente, já acha que... sei lá..., que a gente tá fazendo manha. Agora, a Varga, ela é perigosa. Lá, quase ninguém gosta de trabalhar nesse emprego. Por exemplo, se a gente começa a falar que é perigosa — a gente fala —, mas eles fala que não é. Ela fala pra gente, ela fala, mas..., às vezes, os preparador fala: "Vai trabalhando assim mesmo, não tem perigo não..., não esquenta a cabeça não". As colega fala que é perigoso. Que nem uma prensa, aí, ela falou pra tomar cuidado ao pegar com a mão. Conta sobre acidente. Logo que eu entrei lá e que fui trabalhar nessa máquina, muita gente já falou de uma moça que prendeu o cabelo, que o cabelo enrolou lá..., várias coisas que se falava entre as colegas. Meu pai perguntava como era assim, porque ele trabalhava na fundição, né, ele era da fundição. Ele não tinha conhecimento assim lá embaixo — ele só tinha conhecimento da fundição. Ele perguntava como era. Se eu contava dum preparador, que a máquina era perigosa, ou que ele mandava eu trabalhar lá, meu pai falava: "Tem que falar sim, tem que exigir deles, né". Ele me contou de acidentes, um caso de morte. Que na fundição tinha um tipo de um... ah! Eu não sei explicar como que era..., mas era uma máquina que tinha hélice dentro, enorme, para limpar tinha que entrar uma pessoa lá dentro e depois não podia ligar. Aí, era até um colega dele parece, que o homem entrou e aí veio outra pessoa, que não sabia que ele tava lá dentro, que não avisou. Não avisaram pra ele que tava em limpeza. Aí ele ligou a máquina com o homem lá dentro... Minha irmã trabalhou na Varga, mas agora saiu. Tinha um primo... Ela trabalhava no plástico. Ela falava a mesma coisa. Que não podia reclamar. Que muita gente reclamava lá do serviço deles e não adiantava. Aí, eu trabalhava um pouco na máquina e quando precisava ia pra outro serviço. Se eu tava trabalhando, montando essa válvula e aí aparecia outro serviço, e eles já me colocava pra fazê esse serviço. Aí colocava outra pessoa no lugar. Era assim tudo variado. Eu trabalhei um bom tempo nela. Ela era assim um tipo de prensa, ela parte assim..., tinha aquele dispositivo que ela desce... É bimanual. Apertava com as duas mãos. Se você apertava com uma mão só ela não descia, entendeu? Então tinha que ser com as duas mãos, aí ela descia. Aí, eu tirava a peça com a mão. Às vezes acontecia da prensa repicar. Aí a gente chamava eles e eles falava que era o ar, que o ar soltava. O barulho. Aqueles produtos que tem óleo, thinner, clorothene misturano, lá. Tinha uma também que vinha com cheiro do banho, parece que eles colocava solda cáustica. Até uma vez desse cheiro aí, a gente reuniu todo mundo, todas as colegas — ainda a gente combinou, né — todas colegas pra subir lá no ambulatório pra reclamar, né. Primeiro a gente foi no segurança falá que tava... Aí eles ia lá e falava que era só um tempo, que ia tirá. Aí foi assim, foi assim. Aí depois eles não resolvero nada... Até uma amiga minha chegou a desmaiar lá, né. Aí depois disso, a gente se reuniu de novo e fomos até o ambulatório falar com o doutor O. Aí ele ficou de verificar lá, né. Depois um dia ele desceu lá, viu lá e... continuou assim.

A formação e a aquisição das qualificações "in the job" envolvem, além da dimensão técnica, os aspectos relativos aos riscos. O processo de aprendizado informal, realizado na prática cotidiana do trabalho, contempla uma carga importante de atitudes preventivas. A memória dos riscos e dos acidentes confere inteligibilidade aos equipamentos. A máquina aparece como expressão material das ameaças do ofício. Os parentes que trabalham, ou que já trabalharam na Empresa, são referências essenciais. Avisam e orientam sobre as situações arriscadas que vão ser

enfrentadas durante o período de iniciação. Reclamar dos perigos e temer os acidentes eram assuntos traduzidos pelas chefias como “*manha das meninas*”. Quis saber como Maria Aparecida e suas colegas lidavam com essas situações...

— *A gente ficava falando uma pra outra longe do gerente, né, no banheiro. Mandava uma falá pra outra... Mas, olha esse negócio do cheiro, foi tempo ainda! Aquele cheiro entrava assim na gente, chegava até a sair lágrima. Muita gente já falava assim... Ainda tinha um gerente lá — até esse que me mandou embora —, falava assim (ainda ele era besterento): “Essa mulherada tá querendo...”. Sabe? Ele faltava até com o respeito com a gente. Falava que a mulherada era mole, que era isso, que era aquilo. Aí, até nesse dia, eu tava trabalhando nessa máquina, não nessa... Aí o preparador chegou ni mim e falou: “Ô, a montagem tá urgente, tá crítica e tá precisando das duas peças. Então vou por a S. aqui e você vai trabalhar na outra seção, lá nessa máquina que tem lá. O gerente mandou preparar que dá pra montar essa válvula, aí”. Só que eu nunca tinha visto a máquina, nem na seção nunca tinha ido. Só explicou, falou assim: “Você faz a mesma coisa da outra lá... Só que essa aí não é bimanual e o pedal é no pé”. O pedal era no pé, era solto o pedal. Muitas vezes eu reclamei do pedal e eles falava que era pra ir trabalhando assim mesmo, que não adiantava soldar o pedal no chão, que aquela máquina ia sair de lá. Quando eu sofri o acidente — essa máquina que eu sofri o acidente —, não era máquina que eu trabalhava. A máquina que eu trabalhava — que era uma prensa —, ela montava reservatório, e essa válvula chamava trezentos e dezoito. Só que nesse dia que eu sofri acidente tava apurado, precisando de dois serviço e, a máquina montava dois serviço em outra seção (que era outra seção do lado). Tinha uma máquina, outra prensa, que montava essa válvula. E eles colocaro eu nessa prensa pra montar essa válvula. Mas eu nunca tinha trabalhado nela. Quer dizer, eu trabalhava na outra que era minha máquina, que eu já era acostumada, sempre trabalhava nela. Agora, essa máquina, que era minha mesmo, que eu tava acostumada, era na mão tudo. Agora, essa outra que eu fui trabalhar, o pedal era no pé, não fixo. Eu, então, não tinha costume com essa máquina, porque não era minha. Eu só fui trabalhar lá porque na outra... porque tava precisando de dois serviços. Aí eles me mandaro pra lá, pra essa máquina.*

Maria Aparecida, ao falar do seu acidente, coloca em evidência a falta de tempo para se “acostumar” à máquina e à atividade para qual foi transferida. A mobilidade ocupacional interna da força de trabalho, baseada no preceito da multifunção (ir para onde está estrangulada a produção), não leva em conta o período de adaptação necessário para a trabalhadora adquirir as habilidades cognitivas exigidas em seu novo posto de trabalho. Indaguei se ela não tinha passado por nenhum treinamento para operar aquela prensa.

— *Não. Eu não fiz treinamento pra essa máquina, não. Porque eu não trabalhava nela, né. Só pedi pra mim trabalhar nela. Só falaro assim que era a mesma coisa da outra. Só que era diferente, né. Porque na outra eu era acostumada na mão e, nessa que eu fui, era totalmente diferente (pedal no pé). Ela não fazia esse serviço, mas dava pra fazer a montagem da válvula. Mas nunca ninguém tinha montado.*

Pedi que contasse sobre o acidente. A fala de Maria Aparecida misturava indignação e dor...

— Eu lembro. Foi de manhã, no dia dez de março, foi de manhã. Eu comecei a trabalhar nela e conforme a gente... Lá se você pisava no pedal ele corria, não era fixo. Inclusive, quando eu fui trabalhar, lá, eu avisei, ainda falei, né, que tinha de arrumar esse pedal, porque não tinha condições pra trabalhar, lá. Você relava o pé no pedal e ele corria. Aí, e eu não sei se o meu pé só relou, a prensa desceu e eu não vi mais nada... Eu cortei. Assim, na hora, eu cortei. Aí veio — acho que o preparador, né —, e levou no ambulatório, né. Levou. Só arrumou o dedo e aí me levaram pra Santa Casa. Levaram eu e deixou lá — eu fiquei sozinha nesse dia lá. Ninguém ficou lá, ninguém sabia nada. Aí, ainda quem me levou foi um guarda de lá. Levou pra lá. Só deixou eu na porta da Santa Casa e veio embora. Só marcou a hora de ir buscar, só... E aí, depois, eu fui levada pra casa — eu era solteira naquele tempo ainda. No ambulatório, eu só cheguei lá, a única coisa que eles fizeram foi..., ainda eu tava chorando..., tava assustada. Eles só pegou, me enrolou um pano lá e levou e tal... Mandou chamar o guarda e me levou. Demorou, nossa!!! Lembro que quando eu cheguei lá foi uma sete e pouco. Aí, eu só cheguei lá — o guarda era da Varga —, só me deixou até na porta. Aí, eu fiquei na sala de espera, lá, sozinha, sem ninguém. Aí ficou..., ficou... e ficou. Acho que eu fiquei lá mais ou menos umas quatro, cinco horas. Porque eu fui, eu cheguei lá não era nem oito horas. E sem ninguém saber nada. Porque como os outros iam saber? Na minha casa ninguém sabia também porque ninguém avisou. Fiquei lá até quase uma hora da tarde esperando. Só depois que eu fui ser atendida. Sei lá! Fiquei tão nervosa! Fiquei com medo. Sei lá. Na hora... Nem sei porque tanto. Pedaco do meu dedo caído, pendurado lá... Fiquei apavorada. Acostumá a gente nunca vai acostumar, tem que conformá, né. Porque aconteceu, né. Mas que faz falta faz! Um pedaco, uma coisinha de nada que perde, que sai do corpo da gente, a gente sente falta. Que nem..., sei lá... A gente sente assim..., a ponta..., eu acho que faz muita falta. Inclusive, quando foi, eu fui chamada na segurança, eles até me pressionaro. Porque eles acharo que eu tava pensando no namorado. Que quando eu cortei o dedo ainda falou assim... — acho pra vê se, né... — eles falou e, um segurança lá ainda perguntou assim: "Mas você cortou esse dedo? Cê tava pensando no namorado?". Ainda naquele tempo eu era solteira: "Você tava pensando no namorado? Você se descuidou? Você tava com sono?". Perguntando se eu tava com sono... Porque de certo eles pensou que eu tava dormindo na máquina. Aí fez um monte de pergunta pra vê, sei lá... Porque do jeito que eles falou lá... Inclusive, depois, sempre quando acontece um acidente eles faz, vai lá na máquina, ninguém foi. Ficaro quieto. Daí, depois de um tempo passado do acidente, eles modificaro completamente a máquina. Tiraro o pedal e... Inclusive, a pouco tempo mesmo, assim que arrumaro, tempos atrás, uma colega minha pegou o dedo nessa mesma máquina que eu peguei, depois de arrumada mesmo. Mas só que ela não cortou, né, ela amassetou. Deu ponto tudo. Na mesma máquina que eu cortei o dedo. Toda a vez que pedia pra arrumar a máquina, pra arrumar esse pedal, que eu falava que não tinha condições, eles só falava assim: "Vai trabalhando aí que depois nós arruma". Mas nunca arrumaro. E eu sempre falava, sempre falava. Mal você colocava o pé e ela corria. A gente tinha que ficar tomando cuidado pra não..., é... Eu pedia de novo. Sempre falava. Pedia. Eles nunca ligava muito. Eles achava que daquele jeito ali que dava. Às vezes eles achava que era a gente. Que era desculpa da gente pra num trabalhar na máquina. Mas sempre pedi e eles diziam: "Vai trabalhando que depois nós arruma". Até acidentei. Mas nunca arrumaro. Eles não ligava. Eles não esquentava com a gente. Eles trata assim. Eles acha que, por mais que a pessoa fale que o erro é da máquina, eles faz de tudo pra pessoa que se acidentou falar que ela se descuidou, que ele que tava pensando no namorado. É isso

ai que eles pensam. Eles faz de tudo pra culpar a pessoa mesmo que tava trabalhando, que acha que foi descuido da pessoa. Não acha que a máquina que não tinha condições.

Maria Aparecida relata como foi atendida no hospital:

— No hospital eu só cheguei lá que o guarda que me levou. Fiquei esperando..., esperando sozinha — que tava só, né. Só depois de quatro horas que o médico veio e perguntou... Ele falou que não tinha mais jeito, né, que tinha que cortar mesmo — o dedo já tava quase cortado já —, se você puxava ele saía. O médico só falou que ia tentar costurar e ficar uma noite, né. Aí, ele ficou costurado uma noite mas, no outro dia que eu cheguei lá, a mão inteira tava roxa. Ele falou que tinha que cortar mesmo. Perguntou como eu cortei esse dedo... Aí eu só falei... Quando eu cortei, nunca ninguém de lá, ninguém de lá não veio saber nada. Só os colega de seção. Mas de lá assim, chefe, segurança, gerente... Nada, nada, nada, ninguém... Nem quando eu voltei a trabalhar ninguém perguntou pra mim se eu queria trabalhar naquela máquina de novo. E eles foi colocando eu na máquina de novo. Aí, eu não trabalhei mais. Eu trabalhei em outro lugar, mas na mesma seção, lá. Mas não nessa máquina que eu cortei o dedo. Não. Mas eles queria sim. Por sim de todo o jeito. Aí, queria colocar lá na prensa de reservatório. Não queria saber se eu conseguia trabalhar lá de novo, se eu conseguia... Mas nunca ninguém perguntou: "Como tá seu dedo? Como tá? Dá pra você trabalhar aqui?". Mas, não... Ali eles não preocupa com a saúde da pessoa não. Porque se vê, que tem muita gente no caso, que não pode trabalhar num lugar. Por exemplo, tem uma pessoa que tem alergia na mão e fala que não pode. Eles acha que aquela pessoa tá com manha, uma coisa assim. Eles não preocupa não. Aí que eu vi que eles num tava nem aí. Porque no dia que eu acidentei, só mandaro um guarda levá eu lá e... Levaro eu até a Santa Casa. Entrei eu sozinha, o guarda foi embora. Eu fiquei lá, acho, das sete e pouco até a uma hora da tarde, sem ninguém lá, sozinha, sem avisar meu pai, sem nada. Ao menos se uma pessoa da família fosse avisada que eu tava lá, mas ninguém. Até a hora que o médico chegou eu tava sozinha. Só levaro lá e deixaro lá. Eu acho que a Varga não é uma família. Se fosse uma família, família mesmo, eu acho que ela se preocupava mais com a saúde do povo. Eu acho que lá na Varga eles só qué a pessoa pra trabalhar e pronto.

Indaguei sobre sua volta à fábrica após ter recebido alta do INSS:

— O meu supervisor trata eu com indiferença. Desde esse caso que eu voltei lá dentro, ele trata eu com indiferença. Não arruma cartão. Ele manda falá que já num vai mais arrumar meu cartão. Até esses dias eu precisei faltar, eu fui falar com ele e, quando eu comecei a falar com ele, ele já falou: "Olha, leva lá no departamento". Eu precisei faltar porque deu paralisia no meu marido desde de manhã. Acho que depender deles eles acaba com as mulher, com as mulherada de lá. Porque eu já ouvi falá. Eles acha que mulher casada... — que nem agora —, nem ajusta mais... Eles não qué mulher casada. Sei lá, mulher casada tem filho, falta, muitos gerentes pensa assim também. Salário é diferente. Tem homem ali que trabalha no mesmo serviço que a gente faz. Ele sai e a gente entra no lugar. Supervisor é tudo homem.

Neste trecho fica evidenciada mais uma vez a questão do gênero. A presença feminina no domínio desde sempre reservado aos homens é marcada pela diferenciação. Os lugares hierárquicos são determinados pela subordinação social da mulher ao trabalho masculino. A divisão sexual do

trabalho estabelece os critérios diferenciadores entre “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”, tanto quanto justifica as desigualdades salariais e, acima de tudo, mantém as relações hierárquicas de dominação e controle do corpo feminino.

Voltei ao seu espaço doméstico. Quis saber como conciliava sua condição de operária com os afazeres de casa.

— *Meu salário ajuda muito em casa. Não é porque eu casei que eu vou a favor da Empresa, deixar de fazer o que eu acho que eu tenho direito só porque eu casei. Eu tenho que fazer a mesma coisa, porque ali é um serviço, né.*

Nossa conversa já estava chegando ao fim. Desejei conhecer, antes que encerrasse sua história, as impressões de Maria Aparecida sobre as mudanças que vinham ocorrendo na Empresa.

— *Agora tá pior do que antes agora. Agora, por exemplo: tinha três máquinas, cada pessoa trabalhava em uma máquina, agora não. Agora tem uma pessoa usando as três máquinas, trabalhando nas três máquinas. Eles mandaro um monte de pessoal embora e, naquele lugar das pessoas, trabalha um só. E muita gente reclama disso. Tem uma máquina que passou a ser manual, mas tem muita máquina que é perigosa ainda. Ah! Eu acho que tem muito que sobrecarrega, porque tem um assim..., mais puxado. Nosso ritmo, eu acho que é ritmo corrido. Não tem tempo..., sei lá..., tem hora que não tem tempo nem de respirar, porque eles pega no pé da gente. É horário que marca pra ir no banheiro, é isso, é aquilo. Tem lugar lá que a gente não pode nem conversar porque o chefe fica no pé, fica olhando. Passa, passa, fala que não pode ir lavar a mão, é assim. É ritmo corrido. Você não pode passar um minuto que já tem gente olhando, já. O Programa Criação. Eles mandam a gente fazer o projeto. Projeto pra eliminar... A mesma coisa no caso: essa máquina que trabalhou três pessoas, eles manda fazê projeto pra ver se trabalha menos pessoa. E isso aí que vai prejudicando outras pessoas. Quem faz o projeto..., eu acho que não vale a pena. Eu acho que por mais que o pessoal lá quer colaborar com a Varga, eu acho que a Varga não... Apesar..., eu acho que não vale a pena, porque não tão nem aí com a pessoa. É que nem esse Projeto Criação que eles tão criando, lá. Acho que quem colabora com esse Projeto é porque não pensa no outro, não pensa. Acho que eles fazem isso, eles fazem isso só pra tirar o serviço dos outros. Isso que eu penso. Que nem o pessoal que colabora lá, eu acho que não vale a pena dar idéia..., dá idéia assim de serviço. Produzir num sei quê, num sei quê. Eu acho que isso daí, essas pessoas que quê colabora com a Varga, com esse Projeto Criação, eu acho que não deve fazê isso porque ela tá tirano o emprego do companheiro, na minha opinião. Demitiu. Ela sempre usa aquele processo, por exemplo: demite trezentos e contrata cem. Demitiu.*

Fiz uma última pergunta sobre o Sindicato, e o que representava para ela estar demandando ação contra a Empresa:

— *O Sindicato pra mim tem muita importância. Eles lutam pela gente. Eu senti uma vitória minha, porque eu lutei por aquilo que eu queria. As colegas de trabalho achô bom eu ter conseguido, ter vindo no Sindicato. É um direito meu, né, que eu tenho que vencer. Eu acho que é uma questão de justiça. Porque ali eu entrei perfeita e saí sem um pedaço. Se eles dessem condições de trabalho...*

Eu entrei sem nenhum defeito. Eles me mandaram embora depois que eu acidentei e tudo. Eu espero a justiça. Meu pai que também me incentivou a vir aqui, minha irmã que veio comigo. Meu pai que me incentivou a procurar a justiça. Eu espero a justiça...

A história de Maria Aparecida evidencia que o lugar do trabalho na construção da identidade das classes trabalhadoras é marcado pela questão de gênero. As análises predominantes sobre as relações vividas na produção tendem a apagar as diferenças de sexo. Ora incluem o feminino no conceito genérico de força de trabalho, anexa ao trabalhador masculino, ora consideram a mulher como mão-de-obra pertencente ao exército industrial de reserva. Esses procedimentos acabam por “masculinizar” a classe trabalhadora. Joanna BORNAT (Apud. THOMPSON, 1992: 328), ao pesquisar a indústria têxtil inglesa, demonstrou como a consciência das mulheres foi moldada pela sua subordinação tanto no lar quanto na fábrica. Conseguiram acesso ao emprego mediante contatos familiares, eram treinadas na fábrica por parentes e o pai era quem decidia se deviam entrar para o sindicato. A autora assinala, por fim, que a divisão masculina entre os mundos do trabalho e o da casa, obscureceu toda compreensão adequada da consciência de classe das mulheres operárias.



A Liberdade Guiando o Povo, de Delacroix (1830).

Maria Aparecida não se conforma com essa posição subordinada. Fecha seu relato orgulhosa da sua condição feminina e por ter quebrado o “tabu” de invadir um espaço predominantemente masculino (o sindicato). As colegas também se orgulham da sua coragem. Afinal, alguém muito próximo tinha conseguido se intrometer e participar das lutas reservadas exclusivamente aos homens. Neste ato, Maria Aparecida concretiza o mito de Judite. Representa a

luta bem sucedida dos oprimidos para deixarem suas pegadas nos caminhos da História. Como na *Liberté* de Delacroix (1830), a mulher segue a frente com os seios nus, provocando e guiando nossas mais recônditas utopias de justiça e liberdade...

12. _____ João Batista

28 anos, natural de Andradina - São Paulo. Solteiro. Foi admitido na Varga em 1980. Fez curso de ajustador, torneiro mecânico e ferramenteiro no SENAI. Trabalhou 13 anos na Empresa. Data da entrevista: 11/06/92.

João Batista trouxe alguns exames para que eu analisasse. Estava fazendo tratamento com neurologista há um ano. Relatou que em abril de 1991 apresentou “perda súbita da audição do ouvido esquerdo”. O quadro progrediu com períodos de melhora e exacerbações. Passado algum tempo, notou que não conseguia “distinguir muito bem o gosto da comida”. Na época, apresentou também nistagmo, sensações de parestesia facial, vertigens e outros sinais e sintomas neurológicos. Vinha sendo tratado com altas doses de corticóides. Na história ocupacional referiu manipulação de solventes e outros produtos contendo hidrocarbonetos para limpeza de peças. Desejava saber se o seu quadro clínico estava relacionado ao uso desses produtos. Expliquei que era pouco provável. As características clínicas e a evolução falavam mais a favor de uma doença degenerativa. Levei seus exames para discutir com um especialista. Ao analisar a história clínica e tomografia, indicou como principal hipótese diagnóstica para o caso esclerose múltipla (enfermidade desmielizante da substância branca central com lesões isoladas no tempo e no espaço — caráter pleomórfico). Na semana seguinte, João Batista retornou ao ambulatório para saber o resultado. Orientei sobre seu problema e as formas de controle. Coloquei-me à disposição para outros esclarecimentos .

João Batista tinha trabalhado na Varga 13 anos. Na ocasião, estava prestando serviço na Empresa através de uma firma terceirizada. Avaliei que sua participação na pesquisa seria muito importante. Trabalhador qualificado, ferramenteiro formado pelo SENAI, traria uma outra visão sobre os temas que estava investigando. Concordeu com minha sugestão, desde que não revelasse seu verdadeiro nome. Tinha esperança de um dia poder voltar a trabalhar lá.

— Bom. Eu nasci em Andradina, né. Não lembro muito da minha infância, mas dá pra contar alguma coisa. Nós éramos em quatro irmãos. Eu tive uma infância bastante agitada. Nós todos ajudávamos meu pai. Meu pai trabalhava em construção civil e minha mãe lavava roupa pra fora pra ajudar nas despesas. E eu não me lembro muito até essa época que eu morei em Andradina, mas... Quando eu vim pra Limeira, foi até difícil conseguir vaga na escola... Mas, a partir desse momento,

a coisa melhorou um pouco. Porque meu pai começou a trabalhar numa indústria metalúrgica. Inclusive, a mesma que eu comecei a trabalhar. Mas, no começo, mesmo assim, foi difícil. Minha mãe, ao invés de lavar roupa pra fora como ela fazia, ela começou a trabalhar de bóia-fria. Eu até ia junto, eu e meus outros irmãos. Eu era o caçula da família. Mas mesmo assim a gente ia junto na roça trabalhar na laranja, algodão. Tudo que podia ajudar a gente ajudava. E eles trabalhavam pra que a gente estudasse. Comecei a estudar. Eles sempre incentivaro... Até que cheguei na idade de catorze anos e... Meus irmãos mais velhos não conseguiram estudar porque precisavam trabalhar pra ajudar a família. Mas, eu... A minha mãe ainda procurou me incentivar a entrar no SENAI e, eu até não quis no início. Quase que passei da idade. Mas fui trabalhar numa firmazinha aí, aprendiz de sapateiro e tal. Quebrei a cara. Vi que a coisa não era fácil. Aí que eu fui pro SENAI no outro ano. Mas no final acabei entrando no SENAI. Fiz o que minha mãe queria e ela estava certa! Porque eu aprendi muito mais no SENAI que numa escola do Estado, em todas as áreas. E na profissão, acabei conseguindo me formar mecânico geral. Depois fui gratificado com um curso de aperfeiçoamento de ferramenteiro em Campinas. Até tenho coisa pra contar, porque eu gostava tanto, que eu me esforçava muito. Acabei entre os seis melhores alunos da escola. E nós fomos premiados pra fazer este curso em Campinas. E, esse tempo, eu já era registrado pela Freios Varga. Ela custeou o meu tempo de SENAI em Limeira e mais uma ano em Campinas de aperfeiçoamento.

João Batista descreve sua infância “bastante agitada”. O trabalho espalha o pai, a mãe e os filhos nas diferentes ocupações, mas não anula o espaço da família como lugar de referência central. Cada um, à sua maneira, busca ajudar no sustento da casa onde todos se apoiam.

Nas suas lembranças iniciais há um esquecimento, uma lacuna, um salto entre a passagem de Andradina à Limeira. Solicitei que recordasse um pouco mais daquela época...

— Em Andradina eu comecei a estudar aos sete anos, normalmente, né. Quando eu cheguei em Limeira eu estava no segundo ano, né. Meu pai trabalhava na fundição da Varga. Hoje ele aposentou. Ele ficou lá de mil novecentos e setenta e quatro até agora, em noventa e dois, quando ele se aposentou. Meu pai falava que não era fácil: “Boca quente a fundição”. Até ele falou pra nós: “Olha, se possível você estude, porque você trabalhar de ajudante, em qualquer lugar, você só vai se dar mal, você só pega serviço pesado e a gente que não tem estudo nenhum, não tem profissão, então empurram tudo. Agora, se você estudar um pouquinho, você tem condições de subir dentro da Empresa”. Isso ele incentivou muito. Ele teve um acidente na Varga. Ele estava fazendo hora-extra num sábado à noite. Ele..., não sei se ele deu uma cochilada (ele num contou a história). Mas, ele perdeu o dedão todo da mão esquerda. Ele é canhoto. Ele cortou a mão na máquina. Eu não sei. Ele não explicou bem como foi, né. Na máquina que trabalhava com rebarbação puxou o dedo dele e cortou quase o dedo todo. Ele ficou afastado bastante tempo. Eu ia junto com minha mãe na lavoura como bóia-fria e a gente trabalhava. Eu e meus irmãos mais novos. Os mais velhos não. O mais velho já tava entrando em uma fábrica em Limeira e eles não tiveram a oportunidade de fazer SENAI, nada. Só fizeram ginásio normal. Depois, um dos meus irmãos entrou na Varga também. Inclusive, antes de eu entrar no SENAI, ele entrou na Varga. Eu até estava me esquecendo desse detalhe, ele entrou na Varga. Ele trabalhava numa fábrica que faz peça de borracha, né, e trabalhava de prensista nessa fabriquinha. E depois, nessa época, era uma época que tinha emprego à vontade, né, ele foi trabalhar lá. Teve uma experiência de prensista e na Varga, se chegasse lá você entrava.

Qualquer experiência que você tivesse em outra fábrica, chegou no recrutamento, você entrava. E ele trabalhou, acho que uns dois anos, nessa fábrica. Foi na Varga e entrou. E outro irmão meu também trabalhou nessa mesma fábrica. Ele saiu e o outro entrou. Era uma época que você chegava e tinha emprego à vontade. Olha, foi mais ou menos em setenta e sete, mais ou menos. No fim os dois entraram na Varga. Os dois passaram por uma mesma experiência na mesma fábrica e entraram na Varga. Eles não tiveram de fazer SENAI durante o dia porque eles não tinham mais idade e, na cidade onde a gente morava, não tinha SENAI. E, aqui em Limeira, eles começaram a frequentar cursos noturnos no SENAI, em escola de desenho técnico. E foi aí que meu irmão fez curso de inspetor de qualidade e conseguiu até melhorar de posição dentro da Varga. Hoje um está na Varga até hoje. O mais velho já não está. Demitiram ele na primeira crise de oitenta e um. Na primeira crise que teve na indústria ele já foi demitido. Eu entrei em oitenta. Na época eu estava estudando no SENAI. Eu não dei muita importância porque eu era menino, né. Tinha quinze anos. A gente nunca dá importância nessa idade, né. Mas eu notei que ele ficou bastante entristecido. Chegou em casa e falou: “E agora, o que eu vou fazer?”. Ficou desiludido em Limeira. Queria ir embora pra São Paulo (como de fato foi para São Paulo). Foi trabalhar num banco, lá. Conseguiu entrar num banco. A gente conversava bastante. No dia, nem todo mundo estava junto. Mas, no dia... — naquela época demissão era coisa rara —, todo mundo perguntou: “O que você aprontou?”. Todo mundo pensa que você aprontou alguma coisa, né. E ele não aprontou nada. Inclusive, ele era bom funcionário, foi promovido. Inclusive, ele foi trabalhar no laboratório, no departamento da borracha. Ele tava começando no departamento de borracha da Varga e..., por mudança de gerente, ele acabou sendo dispensado ao invés de promovido. Então, o pessoal de casa ficou muito chateado, né. Todo mundo pensou que ele aprontou alguma. O outro irmão tá na Varga até hoje. Ele foi demitido da Varga e voltou na Varga. Hoje ele faz assistência técnica. Ele é considerado técnico de freio. Ele começou na Varga e fez curso de inspetor dimensional à noite. Trabalhava e fazia curso à noite. Dera uma oportunidade pra ele, inspetor dimensional. Ele trabalhou quase seis anos. Depois demitiram ele na outra demissão em massa que teve em oitenta e seis. Ele saiu. Foi trabalhar numa outra empresa, inspetor dimensional mesmo. Dois anos depois, mais ou menos, chamaram ele de volta na Varga. Ele entrou na Varga e, imediatamente, após a isso, acho que num ano mais ou menos no máximo, ele foi promovido a supervisor. E ele trabalhou bastante tempo como supervisor. Acredito que uns quatro anos. Depois promoveram ele a gerente, que na Varga hoje não existe mais supervisor. Todos são gerentes. Depois disso ele mudou de área. Ele foi pra área de assistência técnica. O outro, que foi demitido, começou como prensista, foi promovido a inspetor dimensional e depois foi demitido.

João Batista reluta em falar do tempo em que sua família morava em Andradina. De um certo modo, todos os momentos de “passagens” são movimentos naturais de desestruturação e reconstituição de identidades. São momentos difíceis e muitas vezes sofridos. Talvez, por esta razão, tenta apagá-los da memória e selecionar suas lembranças a partir de sua chegada a Limeira. Logo de início, procura marcar as diferenças entre sua identidade operária e as experiências de proletarianização vividas pelo pai e pelos irmãos. O fato de ter conseguido fazer SENAI, é apenas um dos aspectos que marca os trajetos ocupacionais contrastantes percorridos pelas várias gerações da sua família. O acesso à “educação” aparece como instrumento de reconhecimento e distinção social. O ensino, segundo seu ponto de vista, facilita o acesso à profissão, livra o trabalhador do

cargo de ajudante (*"te empurram tudo"*). A própria história do pai revela a precariedade do ofício de quem não tem estudo: *"Boca quente a fundição"*. *"Tem que fazer hora-extra"*, submeter-se ao trabalho noturno e correr riscos de acidentes. Já, os seus irmãos mais velhos, *"não tivero condição de fazer SENAI"*. Em razão disto, foram obrigados a trabalhar em *"fabriquinhas"* e estudar à noite.

Essa diversidade de experiências de proletarização que aparece no início do seu depoimento revela, também, a desmoralização causada pelo desemprego. A demissão quebra a identidade construída do trabalhador honesto e responsável: *"Então, o pessoal de casa ficou muito chateado, né. Todo mundo pensou que ele aprontou alguma"*. A interiorização da ideologia dominante, na qual o trabalho aparece como utilidade natural, causa constrangimentos... O trabalhador demitido fica *"desiludido..."*

Indaguei-lhe, mais uma vez, sobre os motivos que levaram sua família a sair de Andradina.

— *Meu pai, ele trabalhava na hidrelétrica de Ilha-Solteira, na construção da hidrelétrica. Ele sempre trabalhou na construção de hidrelétrica: Jupia, Ilha-Solteira, trabalhava lá. E quando já tava em fase de término de Ilha-Solteira, ele falou: "Num quero mais saber disso porque não dá não". Ele ia trabalhar às seis horas da manhã e voltava dez da noite. Então não tem condição. Ele ganhava muito pouco. Tinha cinco filhos e minha mãe trabalhava quase que dia e noite lavando roupa pra sustentar a casa. Num dava. Meus irmãos começaram com doze, treze anos vendendo sorvete na rua. Fazia pirulito pra vender na rua. Cada um dava o que podia. E ele falou que não queria mais saber disso: "Eu vou para algum lugar melhor". E eu tinha uma prima (tenho até hoje aqui em Limeira) e ele telefonou pra ela: "Olha, aqui tá bom de emprego, porque o senhor não vem pra cá? Aqui tem grandes empregos, porque você não tenta aqui?". Aí ele veio... Veio. Na primeira empresa que fez ficha ele já entrou, na Varga. Aí ele foi buscar todo mundo. Ele veio sozinho. Ele veio na frente, ele falou: "Vou ver como é que é". Veio, ficou..., acho que duas semanas aqui. Fez ficha e já chamaram ele pra trabalhar. E voltou correndo e já trouxe mudança, já. Com isso, a gente tava todos em escolas. Chegamos aqui, acho que no mês de maio, maio de setenta e quatro, e a gente teve que correr atrás de escola. Foi até difícil conseguir.*

A migração, enquanto projeto familiar, é determinada pela precarização das condições de reprodução do operariado em seu lugar de origem. Após acionar as relações de parentesco, o pai decide vir *"na frente"*. A redefinição em seu novo espaço urbano é cheia de dificuldades. Rearranjar os filhos na escola, arrumar moradia e colocação, isso tudo desestabiliza...

Solicitei que João Batista falasse sobre seu emprego na lavoura. Mais à vontade, se esparramou na cadeira e começou a recordar das suas aventuras e traquinices de menino...

— *Olha, a gente levava meio na diversão, né. Porque eu tinha dez anos de idade. Então, para nós, era tudo divertido. Subir no caminhão e ia embora. Chegava na roça era só festa, né. Quando era laranja, começava fazer bagunça com laranja e tal. Minha mãe me chamava e a gente ia apanhar*

laranja, subir no pé de laranja. Derrubava no chão e depois ia pegando. Era essa festa... Era uma disputa eu com o meu irmão pra ver quem apanhava mais laranja que o outro. A gente não era registrado. A gente trabalhava num caminhão de turma, né. Minha mãe recebia e a gente ajudava ela. Ela também não era registrada. Pra mim era uma aventura, né. Eu ia junto porque a minha mãe ia e ela não queria deixar a gente sozinho em casa, né. Pra não dar problema pra ninguém e ficar pedindo ela falava: "Vocês não que ir comigo?". Na época que a gente estudava de manhã a gente não ia. Mas teve época que a gente estudava à tarde... Dependendo de que época ela ia, né. Às vezes ela ia às cinco da manhã. Tinha dia que ela voltava às duas da tarde. Então a gente ia. Geralmente, a gente ia com ela só de fim de semana, só de sábado que a gente ia com ela. Mas no final da história a gente ia mais dia, mais dia... Teve época de não ir na escola pra ir com ela. Acabava gostando.

Em meio à precariedade das relações trabalhistas (sem registro, sem salário, evasão escolar, ausência de local seguro para deixar os filhos...), o trabalho infantil é representado como espaço lúdico, "uma brincadeira", uma "aventura". PAOLI (1987: 77-82) é uma das autoras a demonstrar que o trabalho da mulher e do menor aparece, quase sempre, como complementar, provisório e subalterno, como não pertencente ao universo da produção. Pertence a um outro espaço: a família. Na realidade, "mulheres e menores são categorias sempre visualizadas como algo unitário: trata-se mais de mães e filhos, do que propriamente trabalhadores". Indaguei-lhe sobre outras experiências de trabalho.

— Eu entrei na fábrica de calçados. Era antiga calçados Buzolin, que hoje é uma sociedade — Buzolin/Ferrari. Eu entrei lá porque eu não queria ir pro SENAI, né. E eu não sabia fazer nada, né. Tinha que entrar de ajudante em algum lugar. Fui lá, né, consegui entrar. A época era ainda razoavelmente boa. Início de oitenta. E eu entrei e... não gostei. De cara eu não gostei. Não gostei porque trabalho que a gente fazia era de pé o dia todo. Era proibido sentar. Você... O trabalho que eu fazia, era passar cola no sapato, tirar ruguinha de sapato. A época era época de mocassim, né. Nessa época só tinha sapato mocassim. E... trabalho mais era esse. Passar cola, tirar ruguinha de sapato. E... no fim, eu acabava indo trabalhar de manhã, juntava com um colega, chegava hora do almoço: "Vamos embora prum riozinho aí pra ir nadar?". Saía. Não ia mais trabalhar depois do almoço e ia pro riozinho. E não acontecia nada. A Firma não demitia. O cheiro da cola era bem forte. Num passei mal, mas era bem forte. Inclusive, quando a gente saía da fábrica e entrava no ônibus era o maior comentário: "Olha a turminha da cola! Olha o cheiro!". O cheiro ficava no corpo. Eu não tinha consciência sobre os perigos pra saúde e ninguém falava nada. A gente ia lá trabalhar. Tinha muita gente que reclamava, né. Mas eu nunca cheguei a reclamar. Só molecada. Os aprendiz ia pra seção de cola e tirava ruguinha do sapato, que era coisa mais fácil de fazer... Fiquei cinco meses só nessa fábrica. O tempo de voltar a ter inscrição no SENAI. Quando voltou a época de SENAI, eu voltei a fazer inscrição no SENAI.

Enquanto subir no caminhão, no pé de laranja se confundia com brincadeiras de moleque, o emprego na fábrica de calçados denuncia uma outra realidade. Ser obrigado a "ficar de pé o dia

todo” (“*era proibido sentar*”), o trabalho enfadonho, a rigidez do horário, o cheiro da cola..., revelam os primeiros impactos da disciplina fabril vividos por João Batista durante sua proletarianização. Essa experiência reforçou ainda mais a convicção de que o SENAI foi sua grande chance de “subir na vida”. A oportunidade de frequentar essa escola o distinguia dos outros trabalhadores, de “*quem não sabe fazer nada e tem que entrar de ajudante em algum lugar*”.

Notei que estava ansioso e empolgado para contar da sua profissionalização. Deixei que falasse...

— *Eu fiz inscrição no SENAI. Fiz exame de seleção, entrei. Isso em agosto de oitenta. O SENAI foi pra mim, até hoje, a melhor escola que eu estudei. Eu aprendi muito mais no SENAI, em dois anos de SENAI que eu fiz em Limeira, do que os sete anos, que até o momento eu tinha feito, na escola estadual, né. E matemática eu aprendi no SENAI. No Estado eu fazia... Eu sempre fui bem na escola, né. Mas no SENAI eu aprendi de fato. Porque o SENAI tem um método de ensino mais, é..., bastante resumido, mas bastante prático. Eles ensinam tudo que você vai usar. E na escola do Estado não. A gente aprende muita coisa que nunca mais vai usar. No SENAI eu comecei a mexer com a mecânica. Até aula de educação física era melhor do que no Estado. Tudo era melhor. No SENAI eu entrava às sete da manhã e saía às cinco da tarde. Tinha três vezes por semana aula de oficina, né, e era o que eu gostava. Eu fiquei sentindo a hora que eu saí do SENAI. Eu gostava muito. Almoçava, tudo lá. Levava marmita, porque o SENAI não oferecia. Hoje fornece, já, mas, naquela época, não fornecia. Mas tinha merenda, tinha leite, tinha tudo que normalmente dá em merenda, né. O curso que eu fazia era mecânica geral. Ele englobava a parte da ajustagem mecânica e tornearia também. No início, a gente fazia um aprendizado de ajustador. Tinha um setor só de bancadas e, o instrutor, ele dá..., tem um método, né, um currículo todo pra ser feito, várias peças durante..., era semestral, né. O curso todo era quatro semestres. O primeiro semestre era ajustagem, o segundo era tornearia, depois, o terceiro e o quarto semestre já era mais um aperfeiçoamento em máquinas mais sofisticadas, né. Retífica, né. Aperfeiçoamento do que a gente fez no início. O início era mais aquele básico pra começar a se entrosar com ferramenta. Porque, até então, eu não sabia nem o que era uma morsa. Em casa não existia nem ferramenta. O próprio nível de vida da gente, não existia ferramenta em casa. Então, eu fui conhecendo morsa lá e fui gostando, porque eu não conhecia. Hoje é tudo diferente, né. A criança nasce já com chave-de-fenda na mão mas, na época, eu fui conhecer no SENAI. Existia a matéria prática na oficina, né. Mas existia o ensino de metrologia, que você aprendia o dimensional, usar paquímetro, todos os sistemas de medição. Até solda se ensinou. Até como manusear um aparelho de solda, método de segurança, trabalhar com segurança, isso é, o SENAI pra mim. Não existe escola no Brasil que ensine, nem particular!*

A educação adquire no discurso de João Batista um caráter prático, utilitário. É a partir desse referencial que ele conclui que “*não existe escola no Brasil que ensine melhor do que o SENAI*”: o SENAI “*ensina tudo que você vai usar*”. Adquirir uma profissão é tudo que almeja. Esta distinção é essencial quando se trata de alguém de origem operária. O sistema escolar funciona como instrumento chave da hierarquização social. O acesso ao ensino profissionalizante lhe proporciona um *status* diferenciado em relação aos outros membros da sua família.

Desejei saber como eram tratadas as questões de segurança e de saúde do trabalhador pelo SENAI.

— *A parte da segurança, já era diretamente na prática, né. Existia antes de se ir pra oficina. Tinha uma aula de técnica de trabalho, né. Então, um instrutor, ele ensinava na sala de aula tudo que seria feito na oficina. Quando chegava na oficina, embora fosse outro instrutor na oficina, ele já tem um método todo, né. Então, a gente já chegava sabendo o que ia fazer, todo roteiro do trabalho a gente já sabia. Então, ele já ia dizer mais a parte prática pra gente. Sobre as doenças do trabalho, nunca foi ensinado no SENAI. Pelo menos pra mim não, isso não. Nunca se falou disso. Só como trabalhar com segurança, do risco que existe. Agora que eu estou mais amadurecido, eu acho isso uma falha. Porque, eu na fábrica, eu não me expunha muito. Expunha ao óleo de corte que a gente trabalha. Mas, o pessoal que trabalha diretamente na produção, a gente vê que têm problemas. Eu nunca pensei nisto. Por que eles num falam desses riscos... Mas, a partir do momento que eu comecei a ver que o SENAI é mantido pela indústria, eu acho que o empresário não se interessa muito em ensinar o trabalhador o risco que ele tá correndo dentro da indústria. Eu acho que é até prejuízo pra indústria.*

Enquanto a escola pública separa o ensino do mundo do trabalho, o SENAI reintegra a dimensão prática à educação, mas o faz a partir de uma pedagogia a-crítica. Ou melhor, ao objetivar devolver o aprendiz à produção, sua pedagogia busca “modelar a força de trabalho” de acordo com os requisitos que a fábrica exige. A formação de profissionais técnicos para a indústria visa a integrar os trabalhadores nas camadas “mais privilegiadas” das empresas e, ao mesmo tempo, cortá-los das suas origens de classe. Falar dos riscos e das doenças pode romper com a ideologia do “trabalho limpo”, portanto, é melhor manter estes assuntos em segredo. VAN MAANEN (1989: 45) assinala, que o “processamento das pessoas” e a socialização organizacional referem-se às maneiras pelas quais as experiências de aprendizagem profissional (formação de novas qualificações) são estruturadas pelas instituições de ensino sintonizadas com as exigências fabris. A fábrica e o SENAI funcionam como instituições integradas e hierarquizadas. Procuram mutilar intelectualmente os trabalhadores, evitando assim, uma ofensiva comum contra a divisão capitalista do trabalho e as relações na produção por ela engendradas.

João Batista falou um pouco mais da sua experiência no SENAI...

— *Eu acabei o SENAI em oitenta e três e, imediatamente, eu trabalhei na Varga. O aluno quando entra no SENAI, ele só fica se tiver uma indústria pra mantê-lo, entendeu? Ele é registrado em carteira como aprendiz e ele tem que ser mantido pela indústria. O meu pai trabalhava lá. Ele procurou o departamento de treinamento, né, e perguntou como é que fazia pra que eu fosse registrado pra ser mantido no SENAI pela Varga. E informaro a ele que eu tinha que fazer o exame de seleção. Se eu passasse, eu poderia ser escolhido. Se eu passasse bem classificado, entre aí os vinte ou trinta. De fato eu passei. Inclusive, eu fui até o primeiro a ser chamado pra fazer exame médico, exame admissional, né. Foi mais através do meu pai que eu entrei, né. Eu nem fui na Varga*

antes. De oitenta a oitenta e três eu ia no SENAI. Tinha um período de estágio de um mês. O primeiro ano não se estagiava, que era o básico. Depois do primeiro ano já tinha o estágio de um mês. No primeiro período de férias do SENAI, ficava na Varga. Depois, passava mais seis meses, mais um mês na Varga. Quando eu acabei o SENAI em Limeira, teve um mês de férias antes que eu fosse pra Campinas. Nesse um mês eu já fiquei na Varga. Então, eu ficava mais conhecendo a

Empresa dentro desse um mês. Eu fiz um curso de um ano de ferramenteiro no SENAI em Campinas. Olha, a estrutura do SENAI, é uma estrutura ótima, né. Eles ensinam, e o ensino é super proveitoso. A gente ia todos os dias pra Campinas de ônibus. Saía de manhã e voltava à tarde. Lá o curso era nos mesmos moldes daqui. Só que lá, o tempo de prática era maior; não se tinha mais matéria, matemática, português, educação moral, essas matérias não existiam mais. Era só parte prática e a parte teórica mais de oficina, né. Nada relacionado com outras matérias, só com matéria de ferramentaria mesmo. Quando venceu o contrato de estagiário de três anos, foi justamente quando eu cheguei na Varga. Aí me efetivou como ferramenteiro C, já, imediatamente.

O encaminhamento ao SENAI é intercedido pelo pai junto à Empresa. O poder de facilitar o acesso ao ensino profissionalizante é utilizado pela Firma para reforçar uma série de mecanismos ideológicos que prende os trabalhadores à sua estrutura organizacional. Remete para a imagem cultivada "Da Grande Família". Revela uma estratégia de recrutamento de novos trabalhadores que se utiliza da "reserva familiar" de força de trabalho. Serve também, como instrumento meritocrático que "premia" os quadros mais aderentes aos seus objetivos. Enfim, funciona como mecanismo de controle que ultrapassa os limites da fábrica para atingir as aspirações de ascensão da família operária.

Sugeri que João Batista destrinchasse mais o seu trabalho, a relação entre os ferramenteiros e os projetistas.

— Esse é um problema difícil de se resolver em qualquer Empresa. Porque um projetista, nunca ele vai aceitar o que ele projetou não funcionou. Normalmente funcionava, mas, o ferramenteiro, tinha que dar aquela modificação necessária. Quando o problema vem, ele nunca admite que errou. Ele fala: "Tem alguma coisa errada, vocês dimensionar o certo? Vocês mandaram medir isso aí e está tudo nas medidas que eu pedi?". A gente tem que provar pra ele que está. A partir desse momento, vai se estudar a modificação. Só que é tão demorada a modificação que, normalmente, o supervisor da ferramentaria não espera, ele fala: "Faz o que você acha que tem que ser feito e bota isso pra trabalhar, porque tá com pressa". O supervisor acredita mais no ferramenteiro do que no projeto. No fim da conta, o que acontece? O ferramenteiro modifica tudo, põe pra trabalhar, o projetista nem vai mais lá saber o que aconteceu, conclusão: funcionou. A gerência fala: "Que maravilha!". Nem fica sabendo que a gente que fez funcionar. O engenheiro nunca admite que a parte técnica perde para a prática. Não é que perde; é que nem tudo que você põe no papel funciona. O pessoal da ferramentaria costuma dizer: "Papel aceita tudo". Sai da ferramentaria, a matriz vai para a produção e, aí, tem o preparador de máquina, que vai preparar a máquina. Ele vai por a matriz na máquina e vai fazer o traçout (que é o teste, né). Aí, vai ver o teste se funciona ou não funciona. Aí, já é uma relação mais fácil, porque é uma relação de maior compreensão, porque já tá na área produtiva e já conhece as dificuldades que têm. Então, ele já procura ajudar no que puder, né. Às vezes, ele nem deixa o ferramenteiro por a mão na máquina, faz tudo, né. O ferramenteiro dá

as coordenadas e ele monta na máquina. Tira a primeira peça, o ferramenteiro diz: "Olha, não tá bom". Ele volta, olha... Geralmente, o preparador, ele tem também alguma noção, experiência, né. Ele que prepara tudo. Se ele não preparar correto não vai pra frente. Então ele tem noção. Ele chama o ferramenteiro e conversa. Aí que o ferramenteiro leva de volta, lá, esse produto, e chama o projetista. No caso, já chama o supervisor dele junto e, o supervisor diz: "Olha, o que você fez! Não vai funcionar nunca. Você faz o pessoal trabalhar dobrado". Aí, é aquela troca de "elogios", e tal, né. O projetista nunca pensa como vai se fazer. Ele só pensa o que ele quer. As dificuldades da hora, do como fazer, não tem essa preocupação. Geralmente o pessoal costuma dizer que o ferramenteiro é a elite da fábrica. A fábrica não anda sem ferramentaria. É verdade! Porque é o pessoal que dá apoio à produção, né... A responsabilidade é muito grande a partir do momento que se precisa produzir alguma coisa e não consegue! Então, vão apurar de quem é a culpa. E o pessoal não quer... O projetista, geralmente, quando ele vê a coisa apertar, ele chega e fala: "Oh, faz o possível pra esse negócio funcionar. Se tiver alguma coisa aí fica entre nós. Você me passa depois e eu corrijo o desenho e, tudo bem". Tudo debaixo do pano, pra não prejudicar, geralmente, o projetista.

Neste trecho, João Batista define claramente o *ethos* profissional do ferramenteiro: *"é a elite da fábrica"*. O orgulho profissional expressa sobretudo a experiência da importância de seu trabalho para o processo de produção. Há uma reivindicação explícita para que suas habilidades sejam reconhecidas pela gerência da Empresa. A exigência de reconhecimento contrasta com as disputas entre os vários saberes técnicos presentes no chão-de-fábrica. As formas técnicas e sociais da organização do processo de trabalho propiciam tanto condições para o estabelecimento de modos de comportamentos solidários, quanto estimulam a competição e as rivalidades entre os profissionais. Dessa forma, aparece a disputa entre os ferramenteiros (conhecimento prático) e os engenheiros-projetistas (conhecimento teórico: *"papel aceita tudo"*). Nota-se, por outro lado, a relação horizontal, de respeito, solidariedade, cooperação e reciprocidade entre os ferramenteiros e os preparadores de máquinas. A relação *"é mais fácil"*, de compreensão, porque está alicerçada nas dificuldades vividas conjuntamente no dia-a-dia da produção. A divisão do trabalho prescrita pela gerência, que objetiva separar os trabalhadores ferramenteiros, preparadores, operadores e o pessoal da manutenção, é superada pela intercomplementariedade dessas tarefas ao se recompor o trabalho real. Ter experiência, *"sujar a mão na graxa"*, estar na área produtiva são atributos que conferem uma certa identidade a um conjunto de operários no *"coração da fábrica"*. Perguntei se havia alguma diferença entre o SENAI e o trabalho na Empresa.

— A responsabilidade na fábrica... Tem outra relacionada à segurança, né. No SENAI a gente não tem aquele risco que tem na fábrica. A fábrica é uma gama muito grande de trabalho, diferente do SENAI. No SENAI é tudo organizado, né. Toma-se todo um cuidado. Já é estudado a peça que vai ser feita pro aluno não correr risco de se machucar mesmo. Na fábrica não. Vem lá uma determinada peça e você que tem que fazer. E você que vai tomar cuidado na hora de fazer. Ninguém pensou antes na segurança que vai se precisar pra aquilo lá. Tem os técnicos de segurança que, geralmente, eles ensinam como pegar peso, essas coisas bem básicas, né. E.P.I eles ensinam.

Essa coisa básica eles ensinam, né. Agora, na área da gente é mais difícil, porque já não tem um contato direto porque a vigilância não vai... Por exemplo, acontece um acidente, fulano lá pegou uma chapa sem proteção nenhuma na mão e cortou a mão, então, o cara vai chamar a atenção do funcionário: "Por que você pegou sem luva? Você sabe que é perigoso cortar a mão?". Então, existe isso aí, essa cobrança, né, pra que se faça correto. Eles vão lá explicar depois que aconteceu. Por exemplo: o cara tá lá na furadeira furando, ele põe luva pra furar, que não é permitido, a broca enrola, puxa a luva e a mão dele junto e acaba com a mão do cara. O que acontece? A gente trabalha com diversas máquinas: na serra, furadeira... Na Varga, a Empresa que eu trabalhei, já é organizada. Tem empresa, que eu sei que não é organizada, as mais pequenas. O SENAI, hoje, está mais moderno do que a fábrica em máquinas. A Varga, as máquinas que ela tem na ferramentaria, são máquinas que foram compradas há vinte anos, antes de eu entrar, pra você ter uma idéia. Até hoje trabalha lá nessas máquinas. E eu fiquei sabendo, através de um gerente lá, que a intenção da Empresa não é investir dinheiro na ferramentaria, mas em produção. Ela quer comprar máquina para a produção, não pra... Por quê? Veja bem: a ferramentaria é mão-de-obra indireta, não produz. Ela auxilia na produção, mas não produz. Então, hoje, tá nesse processo de terceirização, né. Está modernizando. Inclusive, nem se fala em comprar máquina por isso, em melhorar alguma coisa no setor, por isso. Na época que eu entrei, era mais ou menos compatível as máquinas de lá da fábrica com as máquinas do SENAI. Inclusive, umas era até mais modernas que as do SENAI. Mas, hoje, é o inverso. Não sei se Empresa deixou de acompanhar... Em termos de máquina, o ferramenteiro não estranha muito. Porque na ferramentaria existe o ferramenteiro que trabalha só na bancada, só com ajuste, e, existe aquele torneiro-ferramenteiro — nas grandes empresas é assim: torneiro-ferramenteiro, fresador-ferramenteiro, cada um na sua máquina. Eu trabalhava na bancada, às vezes acontecia de fazer alguma coisa na máquina. Minha relação era mais na bancada: lima, furadeira, essas coisas. Mas eu também trabalhava com fresa e com torno, mas não era o dia todo.

Sua fala reconhece a existência de um hiato entre o aprendizado no SENAI e o trabalho da fábrica, principalmente em relação às questões de segurança. Foi observado nas histórias anteriores, que a "pedagogia do chão-de-fábrica" funde os conhecimentos técnicos à consciência dos riscos. No SENAI, estas duas dimensões encontram-se separadas. Os outros aspectos dessa diferenciação dizem respeito à organização do trabalho, ao tempo de preparação da tarefa e à compatibilidade do sistema de máquinas e equipamentos.

Ao referir que *"a ferramentaria é mão-de-obra indireta, não produz"*, João Batista toca no tema da terceirização. Pedi que guardasse este assunto para depois e que esmiuçasse um pouco mais o regime de trabalho na ferramentaria.

— *Lá é tudo programado. É uma produção em série na produção. Na ferramentaria já é totalmente ao contrário. Você tem que criar uma forma de se fazer a peça. A matriz é composta de várias peças. Então, você tem que antes de fazer, programar o que você vai fazer, né. Existe até um profissional, que é o programador de ferramentaria, que programa tudo que vai ser feito. Então, na hora que chega na máquina o material bruto, a gente que vai criar como se fazer. Praticamente o ferramenteiro, torneiro, fresador, ele vai dominar mais a máquina, porque ele vai ditar como vai ser feito. É mais um trabalho... Não é um trabalho..., é um trabalho mais meditado. Não é um trabalho*

de você ligar a máquina e tocar o pau. Você tem que pensar bem pra fazê. Antes de existir..., porque a ferramentaria era muito grande. Na Varga ele foi caindo com o tempo. Tinha duzentos e quarenta funcionários na época só na ferramentaria, quando eu comecei. Isso foi diminuindo... Em oitenta e três, quando eu entrei, tinha duzentos e quarenta. Quando eu saí de lá, tinha dezessete. Pra você ver que foro várias mudanças, né, que eu passei lá dentro. Quem passou essa transição sofreu bastante... Na ferramentaria você não tem produção, você tem uma meta; o tempo que você tem pra desenvolver aquele projeto. É colocado um prazo mas, diretamente, para o ferramenteiro, nem é dito o prazo. Trabalha. Trabalha em cima do projeto. Já vem programado esse tempo. Por exemplo: um mês para sair o trabalho. Quando tá chegando próximo, o supervisor fica de olho pra ver se vai dar tempo, não vai dar tempo. Aí, ele começa já a cutucar, né: "Olha, isso aí tá com pressa. Dá uma acelerada. Vamos acelerar!". Existe essa responsabilidade de um determinado prazo. Só que é contado mais direto com o supervisor, no prazo que passaro pra ele. Mas, geralmente, o tempo que passaro pra ele, por exemplo: pede trinta dias mas, geralmente, vai sessenta dias ou até mais, pra se entrar no processo de produção essa matriz que está sendo feita. Então, existe um tempo bastante grande. Mas a gente tem o nosso tempo pra trabalhar. Muitas vezes, a gente nem se preocupa, porque a ferramentaria é um trabalho que ele visa mais a qualidade do que a quantidade, do que correria, do que prazo de produção. Na ferramentaria existe mais liberdade pra sair. Não exagerada, mas existe. Por exemplo: tem horário do cafezinho, normalmente. Na produção também existe, só que se eu quiser parar o meu trabalho pra ir no banheiro eu vou, ninguém me vigia. Mas em todo lugar dentro de uma fábrica existe o problema de ter um supervisor chato, que ele fica de olho. Se você for no banheiro, ele olha no relógio pra ver quanto tempo você ficou lá. Mas, na ferramentaria, já existe mais liberdade. Mesmo porque, o supervisor já entende mais o funcionário.

João Batista descreve detalhadamente a natureza do trabalho na ferramentaria. Criar, pensar, dominar a máquina são características do ofício do ferramenteiro que o distingue do pessoal da produção: *"Você não tem que dar produção, você tem uma meta"*. Por esta razão o trabalho *"é mais meditado"*, visa mais a qualidade do que a quantidade. As atividades destes trabalhadores qualificados são mais resistentes às prescrições tayloristas: *"A gente tem o nosso tempo de trabalhar"*. Existe maior liberdade de se programar as tarefas e a relação com os supervisores é de maior compreensão. Ao assinalar o estatuto do seu ofício, João Batista indica as transformações ocorridas na sua seção de trabalho. A diminuição do número de ferramenteiros é apontada por ele como a principal consequência das modificações impostas pela Empresa: *"Quem passou esta transição sofreu muito"*.

Pedi que analisasse os impactos da reestruturação industrial sobre seu trabalho...

— *Em oitenta e três, quando eu cheguei lá, tinha duzentos e quarenta funcionários aproximadamente. Isso foi, eu acredito, até oitenta e oito, oitenta e nove mais ou menos, continuava a mesma quantidade. Depois, existia na ferramentaria, a ferramentaria de construção e a ferramentaria que só dá manutenção na produção, isso é separado, né. Mas é uma área só. Que aconteceu? Começaro a modificar isso. O pessoal que trabalhava só na manutenção, começou a trabalhar lá no meio do pessoal. Levaro bancada, máquinas... Então, montavam um setor de*

ferramentaria dentro de produção pra dar apoio direto. Então começou a sair pessoal ali do setor. Foi pra lá. Só que nessa saída, por exemplo, tinham dez que iam prum setor, quando chegava no setor, se demitia praticamente a metade. Então, nessa mudança, já se aproveitou para dar uma enxugada. Então, já foi caindo o número de pessoas. Ele já trabalhava com ferramenteiro de manutenção, né, mas ele foi trabalhar lá na produção. No meio do barulho de máquinas e, ninguém gosta muito. Porque a ferramentaria é uma área separada geralmente. É uma área limpa, mais limpa e, o pessoal, gosta de silêncio, mais silêncio para trabalhar. Diretamente, lá, na produção, é um pouco mais complicado. Mesmo porque, no momento de uma mudança, não se consegue por tudo em ordem, fica aquela correria..., é um transtorno o trabalho. Hoje, a produção, o operador, propriamente dito, ele tá recebendo uma carga de ensino muito grande dentro da indústria. Tá se dando curso, por exemplo: um ferramenteiro tem que ter conhecimento pra trabalhar com matriz e dispositivo também. Ele tem que ter conhecimento em hidráulica e pneumática. E o que aconteceu foi o seguinte: era dado o curso pro operador e o ferramenteiro, que propriamente trabalhava no dispositivo, na matriz, ficava praticamente sem curso. O operador era mais ensinado que o ferramenteiro. Por quê? Parece que tavam preparando o operador pra fazer mais funções, né. Depois disso..., isso em oitenta e um..., eu esqueci de falá, né, teve aquela grande crise e já começou a diminuir pessoal, né. Quando eu cheguei, tinha, mais ou menos, duzentos e quarenta. Em oitenta e seis teve uma grande crise que dispensou muita gente. Logo depois dessa crise que começaram as mudanças..., da crise de oitenta e seis. Foi na época do Plano Cruzado. Começaram as mudanças. O pessoal começou ir pra produção. Começou a ter essa divisão. Mas, a produção continuava aumentando e, o pessoal tinha que trabalhar mais. Naturalmente, quando diminui o pessoal você tem que trabalhar mais. Aumentou o ritmo de quem ficou. Depois disso, o pessoal que trabalhava com matriz, foi transferido para a produção. O pessoal reclamou muito. Inclusive, eu era pra ir mas, na época, eu pedi para não ir. O ferramenteiro que trabalha na manutenção ele tem menos valor. Por quê? Porque praticamente ele só vai trocar o que quebrou. Ele tem menos valor do que o pessoal da construção, por isso eu não quis ir. Depois disso, só foi acontecendo demissão e demissão. O setor diminuindo. Chegou ao ponto de o pessoal falar que a ferramentaria da Varga ia ser vendida. Aí, começou, e tal, tal, tal... Aí já começou a terceirização, já, na década de noventa. Aí o pessoal começou a comentar na ferramentaria: "Nós vamos trabalhar em outra empresa, prestar serviço pra Varga. Nós vamos, inclusive, sair da Varga. Todo mundo vai ser demitido, indenizado. Nós vamos ser integrados em uma outra Empresa. Provavelmente, vai ser da Varga mesmo. Algum gerente vai ser responsável pela Empresa. A própria Varga ia vender, praticamente, a ferramentaria para algum gerente". Era o papo que surgia na época, né. Mas nada disso aconteceu. Começaram a falar então, que só ia diminuir o pessoal, né, e ia começar a passar a trabalhar para outras empresas. Então, surge uma matriz lá pra ser feita, consulta uma ferramentaria de fora pra se fazer o trabalho. Aí, começaram as demissões em maior número. Desse pessoal que tinha duzentos e quarenta, eu acredito que nos setores de produção, ficaram, mais ou menos, por setor, quinze pessoas. Eu acredito que foi dividido em quatro... Eu acredito que ficou, mais ou menos, sessenta pessoas, das duzentas e quarenta espalhadas na produção. E depois, ficaram, mais ou menos, uns sessenta, na área onde eu fiquei de construção.

No momento em que descreve as cronologias das grandes transformações ocorridas na Empresa, João Batista identifica aquelas que mais afetaram a ferramentaria. Observa a precarização do trabalho do ferramenteiro de manutenção a partir do momento em que é deslocado para área da produção: "Ferramenteiro que trabalha na manutenção tem menos valor"; tem que se submeter

ao barulho, aos perigos, ao trabalho sujo no meio das máquinas... Com a terceirização há um esvaziamento das suas atribuições. Conforme já demonstrou PEREIRA (1979: 90), “o profissional, cuja interferência direta na fabricação do produto ainda é necessária, apega-se a esse fato para valorizar seu ofício e a dignidade da sua função”. Depois de detalhar os requisitos teóricos necessários para o domínio da profissão e no que consiste sua tarefa concreta, João Batista fica indignado ao ver que a Empresa transfere para os operadores algumas das atividades precípuas do trabalho dos ferramenteiros. Sente-se desvalorizado.

Achei que era o momento de voltar ao tema da terceirização. Solicitei que abordasse o assunto e apontasse os impactos sobre o seu trabalho. João Batista reivindica mais uma vez o valor do seu ofício...

— Geralmente, o trabalho que era mais demorado vinha de fora. Então já se consultava uma empresa e fazia fora. Olha o que acontecia... A gente trabalhando num projeto dentro, de repente chegava uma matriz: “Hum, ficou pronta! Ficou pronta conforme o desenho. Vamos por ela!”. A empresa era contratada pra fazer, fazia, mas ela não era responsável por entregar a matriz produzindo. Ela só fazia o que estava no desenho. Chegava lá, e nós que íamos testar a matriz. Nós não fizemos mas, a gente era responsável em fazer o teste. Então, a gente ia ver se saía o produto, o que acontecia: chegava lá, não saía produto. Houve casos de pessoa se acidentar. Colocar a matriz na máquina, ter um erro tão grotesco, de chocar função com matriz, e quebrar a matriz e espirrar pedaço de peça no rosto do funcionário. Houve esses casos bem sério. Ai, nós começamos a falar: “Tão mandando trabalho pra fora, porque nós que temos de testar? Vem de fora nós corrigimos, de quem é o mérito? A empresa de fora”. Eu até fiquei chocado. Que houve uma entrevista do diretor da Varga dizendo: “Começou a terceirização e o pessoal de fora tava fazendo trabalho com mais qualidade que o pessoal dentro da Empresa”. Só que ninguém contou pra ele que éramos nós, lá de dentro, que fazia tudo funcionar. Vinha de fora, cheio de problema, e a gente tinha que resolver. Ninguém ficava sabendo. Que mérito a gente levava? A parte do funcionamento a gente enxerga muito fácil, né, agora, a parte do acidente, por exemplo, o risco que se corre com uma matriz vindo de fora, a gente não analisa tudo, né. O acidente já é uma coisa que, às vezes, nem dá pra perceber. O primeiro ponto é a economia. A Empresa visa economia. Agora, na terceirização, de certa forma, eu vejo uma economia. Mas como tá sendo feito hoje, desordenado, eu não vejo economia nenhuma. A economia é, principalmente..., eu acredito, que o empresário não quer ter dor de cabeça com o funcionário, com o empregado. Porque, veja bem: a partir de um momento que surge uma crise, que hoje é normal..., falou em crise, tá demitindo. Que acontece? Ele não tem mais aquele funcionário, ele terceirizou. Quem tá fazendo trabalho? É a empresa tal. Ele manda o comunicado pra uma empresa cancelando cinquenta por cento do pedido. Por exemplo, tá fazendo duas matrizes pra mesma operação, ele vai lá e cancela uma. Por quê? Ela visa a economia. Ele não tem mais o funcionário lá dentro. Que aconteceria se o ferramenteiro tivesse fazendo? Ele ia dispensar o ferramenteiro na hora da crise. O que acontece? Ele ia ter despesa com isso. Indenização, tem encargo social. Tem bastante economia. Basicamente, lá, o pessoal visa economia. Veja bem. A Empresa, ela quer controle absoluto. Pelo que eu vi, a Empresa não quer que aconteça... Por exemplo, eu conheço o método todo, o processo todinho de trabalho. Amanhã ou depois eu conheço outro ferramenteiro, de repente ele é demitido e eu também sou: “Vamos fabricar aquilo lá!? Vamos!? Eu conheço... Vamos produzir tal

peça que a Empresa produz!?”. Porque a gente conhece o método todo de trabalho, a gente pode fazer. Não se faz porque, geralmente, o pessoal não tem condições financeiras.

A terceirização visa a enxugar tudo aquilo que não está ligado diretamente à produção. A ferramentaria, como o próprio João Batista descreveu, “*é trabalho indireto*”, não acrescenta valor imediato ao produto. É importante salientar que, afora as consequências econômicas mais visíveis da terceirização (desemprego, desvalorização salarial, diminuição dos custos da produção, etc.), aparece no depoimento as dificuldades de se controlar os riscos de acidentes quando o trabalho é terceirizado.

Perguntei se a Empresa tinha introduzido na ferramentaria máquinas e equipamentos automatizados, “modernos”...

— Máquinas novas não se investiu. Só se investiu em eletroerosão a fio. Mas antes desse período. Isso foi uma outra coisa que também desvalorizou o ferramenteiro. Porque, antigamente, o ferramenteiro ajustava todas as partes da matriz manualmente. Então, você tinha um produto pra ser feito, vinha o desenho tudo mais, a máquina dava um desbaste, né, e o ferramenteiro ajustava tudo, manualmente. A partir do momento em que se começou a trabalhar com eletroerosão a fio, o que acontece: a eletroerosão a fio, ela corta o material... Não sei se você conhece? É um fio de latão.

Ele corta o material na medida exata. Deixa a matriz, função, dá folga de corte necessária, deixa prontinha. O ferramenteiro não tem trabalho nenhum de por a mão naquela peça... O que acontece?

Ele vai ser desvalorizado. E é o que acontece mesmo. Ele vai ser meramente considerado como montador de matriz. Eu já vi muita gente falar: “É! Ferramenteiro só monta. Vem pronto da erosão a fio e ele põe lá e monta”. O ferramenteiro não perdeu sua função. Veja bem, a máquina, ela faz, mas tem coisa que ela não faz. Têm certas coisas que têm que ter a mão do ferramenteiro. Mas o pessoal, ele costuma dizer o seguinte... Quando existe alguma modernização o pessoal já fica preocupado. Por quê? Já tão falando que ferramenteiro não faz mais nada. O quê que acontece? O pessoal já começa a olhar o ferramenteiro... O ferramenteiro já não é mais importante pra indústria.

Mas é muito diferente disto. O ferramenteiro continua sendo importante, tão importante quanto antes. Porque, muitas vezes, como eu falei, o projeto não dá certo e quem vai ser o responsável pela modificação é o ferramenteiro. A eletroerosão veio, mas não adiantou nada. O ferramenteiro é que vai ter que cuidar dessa modificação. Ela é programada. É como uma máquina CNC (máquina ferramenta de controle numérico computadorizado). É feito um programa no computador, né, e,

depois, se insere a fita do programa na máquina. O próprio operador da eletroerosão, que geralmente é um fresador-ferramenteiro, que faz um curso de aperfeiçoamento pra trabalhar nessa máquina. Geralmente não se muda, né. Até um operador de máquina, se você colocar lá e ensinar pra ele o processo..., ele vai ter dificuldade num ponto (ele não vai fazer o programa). Mas se tiver o profissional pra fazer o programa, ele põe o programa na máquina, ensinou ele a colocar a peça na máquina, alinhar a peça, esquadrear direitinho, ele faz o trabalho. Que a máquina vai trabalhar a partir disto. A Empresa não corre esse risco, porque é uma área que ela sabe que é um risco ela mexer nessa parte. Porque é uma parte muito importante, muito mais que uma produção. Porque se houver erro ali é um erro de perda muito grande, porque é uma máquina cara, é um trabalho que é demorado. Se for errado, vai demorar muito tempo pra se fazer de novo. É uma perda muito grande. Então ela não mexe no funcionário que trabalha ali nesse setor. Nunca mexeu.

João Batista resiste à desqualificação do seu ofício. Embora a eletroerosão corte o material na medida exata e dê a folga necessária para a função da matriz, *“têm certas coisas que têm que ter a mão do ferramenteiro”*. A máquina não consegue substituir as habilidades e o “jeito de fazer com as mãos” que caracterizam esta *ciência*. A destreza, a perícia, a integração entre concepção e execução são propriedades inerentes ao trabalho do ferramenteiro que a terceirização e a automação das máquinas buscam quebrar. Para operar a eletroerosão são exigidas outras qualificações técnicas. O trabalho manual, minucioso, de precisão, é substituído por outro de supervisão, alimentação, controle e antecipação dos desajustes das máquinas automatizadas. São necessárias outras referências semióticas para se compreender os significados da linguagem abstrata dos sistemas informatizados que acionam e comandam a máquina ferramenta de controle numérico.

Perguntei se na ferramentaria há controle de tempos, exigências de produção...

— *Começou-se a fazer controle de mão-de-obra de todos os ferramenteiros pra ver o que ele fez num dia. Programa de como tá a matriz, o prazo de execução. Por exemplo, se eu fosse limar uma peça, tinha lá uma ficha, anotava todas as tarefas que eu ia fazer. Se fosse uma peça, eu ia consultar a ficha pra ver se quanto tempo eu tinha pra fazer aquele trabalho. Passou a ter um cronograma de todo trabalho. Mas isso não funcionou. Por quê? Veja bem. O ferramenteiro começou a enxergar que o cara colocava lá no programa três horas pra fazer uma tarefa, ele fazia em uma hora e meia. Depois, ele tinha que anotar na ficha o tempo que ele gastou. Quando vinha a tarefa novamente, ou parecida com aquela, já não vinha com três horas, vinha uma hora e meia. O tempo dele era achatado. Por quê? Porque ele já fez em menos tempo. Então, o ferramenteiro começou a enxergar isto e não deu mais importância pr'aquela ficha, começou a desprezar. Eu me lembro que até houve um problema com a chefia, o supervisor já começou a pegar no pé: “Pô, vocês não tão fazendo direito!”. Começou a ter pressão por esse lado também, do tempo, também. Coisa que a gente não gosta. Ferramenteiro (o pessoal falava pro supervisor): “Ferramentaria não se faz com pressa, faz com calma pra se fazer bem feito. É um trabalho de precisão”.*

Mais uma vez fica evidente que o trabalho na ferramentaria é resistente às prescrições de tempos e movimentos. O trabalhador, por ter o domínio do seu *metiér*, tem a possibilidade de burlar as normas de controle impostas pela Empresa. Torna-se importante ressaltar estes aspectos da natureza do trabalho dos ferramenteiros e de outros trabalhadores qualificados, para se identificar a lógica da intervenção patronal sobre estes ofícios. A Organização Científica do Trabalho (TAYLOR) e a introdução da cadência mecanizada da linha de montagem fordistas, não produziram efeitos no sentido de minimizar a dependência industrial frente a estes operários. Depositários dos segredos da fabricação de matrizes essenciais para o processo produtivo, constituíam um nicho de trabalhadores estáveis, imprescindíveis, que detinham a memória técnica e cultural do “como fazer e colocar para funcionar”. A terceirização e a automação dessas trincheiras

do *savoir-faire* operário, aparecem como instrumentos estratégicos para que o capital possa retomar o controle de todo processo produtivo: “*A Empresa, ela quer controle absoluto*”.

Nossa conversa tinha chegado ao fim... João Batista fez questão de terminar seu relato com estas palavras...

— *Mas hoje eu vejo que a Empresa não dá o valor que ela dava ao empregado, tanto na produção, como nas áreas técnicas. Hoje tem operador-ferramenteiro, operador-qualidade-total, operador-quebra-zero. Até com a terceirização o trabalhador qualificado, o ferramenteiro, o torneiro, seja ele qual for, ele vai sair da Empresa. Ele vai trabalhar numa outra empresa, provavelmente, fazendo trabalho pra mesma Empresa que ele trabalhava. Por exemplo, tem uma ferramentaria, ele vai trabalhar lá por quê? Ele saiu da Freios Varga, a ferramentariazinha lá vai falar: “Aquele ferramenteiro lá, saiu da Freios Varga, está fazendo trabalho pra Varga, vamos chamar ele”. Traz o ferramenteiro pra trabalhar pra ele. O quê acontece? O salário dele reduz pela metade. Quê acontece? Ele vai tá lá quietinho, não tem mais influência nenhuma dentro da grande Empresa. Ele vai tá lá ajudando uma pequena empresa crescer, se estabelecer. Geralmente o dono é amigo dele. Então ele vai o quê? Procurando sobreviver. Ele vai ter uma dificuldade muito maior nessa empresa. O quê que acontece? Muitas vezes, a gente trabalhava e concertava erro de projeto e tudo mais. O gerente sabia e nem comentava aquilo: “Puxa vida! Eu concertei tudo e vai ficar por isso mesmo!”. Eu não posso falar nada porque vai prejudicar o rapaz lá. Quer dizer, a área de projeto nem ficava sabendo. O gerente do projetista de forma nenhuma ficava sabendo. Quer dizer, dentro da Empresa já não tinha valor. Agora, imagina fora da Empresa, trabalhando numa pequena empresa!? Dentro da Empresa a gente já ficava com medo de problema, mesmo qualificado. Agora, imagina aqueles que não são!? Principalmente a partir do momento que houve terceirização, que começou o processo, né. Porque nada saiu de um dia pro outro. Então, quando começou a levar trabalho fora da Empresa, começou a sobrecarregar nosso trabalho. O quê aconteceu? Demitiro o pessoal. Chama maçariqueiro. A função dele... (ele corta a chapa de aço bruta lá fora). Ele pega chapa de aço e o maçarico e corta a chapa de aço... Quê aconteceu? Demitiro o maçariqueiro. Então, não vai mais precisar de maçariqueiro, o pessoal da ferramentaria se vira quando precisar de material. A gente tá terceirizando e nem vamos comprar mais material. Mas tinha um estoque muito grande de material. Mas o quê aconteceu? Eu ia lá no sol quente, na chuva, precisava cortar material, eu ia lá cortar material. O gerente pediu, vai lá e corta. Eu nunca tinha mexido com corte de chapa na minha vida...*

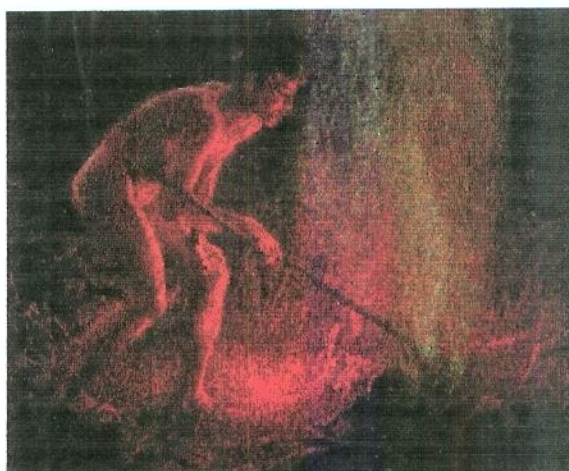
O relato de João Batista realça a valorização que o operário faz de sua profissão. Mais do que uma descrição objetiva da realidade, seu depoimento busca afirmar uma identidade social.⁹ Expressa o desejo de reconhecimento do trabalhador qualificado, estável, profissional de uma grande Empresa... É esta imagem que modela e distingue todo seu trajeto ocupacional. À medida que os processos de reestruturação industrial buscam delapidar todo patrimônio operário representado pela perícia, qualificação profissional, destreza, enfim, pela habilidade técnica das suas mãos, João Batista encontra-se ameaçado e despojado das suas referências originais. Ao se

⁹ - Sobre este aspecto da valorização profissional e da constituição da identidade social ver Pereira (1979: 108-109).

ver obrigado a buscar o material “*no sol quente, na chuva*”, começa a perceber que o valor da sua profissão já não é o mesmo. A consciência da precarização e a desvalorização do seu trabalho revelam os efeitos concretos das mudanças técnicas e organizacionais sobre sua subjetividade. Abre-se, com isso, a possibilidade de se construir uma outra identidade operária espelhada, agora, nos interesses dos produtores diretos.

A reaproximação dos trabalhadores técnicos com os operários da produção, permite poder questionar a divisão capitalista do trabalho que introduz esta e tantas outras separações no seio do operariado. Este depoimento, se analisado comparativamente ao relato de Givanildo Pereira, possibilita apreender as diferentes culturas profissionais presentes no interior de um mesmo ofício. João Batista — ferramenteiro de construção — não se refere ao barulho, à sujeira, aos perigos de se trabalhar no meio da fábrica. Seu trabalho, como ele mesmo relata, é na bancada, isolado, no silêncio, livre das pressões das chefias e das cadências.

Givanildo — ferramenteiro de manutenção —, por sua vez, conhece de perto “*a prensa, a brasa da fornalha, o guincho do esmeril, o ferro e os dentes da engrenagem*”.¹⁰ Conta que “*trabalhava no meio, sempre acompanhando a estamparia, certo? Então, a gente tava sempre junto dos acontecimento. Quando tinha um problema de matriz, na ferramenta que tava na linha, que dava pra não pará a linha, num precisá retirá da prensa pra num atrapalhá a produção, então, a gente manuseava a própria máquina, certo? Fazia o serviço ali mesmo pra dá seqüência na operação...*”.



Fogo, de Nomellini Plínio: Prometeu, num ato de coragem, rouba o fogo para entregá-lo às criaturas.

O ferramenteiro de manutenção, assim como outros profissionais responsáveis pela continuidade do processo, desenvolve uma sensibilidade cognitiva capaz de se antecipar aos desajustes e às panes. Este pessoal detém a memória de cada peça, dispositivo, componente, de

¹⁰ - Frase construída a partir da letra da música “Linha de montagem” de Chico Buarque de Holanda & Novelli (1980).

todo sistema técnico e de apoio que mantém as máquinas e equipamentos funcionando.¹¹ A presença e a habilidade destes “velhos trabalhadores” são essenciais para se detectar, reparar os defeitos e prevenir os acidentes. Ao completarem com a intuição as informações dos painéis, dos registros e as especificações prévias de cada processo, funcionam como verdadeiros elos que (re) ligam as várias etapas e os diversos setores de fabricação separados pela divisão capitalista do trabalho.¹² Os trabalhadores da manutenção possuem a capacidade de reagrupar os diferentes ofícios presentes no chão-de-fábrica e de reconstituir o “trabalho coletivo”. A terceirização e a demissão desses operários, têm-se observado, desestabilizam o grupo e introduzem uma série de desarranjos nos mecanismos informais de segurança existentes e registrados na memória dos peões de fábrica.

13.

O Quinto Espaço: algumas mediações para se transitar dos sujeitos individuais à subjetividade das classes trabalhadoras

As histórias de Seu Mariano, Cirilo, Maria Aparecida, João Batista, Silvério, José Ribeiro, Givanildo Pereira, Benedito dos Reis, Luzia, Vander e de tantos outros trabalhadores anônimos que tenho conversado, revelam muito mais do que simples trajetórias individuais. Permitem dar visibilidade a um conjunto de particularidades que caracteriza os modos diferenciados de proletarianização na sociedade brasileira. Na intimidade dos percursos que marcam as singularidades, é possível distinguir os traços comuns que dão uma identidade coletiva à estas pessoas. Embora toda narrativa contenha um arranjo particular dos fatos e revele uma série de significados intermediados pelo imaginário dos protagonistas, não se pode isolar sua interpretação do conjunto de acontecimentos mais abrangentes que lhe confere um sentido geral. De acordo com TODOROV (1970: 58 - grifo meu), as palavras não devem ser traduzidas a partir da sua “situação léxica”, dicionária. *“O sentido de uma palavra — escreve o autor — é o conjunto de suas relações possíveis com outras palavras”*. João Cabral de MELO NETO (1973: 21), no exercício de sua profissão de poeta, dirá de um modo desafiado e bem explicado:

¹¹ - São os soldadores, eletricitistas, mecânicos, instrumentistas, pessoal de vários ofícios.

¹² - Este aspecto da natureza do trabalho do pessoal da manutenção fica mais evidenciado quando se analisa a indústria de processo contínuo (petróleo, petroquímica, destilaria de álcool, etc.). O conhecimento intuitivo da situação dos vasos de pressão, caldeiras, tubulações, bombas, motores, complementam a informação dos operadores de painéis e garantem a confiabilidade dos sistemas técnicos. A terceirização desta atividade, por parte de um grande número de empresas, tem causado uma série de desarranjos nos mecanismos de segurança, aumentando os riscos de acidentes.

Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água, em água parálitica.
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
e mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhum comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.

O curso de um rio, seu discurso-rio,
chega raramente a se reatar de vez;
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate.

(Rios Sem Discurso)

Ao aproximar de cada relato isoladamente, o pesquisador deve, logo em seguida, lançá-lo ao encontro dos outros, para que assim os sentidos se cruzem no espaço mais amplo das significações. O depoimento só tem razão de ser — de acordo com as considerações de DA SILVA (1985: 14) — *“em relação a um grupo do qual faz parte, pois supõe um acontecimento vivido em comum e, por isso, depende de um quadro de referências no qual se encontram o grupo e o indivíduo que o atestam”*. Os fatos narrados se inter-relacionam e se completam entre si. É o sujeito protagonista que lhes confere uma unidade e propicia a conjunção entre o individual-subjetivo e o social-histórico. Do ponto de vista mais imediato, é possível retirar dos depoimentos um conjunto de vectores que orienta as trajetórias de vida percorridas por estes “viajantes”, e que delimita os territórios partilhados por eles. Assim, a extração social de cada operário, sua trajetória migratória e ocupacional constituem os elementos mais visíveis, as impressões objetivas que o singulariza e, ao mesmo tempo, o insere como membro de um coletivo que apresenta traços e itinerários que se cruzam e se encontram.

A *extração social* diz respeito à origem familiar, ao tempo e ao espaço da socialização primária que posiciona e contingencia a condição operária dos indivíduos. A família e a casa significam mais do que espaços geográficos ou coisas físicas mensuráveis. Roberto DAMATTA em seu livro *Casa & Rua* (1991: 17; 22 e 110), defende que estes termos designam acima de tudo *“entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios*

culturais institucionalizados". Quando colocados frente a frente, constituem-se em "categorias sociológicas" valiosas para se interpretar o nosso imaginário coletivo. Casa e rua — afirma o autor — representam a "oposição básica na gramática social brasileira". Enquanto que as "leituras pelo ângulo da casa ressaltam a pessoa, são discursos arrematadores de processos ou situações e sua intensidade emocional é alta"¹³ /.../, as leituras pelo ângulo da rua, ao contrário, revelam "discursos muito mais rígidos e instauradores de novos processos sociais". Neste espaço vale o decreto, "a letra dura da lei, da emoção disciplinada que, por isso mesmo, permite a exclusão, a cassação, o banimento, a condenação /.../". Na rua somos tratados como um "Zé Ninguém".

Eder SADER (1988: 95) é outro autor que reconhece a posição central desses espaços para se interpretar o mundo. Ao discutir o dualismo que contrapõe os padrões da sociedade competitiva aos da sociedade patrimonial, admite que, nessa última, "as pessoas buscam ser reconhecidas, e a condição para isto é uma relativa estabilidade social onde se forma a tradição, que lhes permite cumprir os papéis atribuídos, do que resultará o ansiado reconhecimento pela comunidade". Na ordem competitiva, por sua vez, "o objetivo buscado é progredir, melhorar, vencer. A condição para isso é um quadro social de mobilidade e progresso, que oferece oportunidades, aproveitadas diversamente conforme cada indivíduo se habilita".

As *trajetórias migratórias* conformam os movimentos de deslocamentos de grupos ou pessoas que seguem diversos roteiros. Mais do que fenômenos particulares — conforme já demonstrou DURHAN (1984) —, revelam modos coletivos de reprodução social. A migração, enquanto projeto familiar, se impõe, quase sempre, como alternativa frente à precarização das condições de sobrevivência no lugar de origem. São momentos de passagem (travessia) de um tempo para outro, de ajustamentos à nova realidade. Em seu novo espaço, o migrante encontra-se mais ou menos desprovido dos conhecimentos necessários para se adaptar e enfrentar essa situação estranha. As relações de parentesco e de vizinhança, ao serem mobilizadas desde a partida até a escolha da estação de chegada, facilitam o assentamento das pessoas que desembarcam e reconstituem, pelo menos parcialmente, os laços familiares e de amizades. SADER (1988: 95) identifica que o migrante, ao apoiar-se na família, "recupera e reinterpreta toda uma constelação de normas e valores comunitários no interior das relações societárias. A mobilização de parentes, vizinhos e conterrâneos não constitui um resíduo de padrões tradicionais, que tenderiam a sumir com o processo da urbanização, mas são relações atualizadas na vida urbana e constitutivas dela". Nesse processo, as tradições, os modos de enfrentar a vida são revisitados e traduzidos para o momento presente. ALVIM (1987: 130), reafirma essas observações quando assinala "que

¹³ - Roberto Da Matta assinala que, "em casa podemos fazer coisas que são condenadas na rua, como exigir atenção para a nossa presença e opinião, querer um lugar determinado e permanente na hierarquia da família e requerer um espaço a que temos direito inalienável e perpétuo".

a referência constante às relações familiares, tanto durante o processo de migração para a cidade, quanto na objetivação de emprego para os que migram, permite dizer que a lógica das relações familiares é fundamental para se compreender a forma pela qual se dá a saída do campo, como também se dá a organização da vida na cidade". Como resultado, a família se reestrutura internamente, tanto no que diz respeito às suas relações "domésticas" quanto à sua ligação com o trabalho e suas estratégias de sobrevivência no novo território.

Os diferentes caminhos percorridos entre o campo e a cidade, o interior e os centros urbanos, as idas e vindas, oferecem o "chão" para um outro processo mais significativo que diz respeito às *travessias* de um para outro continente. Aqui, não se tratam de regiões geográficas, mas de territórios que atravessam o mundo subjetivo, imaginário, os espaços de conexão e transição de uma cultura para outra. Essas passagens desestabilizam e reestruturam as referências originais, destroem e reconstróem os modelos de identidades consolidados. A redefinição das pessoas e da família na estrutura urbana é vivida em meio à desagregação dos laços de solidariedade, à perda dos valores e ideais, que resultam numa sistemática desapropriação e reapropriação dos elementos de auto-reconhecimento. Da mesma forma, essas travessias possibilitam que as histórias individuais se cruzem com outras na constituição de movimentos que marcam as trajetórias dos migrantes a caminho da cidade. Os encontros com as CEBs, associações de moradores, militantes sindicais e de partidos políticos, organizações religiosas, movimentos populares por moradia, saúde, educação, entre outros, podem constituir domínios de aprendizado, redes de solidariedade através das quais as famílias que chegam expressam suas necessidades, reivindicam aspirações e modelam uma nova identidade.

Os *trajetos ocupacionais* referem-se às etapas percorridas pelos trabalhadores entre os diversos ramos da economia (agrícola, construção civil, comércio, indústria, etc.), no interior de um mesmo setor (autopeças, mecânico, máquinas, elétrico-eletrônico, etc.), e à mobilidade interna da força de trabalho dentro da própria empresa. Dizem respeito à inserção do trabalhador nas condições objetivas de produção, aos processos de aquisição de qualificações e habilidades e à sua constituição enquanto trabalhador coletivo. São esses processos que revelam a heterogeneidade das experiências de proletarização do operariado brasileiro, e que determinam situações de uso e de exploração da força de trabalho diferenciadas.

A análise dos vários lugares ocupados pelo trabalhador na divisão social, técnica e hierárquica do trabalho, dos padrões culturais existentes e do caráter regional de cada empreendimento industrial, permite poder demonstrar os modos diversos de se vivenciar a condição operária. Os percursos ocupacionais, do mesmo modo que os trajetos migratórios, revelam, também, as *travessias*, os momentos de passagem de um regime de trabalho para outro.

Ao mudar do regime de trabalho rural — nas suas várias configurações (arrendatário, pequeno proprietário, assalariado, bóia-fria, etc.) —, para o regime de trabalho fabril, o trabalhador tem que forjar uma série de *outros apuramentos* cognitivos e práticos a fim de lidar com os novos requisitos exigidos pela organização industrial.

O contato com a disciplina fabril o arranca do tempo regulado pela natureza e pela lógica da necessidade. Isto exige reorganizar a vida a partir de princípios e valores radicalmente diferentes. O impacto desse novo espaço, onde o tempo é disciplinado, abstrato, universalizado e imposto pelas necessidades da produção, causa uma reação imediata de estranhamento nos trabalhadores que chegam. O barulho, o ar confinado, a quentura, o cheiro dos produtos químicos, o acúmulo das máquinas, o ritmo apurado... são percebidos como as condições mais imediatas e visíveis do sistema produtivo. A primeira impressão da fábrica como realidade estranhada é fornecida pelos sentidos (memória da pele). O corpo é a dimensão mais próxima da percepção do trabalhador. Através dele o operário é informado sobre as distintas formas de usura que dão inteligibilidade às situações concretas de extração de mais-valia acionadas pelo patronato.

Esta primeira descrição da extração social, dos trajetos migratórios e ocupacionais (Quadro 1) permite localizar a composição técnica das classes operárias — sua dimensão objetiva (*sua trajetória*). É a partir desta inserção que os trabalhadores elaboram e reelaboram suas identidades, protagonizam processos e práticas sociais em que se constituem, simultaneamente, enquanto sujeitos concretos, individualizáveis, e como sujeitos coletivos e políticos — dimensão subjetiva das classes trabalhadoras (*suas travessias*). As trajetórias e as travessias não são movimentos lineares, mas repletos de rupturas, rearranjos. Descrevem ciclos de vida tensionados, onde as situações presentes são invadidas pelas condições do passadas e pelos desejos de futuro.

A **dimensão objetiva** da classe diz respeito à inserção dos trabalhadores na divisão social do trabalho, na estrutura técnica do aparelho produtivo. Por outro lado, a **dimensão subjetiva** refere-se aos sujeitos que se constituem frente aos outros sujeitos e aos objetos nos quais sua força de trabalho se substância. É a partir da experiência reelaborada que os trabalhadores identificam-se enquanto classe e se colocam em oposição às outras. Essa relação — conforme assinala THOMPSON (1987: 10) — “*precisa sempre estar encarnada em pessoas e contextos reais*”. Por isso, não podemos falar de uma única experiência, de uma subjetividade que se expressa sempre da mesma forma, independentemente do tempo e do lugar. A subjetividade das classes trabalhadoras inclui as tradições, os sistemas de idéias e de valores, as formas institucionais de organização, as lutas, as diferenças étnicas, de gênero, geracional e de ofício que compõem o conjunto de características (econômicas e culturais) trazidas pelo operariado no transcurso da sua história.

Quadro 1- Origem familiar, trajeto migratório e ocupacional dos trabalhadores entrevistados.

Operários	Estração Social	Trajeta Migratório	Trajeta Ocupacional	Trajeta Profissional	Mobilidade Ocupacional Interna
Seu Mariano	Trabalhadores rurais arrendatários	Bahia Paraná Bahia Paraná Limeira/SP	Lavrador Bóia-fria Metalúrgico C.Civil Ajudante/restaurante Metalúrgico	Ind. Autopeças	Operador I Operador II Operador III Ajudante Geral
Cirilo	Trabalhadores na Indústria/Usiminas. Pequenos proprietários.	Bahia Minas Gerais Limeira/SP	Lavrador Discotecário C.Civil Metalúrgico	Ind. Autopeças	Operador I Operador II Operador III Montador
Maria Aparecida	Lavradores/pequenos proprietários.	Paraná Eng. Coelho/SP Cordeirópolis/SP Paraná Limeira/SP	Ind. Têxtil Caixa (mercado) Metalúrgica	Ind. Autopeças	Montadora Operadora de Prensa
João Batista	Trabalhador Barrageiro.	Andradina/SP Limeira/SP	Bóia-fria Ind. de Calçados Metalúrgico	Ind. Autopeças	Estagiário Ferramenteiro
Silverio	Lavradores arrendatários.	Paraná Limeira/SP	Lavrador Cortador de cana Metalúrgico	Ind. Autopeças	Esmerilador Moldador Esmerilador
José Ribeiro	Trabalhadores rurais assalariados.	Alagoas São Paulo-capital Iracemápolis/SP Limeira/SP	Bóia-fria Metalúrgico Tratorista Metalúrgico	Ind. Autopeças	Ajudante Geral Desengraxador Montador
Givanildo Pereira	Assalariado rural.	Limeira	Metalúrgico	Ind. Autopeças	Aj. de Estamparia Ajustador/Mecânico Ferramenteiro Matrizeiro
Benedito dos Reis	Lavradores arrendatários.	Tupã/SP Limeira/SP	Lavrador Metalúrgico Ind. de Saco Metalúrgico Ind. de Bebidas Metalúrgico	Ind. de Máquinas Ind. Autopeças	Operador I Almoxarife Operador
Luzia	Lavradores arrendatários.	Minas Gerais Limeira/SP	Lavadora Ceramista Doméstica Metalúrgica	Ind. Autopeças	Montadora

A síntese das condições imediatas dos trabalhadores entrevistados encontra-se no Quadro 1. Como se pode averiguar, há um predomínio de operários procedentes da zona rural. A passagem pelo assalariamento agrícola (bóia-fria), ou pela construção civil (servente de pedreiro), é uma etapa marcante desses percursos ocupacionais. Este quadro permite revelar, também, que através da aquisição de qualificações, de “novas competências” o indivíduo recupera a possibilidade de mobilidade social. O João Batista, por exemplo, é originário de uma família onde o pai foi peão barrageiro. Sua mãe, além dos cuidados caseiros, lavava “roupa pra fora” para ajudar nas despesas. Na mudança para Limeira, o pai passou a trabalhar na indústria (operador especializado) e a mãe de bóia-fria. João Bastista iniciou sua proletarização como *bié de turma*,¹⁴ passou pela indústria de calçados (ajudante geral) e se profissionalizou como ferramenteiro. Sua

¹⁴ - Expressão utilizada na zona rural para designar o trabalhador bóia-fria.

trajetória ocupacional caminha no sentido de uma qualificação técnica, que o coloca em melhores condições no mercado de trabalho em relação aos outros membros de sua família. O Givanildo, o Cirilo, José Ribeiro, a Luzia e o Benedito dos Reis, também apresentam uma certa ascensão profissional. Seu Mariano e o Silvério, cada um seguindo seu roteiro, saíram do regime de arrendamento, passaram pelo assalariamento agrícola e terminaram como operadores especializados. De um certo modo, suas trajetórias profissionais não se alteraram a tal ponto a lhes garantir um maior estatuto salarial e uma maior estabilidade ocupacional. Já, o processo de proletarização da família de Maria Aparecida revela uma trajetória descendente: de pequenos proprietários rurais, se transformaram em operários não-qualificados da indústria.

* * *

As classes trabalhadoras, assinala TUDE de SOUZA (1990: 1), *“se constituem — em sua unidade e diversidade — como sujeito dotado de uma existência real que informa e confirma sua existência genérica e abstrata de classe”*. Ao reconhecer-se como sujeito de uma experiência mais ampla que não se reduz à sua própria (mas que a engloba), o trabalhador se visualiza enquanto sujeito coletivo que se afirma na prática social. A noção de sujeito coletivo designa, aqui, *“uma coletividade onde se elabora uma identidade e se originam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nestas lutas”* (SADER, 1988: 55). Reafirma-se, mais uma vez, *“que estudar a classe trabalhadora exige estudá-la na sua relação com as outras classes e suas frações; implica a noção de uma relação histórica”* (COSTA, 1987: 152). É por intermédio das representações recíprocas e contraditórias que as classes sociais constroem suas identidades e diferenças. Estas considerações nos permitem afirmar — baseado em LEFORT (1990: 46) — que *“não é somente enquanto personificam uma categoria do capital que os operários estão incluídos em uma história, mas também enquanto apreendem o sentido da situação na qual os coloca seu trabalho e formam um projeto de organização e de luta”*.

A *noção de identidade* é essencial para a compreensão desses processos. Ela possibilita sair do conceito sacralizado e idealizado de *“consciência de classe”*,¹⁵ para se apreender as formas transitórias e atualizáveis nas quais uma pluralidade de sujeitos singulares se reconhecem e se identificam enquanto classe. São esses movimentos de reconhecimento recíproco e de interações interpessoais que revelam uma composição de classe mutável e intercambiável. Isso não significa

¹⁵ - Estou me referindo aos conceitos de “consciência em si” e de “consciência para si” herdeiros de uma tradição hegeliana e que foram reelaborados, posteriormente, por Lukács em seu livro *História e Consciência de Classe* [1922] (1989).

que se deva abandonar a elaboração marxista da existência “objetivamente dada” das classes sociais. Conforme já demonstrou Eder SADER (1988: 47), “*se pensarmos a realidade objetiva como resultado das ações sociais que se objetivaram — que é, portanto, concomitantemente exterior aos atores sociais e fruto reiterado de suas práticas institucionalizadas —, podemos pensar a existência objetiva da divisão de classe na sociedade capitalista como uma realidade virtual, uma condição vivida e continuamente reelaborada*”.

A identidade não é definida por uma essencialidade inerente ao grupo e preexistente às suas práticas. Explicar sua dinâmica somente a partir das condições objetivas que a envolve, é perder de vista o que a constitui enquanto práxis — ação investida de intencionalidade, que identifica os sujeitos, as condições e os diferentes objetivos almejados. Reporta-se não a um fato de natureza, mas de coexistência. Acha-se implicada — de acordo com LEFORT (1988: 53) — “*na maneira pela qual os homens se percebem e se referem uns aos outros, isto é, em uma práxis coletiva*”. ORTIZ (1984: 33) é outro autor que considera este aspecto quando reconhece “*que toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença /.../. Toda identidade é uma construção simbólica. Não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos*”. A construção de identidades depende também e, sobretudo, das experiências vividas e que dão forma às representações, permitindo, assim, que grupos se reconheçam. Esse ato de reconhecimento mútuo comporta aproximações e distanciamentos. A noção de identidade articula-se com o conceito de *experiência* conforme elaborado por E. P. THOMPSON (Apud. TITTONI, 1994): “*resposta mental e emocional seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento*”.

Embora as pessoas estejam contingenciadas por situações das mais diversas, essas mesmas condições encontram-se sempre impregnadas de significações culturais; acham-se fixadas em relação aos vários sistemas de referências que atravessam as práticas sociais. Ou ainda, apesar de a realidade aparecer estruturada, é exatamente com base nessa ordem que ela será continuamente reinterpretada e transformada. O homem capta a realidade e dela se apropria “*com todos os sentidos*”. Mas estes sentidos — assinala KOSÍK (1986: 120) —, “*que reproduzem a realidade para o homem, são eles próprios um produto histórico-social /.../. Com seu agir o homem inscreve significados no mundo e cria a estrutura significativa do próprio mundo*”. É na realidade enquanto práxis, experiência interrogada que interesses são identificados, constituindo-se, a partir daí, sujeitos coletivos, sociais e políticos.

O termo *experiência* inclui as relações de parentesco, os costumes e preceitos transmitidos pela tradição oral. Abrange as regras institucionalizadas, as concepções religiosas que determinam

condutas, crenças, convicções e valores morais. Compreende, também, as formas explícitas e implícitas de dominação e resistência que configuram as maneiras com as quais os indivíduos experimentam as tensões da realidade social. Tal definição, permite articular trajetórias e representações, experiência real e imaginário vivido.¹⁶ CASTORIADIS (1982: 27) utiliza o termo *“imaginário social”* para o conjunto de experiências acumuladas e partilhadas que recorta e estrutura a vida cotidiana. Esse imaginário é a *“criação incessante e essencialmente determinada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas das quais nos identificamos”*.

O imaginário social é constituído pelas imagens e representações que dão suporte aos significados atribuídos pelos sujeitos à práxis coletiva (processo de socialização do indivíduo), e que permitem apreender o “mundo objetivo” como uma realidade intersubjetiva. A instituição desse imaginário — segundo CASTORIADIS (1982: 343) — encontra-se interligada à *“história de uma psiquê, no decurso da qual ela se altera e se abre para o mundo social-histórico, através também, do seu próprio trabalho e da sua criatividade”*. Do mesmo modo, ele comunica-se com *“a história de imposição à psiquê, pela sociedade, de uma maneira de ser que a psiquê jamais poderia fazer surgir a partir de si mesma e que fabrica-cria o indivíduo social. O resultado comum a estas duas histórias — finaliza o autor — é a emergência do indivíduo social como coexistência, sempre impossível e sempre realizada, de um mundo privado e de um mundo comum ou público”*. O processo de singularização, que ocorre no instante-mesmo em que o indivíduo se socializa, comporta alienação e alteridade.¹⁷

O *princípio da alteridade*, de acordo com TUDE de SOUZA (1990: 16), *“é o processo de auto-engendramento através do qual o sujeito reconhece fora de si os objetos do trabalho, e com ele sua existência social e alienada, projetando-se como sujeito de um trabalho estranhado”*.¹⁸ É através da reapropriação crítica da realidade objetiva que o sujeito se reconhece no seu duplo: sujeito alienado em meio a objetos estranhos a si mesmo e, sujeito singular que se afirma genericamente na experiência coletiva dos grupos sociais. Esse processo de auto-reconhecimento, é mediado pelas formas de socialização, conduzidas através da afirmação dos interesses dos produtores diretos frente às estratégias seletivas e excludentes dos proprietários do capital. Ao reapropriar-se criticamente da realidade, o “coletivo abstrato” se materializa nas práticas concretas de luta, por meio dos conflitos estimulados pela sua identidade prévia em contraposição às necessidades impostas pela produção capitalista. São esses embates que dão inteligibilidade ao

¹⁶ - Ver também Tittoni (1994).

¹⁷ - Desta forma, Castoriadis questiona a teoria lukacsiana da reificação, na qual os homens são irremediavelmente transformados em “coisas” no interior das relações capitalistas. É a criação incessante e sempre renovada das “formas de instituição” da sociedade, que permite afirmar que a *“reificação não pode jamais realizar-se integralmente”* (Castoriadis: 1982: 27), pois existe sempre a possibilidade de se desviar o olhar desses horizontes fechados onde os indivíduos são subsumidos pelas estruturas. A experiência do tempo e do espaço encerra distanciamentos, diferenças e identidades.

¹⁸ - É nestes termos que Paulo Silveira (1989: 50) reconhece *“que os processos de subjetivação correspondem ao processo de objetivação, que a uma objetivação estranhada (coisificação) corresponde uma subjetivação alienada”*.

chão-de-fábrica enquanto local de produção de riquezas, de valorização/acumulação; como lugar onde se efetua a opressão/exploração operária e são forjadas as resistências individuais e coletivas; como locus privilegiado de expressão das contradições que regem as relações capitalistas de e na produção.

No plano do processo de trabalho, tais contradições se expressam não só na “*frequente renovação das condições materiais (tecnológicas) de produção*” — conforme assinala PEREIRA (1979: 20) — mas, também, nos diferentes estatutos salariais, nos critérios administrativos de promoção e premiação, nos mecanismos formais e informais de se garantir o acesso à profissionalização, no reconhecimento ou não pela estrutura gerencial das habilidades e qualidades dos trabalhadores, nas formas de se tratar os riscos, os acidentes e as doenças acontecidas no trabalho, nas estigmatizações raciais e de gênero, em suma, nos mecanismos explícitos e sutis através dos quais a organização patronal tenta regular sua dominação.

O trabalhador, ao ser admitido na empresa, não chega como uma *tabula rasa* que está a procura de um emprego apenas. Traz um conjunto de aspirações, desejos, projetos e expectativas, a partir das quais procura explicar e compreender o sistema fabril. Em função desses quereres e esperanças, os trabalhadores constroem suas representações em relação ao trabalho, que extrapola a dimensão meramente econômica (Quadro 2). A partir dessas imagens, os operários formulam uma reinterpretação criativa das relações sociais existentes na produção e usam modelos “espontâneos” de comportamentos que escapam ao controle organizacional. Seguindo uma lógica vinculada à sua experiência concreta de vida, o trabalhador realiza uma espécie de decodificação dos mecanismos ideológicos inscritos pela cultura técnica. Em função exatamente da distância que separa os interesses patronais da realidade vivida pelo operariado, é possível detectar as brechas e as lacunas existentes no discurso oficial. Promoção, salário, reconhecimento, dignidade, segurança, condições de trabalho são temas aquecidos. Permitem encadeamentos de redes de condutas solidárias ou conflitivas, de identidades horizontais ou verticais, comportamentos coletivos de resistência ou conformismo.¹⁹

O Quadro 2 expõe alguns significados atribuídos ao trabalho pelos operários ouvidos no transcorrer da pesquisa. Evidencia que o processo de proletarização não pode ser pensado de uma forma única e homogênea. A maneira como cada trabalhador elabora suas experiências objetivas e constrói suas representações, possibilita identificar uma série de significados sobre o trabalho que não se esgota nas questões econômicas e na lógica da acumulação/valorização. Demonstra que os espaços da fábrica e o tempo de seu acontecimento — conforme já apontou COSTA (1987: 93) —

¹⁹ - Torna-se importante observar ainda, que os operários esperam ser reconhecidos pelo sistema hierárquico fabril. Quando isso não ocorre, estabelece-se um certo nível de tensão que termina por refletir sobre o coletivo operário podendo, assim, desestabilizar os mecanismos de persuasão e apaziguamento de conflitos utilizados pela empresa.

compõem “um território de cultura, de produção simbólica, que coloca os trabalhadores no interior de uma prática interpretada”.

Quadro 2 - Significados atribuídos ao trabalho pelos operários entrevistados.

Operários	Significados do Trabalho*
Seu Mariano	Jeito de levar a vida. Meio de sobrevivência. Atividade natural e compulsiva para quem num tem nada. Possibilidade de muda de vida.
Cirilo	Ajuda no sustento da casa. Proporciona auto-sustento. Reafirmação do caráter pessoal. Meio para concretizar um sonho. Lugar onde se toma consciência.
Maria Aparecida	Reafirmação do gênero. Essencial para o sustento da casa.
João Batista	Espaço lúdico. Espaço disciplinador. Proporciona status de distinção. Meio de ascensão social.
Silvério	Atividade natural. Meio de mudá de vida. Jeito de tocá a vida. Gente que nem a gente tem precisão do trabalho. Fazê o quê, né!?
José Ribeiro	Acesso ao progresso e à modernidade. Estimula a curiosidade. Prática do trabalhador, da classe quanto ao proletariado. Meio de socialização. Possibilita destapar os olhos. Lugar de merecimento. Onde se ganha honestamente o pão de cada dia. Necessidade.
Givanildo Pereira	Necessidade de ajudar em casa. Permite conhecer as novidades. Lugar de aperfeiçoamento pessoal. Realização pessoal. Atividade que dá prazer.
Benedito dos Reis	Local onde existe discriminação racial. Promoção pessoal. Possibilidade de vencer um desafio. Lugar onde se desperta a consciência.
Luzia	Ajudar no sustento da casa. Local onde se aprende a viver. Espaço lúdico. Possibilita conhecer pessoas. Lugar que traz felicidade. Lugar onde ocorrem injustiças. Realização de um sonho. Da segurança. Lugar de humilhações. Lugar de discriminação sexual e racial.

As representações e saberes formalizados durante a experiência nos diversos regimes de trabalho, conformam os múltiplos significados atribuídos pelos trabalhadores à essa realidade. O

lugar, o tempo e as condições individuais a partir das quais esses significados são construídos, fornecem o material necessário para se apreender as determinações que este território exerce sobre os operários e suas representações. O trabalho emerge, assim, como atividade essencial, tanto para construção de uma identidade social, quanto para a construção psíquica. Aparece como mediador insubstituível da articulação entre a ordem individual e a ordem coletiva. Enquanto atividade produtiva — dirá Elisabeth LOBO (1991: 91) — *“o trabalho não vale apenas pelo que representa como meio de sobrevivência, ele possui outro valor: o de assegurar ao sujeito a posse de um predicado que o torna humano, como os outros homens”*. Essas considerações permitem poder afirmar o caráter dominante do território do trabalho sobre os demais. Tanto o território “natural” (mundo rural e familiar), quanto o território urbano, tendem a tornar-se subordinados à racionalidade demarcada pelo mundo do trabalho.

A diversidade das experiências de proletarização oferece as matrizes interpretativas que possibilitam cruzar as condições objetivas (Quadro 1) com as expressões subjetivas (Quadro 2) usinadas durante esses processos. Ao passarem do campo para cidade, do regime de trabalho rural para o sistema de trabalho fabril, os trabalhadores arrastam códigos, conhecimentos agregados durante essas jornadas, que lhes possibilitam reelaborar suas experiências e atualizar suas identidades. Desse modo, as trajetórias e as travessias cumpridas no interior da divisão do trabalho em geral (campo *versus* cidade) e no trânsito das diferentes formas de divisão social, técnica e hierárquica do trabalho, especificam as experiências individuais e coletivas que conformam as estruturas de tais identidades. As condições particulares de gênero, racial, étnica, idade... intervêm, de maneira decisiva, nos jeitos de cada indivíduo reordenar o mundo e nos mecanismos a partir dos quais são constituídas as individualidades sociais. Elas fornecem os referenciais para uma releitura e uma reapropriação crítica do processo de trabalho. Ou seja, permitem apreender a sua dimensão de opressão (que leva em conta o indivíduo nas suas determinações particulares de gênero, raça, etnia, etc.) e, os mecanismos que concretizam a exploração de uma classe pela outra (intermediada pela relação econômica). As travessias operam como instâncias geradoras dos elementos e das bases das relações identitárias. Nesse sentido, elas organizam tanto as formas de subalternidade econômica e política, os conformismos diante de uma normatividade imposta à vida, quanto as resistências explícitas e difusas tecidas pelo coletivo operário no seu cotidiano.

As trajetórias e as travessias, ao revelarem as estruturas objetivas e subjetivas que dão inteligibilidade à uma dada realidade de classe, possibilitam explicar, por exemplo, certos “paradoxos”, nos quais, o trabalho aparece tanto como um espaço lúdico quanto disciplinador; tanto como local de distinção e merecimento quanto de discriminação; ou ainda, como *“prática do trabalhador, da classe quanto ao proletariado”* e *“lugar onde se desperta a consciência, onde se*

destapa os olhos". Elas demarcam, também, os espaços onde cada operário descreve e inscreve sua posição respectiva enquanto trabalhador coletivo. Portanto, a vivência do espaço e do tempo em que o trabalho se realiza traduz o seu acontecimento como uma realidade intersubjetiva e supra-individual, capaz de revelar tanto o caráter singular das classes operárias, quanto sua expressão genérica. Desse modo, torna-se possível ultrapassar os horizontes que colocam as classes trabalhadoras na condição de atomizadas e subjugadas pelo capital, para visualizá-las nas suas práticas cotidianas, nas suas tradições e diferenciações internas, nos seus modos de pensar e elaborar subjetivamente suas condições materiais de existência. Essa forma de proceder, se contrapõe àquelas definições prévias do proletariado que, ao partirem de uma necessidade estratégica de se conceber um "Sujeito" através de uma abstração máxima, eliminam qualquer alusão às suas particularidades.

* * *

Ao chegar até aqui, já é possível deixar assinalado que os distintos processos de proletarianização/socialização do trabalhador individual constituem o fundamento analítico central, para se articular os significados particular e universal do processo de trabalho capitalista. Enquanto especificam as formas de objetivação e reprodução da força de trabalho, oferecem os princípios necessários para que possamos transitar da realidade empírica aos níveis mais gerais e abstratos de análise. Assim sendo, podemos agora estabelecer algumas generalizações alicerçadas naquilo que foi exposto neste e no capítulo anterior.

Os processos de proletarianização, vinculados às formas de extensão e universalização do valor-mercadoria — seguindo as considerações de BALIBAR (1996) —, comportam pelo menos três dimensões distintas, mas indissociáveis. A primeira, diz respeito à exploração propriamente dita. Implica na transformação constante de contingentes populacionais em força de trabalho. Refere-se à extorsão e apropriação do trabalho pelo capital, à corrosão da autonomia do trabalhador justificadas pelas formas jurídicas (contrato de trabalho) que são recompostas a cada conjuntura política e econômica. A segunda, indica os mecanismos de dominação que mantêm essa relação. Materializa-se, em seu sentido cultural, nas reformulações dos disciplinamentos, hábitos e costumes incutidos pela família, escola, fábrica, medicina social e outras práticas que regulam a inserção do indivíduo no espaço industrial-urbano. A formação de novos comportamentos, de novos hábitos mais adequados às necessidades fabris, é intermediada pelos serviços coletivos de atendimento das demandas por saúde, educação, moradia..., pela própria espacialização da

arquitetura urbana, pelo disciplinamento ao tempo abstrato, pelos veículos de comunicação de massa e, finalmente, pelas estruturas jurídicas e políticas presentes no universo das cidades.

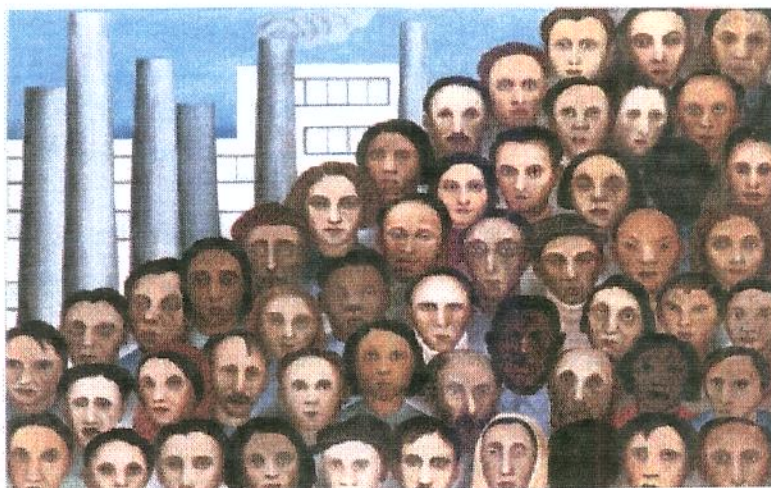
A cidade tem uma linguagem própria, impessoal, diversa daquela utilizada no ambiente rural, que socializa e retira o sujeito do seu território natural e familiar para inseri-lo no sistema produtivo. A reinserção do indivíduo no espaço social busca apagar as fronteiras da sua individualidade, a fim de fazer surgir “o cidadão trabalhador”, “ser genérico” (mercadoria força de trabalho) que espera ser aceito e ter “utilidade” em alguma “atividade produtiva”. Localiza-se, precisamente aí, a terceira dimensão do processo de proletarização/socialização do trabalhador individual. Ela remete para os mecanismos de concorrência e de segurança mobilizados pelos próprios operários para se estabilizarem enquanto força de trabalho empregada, ou seja, colocada em ação por um capital particular. Torna-se importante reconhecer que o capital tem a necessidade de estabilizar uma parcela do operariado. Sob esse aspecto, cabe afirmar que não interessa ao capital destruir e desgastar o conjunto dos trabalhadores. Do mesmo modo, nem é interessante transformar toda força de trabalho complexa em força de trabalho simples.²⁰ O que o capital quer romper, e, esta sim é sua tendência permanente, é a perspectiva da unidade por parte do proletariado.

O conteúdo universal dos processos de proletarização encontra-se ligado ao surgimento da força de trabalho enquanto mercadoria. Sua efetivação acontece, exatamente, a partir do momento em que o capital é capaz de unificar num mesmo território as regras prescritas em nível do chão-de-fábrica (critérios de recrutamento, políticas de gestão da força de trabalho, diversidade de contratos e de estatutos salariais, etc.) com os mecanismos instituídos e administrados no campo das políticas de Estado (regulação do mercado de trabalho, do desemprego, da seguridade social, da escolarização e formação profissional, saúde, habitação, etc.). São estes instrumentos mais gerais de gestão da força de trabalho que possibilitam seu aparecimento enquanto mercadoria. Torna-se importante reconhecer, que esses processos comportam diferenciações, as quais, antes de constituírem formas duais de proletarização, evidenciam as maneiras diversas de realização de uma mesma finalidade (valorização/acumulação).

O sentido particular dos mecanismos acionados pelo capital, para transformar populações marcadas por profundas heterogeneidades em força de trabalho, é conferido pela extração social, pelos vários trajetos migratórios e ocupacionais, pelas determinações de gênero, étnicas, geracionais, pelas estratégias de sobrevivência e expectativas futuras trazidas pelos trabalhadores. Essas experiências prévias de socialização permitem que os trabalhadores atualizem suas identidades no decorrer de suas jornadas. São esses lastros que estruturam a (s) subjetividade (s)

²⁰ - Esta afirmação permite questionar as correntes de pensamento que defendem o caráter destrutivo homogêneo do capital e sua tendência universal de desqualificação da força de trabalho.

do operariado, possibilitando o surgimento de interdições e dissidências frente ao movimento de generalização e valorização da forma-mercadoria.



Operários - Tarsila do Amaral, 1933. Foto: Márcio Reis.

Já foi assinalado anteriormente, que o capital realiza sua dominação por intermédio da propriedade das condições objetivas (meios de produção) e através das formas sempre renovadas de controle efetivo do processo de trabalho. As constantes modificações ocorridas na base tecnológica da produção, a desterritorialização das plantas produtivas, as transformações da composição técnica e política do trabalhador coletivo configuram, em diferentes momentos históricos, algumas estratégias que são acionadas pelo capital no sentido de reenquadrar a subjetividade operária à sua objetividade. Em meio a esses processos mais amplos, a fábrica passa a ser decifrada como local privilegiado para o exercício da hegemonia de uma classe sobre a outra. Por ela circulam as diversas “visões de mundo”, dentre as quais a racionalidade dominante, que busca unificar as várias subjetividades em função do seu horizonte exclusivo. O espaço fabril constitui um domínio político onde as classes trabalhadoras procuram se contrapor à lógica produtivista, do progresso técnico, da competitividade imposta pelo capital, ao mesmo tempo que as classes dominantes tentam impor, via coerção e consentimento, novas formas de captura da subjetividade operária. São estes argumentos que nos permitem apreender as diferentes configurações assumidas pela organização produtiva em cada conjuntura histórica como formas “condensadas da política das classes dominantes”. Esta perspectiva, possibilita romper com aquelas construções teóricas que reivindicam uma “certo determinismo tecnológico” nas suas análises sobre a reconversão industrial em curso. Ao contrário desse enfoque economicista, assumo no próximo capítulo alguns referenciais teóricos que julgo capazes de sustentar tanto uma crítica à “ideologia do progresso técnico”, quanto a afirmação da luta de classe como fundamento instaurador das novas formas de organização da produção.

CAPÍTULO IV

AS METAMORFOSES DO TRABALHO: crítica ao determinismo tecnológico

*À dolorosa luz das grandes lâmpadas elétricas da fábrica
Tenho febre e escrevo.
Escrevo rangendo os dentes, fera para a beleza disto,
Para a beleza disto, totalmente desconhecida dos antigos.
Ó rodas, ó engrenagens, r-r-r-r-r eterno!
Forte espasmo retido dos maquinismos em fúria!
Tenho os lábios secos, ó grandes ruídos modernos,
De vos ouvir demasiadamente de perto,
E arde-me a cabeça de vos querer cantar com um excesso
De expressão de todas as minhas sensações,
Com um excesso contemporâneo de vos, ó máquinas..*
(Fernando Pessoa, heterônimo Álvaro de Campos - "Ode Triunfal" - 1914)

N o capítulo anterior, apresentei quatro histórias de vida para evidenciar a heterogeneidade e as diferenças que recortam o cotidiano das classes trabalhadoras. Busquei também, posicionar o trabalho como território central a partir do qual cada trabalhador atualiza sua condição, modela sua subjetividade e (re) constrói sua identidade individual e coletiva. O trabalho, enquanto realidade estruturada que contingencia a experiência operária, é a todo momento modificado pelos sujeitos que buscam tomar posse do seu domínio. Esse fato, o transforma numa "estrutura tensionada e provisória". Ou seja, apesar de o trabalho se apresentar sempre como um processo concreto que combina uma base técnica específica com alguns princípios organizacionais para se produzir bens materiais e simbólicos (valores-de-uso e valores-de-troca), ele se renova a cada conjuntura. São as contradições existentes entre o caráter coletivo da produção e a apropriação privada dos seus resultados, entre a dinâmica cooperativa do processo de trabalho e a sua direção despótica, entre as expectativas dos produtores diretos e os interesses exclusivos dos donos do capital que fornecem as bases onde se fincam as disputas de classe presentes no espaço fabril e que determinam, em última instância, sua configuração interina e conjuntural.

Quando estou tratando de um processo de trabalho específico, parto do entendimento de que o seu acontecimento demarca "o chão" a partir do qual as classes se constituem. Esse território materializa, portanto, um conjunto de variáveis econômicas, políticas e culturais que determina a configuração técnica e organizacional de cada processo produtivo. É sobre esta base que

encontram-se colocados os objetivos da valorização. Esta perspectiva reconhece, a priori, que o conteúdo particular mais visível dos métodos de produção capitalista — e que expressa um posicionamento das forças em conflito — interliga-se à uma finalidade universal menos perceptível ao olhar imediato (produção de sobre-valor).

Ao reconstituir resumidamente o percurso histórico do trabalho artesanal (cooperação) até o “trabalho imaterial” — tendência que caracteriza as formas organizacionais da produção no mundo contemporâneo —, busco apreender a dinâmica de classe que impulsiona as transformações do processo produtivo. Trata-se, aqui, de evitar as armadilhas de certos procedimentos teóricos e metodológicos que, ao se fixarem na “exterioridade circunstancial da coisa”, partem do pressuposto de que estão falando da “própria coisa”. Assim, toma-se como referência a realidade aparente e mais próxima — tais como as que prevalecem no discurso do progresso tecnológico, da produtividade, da competitividade, e de tantas outras representações que habitam o fértil imaginário do pensamento econômico burguês (e até marxista) — para se eclipsar e ocultar, sem maiores cuidados, o pano de fundo que estrutura essa mesma realidade.¹

A interpretação de uma dada configuração histórica do processo produtivo deve sempre levar em conta no momento da análise pelo menos três dimensões que se articulam em meio às mutações do mundo do trabalho: 1) a dimensão política (luta de classes); 2) a dimensão técnica e, 3) a dimensão ideológica (que demarca os mecanismos mobilizados por uma classe particular no exercício da sua hegemonia).² A identificação dos elementos mais visíveis do processo de trabalho, ponto de partida do enfoque deste capítulo, requer, ao mesmo tempo, um esforço teórico e prático que avance para além dos dados imediatos, e que seja capaz de atualizar as análise sobre as transformações que vêm ocorrendo nas formas de produção.

* * *

¹ - De acordo com Marx, ao se fixarem nas representações econômicas da sociedade capitalista, Smith e Ricardo ficaram impossibilitados de explicar “*como se produz e se reproduz as relações*” no seu interior (aparecem eternizadas). Seguindo um caminho inverso, Marx analisa, primeiramente, as diferenças existentes entre a divisão social e técnica do trabalho e a chamada “divisão natural”,¹ para poder confirmar, em seguida, o caráter histórico e social que define a *Divisão Capitalista do Trabalho*. Dentro da sua perspectiva, não é o “trabalho genérico” que é elegido enquanto objeto de análise, mas o trabalho na sua forma específica e determinada pelo capital (trabalho alienado). É o trabalho vivo subsumido ao trabalho morto, o trabalho abstrato desencarnado da subjetividade operária que passam a dar inteligibilidade ao processo de produção como processo de dominação do capital sobre o trabalho e, conseqüentemente, como processo de valorização “acobertado” por um princípio técnico e organizacional (ver capítulo II).

² - Marx define o processo de trabalho, do ponto de vista mais visível, como o modo pelo qual matérias-primas e outros insumos são transformados em produtos com valor-de-uso. Esse processo é a combinação de três elementos: 1) a atividade humana (força de trabalho); 2) o objeto (matérias-primas ou produtos não acabados) e, 3) os meios (ferramentas, máquinas e equipamentos). A sua caracterização imediata está baseada nas várias configurações que as formas de produção podem assumir de acordo com as múltiplas possibilidades de encadeamentos entre esses elementos. A *cooperação* é o princípio organizador a partir do qual se instaura a produção capitalista.² Está presente em todas as modalidades de organização do processo de trabalho descritas por Marx no livro I de *O Capital*.

A produtividade e a competitividade aparecem como os elementos mais tangíveis que demarcam e distinguem a atual conjuntura da produção capitalista. Enquanto “artifício de convencimento”, funcionam como “anúncios luminosos universais” que denotam uma certa racionalidade instrumental (conforme perspectiva weberiana) à qual todos, indistintamente, devem se submeter (sob pena de não sobreviverem à “modernidade”). Ressalta-se, que a participação nos ganhos de produtividade acha-se também inscrita na agenda de reivindicações de uma parcela importante do movimento sindical. Nada mais justo, se considerarmos que esta pauta refere-se, precisamente, à questão da reapropriação do sobre-trabalho pelos trabalhadores. Mas não se deve deixar passar em branco que no bojo dessa luta predominantemente econômica esconde-se novas formas intensivas de usura da força de trabalho. Muitas vezes, ao não se atentar para esse problema, acaba-se justificando “os efeitos colaterais” dessa conquista (aumento das lesões por esforços repetitivos, da “loucura no trabalho”, etc.) como um “mal necessário”.

Quero deixar claro, antes de continuar, que a própria noção de produtividade não se resume, necessariamente, em conceber, em função dos objetivos de desempenho e rentabilidade, uma configuração técnica que satisfaça primeiramente as metas de produção para, somente depois, se avaliar suas conseqüências sociais. Essa é, majoritariamente, a perspectiva patronal. É possível — via ação dos trabalhadores — se instaurar um outro encadeamento entre os interesses econômicos e as instalações técnicas concebidas para se alcançar maiores rendimentos do trabalho. Isso deveria ser resultado de uma “pauta de compromissos” capaz de inscrever, ao lado dos objetivos de tempo de ciclos das tarefas, aspectos relativos ao conteúdo do trabalho, à saúde e à segurança dos produtores diretos e das populações vizinhas ao território fabril, à qualidade do meio ambiente e àqueles que dizem respeito, obrigatoriamente, à democratização das informações econômicas e técnicas necessárias para a gestão horizontal de qualquer processo produtivo. Por enquanto, fico apenas nessas considerações. A finalidade era indicar que o “paradigma da produtividade” pode constituir-se, também, num campo de disputas entre as diferentes maneiras de concebê-lo.

* * *

Quando observamos os processos produtivos ao final deste século, podemos constatar que a configuração do trabalho mudou radicalmente em relação àquelas formas de organização que predominaram durante o período que se estendeu do pós-guerra até os anos 70. O ritmo acelerado com que as novas tecnologias de base micro-eletrônica têm-se difundido nos países industrializados vem despertando interesse e preocupação no mundo acadêmico, no movimento sindical e na

sociedade como um todo. O futuro do trabalho compõe um cenário de incertezas devido às altas taxas de desemprego que atingem a maioria das economias capitalistas. Verifica-se também — contrastando com a destruição cada vez mais crescente de postos de trabalho —, o grande aumento da produtividade que tem acompanhado a introdução das novas formas técnicas e organizacionais nas plantas produtivas. Entre 1981 e 1988, enquanto o emprego evoluiu em 8,6% nos EUA, a produtividade cresceu em 41,2%. A Bélgica apresentou taxas de aumento da produtividade de 37,6%, sendo que o emprego cresceu apenas 8,4%. Na Alemanha estes índices foram de 19,5% e 10,6%, respectivamente. Em 1993, as cifras de desemprego atingiram 8,9% na Alemanha, 12,1% na Bélgica, 22,7% na Espanha, 11,7% na França e 10,3% na Itália. A persistência desse quadro tem sido um dos principais responsáveis pela xenofobia generalizada diante dos cidadãos estrangeiros, pelo recrudescimento dos conflitos sociais e étnicos, pelo retorno de movimentos neonazistas e pela ascensão da direita bélica³ e anti-operária ao poder em vários países da Europa.

No caso brasileiro, a situação não foi diferente. Se tomarmos como exemplo o setor automotivo (Tabela 1), podemos observar que o expressivo crescimento da produtividade industrial alcançado no início dos anos 90 foi acompanhado por um aumento significativo de trabalhadores expulsos do processo produtivo.

Tabela 1
Evolução da produtividade nas montadoras de veículos
Brasil - 1978/1992

Ano	Produção	Número total de Trabalhadores	Produção por Trabalhador	Produção por Trabalhador/horista
1978	1.064.014	120.636	8.82	10.96
1979	1.127.966	126.415	8.92	11.06
1980	1.165.174	131.224	8.88	10.99
1981	780.883	116.272	6.72	8.94
1982	859.304	106.735	8.05	10.65
1983	896.462	103.926	8.63	11.50
1984	864.563	102.981	8.40	11.19
1985	966.708	116.115	8.33	10.74
1986	1.056.332	127.133	8.31	10.40
1987	920.071	120.142	7.66	9.62
1988	1.068.900	113.986	9.38	11.78
1989	1.013.252	115.007	8.81	11.06
1990	914.671	117.396	7.79	9.65
1991	960.000	108.444	8.85	11.07
1992	1.030.080	103.000	10.00	12.50

Fonte: Anfavea, Balanço Anual GM, Quatro Rodas, DIEESE e Ministério do Trabalho.

Concretamente, as montadoras no Brasil atravessaram a crise dos primeiros anos da década de 80 e a recessão provocada pelo governo Collor, chegando, em 1992, com níveis de produção

³ - Vide a política de retomada dos testes nucleares imprimida pelo Primeiro Ministro da França Jacques Chirac.

equivalentes aos de 1978 (patamar de mais de 1 milhão de veículos) e com cerca de 17 mil trabalhadores a menos. Isto representou, segundo Boletim DIEESE (dezembro, 1992), ganhos de produtividade da ordem de 13% em relação aos períodos de 1991 e 1989.

Situação semelhante pode ser observada quando se analisa o faturamento do ramo de autopeças. Neste caso, como é mais difícil definir um indicador físico de produção, a Tabela 2 mostra a evolução da produtividade nas indústrias fabricantes de componentes automotivos de acordo com parâmetros de faturamento por empregado. Da mesma forma que nas montadoras, detecta-se um grande incremento da produtividade do trabalho devido a um processo de reestruturação industrial poupador de mão-de-obra.

Tabela 2
Evolução e faturamento nas indústrias de autopeças
Brasil - 1978/1992

Ano	Faturamento (US\$ milhões)	Trabalhadores (mil)	Horistas* (mil)	Faturamento/horista (US\$ mil/trab)
1978	4,4	270	210	21
1979	4,9	273	213	23
1980	5,3	279	214	25
1981	4,4	198	151	29
1982	5,0	220	167	30
1983	3,8	211	162	23
1984	4,8	240	185	26
1985	5,5	261	203	27
1986	6,6	292	230	29
1987	8,3	281	218	38
1988	10,5	288	224	47
1989	15,5	310	238	65
1990	12,2	285	217	56
1991	9,0	260	198	45
1992	10,0	240	185	54

Fonte: Sindipeças.

(*) Trabalhadores ligados diretamente à produção.

Extraído e adaptado do Boletim DIEESE (dezembro, 1992: 45).

A soma das 28 mil demissões ocorridas nas montadoras de veículos com as 40.000 no ramo de autopeças, resultaram em um total estimado de 800 mil trabalhadores demitidos em toda cadeia produtiva no decorrer desse período.⁴ Ao longo da década de 80, os ganhos de produtividade na

⁴ - Estima-se uma relação de 29 empregos indiretos para cada trabalhador de montadora. É importante ressaltar, que a incipiente modernização tecnológica não parece ser a única responsável por esse resultado. O quadro recessivo da economia durante este período é a outra via de explicação para estas taxas de desemprego.

indústria automobilística⁵ foram obtidos às custas de um processo de reestruturação produtiva não negociado, pautado, basicamente, na eliminação de postos de trabalho.⁶

A competitividade externa alcançada pela indústria brasileira, nesse período, valeu-se de um conjunto de fatores extremamente perversos: baixos custos da mão-de-obra, queda do consumo interno, desvalorização cambial e incentivos fiscais aos empresários agrícolas e industriais. Em 1986, a média dos custos da força de trabalho no Japão, EUA e Alemanha — segundo dados do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (março/92) — era de 47% aproximadamente superior à média brasileira, quando se considerava a produção homem/veículo.

* * *

As formas com as quais as classes sociais aparecem no momento da análise do processo de trabalho, constituem-se no elemento axiológico diferenciador das várias perspectivas que buscam dar conta das suas transformações. Desse ponto de vista, não basta apenas indicar os impactos e os afeitos das novas tecnologias sobre os trabalhadores, mas deixar emergir a dinâmica de classes que determina as escolhas técnicas e organizacionais em cada formação histórica. Dito de outro modo, trata-se de privilegiar “as atitudes do operariado” diante da estratégia patronal de persistir — através de novos padrões tecnológicos e de gestão da força de trabalho — no objetivo de fazer com que os trabalhadores produzam segundo uma norma que visa a fins (pré) estabelecidos unilateralmente.

É o pensamento de MARX que inaugura a luta de classes como fundamento constitutivo da “socialização da sociedade”. Daí, a importância de localizá-lo e confrontá-lo com as perspectivas da economia política clássica e da sociologia positivista durkheimiana que também fixam o trabalho como elemento central das suas matrizes analíticas. A polarização dessas correntes teóricas adquire importância para este estudo, não só enquanto ocasião privilegiada de revisitar a obra de MARX, mas, e acima de tudo, enquanto momento oportuno para se empreender um esforço no sentido de intentar uma atualização das categorias marxianas a partir dos novos problemas colocados pelo taylorismo, fordismo e pela automação flexível. Não se trata apenas de utilizar formalmente “os termos caros” ao pensamento marxista, mas de transformá-los no “*modus operandi*” que permite explicitar e apanhar “o trabalho enquanto relação social” polarizada e antagonizada.

⁵ - Este setor tipifica o modelo de desenvolvimento industrial do Brasil a partir dos anos 60, quer pelo seu significado real na economia do país, ou ainda, pelo seu significado simbólico para o movimento operário brasileiro.

⁶ - Estes ganhos de produtividade não se refletiram em melhoria salarial para os trabalhadores ou redução de preços para os consumidores.

14.

Produtivismo e Ideologia do Progresso Técnico: forças produtivas versus relações de produção?

No âmbito restrito das discussões que relacionam a incorporação de novas tecnologias com os padrões de produtividade/competitividade, torna-se importante desmitificar a idéia básica que sustenta essa argumentação. Segundo esse modo de enquadrar o tema, a questão passaria por uma decisão científica, racional e neutra sobre a “melhor escolha” técnica, onde os trabalhadores não teriam nada a dizer. Aliás, é essa premissa que fundamenta a economia política burguesa como *“um corpo unitário, coerente em si mesmo e com a pretensão explícita de formular e proporcionar uma representação rigorosa do mecanismo econômico”* (NAPOLEONI, 1978: 12) que regeria as demais relações.

A “ciência econômica não-marxista”⁷ toma como ponto de partida a proposição de que a *“sociedade moderna não é uma sociedade dividida em classes, na medida em que existem unicamente formas diversas de participação no processo produtivo”*. Partindo desse princípio, afirma que *“a contribuição do indivíduo pode dar-se através do trabalho, dos recursos naturais ou de capitais”*. Assim sendo, embora cada indivíduo possa participar de um modo específico das atividades econômicas, *“a posição de cada um acerca dessa atividade é idêntica, já que cada um, como os demais, presta algum serviço produtivo”* (NAPOLEONI, 1978: 12-13). Daí resulta o entendimento de que *“o produto social é repartido entre os diversos prestadores de serviços produtivos segundo regras objetivas, de tipo natural”*, sendo a produtividade do trabalho a síntese da contribuição individual para a elaboração do produto coletivo. O produto social compreende uma variedade de coisas “úteis” que pode ser distribuída e trocada com outros “equivalentes”. Todas essas “utilidades” podem ser mensuradas e comparadas entre si.⁸ Desse modo, o valor de cada produto aparece como uma “realidade natural”, isto é, como uma utilidade inerente ligada à sua capacidade de satisfazer necessidades.

A argumentação em favor do aumento da capacidade produtiva, decorrente da divisão do trabalho, centra-se em três premissas básicas na perspectiva da economia clássica. A primeira, funda-se na suposição de que a habilidade do trabalhador aumenta quando ele pode dedicar-se a um número relativamente reduzido de operações, podendo, ao final, alcançar o seu nível máximo caso venha a se dedicar à uma única operação. A segunda, parte do princípio de que quanto menor o número de operações realizadas por cada trabalhador, tanto maior será a economia de tempos

⁷ - Estou me referindo às teóricas econômicas clássicas de Adam Smith e David Ricardo.

⁸ - Em Smith é a quantidade de trabalho comandado que é o equivalente, enquanto que para Ricardo, é a quantidade de trabalho contido que determinaria a equivalência entre as diferentes mercadorias.

mortos conseguida durante o atravessamento do produto de uma operação a outra. Este princípio, que objetiva estreitar ou eliminar os tempos de preparação e manutenção do processo produtivo, enxugar os estoques, diminuir as necessidades de re-trabalho (controle de qualidade), entre outras medidas, será perseguido — conforme veremos ainda neste capítulo — pelos diferentes modelos de gestão da produção implantados no decorrer deste século. Por fim, a terceira premissa sustenta-se na dedução de que quanto mais reduzida e fixada a atividade humana às operações simples e padronizadas, tanto mais fácil a invenção e o desenvolvimento de máquinas e equipamentos que abreviam e facilitam o trabalho. É nesse contexto que o “progresso tecnológico” irá aparecer como “fato natural” e inevitável, resultante da própria divisão social do trabalho.⁹

É na investigação dos *fisiocratas* que o sistema econômico vai aparecer, pela primeira vez, como um conjunto unitário, semelhante a um organismo regido por leis necessárias, cientificamente relevantes e enquadradas numa “ordenação natural”. A ordem da natureza física oferece a metáfora adequada a partir da qual se construirá um esquadramento objetivo à margem da vontade e das possibilidades de intervenção dos indivíduos. Para os fisiocratas, restam aos homens “*não obstacularizarem o livre desenvolvimento das diversas forças que operam na sociedade*”. Se isso ocorrer, “*a sociedade tenderá a funcionar segundo leis que se impõe automaticamente a todos*” (NAPOLEONI, 1978: 23). A base da constituição da ordem natural — segundo os teóricos ligados à essa corrente de pensamento — é a transformação geral dos produtos em mercadorias (expansão da economia mercantil). Ou seja, no terreno da análise econômica, a realidade da troca é o ponto de partida, uma vez que ninguém pode viver em sociedade somente com suas próprias provisões, e satisfazer todas as necessidades apenas com o seu trabalho; cada indivíduo deve, isto sim, intercambiar a sua produção excedente com outros produtos produzidos pelo trabalho alheio.¹⁰

⁹ - Nesse sentido, a economia política burguesa representa uma tentativa de sistematização teórica que busca explicar a origem do desenvolvimento e da complexidade da sociedade econômica a partir da “especialização”, cada vez mais crescente, da força produtiva do trabalho individual incitada pela necessidade de troca. Para Smith, a geração do valor (do lucro) é dependente da lei da oferta e da procura sancionada pela “mão invisível”. Prevalece, desse modo, a autonomia da lógica econômica que rege o mercado e as demais relações sociais entre produtores independentes. Contra essa posição produtivista defendida pela economia clássica, Durkheim [1893] contrapõe um outro argumento em favor da *Divisão Social do Trabalho*. Ao criticar os economistas que aí identificam uma forma de aumentar o rendimento das forças sociais, afirma que sua principal função é, antes de mais nada, a de ser a fonte de solidariedade. Assim como a divisão sexual é a fonte da união conjugal, as dessemelhanças e as diferenças na especialização de cada indivíduo, provocada pela divisão do trabalho, irá estimular a solidariedade orgânica⁹ que amalgama a vida em sociedade. Os efeitos econômicos que porventura daí decorrem são menos importantes do que sua função moral.

¹⁰ A “propensão natural para o escambo” é, também, o ponto de partida das análises de Adam Smith [1763] sobre a divisão social do trabalho e a “riqueza das nações”. A possibilidade de troca entre os diferentes produtores diretos revela a “utilidade social” de cada atividade específica. Isto porque, as faculdades humanas de “raciocinar e falar” permitem que as necessidades sejam satisfeitas através da permuta de serviços e produtos, em função da “auto-estima” e dos interesses de cada pessoa. É essa “racionalidade da natureza humana” que submete cada atividade produtiva à lei da comunicação¹⁰ e da troca. A positividade dessa ordenação natural — “protótipo da razão comunicativa habermasiana” — toma como ponto de partida o fato de que convém ao interesse particular de cada indivíduo a especialização da sua atividade para potencializar, desse modo, sua capacidade produtiva. Esse aumento de produtividade tem como resultado o incremento dos “recursos pessoais” — conseguido através da permuta de excedentes cada vez mais amplos do próprio produto. Ao final de cada intercâmbio entre produtores independentes, amplia-se a disponibilidade de bens para a sociedade gerando, assim, a prosperidade e a riqueza universal.

A “idéia do mercado” opera no interior da ideologia liberal um verdadeiro mascaramento da realidade das classes, à medida que ela cria a “ilusão da igualdade” entre os diferentes agentes econômicos. Sua representação da sociedade funda-se no apagamento dos antagonismos gerados no espaço da produção da vida material e, igualmente, na crença “*imexível*” de que o mercado possui a capacidade de incorporar e otimizar “as aptidões inatas” de cada indivíduo. Acentuando o lado ideológico, pode-se chegar ao ponto de dizer — plagiando LEFEBVRE (1979: 68) — que a perspectiva da economia política permite definir a burguesia “*como a classe que nega as demais classes*” (pretensão de universalidade da ideologia burguesa).

O raciocínio comum do pensamento originário burguês no campo da economia e da sociologia é a crença insistente na “positividade natural” da divisão social do trabalho. Tanto ADAM SMITH, que localiza, aí, a fonte potencial da produtividade e do progresso técnico, quanto DURKHEIM — ao considerar a dimensão de solidariedade inerente à especialização e ao parcelamento das tarefas —, prevalece uma visão otimista da produção capitalista (tendência à integração). Essa construção teórica entrou em crise num determinado momento da história, em função, justamente, da sua representação harmoniosa do mundo. A história do capitalismo tem demonstrado que a sua realidade, ao contrário do que apregoam esses modelos explicativos que se valem de metáforas inspiradas nas ciências naturais, “*não é uma realidade harmônica, mas sim, uma realidade marcada por desequilíbrios, crises e antagonismos*”. Ao lado das crises periódicas de superprodução,¹¹ do escândalo do subdesenvolvimento (que evidencia a desigualdade permanente entre as diversas economias que compõem o capitalismo mundial), dos desajustes no consumo,¹² da destruição dos recursos naturais e de parcelas consideráveis de seres humanos, há uma crise estrutural no mundo capitalista, permanente e não esporádica: a dos produtores diretos e das relações sociais nas quais os mesmos acham-se incluídos. Trata-se da oposição do operariado, “*que no âmbito do sistema representa a desarmonia sistemática mais irredutível*” (NAPOLEONI, 1978: 13-14).

Na linha, agora, da crítica marxiana, a análise da produção capitalista pode ser realizada tomando como referência três aspectos da sua construção teórica: a teoria do valor, a teoria da crise e a teoria das novas formas assumidas pelo capitalismo em cada estágio do seu desenvolvimento. Ao contrário da economia política que afirma o “caráter eterno” das relações capitalistas, MARX quer dar inteligibilidade ao capital como uma relação social historicamente

¹¹ - A crise de 1929 é o exemplo paradigmático.

¹² - No sentido de que, não obstante o acelerado desenvolvimento da riqueza material, uma certa parcela do consumo essencial permanece insatisfeita e, paradoxalmente, as necessidades são geralmente satisfeitas de forma cada vez mais inferior.

datada, bem como, identificar as diversas formas assumidas pela divisão do trabalho em cada conjuntura.¹³

Em relação à teoria do valor, torna-se oportuno assinalar a centralidade que ela assume no pensamento econômico de MARX. Esta categoria, ao mesmo tempo que define e especifica o caráter histórico da “era do capital”, se constitui na pedra angular da investigação crítica marxiana em relação às explicações da teoria econômica clássica. Adam SMITH e RICARDO, mesmo tendo chegado a conclusões diferentes sobre a origem do valor, perseguem por intermédio deste conceito a essência da “naturalidade” da sociedade mercantil. A preocupação comum era a de desvendar o “critério social” que possibilitava validar a troca generalizada entre produtores e produtos diferentes. A determinação do valor-de-troca ou do valor relativo das mercadorias se transforma, assim, no passo decisivo para se confirmar o caráter natural da sociedade econômica.¹⁴ SMITH e RICARDO, ao defenderem que o trabalho é a medida geral do valor de todas as espécies de bens, localizam, aí, o conteúdo natural das relações sociais fundadas na troca. A quantidade de trabalho contido ou comandado é o “equivalente real e universal” do preço de toda mercadoria. A teoria do valor trabalho, ao proporcionar uma solução para o problema do preço de cada produto, cumpre o papel de assegurar, simultaneamente, a afirmação da “ordem natural” que regeria a troca e as sociedades econômicas erguidas a partir dela.

A problemática marxista se contrapõe à perspectiva da economia política à medida que o valor, ao contrário de afirmar a essência da naturalidade da sociedade, torna-se a expressão de uma realidade na qual os indivíduos (os trabalhadores) só existem enquanto produtores de valores-de-troca. Esse fato, por si só, contesta e nega qualquer ordenação natural regulando as relações entre as pessoas. Isto porque, o trabalho individual e concreto de cada produtor somente adquire validade social se for sancionado pelo “representante do trabalho geral” (o dinheiro). O capital, como personificação da riqueza abstrata, requer a permanente submissão do trabalhador aos objetivos da sua acumulação e ampliação. Ou seja, exige que todo trabalho se reduza a um mero suporte do processo de valorização. O valor assume, assim, a condição de uma “potência autônoma” que aniquila a independência dos produtores diretos, os coloca sob o seu comando, impõem-lhes uma nova disciplina fabril e submete toda reprodução da vida social à generalização da forma-mercadoria.¹⁵

¹³ - Segundo Marx, “quem considere esse modo de produção a eterna forma natural de produção social, escapará, necessariamente, do que é específico da forma do valor e, em consequência, da forma mercadoria e dos seus desenvolvimentos posteriores, a forma dinheiro, a forma capital, etc.” (Marx, 1982: 90).

¹⁴ - Sobre esta discussão ver prefácio de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e o próprio livro de Rubin (1987).

¹⁵ - Para Marx (1982: 81), “a forma mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho, a qual caracteriza essa forma, nada tem a ver com a natureza física desses produtos, nem com as relações materiais decorrentes. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas [...]. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana no mundo das mercadorias. Chamo a isto de *fetichismo*, que está sempre

No capítulo II, analisamos o papel que a descoberta da categoria força de trabalho representou na elaboração da teoria marxiana do valor. Procurei ressaltar que a valorização do trabalho objetivado, enquanto fim almejado pelo capital, tem na força de trabalho o seu elemento gerador.¹⁶ A gênese desse movimento do capital (D-M-D') encontra-se situada na objetivação do trabalho vivo e no seu aparecimento prévio como mercadoria (força de trabalho). Cabe agora evidenciar a importância que o conceito de "trabalho abstrato" assumiu para a teoria do valor em MARX. Embora a definição deste conceito gere inúmeras controvérsias no âmbito do debate marxista, importa que se retenha aquilo que é essencial para se efetuar a crítica à economia política.

Toda mercadoria — conforme demonstra MARX no capítulo I do primeiro livro de *O Capital* [1867] — encerra, concomitantemente, um valor-de-uso e um valor-de-troca. Do mesmo modo, o trabalho que a produz possui também um duplo caráter.¹⁷ O primeiro, refere-se ao fato de que qualquer atividade produtiva de um determinado tipo, que visa a um objetivo determinado, é "trabalho útil" ou "trabalho concreto", cujo produto é um valor-de-uso. Sob este aspecto, o trabalho *"é uma condição da existência humana independentemente de qual seja a forma de sociedade; é uma necessidade natural eterna que medeia o metabolismo entre o homem e a natureza e, portanto, a própria vida humana"* [MARX, 1867] (1982: 208). O segundo aspecto que demarca a dupla dimensão do trabalho é, precisamente, o que caracteriza e inaugura o modo capitalista de produção: é trabalho separado das suas condições objetivas, de suas características específicas e que aparece como simples dispêndio de força de trabalho geral. O dispêndio de trabalho humano, considerado deste modo, cria valor e é chamado "trabalho abstrato".¹⁸ O "trabalho concreto" e o "trabalho abstrato" não são atividades diferentes, mas são momentos de

gradado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadoria. É inseparável da produção de mercadorias". Este "poder automatizado", que emana dos produtos da atividade humana, constitui-se a origem do conceito de **estranhamento**: os produtores diretos não reconhecem nestes produtos (denominados, agora, mercadorias) os "rebentos" do seu próprio cérebro e da sua própria ação sobre os objetos.

¹⁶ Segundo Napoleoni (1978: 18), *"a tendência do capital a substituir o trabalho vivo, pelo trabalho morto, ou trabalho objetivado, entra em contradição com a outra tendência do mesmo capital de manter dentro do processo o trabalho vivo, como fonte de trabalho e da mais-valia"*. Esta contradição, coloca o capital numa verdadeira "sinuca de bico", pois, *"se toda a classe dos trabalhadores assalariados fosse destruída pela maquinaria, que mirabolante coisa seria para o capital [...] sem trabalho assalariado deixaria de ser capital"* [Marx, 1849] (1987: 47). Portanto, as projeções futuroológicas da "fábrica sem operários" e do "fim das classes trabalhadoras", tão em moda nas visões daqueles que prenunciam os mais variados tipos de "sociedade-pós", não passam de uma *"fiction image"*. O capital somente se realiza através do enquadramento da subjetividade operária à sua objetividade. Ou ainda, o trabalho vivo (capital variável), enquanto agente direto da valorização do capital, ocupa um lugar não só de destaque no interior de qualquer processo produtivo, mas se constitui — conforme observação de Napoleoni (1978: 20) — *"como elemento valorizante do capital em sua totalidade"*. Pode-se dizer, que a própria "existência do capital" funda-se na dominação do trabalho passado e morto sobre o trabalho vivo (criador de valor). Essa contradição permanente entre as condições subjetivas e as condições objetivas da produção, que reitera a impossibilidade de se realizar integralmente a subsunção real do trabalho ao capital, é um dos caminhos abertos por Marx para se pensar a "crise estrutural" do capitalismo.

¹⁷ Nas palavras de Marx (1982: 211): *"Sendo a própria mercadoria unidade de valor-de-uso e valor, o processo de produzi-la tem de ser um processo de trabalho, ou um processo de produzir valor-de-uso e, ao mesmo tempo, um processo de produzir valor"*.

¹⁸ Marx (1982: 80) dirá: *"a igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho toma a forma de quantidade de valores dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas qual se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação entre produtos do trabalho"*. Situa-se, aqui, o próprio processo de reificação das relações sociais, ou seja, as relações entre pessoas torna-se relações entre "coisas".

uma mesma totalidade. Enquanto atividade individual (trabalho não imediatamente coletivo), o trabalho concreto converte-se em social na medida em que se transforma em seu oposto (trabalho abstrato).

Um outro aspecto que conforma o caráter abstrato do trabalho prende-se ao princípio de que as relações sociais, nas sociedades onde prevalece o modo capitalista de produção, encontram-se reificadas. Quando as relações entre os homens se transformam numa “transação coisificada” (mediada pelo dinheiro),¹⁹ os indivíduos apenas são sociais na conta exata em que são genéricos. No momento em que aparece separada da própria individualidade, a atividade produtiva somente se realiza na condição de trabalho abstrato, enquanto contribuição “despersonalizada” do operário ao processo geral de valorização. Por outro lado, o próprio trabalhador — conforme comentários de NAPOLEONI (1978: 135) — *“se mostra absolutamente indiferente com respeito ao caráter determinado de seu trabalho; para ele, este carece de interesse, salvo, unicamente, por se constituir em trabalho geral, abstrato e, como tal, valor-de-uso para o capital”*.²⁰

Para que o trabalho coletivo se transforme em trabalho abstrato é necessário, antes de tudo, que ele se apresente separado das condições objetivas de produção, ou ainda, que ele se posicione em oposição ao capital. É indispensável que tenha ocorrido aquele processo histórico onde as condições objetivas do trabalho encontram-se colocadas como algo separado do trabalhador, e que o trabalhador apareça diante do capitalista como força de trabalho geral. Esse acontecimento particular põe por terra toda argumentação de que os indivíduos apareceriam inseridos nas relações de troca em função da vontade imediata de cada um.

A principal ruptura epistemológica marxiana (Quadro 3) em relação à economia política burguesa, é o seu reconhecimento que o intercâmbio e as relações de produção são produtos de um processo histórico, e encontram-se fixadas socialmente. Para completar este sumário do pensamento crítico marxiano, valeria a pena mais um esforço a fim de indicar alguns pontos que demarcam suas análises sobre as formas históricas assumidas pela divisão do trabalho, bem como, demonstrar a “tensão permanente” que permeia todo seu enfoque em relação ao desenvolvimento das forças produtivas.

¹⁹ - Nos *Grundrisse* (1986: 86 - tradução livre) Marx escreve: “A necessidade de transformar o produto da atividade dos indivíduos, antes de tudo, na forma de valor-de-troca, em dinheiro, e de que somente nesta forma ele adquire e manifesta seu poder social, demonstra duas coisas distintas: 1) que os indivíduos seguem produzindo apenas para a sociedade; 2) que sua produção não é imediatamente social, não é ‘the offspring of association’, que reparte em seu próprio interior o trabalho”.

²⁰ - Marx reconhece que o valor da força de trabalho, e o valor que ela cria no processo de trabalho são duas grandezas distintas. Ou seja, o fato decisivo é que o valor específico da força de trabalho tem a capacidade de gerar mais valor do que ela é capaz de incorporar. Na realidade — assinala Marx (1982: 218) — “o vendedor da força de trabalho (trabalhador), como o de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor-de-troca e aliena seu valor-de-uso. Não pode receber um sem transferir o outro”. Portanto, o valor-de-uso da força de trabalho não pertence a seu vendedor. Dito de uma outra forma: a força de trabalho não possui valor-de-uso para o próprio trabalhador.

Quadro 3 - Algumas rupturas da crítica marxiana à economia política

<i>Divisão Social do Trabalho Economia Política</i>	<i>Divisão Manufatureira do Trabalho Crítica da Economia Política</i>
1) Parte da especialização de produtores independentes que produzem diferentes mercadorias.	1) O operário parcelário não produz mercadoria, produz frações de um trabalho concreto (trabalho útil/abstrato)
2) A análise parte do mercado (ótica da distribuição).	2) A análise parte do "trabalho" (ótica da produção).
3) Disseminação dos meios de produção entre "n" proprietários.	3) Concentração dos meios de produção nas mãos dos capitalistas.
4) Única autoridade é o mercado e a concorrência.	4) Supõe uma autoridade absoluta sobre o processo de trabalho pelos donos do capital e pelas direções, que reorientam o trabalho concreto.
5) Na economia política é o trabalho que consome os meios de produção.	5) São os meios de produção que consomem a força de trabalho.
6) O trabalho individual e a sua especialização possuem uma "utilidade social".	6) O trabalho vivo, que é concreto e individual, só tem utilidade dentro do trabalho coletivo. O trabalho abstrato torna o trabalho independente dos sujeitos que o realiza.
7) O trabalho constitui um "valor" para o indivíduo.	7) A força de trabalho não possui um valor-de-uso para o trabalhador, mas só valor-de-troca. O valor-de-uso da força de trabalho é a sua capacidade de produzir mais valor do que ela contém.
8) A Divisão Social do Trabalho é uma consequência natural da necessidade de troca.	8) A Divisão Manufatureira do Trabalho é uma criação histórica do capitalismo.

Em toda última fase da sua obra crítica à economia política, MARX deixa subjacente a idéia de que a dinâmica da produção capitalista encontra-se subordinada à contradição permanente entre as forças produtivas e as relações de produção que estruturam cada sociedade.²¹ De uma maneira mais geral, pode-se extrair dessa contradição a premissa de que a seqüência sucessiva de diferentes modos de produção é a explicação primeira da própria história.²²

Aqueles que partem de uma visão mais ortodoxa e mais generalizada do **Prefácio à Economia Política** [1857~1858] (1991),²³ defendem o primado das forças produtivas sobre as relações de produção que, por sua vez, fixariam toda superestrutura jurídica, política e ideológica de uma formação histórica específica. Essa sobredeterminação adquire, assim, um significado para a gênese (e a genealogia) da história, de tal forma que as forças produtivas irão emergir como "o

²¹ - O conceito de forças produtivas de Marx abrange os meios de produção e a força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos como o desenvolvimento da maquinaria e outras modificações do processo de trabalho, a descoberta de novas fontes de energia e a educação do proletariado.

²² - De acordo com o pensamento de Marx, o colapso de um modo de produção leva, necessariamente, à sua substituição por outro.

²³ - O trecho do **Prefácio à economia política** é o seguinte: "Na produção social de sua vida, os homens estabelecem relações definidas indispensáveis e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um estágio definido do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A soma total destas relações de produção constitui a estrutura econômica, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política".

principal motor” do seu desenrolar.²⁴ Na verdade, essas formulações não constituiriam um problema se elas articulassem, em algum momento, as forças produtivas com as relações de produção, de modo a priorizar as interações possíveis entre as duas categorias de análise (ao invés do primado de uma sobre a outra). Mas os próprios textos de MARX deixam essa questão em aberto.

Nas obras marxianas intermediárias (*Ideologia Alemã*, 1845~1846; *Miséria da Filosofia*, 1847; *Trabalho Assalariado e Capital*, 1847;²⁵ e o *Manifesto do Partido Comunista*, 1848), o desenvolvimento das forças produtivas aparece associado, em seu sentido mais forte, à duas idéias básicas: a idéia de “potência liberadora” que possibilitaria a emancipação da classe operária (comunismo) e, de “força motriz” do desenvolvimento histórico. A primeira associação está baseada no pressuposto de que o desenvolvimento das forças produtivas eliminaria o trabalho e, conseqüentemente, libertaria o operariado da sua principal contingência.²⁶ No segundo caso, é a contradição permanente entre o progresso das forças produtivas e as relações que as colocam em ação que engendraria outros modos de produção — base na qual se enraíza o acontecer da história.²⁷ Indo um pouco mais além, pode-se afirmar que MARX explica a própria “consciência” mediante a contradição da vida material.²⁸

Essa interpretação restrita das teses de MARX tem sido responsável por uma das principais controvérsias dentro do pensamento marxista ocidental. Aparece como um dos principais “pontos

²⁴ - O desenvolvimento das forças produtivas levaria a uma contradição entre elas e as relações de produção (que obstaculizam o progresso das forças produtivas), e a intensificação desta contradição determinaria o colapso do modo de produção existente e da sua superestrutura.

²⁵ - Em 1847, Marx realizou a exposição que conforma o conteúdo deste texto na Associação Operária Alemã de Bruxelas. O texto foi publicado, posteriormente, na Nova Gazeta Renana [1849].

²⁶ - Ver estas passagens da *Ideologia Alemã*: “Os proletários se pretendem afirmar-se como pessoas, devem abolir a sua própria condição de existência anterior, que é simultaneamente a de toda sociedade até os nossos dias, isto é, devem abolir o trabalho” (pág. 82). “Não é possível levar a cabo a libertação real sem ser no mundo real e através de meios reais; que não é possível abolir a escravidão sem a máquina a vapor e a mule-jenny, nem a servidão sem aperfeiçoar a agricultura; que mais genericamente, não é possível libertar o homem enquanto ele não estiver completamente aptos a fornecer comida e bebida, a satisfazer as suas necessidades de alojamento e vestuário em qualidade e quantidades perfeitas. A libertação é um fato histórico e não um fato intelectual, e é provocada por condições históricas, pelo (progresso) da indústria, do comércio, da agricultura...” (pág.: 28). “A alienação só pode ser abolida mediante duas condições práticas: /.../ que tenha dado origem a uma massa de homem totalmente ‘privada de propriedade’, que se encontre simultaneamente em contradição com o mundo de riqueza e de cultura com existência real; ambas pressupõem um grande aumento da força produtiva, isto é, um estágio elevado de desenvolvimento /.../. Ele constitui igualmente uma condição prática sine qua non, pois é unicamente através desse desenvolvimento universal das forças produtivas que é possível estabelecer um intercâmbio universal entre os homens /.../. O comunismo só é empiricamente possível como ‘ação rápida’ e simultânea dos povos dominantes, o que pressupõe o desenvolvimento universal da força produtiva e as trocas mundiais que lhe estejam estritamente ligada” (páginas: 41-42).

²⁷ - Marx escreve que, “as relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalista industrial” (*Miséria da Filosofia*: 102).

²⁸ - Vide *Ideologia Alemã* e o *Prefácio à Economia Política*: “A produção de idéias, de representações e da consciência está direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. São os homens que produzem suas representações, as suas idéias, mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhes corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais do que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo da vida real” (*Ideologia Alemã*: 25).

de endurecimento” a ser desatado por aqueles que buscam atualizar o pensamento marxiano originário à luz dos acontecimentos do século XX. Se debruçarmos com mais cuidado sobre os textos que fundam o materialismo histórico, é possível se acercar da “tensão permanente” que atravessa toda problemática do desenvolvimento das forças produtivas. Em várias passagens das obras consideradas de transição pode-se identificar, com certa frequência, uma outra dominância: a das relações de produção sobre as forças produtivas. A maquinaria, nessa condição, assume a prerrogativa de principal instrumento estratégico a ser mobilizado pelos capitalistas contra a “revolta operária”.²⁹ O seguinte trecho do livro *A Miséria da Filosofia* [1847] exemplifica bem essa “inversão” de posições a que estou me referindo: *“Na Inglaterra, as greves regularmente deram lugar à invenção e à aplicação de algumas máquinas novas. As máquinas eram, pode-se dizê-lo, a arma que os capitalistas empregavam para abater o trabalho especial em revolta. A ‘self-acting mule’, a maior invenção da indústria moderna, colocou fora de combate os fiandeiros revoltados. Ainda que as coalizões e as greves tivessem como efeito voltar contra elas os esforços do gênio mecânico, sempre exerceram uma imensa influência sobre o desenvolvimento da indústria”* (MARX, 1985: 154 - grifo meu).³⁰ Evidencia-se, aí, o primado das relações de produção (luta de classes) atuando sobre o desenvolvimento dos instrumentos e do processo de trabalho. Quando se inverte o posicionamento inicial para se assumir essa outra posição, torna-se possível relativizar os efeitos imediatos da produção material sobre a “consciência”, assim como, questionar o “caráter emancipatório” que o desenvolvimento das forças produtivas — sob a égide do capital — teria em relação à sua capacidade de “humanizar a humanidade” (caráter civilizatório). Se voltarmos novamente aos textos de MARX poderemos encontrar elementos para afirmar o contrário: a produção capitalista possui predominantemente um “caráter destrutivo”.

Essa constatação prende-se ao fato de que *“as condições de utilização e de uso das forças produtivas são as condições de dominação de uma determinada classe social sobre a outra”*

²⁹ - O capital — no sistema manufatureiro — não conseguia apoderar-se de todo o tempo disponível do trabalhador, nem mesmo assenhorar-se da produção social em toda sua extensão. A destreza e a habilidade manual do trabalhador de *métier* colocadas em ação, preferencialmente, no interior do *atelier* domiciliar, constituíam os instrumentos básicos de insubordinação das corporações de ofícios frente às tentativas de domínio absoluto por parte dos donos do capital. É contra essa “rebeldia do trabalho” que a maquinaria irá se contrapor. A passagem do princípio manufatureiro ao sistema mecânico se fez acompanhar não só de uma mudança de escala de investimentos industriais, mas, sobretudo, de uma mudança qualitativa nas formas de gestão do trabalho fabril e do conjunto do processo produtivo. O capital *“que existia antes sob a forma de dinheiro, existe agora sob a forma de processo de trabalho”* (Marx, 1989: 62 - grifo meu).

³⁰ - Marx escreve posteriormente em *O Capital* que, *“o capital compete à docilidade o braço rebelde do trabalho, quando põe a ciência a seu serviço”*. Assinala ainda, que *“a máquina não é apenas o concorrente todo-poderoso, sempre pronto para tornar supérfluo o assalariado. O capital, aberta e tendenciosamente, proclama-a o poder inimigo do trabalhador, manejando-a em função desse atributo. Ela se torna a arma mais poderosa para reprimir as revoltas periódicas e as greves dos trabalhadores contra a autocracia do capital /.../. A máquina a vapor foi desde o início antagonista da ‘força humana’, tendo capacitado o capitalista a esmagar as exigências crescentes dos trabalhadores que ameaçavam lançar em crise o sistema fabril que nascia. Poder-se-ia escrever toda uma história das invenções, feitas a partir de 1830, com o único propósito de suprir o capital com armas contra as revoltas dos trabalhadores. Destacam-se entre elas a máquina de fiar automática, pois ela abre uma nova época no sistema automático”* (*O Capital*, Livro I: 499).

(*Ideologia Alemã*: p. 47). Para superar essa condição, não basta à *classe despossuída de suas condições objetivas de realização* se apropriar tão somente “*das forças produtivas*”, e, nem mesmo, “*aniquilar a classe dominante*”: as classes trabalhadoras têm que almejar, além de tudo, “*fundar a sociedade sobre novas bases*” (*Ideologia Alemã*: pp. 92 e 48 - grifo meu).³¹ As novas bases civilizatórias³² — segundo MARX (*Ideologia Alemã*: pp. 91-93) — se assentariam sobre uma “*outra submissão das forças produtivas*” e na “*abolição da Divisão do Trabalho*” (necessidade de reintegrar a concepção à execução). Portanto, para que a classe oprimida se constitua em uma “*classe revolucionária*” é preciso não só “*que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes*” sejam reapropriados e transformados pelos produtores diretos, mas também, e, sobretudo, que esta “*classe aspire*” e seja capaz de “*representar o interesse universal*”³³ (*Ideologia Alemã*: p. 92).

Para MARX, essa conquista tem que passar, necessariamente, por uma verdadeira “*revolução do sistema escolar*”, no sentido de reintegrar o “*ensino tecnológico, teórico e prático*” (*O Capital*: p. 559).³⁴ Equivale dizer — como já apontamos nos capítulos anteriores —, que a transformação das condições objetivas de produção exige uma “*revolução*” nas formas de subjetivação das classes trabalhadoras. De acordo com GRAMSCI (1981: 53), esse “*ato de passagem*” significa a transposição “*do momento puramente econômico ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Significa também, a passagem do objetivo ao subjetivo e da necessidade à liberdade*”.³⁵ Tais considerações se aproximam do conceito de hegemonia que será manejado, mais adiante, na tentativa de se buscar as necessárias inter-relações das categorias de análise introduzidas por MARX, para se pensar a crise contemporânea do capitalismo, assim como, as estratégias utilizadas pelas classes dominantes no sentido de superá-la por intermédio de uma “*reestruturação conservadora*” do mundo do trabalho. São essas e tantas outras brechas que possibilitam leituras diferenciadas e conflitantes dos textos de MARX. Seu pensamento revela-se, dessa maneira, aberto, moderno (no verdadeiro sentido da palavra), instigante e sempre atual.

³¹ - No sentido gramsciano isto significa a fundação de uma nova cultura capaz de instaurar uma “*subjetividade universal*”, liberta das amarras do pensamento ideológico e fragmentado.

³² - Marx assinala em *O Capital* (página 367) que “*no conceito simples do capital deve estar contidas em si suas tendências civilizatórias*”.

³³ - Nesse sentido, a transformação da “*consciência de classe*” (subjetividade operária) é elemento fundamental para se transformar as condições concretas da produção material e da vida em sociedade.

³⁴ - Isto implica na formação de um “*novo nexos psicofísico, de um novo tipo de trabalhador capaz de pensar coerentemente e de modo unitário o real presente*” (Dias, 1991: 27).

³⁵ - Gramsci denomina este acontecimento como “*momento catártico*”, onde a estrutura da força exterior que subjuga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em fonte de novas iniciativas (1981: 53).

15.

Mudanças Tecnológicas: produção e agenciamento da subjetividade operária

A produção da subjetividade é apontada por GUATTARI³⁶ como sendo a principal *“matéria-prima da evolução das forças produtivas em suas formas mais desenvolvidas”*. O Japão é o país-exemplo de uma economia que vem crescendo em função de um longo processo de adequação da subjetividade operária ao “modelo japonês” de organização do trabalho.³⁷ A ordem capitalista torna-se eficaz porque consegue projetar-se com eficiência tanto na realidade do mundo, quanto na realidade psíquica. Sua ordenação incide *“nos esquemas de conduta, de ação, de gestos, de pensamento, de sentido, de sentimento, de afeto /.../, nas montagens de percepção, da memorização, na modelização das instâncias intra-subjetivas”*, estabelecendo, assim, *“um sistema de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de se perceber o mundo”* (GUATTARI & ROLNIK, 1991: 42). Sem um trabalho anterior de sujeição das forças produtivas e dos padrões de consumo existentes não se consegue controlar as realidades sociais locais,³⁸ uma vez que a indústria moderna necessita para sua produção de um trabalho material e semiótico.

As estratégias de “produção e agenciamento da subjetividade” e, todas as questões relativas à “economia coletiva do desejo”, se constituem — na perspectiva de DELEUZE & GUATTARI (1976) — como a principal “engrenagem” a ser desconectada, para que se possa apreender os mecanismos de sujeição dos “fluxos operatórios das forças produtivas” à uma dada organização do trabalho. O processo de produção capitalista é definido — sem metáforas — como *“uma máquina capaz de regular num mesmo território a produção desejante e a produção social”*. Poderíamos dizer do mesmo modo — aproximando um pouco mais de GRAMSCI —, que a eficácia e a eficiência do capital situam-se na capacidade de dominar o momento da produção imediata, tanto quanto de subordinar a reprodução social às suas finalidades (momento da hegemonia). Nas duas perspectivas, encontra-se presente a unidade indissociável das dimensões técnicas, ideológicas e políticas do modo de produção capitalista. É esta “organicidade analítica” que estaremos perseguindo até o final deste capítulo.

³⁶ - Ver Gilles Deleuze & Félix Guattari (1976); Guattari ((1990) e Guattari & Rolnik (1991).

³⁷ - Na mesma perspectiva de análise do “modelo japonês”, ver Hirata (1993).

³⁸ - Guattari considera que o capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura, da sujeição subjetiva. A cultura de massa é elemento essencial para a produção da “subjetividade capitalística”. Para que a “competência no domínio semiótico” se efetive na produção imediata, é preciso que se interfira no campo da sua reprodução social como um todo. Os equipamentos coletivos, a mídia e os outros meios de “semiotização econômica, comercial e industrial”, são os instrumentos utilizados para este fim.

O debate sobre o surgimento de novas bases técnicas e organizacionais de produção no transcurso do capitalismo enseja, quase que invariavelmente, duas posturas antagônicas e intransponíveis entre aqueles que argumentam a favor de uma “determinação dos fatores exógenos” e aqueles que, ao contrário, sustentam o predomínio de “forças endógenas” na delimitação do campo das possibilidades técnicas-organizacionais. A primeira postura — que defende a dominância das forças produtivas — parte da noção naturalizada do “progresso técnico”. Dentro desse enfoque, existiria uma “potência motora” externa às forças produtivas e às relações de produção que incide inicialmente sobre a primeira, subordinando, subseqüentemente, tudo o que vem depois. Essa “variável exógena” explicativa é a própria “racionalidade humana”. Ou seja, o “impulso civilizatório” inerente aos seres humanos que buscam suplantam a “escassez do meio natural” por intermédio do progresso técnico. Na perspectiva “tecnicista vulgar” — conforme denominação de DURAND (1987: 62) — *“as formas de trabalhar decorrem fatalmente de um processo técnico intangível, que é determinado pelo estágio de evolução da ciência e da técnica”*.³⁹

Como contraponto à positividade das forças produtivas, outros autores têm postulado a prevalência dos “conflitos de classes” agindo sobre as escolhas técnicas e organizacionais. Há uma pretensão, com isso, de afirmar a primazia da luta de classes em oposição ao determinismo econômico. Dentro desse enquadramento — ao contrário de um “fator exógeno” impulsionando o desenrolar inexorável e contraditório das forças produtivas e das relações de produção —, é acentuado o predomínio dos “fatores endógenos” (interesses opostos entre os produtores e os possuidores do capital) na estruturação, em última instância, dos processos produtivos em cada etapa histórica. Essa segunda postura também apresenta uma série de problemas que necessitam ser explicitados e enfrentados, se quisermos dar conta de pelo menos uma parcela da complexidade do debate em questão.

Um primeiro problema é apontado por autores que — como BRAVERMAN (1980) — articulam a tese “da degradação do mundo do trabalho” com a da constatação de que vêm ocorrendo profundas mudanças na constituição das classes trabalhadoras. A emergência de uma “nova classe”, segundo esse autor, adquire visibilidade a partir da crescente importância assumida pelos trabalhadores de “colarinho branco” no gerenciamento da organização produtiva. O antigo

³⁹ - Na tradição que marcou a teoria marxista até o início dos anos 60, as forças produtivas também eram encaradas como neutras, sendo positivo o seu desenvolvimento. A gestação da base material do socialismo ocorreria nos interstícios do movimento de maturação do capitalismo, uma vez que apareceriam contradições cada vez mais irreconciliáveis no âmbito das relações sociais de produção. A questão de fundo a ser resolvida se resumiria na preservação e no aprimoramento do uso destas forças produtivas, e no ajustamento dos interesses corporativos que as acompanham durante a passagem para o socialismo. Esse ponto de vista sintetiza certas opções políticas — assumidas por boa parte do pensamento de esquerda — que defendem uma transição pacífica e sem rupturas no plano da produção imediata. Os acontecimentos históricos deste final de século se encarregaram de mostrar os equívocos dessas premissas. No entanto — conforme veremos mais adiante —, ainda persistem várias correntes teóricas que buscam atualizar, via uma nova roupagem, tais modelos explicativos centrados no paradigma da “sobredeterminação tecnológica”.

papel ocupado pelo operariado “blue collars” na produção social é esvaziado e deslocado para fora do chão-de-fábrica,⁴⁰ limitando-se, assim, as possibilidades de resistência contra o “poder do capital” de definir as formas e as finalidades da organização produtiva. BRAVERMAN (1980: 21), quando analisa a “empresa moderna” e as origens da “gerência científica”, assinala que “o extraordinário desenvolvimento da tecnologia e da produtividade do trabalho e, em certo grau, dos níveis ordinários de consumo da classe trabalhadora durante este século, tiveram /.../ um profundo efeito sobre os movimentos trabalhistas em geral. A classe trabalhadora sindicalizada — continua —, intimidada pelo grau de complexidade da produção capitalista, e enfraquecida no seu ímpeto revolucionário original pelos ganhos proporcionados pelo incremento da produtividade, perdeu cada vez mais o ânimo e a ambição de arrancar o controle das mãos dos capitalistas, e tendeu mais a barganhar por maiores participações do trabalho no produto”. A “crise dos movimentos de representação” (sindicatos e partidos) é inserida, nesse contexto, na conjuntura dominada pelo capital monopolista do pós-guerra, na qual a “revolução técnica-científica” progride do taylorismo/fordismo aos modelos mais avançados de mecanização/automação. BRAVERMAN, ao assumir uma “perspectiva evolucionista” do processo produtivo, sustenta a tese de que o trabalho foi degradado cada vez mais, não somente pela via das prescrições simplificadas e rotinizadas dos princípios tayloristas, da substituição das ferramentas universais pelas máquinas de controle numérico, mas, também, através das políticas econômicas deflacionárias que aumentaram o desemprego e baratearam o custo da força de trabalho.⁴¹ Junto com a “desqualificação” e “desproletarização”⁴² o que se assistiu — e esta é a principal conclusão das suas teses — foi o enfraquecimento progressivo da classe trabalhadora e, por conseguinte, a diminuição da sua capacidade de interferir nas configurações do processo de trabalho e de se contrapor ao comando imposto pela gerência capitalista.

A inviabilidade dos operários forjarem uma “oposição de classe”, frente às práticas sempre renovadas de acumulação e valorização do capital, é aprofundada por GORZ no seu **Adeus ao Proletariado** (1982).⁴³ Para esse autor, o capitalismo, ao destruir a “sociedade do trabalho”,

⁴⁰ - O conflito foi deslocado do modo de produção capitalista para as formas de distribuição do produto social.

⁴¹ - Braverman escreve (1980: 325): “O propósito da maquinaria não é o aumento, mas a diminuição do número de trabalhadores ligados a ela. Assim, não é absolutamente ilógico que com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, o número dos disponíveis a preços baixos continuasse a crescer em ritmo rápido para atender os caprichos do capital em suas formas funcionais minimamente mecanizadas”.

⁴² - Substituição dos “peões de fábrica” pelos funcionários de “colarinho branco”.

⁴³ - O itinerário teórico de Gorz caminha de uma primeira “fase revisionista”, onde ele defende claramente a “positividade do desenvolvimento das forças produtivas”, onde a automação abriria possibilidades para a revalorização do trabalho polivalente e da práxis autônoma do operariado. A seguir ele passa por um momento de crítica à divisão do trabalho (ver Gorz, 1989), em que considera o “caráter específico das forças produtivas” sob o comando capitalista. Neste sentido escreve: “a tecnologia capitalista e a divisão capitalista do trabalho não se desenvolvem por causa de sua eficácia produtiva em si, mas em razão da sua eficácia no contexto de trabalho alienado e forçado (objetivo da valorização)”. Portanto, seu desenvolvimento não é neutro e nem inexorável. Finalmente, Gorz chega a elaboração da sociedade pós-industrial (**Adeus ao Proletariado: para além do socialismo**), distanciando-se do marxismo e anunciando o fim da classe operária e o surgimento da não-classe do proletariado pós industrial.

anulou toda possibilidade de a esfera da produção ser portadora de qualquer sentido para os trabalhadores. A passagem da mecanização à automação abriu alternativas para a constituição de “sub-culturas técnicas, científicas e hierárquicas” totalmente desconectadas da “cultura operária geral”. Dessa forma, ao afirmar a “impossibilidade de apropriação coletiva dos meios de produção e do processo produtivo pelos trabalhadores”, GORZ denuncia o “fracasso explicativo” e a “crise do marxismo” frente às transformações do trabalho no mundo capitalista contemporâneo.

O trabalho, nas condições precisadas pelo autor, é de natureza bem diversa daquelas das fases iniciais da mecanização, um vez que as empresas são mais complexas e se impõe um forte processo de automação e terceirização. A lista de cargos vai do “terapeuta industrial” aos técnicos em telecomunicações. Inclui os analistas de programação e outras ocupações bastante distintas da “antiga composição da classe trabalhadora” descrita por MARX. A principal característica do “neo-proletariado” é sua grande mobilidade e flexibilidade. Observa-se, paralelamente, sua diluição enquanto classe, devido a incapacidade de elaborar um projeto global da sociedade futura (subjetividade absoluta do operariado como não-classe).⁴⁴ Com o aprofundamento da divisão do trabalho, o ofício específico do operário não se realiza mais através da sua “atividade criativa autônoma”, portanto, não comporta mais poder. Perde-se, com isso, a identidade que ligava o trabalhador ao seu trabalho — condição da qual dependia em grande parte o “sentimento de pertinência de classe”. A “evolução tecnológica” caminha — de acordo com o ponto de vista de GORZ — na direção da “abolição dos produtores sociais”, de uma marginalização do trabalho socialmente necessário. Diante deste processo, o trabalhador se reconhece impotente, esvaziado de qualquer poder de autodeterminação; torna-se um não-sujeito na produção (somente se afirma através da “negação de um trabalho percebido como não-trabalho”).⁴⁵

⁴⁴ - Segundo Gorz (1982: 40), “o capital teve sucesso para além de tudo o que se podia prever, em reduzir o poder do operário sobre a produção. Soube combinar satisfatoriamente a gigantesca expansão dos potenciais de produção com a destruição da autonomia operária. Soube confiar maquinarias cada vez mais complexas e possantes à vigilância de trabalhadores com capacidade cada vez mais limitadas [...]. Fez crescer conjuntamente a potência técnica do proletariado em seu conjunto (do trabalhador coletivo) e a impotência dos proletários como indivíduos, equipes e grupos. A unidade do proletariado, o trabalho como potência universal ficaram fora, desse modo, da consciência dos proletários. A onipotência coletiva de uma classe produtora do mundo e da história é totalmente incapaz de se tornar sujeito consciente de si em seus membros. A classe que, coletivamente, desenvolve e põe em ação a totalidade das forças produtivas, é incapaz de se apropriar dessa totalidade: de submetê-la a suas próprias finalidades e de percebê-la como a totalidade de seus próprios meios. Em resumo, o trabalhador coletivo permaneceu exterior aos proletários. O desenvolvimento do capitalismo deu-lhe uma estrutura tal que é impossível que os proletários de carne e osso se reconheçam nele, identifiquem-se com ele, interiorizem-no como sua realidade e sua potência próprias”.

⁴⁵ - O enfoque bravermaniano, ao mesmo tempo que eterniza e universaliza o processo produtivo sob a direção do capital monopolista, idealiza o trabalho artesanal como a única modalidade de trabalho não-alienante. André Gorz, quando afirma que a automação, fechando o ciclo iniciado por Taylor, fez desaparecer o profissional politécnico — sujeito do trabalho produtivo e das transformações revolucionárias —, defende como “única alternativa possível” a constituição de uma “esfera autônoma” de trabalho baseada na livre associação, na polivalência, no autoconsumo e na autogestão do trabalho coletivo. A condição para isto seria a definição de uma nova proporcionalidade entre a grande produção e pequena oficina artesanal, com aumento das ferramentas e equipamentos conviviais e associativos entre famílias. “Não se trata, por conseguinte, de suprimir o trabalho heterônomo, mas apenas de fazê-lo servir à ampliação da esfera de autonomia tanto pela natureza de seus produtos quanto pelas modalidades de sua produção” (Gorz, 1982: 121).

BRAVERMAN e GORZ compartilham⁴⁶ uma “visão pessimista” quanto as reais possibilidades das classes trabalhadoras se contraporem às iniciativas do patronato. Nos dois casos, a capacidade de o operariado oferecer resistência às tentativas do capital de estabelecer um “controle total” sobre o processo de trabalho é subestimada. BRAVERMAN desconsidera o papel do “saber-fazer” e da cooperação operária na produção,⁴⁷ assim como, os limites e as contradições da “Organização Científica do Trabalho”. GORZ, por sua vez, assinala reiteradamente a “exterioridade do trabalhador coletivo” em relação ao trabalhador individual. A “morte do antigo sujeito histórico” (a classe trabalhadora de MARX) é anunciada por ele, para que possa surgir a “não-classe dos proletários pós-industrial”.⁴⁸ No limite, ambos partem do princípio de que a OCT e o avanço tecnológico imprimido pela automação micro-eletrônica tornaram qualquer intervenção da subjetividade operária irrealizável — a não ser aquela enquadrada totalmente à objetividade do capital. Significa afirmar que, no atual estágio do capitalismo mundial, o desenvolvimento das forças produtivas desvencilhóu-se dos entraves impostos pelos conflitos de classe em nível do chão-de-fábrica. O primeiro momento da correlação de forças entre o capital e o trabalho é anulado definitivamente...

Se tomarmos como certas as conclusões de BRAVERMAN e GORZ poderemos explicar, seguindo a mesma linha de raciocínio, as crises mais agudas das economias capitalistas como resultantes, simplesmente, do “esgotamento de sua base técnica”. Aliás, esse é o caminho assumido por vários autores filiados às tradições teóricas “neo-shumpeterianas” quando interpretam a reestruturação industrial em curso. Não é por esta trilha que iremos caminhar.

No capítulo II — mais especificamente, quando tratamos da *transubstanciação da força de trabalho em trabalho objetivado* —, antecipamos algumas pistas, retiradas do **Capítulo VI Inédito de O Capital**, que precisam ser retomadas para podermos seguir com o nosso trabalho. MARX, nesse manuscrito, define o processo produtivo como a “*interação viva dos seus elementos objetivos e subjetivos*”. É partindo dessa definição que LAZZARATO (1996) interpreta a história do capitalismo como a história da luta das classes trabalhadoras contra as tentativas de “*redução da subjetividade operária ao capital variável*”.⁴⁹ Segundo esse autor, “*deve-se compreender que*

⁴⁶ - Braverman se detém mais a analisar os impactos do taylorismo sobre a organização do trabalho, enquanto Gorz centra suas análises na “sociedade pós-industrial”.

⁴⁷ - Diferentemente, Burawoy (1987), ao diferenciar os conceitos “relações de produção” e “relações na produção”, deixa em aberto o espaço para se constituir dissidências frente às imposições da gerência.

⁴⁸ - Gorz escreve (1982: 17): “*Considerar a ‘não-classe’ dos ‘não-trabalhadores’ como sujeito social potencial da abolição do trabalho não decorre de uma opção ideológica ou ética: a opção não está entre abolir o trabalho ou fazer renascer ofícios completos em que cada um possa se realizar. A escolha é entre a abolição libertadora e socialmente controlada do trabalho, ou sua abolição opressiva e anti-social*”.

⁴⁹ - Vicent & Negri (1996) assinalam que a força de trabalho (capital variável) é socializada segundo composição singulares. Ela é, ao mesmo tempo, produtiva, alienada e desejosa. Portanto, “*é no interior desta constelação que é possível identificar a subjetividade política, uma subjetividade que nasce da destruição permanente da experiência de subordinação, que se constrói como alternativa à potência produtiva do capital, por maior que esta seja*”.

não se trata de uma história natural do capital, mas de um processo de afrontamento que, a cada vez, é determinado e singularizado pela constituição da classe operária como sujeito político". Equivale dizer, que a superação de uma forma particular de cooperação não está somente ligada às transformações tecnológicas e às "leis de evolução do modo de produção capitalista", mas, sobretudo, à usinagem de uma nova subjetividade do trabalhador coletivo.

O processo de produção e valorização acha-se assentado, atualmente, na capacidade de o capital forjar uma subjetividade operária interativa no chão-de-fábrica. Dessa forma, a reconquista da subjetividade operária encontra-se colocada na ordem do dia como o "principal veio" para se conquistar novas "jazidas de produtividade". Se o taylorismo foi uma tentativa de reduzir a atividade simbólica e subjetiva dos trabalhadores à execução de comandos; ou ainda, se TAYLOR buscou excluir, através de técnicas disciplinares e dispositivos de poder, a subjetividade operária que oferecia resistência às prescrições da gerência, as novas formas de gestão da força de trabalho, ao contrário, objetivam agenciá-la e torná-la aderente às finalidades do capital. O trabalhador-colaborador da grande empresa deve — dentro de uma nova perspectiva patronal — ter a capacidade de analisar uma situação, de avaliar qual a melhor decisão a ser tomada, de se antecipar e controlar situações imprevistas. Aliado a tudo isso, o operário deve interagir com o grupo, para que os fluxos operacionais e o sistema técnico não sofram estrangulamentos. Não se trata mais de funcionários que realizam tarefas prescritas, operações codificadas previamente, mas de trabalhadores capacitados a proporem e efetuarem mudanças no processo e no produto, a lidarem com uma gama enorme de conteúdos informacionais, inscrevendo-se como "pontos de solda" entre a equipe de trabalho e os sistemas técnicos.⁵⁰ A grande novidade da micro-eletrônica e das formas organizacionais que configuram a automação flexível do processo de trabalho, é a de que a comunicação foi incorporada definitivamente à produção (a "normatividade taylorista" foi substituída pela "normatividade comunicacional").⁵¹

O problema da subjetividade e o da sua constituição coletiva é reposto, dessa maneira, no centro de um novo campo teórico-prático que busca reatar o "elo perdido" por BRAVERMAN e GORZ. Trata-se, agora, de tentar reaver o caráter indissociável das dimensões econômicas, políticas e ideológicas que conformam cada conjuntura particular. Este esforço inclui, também, a tentativa de se restabelecer a unidade orgânica entre o processo de produção imediato (primeiro momento da correlação de forças entre o capital e o trabalho) e o processo mais geral de reprodução (momento da hegemonia). Portanto, ao contrário das perspectivas que subsumem automaticamente a subjetividade operária à objetividade exclusiva do capital, torna-se cada vez

⁵⁰ - Isto não quer dizer, absolutamente, que o trabalho prescrito, rotinizado e precário foi eliminado.

⁵¹ - A nova prescrição autoritária não se refere mais ao conteúdo do trabalho individual, mas à necessidade imperiosa de se interagir em equipe, de se expressar, enfim, de cooperar.

mais urgente recuperá-la na sua “composição singular” frente à potência cada vez mais ampliada das forças produtivas.

16.

Taylorismo:

expropriação e confisco da subjetividade operária

O taylorismo, enquanto método de captura e expropriação do saber operário, foi um momento privilegiado da divisão capitalista do trabalho.⁵² Sua “racionalidade” circunscreveu um conjunto de princípios e técnicas que visava a estabelecer uma “nova correlação de forças entre o capital e os produtores diretos”. Pode-se dizer, que os métodos introduzidos por TAYLOR em 1870 na *Midvale Steel Company*, buscavam recompor o “comando patronal” em nível da oficina. A questão de fundo era: “*quem domina a fábrica*”? Neste sentido, qualquer análise crítica que se faça à “Organização Científica do Trabalho” deve partir, exatamente, da interseção dos seus conteúdos técnicos e econômicos com os aspectos políticos envolvidos na questão.⁵³ Isto é, deve buscar articular a descrição de seus elementos mais imediatos e tangíveis, tais como as medidas de tempos e movimentos, a separação entre concepção e execução, a padronização dos instrumentos de trabalho, entre outros, com uma leitura dos significados políticos, ocultos nos processos de incorporação de novas técnicas produtivas no transcurso do capitalismo.

Partindo do trabalho concreto, a “novidade” instaurada por TAYLOR consistiu, antes de mais nada — de acordo com CORIAT (1992: 37) —, na substituição do controle operário das técnicas e dos tempos de fabricação por um “conjunto de gestos” de produção concebido, preparado e vigiado pela direção da empresa. Esse conjunto de gestos — a princípio elementar e empírico — se transformou progressivamente, com a organização de fichas e tabelas de tempos e movimentos, num verdadeiro “*código geral e formal de exercício do trabalho industrial*”. A introdução do cronômetro e dos estudos de tempos e movimentos tinha por finalidade mais aparente fornecer ao operário “informações úteis”, para que ele pudesse eliminar os gestos desnecessários e reter somente “a melhor maneira” de executar o seu trabalho. Pelo lado do

⁵² - Sobre o taylorismo ver: Taylor (1987); Braverman (1980); Coriat (1985); Coriat (1992); Ortsman (1984); Fleury & Vargas (1983); Nelson (1984); Aglietta (1991), entre outros.

⁵³ - Durand (1985) assinala que a análise crítica do processo de trabalho implica sempre uma perspectiva da tecnologia e da organização do trabalho como problemas políticos. Qualquer reestruturação profunda do processo de produção exige transformações radicais na estrutura do poder e das formas de controle social.

capital, ao se converter em “princípio organizador” da fábrica, o cronômetro assegurou a transformação do regime de acumulação e impulsionou o alargamento da sua base de produção.

É através da focalização da “tarefa” — fixada como a menor parte simplificada de um processo homogêneo de trabalho — que o taylorismo levou a cabo a viragem da “organização assistemática” (baseada na transmissão oral das tradições de ofício) em direção à “organização científica” do processo produtivo (centrada em princípios objetivos - Quadro 4). Toda atividade classificatória e descritiva da OCT, instituída pelos estudos minuciosos de tempos e movimentos, não objetivava outra coisa a não ser estabelecer tarefas simples — e que se prestavam a um controle rígido — a serem prescritas aos operários. O método utilizado para esse fim obedecia o seguinte percurso: 1) redução do saber operário complexo aos elementos mais simples; 2) medição de gestos e de tempos; 3) seleção, classificação e sistematização dos “melhores gestos” pela gerência; 4) prescrição da “melhor maneira” aos operários (*“the one best way”*).

O taylorismo, em resumo, pode ser definido como um método de decomposição e recomposição das tarefas. Pode-se observar, por conseguinte, que todos esses novos procedimentos industriais culminaram no movimento de “homogeneização” e “automização” dos modos operatórios em relação ao saber-fazer dos operários e aos “segredos de ofício” que dominaram durante muitas gerações as técnicas de produção.

O cronômetro, as análises dos tempos e movimentos e a fixação das tarefas produziram “uma verdadeira revolução” nas forças produtivas.⁵⁴ A adoção dessas medidas na fábrica, ao mesmo tempo que pressionou a necessidade de se estandardizar e uniformizar os meios de trabalho, impôs critérios para a seleção das ferramentas existentes e para criação dos novos instrumentos: estudava-se o valor-de-uso dos utensílios possuídos e empregados pelos mestres-de-ofício sob o ponto de vista do capital. O critério para se adotar uma ferramenta era sua velocidade de aplicação, tendo como princípio a separação das atividades de concepção e execução.

A subtração da criatividade e da iniciativa dos operários no manejo das ferramentas, deixava descoberto o caráter político inscrito no próprio desenho e nas formas de uso dos instrumentos de trabalho.⁵⁵ Esta forma de apropriação do saber operário (coagulado nos instrumentos), e seu desdobramento posterior à luz dos novos processos industriais — segundo CORIAT (1985: 96-97) —, “era ainda uma forma de exclusão dos trabalhadores imediatos”. Os instrumentos de trabalho — salienta esse autor — “deviam favorecer o maior parcelamento possível do trabalho, a decomposição do trabalho complexo ainda não reduzido em trabalho

⁵⁴ - Sobre a história e os efeitos da introdução do relógio na fábrica ver Thompson (1991).

⁵⁵ - “É evidente que a técnica permanece, mas antes da técnica há a política, a luta de classes e a apropriação da técnica pelo capital. As características técnicas não são procuradas para uma maior eficácia do trabalho em geral — não se trabalha em geral, mas sempre sob relações de produção dadas — mas sim para a maximização do produto nas condições de uma divisão do trabalho que assegura ao capital domínio do processo de trabalho” (Coriat, 1985: 97).

simples, de maneira a deixar assegurado o domínio do processo de trabalho pelo capital e a quebrar a capacidade de resistência dos operários". Ao definir o instrumento de trabalho, a direção definia também as condições de sua utilização.

Quadro 4

Princípios Básicos do Taylorismo

Segundo Ortsman*	Segundo Coriat**	Segundo Fleury & Vargas***
1- Individualização do trabalho: a cada operário atribuem-se atividades específicas, distintas das do operário vizinho. Na medida do possível, os postos de trabalho são separados no espaço, para evitar todas as comunicações e discussões inúteis. 2- A decomposição do trabalho: o número de atividades por posto de trabalho deve ser tão pequeno quanto possível. As tarefas decompostas são de tal forma reduzidas que podem ser aprendidas muito rapidamente por uma pessoa não qualificada. 3- A descrição pormenorizada do posto: a cada posto de trabalho corresponde uma descrição detalhada do trabalho a executar. Esta descrição pormenorizada permite verificar a qualquer instante se os gestos utilizados correspondem bem às normas prescritas. 4- A programação: a partir da concepção, os mínimos pormenores devem ser fixados. Trata-se de uma programação total. Não há variável que não se possa pré-determinar. 5- Organização da empresa e circuitos de comunicação: a hierarquia tem a seu cargo os problemas de concepção, de coordenação e de controle. O pessoal operário está encarregado da execução.	Princípio nº 1: separação do trabalho de execução da concepção. A execução se limita aos seus elementos mais simples (tarefa) para que a direção possa dominar a organização do trabalho. Princípio nº 2: os operários são selecionados e treinados de acordo com os princípios da direção. A seleção é instaurada como princípio. Princípio nº 3: o controle do produto é estendido ao processo de trabalho e aos próprios trabalhadores. Princípio nº 4: necessidade da direção se apropriar do saber-fazer operário. Para este fim, a definição da "tarefa" (redução do trabalho ao seu gesto mais simples e elementar) é essencial. É necessário dominar o que deve ser feito, o como fazê-lo e o tempo concedido para o fazer.	Primeiro princípio: disciplina do conhecimento operário sob o comando da gerência. Segundo princípio: a seleção e o treinamento deve ser um instrumento de controle da direção. Não se deseja qualidades profissionais, mas habilidades pessoais específicas para se atender às exigências do trabalho simplificado. Terceiro princípio: o planejamento e o controle do trabalho devem ficar na mão da gerência. O elemento central da programação do trabalho é a "tarefa".

* adaptado de Ortsman (1978);

** adaptado de Coriat (1985);

*** adaptado de Fleury & Vargas (1987).

Quando se identifica mais detalhadamente os significados políticos do taylorismo, pode-se afirmar que a OCT representou *"a expressão concentrada e consciente dos interesses do capital num momento estratégico de sua história"*.⁵⁶ Ao excluir o controle operário e substituir os "segredos profissionais" por um trabalho reduzido à repetição de gestos parciais, o aparecimento do cronômetro foi, antes de tudo, um instrumento político de dominação. Restituído à sua dimensão social, *"o cronômetro (e os métodos de medição de tempos e movimentos que instaura) surgiu como a linha de frente de um ataque dirigido, não contra o trabalho em geral, mas sim*

⁵⁶ - Ver Coriat (1985).

contra a forma organizada e combativa da classe trabalhadora: o trabalhador profissional de ofício e seu sindicato” (CORIAT, 1992: 2-3). No momento em que conseguiu colocar no lugar do operário profissional o operário-massa recém imigrado, não qualificado e sobretudo não organizado, o capital impôs uma nova correlação de forças no interior da oficina. Quebrar o profissional de ofício, “*liberar o processo de trabalho do poder que este exercia sobre ele para instalar em seu lugar a lei e a norma patronal, esta foi a contribuição histórica do taylorismo*” (CORIAT, 1992: 24).⁵⁷

Decompondo o saber operário, esmigalhando seus gestos, o capital efetuou uma “transferência de poder” em todas as questões concernentes às definições e ao desenvolvimento dos processos industriais.⁵⁸ Foi desta forma que TAYLOR, ao “facilitar” a entrada maciça dos trabalhadores não qualificados na produção contribuiu, decisivamente, para a derrota do sindicalismo nos EUA.⁵⁹ A admissão do “*unskilled*”⁶⁰ no chão-de-fábrica não representou somente a entrada de uma força de trabalho mais barata, mas também a contratação de um trabalhador não organizado, privado da capacidade de defesa do valor de seu trabalho. Daí que a luta na fábrica para introduzir o cronômetro e suas regras tornou-se inseparável de uma ação litigiosa, travada no campo social, pela liberdade de se poder recrutar a força de trabalho fora das exigências sindicais. Essa demanda empreendida pelo patronato americano contra os sindicatos organizados teve uma bandeira e uma consigna: “*open shop movement*”.⁶¹ Portanto, o taylorismo, se entendido enquanto uma tecnologia particular de controle do trabalho assalariado, “*foi também, e por isso mesmo, uma estratégia econômica de conjunto para o capital americano*” (CORIAT, 1992: 33).

As técnicas e os princípios da organização do trabalho difundidos por TAYLOR, devem ser compreendidas no contexto que especifica a correlação de forças entre as classes trabalhadoras e o empresariado nos EUA. Pelo menos dois elementos podem ser ressaltados como determinantes e marcadores da situação política, econômica e social desse país nos períodos iniciais do século XX.

⁵⁷ - Touraine (1985: 187) assinala que, “*o operário de ofício, no antigo sistema de trabalho, possuía conhecimentos técnicos inseparáveis da sua experiência e habilidade /.../. Este tipo profissional era também, por conseguinte, um tipo social: o ofício era, ao mesmo tempo, carreira e fonte de autoridade. É neste sentido que podemos falar não só das formas das qualificações operárias tradicionais, mas mais amplamente da antiga classe operária. O desenvolvimento do trabalho em série destrói tanto os aspectos sociais como os aspectos profissionais dos ofícios tradicionais*”.

⁵⁸ - Nas indústrias de processo contínuo, há uma preferência para implantação de métodos financeiros e administrativos da OCT. Nas indústrias de processos discretos, por sua vez, o taylorismo busca otimizar as rotinas de trabalho através dos estudos de tempos e movimentos.

⁵⁹ - O sindicalismo foi derrotado em duas frentes, pois quem progressivamente foi expulso da fábrica não foi somente o operário de ofício, mas também o operário sindicalizado e organizado. Nessa época, os trabalhadores qualificados e os sindicatos de ofício detinham um substancial controle do processo produtivo e, um grande poder de “travar” a produção. O taylorismo surge nesse contexto de verdadeira guerra sobre o domínio da produção, para quebrar o poder dos trabalhadores e, submeter todo o processo de fabricação à autoridade dos patrões.

⁶⁰ - Trabalhador não qualificado. Trabalhador especializado numa tarefa restrita (OE). A partir da vitória do Norte sobre o Sul na guerra da Secessão, liberou-se 15 milhões de imigrantes, a maioria sem qualificação para o trabalho industrial.

⁶¹ - Abertura do mercado de trabalho aos trabalhadores não sindicalizados. Isto significava retirar das mãos dos sindicatos a possibilidade de regular a oferta de trabalhadores do ponto de vista quantitativo e qualitativo. Ou seja, os sindicatos foram limitados em seu papel de contratar os cargos e os salários da força de trabalho.

O primeiro deles refere-se, objetivamente, à composição técnica dos trabalhadores americanos — caracterizada por uma imensa massa de “*unskilled*” e um número escasso de trabalhadores de ofício. Os trabalhadores qualificados, herdeiros dos segredos das corporações, continuavam sendo o principal obstáculo à acumulação/valorização do capital. A “falta de zelo”, os boicotes na produção, a introdução do “selo azul” (certificado de qualidade dos produtos),⁶² os rígidos códigos de ética das corporações e as redes de solidariedade funcionavam como instrumentos valiosos de insubordinação e de auto-proteção dos trabalhadores contra as investidas patronal. Foi justamente no âmago desses conflitos que TAYLOR inoculou seus métodos e princípios. Antes de tudo, quebrando e anulando o poder do ofício, através de novas regras organizacionais que impuseram aos operários “um certo desinteresse” em relação à utilização dos seus conhecimentos contra as direções das empresas.⁶³

Na fábrica taylorizada, a gerência devia controlar a aquisição de conhecimento, assegurar o fluxo das informações e, se possível, definir e garantir os critérios de seleção dos operários a serem admitidos.⁶⁴ A idéia de a empresa ser pensada como uma somatória de operários possuidores de um saber incomunicável, precisava ser abandonada, para que, e somente assim, pudesse nascer uma organização transparente, impessoal, inteligível a todos e sempre passível de reforma. Foi na medida exata “*em que negligenciou e atacou a noção de ofício, recusando a considerar o empregado como portador de um ‘métier’ (cujo preço negociava com o próprio patrão) para defini-lo como assalariado*” (ROLLE, 1985: 32), que TAYLOR isolou e fez surgir o “indivíduo” desprovido das tradições dos sindicatos de profissionais. O cronômetro, os estudos de tempos e movimentos produziram em nível da produção um efeito econômico (liberação extensiva dos postos de trabalho para os operários desqualificados) e outro ideológico (surgimento “do indivíduo a partir do discurso da organização”).⁶⁵

A tarefa instalou a prática individual do operário em contraposição à equipe. Cada indivíduo passou a ser tratado isoladamente pelas técnicas “científicas” de administração do trabalho. O contrato individualizado e o pagamento por peça/rendimento serviam de estímulo para o trabalhador exercer sua tarefa de modo a sobressair sua individualidade, mais do que sua

⁶² - Os produtos certificados pelo selo azul tinham a garantia de serem produzidos por trabalhadores de ofício, portanto, tinham maior qualidade. Os selos eram expedidos pelos sindicatos de profissionais de ofício.

⁶³ - “Bem, se você é um operário classificado deve fazer exatamente o que este homem lhe mandar, de manhã à noite. Quando ele disser para levantar a barra e andar, você se levanta e anda, e quando ele mandar sentar, você senta e descansa /.../. E, mais ainda, sem reclamações. Um operário classificado faz justamente o que lhe manda e não reclama. Entendeu?” (Taylor, 1987: 58).

⁶⁴ - Taylor (1987: 68 e 89) escreve: “Um dos primeiros requisitos para um indivíduo que queira carregar lingotes como ocupação regular é ser tão estúpido e fleumático que mais se assemelhe em sua constituição mental a um boi /.../. Para benefícios das raparigas, bem como da companhia, tornava-se, contudo, necessário dispensar todas as moças que não apresentassem baixo coeficiente pessoal. E, infelizmente, isso implicava no afastamento de grande parte das moças mais inteligentes...”

⁶⁵ - Lembre-se que para Althusser “a ideologia apela para o indivíduo enquanto sujeito”.

participação no coletivo. Finalmente, a separação das atividades de concepção e execução acentuou em larga escala a emergência de técnicos separados dos produtores diretos (eliminação das redes horizontais de comunicação), consolidando uma nova divisão e uma recomposição da classe operária, de maneira a reforçar o domínio do capital sobre o processo de trabalho. TAYLOR implantou, assim, uma série de dispositivos de coerção e estímulo, cuja finalidade era descolar o indivíduo das suas origens de classe. Desse modo, buscou forjar, no seio mesmo dos conflitos classistas que abalavam o desenvolvimento industrial americano, uma “*cooperação estreita, íntima e pessoal*” entre a direção e seus empregados. De agora em diante — escreve TAYLOR [1911] (1987: 62) —, “*não deverá haver mais depredação de máquina nesta oficina. Se alguma peça se quebrar, o operário encarregado da máquina terá de pagá-la ou, pelo menos, indenizar o custo da reparação e as multas impostas reverterão em benefício da associação mútua para auxílio dos operários enfermos*”.⁶⁶ Aqui comparece o segundo elemento conjuntural que particularizou esse contexto histórico.

Segundo o fundador da “Organização Científica do Trabalho”, o “*principal objetivo da administração deve ser o de assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado*” [TAYLOR, 1911] (1987: 31). Essa “conciliação de interesses” vinha ao encontro, justamente, dos objetivos da modernização industrial nos EUA. O desenvolvimento da indústria americana, através da introdução das técnicas de racionalização do trabalho, encontrou no clima econômico (intensa concorrência intracapitalista) e político da época (Primeira Guerra Mundial) um ambiente bastante favorável para sua disseminação. O “esforço de guerra” e a alavancagem da indústria bélica liberaram o taylorismo dos seus conteúdos políticos, tornando-o “*uma força intelectual à serviço de uma reforma nos meios e nos métodos de produção*”.⁶⁷ A argumentação em favor da sua “neutralidade” e “cientificidade”; a promessa de um nível de vida mais elevado para todos; a implementação de profundas reformas sociais; o estabelecimento do interesse geral sobre o particular, do mérito sobre o favoritismo, da produtividade sobre o lucro, são alguns dos motivos que conquistaram a simpatia e o apoio de intelectuais, políticos e sindicalistas para os princípios do “*Scientific Management*”.⁶⁸ Uma outra razão do seu sucesso quase unânime, era a possibilidade de se apaziguar e solucionar a agitação social e os conflitos trabalhistas por meios técnicos e “neutros”. O taylorismo fundou, dessa forma, a “superfluidade da política”. A fábrica encontra-se submetida, agora, a um conjunto de “grandezas

⁶⁶ - Esta passagem revela um outro aspecto da ideologia taylorista: forjar uma “solidariedade” entre os operários que é, ao mesmo tempo, um controle de uns sobre os outros.

⁶⁷ - Ver Nelson (1984).

⁶⁸ - Lenin defende que a OCT é um meio a ser adotado para que o tempo não seja desperdiçado, para intensificar e organizar melhor o trabalho. Totsky, no IX Congresso Bolchevique, declara que o capitalismo fez mal uso dos métodos tayloristas.

objetivas” e de “leis internas” que escapam do controle operário e asseguram o poder de quem as promulgam.

O discurso da organização, por encobrir as relações de dominação e interpelar o indivíduo fora de sua rede coletiva de proteção, se enquadra — de acordo com FOUCAULT (1977: 126; 127; 137-138) — no conjunto de técnicas e códigos disciplinares difundidos a partir da época clássica, e que visavam, precisamente, a controlar o corpo e a sujeitar suas forças à uma relação de docilidade. A garantia de que o tempo medido e pago não contivesse “impurezas” e nem “defeitos”, inseriu o corpo *“numa maquinaria de poder que irá esquadrihá-lo e desarticulá-lo”* pelo resto dos dias. Com essa finalidade, *“o ato será fragmentado em seus elementos; será definida a posição do corpo, dos membros, das articulações; para cada gesto será escolhido o melhor movimento, a direção e a sequência a ser seguida; será fixada sua duração. O tempo penetrou o corpo, e com ele todos os controles minuciosos de poder”*. Ao promover a expropriação e o confisco da subjetividade operária, o taylorismo enxertou na fábrica, de um modo definitivo, os imperativos da organização. Passou a imprimir na “anatomia do corpo” uma mecânica de poder que impregnou e submeteu de forma permanente seus mínimos gestos.⁶⁹

O taylorismo, se entendido como uma variedade de elementos e princípios perfeitamente ajustáveis às mais diversas configurações do processo produtivo, continua sendo utilizado, ainda hoje, como um método complementar e eficiente nas interfaces do maquinismo e dos dispositivos automáticos.⁷⁰ Sempre que o “trabalho morto” não for capaz de submeter, por si só, o “trabalho vivo”, as prescrições da “Organização Científica do Trabalho” serão acionadas com esse propósito. FORD, através da introdução da linha de montagem, fixará os tempos e movimentos no próprio fluxo mecânico das máquinas e elevará à “n” potência a fragmentação dos gestos requeridos pelo labor industrial. A esteira mecanizada — conforme veremos a seguir — irá dar materialidade e ampliará as possibilidades de aplicação das doutrinas e das técnicas patenteadas por TAYLOR.

⁶⁹ - Gorz (1985) escreve: “É fácil compreender que o parcelamento infinitesimal das tarefas não é consequência da evolução tecnológica realizada segundo suas próprias leis, independentes do contexto político e social. É a consequência de uma tecnologia pensada para servir de arma na luta de classes: para tornar possível a predeterminação ‘científica’ da quantidade de trabalho a ser fornecida por cada operário; para impedir o operário de ‘roubar’ do patrão o tempo para fumar um cigarro, ler o jornal, esticar as pernas. O trabalho foi tornado idiota não porque os operários são idiotas, nem porque, tornando-os assim, fica aumentada a eficácia de um mesmo dispêndio de energia humana. O trabalho foi tornado idiota porque não se pode ter confiança nos operários enquanto eles dispuserem de uma parcela de poder no seu trabalho, eles podem servir-se dela contra os que os exploram. A Organização Científica do Trabalho é, antes de tudo, a destruição científica de qualquer possibilidade de controle operário”.

⁷⁰ - Aglietta (1991: 91) define o taylorismo “como um conjunto de relações de produção internas ao processo de trabalho que tendem a acelerar a cadência dos ciclos de movimentos nos postos de trabalho. Essas relações se manifestam mediante princípios gerais de organização do trabalho que reduzem o grau de autonomia dos trabalhadores e os submetem à uma vigilância e a um controle permanente na execução da norma de rendimento”.

17.

Fordismo: a conformação da subjetividade operária à uma nova lógica de acumulação

As modificações introduzidas no processo de trabalho da *Ford Motor Company* em 1914, muito mais do que “meros aperfeiçoamentos” dos princípios tayloristas, inauguraram uma série de mudanças radicais nos paradigmas dos métodos de fabricação (Quadro 5). Embora a linha de montagem fordista buscasse alcançar os mesmos objetivos perseguidos por TAYLOR — eliminação dos tempos mortos a fim de transformá-los em tempos produtivos —, a marcação do ritmo por intermédio da correia transportadora submeteu, de uma vez por todas, os tempos do rendimento individual ao compasso do trabalho coletivo. Pode-se dizer que, ao fundar a organização produtiva em torno de um sistema semi-automático de transporte de peças e componentes, “o fordismo conseguiu garantir ao capital a determinação autoritária da cadência do trabalho, através da submissão dos trabalhadores à velocidade da linha” (LEITE, 1994: 61-61).⁷¹ A transformação dos “tempos alocados” em “tempos impostos” demandou um rearranjo do “lay out” fabril, no qual todos os elementos do processo de trabalho foram completamente desmontados, postos no chão e reajustados, tendo em vista uma “nova mecânica de organização dos fluxos operatórios”. Isso teve como principal resultado — de acordo com PALLOIX (1982) —, “a desqualificação acelerada do trabalho” e o surgimento “de um novo tipo de trabalhador”: o operário não qualificado (OE) da linha de montagem, “produto da divisão capitalista do trabalho”.

O “modelo fordista de produção” pode ser definido, simplificadamente, como uma forma particular do processo de trabalho, mais adequada ao emprego de uma mão-de-obra com diferentes especificações,⁷² onde o fluxo das partes e dos produtos intermediários passou a ser realizado por máquinas, diante das quais os trabalhadores de montagem encontram-se, agora, distribuídos em postos fixos. FORD, ao mesmo tempo que estabeleceu um sistema mecânico baseado no deslocamento coordenado de peças, ferramentas e outros materiais, concebeu toda uma malha de circulação minuciosamente planejada de modo a fixar o operário em sua posição de trabalho. A cadeia mecanizada, ao reconstituir as etapas sequenciais do processo de trabalho, instaurou uma rigorosa divisão das tarefas e dos gestos. O princípio dessa nova organização desvencilhou-se da

⁷¹ - Para discutir o fordismo, recorri à seguinte bibliografia: Gramsci (1984); Tude de Souza (1991); Dias (1991); Leite (1994); Coriat (1992); Aglietta (1991); Harvey (1992); Palloix (1982); Dina (1987); Perrot (1988), Clarke (1991), entre outros.

⁷² - Ao mesmo tempo que o fordismo amplia a massa de trabalhadores especializados (OE), presos à cadência da linha de montagem, ele preserva e solicita uma camada de trabalhadores qualificados, responsáveis pelo desenho e fabricação de ferramentas, matrizes, pela usinagem de peças e componentes essenciais para o funcionamento do processo de fabricação.

lógica da disposição das máquinas em torno dos ofícios, para centrar-se na distribuição dos postos ao longo da cadeia produtiva. Se TAYLOR focalizou a *tarefa* como princípio organizador, FORD elegeu o *posto de trabalho* como “locus estratégico” da nova organização industrial. O processo de trabalho passou a ser configurado como uma imensa rede de relações entre diferentes postos, interligados por dispositivos mecânicos que impunham um único sentido à produção. O princípio elementar baseava-se em “fixar a peça principal no transportador e fazê-lo passar diante do operário, que fixava uma outra peça, de modo que o produto achava-se completamente montado no fim da linha” (CORIAT, 1992: 41).⁷³

Quadro 5

Diferenças entre os princípios fordistas e tayloristas de organização do trabalho industrial

Taylorismo	Fordismo
Ritmos alocados.	Ritmos impostos.
Ritmo individualizado: é ditado pela capacidade física de cada trabalhador.	Ritmo universalizado: é ditado pela velocidade da esteira (se livra da constituição física de cada trabalhador).
Produtividade depende do trabalhador individual.	Produtividade depende do trabalhador coletivo.
Para cada trabalhador é designada uma tarefa.	Para cada trabalhador é fixado um posto de trabalho.
O trabalhador vai até o “trabalho”.	O “trabalho” chega ao trabalhador através da esteira mecânica.
O trabalhador é tratado individualmente no que diz respeito ao seu salário, gratificações, etc.	Implementa-se o contrato coletivo de trabalho.
O princípio é a organização racional do trabalho.	O princípio é a organização mecânica do trabalho.

As máquinas-ferramentas, no interior da arquitetura da fábrica fordista, encontravam-se dispostas não mais em torno das profissões — ordenamento que facilitava a iniciação dos aprendizes de ofício —, mas ficavam agrupadas segundo as necessidades de um encadeamento mecânico dos fluxos dos produtos.⁷⁴ Aqui, também se estabeleceu o princípio da especialização: para cada máquina, uma operação apenas. Toda esta “estrutura de solo” foi conectada a um mecanismo suspenso (transportadores de cinta e de cadeia, guias de ponte, comboios, linhas, etc.) que garantia a circulação linear dos componentes. As ferramentas manuais, que ainda eram

⁷³ - Segundo Clarke (1991: 135-136), “o taylorismo decompõe tarefas e as distribui entre os trabalhadores individuais, ao passo que o fordismo recompõe as tarefas soldando os trabalhadores individuais, fazendo deles uma máquina humana”.

⁷⁴ - A cadência de trabalho está regulada mecanicamente, de maneira totalmente objetiva, exterior ao trabalhador, pela velocidade do transportador que se movimenta na frente do trabalhador.

necessárias para a ajustagem das peças, ficavam colocadas sobre as bancadas.⁷⁵ Desse modo, a obrigação de se obedecer os tempos e movimentos prescritos desligou-se dos mecanismos de recompensa/punição e começou a ser ditada pela velocidade de deslocamento da linha. Do tempo passou-se ao ritmo propriamente dito. Com isso, a lógica taylorista dos tempos alocados foi potencializada ao máximo.

O principal ganho desta base técnica foi a economia de espaço e de tempo, conferida pela nova disposição do trabalho vivo (condições subjetivas) e do trabalho morto (condições objetivas) no interior da fábrica. Graças aos transportadores, suprimiu-se uma grande quantidade de serventes que, na antiga organização do trabalho, eram os operários responsáveis por trazer as peças e as ferramentas até os operadores e os montadores. Foi desse modo que a cadeia mecânica semi-automática eliminou os tempos mortos da fabricação e os converteu em tempos de trabalho produtivo.⁷⁶ Ao estreitar os períodos de deslocamento dos componentes e dos operários, FORD reduziu — através da gestão mais racional do capital circulante — a imobilização do capital e elevou seu ciclo produtivo. Em contrapartida, a diminuição considerável dos tempos mortos (*“os poros pelos quais respirava o trabalhador”*), culminou numa *“brutal prolongação da duração efetiva da jornada de trabalho”* e, com isso, ampliou-se as possibilidades de *“extração da mais-valia relativa”* (CORIAT, 1992: 44). Foi acrescido a esse processo uma grande transformação do trabalho complexo em trabalho simples que diminuiu, por conseguinte, o tempo de formação da força de trabalho.⁷⁷

O fordismo — segundo AGLIETTA (1991: 93) — representou uma superação em relação ao taylorismo, *“por quanto designou um conjunto de importantes transformações do processo de trabalho intimamente ligadas às mudanças nas condições de existência do trabalho assalariado, as quais originaram a formação de uma norma social de consumo que tendeu a institucionalizar a luta econômica de classe na negociação coletiva”*. Caracterizou-se como um *“novo estágio de acumulação intensiva”*,⁷⁸ onde o capital buscava administrar a reprodução global da força de trabalho através da íntima articulação da produção com os modos de consumo baseados na produção em massa. A nova base técnica introduzida por FORD, instituiu um outro padrão de relações industriais e de acumulação no mundo capitalista, marcado pelo aumento da composição

⁷⁵ - Tanto os trabalhadores como as peças devem ser dispostos na ordem natural das operações (linha), de modo que toda peça ou componente percorra o menor caminho possível durante a montagem. São empregados, também, planos inclinados, de modo que o operário sempre possa colocar no mesmo lugar as peças em que trabalhou, e sempre ao seu alcance. Todas as vezes em que for possível deve-se usar a gravitação como meio de transporte para chegar à mãos do operário próximo a peça em trabalho (ver Marques, s/d).

⁷⁶ - Ford costumava repetir que *“andar não é uma atividade remuneradora”*.

⁷⁷ - Na realidade — conforme nos faz ver Clarke (1991: 131) —, *“enquanto o fordismo desqualificava uma grande parte da mão-de-obra da produção direta, ele também criava a necessidade de novas qualificações. Para manter a linha de montagem em movimento, Ford precisava de uma camada de operários com qualificações polivalentes a fim de preencher as lacunas na linha, dominar os engarrafamentos e fazer a manutenção da maquinaria”*.

⁷⁸ - A produção de excedente intensivo é conseguida mediante a diminuição do tempo necessário para a *“reconstituição da força de trabalho”*, ou seja, através da implementação de um sistema mecânico que intensifica a produtividade do trabalho.

orgânica do capital. O fordismo inaugurou, desse modo, mais do que uma simples inovação técnica nas formas de fabricação, mas instaurou no interior-mesmo das transformações tecnológicas por ele engendradas novas normas de trabalho, de produção, de produtividade e de consumo.

Os esforços para integrar verticalmente os processos produtivos, ao mesmo tempo que exigiram um grande impulso para o desenvolvimento da indústria de base e de bens de produção (condição indispensável para o advento da moderna indústria automobilística), determinaram uma necessidade de se standardizar os produtos. A introdução de normas de qualidade, a unificação das dimensões de peças, componentes e a eliminação das variedades inúteis passaram a constituir capítulo obrigatório dos manuais de gerenciamento industrial. Todas essas medidas visavam a alavancar uma economia de escala alicerçada na produção em série e no consumo de massa. Esse aspecto tornou-se a mais importante característica diferenciadora do modelo fordista de produção em relação aos princípios taylorista de organização do trabalho.

Sob o ângulo do enfoque defendido por TAYLOR, os ganhos com o aumento da produção eram amarrados exclusivamente no interior de cada local de trabalho. FORD postulava, ao contrário, que os mecanismos de adesão para se alcançar uma maior produtividade do trabalho se fechavam e se completavam no território exterior à fábrica, através da estruturação de um “novo padrão de consumo” da classe trabalhadora, caracterizado pelos gastos com moradia, eletrodomésticos e pela aquisição do automóvel. Nesse sentido, o fordismo não apenas fez emergir uma nova teoria administrativa fundamentada em uma outra concepção tecnológica, mas, e acima de tudo, engendrou um “novo modelo civilizatório” que foi capaz de vincular, de maneira indissociável, o paradigma da produção com novos padrões de consumo. A originalidade da óptica fordista parte do reconhecimento de que a produção em massa implica, necessariamente, um consumo em massa. Isso exigia um novo processo de reprodução do operariado, uma outra política de gestão e controle da força de trabalho, enfim, ligava-se à conformação *“de uma nova estética, de uma nova psicologia e de um novo tipo de sociedade”*.

Foi somente a partir da Segunda Guerra Mundial que o fordismo entrou definitivamente na “fase virtuosa” do seu ciclo de desenvolvimento. O período que se estendeu de 1945 até o final dos anos 60, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, de tecnologias eletromecânicas, de inculcação de novos hábitos de consumo que exigiu uma nova configuração do Estado.⁷⁹ O Estado de Bem-estar, fincado nos princípios fordistas-keynesianos, foi mobilizado para implementar uma série de medidas de intervenção, com a finalidade de se assegurar uma regulação estável entre o processo de acumulação e as relações de exploração do trabalho

⁷⁹ - A implantação do fordismo exigiu a montagem de uma economia planejada, articulada a um movimento progressista de democratização da sociedade, no interior do qual se deveria disciplinar e racionalizar as forças subalternas e aliadas com a transição do individualismo econômico para a economia planejada.

instituídas no chão-de-fábrica. Através de amplas reformas, que previam o estabelecimento de políticas econômicas, fiscais e monetárias mais adequadas, investimentos na área de infra-estrutura, fornecimento de um grande aporte ao salário indireto com gastos em previdência social, assistência médica, educação, habitação e outras inversões públicas,⁸⁰ o Estado de providência garantiu uma demanda efetiva (manter o nível de consumo) que sustentou, durante quase três décadas, a produção capitalista em massa. Por outro lado, esse conjunto de medidas que incluía, agora, a demarcação de uma nova institucionalidade legal nas relações capital e trabalho (contrato coletivo), procurava conseguir a adesão e o consentimento dos líderes sindicais aos imperativos da reestruturação, da competitividade e da modernização industrial. Tratava-se de sacramentar um forte compromisso entre os atores sociais que fosse capaz de articular, ao mesmo tempo, os interesses corporativos dos sindicatos de base territorial com as exigências de estabilidade política⁸¹ e econômica — fator indispensável para a consolidação do novo padrão tecnológico centrado no grande investimento em capital fixo e na mobilização de economias de escala.⁸² O “*Welfare State*”, tanto assegurou por um longo tempo o ciclo de amadurecimento e expansão do fordismo, quanto estabeleceu em torno de si um território de legitimação das relações de classe.

No plano da política externa, o fordismo se inseriu no contexto de uma nova divisão internacional do trabalho impulsionada pela busca de novos mercados, pela necessidade imperiosa de se diminuir os custos da produção para aumentar a lucratividade, de se globalizar a oferta de matérias-primas e de se aproximar — via transferência de certos tipos de indústrias para os países periféricos — a base produtiva com as condições “mais facilitadas” de comércio das mercadorias. O Plano Marshall de investimentos americanos na Europa, os Acordos de Bretton Woods (1944),⁸³ entre outros, foram alguns dos instrumentos utilizados para se costurar uma nova institucionalidade internacional, marcada pela hegemonia norte-americana no campo econômico e político, que afixou uma estabilidade duradoura para a disseminação e a expansão mundial do fordismo. Os métodos americanos de produção e o “*american way of life*” vão dar volta ao mundo e semear “um outro tipo de colonização”.⁸⁴

Ao estabelecer um vínculo estreito e rígido entre os operários, a linha de montagem deslocou o rendimento individual em favor da imposição do ritmo coletivo de trabalho. O

⁸⁰ - Estas políticas foram fundamentais para garantir a reconstituição da força de trabalho e assegurar sua reprodução em níveis de custo compatíveis com as exigências do capital.

⁸¹ - Para isso, buscou-se fortalecer a democracia de massa e a representatividade das classes dominadas.

⁸² - O fordismo inaugura o aparecimento de um novo tecido industrial baseado nas aplicações da ciência intensiva. Impulsiona o desenvolvimento da indústria elétrica, química e das telecomunicações — passo essencial para consolidar a indústria metalúrgica e os transportes movidos à combustão. Estabelece uma mudança na pauta das mercadorias, que determina uma nova relação entre os setores de bens de produção e de consumo. Interliga o capital produtivo ao capital financeiro, tendo como base de sustentação a capacidade de consumo das classes trabalhadoras.

⁸³ - Acordo que transformou o dólar na moeda-reserva mundial e vinculou o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana.

⁸⁴ - Neste sentido, o fordismo, muito mais do que uma nova base técnica de produção, se constitui como “um novo padrão civilizatório”.

desempenho de cada trabalhador passou a ser condicionado não somente pelo cadenciamento da linha, mas, também, pelos companheiros localizados à jusante e à montante do seu posto de trabalho. A avaliação dos funcionários, segundo a aplicação funcional de cada um, foi substituída por outras formas de incentivos grupais que TAYLOR tanto execrava. O fordismo não só aprofundou os modos coletivos de trabalho, como instituiu, *vis à vis*, uma série de dispositivos sociais de adesão e integração dos trabalhadores aos novos métodos de produção.

Para além de uma ideologia constituidora do real, a racionalidade fordista *“se revelou como uma poderosa arma política contra a classe trabalhadora e suas organizações de combate; com ele inaugura-se uma nova composição política e ideológica do salariado, marcada pelo aprofundamento de seus plurais e de sua heterogeneidade”*. O *“five dollars day”* e a fixação da jornada de oito horas, foram os dois principais instrumentos de obtenção de “consentimento” implantados por FORD em nível do chão-de-fábrica.⁸⁵ Esses mecanismos de persuasão, somados às política de *“welfare”*, estavam acoplados à toda uma “estratégia de força” dirigida contra o sindicalismo organizado. Mediante uma série de intervenções no campo político, econômico e cultural, o capital reforçou, a seu favor, a correlação entre as classes sociais e reconduziu, dessa forma, *“o movimento operário ao terreno restrito das lutas econômicas-cooperativas”* (TUDE de SOUZA, 1991: 47).

* * *

Para GRAMSCI (1984), cada método de trabalho possui um vínculo inseparável com um certo modo de viver, pensar e sentir a vida: *“não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro”*. A concretização do modelo fordista somente tornou-se possível na sociedade americana — segundo o pensador italiano — porque ali já se encontrava dadas várias condições preliminares, e que foram *“racionalizadas pelo seu desenvolvimento histórico”* particular. Além de *“um determinado ambiente, uma determinada estrutura social e um determinado tipo de Estado”*, prevalecia nos Estados Unidos uma *“composição demográfica racional”*⁸⁶ que permitiu *“basear toda vida do país na produção”*. Essa nova racionalidade da produção e do trabalho, obtida através de práticas que combinavam habilmente *“a força*

⁸⁵ - O “dia de cinco dólares” produziu um forte aumento no salário nominal e alterou as condições de reprodução da classe trabalhadora.

⁸⁶ - *“O americanismo na sua forma mais acabada, exige uma condição preliminar, da qual os americanos que trataram destes problemas jamais se ocuparam, pois na América elas existem ‘naturalmente’: esta condição pode ser denominada ‘uma composição demográfica racional’ e consiste no fato de que não existem classe numerosas sem uma função essencial no mundo da produção, isto é, classes totalmente parasitárias. A ‘tradição’, a ‘civilização’ européia, ao contrário, caracteriza-se pela existência de tais classes, criadas pela riqueza e a complexidade da história passada, que deixou um punhado de sedimentações passivas através dos fenômenos de saturação e fossilização do pessoal estatal e dos intelectuais, do clero e da propriedade rural, do comércio de rapina e do exército...”* (Gramsci, 1984: 377).

(destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política...)", determinou "a necessidade de se elaborar um novo tipo humano" (GRAMSCI, 1984: 377-381) mais adequado à nova estrutura industrial.

A criação deste "novo tipo operário" demandou um largo período de "adaptação psicofísica". Buscava-se racionalizar os modos de vida, as percepções cognitivas, a experiência erótica e a sexualidade das classes trabalhadoras em função das necessidades exclusivas do trabalho e da economia produtiva. A vida na indústria — escreve GRAMSCI (1984: 391 e 293) — "*exige um tirocínio geral, um processo de adaptação psicofísica para determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc., que não é inato, 'natural', mas requer uma assimilação /.../. A história do industrialismo — completa — sempre foi (e hoje o é de forma mais acentuada e rigorosa) uma luta contínua contra o elemento da 'animalidade' do homem, um processo ininterrupto, muitas vezes doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos /.../ a sempre novos, complexos e rígidos hábitos e normas de ordem, exatidão, precisão, que tornem possível as formas sempre mais complexas de vida coletiva*". Do "novo trabalhador" não se esperava grandes habilidades manuais, mas flexibilidade, rapidez, resistência nervosa, atitudes maquinais, docilidade, passividade, todas elas, "qualidades" imprescindíveis para a sujeição do trabalho vivo ao trabalho morto. Os antigos nexos da classe trabalhadora — caracterizados pela habilidade, experiência profissional, homogeneidade cultural e pelas linhas tradicionais de transmissão dos segredos do ofício — foram quebrados definitivamente, ou permaneceram ainda em um número pequeno de trabalhadores qualificados.⁸⁷ Todo trabalho profissional, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador tornou-se residual. As operações produtivas ficaram reduzidas aos movimentos físicos e maquinais.

O processo de "adaptação psicofísica" à organização produtiva exigiu todo um sistema paralelo de vigilância e controle da condição operária que, ao tomar como referência os pré-requisitos da cadência intensificada do trabalho repetitivo e monótono da linha de montagem, extrapolou os muros da fábrica para atingir a intimidade de cada trabalhador.⁸⁸ Para tal objetivo, FORD tratou de incutir no seio mesmo dos espaços privados do operariado uma "nova ética coletiva puritana", a fim de conformar, controlar e estabilizar o novo trabalhador às normas de produção e de consumo exigidas pela racionalidade da grande indústria. Escalou para esse fim um exército de especialistas, com a tarefa de imiscuir e inquirir sobre os mais variados aspectos da vida íntima do proletariado. Nada devia escapar aos olhares dos agentes de inspeção e das assistentes

⁸⁷ - Torneiros mecânicos, ferramenteiros, fresadores, especialistas em manutenção, etc.

⁸⁸ - Seguindo ainda as observações feitas por GRAMSCI no texto "*Americanismo e Fordismo*", torna-se importante realçar sua afirmação de que "*a hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia*" (1984: 381-182).

sociais. Essa verdadeira “invasão de privacidade”, ao tomar como alvo prioritário o dia-a-dia da família operária (célula básica de consumo), buscava adequar seus costumes e valores aos novos padrões de civilização propagandeados pela burguesia americana. Objetivava, também, cimentar as diferenças étnicas, raciais, de gênero e etárias da população ao novo estilo de vida inspirado na euforia do “*New Deal*”. A classe trabalhadora era convidada, assim, a descuidar-se de sua memória, de suas tradições de luta e de seus modos de vida, para habituar-se, sem maiores resistências, ao “novo espírito americano”.

O controle fino do trabalhador e de sua intimidade familiar passava pelo estabelecimento de costumes regulares, pela pregação da sobriedade, pelo combate ao alcoolismo, pela exigência da pontualidade, do respeito e de tantas outras atitudes resignadas diante das autoridades constituídas. O novo homem era identificado pela sua probidade moral, pela capacidade de consumo prudente e pela vida familiar reservada. O novo industrialismo — assinala GRAMSCI (1984: 24) — *“pretende a monogamia, exige que o homem-trabalhador não desperdice as suas energias nervosas na procura desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional: o operário que vai ao trabalho depois de uma noite de desvarios não é um bom trabalhador, a exaltação passional não está de acordo com os movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos processos de automação”*. Tais iniciativas puritanas, divulgadas pelos programas sociais do empresariado fordista, longe de revelarem preocupações “humanistas”, buscavam, isto sim, *“conservar, fora do trabalho, um determinado equilíbrio psicofísico para impedir o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelos métodos de produção”*. O industrial americano preocupava-se, de fato, *“com a eficiência muscular nervosa”* de seus empregados, pois era do seu *“interesse manter um quadro estável, um conjunto permanentemente afinado, uma vez que o complexo humano (o trabalhador coletivo) de uma empresa é uma máquina que não deve ser desmontada com frequência e ter suas peças renovadas constantemente sem perdas”* (GRAMSCI, 1984: 397).⁸⁹

Dentro dessa perspectiva, o fordismo deve ser apreendido não somente enquanto um novo paradigma tecnológico de produção, mas como um conjunto de transformações maiores que determinou profundas mudanças nos modos de vida e de reprodução do salariado. Tendo como ponto de partida a fábrica, o modelo produtivo inaugurado por FORD disseminou em toda sociedade um “novo estilo civilizatório”. Do ponto de vista mais molecular, a “revolução fordista” determinou uma mudança radical na subjetividade das classes trabalhadoras.

Os métodos introduzidos por FORD no início do século na sua indústria de motores, marcaram (e têm marcado ainda) um longo período histórico de “ciclos virtuosos e recessivos”. As

⁸⁹ - Reforça-se, mais uma vez, que não há interesse do capital desgastar inexoravelmente a força de trabalho, nem mesmo transformar todo trabalho complexo em trabalho simples.

crises do capitalismo datadas durante este século, para além de representarem sinais de agonia e de esgotamento de sua base técnica, servem para indicar que o problema da hegemonia de uma classe sobre a outra tem que ser colocado e restabelecido continuamente sobre novas bases.

18. _____

Automação Flexível:

a imposição de uma “subjetividade interativa” no chão-de-fábrica

A guerra, muito mais do que a paz, foi o fator decisivo para a alavancagem do modelo fordista de produção. Os conflitos bélicos do século XX — segundo relata HOBBSAWM na sua obra **Era dos Extremos** (1995: 52) — “foram guerras de massa, no sentido de que usaram e destruíram quantidades até então inconcebíveis de produtos durante a luta”. Os períodos de preparação e de combate no *front*, assim como os de reconstrução dos países destruídos, impulsionaram, de forma visível, a administração e o desenvolvimento tecnológico. A “guerra total” não apenas deslocou uma imensa leva de seres humanos, mas exigiu, do mesmo modo, uma produção em massa de armas, munições, peças de reposição, alimentos, uniformes, medicamentos e outros produtos essenciais para abastecerem os contingentes militares posicionados nas frentes de batalha.⁹⁰

Sem dúvida, a economia americana se beneficiou extraordinariamente com os tempos de guerra. Sua taxa de crescimento foi excepcional, sobretudo na Segunda Guerra Mundial, quando apresentou cifras em torno de 10% ao ano. Os EUA se valeram do fato de estarem distante dos conflitos e de fornecerem a maior parte do arsenal destrutivo de apoio aos aliados. Soma-se a isso, a capacidade de sua indústria organizar com rapidez a expansão da produção de modo mais eficiente do que qualquer outro país naquele momento.

Os “Anos Dourados” do pós-45 foram marcados pela expansão dos princípios americanos de produção para os países da Europa, pela incorporação dos seus métodos em outros ramos de atividades econômicas (construção de habitações, *junk food*, entre outros) e pelo crescimento explosivo do mercado de bens de serviços (notadamente o turismo). Caracterizada pelo livre comércio, pelo fluxo internacional de capitais e pela instituição do dólar

⁹⁰ - Durante a Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha mobilizou 12,5% dos seus homens para as Forças Armadas, a Alemanha 15,4%, e a França quase 17%. Na Segunda Guerra Mundial, a porcentagem de força humana total que foi para as Forças Armadas esteve muito geralmente nas vizinhanças de 20%. De acordo com dados apresentados por Hobsbawm (1995: 52), durante a Segunda Guerra o exército dos EUA encomendou mais de 519 milhões de pares de meias e mais de 219 milhões de calças, enquanto as forças alemãs, fiéis à tradição burocrática, num único ano (1943) encomendou 4,4 milhões de tesouras e 6,2 milhões de almofadas para os carimbos dos departamentos militares.

como moeda mundial, a “Era de Ouro” do mundo capitalista desenvolvido encontrou na linha de montagem de produtos padronizados uma de suas bases de sustentação. Esse modelo de organização produtiva, permitiu a transformação dos padrões de consumo, de tal maneira, que os artigos antes considerados “supérfluos” e de “luxo” passaram a ser encarados como “necessidades”. Geladeira, máquina de lavar roupa, enceradeira, liquidificador, televisão, rádio, vitrola, automóvel... passaram a ditar o novo “padrão de conforto” desejado pela maioria das famílias, independentemente da sua origem social.⁹¹

A sustentação desse aumento da demanda por bens de consumo duráveis, com raríssimas exceções, somente foi possível graças à ação decisiva dos governos em planejar e administrar as economias nacionais em sintonia com a economia mundial. O compromisso político do Estado de Bem-estar⁹² com o pleno emprego, com a seguridade social e, em menor medida, com a redução das desigualdades, proporcionou, pela primeira vez, um mercado de consumo de massa, ao mesmo tempo que bancou um “pacto aceitável” entre patrões e empregados. A intervenção estatal na economia possibilitou, durante todos esses anos, um “arranjo tripartite” onde os donos do capital mantinham as reivindicações dos sindicatos dentro de limites que não afetavam suas margens de lucro, com ganhos de produtividade capazes de assegurar novos investimentos em bens de produção e, os trabalhadores, recebiam salários com aumentos regulares, benefícios indiretos, subsídios, créditos para o consumo e acesso “facilitado” para a aquisição da casa própria. Desse modo, as democracias representativas ocidentais se mantiveram por muitos anos estáveis, escoradas por uma extraordinária melhoria na vida material dos seus cidadãos.

Até fins da década de 60, em função da manutenção da estabilidade dos mercados dominados pelo “padrão ouro”, do preço baixo do barril de petróleo saudita⁹³ e, principalmente, da existência de um consenso razoável entre todos (patrões, trabalhadores e governo), foi possível manter com sucesso o modelo fordista de produção.⁹⁴ Ainda que resguardadas suas diferenças e particularidades, em função das várias configurações políticas, sociais,

⁹¹ - O Volume 5 da *História da Vida Privada* de Ariès & Duby (1992) traz uma análise sobre a constituição e os padrões de vida da família no século XX.

⁹² - Estado de Bem-estar no sentido literal da palavra — de acordo com Hobsbawm (1995: 278) — “quer dizer, Estados em que os gastos com seguridade social — manutenção de renda, assistência e educação — se tornaram a maior parte dos gastos públicos totais, e as pessoas envolvidas em atividades de seguridade social formavam o maior corpo de todo funcionalismo público”. No final da década de 1970, todos os Estados capitalistas avançados se haviam tornado “Estados de Bem-estar”, sendo que alguns países gastavam mais de 60% de seus orçamentos na seguridade social.

⁹³ - O barril de petróleo saudita custava em média menos de 2 dólares durante todo o período de 1950 a 1973.

⁹⁴ - Caracterizado por mercados crescentes de produtos padronizados, crescimento da produtividade obtido pelo aumento de escala, onde os setores dinâmicos da economia eram, particularmente, os de bens duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.). As economias dos países capitalistas industrializados se deram esplendidamente bem durante todo este período, porque pela primeira vez passava a existir uma economia de consumo de massa com base no pleno emprego e rendas reais em crescimento constante, sustentada pela seguridade social, por sua vez pagas pelas crescentes rendas públicas. Na verdade, nos eufóricos anos 60 alguns governos chegaram a garantir aos desempregados — poucos então — 80% de seus antigos salários (ver Hobsbawm 1995: 277).

institucionais, geográficas, culturais e de organização dos trabalhadores de cada país, o paradigma de organização produtiva inaugurado por Henry FORD ditou as regras a serem seguidas e os caminhos a serem trilhados pela indústria na maior parte do mundo moderno. É somente no final dos anos 60 e início do anos 70 que esse padrão de desenvolvimento — sustentado pela produção em massa de produtos padronizados e pelas políticas econômicas keynesianas — começa a dar sinais de esgotamento. A estagnação e a instabilidade dos mercados, o excesso de capacidade produtiva sem contrapartida pelo lado da demanda, o choque do petróleo deflagrado pela OPEP (1973)⁹⁵ e o acirramento da concorrência, são os primeiros sintomas da crise do fordismo. Tais fatos — conforme veremos a seguir —, representam apenas alguns dos indicadores da crise mais profunda do capitalismo mundial (crise de hegemonia). Há ainda uma crise financeira, determinada pelo colapso do sistema monetário internacional com a quebra dos “Acordos de Bretton Woods” (1971), que eleva brutalmente as taxas de juros, inibindo, com isso, a formação de estoques e o investimento em grandes unidades verticalizadas de produção.⁹⁶ Afora esses acontecimentos, reconhecendo-se ou não um retorno às lutas de classes, há uma mudança significativa no “estado de espírito” e na disponibilidade de negociações salariais com os empresários por parte dos trabalhadores e seus sindicatos. O recrudecimento dos conflitos trabalhistas, as greves e a resistência do operariado entrincheirado (1968-1972) solaparam, de maneira incisiva, os “compromissos fordistas” amarrados até então. Assiste-se, assim, o apagar das luzes de mais uma “Época de Ouro”. O período que se iniciou a partir de 1973 irá instaurar uma nova era de crise, com repercussões de longo alcance sobre o trabalho, os trabalhadores, as políticas públicas, a economia, a cultura, as identidades sociais, enfim, sobre o futuro e o desenrolar da vida privada e coletiva.

* * *

As manifestações contrárias ao modelo de sociedade que vinha sendo imposto pelo paradigma fordista de produção atingiram o seu ápice nos acontecimentos de maio de 1968 na França. Atos públicos protagonizados por estudantes, operários e intelectuais impuseram toda uma contra cultura à “austera estética funcionalista” vinculada ao “gerencialismo estatal

⁹⁵ - O aumento deste insumo industrial mudou os custos relativos da produção, levando todos os segmentos da economia a buscarem novas formas de economizar energia através da mudança tecnológica e organizacional.

⁹⁶ - O conseqüente enfraquecimento da demanda efetiva vinha sendo compensado nos EUA pela guerra à pobreza e pela guerra do Vietnã, mas a queda da produtividade e da lucratividade corporativas não. Em 1966 iniciou-se um problema fiscal nos Estados Unidos que somente seria sanado às custas de uma aceleração da inflação. Este fato, começou a solapar o papel do dólar como moeda-reserva internacional estável.

fordista/keynesiano”.⁹⁷ A universidade, a fábrica, a arquitetura urbana, enfim, todo um “modo civilizatório” passou a ser questionado pelos movimentos sociais emergentes.⁹⁸

Nos limites restritos da produção, “a crise do fordismo foi, em primeiro lugar — conforme assinala AGLIETTA (1991: 139) —, a crise de um modo de organização do trabalho. Se manifestou sobretudo pelo endurecimento das lutas de classe no espaço fabril, as quais colocaram limites à elevação da taxa de mais-valia específica das relações de produção organizadas nesse tipo de processo de trabalho”.⁹⁹ As formas de resistências tecidas pelos trabalhadores no final dos anos 60, incluíam desde manifestações explícitas (greves), até comportamentos não-declarados, como o absenteísmo, turn-over,¹⁰⁰ aumento de refugos,¹⁰¹ diminuição da produtividade, sabotagens, os quais evidenciavam a vulnerabilidade da organização taylorista e da linha de montagem frente às atitudes de contestação. Todas essas ações coletivas, buscavam explorar as brechas da OCT, os pontos de estrangulamento da cadeia de produção fordista, aumentando, assim, os “engarrafamentos”, as quebras de ritmo devido aos desajustes nas ligações sequenciais dos postos de trabalho. Desse modo, a diminuição dos ganhos de produtividade permanecia inscrita na própria lógica do taylorismo e do fordismo, uma vez que a garantia da continuidade do processo produtivo dependia em larga escala do engajamento constante dos trabalhadores aos princípios e finalidades da organização produtiva. Qualquer renúncia a esse engajamento colocava em risco a viabilidade de todo sistema. A facilidade com que os operários de uma única seção podiam paralisar a indústria, aparecia aos olhos dos empresários como a “principal inflexibilidade” a ser vencida por meio de uma reestruturação produtiva que retirasse “o poder de travagem” das mãos dos trabalhadores.¹⁰²

Diante desse desafio, o capital irá responder com a introdução de tecnologias micro-eletrônicas e de novos métodos de organização do processo de trabalho. Busca-se com isso, substituir o tipo de controle instituído pelo taylorismo/fordismo por novas formas de “adesão social”. A instauração dessa nova base técnica veio coincidir com várias outras iniciativas que visam, acima de tudo, a destruir as relações industriais predominantes a fim de restabelecer o

⁹⁷ - Em relação à cultura do alto modernismo (anos 60) ver Harvey (1992).

⁹⁸ - De acordo com Harvey (1992: 133), “os críticos da aridez suburbana e da monumentalidade monolítica dos centros da cidade se tornaram uma minoria vociferante que articulava todo um conjunto de insatisfações culturais. As críticas e as práticas contra culturais dos anos 60 eram, portanto, paralelas aos movimentos das minorias excluídas e à crítica da racionalidade burocrática despersonalizada. Todas essas correntes da oposição começaram a se fundir, formando um forte movimento político-cultural, no próprio momento em que o fordismo como sistema econômico parecia estar no apogeu”.

⁹⁹ - A linha de montagem tende a unificar os trabalhadores em torno da luta contra o regime de trabalho.

¹⁰⁰ - A rotatividade da Ford americana atingiu a cifra de 25% do total da mão-de-obra em 1969.

¹⁰¹ - Aumento dos refugos leva, conseqüentemente, à quebra do ritmo, ao crescimento de peças defeituosas e do desperdício e à necessidade do retrabalho.

¹⁰² - A “Escola das Relações Humanas” de Elton Mayo foi uma das primeiras tentativas patronal de se melhorar “o clima organizacional” dentro da empresa, de se diminuir as tensões e eliminar os conflitos gerados pelo trabalho monótono e repetitivo. Fazem parte desta visão, os estudos dos fatores de rendimento. A iluminação, os salários e outras condições de trabalho, eram identificados como fatores que determinavam as variações do rendimento individual. Esses estudos, buscavam imprimir a “lógica do sentimento”, através de grupos psicotécnicos, eliminando, assim, as possibilidades de travagem voluntárias da produção.

domínio patronal no chão-de-fábrica. Fazem parte dessa ofensiva, tanto as demissões em massa *“quanto o novo estilo gerencial caracterizado pela agressividade anti-sindical, cujo objetivo é a construção do consenso dos trabalhadores em novas bases empresariais”* (DINA, 1987: 9).

Cabe ressaltar também, que as mudanças tecnológicas, a automação, fazem parte de uma estratégia de superação da crise, na qual a procura de novas linhas de produtos, a desterritorialização geográfica da produção para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões de empresas e outras providências para acelerar o tempo de giro do capital passaram a ser consideradas prioritárias num ambiente de mercado instável e fortemente competitivo. A redução dos mercados e o conseqüente acirramento da concorrência inter-empresas — de acordo com LEITE (1994: 83) — *“constituíram-se os principais fatores da obsolescência da automação rígida com base técnica na eletromecânica, que se desenvolveu sob a égide do fordismo”*.¹⁰³ Somente nesse sentido é que podemos afirmar um certo “esgotamento técnico” da base de produção fordista. Trata-se de reconhecer, necessariamente, sua “pouca flexibilidade” para responder de maneira ágil e diferenciada às necessidades de um mercado cada vez mais reduzido e volátil.

Os limites técnicos presentes tanto na organização taylorista do trabalho quanto na cadeia de produção fordista, tornaram-se cada vez mais evidentes. Por um lado, à medida que crescia a distância a ser percorrida pelo produto dentro da empresa, aumentava, por conseguinte, o tempo do capital imobilizado. O acúmulo de estoques, as necessidades de ajustes nas linhas, de preparação de máquinas e as freqüentes paradas de manutenção causavam “gargalos” em certos postos de trabalho que desbalanceavam constantemente o ritmo da produção. A divisão indefinida dos gestos necessários para a execução da tarefa (TAYLOR) e, a multiplicação do número de postos nos quais os trabalhadores estavam fixados (FORD), ao invés de potencializarem o “tempo realmente produtivo”, produziam indesejavelmente o reaparecimento dos “tempos mortos” ao final da linha.¹⁰⁴ Por outro lado, na cadeia de montagem rígida — segundo análise de DINA (1987: 19) — *“bastava o bloqueio de uma estação para imobilizar toda a produção e, visto que era necessária uma intervenção do trabalho humano, por menor que fosse, a indisponibilidade de algumas poucas pessoas podia parar uma oficina. A automação rígida, portanto, era vulnerável não só às falhas mecânicas como também ao desinteresse dos operários pelo trabalho e às*

¹⁰³ - A autora completa: *“Baseada na fabricação de grandes quantidades, a partir de instalações projetadas para um determinado tipo de produção, a automação rígida consiste na incorporação orgânica na máquina, da memória que estabelece as seqüências de operações. Dessa forma, o equipamento não comporta modificações no tipo ou na seqüência das operações realizadas e qualquer alteração nesse sentido exigiria a entrada em ação de uma nova máquina”* (Leite, 1994: 83).

¹⁰⁴ - O tempo em que o produto é apenas transportado e não transformado. Cabe assinalar ainda, que os problemas relativos ao balanceamento entre os vários postos de trabalho e as várias linhas de produção também fizeram ressurgir os tempos mortos. Os procedimentos para coordenar a atuação dos vários postos de trabalho e a integração deles entre si não conseguiram eliminar as diferenças de tempo exigidas por cada posto, tornando ociosos os trabalhadores dos postos cujo tempo é inferior aos outros. Ver Leite (1994: 80-81).

agitações sindicais". Tais restrições da organização tayloristas/fordista do trabalho podem explicar — pelo menos em parte — a emergência de sistemas de produção menos rígidos e mais integrados.

A performance virtuosa da empresa "piramidal", unificada e verticalizada do padrão fordiano de produção — de acordo com BERNARDES (1994; 33-40) — *"revela-se obsoleta para suprir as variações de mercado não previstas"*. Estudos recentes, citados pelo autor, dão conta das transformações globais nas *"formas organizacionais que afetam os modos de atuação territorial e de gestão do espaço sócio-produtivo da empresa"*. Nesse contexto, *"há uma redefinição de seu espaço mundial e uma remodelagem da estrutura verticalizada da empresa multinacional para uma configuração de empresa-rede, isto é, o desenvolvimento de formas reticulares a partir de um processo de externalização ou desintegração verticalizada"*. A globalização industrial e econômica, associada ao grande progresso das telecomunicações, permitiu a incorporação de uma força de trabalho mais barata e transferiu certas etapas da produção para outros países.¹⁰⁵ A bancarrota do "socialismo real" com suas "economias planejadas" ampliou ainda mais esse quadro. Não é de se estranhar que, nos países capitalistas centrais, os empresários continuam a cortar postos de trabalho, com a finalidade de reduzirem seus custos, enquanto buscam novos *"green fields"* (loais não "poluídos" pelos sindicatos) para realizarem seus investimentos.¹⁰⁶ A formação de megablocos geo-econômicos, paralelo ao surgimento de "novos países industrializados" (NICs) na periferia do mundo desenvolvido,¹⁰⁷ forçam a institucionalização de diversas formas de integração do mercado (áreas de livre comércio, zonas preferenciais, regras jurídicas uniformes, etc.) que estimulam a competitividade e a inovação técnica. Muitas empresas, em função disso, passaram a estabelecer relações de parceria e intercomplementaridade com suas antigas concorrentes, no intuito de acompanharem a corrida tecnológica e não defasarem seus processos industriais.

As vantagens comparativas internacionais na atual reorganização produtiva favorecem as indústrias que empregam "conhecimento intensivo", em detrimento daquelas onde o uso extensivo da mão-de-obra é posto em primeiro plano.¹⁰⁸ Tais vantagens competitivas são determinadas tanto pelo "enxugamento" do coletivo operário (intensificando o ritmo dos que permanecem), quanto pela economia de matérias-primas (pesquisas de novos materiais e componentes) e de energia nos processos de produção. Assim sendo — segundo ainda anotações de BERNARDES ((1994: 41) —, *"jogam papel decisivo nesta relação a inteligência dos assalariados, sua iniciativa, seu senso*

¹⁰⁵ - Essa nova divisão internacional do trabalho reservou algumas zonas estratégicas para a produção de tecnologias mais complexas (Vale do silício, Emilia Romana, entre outras).

¹⁰⁶ - Além deste fator, pesam na decisão sobre aonde investir: os baixos salários, as isenções fiscais concedidas pelo poder público, a existência de um mínimo de infra-estrutura e as possibilidades do mercado.

¹⁰⁷ - Coreia, Taiwan, México, Índia, Brasil, entre outros.

¹⁰⁸ - Isto não quer dizer que as estratégias de competitividade baseadas na utilização extensiva e intensiva de uma força de trabalho barata deixaram de ser empregadas. Coreia, Taiwan, Brasil, são alguns dos países onde este padrão de uso da força de trabalho se constitui no principal fator de competitividade.

de responsabilidade e de antecipação para detectar possíveis falhas técnicas ou panes, bem como capacidade de intervir prontamente para não deixar declinar o rendimento do maquinário". A automação crescente do processo produtivo tem gerado uma nova divisão do trabalho, na qual os trabalhadores encontram-se ocupados, preferencialmente, nas tarefas de ajustagens, manutenção de equipamentos, na prevenção das "ocorrências anormais", de maneira que "os melhoramentos gerados sejam sistematicamente incorporados à produção". Nesse tipo de trabalho, "o lugar do sujeito e das relações intersubjetivas seria absolutamente central, na medida em que a mobilização psíquica do indivíduo, sujeito do processo de trabalho, constituiria a precondição mesma de toda atividade produtiva".

* * *

A *automação flexível*¹⁰⁹ pode ser definida como um sistema complexo, envolvendo componentes e processos diversos, no quadro de uma organização e de uma rede de informação que ultrapassam os limites da fábrica. Essa forma de organização produtiva, busca responder "no tempo certo" às mudanças rápidas de um mercado de consumo mais exigente, diferenciado e às vezes até contraditório. A flexibilidade aplicada ao sistema produtivo — conforme define DINA (1987: 19) — *"significa poder produzir elementos diferentes, talvez até ao mesmo tempo, poder aceitar mudanças ou melhoramentos do produto, prestar-se à produção de versões ou variantes diversas em proporções diferentes, e tudo isso sem exigir mudanças físicas no sistema. Este último, além do mais, deveria ser reutilizável em uma maior parte (e sem intervalos excessivamente longos de readaptação) no caso de mudanças radicais do produto"*.¹¹⁰ Da mesma maneira, pode-se compreender flexibilidade como uma série de alternativas possíveis para se tolerar inconvenientes sem que seja preciso interromper totalmente a produção.

A principal base técnica que permite a *automação flexível* é, sem dúvida, a *máquina ferramenta de controle numérico computadorizado*. As operações que são executadas pela MFCNC eram antes confiadas às mãos hábeis dos trabalhadores qualificados, que manejavam com destreza e precisão as ferramentas e máquinas universais convencionais (tornos, fresas, mandrilhadoras, etc.). Comparada a estas, a sua vantagem na produtividade é determinada pela considerável diminuição dos tempos de preparação da máquina (*set up*), de posicionamento e

¹⁰⁹ - Essa nova forma de organização industrial recebe várias denominações na literatura especializada: neo-fordismo ou pós-fordismo para os "regulacionistas" franceses; novo paradigma técnico-econômico para os neo-shumpeterianos; "estratégia PIW" na literatura escandinava; "especialização flexível" para Piore & Sabel; *sistemo*factory para Hoffman e Kaplinsk, ou "produção enxuta" para Womack.

¹¹⁰ - As mudanças na produção poderão ocorrer sem que haja necessidade de mudar fisicamente o sistema produtivo.

medição dos componentes a serem usinados.¹¹¹ Ao realizar simultaneamente as operações de furar, fresar, cortar, mandrilhar, rosquear, etc., a máquina ferramenta de controle numérico elimina os tempos de espera e assegura a diminuição dos volumes dos meios circulantes (peças intermediárias e materiais), utilizando apenas o estritamente necessário, de maneira a reduzir o capital imobilizado. Em função destas características, a MFCNC — diferentemente da “máquina transfer fordista” destinada à produção em série de produtos idênticos — possibilita a fabricação em pequenos lotes de produtos diversificados e variados. Cumpre ressaltar ainda, que essa otimização das relações entre os tempos de operação e circulação só tornou-se possível graças a uma maior integração do processo produtivo, conseguida através de um sistema de transporte e movimentação coordenado e controlado por computadores. A flexibilidade e a sintonia fina entre os fluxos de informações necessárias para se efetuar modificações rápidas no processo de trabalho, são garantidas por intermédio de uma rede de comunicação conectada aos vários pontos e setores da produção.

O transporte e a movimentação na produção flexível devem permitir a exclusão de máquinas ou operações desnecessárias, e dirigir os componentes a serem trabalhados para outros percursos alternativos, possibilitando, com isso, a utilização de outros postos que ficariam ociosos nos sistemas rígidos (postos estrangulados). O sistema de transporte na “fábrica automática” é concebido como uma “*linha assíncrona de montagem*” (LAM) que, diferentemente da linha fordista sincronizada, encontra-se configurada em malhas e sob cadências flexíveis. Esse arranjo de máquinas e “*trolleys*” de transporte possibilita, invariavelmente, uma melhor gestão da circulação e dos suprimentos.¹¹²

As interconexões entre o sistema de fábrica e os departamentos de projetos na *automação flexível* são asseguradas por computadores (CAD - *Computer Aided Design*), que auxiliam no desenvolvimentos de produtos e peças a partir de informações fornecidas desde o setor de fabricação. O estreitamento entre a seção de projeto (CAD) e a área de processo (CAM - *Computer Aided Manufacturing*) permite uma enorme economia no tempo de concepção. Toda essa rede interligando MFCNC, LAM, CAD/CAM, CLP (Controladores Lógicos Programáveis), robôs¹¹³ de pintura e soldagem ponto a ponto conforma a “*Flexible Manufacturing System*”, cuja principal vantagem diante de outros modelos organizacionais é a transformação de tempos mortos em tempos produtivos. As tecnologias micro-eletrônicas permitem, inclusive, a produção de “tempo oculto”, isto é, a realização simultânea de duas ou mais operações, que nos processos rígidos de base eletro-mecânica eram realizadas sucessivamente e de forma interrompida. O

¹¹¹ - A maior produtividade depende mais da redução dos tempos mortos e da regularidade de operação do que de uma verdadeira margem de velocidade.

¹¹² - Sobre os diferentes modelos possíveis de linhas automáticas ver Coriat (1988).

¹¹³ - Ver Coriat (1989).

conjunto dessas técnicas, ao maximizar a gestão do capital fixo, circulante e dos fluxos de materiais, busca elevar o tempo de ocupação efetiva dos equipamentos e dos trabalhadores envolvidos em tarefas não-automatizadas (tempo útil). Na realidade — de acordo com as observações de CORIAT (1988: 25) — *“a informática da produção junta-se à automação para absorver as tarefas — na prática, todo um conjunto de atividades de regulação, outrora atribuídas ao trabalho vivo e cuja execução constituía o coração das técnicas de organização do trabalho”*.

Todas essas mudanças nos sistemas técnicos de fábrica vieram precedidas, na maioria das vezes, de uma nova concepção nos métodos organizacionais. *Just-in-time/kan-ban*, células ou ilhas de produção, flexibilização do trabalho (multifunção, polivalência, trabalho em equipe, etc.), círculos de controle de qualidade (CCQ) e outras iniciativas ditas participativas, integram um cardápio diversificado de técnicas de gestão da força de trabalho e dos meios circulantes (componentes e matérias primas) que buscam integrar ativamente o trabalhador aos preceitos da empresa e, adaptar a produção à nova realidade do mercado. Devido ao último objetivo, torna-se imprescindível um melhor gerenciamento do estoque a fim de se produzir somente o que já está encomendado e no “tempo certo” (*just-in-time*). O sistema *kan-ban* auxilia na manutenção do estoque mínimo e proporciona um alto giro do produto em processo, diminuindo sobremaneira o tempo de atravessamento (*lead time*). Embora a maioria desses princípios e conceitos não fossem inteiramente novos e originais,¹¹⁴ eles somente foram popularizados e disseminados com o êxito industrial japonês a partir da década 70 (Quadro 6).

* * *

A “via japonesa”¹¹⁵ de reconversão industrial pode ser entendida — segundo enfoque de CORIAT (1994: 53) — como uma forma totalmente nova de se “*pensar pelo avesso*” o processo de produção. O fluxo de fabricação, “*em lugar de ser feito em cadeia, de montante à jusante da linha de montagem, é feito de jusante à montante. O ponto de partida é o das encomendas já endereçadas à fábrica e dos produtos já vendidos (pull system)*”. A fábrica ideal seria aquela onde o produto sofre um processo contínuo de transformação, desde o momento em que seus componentes constitutivos ingressam na fábrica até o ponto da sua expedição para o cliente.¹¹⁶

¹¹⁴ - O conceito de qualidade, por exemplo, foi introduzido por Deming nos anos 30 nos Estados Unidos.

¹¹⁵ - Esta via recebe várias denominações, entre elas: toyotismo, ohnismo, fordismo híbrido, novo paradigma técnico-industrial, etc. Em relação ao debate existentes entre as abordagens culturalistas e o enfoque técnico do modelo japonês, ver Zarifian (1993).

¹¹⁶ - Ver Humphrey (1994).

Quadro 6
Características dos Três Paradigmas de Organização Industrial*

Características	Início da Era Industrial	Taylorismo e Fordismo	Automação Flexível
Início	1780	1913	Década de 70
País Líder	Inglaterra	Estados Unidos	Japão
Carro-chefe	Indústria têxtil	Automobilística	Auto-eletrônica
Base técnica	Máquina de fiar Tear mecânico Máquina a vapor Ferrovia Descaroçador de algodão	Elettricidade Aço Eletromecânica Motor a explosão Petróleo/Petroquímica	Informática Máquina CNC Robôs Sistemas integrados Telecomunicações Novos Materiais Biotecnologia
Base organizacional	Produção fabril Trabalho assalariado	Produção em série Linha de montagem Rigidez Grandes estoques Testes de qualidade <i>ex-post</i> Grande porosidade Voltada para os recursos Especialização Gerência X Execução	Produção flexível Ilha de produção <i>Just in time</i> Estoque zero Qualidade total Eliminação das porosidades Voltada para demanda Focalização Gerência-Execução
Trabalho	Semi-artesanal Qualificado Pesado Insalubre	Especializado Fragmentado/prescrito Intenso Insalubre Rotineiro Pagamento <i>prò rata</i> Pouco treinamento Baixa escolaridade Redução da responsabilidade Organização vertical	Multitarefa Integrado Intensíssimo Desestruturante Insalubridade terceirizada Pagamento meritocrático Treinamento elevado Alta escolaridade Co-responsabilidade Organização horizontal
Relações inter-empresas	Livre concorrência	Monopólio Verticalização Concorrência	Oligopólio Horizontalização Terceirização Grande concorrência Intercomplementariedade
Escala	Local Nacional Internacional	Nacional Internacional	Internacional Globalização
Ideologia	Liberalismo	Liberalismo/Keynesiano Consumo de massa A sociedade de consumo Modernismo Totalidade/reforma estrutural Socialização	Neoliberalismo Consumo individualizado Cultura "yuppie" Pós-modernismo Especificidade/adaptação Individualização A sociedade do "espetáculo"
Estado	Nacional Imperialismo/colônia Liberal Início da regulamentação	Regulamentação Rigidez Negociação coletiva <i>Welfare State</i> Estabilidade internacional Acordos multilaterais Centralização Estado "subsidiador" Intervenção no mercado	Desregulamentação Flexibilidade Negociações individualizadas Privatização do espaço público Desestabilização internacional Tensões geopolíticas e étnicas Descentralização Estado "empreendedor" Desregulamentação
Produtividade	Alta	Elevada	Elevadíssima
Consumo	Grande expansão	Grande expansão	Estagnação
Emprego	Forte expansão	Forte expansão Estabilidade	Forte retração Instabilidade Dicotomia do mercado Estabilidade/temporário Precarização contratual Des-sindicalização
Reação do operariado	Quebra de máquinas Cooperativismo Primeiros sindicatos	Reforço dos sindicatos Conquistas sociais Sindicatos de categoria	Fragmentação Sindicatos por empresas

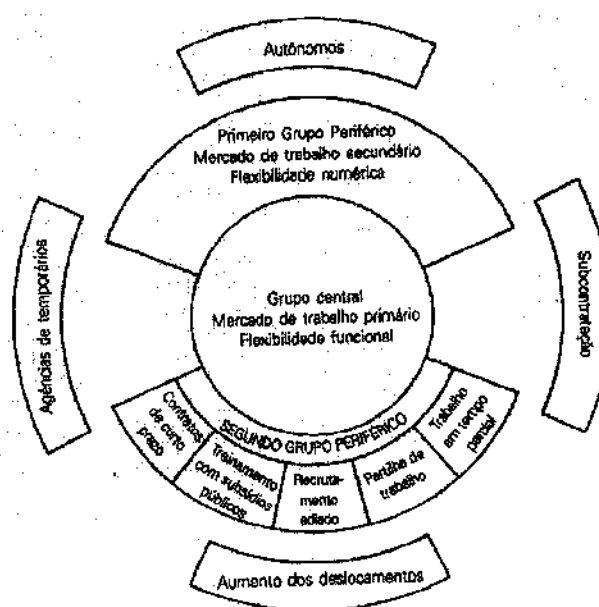
* Fonte e adaptação: De Fato-Cut, nº 1, set. 93 e Harvey (1992: 167-169).

A fábrica sem estoques, enxuta, à medida que deixa emergir à superfície o excesso de pessoal, é capaz de produzir e absorver as flutuações da demanda com um mínimo de efetivo. Encontra-se no centro de uma rede de empresas sub-contratadas onde são estabelecidas relações hierarquizadas entre os diversos fornecedores.¹¹⁷ A necessidade de um efetivo mínimo para se

¹¹⁷ - A Toyota, de acordo com Watanabe (1993), mantém uma fábrica limpa, sem estoques, porém acumula problemas do lado de fora. É importante salientar, também, que o controle sobre as empresas terceirizadas é que garante a lógica do *just-in-time*.

produzir, somada à terceirização crescente das atividades consideradas secundárias (focalização da produção), determina um “tipo de relações industriais” altamente excludente. O modelo japonês de gestão da força de trabalho inclui desde o chamado “emprego vitalício”, as promoções por tempo de serviço, até as relações precárias que predominam nos empregos temporários, empreitados, nas pequenas empresas satélites, no trabalho dos operários migrantes e feminino (ver esquema a seguir). Na verdade, dados atualizados apontam que somente 30% da mão-de-obra japonesa se enquadra nos critérios do trabalho vitalício, o restante se debate nas franjas do emprego sazonal, sujo e perigoso.¹¹⁸

Estruturas do mercado de trabalho em condições de automação flexível*



* Extraído de Harvey (1989: 143).

A organização do trabalho nas empresas japonesas ocorre em torno de postos polivalentes, desespecializados, onde o tempo é partilhado.¹¹⁹ Trata-se, em primeiro lugar — de acordo com HIRATA (1993: 13-14) — “de uma determinada modalidade de divisão social do trabalho na empresa: não-alocação do trabalhador a um posto de trabalho específico, o que significa um funcionamento baseado na polivalência e rotação de tarefas (de fabricação, de manutenção, controle de qualidade, gestão da produção); predomínio do grupo de trabalho sobre indivíduos;

¹¹⁸ - O salário médio do trabalhador da indústria de automóveis no Japão era, em outubro de 1986, 30% menor que o americano e 33% menor que o alemão. A sua jornada anual é das mais longas do mundo. O trabalhador das quatro maiores empresas automobilísticas japonesas (Toyota, Nissan, Honda e Mazda) trabalhou, em média, em 1985, 1922 horas regulares e cerca de 360 horas extras. Perdeu apenas um dia de trabalho no ano e não teve mais que 6 dias de férias. Esta forma de usura da força de trabalho, é a principal responsável pelas mortes súbitas no trabalho (Karoshi) que acometem os trabalhadores japoneses.

¹¹⁹ - Diferentemente do taylorismo/fordismo onde o tempo é alocado.

divisão do trabalho menos nítida entre operários de manutenção e da fabricação, entre as diferentes categorias hierárquicas; linha de demarcação mais difusa do que nas empresas dos países ocidentais, entre a direção e a execução, com o trabalhador conhecendo e dominando melhor o processo global de produção, o que se torna possível pelas práticas de gestão correntes nas empresas japonesas, em particular pelas práticas de mobilidade interna”.

Esta forma de organização produtiva, baseada numa força de trabalho polivalente e multifuncional, se contrapõe ao saber complexo dos trabalhadores qualificados com a finalidade de atenuar os seus poderes no chão-de-fábrica. A introdução das novas tecnologias organizacionais e a implantação da multifunção, exigiu uma reorganização profunda do sindicalismo no Japão. A transformação dos sindicatos de indústria em sindicatos de empresa imprimiu uma derrota ao movimento operário japonês, a tal ponto, que foram implantadas nas indústrias estruturas semi-sindicais exclusivamente atreladas à lógica produtiva. A intensificação do ritmo, a eliminação das folgas implantada pelo método de “melhoria constante” (*Kaizen*) e a militarização do regime fabril, foram conseguidas a partir da eliminação das atividades sindicais do interior das fábricas. Na prática, a constituição de grupos de trabalhadores aparentemente autônomos passaram a funcionar como instrumentos de cooptação e captura das iniciativas e da criatividade operária em proveito exclusivo do capital.

A configuração das máquinas em “ilhas”,¹²⁰ não só permite eliminar os conflitos causados pelos desbalanceamentos entre os postos da linha de montagem tradicional¹²¹ (ver diferenças no esquema a seguir), como também determina um outro modo de consumo da força de trabalho. A lógica dessa nova forma de usura consiste em confiar a um mesmo operário a condução e a gestão simultânea de uma célula (várias máquinas), onde encontram-se reagrupadas as funções de operação, supervisão, diagnóstico, manutenção e de controle de qualidade. Ao contrário daqueles que defendem a existência de um “enriquecimento das tarefas” e, conseqüentemente, a expansão dos horizontes técnicos dos trabalhadores, o que vem ocorrendo na verdade é uma concentração de atividades parcelares num único operário, sem que haja mudança efetiva no conteúdo do seu trabalho.

Na organização em “ilha”, cada empregado encontra-se empenhado em realizar o ciclo total do trabalho. Embora ocorra uma recomposição das tarefas e o trabalhador execute uma atividade mais completa, há uma maior desqualificação de cada uma das suas funções.¹²² Na antiga

¹²⁰ - Princípio: Um homem/várias máquinas correspondendo a operações sucessivas.

¹²¹ - Princípio: O trabalhador se desloca de posto a posto onde são disponíveis máquinas que correspondem a operações sucessivas. Limite: Impossibilidade de realocar as tarefas de maneira flexível, quando há flutuação da produção a ser efetuada.

¹²² - Segundo S. Wood (1993: 55), “o modelo de administração japonesa (*just in time* e *círculos de qualidade*), na medida em que envolve os operários na engenharia industrial, inverte certas dimensões do taylorismo (com sua ênfase numa clara e absoluta responsabilidade gerencial pela concepção). No entanto, neste modelo japonês, continua-se a projetar atividades com ciclos curtos, tarefas fragmentadas e um trabalho que tem concepções de tarefas estandardizadas /.../. Portanto, é melhor tratar o modelo de administração japonês como algo híbrido..

organização do trabalho, a maioria dos trabalhadores estava ocupada em manusear e intervir diretamente em cada fase do produto. Na organização automatizada, por sua vez, o papel dos operários é, na maior parte do tempo, o de preparar, monitorar os equipamentos, ou ainda, o de regular o fluxo da produção quando surge algum problema. Cresce, também, a importância do trabalho de manutenção das máquinas e dos processos. A natureza do trabalho deixa de ser cada vez mais ação direta de transformação da matéria, para se tornar atividade abstrata (trabalho imaterial), em que a capacidade de percepção, elaboração simbólica e as relações de equipe são exigências predominantes do processo produtivo. Inserida nesta organização, a função do trabalhador deixa de estar atrelada a uma tarefa ou a um posto-máquina, para ser definida a partir de sua inserção na rede de comunicação no interior da empresa. Há uma grande mobilidade funcional em virtude das necessidades técnicas serem mais flexíveis e mais variadas. Cada trabalhador tem que estar preparado e disponível para “tapar buracos”, socorrer de imediato os postos de trabalho e as funções que estão atravancando o “tempo certo” da produção (multifunção).

Lay-out em linha



Lay-out em “ilhas”



Face à condição de se trabalhar com estoques minimizados, com máquinas e equipamentos muito sensíveis e, com uma grande exigência de qualidade, o modelo de organização centrado no JIT/CQT também apresenta-se vulnerável às rupturas no sistema produtivo. Adquire nesse contexto importância significativa o “engajamento estimulado” da subjetividade operária às novas exigências da organização. A disponibilidade para interiorizar a coerção e, o senso de autonomia-responsabilidade para interagir em favor da empresa, são pré-requisitos essenciais quando se trata

de selecionar o pessoal.¹²³ Nesse sentido, as tecnologias informatizadas e os novos métodos de gestão da força de trabalho possuem um duplo significado: *“como força produtiva e como instrumento de controle do capital sobre o trabalho”* (FALABELLA: 1988, 14).

Toda nova tecnologia de produto, de processo e organizacional ocupa um extenso campo de configurações possíveis e se adaptam, dentro de certos limites, às diferentes conjunturas dos territórios onde são implantadas.¹²⁴ Longe de existir um único “modelo ideal” e sistemático para se organizar a força de trabalho, as máquinas e os equipamentos, o que se observa é a coexistência de inúmeros desenhos tecnológicos. Essa gama de possibilidades adquire em cada formação histórica um arranjo particular em função, justamente, dos diversos condicionantes (políticos, culturais, econômicos, institucionais, etc.) que delimitam as opções técnicas. Na verdade, por trás do imperativo tecnológico são feitas escolhas que ocultam intenções sociais. Assim sendo, toda leitura que tenha a finalidade de apreender os múltiplos significados das técnicas produtivas, deve partir de sua base material mais tangível (combinação de máquinas, equipamentos, força de trabalho e objeto) e, ao mesmo tempo, intentar dissecar os indícios menos visíveis presentes na base de cada padrão tecnológico.

19.

A Via Nacional de Reconversão Produtiva: *“os nossos japoneses são mais criativos”*

“Aqui tudo parece que ainda é construção e já é ruína...”
(Fora da Ordem - Caetano Veloso)

Os novos padrões de organização produtiva têm afetado de diversas formas os trabalhadores e a sociedade como um todo. Esses efeitos, no entanto, não são inexoráveis e nem homogêneos, em virtude de que a base técnica, na qual se assenta o processo de trabalho, adquire em cada contexto histórico uma configuração própria. Na realidade, a “nova ordem mundial” é caracterizada por uma verdadeira miscelânea quando se trata de examinar os padrões tecnológicos

¹²³ - Podemos observar um exemplo destas técnicas de seleção na citação de Humphrey (1994): *“Primeiro, todos os candidatos foram submetidos a um teste de QI. A metade inferior foi dispensada. Em seguida foram realizados testes de habilidade motora, dispensando-se mais uma vez os candidatos com maus resultados. Seguiram-se testes de ambição, iniciativa e criatividade. Para peneirar os candidatos inadequados, outra parte envolvia uma dramatização simulando a orientação e adaptabilidade do grupo, com exames médicos e exames de drogas completando o processo. O resultado foi a seleção de uma força de trabalho agressiva e ambiciosa, competindo não apenas para ser melhor enquanto grupo, mas também para avançar em suas ambições pessoais”*.

¹²⁴ - Em relação às análise comparativas internacionais, ver Falabella (1988a e 1988).

vigentes. Na prática, a difusão dos modelos técnicos-organizacionais se faz, necessariamente, sob condições sociais particulares, distintas umas das outras.¹²⁵

O Brasil absorveu tardia e lentamente o padrão produtivo oriundo da Primeira Revolução Industrial.¹²⁶ Enquanto nos países capitalistas avançados já se forjavam outros processos de trabalho em substituição aos princípios mecânicos introduzidos nos estágios iniciais da industrialização, somente após o transcorrer de um longo percurso é que consolidou-se por aqui uma indústria têxtil semelhante àquelas instaladas na Inglaterra durante o século XIX. É apenas no período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial que o Brasil irá direcionar, de uma forma mais intensa, sua industrialização para os objetivos da substituição de importações. Esse processo foi facilitado pela disseminação das normas tayloristas e fordistas de fabricação para outras partes do mundo. Assim, o Brasil pôde incorporar, mesmo que de um modo restrito, os avanços técnicos difundidos a partir dos EUA.¹²⁷

Os anos que se seguiram à crise de 29 foram marcados pela *"ruptura dinâmica e contraditória entre o capital industrial e o capital mercantil"*. Entre 1930 e 1955, implantou-se

¹²⁵ - Conforme aponta Silva (1991: 43), *"as diversidades nacionais condicionam as estratégias competitivas internacionais"*. Ao analisar comparativamente a Ford do Brasil e da Inglaterra no que diz respeito à incorporação de tecnologias, formas de gestão da força de trabalho, entre outros aspectos, a autora conclui que os ganhos de produtividade e competitividade não se originam exclusivamente no uso de tecnologia de ponta. Muitas vezes, vantagens competitivas são obtidas em que pese supostas deficiências e defasagens tecnológicas. Isto porque, existem diferentes níveis de determinação interagindo em cada arranjo técnico-organizacional. Falabella (1988a) identifica uma série de variáveis-chaves que determinariam, em última instância, a introdução de novas tecnologias. Dentre estes fatores, o autor assinala a *"conduta do capital, a força sindical própria e a projeção política dos sindicatos"* como os mais importantes.

¹²⁶ - A base técnica sobre a qual se ergueu a expansão da grande indústria no país era bastante restrita. Conforme demonstra Prado Jr. (1976: 257), *"entre a primitiva indústria artesanal da colônia e a moderna maquinofatura, interpõe-se na evolução econômica do Brasil um grande hiato"*. Além das condições gerais do comércio internacional (abertura dos portos em 1808), que vieram aniquilar de vez a rudimentar indústria artesanal, *"ocorrem circunstâncias específicas dificultando sobremaneira o estabelecimento da indústria moderna no país"*. Dentre os fatores inibidores da industrialização, destacam-se a deficiência das fontes de energia, o pouco desenvolvimento da siderurgia e, fundamentalmente, a limitação dos mercados consumidores — condição essencial para a produção maquinofatureira. A situação brasileira, neste particular, encontrava-se marcada pelo baixo padrão de vida da população, por uma *"composição demográfica"* rarefeita e não racionalizada. De tudo isto (debilidade do mercado interno, dificuldades de transporte, deficiência técnica), *"resultará uma indústria rotineira e de baixo nível qualitativo. Não haverá no seu conjunto nem progresso técnico sustentado (uma das características essenciais da indústria moderna), nem a paralela e indispensável concentração da produção"* (Prado Jr., 1976: 263). Um outro elemento presente na história econômica do Brasil, e que contribuiu para limitar o processo de industrialização, foi a carência de uma poupança interna capaz de financiar a indústria nascente. A precariedade do nível econômico do país e as deficiências estruturais foram fatores determinantes para que a dinâmica de capitalização ocorresse de uma forma lenta e insuficiente. Segundo afirmações de Prado Jr. (1976: 263), *"não se chegará a formar no Brasil nada que parecesse com um mercado de capitais semelhante ao de todos os países industriais da atualidade"*. É somente através da entrada de capitais estrangeiros, a partir da Primeira Guerra Mundial, que a indústria no Brasil passará a incorporar uma base técnica mais complexa.

¹²⁷ - A peculiaridade da industrialização brasileira caracteriza-se pela expansão e pelo predomínio de uma grande indústria que não se originou da produção doméstica ou da manufatura local. Ao contrário, o desenvolvimento industrial acontecido no Brasil foi consequência, principalmente, de uma alocação no país de tecnologias e formas de organização do trabalho (tayloristas e fordistas) próprias do capitalismo monopolista. De acordo com Oliveira (1981: 42), em sendo tardio o processo de industrialização brasileiro, ele ocorreu *"num momento em que a acumulação foi potencializada pelo fato de se dispor, ao nível do sistema mundial como um todo, de uma imensa reserva de 'trabalho morto' que, sob a forma de tecnologia, foi transferida aos países que recém se estavam industrializando"*. Assim sendo, *"o processo de reprodução do capital 'queimou' várias etapas, entre as quais a mais importante foi a de não precisar esperar que o preço da força de trabalho se tornasse suficientemente alto para induzir as transformações tecnológicas que economizam trabalho"*. Afora esta circunstância, torna-se importante reforçar a constatação já feita de que não se constituiu no Brasil, durante os períodos embrionários da industrialização, uma camada de trabalhadores de ofício capazes de resistirem e barganharem melhores condições de venda da sua força de trabalho. Tal fato, somado à legislação trabalhista concedida a seguir, ampliou a distância entre os níveis de rendimentos do capital em relação aos do trabalho. É aqui que comparece o papel decisivo do Estado brasileiro para a conformação do padrão de acumulação instaurado no país a partir dos anos 30.

no país os fundamentos de uma economia urbana e industrial ancorada na eletricidade, no aço, no petróleo e no motor a explosão. Para isso, foi de fundamental importância as iniciativas do presidente Getúlio Vargas no sentido de impulsionar o capital industrial e substituir o setor agrário exportador como a principal alavanca da expansão econômica brasileira.

Na primeira “Era Vargas”, foram lançadas as bases para o surgimento de um operariado urbano antes mesmo que se consubstanciasse, por aqui, um mercado de trabalho propriamente capitalista.¹²⁸ A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a instituição do salário mínimo, entre outras medidas, definiram as regras a partir das quais se conformaram — sob a tutela do Estado — as relações entre capital e trabalho. Configurou-se, desse modo, um padrão de usura e de exploração da força de trabalho, intermediado por regras mínimas de contratação trabalhista — semelhantes à “*Carta del Lavoro*” do fascismo italiano —, que garantiam ao patronato estabilidade e retorno lucrativo para seus investimentos, ao mesmo tempo que os conflitos de classe eram mantidos no terreno limitado pelas questões produtivistas e econômicas. Paralelamente, tratou-se de providenciar outras pré-condições necessárias para o estabelecimento de uma produção em massa de bens de consumo duráveis, através de vultuosos investimentos estatais em infra-estrutura e insumos básicos para a indústria.¹²⁹

¹²⁸ - A emancipação dos escravos e o movimento imigratório foram os dois grandes pólos de formação do salariado rural e urbano no Brasil. É este homem livre — leia-se, “livre” da propriedade dos meios de produção, isto é, despossuído — “*que será a figura essencial da formação do mercado capitalista de trabalho assalariado*” (Chalhoub, 1986: 27). Este fato, ao mesmo tempo que colocou barreiras ao processo de acumulação do capital (dependente da transferência do saber-fazer dos trabalhadores de ofício para as estruturas hierárquicas e para o trabalho morto), restringiu sobremaneira o poder de barganha do operariado. Em relação à mão-de-obra alforriada, embora sua transformação em “trabalho livre” tenha feito crescer enormemente uma população para o capital, “*sua condição anterior lhe embotara a capacidade técnica, o domínio do instrumento de trabalho, não tendo nada a transferir para o capitalista senão sua força muscular*” (Oliveira, 1986: 25-26). Isto explica a razão pela qual a indústria brasileira, ao final do século XIX e início do século XX, apesar da ampla oferta de força de trabalho, teve que recorrer ao imigrante estrangeiro, cuja predominância no meio operário foi absoluta até 1920. A conjuntura específica de transição para a ordem capitalista no Brasil foi marcada por discórdias e desavenças entre os membros das classes trabalhadoras em formação. As rixas envolvendo os operários remetiam — segundo descreve Chalhoub (1986: 35) — para “*a importância das rivalidades étnicas e nacionais, enquanto expressões das tensões provenientes da concorrência da força de trabalho, em condições bastantes desfavoráveis*” (fruto de um mercado capitalista incipiente e restrito). A procura cotidiana por uma vaga nas poucas empresas existentes colocavam galegos, mestiços, mulatos, negros e brancos em permanente disputas, nas quais os desafetos, as amantes, os jogos, tudo era resolvido na briga de bar. Sem dúvida, os conflitos étnicos se constituíram num dos principais elementos limitadores da unidade e da eficácia do movimento operário. As situações comuns de exploração, vivenciadas tanto pelos portugueses despossuídos quanto pelos brasileiros pobres, ficavam obscurecidas pelo ressentimento mútuo. A ordem colonialista e escravocrata, presente nas raízes do Brasil, marcou as camadas populares e impregnou suas experiências de vida, do trabalho ao lar, da rua ao botequim. O colonizador-branco português, em contraposição ao colonizado-explorado brasileiro, e, o senhor-patrão-branco, diverso do escravo-empregado-negro, conformaram as duas clivagens básicas que estruturaram as heterogeneidades das classes trabalhadoras brasileiras desde a sua formação. Durante os processos de expropriação do “homem livre” e de proletarianização das camadas populares, no intuito de enquadrá-las à ordem social capitalista, irão surgir outros termos para denominar os diversos “tipos nacionais”. O nordestino, o baiano, o caipira, o pau-de-arara, o jeca, o caboclo, o bugrão, o piraquara, cafumango, o mano-juca, pé-duro, o beira-corgo, o tabaréu..., dentre tantas outras maneiras utilizadas para se apelar a mão-de-obra barata do operariado em geral, vêm servindo acima de tudo para legitimar a dominação burguesa. As formas de designar e estigmatizar o trabalhador brasileiro da construção-civil, da roça, da fábrica, da prestação de serviços, cristalizadas no imaginário social burguês (e até operário), irão justificar, do mesmo modo, situações de inserção e de usura da força de trabalho muito diferenciadas.

¹²⁹ - Entre as ações governamental torna-se importante ressaltar: o Decreto que cria a Vale do Rio Doce (1942), a inauguração da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de Volta Redonda (1946); do Plano Salte (1947), do Banco Nacional de Desenvolvimento (1952), da Petrobrás (1953).

Com a eleição do presidente Juscelino Kubitschek em 1956, instaura-se no Brasil uma “nova dinâmica de acumulação” baseada no estabelecimento de vínculos cada vez mais estreitos com o sistema capitalista internacional. Os ideários do “nacionalismo desenvolvimentista” do período anterior cederam lugar às teses do “desenvolvimento associado”.¹³⁰ Com intuito de realizar ambicioso Programa de Metas,¹³¹ JK atraiu para o país um grande fluxo de capitais que estavam em processo de multinacionalização e condicionou, *vis à vis*, a “decolagem econômica” do país ao setor automotivo. A fabricação de automóveis, caminhões, ônibus e tratores se transformou, a partir de então, no “carro chefe” do projeto nacional de desenvolvimento.¹³² Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80%, com as taxas mais altas registradas pelas indústrias de aço (110%), indústria mecânica (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústria de equipamentos de transporte (600%). A cifra de crescimento real neste período foi de 7% ao ano — aproximadamente três vezes maior que o resto da América Latina.¹³³

Os 30 anos sucedidos de Vargas (1930) até o final do mandato de Juscelino (1961), inauguraram no Brasil “um padrão de desenvolvimento industrial” caracterizado por inúmeras contradições e particularidades em relação às regras produtivas vigentes nos Estados Unidos e na Europa. Em que pese a defasagem técnica das indústrias brasileiras da época, o país adentrou a década de 60 com um parque industrial complexo e diversificado. Em contrapartida, a nossa estrutura social permanecia atrasada, heterogênea e incapaz de absorver amplas camadas da população aos padrões de consumo previstos pela produção em massa fordista.

No Brasil, assim como nos demais países de “industrialização tardia”, devido à debilidade estrutural dos movimentos sociais e ao seu caráter corporativo predominante, o processo de industrialização se realizou sob *hegemonia conservadora*.¹³⁴ Embora tenha se constituído no país,

¹³⁰ - Ver Ianni (1986: 151-192).

¹³¹ - As metas do programa governamental abrangiam quatro setores importantes da Economia: energia, transportes, alimentação e indústria de base.

¹³² - Durante o governo de Juscelino — segundo considerações de Ianni (1986: 177) — “a cidade conquistou uma segunda vitória sobre o campo, no sentido de que o poder político passou, em maior escala, às mãos da burguesia industrial. De fato, nesses anos, a ‘cultura da cidade’, enquanto sistemas de valores, padrões de comportamento e modos de pensar peculiares às relações de produção geradas com a produção industrial e a expansão do setor terciário, passou a exercer uma influência ainda maior nos debates políticos, científicos e artísticos realizados nos centros dominantes do País. A partir dessa época, já não era mais possível reviver — a não ser como anacronismo — a ideologia da vocação agrária do Brasil. A indústria, como categoria econômica, política e cultural passara a dominar o pensamento e a atividade dos governantes, e das classes sociais dos centros urbanos grandes e médios”.

¹³³ - As análises sociais, políticas e econômica deste período da história do Brasil podem ser encontrada, entre outros, em Skidmore (1982) e Ianni (1986).

¹³⁴ - A transformação da economia de base agrária para industrial-urbana ocorreu sob o peso da dominação oligárquica e da dependência externa. A ascensão da burguesia industrial ao poder foi feita sem maiores traumas e representou, de fato, uma continuidade do mandonismo e das práticas características da oligarquia rural. Mais ainda, a constituição da ordem social capitalista no Brasil não foi acompanhada de uma ruptura com a tradição agrária latifundiária, base do poder dos coronéis e dos barões do café. Ao contrário, esse novo rearranjo político e econômico de cunho reformista significou a “restauração e o endurecimento das estruturas arcaicas”, tendo como consequência uma “crystalização da estrutura de apropriação” (Ianni, 1978: 8). Do ponto de vista da articulação interna das forças sociais interessadas na reprodução do capital, tratou-se, na verdade — segundo comentários de Oliveira (1981: 38) —, de uma mera “substituição das classes proprietárias rurais na cúpula da pirâmide do poder pelas novas classes burguesas”. A peculiaridade da industrialização brasileira consistiu, portanto, “na acomodação dos interesses dominantes com seus setores ‘modernos’: a burguesia financeira e industrial” (Vita, 1989: 151). A

entre 1930/60, uma vigorosa economia urbana e industrial, tal fato não foi suficiente para articular ao padrão tecnológico fordista novas relações salariais e de consumo (ver seção 17 deste capítulo). Mesmo durante o período de maior exercício democrático e, sobretudo, sob o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek — conforme aponta MATTOSO (1995: 127) — “o Estado brasileiro dedicou-se prioritariamente a promover o crescimento econômico, mantendo restrito seu papel de promotor do desenvolvimento social e da distribuição da renda”. A manutenção de uma estrutura agrária concentrada em grandes latifúndios improdutivos, o intenso fluxo migratório de trabalhadores expulsos do campo, o processo de urbanização desorganizado em meio ao crescimento de uma periferia marginalizada nas grandes cidades, a inexistência de políticas sociais abrangentes e equânimes, a não universalização do Sistema Previdenciário (CAPs e IAPs),¹³⁵ são apenas alguns exemplos da ação seletiva e excludente assumida pelo Estado brasileiro durante todo esse tempo. Por outro lado, os padrões salariais, aplicados com base nos decretos presidenciais, sempre estiveram restritos às *necessidades mínimas* de reprodução do operariado. Na verdade, instituiu-se no Brasil um arremedo de “welfare”, uma *cidadania restrita e regulada*, enquanto o Estado proporcionava às classe dominantes a oportunidade de se instaurar por aqui um “capitalismo sem risco”.

Com o crescimento econômico e o desenvolvimento da indústria, sobretudo após 1955, o movimento sindical foi ampliando sua participação no cenário político. Antes mesmo deste período, a política nacional deixou de ser “um jogo particular de uma elite restrita”, passando a ser invadida por lideranças populistas¹³⁶ que, para se manterem no poder, eram forçadas a ceder diante de algumas pressões classistas e setoriais. Embora as classes subalternas não fossem capazes de articular uma unidade de pensamento e ação, impuseram — mesmo que ocasionalmente — certos limites ao “raio de influência” das classes dominantes (SKIDMORE, 1988: 308).¹³⁷

dominação oligárquica, ancorada no Estado colonial e num sistema de empregos rígido, com limitadas possibilidades de mobilidade social para a mão-de-obra assalariada, prescindia do apoio das massas trabalhadoras urbanas. Sua base de poder fincava-se predominantemente nas relações de compadrio entre os coronéis e seus “afilhados”, capazes de manterem os trabalhadores rurais (70% da população ocupada no país, em 1920) atrelados à uma rede de obrigações e dependência. O paternalismo, a prática do favor, o uso privado do poder público, a exclusão e a repressão sistemática das mobilizações e dos protestos das classes subalternas, caracterizaram as formas pelas quais as classes dominantes impuseram seus interesses e aspirações aos demais setores da sociedade. São estas marcas de comportamento presentes no universo agrário brasileiro que serão levadas para dentro das relações fabris.

¹³⁵ - Ver: Braga & Paula (1986); Oliveira & Teixeira ((1989), entre outros.

¹³⁶ - O êxito de Ademar de Barros, Getúlio Vargas, Jânio Quadros, João Goulart, Leonel Brizola fundamentou-se na sintonia fina existente entre estes líderes populistas e as camadas populares. O aumento do número de eleitores concentrados nos grandes centros urbanos, funcionava como caixa de ressonância para as políticas de concessões implementadas por estas lideranças.

¹³⁷ - A “Revolução de 1930” inaugurou uma nova era econômica, social e política no Brasil,¹³⁷ estimulada pela crise de hegemonia das forças oligárquicas, e da conseqüente ascensão da burguesia industrial no comando dos destinos do país. É nesse quadro de disputas que aparecem no cenário político nacional uma massa de trabalhadores urbanos e uma classe média numericamente crescente aspirando por bem-estar e melhores condições de trabalho. O processo acelerado de industrialização e urbanização fez emergir as camadas populares urbanas como agentes sociais e políticos que não podiam mais ser ignorados. Vive-se nesse período um processo de mudança radical na composição das classes operárias: o trabalhador imigrante europeu, antes presença majoritária no meio do operariado industrial, passa a ser superado em quantidade por trabalhadores brasileiros oriundos, na sua maior parte, da zona rural. Nesse contexto, o Estado irá aparecer com uma nova fisionomia reguladora que, através da conformação de uma outra institucionalidade, passará a normatizar os parâmetros legais da relação capital-trabalho. A intervenção do Estado na dinâmica econômica e política se fará através de alguns mecanismos estratégicos, tais como: legislação

No início da década de 60, apesar de estarem localizados nos setores mais tradicionais da economia, os sindicatos protagonizaram lutas pelas reformas de base e pela ampliação dos direitos democráticos. Diante da possibilidade de uma “ruptura mais definitiva”, em função da crescente instabilidade financeira e da movimentação das forças sociais¹³⁸ exigindo mudanças no curso do modelo de desenvolvimento que vinha sendo gestado, a burguesia nacional e a classe média amedrontada — via “mão militar” — decidem aprofundar a rota de dependência externa do país e colocá-lo a serviço do capital multinacional. O Brasil passa a exercer — dentro da nova divisão internacional do trabalho — a função de principal plataforma de exportação de produtos manufaturados tecnologicamente menos sofisticados para os países da América Latina. Rompe-se definitivamente as bases de sustentação política do “*nacionalismo desenvolvimentista*”, ao mesmo tempo que se impõe uma violenta repressão às forças populares pró-reformas estruturais.¹³⁹

O novo regime militar iria funcionar como verdadeiro anteparo para resguardar e acentuar o processo de *modernização conservadora* do capitalismo brasileiro. A imposição de um plano de estabilização econômica de corte marcadamente ortodoxo, somada às medidas repressivas contra dirigentes sindicais, lideranças populares e políticas que se opunham ao “poder fardado”, acentuou sobremaneira o caráter concentrador e excludente do modelo nacional de desenvolvimento.

Nos primeiros anos de instauração da ditadura militar, o regime tratou de promover o desmantelamento do movimento sindical, intervindo nas estruturas, cassando diretores e revogando o direito de greve.¹⁴⁰ Os sindicatos, em que pese sua fragilidade, haviam conseguido nos anos anteriores ampliar sua representação e legitimidade. A partir do controle imposto pelo governo autoritário, as entidades das classes trabalhadoras passam a ter um forte caráter burocrático-assistencialista, funcionando como “correias de transmissão” da ideologia do novo regime e como amortecedores dos conflitos gerados em nível dos chãos-de-fábricas.

O fim da estabilidade no emprego com a criação do FGTS (1966) ampliou a rotatividade da mão-de-obra e deteriorou ainda mais as condições de trabalho do operariado industrial. Paralelamente, estabeleceu-se uma política salarial baseada em cálculos e critérios oficiais que aumentou as disparidades ocupacionais e regionais das classes trabalhadoras.¹⁴¹ Emprego e salário

trabalhista; propaganda nacionalista; investimentos em infra-estrutura; isenções fiscais para o capital estrangeiro; uso sistemático da força contra as vozes dissidentes, entre outros. Dessa forma, ao mesmo tempo que se prevenia a presença independente das classes operárias, garantia-se as condições adequadas para a implantação do capital monopolista no Brasil.

¹³⁸ - Dentre estas forças cabe citar: UNE, Ação Popular, Juventude Católica, as Ligas Camponesas, os próprios Sindicatos de Trabalhadores e os Partidos Comunistas, entre outras.

¹³⁹ - Segundo Ianni (1986: 307), a “*estratégia de desenvolvimento nacionalista*” predominou nos anos de 1930-45, 1951-54 e 1961-64, enquanto a “*estratégia de desenvolvimento associado*” predominou nos anos 1946-50, 1955-60 e de 1964 em diante.

¹⁴⁰ - Nos primeiros seis anos de ditadura, o Ministério do Trabalho interviu mais de 760 vezes nos sindicatos.

¹⁴¹ - Segundo demonstra Francisco de Oliveira (1981: 16 e 42), a legislação, ao interpretar “o *salário-mínimo rigorosamente como salário de subsistência, isto é, de reprodução*”, não só conteve os custos da força de trabalho em níveis adequados à acumulação do capital e às necessidades do desenvolvimento industrial, com também, expulsou estes custos para fora dos chãos-de-fábricas (uma boa parte dos conflitos de classe foi diluída pelo Estado). O salário-mínimo “*será a obrigação máxima da empresa, que dedicará toda sua potencialidade de acumulação às tarefas do crescimento da produção propriamente dito*”

tornaram, assim, “*variáveis flexíveis de ajuda às oscilações da economia e aos sucessivos planos de estabilização*” (MATTOSO, 1995: 129).

Após os cinco anos de recessão e de crise cíclica que se abateu sobre a economia no início da década de 60, o Brasil iria retomar sua trajetória de crescimento em 1968. Enquanto nos países da Europa Ocidental e nos EUA já se faziam sentir os primeiros sinais do colapso industrial e do padrão de acumulação que vigorava desde o término da Segunda Guerra, a economia brasileira iniciava os anos 70 a todo vapor. A manutenção do *milagre econômico*, em plena crise do capitalismo mundial, foi conseguida às custas de um endurecimento dos aparelhos repressivos do Estado sobre os movimentos sociais. Por intermédio do uso da força e de técnicas refinadas de coerção, as tentativas de mobilização operária foram dispersadas, manteve-se os salários arrochados, ao mesmo tempo que se permitiu “*a preservação e o aumento do poder de compra dos grupos médios e altos*”. Através de mecanismos financeiros e bancários de extensão de créditos ao consumidor, o governo garantiu a elevação da margem de endividamento das camadas médias da sociedade brasileira e assegurou, desta forma, tanto a adesão deste setores ao regime, quanto a “*retomada do crescimento da demanda por produtos de consumo duráveis*” (MATTOSO, 1995: 130).¹⁴²

A capacidade de o governo militar gerenciar altas taxas de crescimento econômico com aumento paralelo da pobreza é o que caracteriza, precisamente, a dinâmica particular imprimida ao capitalismo brasileiro até 1974. A consolidação do processo de “modernização industrial” iniciado na década de trinta teve como base, por um lado, a expansão limitada do consumo — via concentração de renda — e, por outro, uma forma particular de gestão da força de trabalho marcada pela intensa rotatividade ocupacional, baixos salários e profundas desigualdades regionais. Se, de fato — conforme afirma MATTOSO (1995: 135) —, “*o Brasil não repetiu o padrão de desenvolvimento norte-americano, no sentido de que aqui o padrão de industrialização (sua estrutura, sua forma de produzir, sua tecnologia e sua organização do trabalho) foi incorporado com uma distribuição da renda distorcida, relação salarial unilateral e padrão de consumo e*

Através de cálculos econômicos e técnica jurídicas foram criadas as bases de ampliação da poupança interna que garantiram os investimentos necessários para se acelerar o processo de industrialização no país. A diferença crescente entre o custo de vida e o salário real, aparece nesse contexto, como medida compulsória e disfarçada de poupança monetária (inflação), que irá beneficiar amplamente o empresariado em detrimento do padrão de reprodução das classes trabalhadoras.

¹⁴² - A situação de dependência diante do capital internacional que estava a procura de novos mercados após a Segunda Guerra Mundial — conforme demonstra Oliveira (1989: 4) —, “*levou inexoravelmente a uma estruturação presidida pelo departamento produtor de bens de consumo duráveis, o que, nas condições de uma economia periférica, dificilmente deixaria de produzir algumas das facetas mais negativas da economia nacional de hoje: sua exagerada concentração de renda e de riqueza, pois que o departamento condutor do processo de industrialização caracteriza-se precisamente por não produzir bens para os operários e os camponeses*”. Por outro lado — segundo ainda esse mesmo autor — “*as exigências dos processos de concentração e centralização do capital, numa economia cuja base capitalista de acumulação era relativamente pobre, em termos de trabalho morto que pode consumir trabalho vivo, levou a que o papel do Estado no financiamento da acumulação transformasse o Tesouro Público numa espécie de capital financeiro geral*”.

mercados relativamente restritos, não é menos verdade que este constituiu-se em um particular padrão de desenvolvimento”.

Este padrão de desenvolvimento — seguindo ainda o mesmo autor — *“caracterizou-se por uma tendência a ciclos intensos, rápidos e incertos, resultante dos mercados restritos e que, apesar da concentração da renda, tornaram os setores de bens não-duráveis, de bens de capital e intermediários incapazes de sustentar a acumulação quando cessaram os efeitos dinâmicos da expansão dos bens de consumo duráveis”.* Cabe reconhecer também, o papel particular exercido pelo Estado brasileiro e a importância assumida pelo capital privado nacional e internacional, sob o protecionismo estatal, para a manutenção desse modelo.

A estagnação e a reversão do ciclo de crescimento econômico, a partir de 1974, impuseram enormes restrições a esse padrão de acumulação baseado na produção de bens de consumo duráveis sem a contrapartida de um alargamento da massa salarial. O monitoramento conjuntural da economia executado pelos monetaristas de plantão, embora tenha sido capaz de desencadear períodos curtos e estáveis de expansão durante a década de 70 — via crescente endividamento externo —, não impediu que se deteriorassem, logo mais a frente, os indicadores macroeconômicos do país. A desaceleração do crescimento do PIB, a redução do investimento privado, o aumento galopante da inflação e os graves desajustes na balança de pagamentos assinalavam a chegada definitiva da crise do capitalismo mundial ao Brasil.

A crise do padrão de acumulação instaurado no pós-guerra iniciou-se no final dos anos 60 no mundo capitalista central, atingiu, em 1977, as regiões exportadoras de petróleo e, no início da década de 80, os demais países em desenvolvimento. O principal fator do adiamento da crise em lugares como o Brasil — segundo análises de SINGER (1984: 104-107) — foi *“a crescente transferência de capital dos países industrializados aos não desenvolvidos com o objetivo de fugir dos altos custos salariais e das elevadas cargas fiscais”.* As empresas multinacionais passaram a intensificar seus investimentos em territórios *“de custo mais baixo da força de trabalho e, utilizaram a liberação do comércio internacional para abastecer o mercado mundial de plataformas de exportação localizadas estrategicamente no Terceiro Mundo”.* O crédito abundante no euro-mercado e as inversões externas realizadas durante uma grande parte do governo militar, são algumas das razões capazes de explicar o início mais tardio da crise brasileira.

Além de indicar o esgotamento de um certo padrão de desenvolvimento (excludente e concentrador de renda), o fim do milagre escancarou o tamanho da nossa dívida externa e o imenso fosso social separando as elites da maioria excluída da partilha do “bolo delfiniano”. Enquanto o governo militar tratava de divulgar indicadores econômicos (crescimento do PIB, renda *per capita*, etc.) que posicionavam o país no topo dos 10 mais do mundo capitalistas, permanecia “sob o

tapete” — acobertada através de uma rigorosa censura à imprensa — a realidade cruel dos indicadores sociais. O crescimento da mortalidade infantil, o recrudescimento de epidemias (como a da meningite), o aumento das mortes precoces por doenças crônico-degenerativas, as altas incidências dos acidentes de trabalho (ver tabela 3) e da violência urbana, apontavam para a dimensão e a complexidade da pobreza gerada no país durante os anos cinzentos.

O agravamento das condições de trabalho, dos níveis de reprodução das classes trabalhadoras e das diferenças regionais coincidiu com a fase mais intensa de urbanização caótica das grandes metrópoles. Instaurou-se, a partir daí, um processo de *espoliação urbana*¹⁴³ sem precedentes na história do país. Este jeito particular de reprodução foi capaz de propiciar um grande aumento da produtividade do trabalho em condições, nas quais, as classes trabalhadoras encontravam-se contidas no seu poder de reivindicar.

Durante esse período, acentuou-se a chegada de levas de trabalhadores rurais, retirantes e paus-de-araras que fugiam da “vida seca” em busca de “melhores dias” nos grandes centros urbanos do sul e sudeste. Intensificou-se, também, o contingente de trabalhadores peregrinando em direção das novas fronteiras agrícolas, de minerações e das novas frentes de trabalho. Ao mesmo tempo que se incentivava a ocupação de todos os rincões do país, principalmente aqueles mais longínquos e despovoados, em nome da nova doutrina de “integração nacional”, estimulava-se a agricultura de exportação, a concentração de terras e a modernização do campo através da incorporação de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas liberadores de mão-de-obra.¹⁴⁴

Cortiços, favelas, habitações subumanas... proliferaram no país feito mato e ocuparam o cenário (“*mangueira teu cenário é uma beleza...*”) das ruas dos centros das cidades, das margens dos rios basteiros e dos morros. Sobrepuja-se a este quadro, o “*ocaso da Saúde Pública*” — conforme expressão de Gastão Wagner de Souza CAMPOS (1991: 37) — estampado no rosto de milhares de pessoas tratadas como indigentes nas filas e nas salas de espera dos prontos-socorros próprios e conveniados.

A história da Saúde Pública no Brasil — de acordo com as anotações de CAMPOS (1991: 37) — “*é aparentemente paradoxal. Contraditoriamente, sua importância decresce no período*

¹⁴³ - Este processo caracteriza-se por uma intensa exploração da força de trabalho, associada à precárias condições de vida nas periferias das cidades.

¹⁴⁴ - A migração interna no Brasil é resultado, principalmente, de um desenvolvimento desigual das forças produtivas no âmbito nacional. É sabido que o capital flui até os lugares onde sejam mais favoráveis as condições para sua reprodução e acumulação, e a força de trabalho deve segui-lo. O desenvolvimento marcado por profundas diferenças e desigualdades reflete no surgimento de fatores tendentes à expulsão populacional em algumas regiões, enquanto que em outras, os fatores determinantes são claramente de atração migratória, tanto dos fluxos internos quanto externos. As relações que marcam estas diferenças regionais são capitalistas e se expressam pela dinâmica de transferência de mais-valia, de capital e força de trabalho, desempenhando cada região seu papel específico na reprodução ampliada do capital, que somente adquire sentido na globalização das disparidades em função de suas próprias desigualdades. Isto explica a existência de regiões que atuam como “*celeiros de força de trabalho viva para alimentar a força de trabalho morta acumulada em outras regiões*”, enquanto outras exercem uma forte atração para a mão-de-obra em movimento. Ver análises presentes no Anuário de Estatísticas do Estado de São Paulo (Fundação SEADE, 1980).

em que o país acelera seu ritmo de crescimento industrial”. Tal fato, é capaz de demonstrar que a intervenção governamental, tanto na área da assistência médica individual quanto nas ações direcionadas ao enfrentamento dos determinantes coletivos do processo saúde/doença, sempre esteve subordinada “à dinâmica da acumulação capitalista”. No que diz respeito à saúde do trabalhador, raramente os aparelhos fiscalizadores do Estado conseguiram avançar para além dos portões das fábricas (territórios exclusivos de domínio do capital).

Tabela 3
Acidentes de Trabalho Registrados
Brasil - 1971 a 1994

ANO	Acidentes Típicos		Doenças Profissionais		Acidentes de Trajeto		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
1971	1.308.335	98,33	4.050	0,31	18.138	1,36	1.330.523
1972	1.479.318	98,31	2.389	0,16	23.016	1,53	1.504.723
1973	1.602.517	98,15	1.784	0,12	28.395	1,73	1.632.696
1974	1.756.649	97,77	1.839	0,10	38.273	2,13	1.796.761
1975	1.869.689	97,57	2.191	0,12	44.307	2,31	1.916.187
1976	1.692.833	97,07	2.598	0,15	48.394	2,78	1.743.825
1977	1.562.957	96,79	3.013	0,19	48.780	3,02	1.614.750
1978	1.497.934	96,53	5.016	0,32	48.551	3,13	1.551.501
1979	1.338.525	96,12	3.823	0,26	52.279	3,62	1.444.627
1980	1.404.531	95,92	3.713	0,25	55.967	3,82	1.464.211
1981	1.215.539	95,68	3.204	0,25	51.722	4,07	1.270.465
1982	1.117.832	94,85	2.766	0,23	57.874	4,91	1.178.472
1983	943.110	94,03	3.016	0,30	56.989	5,68	1.003.115
1984	901.238	93,73	3.283	0,34	57.054	5,93	961.575
1985	1.010.340	93,73	4.006	0,37	63.515	5,89	1.077.861
1986	1.129.152	93,46	6.014	0,52	72.693	6,29	1.207.859
1987	1.065.912	93,73	6.382	0,56	64.830	5,70	1.137.124
1988	927.424	92,42	5.029	0,51	60.284	6,07	992.737
1989	732.635	92,64	6.600	0,83	51.592	6,52	790.827
1990	632.012	91,12	5.217	0,75	56.343	8,12	693.572
1991	587.760	91,72	6.331	0,98	46.698	7,28	640.790
1992	449.754	92,20	7.718	1,59	30.312	6,21	487.784
1993	386.025	90,41	11.111	2,60	29.824	6,98	426.960
1994	350.210	90,19	15.270	3,93	22.824	5,88	388.304

Fonte: Boletim Estatístico de Acidentes de Trabalho - BEAT e DATAPREV.

Os dados de 1992 e 1993 são parciais.

Extraído e adaptado de Lacaz (1995).

A concomitância entre expansão econômica e ampliação da miséria, aponta para um padrão de desenvolvimento/industrialização fncado, simultaneamente, na exploração intensiva da mão-de-obra e na depredação extensiva dos recursos naturais. O capitalismo brasileiro, historicamente, teve o seu dinamismo centrado muito mais no uso predatório da força de trabalho e do meio ambiente do que na incorporação maciça de inovações tecnológicas. As condições econômicas e políticas dos anos 70 — conforme aponta CARVALHO (1987: 63) — “viabilizaram a adoção pelas empresas, em muitos setores industriais, de um padrão básico de utilização da força de trabalho

caracterizado pela exploração intensiva dos trabalhadores e pela prática de rotatividade elevada como instrumento de controle". Afora a facilidade de o empresariado contratar e demitir seus empregados quando bem quisesse, a institucionalização da hora-extra aparece como um outro instrumento generalizado de adaptação da usura extensiva da força de trabalho em função dos períodos de aquecimento e retração da demanda.

A partir da última metade da década de 70 reduzem sensivelmente os parâmetros de expansão econômica do país. O governo, através dos Planos Nacional de Desenvolvimento (PND), tenta retomar o caminho de crescimento, ao mesmo tempo que busca imprimir uma certa distensão ao regime. Nesse momento — segundo MATTOSO (1995: 125) —, *"fortaleceram-se indicações que apontavam para a possibilidade de o país ingressar em um novo período histórico e, embora tardiamente, conformar plenamente o padrão de desenvolvimento norte-americano, articulando ao padrão industrial e tecnológico novas relações salariais e de consumo"*. Isso porque, enquanto se consolidava no Brasil o complexo industrial erguido sob o paradigma tecnológico e produtivo fordista, aflorava ao final dos anos 70 uma "nova classe operária", portadora de reivindicações que viria abalar a condução autoritária e excludente com a qual estava se encaminhado o padrão de desenvolvimento brasileiro. Expressão contraditória deste mesmo modelo, o "novo sindicalismo" emerge dos setores mais dinâmicos da acumulação e adquire visibilidade a partir das grandes mobilizações e greves de 1978/79. A entrada em cena desses "novos personagens" recoloca a fábrica, as ruas, os campos de futebol, as praças e as igrejas como "palcos políticos", inaugurando um novo período da nossa história.¹⁴⁵

O país, até então acostumado com o silêncio da repressão e com as decisões exaradas dos quartéis, é sacudido pelas manifestações operárias em defesa da redemocratização. Os trabalhadores trouxeram para dentro dos sindicatos, até então absorvidos pelo assistencialismo burocrático, uma nova prática política que não se contentava com reivindicações meramente economicistas. Ao lado das bandeiras exigindo melhores condições de vida e de trabalho, eram colocadas questões mais amplas, tais como: autonomia sindical, direito de greve, negociação coletiva e representação operária nos locais de trabalho (comissões de fábrica). Os trabalhadores organizados — sob a liderança de Luis Inácio Lula da Silva —, em plena crise econômica e

¹⁴⁵ - A intensa mobilidade ocupacional, as idas e vindas dos operários em busca de melhores oportunidades de emprego, reforçaram ainda mais a heterogeneidade das classes trabalhadoras em relação à sua composição técnica e política, ao mesmo tempo que ampliaram as contradições do capitalismo brasileiro.¹⁴⁵ Nesse contexto, a partir de meados dos anos 70, emergiram os *movimentos sociais urbanos* que, em conjunto com o *novo sindicalismo* nascido do ABC paulista, constituíram-se em "novos personagens" do cenário político nacional. As mobilizações da sociedade em favor da redemocratização dos países ampliaram as possibilidades das lutas sociais. Os embates protagonizados pelos trabalhadores nas fábricas passaram a adquirir visibilidade pública, não se limitando somente à esfera do trabalho e da produção. Invadiram os locais de moradia, tendo como alvo as formas de intervenção estatal no espaço urbano. É nesse contexto, marcado pelo (re) aquecimento das lutas operárias e dos movimentos sociais, que irá incidir a atual ofensiva de "modernização conservadora" do mundo do trabalho e de "destruição criadora" da esfera pública.

pressionados pela inflação que corroía seus salários, puderam avançar na recuperação de seus direitos, na criação das centrais sindicais, na ampliação das suas bases, no aumento das taxas de sindicalização, na abertura dos espaços de negociação e na conquista de uma maior legitimidade social. Pela primeira vez na história brasileira, as classes trabalhadores passaram a ocupar o papel de interlocutores ativos nas decisões sobre os rumos a serem trilhados pela economia e pela política nacional.

Tudo indicava que o Brasil entraria em uma nova fase de desenvolvimento social. No entanto, antes mesmo que se completasse o ciclo de consolidação industrial baseado na ampliação das normas de produção e de consumo em massa, abateu-se sobre o país uma nova “onda de crise”, de caráter mais duradouro, que iria persistir por toda década de 80 e continuar até os dias de hoje. Dessa maneira, *“se por um lado o Brasil efetivamente ingressou em um novo período de sua história social, onde se ampliou o espaço democrático e criaram-se novos direitos e demandas sociais, por outro lado, apesar do anterior, não conseguiu completar o padrão de desenvolvimento norte-americano, tornado velho e questionado pelo capital nos centros dinâmicos do capitalismo”* (MATTOSO, 1995: 125).

* * *

A ofensiva conservadora tem introduzido nos países capitalistas avançados novos parâmetros tecnológicos e produtivos, novos marcos na relação Estado/sociedade, novos patamares no mercado internacional e uma nova estratégia competitiva entre as grandes empresas. No entanto, até o presente momento, o receituário neoliberal vem demonstrando-se incapaz de consolidar em escala internacional um novo padrão de desenvolvimento. O resultado tem sido a quebra das antigas sociabilidades centradas no trabalho, o crescimento do desemprego, a instabilidade econômica e política, a ruptura das identidades nacionais e o conseqüente aumento dos conflitos étnicos e sociais em toda parte do mundo.

A crise estrutural e a desarticulação progressiva do padrão de desenvolvimento iniciadas no Brasil nos anos 80, vêm se desenrolando em meio à irrupção de um novo padrão tecnológico e produtivo. Esse movimento pode ser entendido como conseqüência do processo de dissolução da ordem econômica mundial. No caso brasileiro, o fato de a gestão econômica permanecer sempre atrelada à lógica financeira dos grandes credores internacionais, tem coibido a implementação de qualquer projeto negociado de mudanças estruturais que pudesse romper com a tendência recessiva que paralisa o país.¹⁴⁶ Muito rapidamente, devido à demora para se enfrentar a crise no

¹⁴⁶ - A década de 80 irá se caracterizar — de acordo com Mattoso (1995: 135) — *“pelo esgotamento do dinamismo da economia industrial brasileira e pela desarticulação do padrão de acumulação vigente desde meados dos anos 50, sob o impacto decisivo*

“tempo exato” e ao não reconhecimento por parte dos gestores da política econômica das transformações que estavam ocorrendo no mundo capitalista avançado, o Estado tornou-se gradativamente impotente para estimular um novo ciclo de crescimento. Era inevitável, após secarem as fontes de financiamento oriundas das agências internacionais, o agravamento da solubilidade das finanças públicas, em virtude das fortes pressões do estoque e serviço das dívidas externa e interna. Ao final da “década perdida”, o Estado brasileiro encontrar-se-á *“enfraquecido não só financeiramente, como também política e institucionalmente, favorecendo a aventura neoliberal de desestruturação selvagem do início dos anos 90”* (MATTOSO, 1995: 135).

Cabe ressaltar que o capital privado nacional, tradicionalmente conservador e patrimonialista, não foi capaz, por si só, de gerar um novo padrão de desenvolvimento. Em virtude de terem crescido à sombra da proteção estatal, as empresas nacionais mantiveram sempre uma atitude receosa e de cautela frente às inovações tecnológicas. No momento de acelerada competitividade e de rápidas transformações nas técnicas produtivas, o empresariado local optou por canalizar seus investimentos na “ciranda financeira” (D-D’), ao invés de arriscar-se na reestruturação de suas plantas fabris, ou, ainda, bancar um projeto nacional de crescimento sustentado.

O esgotamento de um certo padrão nacional de desenvolvimento, associado à eclosão de uma nova “onda tecnológica” impulsionada pela automação micro-eletrônica (AME), é o que define o atual contexto da dinâmica industrial no Brasil. O processo de racionalização produtiva que vem ocorrendo no país, tanto para adequar as plantas industriais aos novos parâmetros de competitividade quanto para enfrentar o longo período recessivo que se arrasta desde o início dos anos 80, tem provocado um grande debate sobre os rumos e as saídas para a crise brasileira. Na verdade, não há até agora nenhum consenso definitivo sobre as tendências que vêm impulsionando as transformações dos processos produtivos, muito menos sobre a futura configuração a ser assumida pela base técnica-organizacional do trabalho no Brasil. A enorme heterogeneidade do tecido industrial aqui instalado dificulta qualquer prognóstico mais preciso sobre o caminho a ser seguido pela “via nacional” de reestruturação produtiva.

CARVALHO (1987: 95), defende que os condicionamentos específicos da nova tecnologia micro-eletrônica interagem com o contexto econômico e político-sindical, dentro do qual vem se dando sua introdução, na determinação das características de sua difusão e de suas implicações no

da emergência de um novo padrão produtivo e tecnológico em escala internacional. Este padrão, até então comandado pela articulação solidária dos interesses do capital externo, do Estado e do capital privado nacional em uma economia industrializada, é rompida pela emergência da Terceira Revolução Industrial e pelos novos interesses de investimento do capital internacional nos centros avançados do capitalismo mundial. Tal fato tenderia a fortalecer a lógica transnacional, sempre presente, do capital internacional, além de favorecer a sua dissociação com compromissos nacionais internalizadores da inovação e do esforço em P & D.

uso do trabalho. Para o autor, “no Brasil a adoção da AME (automação microeletrônica) encontra-se num estágio inicial, marcado por baixos níveis de difusão, substituição e integração”.¹⁴⁷ Por isso mesmo, “seus efeitos sobre o uso da mão-de-obra são diferentes daqueles encontrados nos países mais industrializados”.

A flexibilidade produtiva nas indústrias brasileiras tem sido obtida, basicamente, por intermédio das rígidas formas hierárquicas de controle e gestão da força de trabalho. As relações de trabalho dominantes, induzem que os sistemas de automação micro-eletrônica sejam desenhados aproveitando-se ao máximo o baixo custo da mão-de-obra. Este fator, associado à situação econômica brasileira, à seletividade com a qual estão sendo introduzidas as inovações técnicas-organizacionais,¹⁴⁸ ao período de intensa aprendizagem, adaptação e de desenvolvimento de novas aptidões cognitivas por parte dos operários, leva CARVALHO (1987: 97) a concluir “que o Brasil está vivendo uma fase de transição para a nova tecnologia, que se diferencia da fase de maturação”.¹⁴⁹

PELIANO (1987: 27), reconhece que os custos mais baixos da força de trabalho no Brasil, em comparação com as taxas de depreciação da novas tecnologia, “tem inibido o desenho de alternativas para o investimento na AME”. Tudo indica que “a seletividade tecnológica aliada ao baixo custo da mão-de-obra tem se revelado uma combinação segura e eficaz para a sustentação da indústria automobilística brasileira”. O resultado dessa decisão empresarial “não é a superação do fordismo, mas a sua extensão a segmentos do processo produtivo onde, na base técnica eletromecânica, predominava o trabalho autônomo com relação à linha automatizada e a circulação manual de peças”.¹⁵⁰

Para HUMPREY (1989), as indústrias nacionais, embora tenham adotadas técnicas de produção fordistas e tayloristas, não incorporaram outras características desse padrão produtivo. A instabilidade da força de trabalho, os baixos salários, a não negociação em nível da fábrica e a pouca identidade dos trabalhadores com a empresa, entre outros fatores, impediram que se repetissem aqui as normas de consumo prevalentes no pós-guerra na Europa e nos EUA.¹⁵¹ Na realidade — sustenta esse autor —, não está ocorrendo no Brasil uma “crise social do fordismo”,

¹⁴⁷ - No setor metal-mecânico por exemplo, o autor aponta que a incorporação de novas tecnologias tem-se restringido às etapas específicas do processo produtivo, tais como: estamparia, pintura e soldagem.

¹⁴⁸ - Para o Carvalho (1985: 97), as aplicações da AME estão se dirigindo, seletivamente, a pontos estratégicos ou problemáticos da produção, seja do ponto de vista da qualidade do produto, do balanceamento das linhas ou de controle gerencial do processo de trabalho.

¹⁴⁹ - Predomina nesse enfoque uma “perspectiva evolucionista”, que acaba se afastando da especificidade assumida pelo “caso brasileiro”.

¹⁵⁰ - A característica básica deste novo processo é a substituição do trabalho manual em certas operações estratégicas e a integração da maioria dos postos de trabalho remanescentes ao sistema de circulação mecanizado.

¹⁵¹ - Segundo Humprey (1989: 350-351), “no Brasil, as condições para um reelaboração do fordismo não são as mesmas da Europa Ocidental e da América do Norte. Nessas regiões a ênfase na assim chamada resposta do neo-taylorismo à crise se deu em relação à automação e a um ataque aos direitos dos trabalhadores à estabilidade no emprego nem grandes empresas.

tampouco estamos “caminhando na direção de um novo paradigma produtivo”. As empresas brasileiras têm optado por adotar “certos elementos do pacote japonês”, tais como *Just-in-time/Kan-ban*, flexibilidade funcional da força de trabalho, produção celular, CCQ, etc., via coação sobre os trabalhadores, facilitada pelo desemprego e pela alta rotatividade. Portanto, a “japonização restrita” do processo produtivo não é suficiente, por si só, para se chegar à conclusão de que está ocorrendo no Brasil um processo de “superação do modelo fordista de produção”. De acordo com HUMPREY (1989: 351), “ainda existem nichos no mercado (países do terceiro mundo, entre outros) para a produção de produtos menos sofisticados, que um país como o Brasil poderia ocupar”.¹⁵²

CARVALHO & SCHIMTZ (1990: 150-151), ao pesquisarem a adoção da automação programável na indústria automobilística brasileira, concluem que a introdução da AME em determinados setores da cadeia produtiva tem sido “associada ao reforço da organização de trabalho fordista”. Em contraste com as novas tendências das economias centrais, “o novo processo de produção das firmas brasileiras apresenta um nível baixo de substituição direta de operações de manufaturas manuais”. Ao afetar as operações de transferência e o controle da produção, “a automação seletiva acarreta uma integração e sincronização progressiva de todas as operações de manufatura, seja estas realizadas por pessoas ou por máquinas”. Desse modo, “as tarefas tornaram-se mais ritmadas pela máquina do que antes e o fordismo, ao invés de ser superado, é intensificado”.

A experiência das fábricas de automóveis brasileiras sugere — seguindo ainda os dados de pesquisa desses autores — que é possível auferir certos benefícios econômicos da automação programável mesmo quando esta é adotada em níveis muito mais baixos de substituição da força de trabalho. Esta constatação é reiterada por BORTOLAIA (1991: 376) que, depois de analisar comparativamente a Ford brasileira com as instalações da empresa americana na Inglaterra, chegou a seguinte conclusão: “a competitividade não se origina exclusivamente no uso de tecnologia de ponta. Padrões históricos nacionais e relações entre trabalhadores, empresários e governo embasam novos arranjos da organização da produção e do trabalho, podendo criar vantagens competitivas que sobrepujam defasagem, ou supostas deficiências tecnológicas”.

O caminho seguido no Brasil resulta de uma opção gerencial entre as várias alternativas de emprego das novas tecnologias, com diferentes repercussões sobre a utilização da força de trabalho e a organização fabril. Os ganhos de produtividade e competitividade obtidos — segundo CARVALHO & SCHIMTZ (1990: 156) — “são resultados de uma estratégia que combina

¹⁵² - Humphrey (1993), afirma que as empresas brasileiras não experimentaram uma verdadeira crise do fordismo/taylorismo, nem tampouco uma pressão pela qualidade e produtividade. Por este motivo, concentram sua reorganização em aspectos que não exigem participação do operariado, adotando o que ele denomina de “JIT taylorizado”.

trabalho barato, automação seletiva, introdução de melhoria de qualidade, valorização da especialização em manutenção e organização de trabalho fordista na produção”.¹⁵³

Pesquisa realizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema no setor automotivo brasileiro (1992) aponta para a prevalência do seguinte padrão de incorporação de novas tecnologias: processo de inovação tecnológica combinado à crescente integração aos mercados externos; iniciativas de reestruturação pautadas especialmente na introdução de mudanças organizacionais (arranjos celulares, sistemas *just-in-time*, programas de qualidade total, trabalho polivalente, esquemas participativos, etc.), que não requisitam elevados investimentos; introdução seletiva e relativamente reduzida de automação microeletrônica nos processos industriais, comparativamente a outros países; crescente transferência de atividades a fornecedores ou empresas subcontratadas (terceirização); uso altamente flexível dos coletivos de trabalhadores por parte das empresas, viabilizado pelas facilidades de admissão/demissão, adoção de férias coletivas ou licenças remuneradas em períodos de baixa demanda, recurso de horas-extras em épocas de aquecimento de vendas; padrão de relações de trabalho conservador; ausência de contrato coletivo de trabalho e restrição à representação sindical no chão-de-fábrica; qualificação profissional polarizada; aumento do controle gerencial sobre o conteúdo, ritmo e intensidade do trabalho, com conseqüente perda da autonomia e poder de iniciativa dos trabalhadores diretos na produção; finalmente, aumento do desgaste físico e mental em setores automatizados ou sob forte racionalização produtiva.

Nadia Araujo CASTRO (1994: 130), indica como variável inibidora da adoção dos sistemas JIT/TQC pelas firmas nacionais o fato de *“as plantas brasileiras serem, em sua imensa maioria, implantações já consolidadas, típicas indústrias verticalmente integradas como resultado do esforço de substituição de importações”*. Torna-se importante considerar também, o *“caráter da trajetória brasileira de construção das relações industriais, bem como da oposição sindical ao JIT/TQC”*. Devido a estes dois fatores principais, *“as empresas tenderiam a limitar as possibilidades de ação coletiva que resultem do poder sindical e, simultaneamente, a incrementar a disciplina exercida sobre os trabalhadores individuais e os grupos de empregados no local de trabalho”*.

Em função deste padrão de incorporação de novas técnicas organizacionais, há um aumento do desemprego e uma perda do “ethos profissional” de uma parcela significativa de trabalhadores atingidos pela “desqualificação” de suas antigas funções. Assiste-se, também, uma quebra das identidades coletivas tecidas pelos sindicatos e uma redução do poder de barganha dos produtores

¹⁵³ - Como conseqüência desta opção, o ritmo e a intensidade do trabalho aumentaram, uma vez que a operação se torna fisicamente mais leve, encurta-se os tempos de produção para cada operação. A porosidade do dia de trabalho também é consideravelmente reduzida. Coriat (1983b) define esta forma de produção de “Linha de Montagem Fordista Automatizada”.

diretos. Ocorre, por fim, paralelamente à diminuição do número de efetivos, uma intensificação do ritmo de trabalho dos que permanecem contratados.¹⁵⁴ Equivale dizer, que “*as empresas passaram a substituir novas horas contratadas por melhores desempenho por horas trabalhadas*”. Esta adequação da jornada de trabalho aos novos fluxos de produção visa não só a intensificar o uso da força de trabalho, a otimizar a utilização dos equipamentos para aumentar a produtividade, como também a desregulamentar o uso do tempo de trabalho pago, a diversificar as formas de contratação da mão-de-obra e, principalmente, a “*reduzir as possibilidades de mobilidade da FT qualificada no setor mais dinâmico da economia*” (CASTRO, 1994: 131).

Para MATTOSO (1995: 137), em que pese o risco potencial de ocorrer no país uma desestruturação traumática do trabalho, com graves repercussões sobre o tecido social, não se efetivou, ainda, *um processo de desindustrialização*, nem tampouco uma *reestruturação industrial*. Diferentemente da Argentina, do Chile e do México, que adotaram programas de ajustes patrocinados pelos idealizadores do “*consenso de Washington*”,¹⁵⁵ o Brasil tem conseguido manter praticamente a mesma estrutura produtiva durante todo esse período de “*destruição criadora*”.¹⁵⁶ Ao contrário também dos países capitalistas avançados — protagonistas de um intenso processo de reestruturação industrial com impactos negativos sobre a oferta de empregos —, têm se observado, por aqui, níveis de desemprego bem abaixo dos existentes nestas economias.¹⁵⁷

O alargamento do processo de democratização iniciado nos anos 80 e, a preservação relativa de um parque industrial diversificado durante “a década perdida”, possibilitaram aos sindicatos um fôlego maior para resistirem às ofensivas que buscam anular suas conquistas. Em que pese todo esforço despendido pelas entidades patronais e as recentes investidas do presidente Fernando Henrique Cardoso para dispersarem suas bases,¹⁵⁸ o movimento operário tem

¹⁵⁴ - O desemprego que atinge os trabalhadores atualmente não só apresenta um caráter fortemente seletivo (segundo idade, escolaridade, grau de envolvimento sindical e situação de saúde), com também tem atingido parcelas importantes de trabalhadores semiqualeificados e qualificados, aumentando significativamente o tempo médio de procura de trabalho (de 15 para 25 semanas).

¹⁵⁵ - Nestes países a desindustrialização foi acompanhada de uma nova forma de inserção no mercado mundial.

¹⁵⁶ - O Brasil apresentou na década de 80 o maior crescimento do PIB latino-americano. Continua tendo o maior parque industrial do Terceiro Mundo (muitas vezes superior aos de Coréia, Formosa ou Hong Kong, e equiparado a estes quando somados) e um superávit comercial em expansões de manufaturados nas exportações.

¹⁵⁷ - Segundo Mattoso (1995: 137), “*o mercado de trabalho brasileiro teve sua dinâmica vinculada, sobretudo, às flutuações do nível da atividade econômica industrial, e nesta a maior foi no setor de bens de capital. Não sem razão os mercados de trabalho das regiões mais industrializadas e de maior grau de urbanização foram mais atingidos. O desempenho negativo do mercado de trabalho foi associado à redução do peso do emprego industrial, à elevação do peso relativo dos trabalhadores sem contrato de trabalho, aumento do chamado setor informal, deterioração do poder de compra dos indivíduos e das famílias. As taxas de desemprego foram relativamente baixas no final da década e o desempenho geral do mercado de trabalho não teria sido pior devido à presença de determinados elementos que tiveram efeitos compensatórios, isto é, o crescimento mais lento da população residente nos centros urbanos, o aumento do emprego no setor público e a manutenção da estrutura industrial*”.

¹⁵⁸ - Vide a postura exemplar assumida por FHC na greve dos petroleiros de 1995.

conseguido impor certos limites à destruição progressiva da organização produtiva e da esfera pública.¹⁵⁹

Mais recentemente, a instabilidade política e a turbulência econômica que persistem na cena brasileira contemporânea têm acentuado o “caráter indefinido” da via nacional de reestruturação produtiva. A aventura “totalmente moderna” realizada pelo governo Collor e o aprofundamento do processo de inserção passiva do País à “nova ordem mundial”, levado a cabo pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, imprimiram na economia brasileira indicadores marcadamente recessivos, com repercussões negativas sobre os níveis de emprego e a competitividade da nossa indústria. Todo este quadro complexo não só reforça a *tese da especificidade assumida pela via nacional de reconversão industrial*, como também fortalece as afirmações de que os *contornos da organização técnica e social do trabalho no Brasil seguem ainda indefinidos*. Ou seja, não há nenhuma possibilidade de as empresas brasileiras assimilarem automaticamente os “pacotes tecnológicos” vindos de fora. A grande assimetria existente entre as firmas aqui instaladas induz à coexistência de múltiplas configurações, assim como possibilita inúmeras formas de agenciamento e de uso da força de trabalho. Não se pode dizer, portanto, que encontra-se embutido nas novas bases técnicas e organizacionais do trabalho qualquer padrão social predefinido para o caso brasileiro.

Se partirmos do entendimento de que o processo de industrialização — para além da formatação dos seus elementos técnicos e organizacionais — deve ser encarado como a própria constituição da ordem capitalista, com as classes sociais que lhes são características, poderemos avançar mais um pouco sobre os aspectos particulares do desenvolvimento industrial/capitalista brasileiro.¹⁶⁰ Trata-se de intentar articular as estruturas de dominação e apropriação internas com as condições externas de reprodução e universalização do capital.

¹⁵⁹ - No interior do movimento sindical várias linha políticas e ideológicas disputam espaço e poder de representação nas instâncias “legitimadas” de negociação trabalhistas. Dentre as várias divisões e tendências que recortam o sindicalismo brasileiro, é possível identificar tanto uma corrente de oposição (CUT) — com suas disputas e facções internas —, quanto um segmento mais conciliador, representada pelo “sindicalismo de resultados” da Força Sindical. Esse sindicalismo de direita, que aglutina uma boa parte dos trabalhadores brasileiros, não só já emprestou apoio incondicional às “políticas modernizantes” do ex-presidente Collor, como tem sido o principal avalista das medidas “flexibilizadoras” dos contratos de trabalho implementadas por FHC. De acordo com Guimarães & Castro (1991: 223), “esse tipo de sindicalismo não deve ser confundido com uma nova forma de peleguismo. É um sindicalismo independente e autônomo embora politicamente conservador. O antigo pelego era um ‘funcionário’ do Estado enquanto o sindicalismo de direita abomina o Estado e sua tutela, do mesmo modo que abomina as ideologias anticapitalista”.

¹⁶⁰ - Um desses elementos vincula-se ao fato de que a formação das camadas populares urbanas no Brasil, no contexto de expansão da sociedade de classes, foi marcada por um amplo processo de *mobilidade social*. Segundo demonstra Alvaro de Vita (1989: 197), “nas condições próprias de urbanização da economia e da sociedade em um país de formação agrária, os setores populares urbanos emergentes com o populismo, particularmente aqueles localizados nas grandes cidades, se formam muito mais com a contribuição direta e indireta da imigração rural, da migração urbana de regiões mais pobres e da transferência de pessoas até então pertencentes a setores urbanos ‘menos favorecidos’, do que com a decadência de pessoas pertencentes às classes médias, à burguesia de pequenos proprietários ou a um artesanato de condição pequena-burguesa”. A nova dinâmica dada pela ampliação das estruturas ocupacionais urbanas possibilitou à população em geral, principalmente ao operariado industrial, maiores alternativas de emprego, criando uma situação — em termos de participação econômica e social — relativamente “privilegiada” face ao restante dos trabalhadores urbanos e à condição de “vida seca” enfrentada pelos trabalhadores rurais. Não se trata, logicamente, — quando se fala em mobilidade social — de uma ascensão para outras camadas

A “consolidação incompleta” do fordismo no Brasil — se quisermos ainda utilizar este termo — deve ser compreendida dentro de um quadro analítico complexo capaz de articular, sob o ponto de vista do materialismo histórico, uma série de elementos ligados à especificidade do desenvolvimento capitalista no país. Na verdade, sendo um pouco mais rígido com a nossa matriz teórica, não caberia aqui denominar o padrão de acumulação brasileiro de “modelo de transição”, “fordista incompleto”, ou ainda, de “fordismo periférico” como preferem alguns autores. Isto porque, se procedêssemos assim, estaríamos caindo numa armadilha metodológica que, ao admitir um único “tipo ideal” de padrão tecnológico e produtivo para cada momento histórico, se limitaria a averiguar quais as “adaptações” feitas na aplicação do modelo dominante em cada lugar para o qual foi transportado. Bastaria, portanto, sobrepor à uma realidade específica as “características universais” de um certo modo de acumulação para, em seguida, identificar especularmente as semelhanças e as diferenças entre o “modelo original” e sua “forma adaptada”.

Torna-se importante distinguir deste procedimento uma outra postura analítica que, mesmo partindo de “condicionadores mais gerais”, não subordina imediatamente o “particular” ao “universal”. Também neste caso, trata-se de estabelecer as conexões existentes entre o movimento de globalização do capital e o caráter singular que ele assume em cada formação específica. Esta precaução metodológica se faz necessária, uma vez que o aprofundamento da crise brasileira nos anos 80 vem se dando em meio à uma reformulação profunda da ordem econômica mundial. Tal fato, coloca uma série de dificuldades suplementares no enfrentamento da crise nacional, em função de que não se trata de reproduzir, como anteriormente — segundo assinala MATTOSO (1995: 150) —, *“uma estrutura industrial ou de inserir a economia em um marco internacional*

hierarquicamente superiores, mas da perspectiva — real ou ilusória — de promoção social no seio das próprias classes populares. Sem dúvida, mudando-se da zona rural para os centros urbanos, das cidades pequenas para cidades grandes, e se transferindo de setores industriais “tradicionais” para os “setores modernos”, as classes populares puderam aumentar suas possibilidades de consumo. Compreende-se, assim, que nessas condições, certas frações das classes trabalhadoras urbanas, formadas por ascensão social mais do que por decadência, foram levadas a reconhecer como legítimas as regras vigentes no jogo social e político em que foram iniciadas. Outro elemento importante para se apreender as estruturas de dominação da democracia de massas, é a composição rural-urbana do proletariado industrial. É sob o peso do antagonismo cidade-campo que se sedimentam as formas pelas quais se realizam o capital e sua repartição, a circulação de trabalhadores no mercado de mão-de-obra, as condições técnicas e organizativas da produção e o acesso das classes trabalhadoras aos instrumentos de poder. Com a intensificação das migrações internas, no sentido das cidades e dos centros industriais — notadamente a partir de 1945 —, aumenta o contingente relativo dos trabalhadores cujo horizonte cultural encontra-se profundamente marcado pelos valores e padrões do mundo rural. No campo — conforme observa Ianni (1978: 57) —, *“predominam formas patrimoniais ou comunitárias de organização do poder, de liderança e de submissão”* que serão carregadas para o território urbano e transportadas para dentro das fábricas. As relações com o “senhor”, com o dono da terra, com o “compadre” serão transferidas para o patrão, o capataz e o gerente. Octavio Ianni (1978: 59-61) ressalta que *“o universo social e cultural do trabalhador agrícola (sitiente, parceiro, colono, camarada, agregado, peão, volante, etc.) está delimitado pelo misticismo, a violência e o conformismo, como soluções tradicionais”*. Ao desembarcar na metrópole, trazendo essa bagagem de vida, o horizonte cultural do homem do campo se transforma, *“mas de modo lento, parcial e contraditório”*. Perduram no seu imaginário *“elementos vividos, de tipo comunitário, que se interpõem entre as pessoas e as coisas”*. Por isso, a definição do outro não é política e sim espontânea, especular (ver história do Mariano). Nos primeiros tempos de sua integração no ambiente urbano-industrial — período de simultânea ascensão social e deslumbramentos — *“a compreensão que o operário formula dos outros tipos sociais é ambígua”*. Por todas estas razões, predomina uma consciência singular no proletariado urbano e industrial onde *“os interesses de classe, em particular os antagonismos com as outras classes e grupos sociais, não se estruturam a não ser parcialmente”*.

relativamente estável como foi no pós-guerra, com o padrão de desenvolvimento norte-americano em expansão, crescimento sustentado, relativa estabilidade tecnológica, instituições internacionais recém-construídas e plenamente reconhecidas /.../, com presença marcante do socialismo real e da bipolaridade da guerra fria". A conjuntura atual, ao contrário, impõe ao país a necessidade de constituir "uma nova articulação social e um novo padrão de desenvolvimento nos marcos de uma nova multilateralidade, em meio a uma crescente instabilidade mundial e uma acentuada desordem do trabalho".

* * *

A busca por ganhos de produtividade cada vez mais intensivos e o acirramento da competitividade — agora, não apenas centrada na concorrência inter-empresas, mas, predominantemente, na disputa entre blocos geo-políticos (Nafta, OCDE, Alca, Mercosul, Bloco Asiático) no interior de uma economia globalizada — aparecem no discurso empresarial e das agências governamentais como finalidades últimas do atual processo de reestruturação industrial. Produtividade e competitividade soam como “palavras de ordem” (e da nova ordem) que pretendem homogeneizar as diferentes expectativas presentes tanto no chão-de-fábrica, quanto nos demais grupos de interesses localizados fora dos limites das empresas. As novas tecnologias de base micro-eletrônica e as novas formas de organização do processo produtivo adquirem, nesse contexto, legitimidade “em si mesmas”, uma vez que são apresentadas como as únicas alternativas possíveis e viáveis para se atingir os fins desejados. Toyotismo/Kan-ban/*Just-in-time*, Automação, Robotização, Terceirização, *Total Quality*, CAD/CAM, MFCNC, são termos, entre tantos outros, que invadem o espaço fabril com a pretensão de configurar um único modelo (tipo ideal) de organização do trabalho sob o ponto de vista da estratégia patronal.

A partir do final dos anos 70 e início dos anos 80, o paradigma japonês de produtividade e competitividade, baseado em novos métodos de organização e gestão do trabalho, na automação crescente do processo produtivo, assumiu a condição de modelo industrial a ser imitado e adaptado em toda parte do mundo. No entanto, diferentemente das análises que defendem um desenvolvimento progressivo das forças produtivas e tipificam uma única alternativa técnica para cada momento histórico, torna-se importante salientar que a reestruturação produtiva pode assumir múltiplas configurações. Isto porque, as possibilidades de encadeamentos entre os fatores políticos, sociais, econômicos e culturais presentes num dado local são muitas. A combinação destes fatores é que determina, em última instância, o modelo e a velocidade da introdução das novas tecnologias (novos equipamentos e novas formas organizacionais). Significa que a análise dos seus efeitos

sobre os trabalhadores e a sociedade deve considerar não só os aspectos econômicos ligados à questão, mas, também, a dimensão política que expressa a correlação de forças entre os sujeitos sociais envolvidos. Isto porque, *“cada modo de produção cria a sua própria tecnologia, pois esta é, antes de tudo, a realização material de relações sociais muito precisas”* (BRUNO & SACCARDO, 1986: 13), razão pela qual ela se modifica e é permanentemente transformada.

O processo de trabalho, enquanto materializa um certo estágio do desenvolvimento das forças produtivas, não é um fato objetivo em si. Ao contrário, representa uma das variáveis que concretiza o poder de fogo das classes antagônicas presentes no chão-de-fábrica e no contexto social em que estão inseridas. Portanto, as escolhas tecnológicas encontram-se subordinadas não apenas à busca incessante por ganhos de produtividade imprimida pelos donos do capital, mas estão ligadas, sobretudo, à capacidade do operariado intervir cotidianamente (através das suas práticas e organizações) na lógica que estrutura cada processo de trabalho concreto. Sendo assim, a história do trabalho e das suas repercussões sobre as condições de vida e de saúde dos trabalhadores não pode limitar-se apenas ao estudo das técnicas utilizadas para sua execução, nem tampouco à observação pura e simples do posto e da tarefa na qual se encontra ocupado cada operário isoladamente. Terá que considerar, antes de tudo, a empresa, o tecido industrial e o território no qual ela se insere, assim como, as relações sociais de e na produção que se desenvolvem no interior de cada chão-de-fábrica específico. É o que tentaremos fazer a seguir...

CAPÍTULO V

O CHÃO - DE - FÁBRICA

*De onde vem tanta indiferença
Temperada a ferro e fogo?
Quem guarda os portões da Fábrica?
(Renato Russo: música Fábrica)*

A visão “romântica” que se tem da fábrica, inspirada pela música “*Três apitos*” de Noel Rosa, cede lugar, quando olhada pelo lado de dentro, à cena *chapliniana* dos movimentos furiosos das polias, dos dentes das engrenagens mastigando pessoas em “*Os Tempos Modernos*”. O calor das bocas de fornos, a poeira das fundições, o barulho ensurdecedor das prensas, o cheiro anorexígeno dos desengraxantes, óleos, resíduos, as emanções dos ares químicos impregnando corpos, a alucinação rítmica das linhas de montagem, tudo, compõe um quadro umbrífero que foge à percepção distante de quem olha a fábrica com olhos de contemplação. É necessário adentrar galpões, andar corredores semi-obstruídos por restolhos de matérias-primas, máquinas e equipamentos, subir escadas, plataformas suspensas, tendo sobre a cabeça painéis carregados de um espesso caldo avermelhado de material fundido, toneladas de ferragens planando em febre de um lado a outro, para poder se acercar, apesar de uma certa momentaneidade, da realidade vivida pelos operários e operárias no cotidiano de trabalho. A impressão é assustadora.

Contrastando, existem também no chão-de-fábrica locais bem arejados, iluminados artificialmente e de um conforto comparável a uma ampla sala de estar. Em algumas seções — geralmente aquelas onde as especificações das máquinas de última geração e os padrões de qualidade dos produtos são mais exigentes — os trabalhadores usufruem, por tabela, de um ar refrigerado, espaços higienizados, podendo até se ouvir ao fundo uma ária de Bach. Alguns visitantes, pesquisadores e fiscais do trabalho menos curiosos se contentam com essa grife de “cartão postal”. Causa um certo desconforto na comitiva quando as inspeções são interceptadas por trabalhadores, que teimam em desvelar os cantos, os fundos e os porões das instalações fabris.

A fábrica é uma realidade viva, difícil de ser captada num relance. É quase impossível entendê-la senão aos pedaços, acompanhando detalhadamente cada fluxo das matérias-primas até o

produto final. Uma indústria metalúrgica de grande porte é composta por vários setores: fundição, ferramentaria, estamparia, usinagem, tratamento de peças, pintura, montagem, controle de qualidade... Isso, se focalizarmos somente os aspectos ligados diretamente à produção. Há uma série de outras seções responsáveis pelo apoio operacional e pela manutenção do processo. Transporte, refeição, limpeza, segurança industrial, almoxarifado, expedição, compras, relações comerciais, recursos humanos, marketing, planejamento, projetos, utilidades (água, energia elétrica, etc.), serviço médico, atendimento aos fornecedores, clientes, empresas terceirizadas, e mais uma infinidade de atividades, compõem uma rede de comunicação interna e externa, cuja finalidade é contribuir com o processo de realização do capital, integrando, assim, produção e mercado.

Entrar numa fábrica, para os não iniciados, requer acompanhamento. Aconselha-se, preferencialmente, recrutar um operário experiente que, como bom batedor, vá na frente demarcando caminhos, prevenindo perigos, explicando os fluxos e processos, enfim, tornando inteligível o caos aparente da produção. Isso exige uma certa dose de esperteza para despistar os olhares e ouvidos delatores das chefias e acompanhantes da empresa. A compreensão dos processos e das relações estabelecidas no chão-de-fábrica é de difícil acesso se não se considerar a memória e os relatos dos produtores diretos. A mobilização da fala operária torna-se um instrumento de inigualável validade quando se pretende decifrar as conexões entre técnica e trabalho, as relações sociais de e na produção que configuram cada espaço fabril. A imagem que se leva da fábrica, para quem é de fora, depende, em grande parte, dos laços de cumplicidade amarrados entre o pesquisador e seus guias. Entretanto, a fábrica não se resume a essa visão mais imediata.

Para além da arquitetura de alvenaria e estruturas metálicas, do arranjo das máquinas e equipamentos, da distribuição dos trabalhadores nos postos de trabalho, dos fluxos de materiais que configuram o *lay-out* das instalações, a fábrica possui uma organização que está a serviço de objetivos e finalidades decididas prévia e unilateralmente. Portanto, qualquer análise que pretenda transpor os dados mais visíveis do processo de trabalho deve superar certas perspectivas que tomam a tecnologia e as práticas organizacionais como “dados externos”. A dimensão técnica de todo processo produtivo deve ser apreendida enquanto problema político que nos remete, necessariamente, às estruturas de poder e às formas de controle social. Dentro desse enquadramento, o chão-de-fábrica se reveste de significados que ultrapassam seus limites territoriais.

20. _____

A Indústria de Autopeças: do FNM ao carro mundial

O setor automotivo tipifica, pelo seu significado real e simbólico, as vicissitudes do grande empreendimento industrial brasileiro. Em torno da indústria automobilística se ergueu no país um parque fabril diversificado que transformou, de maneira profunda, toda dinâmica do capitalismo nacional. Nas fases iniciais de instalação da indústria automotiva, as filiais aqui instaladas se limitavam à montagem final de veículos semi-acabados, a partir da importação de motores, transmissão, chassis e carrocerias. As empresas autóctones, produtoras de componentes, trabalhavam basicamente para o mercado de reposição. A partir do final dos anos 50, o governo JK se utilizou de uma série de incentivos creditícios, de apoio às importações, de facilidades para remessas de lucro, de investimentos na indústria de base e na expansão da malha rodoviária, com a finalidade de atrair para cá as montadoras estrangeiras. Na esteira da implantação e do crescimento das empresas multinacionais, desenvolveu-se uma extensa rede de fabricantes de autopeças, estimulados por uma certa política “protecionista” do governo, que passou a exigir do setor terminal um alto índice de nacionalização dos carros, caminhões e tratores produzidos no país. Medidas de limitação de importação de similares nacionais, isenções fiscais e créditos subsidiados favoreceram o desenvolvimento das fábricas de autopeças, configurando, no decorrer das décadas de 60 e 70, uma complexa cadeia produtiva voltada à produção de veículos.¹

A indústria automobilística se consolidou no país durante os anos “duros” da repressão militar e instaurou, via controle rígido mantido pelo Estado sobre os sindicatos e militantes de base, um modelo particular de gestão da força de trabalho (ver seção 19 do capítulo IV). O Estado brasileiro durante esse período não só atuou como principal fiador do crescimento econômico acelerado,² como manteve sitiadas as expectativas salariais e políticas do operariado. A criação do FGTS (1966), entre outros instrumentos legais interpostos às relações trabalhistas, ao mesmo tempo que aumentou bastante as facilidades para se demitir trabalhadores por critérios econômicos e políticos, abriu para as empresas a possibilidade de gerir sua mão-de-obra sem ter a necessidade de estabilizá-la. Por outro lado, as condições externas ao chão-de-fábrica — marcadas pela censura e pela prisão das vozes dissidentes — dificultaram o máximo possível a construção de uma identidade de classe capaz de fazer frente ao controle político imposto aos órgãos sindicais e partidários de representação operária. Estas são algumas das razões que nos permitem caracterizar

¹ - Foi na esteira da indústria automobilística que o Brasil passou a ser a 8ª economia do mundo capitalista. Na década de 80, 9,5% do PIB era originário deste setor. Toda cadeia produtiva do setor automotivo empregava, em 1985, 1.325.089 trabalhadores.

² - Via incentivo ao segmento produtor de bens duráveis e aumento da capacidade de endividamento das classes médias.

o desenvolvimento do complexo automotivo como um momento marcante, não apenas econômico, mas também político e cultural de disseminação de um padrão particular de acumulação de capital “puxado” pelo Estado.

Os anos 80 e 90 representaram para indústria automotiva em todo o mundo a ampliação do processo de internacionalização e concentração de capitais. Isso, em grande parte, deveu-se aos novos paradigmas de produtividade, determinados sobretudo pela automação e pelos novos métodos de organização e gestão de trabalho implantados pelas fábricas japonesas.³ Diante dessa nova realidade, a disputa no setor de autopeças passou a girar em torno da decisão sobre quais empresas que iriam integrar a rede de subcontratação, compondo o grupo seletivo de fornecedores “*world class*” para as montadoras (empresas-mãe) em seus projetos de fabricação de carros cada vez mais globalizados. A maior integração desse setor com o mercado externo, em virtude do advento do “carro mundial”, não só acirrou a concorrência entre os fabricantes de componentes, como também exigiu dessas empresas uma reestruturação profunda dos seus processos de fabricação. As novas exigências das montadoras em termos de qualidade, preço, prazo de entrega e sofisticação tecnológica, e, a intensa disputa pelo mercado de reposição, têm atuado como indutoras das mudanças que vêm ocorrendo no setor de autopeças.

De acordo com diagnóstico do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (1995), a indústria de componentes automotivos no Brasil é composta por 800 a 1.000 empresas entre grandes, médias e pequenas. Calcula-se que, em 1988, o setor agregava cerca de 2.000 firmas. Essa redução demonstra, por si só, o intenso processo de concentração setorial que vem ocorrendo nos últimos anos. Segundo dados do Sindipeças (1994), 74,5% das empresas eram de capital nacional, 5,2% de capital brasileiro majoritário, 15,5% de capital estrangeiro e 4,8% de capital predominantemente internacional. A forte tendência de verticalização da indústria mundial deve ampliar ainda mais o processo de desnacionalização dos fornecedores de autopeças. Tal tendência, é reforçada pela inexistência de uma Política Industrial direcionada, e também pelo fato de não existir um maior controle sobre o percentual efetivo de peças nacionais no total dos custos de fabricação das montadoras. Informações da própria Anfavea dão conta que os carros populares têm cerca de 95% de índice efetivo de nacionalização, os médios em torno de 75%, enquanto os *top* de linha possuem 60% de seus componentes fabricados por indústrias brasileiras. Com a aceleração do processo de “*global sourcing*” (política de suprimento global) é de se esperar uma forte redução do índice efetivo de nacionalização dos veículos e, conseqüentemente, aumento da participação dos

³ - Para se ter uma idéia do que representou a ascensão do Japão no mercado de automóveis, basta notar que, sua participação em 1960 atingia apenas 3% da produção mundial, pulando para mais de 30% no final dos anos 80. Desse modo, o modelo japonês de produtividade passou a ser a meta das grandes firmas norte-americanas e européias, tanto em termos de suas matrizes quanto filiais espalhadas por todo mundo.

componentes e peças importadas. Somente sairão ganhando com esse processo as poucas dezenas de empresas capazes de se instalarem em bases externas, comercializando seus produtos no mercado americano, europeu e no Mercosul.

O setor caracteriza-se pela presença de um grande número de pequenas e médias empresas. Aproximadamente, 74% dos estabelecimentos industriais situam-se na faixa de um até 500 empregados, e somente 13% possuem mais de mil trabalhadores. Em relação às vendas, o faturamento distribui-se da seguinte maneira: 60% da produção é destinada às montadoras, 17,5% ao mercado de reposição, 17% às exportações e 5,5% ao mercado setorial. As indústrias fabricantes de componentes automotivos empregavam, em dezembro de 1994, 234.600 trabalhadores, distribuídos regionalmente da seguinte forma: 25% na cidade de São Paulo, 24% no interior paulista (Campinas, Limeira, Jundiaí, Sorocaba e São José dos Campos), 18% no restante da grande São Paulo (com destaque para Guarulhos, Osasco e Mogi das Cruzes), 17% no ABCD e 16% nos outros Estados. Observa-se uma forte regionalização das fábricas no Estado de São Paulo. Nos últimos anos, vem ocorrendo um processo de “mineirização” dos fabricantes de autopeças comandado pela Fiat. Esta empresa, tem buscado realocar os fornecedores de componentes ao redor de seu parque industrial. Aliás, a conglomeração de plantas produtivas em complexos industriais e a formação de condomínios de produção é uma tendência que tem ganhado força mundialmente.

No Brasil, a partir do final dos anos 80 e início dos anos 90, inicia-se um intenso processo de ajuste no setor, com introdução de novas formas de organização do trabalho, novas técnicas de produção e novo padrão de relacionamento com as montadoras. Observa-se também, que a reconversão industrial em curso nas empresas fabricantes de componentes vem ocorrendo em meio a uma veloz abertura do mercado interno às concorrentes estrangeiras. Conseqüentemente, as indústrias nacionais buscam, em função de uma maior entrada de peças importadas, e das pressões exercidas pelas montadoras, que seguem forçando continuamente a demanda por produtos de maior qualidade e custos menores, reorganizar suas plantas produtivas para conseguirem permanecer no mercado. As “inovações” adotadas pelas firmas brasileiras têm-se restringido quase que exclusivamente — conforme já analisado na seção 19 do capítulo IV — às mudanças organizacionais de baixo custo de implantação (*just-in-time/kanban*, arranjos celulares, trabalho polivalente, CCQ, etc.), e à introdução seletiva de tecnologia microeletrônica, com predomínio para as MFCN. O resultado tem sido, via de regra, extinção de milhares de postos de trabalho, ampliação dos processos de terceirização e precarização das relações trabalhistas. O nível de emprego que era de 309.700 trabalhadores nas indústrias de autopeças em 1989, passou para 192.700 em 1996, e para 180 mil em 1998. Estima-se que, em 1999, a força de trabalho empregada

no setor será reduzida para 150 mil trabalhadores. Em contrapartida, a produtividade (faturamento por trabalhador ao ano) elevou-se em 66%, passando de 38,5 mil para 63,9 mil dólares anuais. Isto demonstra, que os ganhos de produtividade e as vantagens competitivas auferidas pela indústria brasileira encontram-se assentadas, basicamente, nos baixos salários pagos à força de trabalho, e na facilidade com a qual as empresas podem manejar o número de seus efetivos de acordo com o comportamento da demanda.⁴

A tendência atual aponta para um cenário onde as indústrias de autopeças, se quiserem sobreviver à nova (des) ordem mundial, deverão aprofundar seus processos de ajustes. Dentro da lógica economicista predominante, isso significa comprimir ainda mais os custos (leia-se, principalmente, mais cortes de postos de trabalho). Esse quadro aponta também, para a necessidade de as empresas desenvolverem uma rede de subfornecedores capaz de não só incrementar sua capacitação tecnológica, como também propiciar economias de escala, fornecimento de suprimentos, apoio logístico e, acima de tudo, otimizar os projetos de desenvolvimento de novos produtos e componentes.⁵ Há uma forte orientação dos fabricantes de autopeças no sentido de reestruturarem suas plantas produtivas, objetivando com isso aumentar sua integração e flexibilidade diante de um mercado cada vez mais exigente e volátil. Essa estratégia também encontra-se associada — para além dos significados políticos abordados anteriormente —, à busca de mercados internacionais e à diminuição da situação de dependência em relação às montadoras locais. É no interior desse contexto histórico que emerge a Empresa focalizada nesta pesquisa.

21. _____

A Firma: tradição, família e prosperidade

Neste último capítulo, tento me aproximar das práticas concretas do operariado no interior do chão-de-fábrica. Para esse fim, busquei mobilizar tanto o discurso operário, que expressa suas representações e imagens do sistema fabril, quanto as falas veiculadas pelos diversos agentes da

⁴ - Segundo dados do relatório Sindipeças/Booz-Allen, o custo do trabalhador no Brasil, em 1993, era de US\$ 2,70 por hora no setor de autopeças. Incluindo-se os benefícios e os encargos sociais, conforme esta mesma pesquisa, o custo da mão-de-obra chegaria a US\$ 6,00 por hora. Esses custos, de acordo com a própria pesquisa Sindipeças/Booz-Allen, é muito inferior ao verificado no setor de componentes dos países capitalistas centrais. No mesmo ano de 1993, os custos com a força de trabalho giravam em torno de: US\$ 16,00 nos EUA, US\$ 17,00 na França e Japão, US\$ 20,00 na Itália, e US\$ 26,00 na Alemanha.

⁵ - O segmento tem sido marcado por um grande número de aquisições e "joint-ventures", assim como de entrada de novos fabricantes, principalmente os chamados de primeira linha. As recentes mudanças na economia resultaram em uma redução da participação de empresas controladas por capital nacional. Em 1996, 75,1% das firmas do setor eram nacionais, 4,1% de controle apenas majoritário, enquanto em 1993 esta distribuição era de 86%, com 12% de capital majoritário.

empresa por intermédio dos seus meios de comunicação. A abordagem do cotidiano de trabalho — conforme já ressaltado na introdução —, requer uma não restrição da análise aos discursos da razão instrumental, nem à mistificação da fala operária, tampouco à legitimação dos enunciados proferidos pela cultura organizacional.⁶ Tal enfoque deve-se ater, sempre que possível, aos confrontos, condicionamentos recíprocos e interpenetrações que se estabelecem entre as várias “racionalidades” presentes no interior da produção. Equivale dizer, que o chão-de-fábrica aparece recortado por “subjetividades classistas” antagonizadas em torno da posse permanente da objetividade “instituidora do real”.

A reconstrução da “biografia organizacional”, a partir de documentos, relatos dos trabalhadores, das testemunhas que presenciaram manifestações na porta-de-fábrica, depoimentos dos “donos” veiculados pela imprensa, pode propiciar momentos reveladores dos conflitos de classe subjacentes (e ainda não apagados) à “história oficial”. Através deste procedimento podem ser identificados, também, os “temas quentes” que servem de “trincheiras” para esses embates. É a partir desta perspectiva que procurarei reconstruir a história da Empresa.

“A história da Freios Varga — fundada Máquinas Varga — se confunde com a própria história da Família Varga. Ela tem início na manhã do dia 16 de abril de 1930, no Porto de Santos, quando um jovem húngaro de 25 anos apresentou seu passaporte às autoridades portuárias. Era Luiz Varga, que chegava ao Brasil, trazendo na bagagem a qualidade de empreendedor nato e uma filosofia empresarial baseada em certas normas de conduta que sempre deram certo. Assim começou mais uma história empresarial brasileira, e de uma família que trouxe para Limeira tudo isso e muito mais. Trouxe progresso, desenvolvimento e riqueza para uma terra que se mostrava cada vez mais promissora. A Varga começou sua história em Limeira no ano de 1945, quando a família Varga mudou-se para cá. A fábrica, cuja fundação data de então, tinha uma série de máquinas simples que os Varga estavam em condições de produzir. Eram fabricadas travadeiras para serras de fita, jogos de eixo e rolamento para montagem de serras circulares nas construções, as furadeiras, as tupias, as espigadeiras, desempenadeiras, as serras de fita, entre outros produtos mais. A empresa foi aos poucos crescendo, e já, na década de 50, ocupava uma área de 2 mil metros quadrados onde é hoje o centro da cidade. Tinha no seu corpo funcional 40 funcionários, entre ajustadores, plainadores, torneiros, soldadores, além de fundidores para a pequena fundição de bronze, alumínio e ferro. No escritório haviam 3 funcionários e o Departamento de Transporte possuía uma única caminhonete. No dia 8 de fevereiro de 1953 Luis Varga falece, com apenas 47 anos de idade, acometido de problemas graves de saúde que o afastaram da empresa. Nesse momento de tristeza para a família Varga, um empreendedor começa a despontar: tratava-se de Júlio Varga, que é fundador da Freios Varga. Tendo como herança o mesmo talento do pai, Júlio assume a direção dos

⁶ - De acordo com Angela Tude de Sousa, “se é preciso, evitar por um lado, a definição prévia e dogmática de entidades que nos informariam sobre o significado dos eventos e processos concretos; está claro também, por outro lado, que os estudos de caso devem ceder lugar às análises de situações concretas, como método de reconstrução sintética do real capaz de conceber e analisar os processos pelos quais as totalidades são vivas e se definem por si mesmas no quadro de pesquisas, e da própria história social”.

negócios e Milton, seu irmão e filho mais novo de Luiz, continuara os estudos com intenção de cursar uma faculdade. Só que, convidado a trabalhar na empresa, aceitou o desafio. E essa união familiar deu mais certo ainda. Júlio e Emanuel Milton Varga foram os responsáveis pelo grande avanço da empresa. Celso Varga, neto de Luiz Varga, e atual presidente da empresa, também faz parte da herança empreendedora do avô. Ele também é responsável pelo sucesso, que se cristalizou em determinadas diretrizes, que constituem a cultura empresarial da Freios Varga hoje.

E foi assim, animado pelas perspectivas da indústria automobilística que Júlio Varga decidiu que iria fabricar Freios. Isso tendo como suporte a agilidade do irmão Milton na contabilidade da empresa, que aprendeu tudo sozinho, segundo ele próprio. Antes de iniciar, em conversa com um mecânico de automóveis, vizinho seu, descobriu as peças que eram trocadas com maior frequência, quando lhe foi mostrado um cilindro de freio. O mecânico ainda deu um empurrão final, alertando que não havia nenhum fabricante original do produto. Pesquisa aqui, pesquisa ali, e às duras penas para conquistar o know-how necessário para sua fabricação, tudo isso sendo conquistado numa longa operação. E durante os primeiros anos os dois irmãos se contentaram com o mercado de reposição, sobretudo concentrando as vendas nas lojas especializadas do centro de São Paulo. A idéia de participar do mercado das montadoras, entretanto, mantinha acesa a esperança dos Varga, em especial pela instalação das primeiras montadoras no país. A Volkswagen foi a primeira cliente, nessa linha, dos freios Varga. Foi a partir de 1959, quando a montadora fez a primeira inspeção nos produtos da empresa limeirense. Já na década de 60, revelando-se um período progressista para a empresa, possibilita o investimento em equipamentos e a transferência da fábrica para um terreno de 50 mil metros quadrados, onde hoje está localizada a indústria. Hoje a Freios Varga possui uma fábrica em Engenheiro Coelho, uma em Santa Bárbara D'Oeste, uma na Argentina e escritórios nos Estados Unidos, num total de mais de 3.079 funcionários. O desenvolvimento que chegou o Grupo Varga, foi devido à alta competitividade do mercado mundial e à necessidade de concorrer, de igual para igual, com as maiores e melhores do mundo. A Freios Varga faz parte deste seleto grupo, que hoje tem conquistado os mais importantes prêmios do mundo, garantindo assim sua entrada no mercado mundial. Com toda certeza".

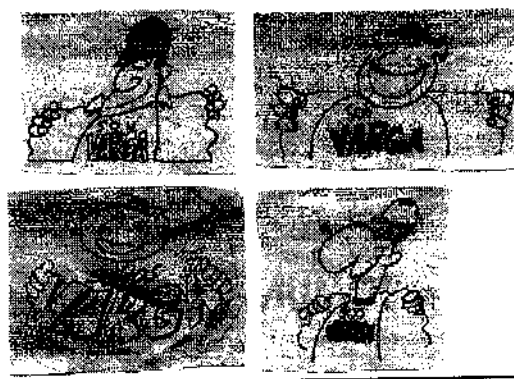
(ACB - *Jornal de Limeira*, 24/03/1995, pp. 12-13)

Esta pequena narrativa, publicada por ocasião das comemorações do cinquentenário da Empresa, revela alguns aspectos importantes da sua história. Constituída a partir de um "pequeno negócio familiar", o desenvolvimento da Firma é identificado com a própria "saga" dos Varga. Sobressai no enredo a figura do "homem empreendedor", decidido a disseminar o "progresso" e a "riqueza" em outras paragens do estado de São Paulo. O estilo imprimido pelo jornalista à reportagem percorre características idênticas aos "contos heróicos", onde o protagonista viaja, interioriza-se, enfrenta grandes desafios com poucos recursos (máquinas simples, 43 funcionários, uma caminhonete...), mas, ao final, devido à sua fibra, "normas de conduta", sempre vence. A morte precoce do fundador da Empresa (acontecimento trágico), apesar da tristeza causada, unifica ainda mais a Família em torno do projeto, reforçando o "mito do herói". Os filhos-homens, ao receberem a herança do pai — herança que não se encerra no capital, mas, principalmente, no

caráter empreendedor herdado —, decidem continuar o negócio e fazer avançar a Empresa em direção dos novos mercados e novos produtos.

No segundo ato, “os heróis combatem solitários” na missão de levar adiante a Firma. Ágeis e autodidatas, contando com as próprias forças e com a ajuda de um mecânico (anônimo) — “conselheiro” que indica o caminho das pedras —, os dois irmãos resolvem investir na fabricação de freios automotivos. É importante observar a ausência de outros personagens no transcorrer da narrativa. As mulheres da família, os trabalhadores, o Estado..., não aparecem nem como coadjuvantes. Suas participações são omitidas para que os protagonistas principais possam aparecer como “portadores do próprio destino”. Assim, a história se desenrola numa sequência progressiva, sem sobressaltos.

Todos esses procedimentos literários, certamente manejados inadvertidamente pelo jornalista-narrador, servem para reforçar determinadas facetas, com o objetivo de cristalizar a “identidade” da Empresa no centro da comunidade em que ela se insere. O “mito da Família”, ao ser deslocado para a “marca” da Firma, constituirá o eixo central a partir do qual todas as demais relações serão englobadas. O mito da Empresa como uma “Grande Família” busca legitimar uma série de procedimentos utilizados, no sentido de integrar os trabalhadores à organização. A Família, enquanto entidade biossocial inquestionável, em cujo seio pode-se encontrar a presença de Deus, inclui também o sentimento de pátria, as noções de autoridade, representações estas que pretendem unificar todos os sujeitos sociais ao redor da sua imagem universalizada. Por outro lado, objetiva reproduzir um “consenso acrítico”, uma vez que o significado deste termo remete para uma “consciência corporativa”. Assim, todas as diferenças são apagadas para que se fortaleça o “*spirit maison*”. Portanto, é em torno deste conceito que valores e comportamentos vão sendo transmitidos e incorporados pelos membros da Empresa, servindo, ao mesmo tempo, como critério determinante dos processos de inclusão e exclusão dos trabalhadores, de conformação do “Operário Varga”.



(Freios Varga - Boletim VARGA - , nº 47, fev. 94)

A Empresa, a todo momento, reaviva esta imagem que lhe é cara, utilizando para isso os mais diversos instrumentos de inculcação. O “Boletim da Família”,⁷ as visitas de parentes dos trabalhadores a fábrica, as notas de nascimentos, aniversários e falecimentos, a presença de familiares dos diretores em ocasiões especiais, o “churrasquinho” de final de ano, os concursos envolvendo filhos e esposas de funcionários, a mobilização do estoque de mão-de-obra familiar nas épocas de contratações, entre outros, são alguns dos “ritos” realizados pela Firma para presentificar o ícone da “Grande Família” na memória de todos, estreitando, cada vez mais, os laços que unem seus membros em função de um único objetivo — a prosperidade da Empresa.

VISITANDO A VARGA: durante todo ano realizamos visitas de familiares à Empresa aos domingos. A visita é uma oportunidade de aproximação entre a família e a empresa. Na oportunidade é realizada uma palestra sobre os benefícios oferecidos pela Varga, uma visita geral à empresa e uma visita específica ao local de trabalho onde o funcionário trabalha, o que possibilita às crianças conhecerem de perto o que os pais e mães fazem aqui na Varga. No final é servido um almoço a todos. Se você não pode vir quando foi convidado, não se preocupe, estamos preparando novas visitas. Aguardem!

(Freios Varga - **Boletim da Família** - n° 2, fev. 90)

VARGA SEMPRE ABERTA AO DIÁLOGO: não há nada mais desagradável do que um ambiente de trabalho ou familiar sem diálogo. Uma das principais características da Varga sempre foi o diálogo. Aqui, todos nossos funcionários podem colocar suas idéias, sugestões e reivindicações através dos gerentes ou dos cafés com a Diretoria/Gerência, em qualquer época do ano. Em épocas de negociação salarial, a presença do sindicato na porta de fábrica é constante, muitas vezes promovendo piquetes, agressões verbais, etc. A Varga tem procurado garantir aos funcionários o direito de entrar na fábrica em segurança. Afinal, as pessoas são nosso maior patrimônio.

(Freios Varga - **Boletim da Família** - n° 14, abr. 91)

Olá criançada!

Este mês a Varga está mandando um divertido jogo “Defendendo o Meio Ambiente” para você. Tente formar pares com cartas de cenas certas e erradas. Destruir a natureza não está com nada. Por isso quem ficar com a carta do Destruidor do meio ambiente perde o jogo. Chame os seus colegas e boa sorte!

(Freios Varga - **O FREIO** - n° 225, out. 90)

TRABALHO DE QUALIDADE: seu esposo pode não saber cozinhar, lavar, etc..., atividades que você faz todo dia. Mas produzir qualidade é com ele mesmo. Tanto é, que recebemos o prêmio máximo de qualidade da Ford Americana. A Varga é a primeira empresa brasileira e a única fabricante de freios do mundo que recebe este prêmio. Sem dúvida, uma conquista e tanto que merece nossos aplausos.

VOCÊ JÁ DEU PARABÉNS AO SEU MARIDO?

(Freios Varga - **Boletim da Família** - n° 20, ago. 91)

⁷ - Este boletim é direcionado à esposa e aos filhos dos trabalhadores da Empresa. Traz dicas sobre saúde, economia doméstica, receitas, convênios que a empresa mantém para os funcionários, cuidados com os filhos e, é claro, fala dos benefícios que a empresa fornece ao trabalhador.

**10 milhões de freios exportados
VOCÊ ESTÁ PRESENTE NOS ÚLTIMOS LANÇAMENTOS**



20 ANOS JUNTOS: 20 anos! O que te faz lembrar todo este tempo? Para muita gente aqui na Varga, representa uma vida de muita dedicação e trabalho. São nossos colegas que neste ano completaram 20 anos de Varga e receberam seus relógios. Você ficaria tanto tempo assim numa mesma empresa? Somente convivendo num ambiente de trabalho agradável e próprio para o desenvolvimento é que isso é possível. Nossos amigos, com certeza encontraram esse clima aqui na Varga.

(Freios Varga - **Boletim da Família** - n° 22, dez. 91)

**A EMPRESA SE TORNA A VIDA DAS PESSOAS QUE DÃO VIDA À
EMPRESA**

É interessante observar nos trechos acima transcritos que a família do trabalhador é mobilizada para atuar como elemento de reforço da lógica empresarial. Ao invadir os espaços privados da vida operária, a Firma, usando de práticas tipicamente fordistas, convida a esposa e os filhos dos seus empregados a colaborarem na conformação do trabalhador coletivo. Muito sutilmente, passa-se a idéia de que o local de trabalho “é um ambiente agradável”, onde quem não dá ouvidos às “agressões verbais e aos piquetes” do sindicato pode trabalhar a “vida toda”, ali, num “clima de tranqüilidade” e harmonia. Enquanto o trabalhador labuta pela qualidade, a mulher é fixada ao lar — lugar privilegiado onde se aprende a viver sem desperdiços. Dirigindo-se à esposa do funcionário, a Firma referencia seu papel central na economia doméstica, ao mesmo tempo que a compromete com o bom desempenho do marido na produção.

PRÊMIO FREQUÊNCIA - QUEM NÃO FALTA LEVA: com certeza algum dia você já perdeu hora de manhã, ou teve que parar seu serviço para atender a uma visita. Conseqüentemente, todo seu trabalho acabou ficando atrasado e desorganizado. Aqui na Varga, o funcionário que não perde nenhuma hora de trabalho durante o mês, recebe o prêmio frequência. O prêmio frequência também é uma alternativa de economia, pois com ele dá para o funcionário pagar a Cesta Básica, o transporte, o Grêmio e ainda sobra. Você pode ajudar o funcionário a receber o prêmio frequência. Como?! Ajudando-o a cumprir os horários de trabalho, não atrasando e nem saindo mais cedo, a não ser em caso de extrema necessidade.

(Freios Varga - **Boletim da Família** - n° 7, set. 90)

1001 DICAS:

- Você tem pães amanhecidos em casa? Corte-os em cubinhos, torra no forno com manteiga e orégano e use para acompanhar sopas. Fica uma delícia!
- Suas panelas de alumínio vão ficar mais brilhante se, na hora de lavá-las, você acrescentar um pouco de açúcar cristal e esponja de aço.
- As vassouras de pêlos duram mais se você, após a faxina, lavar com água e sabão, e deixar secar no sol.
- Quando usar apenas algumas gotas de limão, não o corte. Basta fazer um furo com um palito e espremê-lo. Depois feche-o com o próprio palito.
- Para evitar que sua lingerie preta fique desbotada, após algumas lavadas ponha um pouco de anil na água de enxaguar.

(Freios Varga - **Boletim da Família** - vários números)

Embora a cultura organizacional tente enquadrar todos indivíduos à sua lógica, a fim de forjar uma identidade a partir da imagem da “Grande Família”, o sentido peculiar deste termo, por vir carregado de sentimentos, campos semânticos diferenciados, impede que o processo de englobamento se realize de maneira implacável. As classes subalternas, geralmente, lidam com a noção de família a partir de uma ética própria, bem diferente daquela emoldurada pela ética burguesa. A família constitui para os operários uma esfera de significação social, onde a proteção, o reconhecimento e o aconchego da casa adquire uma conotação moral que coloca limites à exploração social vivida no trabalho e na rua (ver seção 13 do capítulo III). Essa visão de mundo, elaborada pelas classes trabalhadoras, acaba, volta e meia, entrando em choque com a disposição hierárquica, as relações impessoais, os espaços vigiados, os tempos impostos, a exploração dos corpos, as diferenciações de gênero e raciais presentes no espaço fabril. Isso tudo é sentido não só pelo sindicato, mas, principalmente, pelos trabalhadores e trabalhadoras que vivenciam essas questões no dia-a-dia da Empresa.

CONHEÇA A FAMÍLIA VARGA: trabalhadores não podem se relacionar com companheiros da seção; peça que quebra resulta em demissão; pressão para aumentar ainda mais a produção. E tem mais: um supervisor chamado C. obriga os funcionários a trabalhar aos sábados, sem carimbar cartão. O que você acha desta família?

(Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira e Região - **Boletim METALUTA** - nº 110, mar. 91)

— *Além disso, tem o Jornal da Família, outro jornalzinho da família, esse jornal vai pelo correio. Isto é, é entregue nas casas no nome da esposa. Eu, no meu ponto de vista, eu acredito, que seja mais uma forma ideológica de catequizar a esposa, pra mostrar, dá uma visão pra esposa do trabalhador a qual, a Empresa, ela justamente, é um paraíso para ele. No meu ponto de vista é isso: mostrar para a esposa e pros filhos que aonde se trabalha é um paraíso. Todas essas coisas é pra desorganizar os trabalhadores...*

(José Ribeiro - montador)

— *Eu acho uma discriminação. Na Varga num tem nenhuma secretária negra, nenhuma recepcionista. Eu sinto sim, eu sinto. Porque olha, eu estudei ali dentro, sabe! Imagina!*

Me chamaram lá, fiz ficha, tudo, ah! vão chamá você pra teste, esse teste, até hoje... cê entende? Às vezes, eles pegam pessoas, pegaram meninas da mesma área que eu trabalhava, que não tinha o mesmo nível de escolaridade que eu e outras meninas da minha cor tinha, pra ocupá essa função e, pra gente nem... Como eu falei lá pra psicóloga: "Nem como recepcionista de banheiro me dero chance aqui dentro". Eu sou formada em contabilidade e tenho estudo, mas nada de promoção.

(Luzia - montadora)

O mito da Família não é o único artifício utilizado pela Empresa para "catequizar" seus funcionários e incutir seus valores. Desenvolvimento, competitividade, desempenho, qualidade total, avanço tecnológico, satisfação do cliente, são alguns dos outros "mandamentos" divulgados pela Firma como principais razões do seu sucesso.

"Porém, o passo decisivo na história do desenvolvimento da empresa foi a sua associação, em 1969, com a Lucas Automotive, de origem inglesa, uma das líderes mundiais na fabricação de sistemas de freios e de componentes elétricos, aeroespaciais e automotivos. 'A base tecnológica dos nossos produtos é adquirida por meio da Lucas', afirma o diretor das Unidades de Veículos Leves. 'Essa licença significou a nossa internacionalização', continua, referindo-se à conquista do mercado americano, em 1980, com a exportação para a Ford do freio a tambor, totalmente desenvolvido pela Freios Varga. Atualmente, 40% de toda produção da empresa, que exporta para 40 países, destina-se aos Estados Unidos, equipando veículos da Ford — como o Thunderbird, o Lincoln Continental e o Taurus (um dos mais vendidos) — e da Chrysler — como o Le Baron, Plymouth e Spirit. As peças originais que fabrica vão não apenas para os EUA, mas também para Colômbia, Venezuela, Argentina e México. Para os demais clientes, tanto nas 'Américas' como na África, Ásia e Europa, são fornecidas peças de reposição. No Brasil, onde a Freios Varga é líder absoluta do setor, constam da sua lista de clientes montadoras como GM, Fiat, Ford, Agrale, Caterpillar, Maxion, Mercedes Benz, Scânia, Toyota, VW e Volvo, entre outras. 'Desde o início, tem prevalecido na empresa o espírito de perfeccionismo de Júlio Varga, que iniciou a produção de sistemas de Freios', avalia Zion. 'Por outro lado, procuramos nos adiantar às necessidades dos clientes, de maneira a ter disponível, no momento certo, exatamente o que eles procuram'. Uma das ferramentas utilizadas pela Freios Varga para chegar a isso é a parceria com seus fornecedores. Através da engenharia integrada ou simultânea, por exemplo, o fornecedor participa das várias etapas que envolvem o desenvolvimento de um produto /.../. Quase todos os produtos da Freios Varga — freios a disco, freios a tambor, servo-freios, o ABS (Antilock Brake System), compressores de ar, válvula a ar, câmaras pneumáticas, freios mola e fluidos de freio — são fabricados na matriz limeirense /.../. A exceção fica por conta dos 2,5 milhões de discos de freios anualmente produzidos em uma unidade no município de Engenheiro Coelho (SP), considerada até nos EUA como a melhor fábrica do produto no mundo, devido ao seu sistema de definição de moldagem de peças totalmente automatizadas. 'A troca de moldes é feita por um robô e a usinagem por máquinas de controle numérico, explica Zion. Perto de Limeira, a Freios Varga possui ainda um campo de provas com 4 km de circuito oval, numa área de 428 mil metros quadrados, uma das únicas pertencentes a uma indústria de autopeças da América Latina. Além disso, mantém escritórios de vendas e postos de serviços em todo estado de São Paulo. Mas seus domínios não se limitam às fronteiras do País. No

estado de Michigan (EUA), a empresa comanda três das unidades da Varga North American, dedicadas exclusivamente aos fabricantes de veículos, e na Virgínia (EUA), a Varga Brakes, voltada para o mercado de reposição. Há ainda a Frenos Varga na Argentina (Indufren), da qual possui 51% do capital. 'A Freios Varga é hoje uma empresa internacionalmente competitiva e por isso estamos otimistas com relação ao desempenho neste novo ano. Em janeiro, por exemplo, registramos um total de vendas 40% maior que o do mesmo mês em 93', finaliza".

(LAO/Revista, 1993: pp. 6-7)

Mais uma vez fica evidenciado que a visão dominante, veiculada a partir da Empresa e de seus parceiros, busca retirar da história o seu "polo conflitivo" (os trabalhadores). A organização é apreendida, dessa forma, como uma entidade que consegue unir todos os interesses, integrar diferentes *status* e papéis em torno de um sistema coeso que institucionaliza e "naturaliza" as diferenças existentes. No máximo, as contradições e as tensões são percebidas e interpretadas pelo "corpo da Empresa" como simples acontecimentos disfuncionais, resultantes de uma certa desadaptação das partes ao todo. Basta reforçar a idéia de que o "sucesso da Empresa é o sucesso de todos", para que tudo se normalize novamente. Nesse contexto, o trabalhador já não aparece como o "outro", possuidor de um trabalho/ofício que o distingue dos demais membros da Firma. Incorporado à organização, o operário passa a ser visto apenas como veiculador de uma atividade indiferenciada que só adquire sentido ao ser subsumida pelo trabalho coletivo.⁸

"No nosso desenvolvimento empresarial, não restam muitas opções, a não ser buscar a perfeição. A cultura de nossa empresa se constitui de uma série de premissas alinhavadas com o seu ambiente, repetidas à exaustão que são usadas por todos para a sobrevivência do empreendimento. O importante na cultura de uma empresa é que ela não pode ser mudada de uma hora para outra, nem nunca perder seu efeito estabilizador sobre o conjunto da fábrica. A forma correta de instituir uma cultura empresarial é insistir na popularização das suas premissas, que, no geral, são pouco diversas das premissas individuais de cada ser humano (grifo meu)".

(Celso Varga - Sala do Empresário - nº 13, dez. 96 a fev. 97: p. 38)

Observe que a fala do Diretor/Presidente enquadra todos agentes sociais à "cultura da Empresa". Ou seja, ao afirmar que as premissas empresariais não divergem muito das vontades individuais de cada ser humano, realiza uma operação que lhe permite colocar a Firma como elemento totalizador das expectativas presentes no seu ambiente. Esse procedimento, entre outros

⁸ - Sobre este aspecto ver Chauí (1982). A impressão deixada pelos dois textos que tratam da evolução da Empresa é a de uma "concepção demiúrgica", na qual os empresários aparecem como "senhores da própria história" (visão shumpeteriana dos empreendedores). A utilização desse procedimento — de acordo com as observações de CHAUI (1978: 29-30) — faz com que "a luta de classes não chegue a assumir nunca a dimensão que lhe é própria, isto é, a da efetivação das relações históricas. Com isto, tende a permanecer na sombra algo que é constitutivo nessa luta: a representação recíproca e contraditória que as classes sociais constroem de si mesmas e das outras durante o processo histórico. Em suma, permanece na sombra a região da ideologia".

— dentro de uma perspectiva althusseriana —, evidencia uma série de mecanismos ideológicos, os quais têm por efeito o *“reconhecimento da divisão do trabalho e do caráter natural do lugar determinado para cada ator social na produção”*. Remete, ainda, para outras práticas materiais necessárias à reprodução das relações de produção e que visam, antes de tudo, a sujeitar os sujeitos ao *“ethos da organização”*. Fica claro, desse modo, *“que a reprodução da força de trabalho exige, não somente uma reprodução de sua qualificação mas, ao mesmo tempo, uma reprodução de sua submissão às regras da ordem estabelecida, isto é, de sua submissão à ideologia dominante, para os operários, e uma reprodução da capacidade de bem manejar a ideologia dominante. Ou seja, o processo de reprodução da força de trabalho não é exclusivamente econômico, mas social, combinando efeitos de reprodução material, de reprodução da submissão e de reconhecimento da ordem”* (ALBUQUERQUE, in. ALTHUSSER, 1985: 8 e 13).

O NOSSO DESAFIO: o nosso desafio é crescer e entender como o mundo está se reorganizando. Precisamos pensar em competitividade, olhar para nossa empresa e adaptá-la à nova realidade. O relacionamento interno está mudando e a Varga está fazendo sua parte. A nova comunicação, os cafés com a direção, os boletins, os quadros de avisos são o início dessa longa caminhada. Com cautela e prudência, vamos passo a passo em direção a um único objetivo: fazer parte de uma empresa que está cada vez mais moderna.

VENCE O MELHOR, MAIS EFICIENTE E COM MAIS QUALIDADE: É isso mesmo! Quem se esforça tem mais chance de prosperar e de progredir. Estudar é o caminho. Na Varga, o caminho também é esse. Ela deve pensar em melhorar cada vez mais a qualidade de seus produtos, reduzir seus custos e competir no mercado. **HOJE A EMPRESA SOMOS TODOS NÓS!** Portanto, temos que pensar juntos e trabalhar em equipe.

VOCÊ FAZ A QUALIDADE: A Qualidade Total é sem dúvida, o carimbo de aprovação dos nossos clientes. Mas qual a razão ou o segredo desta qualidade? Tecnologia, novos equipamentos, automação, etc. Tudo isto, é claro, contribui muito para termos qualidade. Porém existe um fator ainda mais importante, que sem ele nem existiria a empresa: **VOCÊ**. É através de você, de seu potencial, da sua criatividade e compromisso, que hoje podemos ter a Qualidade como um dos nossos pontos mais fortes no mercado.

O QUE O CLIENTE PODE ESPERAR DA CÉLULA?

OPINIÃO DOS TRABALHADORES:

“Eu garanto a qualidade dos meus serviços”.

“Pode esperar tudo. Qualidade entregue no tempo certo”.

“Pode esperar qualidade do produto porque atingimos o objetivo”.

“Fazer certo, atingir o objetivo e ter qualidade”.

“Muito empenho e esforço para a qualidade”.

“Segurança é o que eu fabrico. Pode esperar qualidade”.

(Freios Varga - O FREIO - nº 252, jan. 93)

De acordo com PAGÈS (1987: 36), a empresa hipermoderna, ao contrário da empresa capitalista tradicional que se isola e simplesmente “*se apoia nos aparelhos ideológicos da sociedade global*”, investe, ela própria, na produção ideológica, tornando-se um *dos altares* da sua propagação. Sua organização transforma-se num local autônomo de produção simbólica que não só reforça certos valores presentes na sociedade, como também, utiliza-se desses mesmos valores (família, escola, religião, nação, etc.) para reforçar seus dispositivos de poder. Para isso, a Empresa interpela o trabalhador na sua individualidade, isolando-o do coletivo operário, a fim de obter seu consentimento e sua interação para se alcançar certos objetivos (“*A empresa somos todos nós*”). Não basta apenas — conforme já frisou seu Diretor/Presidente — que a Empresa tenha uma “cultura”, é necessário, mais do que tudo, popularizá-la e repeti-la reiteradamente. Os valores da Firma não devem ser apropriados apenas pelos dirigentes, mas por todos trabalhadores que, ao participarem de sua elaboração e pregação, se transformam, eles mesmos, em agentes de sua própria sujeição.

CANTATA DA QUALIDADE

No novo Brasil só terá lugar para as empresas que forem competitivas no mercado, empenhadas em buscar constantemente a Qualidade Total. A Cantata da Qualidade é um exemplo de criatividade do nosso colega M. em busca da qualidade. Aí vai mais uma música para você!

Amigão, pense comigo
Ouça bem, sinta o perigo
Não se feche para o que digo
Veja a razão do dizer

Os países estrangeiros
Já se uniram, vem pro duelo
Não os espere desprevenidos
Vamos unir a Nação

Treine os adultos, treine os meninos
Use a empresa, use os colégios
Nossa estratégia, pro encontro fatal
É ter Qualidade Total

Temos um solo rico em recursos
Somos a oitava potência do mundo
A quinta agrícola, falta afinal
É ter Qualidade Total!

(Freios Varga - O FREIO - n° 219, abr. 91)

Os versos ufanistas escritos pelo funcionário-poeta exprime, de maneira clara e definitiva, o “tripé” sobre o qual se assenta a identidade da Firma. Família-Empresa-Nação integram a

“santíssima trindade” constituidora das relações que permeiam o chão-de-fábrica, e que buscam envolver todos os trabalhadores nos “oito princípios” sacramentados pela organização. São eles:

“Faça certo na primeira vez;
Atue preventivamente;
Não conviva com falhas;
Assegure ter atingido a causa do problema;
Tenha a perfeição como meta;
Incentive o trabalho em grupo;
Comprometa os fornecedores no projeto da empresa;
Oriente-se para o cliente.

As letras iniciais de cada princípio formam a palavra FANÁTICO, e é isso que a Freios Varga gostaria que cada funcionário fosse: um fanático pela qualidade .

(Revista Sala do Empresário: nº 13, dez. 96 a fev. 97)

A Empresa, ao ser identificada com a própria Nação, passa a representar o “interesse coletivo”, onde todos, indistintamente, têm a obrigação de contribuir com sua cota na “batalha contra o inimigo externo”. O “duelo final” pela *“total quality”* e pela competitividade colocam trabalhadores e patrões do mesmo lado, no desafio de livrar a Nação da “crise” e alavancar seu “progresso”.

PROGRESSO: A busca é por vida melhor! Todos devem olhar para o futuro e enxergar um país rico! Um país rico pode oferecer ao seu povo, moradia, saúde, alimentação, educação e lazer. Um país rico é fruto de empresas ricas, sólidas que vençam a concorrência sempre pagando bons salários. Empresas bem administradas dão segurança natural aos bons trabalhadores!! Quem se esforça e mostra que sabe e tem vontade, sempre tem chance! As melhores empresas crescem e os melhores homens também! Estamos falando de vontade e dedicação! Grandes empresários no Brasil começaram cedo, trabalharam duro e só tinham o primário!

(Freios Varga - Caderno 1: Economia de Mercado - p. 22)

COMO VOCÊ ACHA QUE PODEMOS FAZER PARA MUDAR O PAÍS?

“Melhorar a produtividade. Brasileiro trabalho pouco”.

“Votar certo. Trabalhar mais e com segurança”.

“Muita luta e esforço de todos”.

“Honestidade e trabalho”.

(Freios Varga - O FREIO - nº 254, mar. 93)

PLANO BRASIL NOVO (Plano Collor):

“Tô botando fé. Se continuar assim nosso país vai melhorar”.

“O plano foi ótimo. Agora é ter fé e esperança”.

“Foi um plano excelente, pois atingiu a todos. Estou confiante e torcendo para dar certo”.

“O plano do novo governo tem tudo para dar certo. Podemos colaborar pesquisando bem os preços e sabendo onde investir nosso dinheiro”.

O ESFORÇO DE CADA UM E AS SUGESTÕES: sem dúvida estamos vivendo um momento de crise. Mas a palavra crise tem significados muitos positivos como: crescimento, oportunidade ou transição entre a depressão e a prosperidade. Um dos nossos valores aqui na Varga é que a Empresa são as Pessoas e neste momento difícil, vemos este conceito mais uma vez na prática. Se por um lado a empresa faz tudo para evitar demissões e toma todas as medidas necessárias para sua perpetuação, por outro, as pessoas participam, com iniciativa e criatividade, dando suas sugestões. Muitos funcionários procuraram sua gerência colocando à disposição da Varga suas economias, como os nossos colegas D., O. e J., que comentaram: "A Varga sempre nos apoiou, agora é nossa vez". Os grupos de CCQ União do Grupo e Novo Projeto, ambos da Vulcanização da Borracha, também se reuniram e deram suas sugestões como: não servir mais o café da tarde, servir só um tipo de salada no restaurante, etc... É isso aí pessoal! Juntos venceremos o desafio!

(Freios Varga - **O FREIO** - nº 219, abr. 90)

A ameaça da crise é acionada pela Empresa para fazer surgir na consciência de todos *"uma comunidade de interesses supostamente homogênea"*. Nessa medida — de acordo com observações de CHAUI (1978: 129-130) —, *"a imagem da crise pode funcionar como mola propulsora de um discurso e de uma prática contra-revolucionária porque visa a impedir que as classes sejam assumidas como tais"*. A crise adquire, dessa maneira, uma dimensão intrinsecamente positiva, uma vez que, ao diluir todas as diferenças e oposições, torna-se o germe de um "novo ciclo de prosperidade". As classes dominantes, ao chamarem todos à responsabilidade de se evitar os perigos da desestabilização do país, pretendem, com isso, impedir e desqualificar o surgimento de novas demandas e outras alternativas para o enfrentamento da crise, diferentes daquelas apresentadas pelo receituário conservador.



A HORA É DE ENTENDIMENTO: Não há saída neste momento a não ser o entendimento. Com a abertura do Leste Europeu, antigos inimigos sentam juntos e tomam as mesmas decisões como os EUA e a União Soviética. Aqui no Brasil, começamos a ouvir falar novamente de Pacto Social, ou seja, o Governo, Sindicatos e toda sociedade buscando o entendimento para juntos melhorarmos o nosso Brasil. O país e o mundo estão se abrindo para as mudanças e quem insiste no radicalismo, certamente fracassará. O momento não é de remar contra, e sim, a busca do entendimento, para que possamos conseguir estabilizar a economia e melhorar a nossa qualidade de vida.

(Freios Varga - **Boletim VARGA** - nº 8, abr. 90)

A crise duradoura iniciada no país nos anos 80, revela alguns indicadores econômicos que nos permitem avaliar os efeitos diferenciados de sua vigência sobre a Empresa e os trabalhadores. A “década perdida” representou para as indústrias fabricantes de autopeças um período de reestruturação e consolidação de suas posições no mercado. As várias conjunturas, marcadas pelos sucessivos planos econômicos ensaiados durante esse período, serviram de apoio para diversas iniciativas empresariais com o objetivo de reenquadrarem suas plantas produtivas à nova realidade local e mundial. Isso representou, na grande maioria dos casos, uma racionalização profunda da produção e uma queda acentuada dos níveis de emprego. Aliado a isso tudo, soma-se um conjunto de medidas ditas “participativas” através das quais buscava-se forçar um comprometimento ativo dos trabalhadores com as metas decididas pelas gerências.

No início da década de 80, mesmo operando numa conjuntura muito desfavorável, a Freios Varga — segundo análises publicadas no “Balanço Anual da Gazeta Mercantil” (1982) — *“conseguiu sair de uma rentabilidade negativa sobre o patrimônio, de 0,1% em 1980, para um taxa positiva de 17,3% em 1981”*. O segredo da Empresa — segundo esta mesma revista — foi, *“além de um esforço maior no mercado de reposição e nas exportações, uma profunda alteração interna de sua administração em busca de maior produtividade. O processo de reestruturação administrativa da Máquinas Varga teve várias fases. Num primeiro momento buscou-se ajustar o número de funcionários às reais necessidades da empresa. Passou-se, em seguida, por um período de motivação dos funcionários em todos os níveis. O terceiro passo foi a modernização do parque de máquinas”*.

“No caso da Varga, foi o mercado externo que fez com que a crise fosse menor. Hoje, 40% e 45% de nossas vendas são para exportação, o que dá um acerto estabilidade. Hoje a tendência é de concentração naquilo que a empresa faz melhor e só no seu mercado. As empresas que passaram a se concentrar apenas nos seus negócios sobreviveram e essas é que são as modernas. Em contrapartida, surgiram novas empresas para produzir o que as grandes deixaram de fazer. Há 10 anos, a Varga comprava em Limeira só 2% que consumia. O resto era feito dentro da empresa ou comprado em outras cidades. Hoje, esse número chega à casa dos 25%. São nossas fornecedoras; e com mais competência e mais qualidade do que fazíamos”.

(Celso Varga — **Jornal de Limeira** - 25/04/93, p. 3)

O surgimento do “carro mundial” (padronização de componentes) foi a saída para as empresas produtoras de autopeças. Retraídas pela estagnação do mercado interno, as empresas passaram a redirecionar sua produção para o mercado internacional. Esse fator, veio proporcionar um salto nas exportações e aliviar em grande medida a ociosidade operacional das plantas produtivas, dando um novo vigor aos fabricantes de componentes automotivos. Desde 1981,

quando iniciou sua fase de exportação com o fornecimento de freios para a Ford americana, a Freios Varga passou a direcionar o “mix” da produção para o mercado externo e de reposição. A diversificação de produtos e a ampliação da carteira de clientes foram as soluções encontradas pela Firma no intuito de diminuir seu jugo em relação às montadoras nacionais.

Na segunda metade da década de 80, a Empresa sofreu uma profunda reestruturação industrial para adequar seus métodos de produção à nova realidade do mercado. De acordo com seu diretores, tratava-se de avançar em direção da melhoria de qualidade e redução dos custos, ao mesmo tempo que se buscava novos parceiros para agilizar o desenvolvimento tecnológico dos processos de fabricação. Nesse sentido, a compra da Indufren (Indústria de Frenos argentinos), em 1991, veio reforçar a presença da Freios Varga no Mercosul e consolidar sua posição de líder no setor de fabricantes de freios automotivos no Brasil e na América Latina. Toda esta estratégia empresarial se refletiu nos indicadores econômicos da Empresa que, mesmo diante da crise econômica vivida pelo país nos anos 80 e 90, apresentaram cifras altamente positivas, apesar de algumas oscilações (Tabelas 4, 5 e 6).

Tabela 4
Balanço Anual
Freios Varga: 1979-1992

<i>Data do Balanço</i>	<i>Patrimônio Líquido geral</i>	<i>Rentabilidade Patrimonial (%)</i>
12/79	Cr\$ 636, 2 milhões	16,0
12/80	Cr\$ 963,2 milhões	- 0,1
12/81	Cr\$ 2.234,7 milhões	17,3
12/82	Cr\$ 5.203,5 milhões	35,5
12/83	Cr\$ 15.699,6 milhões	38,4
12/84	Cr\$ 70.412,2 milhões	21,6
12/85	Cr\$ 279.312,2 milhões	18,6
12/86	Cr\$ 482.380,0 milhões	10,5
12/87	CZ\$ 3.535.762,0	24,3
12/88	CZ\$ 38.506,5 milhões	27,2
12/89	NCZ\$ 730.848,0	10,5

Fonte: Revista Exame e Gazeta Mercantil

Em 1981, o aumento de capital da Empresa cresceu 60%, seu patrimônio líquido aumentou em 128%, sendo que o faturamento alcançado foi 79,0% maior do que o ano anterior. A rentabilidade nominal da Máquinas Varga atingiu, nessa mesma data, a taxa de 84%, e a

rentabilidade real apresentou índice de 28,5%.⁹ Todos estes resultados, no entanto, não repercutiram em ganhos salariais para os trabalhadores.

O corte de postos de trabalho — conforme veremos a seguir — foi o principal instrumento utilizado pela Empresa para recompor, não apenas numérica mas, também, politicamente sua força de trabalho. Entre 1980-1981, houve uma redução de 16,8% de seu efetivo. Em 1980, a Firma possuía 3.658 empregados, reduzidos para 3.044 em 1981. O enxugamento do quadro de operários tornou-se a consequência mais visível e sentida dos processos de ajustes adotados durante os anos 80 e 90. A tendência de aumento das demissões somente foi rompida, por um curto período, logo após o Plano Cruzado (1986/87), onde a economia brasileira viveu um momento fugaz de aquecimento do consumo. Com o crescimento das vendas de automóveis, as empresas de autopeças puderam rever suas metas de produção e o nível de emprego, que estava em queda, voltou a subir. A partir de 1988, terminaram os tempos de bonança, e os ventos passaram a soprar a favor da elevação do desemprego (ver seção 23). Em compensação, as empresas que conseguiram se estabelecer no mercado externo continuaram apresentando saldos positivos nas suas vendas.

Tabela 5
Faturamento Anual
Freios Varga: 1986-1991

<i>Ano</i>	<i>Faturamento (em US\$ milhões)</i>
1986	80,0
1987	115,7
1988	135,5
1989	181,7

Fonte: Freios Varga S/A.

Extraído da Folha de S. Paulo, 27/11/90, G-1.

No início da década de 90, devido ao impacto do Plano Collor, a produção da Empresa foi reduzida em 60%, mesmo assim, seu lucro líquido foi de US\$ 216 milhões. A empresa investia anualmente na produção 10 milhões de dólares e possuía um patrimônio de US\$ 45,2 milhões. Na Tabela 6 podemos observar que, após a queda do lucro líquido ocorrida em 1991 e 1992, a Freios Varga voltou a apresentar índices positivos nos períodos subsequentes.¹⁰ Durante o primeiro

⁹ - Estes índices são considerados excelentes, uma vez que o padrão da rentabilidade nominal é de 20%, e da rentabilidade real é 10%.

¹⁰ - Em 1991, as indústrias brasileiras de componentes automotivos apresentaram “taxas coreanas” de produtividade. Este fenômeno conjuntural ocorreu mais em função de uma reorganização nas formas de produzir, do que devidos aos investimentos aplicados na modernização do parque industrial. Dentro de uma estratégia empresarial defensiva, buscava-se racionalizar a produção através de medidas que eliminassem “gorduras”, diminuíssem o tempo e os custos do capital imobilizado e enxugassem o número de postos de trabalho.

quinqüênio dos anos 90, houve um crescimento de 75,6% das vendas e um aumento de 128,8% do valor do patrimônio líquido da Freios Varga. Em 1996, a Empresa faturou 277,0 milhões de dólares e obteve um lucro líquido de US\$ 8,7 milhões. Investiu, neste mesmo ano, 29 milhões de dólares na modernização de seu parque industrial. Em 1997, ao mesmo tempo que fechava seu balanço com US\$ 6,8 milhões de lucro no primeiro semestre, valor 70% maior do obtido no mesmo período do ano anterior, a Empresa iniciava o processo de venda do seu patrimônio para o grupo inglês Lucas Varith.¹¹ Segundo declarações do seu Diretor/Presidente, publicada no “Estado de S. Paulo”, 24 de outubro de 1997, *“a Família Varga — fundadora da empresa há 52 anos — sentiu que era o momento de vender o controle para permitir que a companhia prossiga seu desenvolvimento tecnológico, além de ampliar o mercado”*. Fecha-se, assim, o ciclo de desnacionalização — iniciado anteriormente pela Cofap e Metal Leve — dos três maiores fabricantes de componentes automotivos que ainda estavam nas mãos de empresários brasileiros.

Tabela 6
Balanço Anual
Freios Varga: 1990-1994

INDICADORES	12/90	12/91	12/92	12/93	12/94	12/95
Vendas (em US\$ milhões)	160,9	130,4	151,4	183,6	275,1	282,5
Patrimônio líquido (em US\$ milhões)	45,2	57,0	57,1	61,2	94,9	103,6
Lucro líquido (em US\$ milhões)	8,8	-9,6	-3,3	6,1	14,1	2,7
Capital de giro próprio (em US\$ milhões)	2,2	-5,8	-7,0	-4,7	-6,2	-10,7
Rentabilidade do patrimônio (%)	19,5	-16,8	-5,9	10,0	14,8	2,6
Rentabilidade das vendas (%)	5,7	-7,3	-2,2	3,3	5,1	0,9
Liquidez geral	1,07	0,82	0,80	0,88	0,90	0,87

Fonte: Revista Exame e Gazeta Mercantil

22. _____

Barrados na Porta-de-Fábrica: outros protagonistas da história

A história da Empresa, na versão patronal, transcorre de uma forma linear, sem contradições. Procura isolar as lutas políticas, bem como ocultar as práticas de dominação que ocorrem sem disfarces no interior das relações capitalistas de produção. Modernização tecnológica, parceria com outras empresas, espírito empreendedor, satisfação do cliente..., aparecem como termos “neutros” que ofuscam, sem maiores mediações, os antagonismos e as resistências impostas pelo operariado aos processos de usura da sua força de trabalho. Do mesmo

¹¹ - A Freios Varga se associou à Lucas inglesa em 1969. Desta data até 1997, esta holding detinha 34% das ações da Empresa.

modo, as estratégias para se extrair maior produtividade possível dos trabalhadores passam a ser deslocadas para as equipes e os chamados “grupos participativos”, que nada mais são do que novas formas de se objetivar a “velha exploração” do capital sobre o trabalho.

“Para acertar o passo com os concorrentes estrangeiros, já que a meta é ultrapassá-los em excelência, a Varga, que este ano computa as exportações na casa dos US\$ 33 milhões, não mede esforços para ativar os ‘3,5 mil cérebros’ criativos da empresa. Sem que as empresas façam esforços em educação, as pessoas não conseguem se adaptar às mudanças, não trazem idéias novas e a produtividade não melhora. A participação é fundamental. No atual estágio da manufatura, os operários são mais controladores de processos que apêndices da máquina. Nas empresas contemporânea, pequenas e enxutas, os funcionários são mais autônomos e tomam decisões no sentido de melhorar o ambiente de trabalho, qualidade e produtividade”.

(Celso Varga - Folha de S. Paulo - 27/11/90, G-1)

O IMPORTANTE SÃO AS PESSOAS: embora os equipamentos e máquinas sejam cada vez mais sofisticados, automatizando operações com maior precisão e qualidade, quem continua garantindo o sucesso de todo trabalho ainda é o operador. O ser humano é fator fundamental dentro das empresas. É você que pensa, age, soluciona problemas e faz o ambiente de trabalho ser mais ou menos agradável. O relacionamento com seus colegas no grupo de sua célula e com o seu gerente é fundamental para se ter também um trabalho de qualidade. Converse, troque idéias com seus colegas e com o seu gerente. Trabalhando em equipe, bem integrados, tudo fica mais fácil.

(Freios Varga - Boletim VARGA - n° 23, jan. 93)

A conformação de uma subjetividade operária interativa, e seu agenciamento no interior de processos produtivos cada vez mais desprovidos das marcas do trabalho humano concreto, ocorrem no mesmo momento em que a Empresa busca empurrar o sindicato para fora do chão-de-fábrica. As mudanças tecnológicas, econômicas e políticas por que estão passando as plantas produtivas das indústrias brasileiras refletem-se — segundo observações de Ruy de Quadros CARVALHO (1987: 196) — “na extensa e profunda alteração das relações de poder entre as empresas e os trabalhadores e seus órgãos de representação sindical”. O que está em jogo na atual conjuntura de rápidas transformações nas formas de se produzir, é a redefinição do próprio campo de luta entre o capital e o trabalho. Trata-se, de fato, de uma disputa em torno da liderança no chão-de-fábrica, e pela conquista do apoio dos trabalhadores às propostas, a mais das vezes antagônicas, de organização e de comando do trabalhador coletivo.

COMPANHEIROS (as) DA FREIOS VARGA, O QUE SERÁ QUE O PATRÃO QUER? Tivemos conhecimento que nas últimas semanas, o Patrão Varga vem querendo conversar com “todos” (as) “os seus colaboradores”, dentro da empresa, que aliás já vem acontecendo. Será que derrepente, o patrão ficou solidário com a situação

de miséria por que passa os trabalhadores? Será que o Patrão estaria pensando em pagar um salário decente, que possa manter nossas necessidades básicas (alimentação, transporte, educação, saúde, lazer, etc.)? Será que o Patrão irá diminuir o ritmo de trabalho e acabar com a obrigatoriedade das horas-extras? Será que as condições de trabalho irá melhorar a ponto de não cair mais teto de barracões sobre os trabalhadores? Será que o Patrão vai dividir o lucro produzido com os trabalhadores? Será que o Patrão vai readmitir os companheiros que foram demitidos para que as linhas de produção volte a trabalhar com o mesmo número de companheiros e para que não tenhamos que dar a mesma produção que dávamos com muito mais trabalhadores nas linhas? Será que ele vai permitir de volta na fábrica todos os nossos diretores ou será que ele tem medo de conviver com a nossa verdade? Pois bem, aí tem truta! Hoje a Varga, além de chamar os trabalhadores para conversa fiada, ainda coloca televisão, vídeo, música, tudo isto companheiro (as) tem o objetivo de tentar enganar os trabalhadores, para prosseguir explorando com o intuito de conseguir muito mais lucro, lucro este conseguido através do suor dos trabalhadores através do CCQ, Kanban, papo furado, pressão da chefia, demissões, etc. Pois é companheirada, infelizmente nada do que citamos ele vai fazer, o que ele quer é nos enganar com conversa fiada para que todos fiquem calado e esperando cair do céu uma solução para os nossos problemas. Por isso companheiros (as) não vamos entrar nessa, vamos continuar na nossa luta, por que de promessas nós já estamos cheios”.

(Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira e Região - Boletim METALUTA, nº 59)

DIÁLOGO, BASE PARA O ENTENDIMENTO: Falamos tanto em crise, quando na verdade ela sempre existiu, de maneiras e épocas diferentes, porém sempre presentes na vida dos brasileiros. Após um mês do lançamento do II Plano Econômico, a situação do país é crítica. Greves e mais greves acontecendo como é o caso da Autolatina e dos portuários de Santos. Toda essa revolta, oposição e desentendimento, comprometem e atrasam o desenvolvimento da sociedade. Mas já que sempre convivemos com a crise, como chegamos até aqui? Olhando para trás, veremos que a saída realmente eficaz para todas as situações, foi o diálogo e o entendimento. Não deve ser diferente agora. O País passa por uma forte recessão e revoltas agora, só agravarão a situação. É hora de botarmos a cabeça no lugar e definitivamente tomarmos o diálogo como base de nosso relacionamento, como já tem acontecido aqui na Varga.

(Freios Varga - Boletim VARGA - nº 13, mar. 91)

O SINDICATO:

Sindicato dos trabalhadores defende os trabalhadores nos dissídios coletivos e seus interesses e seus negócios. O sindicato na prática tenta atender cada vez mais os seus clientes. É importante também não fazer nada para deixar o cliente na mão! Nesse sentido a tarefa dos sindicatos é muito difícil e importante!

E a greve? A greve é o momento mais difícil do trabalho do sindicato! É preciso pensar muito para não levar todos os “clientes” de uma só vez para o buraco e perder a credibilidade. A relação fornecedor-produto-cliente existe em qualquer negócio, inclusive na política. A palavra é confiança! O que não pode acontecer na relação sindicato x empresa x trabalhadores é a greve política que visa apenas fazer o nome de alguém ou eleger candidatos.

(Freios Varga - Caderno 1: Economia de Mercado - p. 28)

A Empresa, ao pretender estabelecer um sindicalismo “responsável” e de negócios, busca marginalizar e reduzir, o máximo possível, o papel e a influência da representação operária. Paralelamente, procura induzir o movimento sindical a despolitizar sua ação. O que se pretende na verdade é *“integrar as classes trabalhadoras à ordem do capitalismo”*. As classes dominantes — de acordo com Edmundo Fernandes DIAS (1996: 7-54) — perseguem, através de práticas sempre renovadas de coerção e obtenção de consentimentos, *“capturar os saberes e os desejos dos trabalhadores”* em função dos objetivos e das finalidades exclusivas da acumulação/valorização. Mais precisamente, busca constituir *“uma nova classe trabalhadora para o capital”*, onde os conflitos e antagonismos são substituídos pelos acordos de cooperação e parceria entre operários, sindicatos e empresas.

1º DE MAIO: o 1º de maio surgiu da luta dos trabalhadores para conseguir melhores condições de trabalho. Hoje, felizmente, este dia pode ser comemorado com uma homenagem aos trabalhadores que encontram nas empresas melhores condições e oportunidades de participação. Aqui na Varga homenageamos nossas pessoas que garantem a sobrevivência da empresa sempre em parceria com os clientes, fornecedores, acionistas e toda a comunidade. Em uma empresa onde existe oportunidade de participação, as pessoas são ouvidas e valorizadas. /.../ Os anos 90 serão mais do que nunca um época onde deve prevalecer o diálogo e o entendimento com a participação de todos na construção de um país competitivo e de melhores condições de vida.

(Freios Varga - O FREIO - nº 244, maio 92)

O esvaziamento dos conteúdos políticos presentes nas datas que marcam a própria identidade do movimento operário, opera um artifício retórico no qual a luta de classes é negada em nome de um “interesse geral”. Deve-se deixar grifado, entretanto, que algumas correntes sindicais, compactuando com o “princípio do entendimento” imposto pelas empresas e pelo governo, *“têm se limitado a gerir a força de trabalho, de comum acordo com o capital, defendendo o trinômio produtividade, qualidade e competitividade, no sentido de livrar o capital da crise”* (SOARES, 1996: 160 e 164). Essa postura que busca *“negociar para minimizar impactos”*, “concertar” ao invés de confrontar, perpassa várias correntes do movimento sindical brasileiro, e tem-se caracterizado por atuar *“sobre fatos consumados, sobre os projetos empresariais já definidos e em execução, pouco questionando-os”*. A incapacidade dos sindicatos e dos partidos de esquerda elaborarem um projeto autônomo que se antecipe e se contraponha à agenda neoliberal, faz com que a “tese da inevitabilidade” ganhe força, empurrando, dessa maneira, os movimentos sociais em direção das práticas defensivas, conformistas e passivas.

* * *

A oposição sindical surgiu no início dos anos 80 no rastro da “peãozada” do ABC e dos metalúrgicos de Campinas. Nascida da pastoral operária, obteve sua primeira vitória nas eleições sindicais de 1984, mas não levou. O sindicato, nessa ocasião, passou por um processo de intervenção do Ministério do Trabalho. Foi somente em 1986, quando foram chamadas novas eleições, que a oposição, ao sair novamente vitoriosa do pleito, conseguiu assumir a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira e Região. Benedito dos Reis narra como foi seu processo de iniciação sindical:

— Tava trabalhano na metalúrgica Souza /.../, a gente queria mesmo... Uma que a referência aqui na região é metalúrgica mesmo; queria trabalhar como metalúrgico, e outro, já tinha prática, né. E o pessoal que tava mais pronto pra reivindicar melhores condições de vida e salário, então, a gente queria tá no meio, ali. Já conhecia a oposição, conheci através da igreja, né, sempre participava da igreja. Antes eu já participava, só que lá já era uma visão diferente, totalmente conservadora. Aqui que a gente começou a conhecer a pastoral operária, a CEBs, e, aí, começou a despertar a consciência, né. No início, minha consciência foi formada na igreja, mas depois, a gente foi adquirindo mais consciência, né, através do movimento popular, sindical, mas no começo, pra despertar, pra vim pro movimento sindical, foi na igreja /.../.

A relação Varga e Sindicato sempre foi horrível, né. O Sindicato não tinha, e, é claro que hoje ainda não tem, estrutura adequada, mas, naquele tempo, era muito mais difícil, né, qué dizê, não existia. Hoje tem um caminhão de som. Naquela época, tinha uma perua (é essa aí que tem hoje). Era uma..., era um desastre. Mas pra quem não conhecia outra coisa, era um atrativo, né. E sempre que chegava ali pra dá o recado, pra tá informano os trabalhadores, era tratado na base da polícia, da repressão mesmo. Sempre a segurança da Empresa tava presente, reprimino, né, filmam para os trabalhadores não participá. Era tratado assim como algo estranho mesmo, como uma coisa de otro mundo. E aquilo, contribuiu muito para despertar o pessoal pra vê quem é quem, né. As propostas que tinham vindo de uma oposição..., as quarenta hora semanal, brigá por salário, melhores condições de trabalho, pela estabilidade no emprego, isso criô uma atração. Os boletins — eu vô falá pra você — era uma graça. O boletim começava a sê escrito na pontinha do sufite até o final. Não existia espaço nenhum, não existia técnica nenhuma, mas o pessoal pegava e gostava, sabe? E outra coisa, o que dispertô mais a gente também, era aquelas mudanças que a gente via dentro da Empresa, né, e as promessas que eram feitas e nunca eram cumpridas: “Interessa que você vai passar de operador pra preparador seu salário vai sê modificado”. E isso nunca acontecia. A puxada de produção era tremenda, mas, financieramente, não vinha retorno nenhum. E isso acontece até hoje, né. E o pessoal começa a perceber os recados que era dado, né, e, o pessoal começa a perceber por aí. Aí, quando surgiu a oposição sindical, e a repressão foi dura mesmo, e ajudou para alguns companheiros, que não tinha clareza, a percebê quem era quem naquele momento, lá. Mais, foi a dispertação da consciência via pastoral operária. A gente fazia algum estudo sobre exploração, né. Eu me lembro que eu tive uma atuação clandestina. Foi marcante. Foi na época em que a Empresa aplicô o

boicote financeiro. Isso foi em oitenta e seis, foi logo após a tomada de posse, né. Aí, teria desconto do assistencial e, a Empresa... — todas as empresas boicotô — mas, quem puxô o cordão mesmo foi a Varga, né. Ela colocô lá no quadro, dava notícia, que o Sindicato tava cobrando assistencial, não é? E que ela tava devolvendo. Ela achava que não era certo estar descontando dos trabalhadores, e fazia um tipo de recibo e chamava o pessoal na casinha. O pessoal era simpático, porque tinha muitos trabalhadores, na época da oposição, que contribuía do salário dele mesmo. Eles ligava e falava: "Olha, isso aqui é pro boletim, isso aqui é pra vocês colocar gasolina, pra continuar na luta, né". E quando apareceu esse boicote, deu na cara mesmo. Tem mais ainda: chamava o pessoal na chamada casinha, né, casinha do chefe, e lá era reprimido mesmo. Dizia que o Sindicato tá fazendo desconto, que ela achava que não era legal e que era dinheiro do trabalhador e que tinha que ser devolvido. Aí o pessoal, muitos através da repressão, acabava assinando contra a vontade, mas tinha medo de..., né... Olha, até que não era tão organizado, era os simpatizantes que existia, né. Era da direção do Sindicato, e, eu acho que eu fui até muito corajoso, porque eu tava com muito pouco tempo ali na Empresa, né. Pocas pessoas que eu conhecia e a gente começou a conversar, né. Aí, eu conversei com aquele pessoal, era mais ou menos um grupo de oitenta pessoas, não era um grupo organizado, mas era o setor onde a gente trabalhava e colocava. Eu me lembro, tem um companheiro que ajudou muito nesse trabalho e hoje ele também não trabalha mais lá. Ele tá fora. Tá trabalhando por conta aí, autônomo. Olha, eu e esse companheiro e mais um outro que deu uma ajuda, assim, bem mais escondido também. Conseguimos conversar com o pessoal e ver qual... Naquela época era o futebol, né. Chegava falano de futebol e aí entrava na questão principal, que era defender o Sindicato. Naquele tempo existia, e existe ainda aqui, a rivalidade entre os dois clubes da cidade, era permanente.

Nisso o pau quebrava, né, porque a massa mesmo, torcedor do Internacional e do Independente, tá nas fábricas, sem dúvida nenhuma, né. Aí, começava a semana e aí viria a discussão: "Como foi? Como aconteceu"? E aí, a gente começava... Sempre tinha aquele, até hoje nas fábricas, a maioria dos torcedores é Independente, embora está na intermediária, mas, a grande massa de torcedor mesmo aqui em Limerá, é do chamado Galo. Então, a gente tinha aquela discussão: "Ô! Por que seu Galo perdeu? O seu Leão dançô, né"? Aí, na discussão do futebol, que começava a questionar o preço do ingresso, o que você gastava lá dentro e qual o respeito que tinha. E por aí, começava nessa linha: o quanto gastou, o transporte coletivo pra chegar até lá, e por aí se começava a discutir e..., e aí, a gente fazia a ligação entre o lazer, o futebol e a vida ali, trabalhava ali dentro.

Eu tinha mais facilidade, porque a gente trabalhava no almoxarifado e tinha mais facilidade de andar, né. Eu me lembro que, naquela época, os boletins nosso saíam — acho que temos uma camiseta ainda das eleições sindical, que tinha, era símbolo da CUT, bandeirinhas e aqueles hominhos carregando as banderas. Então, se você vê hoje, tem boletim nosso que ainda aparece ainda, tinha uns hominhos com as mãos erguidas, assim, nos boletins. E aquilo era o símbolo de a gente comunicar com o pessoal, né. A gente passava na seção e erguia a mão assim (faz o gesto). O pessoal já falava: "É a CUT" (risos). E aí, um ia transmitindo pro outro quem é da CUT, aí o cara falava: "A CUT tá!". E aí começava a discussão. Fazia aqueles blocos, né. E eu sempre tive facilidade de conversar /.../. Só que a Empresa, ela tem uma outra tática, né. Por exemplo: ela sempre copia de alguém; pega um rapaz lá, que vai promover ele, só que essa promoção depende dele ficar fazendo isso, isso, quer sem querer ou não, por maldade ou não, por interesse de querer se promover ou coisa parecida. Isso acontece. Ou, até mesmo é...,

não por cooptação, por dizer assim: "Olha, você é um exemplo, né, você é um exemplo, você vai crescer, é preciso mostrar pr' outros esse exemplo". E as pessoas acabam se levando. O chamado tapinha nas costas e a melhora de situação, né. Existe a revolta dos trabalhadores, ele percebe que tudo aquilo que a Empresa tá dizendo é balela, embora o resultado em dois ou três meses não aparece, mas sempre tem. Existe no horário de café, horário de almoço, no momento de descanso a discussão sobre..., de modo que... Eu trabalhava num setor da Varga, um dos setores mais criticados pelos companheiros, pelos trabalhadores. Eu dizia o seguinte: "Olha, você vai trabalhar naquele setor lá? Ih! rapaz, você tá enrolado, porque só tem puxa-saco. Ali é um ninho de cobra mesmo. Ali tá todos os home do gerente. Os home do seu J. Varga tali". O gerente vai, brinca com a moçada..., e é difícil mesmo. Aí, eu fui trabalhar nesse setor lá, sem gostar eu fui. Mas, ou ia pra lá ou..., não tinha opção, né. Se você não quisesse ir, tava aí pra ir pra rua mesmo. Aí, eu fiquei trabalhano lá... No primeiro mês que eu trabalhei, eu comecei a trabalhar tentano adaptação com o pessoal, o pessoal, é..., reclamava: "Poxa, o cara é muito sério, né". E na verdade, eu sempre fui um cara brincalhão, fazia amizade muito fácil. E o pessoal começou... Claro, eu fui previnido pra lá. Me dissero que lá o negócio era badernado mesmo. Então, a gente vai procurar com que seja tratado diferente, né. Aí, o pessoal começou a aproximar, conversar. Aí, eu conheci o C., não é, um trabalhador que trabalhava no começo da linha e eu trabalhava mais no fim. Aí, comecei a discutir com o pessoal a questão do aceleração da produção e dizê pra eles qualé os prejuízos que trazia. Olha cara, o negócio mudou. Aí, começou a fazê uma..., começou um monte de companheiro tá procurano a gente. Aí, me lembro que bem no meio da linha, tinha um rapazinho, que trabalhava na fresa, e começou com essa idéia. Eu vi que ele tava meio apaixonadão por uma menina. Aí, comecei a cutucá os assuntos lá, né: "Como é que era isso, ficar sem comê, cê num dorme? Olha cara, é duro viu"! Aí, começou se abrir. Aí, comecei a dizê pra ele: "Casano, como é que é essa coisa? Era bem diferente, né, responsabilidade maior, financeramente, não era fácil, né? E, o que o trabalho tinha pra oferecer pra nós, né. Se você fô casá hoje, você tem condições de comprar todos os seus móveis? Não tenho". Aí, começava a discussão entre o crescimento da produção e o desgaste físico que existia, e, a recompensa que nunca aparecia, certo? Aí, ele começou a espalhar pros outros lá: "É, conhece o José Benedito ali? Já conversou com ele já? Por quê? O cara é anarquista meu"!(risos). Começou a correr um buchicho. E, o C. curioso, começou rir lá no meio e queria conversar comigo também, né. Aí virou um rolo. Aonde eu tava tinha uns três, quatro, né, quereno conversar com a gente, descobrir alguma coisa, o que era isso, porque pensava diferente, né. E os pensamento, a gente tava mostrano que no final era verdade, né, era concreto. Aí, começou a mudar, né. E ali, era o seguinte, era rígido, né. O cara parava pra lavar a mão, quando apitava, cinco minutos antes, tinha que tali otra vez no pé da máquina... E a gente começô a discutir sobre isso. O pessoal começô a parar dez minutos antes, a voltar cinco minutos depois, e começô a questioná também o supervisor, né. Porque só exigia. Exigia e não tinha retorno. Aí, foi quano eu já abri mais, deixano mais clara a maneira de pensar, né, e de questionar. Aí, eu já tava na CIPA, né. Aí, ela começô a me vê... Aí, num podia me demitir porque eu já tinha uma certa estabilidade, né. E aí, a gente trabalhou até bastante tranqüilo. Veio a eleição sindical...

(Benedito dos Reis - operador de máquinas)

A história do movimento operário não pode ser resumida apenas aos aspectos institucionais que delimitam seu campo de ação. Muitos estudos, ao assumirem como objeto a classe trabalhadora, o fazem a partir de uma perspectiva na qual o movimento sindical toma todo espaço dos acontecimentos. Ou seja, o enfoque sobre as práticas do operariado acaba restringindo-se, na maioria das vezes, às ações em que os sindicatos aparecem como representantes únicos das aspirações dos trabalhadores e trabalhadoras. Dessa maneira, os processos difusos, silenciosos e heterogêneos, que atualizam as várias identidades presentes no coletivo operário, são subsumidos à uma lógica prefixada modelarmente. Por fim, acaba-se reduzindo a “ordem instauradora das relações de classe” ao terreno restrito da legislação trabalhista. Se por um lado o movimento sindical encerra, sem dúvida, um palco privilegiado de expressão das lutas do movimento operário, por outro — conforme demonstra Vera M. Cândido PEREIRA (1979: 18) —, quando se limita a análise somente ao âmbito da sua estrutura, acaba-se perdendo outras “*vias de acesso à realidade cotidiana e conflitiva da vida operária*”.

As classes trabalhadoras não se apresentam como “Sujeito” pré-existente às suas lutas. Constituem-se como “subjetividades em movimento”, que se atualizam a partir das condições dadas na esfera da produção, e através das práticas de enfrentamento e de transformação dessas mesmas condições. As formas de organização e de lutas nas quais emergem a própria classe, apontam para processos dispersos e fragmentados que acontecem de maneira descontínua, divergente e, eventualmente, convergente. Nessa perspectiva, o espaço fabril emerge como lugar crucial de singularização das experiências e do aprendizado político do operariado.

Benedito dos Reis fala no seu relato da repressão policial contra os trabalhadores, da intensificação do ritmo da produção, do tempo regulado e vigiado, da solidariedade dos companheiros para manterem o boletim, o combustível da perua, enfim, a luta. Refere-se, também, às práticas de cooptação utilizadas pelos patrões, aos brasões e símbolos da CUT. Recorda da sua entrada na categoria metalúrgica, na pastoral operária e na vida sindical. É interessante observar no transcorrer da sua narração como os assuntos do futebol, dos amores, do casamento e outros “temas corriqueiros” são puxados para que as condições de vida fora da Empresa possam dar materialidade à exploração vivida pelo proletariado no interior da fábrica. Isso demonstra, que a mais-valia não possui tangibilidade imediata para os produtores diretos. É por intermédio da articulação das pequenas e das grandes reivindicações, da unificação das lutas salariais com as necessidades de transporte, moradia, lazer, saúde, educação dos filhos... que os trabalhadores e as trabalhadoras passam a compreender os modos vigentes de usura da sua força de trabalho. A Empresa, por sua vez, quando as práticas de convencimento tornam-se inócuas e ineficazes diante

das reivindicações operárias, não economiza no uso da força para inviabilizar a ação dos dirigentes e militantes sindicais do lado de dentro e na porta da fábrica

AUMENTA A PRESSÃO NA VARGA: As reclamações dos funcionários da Varga vão desde a ferramentaria até o restaurante. O gerente da ferramentaria, C. R., além de não ser qualificado para a função, pois era chefe da mecânica, banca o manda-chuva; desrespeita os trabalhadores, não dá tempo suficiente para que se lave as mãos, nem concede férias, mesmo que o funcionário tenha direito. No restaurante a situação é parecida: a nutricionista B. persegue os trabalhadores até no banheiro; sem falar que ela cortou o refrigerante e ainda tira comida da boca do pessoal. Mas os trabalhadores não concordam com exploração e juntos com o Sindicato vamos mudar esta situação.

(Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira e Região - Boletim METALUTA - n° 167, jun. 92)

POLÍCIA MILITAR ESPANCA SINDICALISTAS: Na última quinta-feira, dia 13, o Sindicato, na tarefa de informar os trabalhadores sobre a proposta salarial da Fiesp, realizaria assembléia e distribuiria boletins na fábrica, como faz costumeiramente. Em frente da Varga um forte aparato policial (cerca de 25 viaturas) e jagunços contratados pela empresa impediram esse ato, espancando violentamente vários sindicalistas. Só uma pergunta: a empresa chama a PM para reprimir os trabalhadores, ela vem num minuto, certo? Quando um trabalhador é assaltado, tem a casa ou o carro roubado, ela age com a mesma rapidez?

(Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira e Região - Boletim METALUTA - n° 141, nov. 91)

VARGA CONTRATA BATE-PAUS: nesta segunda-feira a Varga deu mais um 'presente' para seus trabalhadores: contratou bate-paus. Estes gorilas, cuja função é intimidar os trabalhadores, tem livre acesso por toda empresa. Esta é a Varga: além de explorar os trabalhadores, com a contratação dos bate-paus deixa bem claro: OU É COMO NÓS QUEREMOS OU VAMOS DAR PANCADAS.

VARGA QUER SINDICALISTA FORA!: na campanha salarial de abril (data base da categoria), 3 diretores do sindicato foram expulsos da Varga e proibidos de voltarem ao trabalho.

(Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira e Região - Boletim METALUTA - n° 125)

A presença da polícia na porta-de-fábrica revela que a Empresa, além de constituir-se num espaço privado no qual se realiza uma das etapas do processo de acumulação/valorização do capital, emerge no plano público como um território de controle do Estado quando o patronato não consegue, por si só, coibir e regular a ação do movimento operário. O perigo das reivindicações dos trabalhadores contagiarem outros segmentos da sociedade faz com que o aparato militar e repressivo seja acionado. Diante do chamado da Empresa, a polícia militar atende prontamente, garantindo, assim, entre outras regalias, o "qfa" para os seus soldados.¹²

Nos períodos de formação da oposição sindical (1980-1986) e de campanhas salariais — como a ocorrida em abril de 1991 —, a Empresa utilizou, afora o expediente citado acima, uma

¹² - Jargão utilizado pelos policiais militares para indicarem aqueles lugares onde eles podem conseguir uma refeição "na faixa".

série de outros procedimentos que buscava alijar, de uma vez por todas, a presença sindical do espaço fabril. O boicote à contribuição assistencial, a diminuição dos salários de sindicalistas, a demissão de dirigentes e militantes, o corte de convênios médicos e o rebaixamento de função, entre outras, foram algumas das “armas” utilizadas pela Firma na tentativa de retomar o controle absoluto do chão-de-fábrica.

— É rapaz, é uma experiência que..., é até chato viu..., nem gosto de lembrar muito não... Mas, bom... Eu não me lembro se foi oitenta e nove, foi o ano noventa que a gente ficou seis meses afastado..., foi no primeiro Plano Collor. Assim que o Collor tomou posse, veio aquela onda de redução da jornada com redução de salário, né. O negócio comeu solto na Empresa. E, através das conversas que a gente tinha com o pessoal, né..., então, com a gente lá dentro, com nós diretores lá dentro, ela não conseguiu implantar a redução não. O pessoal, com a gente lá dentro, eles têm uma outra coraço. De certa forma é até difícil, porque eles espera que as iniciativas do combate e dizê o não partisse da gente. Nem sempre a gente podia tá intervindo em tudo, porque trabalha em diversos setor e, existe outro setor que não dá pra tá fazendo cobertura, ali. Mas, aquele setor onde existia os três e que disse não, é que alertava a moçada mesmo. Ali, repercutia na Empresa inteira e ela acabou afastando nós uns seis meses. Ficamos este tempo todo afastado... Os primeiros dias que ficamos afastados, que ela nos afastou, aí, ela conseguiu, através da repressão, voltar os trabalhadores e fazer com que eles votassem a favor da proposta da Empresa, que era redução do salário e redução de jornada. Tudo bem... Aí, depois que voltamos às atividades, aí, nós revertermos a situação. Lá dentro, ela não quis fazê o plebiscito, lá, pra fazê a discussão. Depois que fizemo a assembléia, fizemo um plebiscito e aí, lavamo o jogo neles, foi até emocionante. Saiu todos os trabalhadores da produção, todos os trabalhadores da área de administração, todos os setores veio ali, né. Naquela época, não tinha caminhão de som, não conseguia falar com ninguém de tão emocionado que tava. Tinha quatro mil trabalhadores, interditô a avenida, né, um processo gostoso até. Aí, revertermo. Aí, a partir daí, ela ficou na cola, sempre esperano a oportunidade. Mas aí, a gente foi diferente dos companheiros da primeira gestão, porque quando ela chamava a gente na sala pra reprimir, pra dizer o seguinte: “Olha, aqui você é um trabalhador comum, igual aos outros. Você é dirigente mas é operário da Empresa. Aqui num tem outra coisa não”. E nós tinha sempre resposta pra eles: “Olha, aqui é o seguinte...” — quando entrava na disputa ideológica, a gente deixava claro pra eles o seguinte: que o trabalho nosso, que a nossa posição enquanto sindicalista, não era só por melhores condições de trabalho não, nós queria transformar tudo, a sociedade no geral, né. Aí, eles foro sentindo que o negócio ia mais longe, né. E aí, os gerentes, supervisores, não conseguia conversar mais. Quando tinha reunião e chamava o pessoal na fábrica, a gente deixava eles colocar tudo, falava tudo que eles queria, né, depois que eles terminava, então eles perguntava: “Alguém...” — pra gente eles não perguntava não. Aí, a gente intervinha e começava mostrar o outro lado da moeda. O cara ficava p. da vida, desmoronava mesmo. Aí, começou a levar lá pra cima, começou a levar prum pessoal que tinha um grau mais de formação, de estudo, né, que é o setor de recursos humanos, e, os cara, também, não tava mais conseguindo debater conosco não. Aí, veio esta perseguição. Estorano sempre campanha salarial, né. Aí, na

campanha salarial, houve a proposta que foi rejeitada, rejeitamos a proposta, discutimos com o pessoal em assembléia. E aí, quando nós fomos discutir mais geral na assembléia geral, depois da última proposta, pegar cem por cento e, acabou nos demitindo. Não deixando entrar, desviou o ônibus pro fundo da fábrica e ficaro ali na frente esperano. Soltou uns três ônibus ali na frente, só, e não deu pra realizar assembléia, porque não tinha representação, o número de trabalhadores não correspondíam ao total que existia na Empresa. E no momento que íamos entrar, fomos barrados de adentrar pra Empresa junto com aqueles companheiros que estavam ali na espera da assembléia — ficaro mais ou menos cem, cento e vinte pessoas. Esse foi o primeiro dia. O C., o C., foi tirado através de pancada mesmo pelos seguranças da Empresa. Apoio dos policiais, né.

Eu cheguei até entrar e ir até o meu local de trabalho. Tinha uma porção de trabalhadores que tavam saindo ali na portaria, viriam pra dá respaldo. Aí, encontrou com otro arsenal da Empresa de segurança, gerente, tudo armado ali, pressionano, né. Aí, como o pessoal não tava organizado suficiente pra dar um basta, acabou ficano por ali, mas, um grande número de trabalhadores ficou até na porta, saíro nos fundos até ali. Aí, eu fui... Naquele dia eu trabalhei. O segundo dia, aí foi barra mesmo! Segundo dia, fomos entrano pra dentro, entramos no ônibus e fomos entrano lá dentro. Só que tem um pátio antes de adentrar a Empresa, lá no fundo, que tem um portão ali, que tava os guarda ali, né, e nós saímos ali. Os quatro. Tinha o seu Z., com mais dificuldade pela idade, né, e a gente conversano: "Quando esse guarda vié em mim você sai por ali. Eu me livro dele e saio por lá". E assim foi indo e conseguimos adentrar. Achava que naquela multidão, um monte de gente e aquela confusão toda acaba se perdeno um do outro. Eu me lembro que o Z. ficou comigo, né. No momento que você vai entrano, a gente vai dirigino com a mão, volta pra cá, vai pra lá, e os guarda vinha vindo, né. O C. encontrou o caminho que ia pro setor dele, mas pra mim já num dava mais pra passar ali, se não ia ser pego mesmo. Ele e o V. desceu pra lá e a gente sumiu, tomou um otro rumo, né. Aí, o pessoal da Empresa, trouxe um monte de bate-pau, policial, câmara filmano, né, pra tirar a gente de lá de dentro. Aí, veio com conversa lá, uma carta de demissão por justa causa, e, a gente, conseguiu conversar com o gerente de recursos humanos pra levar ele no papo pra até que se aglomerasse ali no local de café, para que chegasse bastante gente. Aí, você no meio da massa você ficava à vontade, né. E aí? Vai tirá a força? Ficava difícil pra Empresa, né. Aí, os cara não trouxe café. Deu vinte minutos, desses vinte minutos passou pra quarenta, de quarenta passou pra uma hora. Tentano conversar, pedia tempo, conversava com o G. e, pra ganhar tempo... Aí, eles falaro: "Olha, seu horário esgotou". Aí, a coisa ia ficar feia mesmo. E aí, nós começamos a perceber que no momento o pessoal tava intimidado, né, e a gente queria ganhar tempo pra ver realmente se o trabalhador ia dar respaldo. Mas, quando a tática dela foi pra diferenciar tudo, né. Atrasô o café, tirô tudo, ligô a câmara na mão, os cara falava: "Se ficar do lado deles vai ficar na rua também, tá demitido também". Teve um cipero que veio conosco, sozinho, né. Só tinha ele naquela área também. E aí, acabamos saindo de lá numa situação muito difícil, pensano o seguinte: "É bem capaz desse pessoal dar tiros ni nós antes mesmo de sair da Empresa, né". Nós procurávamos passar sempre aonde tinha alguém...

(Benedito dos Reis - operador de máquinas)

Entre 1984 e 1991, a Freios Varga demitiu 15 militantes sindicais na tentativa de aliviar a tensão no chão-de-fábrica. Essa estratégia radical foi utilizada para que a Empresa pudesse impor, sem maiores resistências, seu projeto de reestruturação produtiva (ver Tabela 7). As novas formas de se organizar a produção requerem uma outra configuração do trabalhador coletivo, na qual a capacidade de interagir em equipe em favor da Empresa deve se sobrepor a qualquer outro ordenamento autônomo dos trabalhadores. A necessidade de se forjar um grupo de “colaboradores confiáveis”, compromissados com a qualidade, com a continuidade do processo e com a antecipação das panes, faz com que sejam acionadas as mais variadas técnicas de seleção e controle de pessoal. Nesse sentido, a Firma, ao mesmo tempo que busca facilitar a expressão das reivindicações individuais, tenta evitar a formação de canais coletivos de manifestações de descontentamentos.

Tabela 7
Número de Dirigentes Sindicais Demitidos ou Afastados Pelas Empresas
Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira e Região: 1984 a 1991

<i>Empresa</i>	<i>Nº de Demitidos</i>
<i>Barigoto</i>	01
<i>Chinelatto</i>	01
<i>Fumagalli</i>	01
<i>Gurgel</i>	02
<i>Invicta</i>	02
<i>Kone</i>	01
<i>Mastra</i>	03
<i>Newton</i>	01
<i>Schobell</i>	01
<i>Solimay</i>	01
<i>Sollich</i>	01
<i>VARGA</i>	15
<i>Zaccaria</i>	01

*Fonte: Dossiê - “Contra Demissões e Afastamentos de Sindicalistas” -
 Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira e Região - CUT.*

COMO ESTOU? Problemas?! Todos nós temos, mas quando podemos contar com a ajuda e apoio dos amigos tudo fica mais fácil. Aqui na Varga um programa especial “Como Estou” foi criado para que o relacionamento entre os colegas de trabalho e o gerente melhorem a cada dia. Através de um quadro que o próprio funcionário controla, com rostos, é possível identificar se ele está com algum problema ou não. Se estiver, os colegas e o gerente vão procurar ajudá-lo. É sem dúvida mais uma iniciativa da Varga, procurando melhorar as relações dentro da empresa. O relacionamento com a família também é fundamental. Procure manter um clima de diálogo, respeito e tranquilidade em casa. Bom relacionamento traz felicidade para todos.

(Freios Varga - *Boletim da Família* - nº 32, out. 92)

A implantação do “espaço livre”, do “grupo criação”, do “programa sol”, “como estou?”, da “sala de lazer”, entre outros instrumentos ditos participativos, busca persuadir os funcionários a acreditarem que a Empresa é capaz de resolver todos os problemas. Sendo assim, qualquer intervenção do sindicato, além de desnecessária, somente trará aborrecimentos e perturbações que poderão prejudicar o conjunto e o “bom andamento das coisas”. Ao jogar com o “descrédito da ação sindical politizada”, a Firma pretende transformar os descontentamentos coletivos em desafetos individuais, passíveis de serem solucionados pela organização, através dos programas implantados pelas gerências.

PAE - MELHORANDO A QUALIDADE DE VIDA: a Varga iniciou um trabalho com os alcóolicos dentro da própria empresa.

(Freios Varga - **Boletim da Família** - nº 33, nov. 92)

RESULTADOS DOS CAFÉS: o diálogo sempre foi o melhor caminho para a solução dos problemas. Aqui na Varga os cafés com a diretoria e a gerência são caminhos abertos ao diálogo, sem barreiras, onde todos tem oportunidade de expor suas idéias, sugestões e reclamações.

(Freios Varga - **Boletim VARGA** - nº 7, set. 90)

A vida operária dentro da fábrica deixa transparecer os “dramas” que colocam os operários em contato com suas emoções, valores próprios e com as múltiplas redes de solidariedade que escapam à vigilância da Empresa. Cabe aos sindicatos entrarem no universo da experiência concreta dos trabalhadores e das trabalhadoras, apresentando-se, ali mesmo onde as lutas pelo reconhecimento da dignidade operária se desenrolam, como interlocutores e representantes legítimos das aspirações coletivas.

— Ele num gosta muito que fala do Sindicato lá dentro. Ah!, o cara começô a falá muito lá dentro do Sindicato a pressão é pra mandá embora, tem gente que deda. Desde que eu entrei na Varga que eu sô sindicalizado. Eu acho que a gente precisa sê. Todos os trabalhador tem que sê sócio. Eu acho que o Sindicato procura fazê o bem, procura ajudá os trabalhadores, que é o que a gente qué, né. A gente precisa, porque se a gente fô dependê do patrão... Ajudá, ele num ajuda mesmo. Pega o cara ali, pra ele comê ali, mas, chegô a hora de enfiá o pé na bunda da gente ali, num qué sabê se o cara tá doente, se tá são..., num tem negócio. Porque no mês passado..., acho que num fazia nem um mês antes deles mandá embora, eu fiquei dez dia afastado, o supervisor de lá viu... Eu saí travado de lá... Até quele colar usei. Passei um mal pedaço, ruim mesmo. Vortei a trabaiá, deu um tempinho, aí já mandô embora, me meteu um pé na bunda...

(Silvério - operador de fundição)

— Nossa Senhora! Se você pará pra ouvi o Sindicato, tá falano ali na frente, eles marca. Tem uma marcação tão cerrada em cima do pessoal que você nem imagina. Eles filma. Cê pode vê: a maioria que procura o Sindicato porque foi despedido, tá com problema de saúde. Quando eu torci a mão, o rapazinho que era aqui do Sindicato, ele que foi cobrá do gerente o dispositivo pra máquina, dizendo que o gerente, se o gerente num tomasse providência de mandá fazê o dispositivo pra aquela linha, pra aquela máquina, ele ia interdita a máquina, ele ia interdita a linha. E foi onde ele me chamô num canto e meteu a boca ni mim. E disse pro pessoal que eu passei em cima da autoridade dele entregando pra CIPA. E foi isso. Daí pra cá, ele pegô uma marcação cerrada em cima de mim que num teve jeito. Até mesmo me mandá embora, me acusando que eu era dona do movimento e tudo...

(Luzia - montadora)

— Eu saí da Firma sem sabê o motivo. Não me dero o motivo. Disse que nem o Sindicato ia falá pra mim o por quê eu fui mandado embora, que a diretoria que mandô. Deve sê por causa desse processo. E deve sê também, porque numa segunda-feira do mês de abril, o Sindicato tava em campanha salarial em frente da Firma — você deve sabê a bronca que tem a Firma com o Sindicato. Tava entrano com o ônibus, tudo pelos fundo da Anhangüera e, tava entrano os ônibus todo por lá e, eu moro ali pertinho da Firma, ali. E eu ia todo dia a pé trabalhá; tinha cinco minuto de casa até o serviço. Não precisava de condução e nem tomá ônibus da Firma. E aquele dia pra mim era um dia normal. Independente do que tava acontecendo ali, mas entrano normalmente, certo? Eu vi que tava meio anormal o ambiente ali, mas entrano, normalmente, dentro do meu horário, entrano, certo? E foi quando eu me defrontei com a portaria entrano em atrito com o Sindicato, os diretores do Sindicato e os guarda da portaria, certo? E eu passei normal pro meio. Carimbei o cartão antes das seis, trabalhei até às seis e meia da tarde, foi quando me chamaro no departamento pessoal e dissero que eu tava demitido. Eu perguntei ainda por quê, né, da demissão. Eu sô uma pessoa tranqüila e não fiz nada, né. Aí, foi quando o rapazinho lá, não me lembro o nome dele, me informô que isso era decisão da diretoria de mandá eu embora, certo? Inclusive, o gerente da área de divisão correu atrás, mas não teve jeito.

(Givanildo Pereira - matizeiro)

CAMPANHA PARA COMBATER A REPRESSÃO NA VARGA: Na próxima semana estaremos realizando uma campanha de arrecadação de fundos para bancarmos o salário do companheiro Celso Ap. de Almeida que é cipeiro e foi expulso da Varga. Passaremos em todas as fábricas solicitando ajuda de todos os trabalhadores. Não podemos permitir que esta empresa continue abusando dos seus funcionários. A cada dia a Varga aumenta a exploração e quando alguém defende os direitos dos trabalhadores ela pune com demissão ou repressão. Por isso temos que nos unir aos companheiros que colocam seus empregos em risco para defender a categoria.

(Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira e Região - Boletim METALUTA - n° 178, out. 92)

O sindicato, ao se fazer presente nos embates cotidianos dos operários e operárias, pode transformar-se em sujeito de um discurso coletivo, cujo sentido seja inteligível a todos e, ao mesmo

tempo, seja capaz de abarcar a multiplicidade de suas categorias e de seus desejos. Para tanto, o movimento sindical, que encontra-se atualmente preso às amarras da conjuntura político-institucional e às lutas intestinas entre suas várias facções, deve ousar a pretender de novo adentrar no chão-de-fábrica.

— *Eu tenho a esperança que a gente vai conseguir isso. Olha, os trabalhadores cansam de promessas e isso nunca acaba sendo cumprida. Eu acho que o movimento sindical, em geral, teve uma falha. Porque quando começou a oposição sindical em setenta e sete, setenta e oito, o trabalho que deu melhor resultado e surgiu na fundação da CUT, de uma nova proposta de organização sindical, foi todas clandestino, né. Eu não sei se foi a necessidade de expandir, ao invés de demonstrar que era realmente uma proposta diferente e, que ela precisaria estar aí, as gritarias pra despertar que as oposições deveria urgentemente ganhar os Sindicatos e, acabou levando com que as direções sindicais, poderia dizer, acomodassem um pouco (ou criar uma perspectiva que acharia um resultado imediato, que através do barulho poderia tá conquistando, tá ganhando com mais rapidez as oposições sindicais, né...). Eu acho, não diria um pouco não, mas eu vivo um pouco preocupado com isso. Quando se vai em algum seminário, algum debate que diz respeito sobre organização sindical, o pessoal pega muito por longe a questão da Europa. Claro, não podemos comparar, porque estamos no mínimo cinquenta anos atrasados, cem anos atrasados deles, né. Eu acho que uma das maneiras que vai fazer que unifique e fortifique mais a organização sindical na América-Latina, com o exemplo que tem os Sindicatos, as centrais da nossa região latinoamericana, aqui.*

Meu sonho é voltar pra lá, porque não tem sentido, não tem sentido ficar fora da Fábrica. Percebe que dirigente sindical fora da Empresa é a destruição do movimento sindical que vem acontecendo no Brasil. É isso. E até mesmo porque, junto com os trabalhadores se adquire uma experiência, e, você entende o que eles tão sentindo, né, e, qual a maneira... Você discute junto com os trabalhadores, né, junto com os trabalhadores da ativa, qual a melhor maneira. Aqui não, vê de fora, analisa, faz a análise e arrisca.

(Benedito dos Reis - operador de máquinas e dirigente sindical)

A fábrica é o “terreno-chave” onde a dimensão tecnológica, as contradições existentes no meio dos vários grupos de interesses, as relações de concorrência e complementariedade entre as empresas, a intervenção dos sindicatos, as características da região na qual ela se localiza e o controle político do Estado atuam como “instâncias definidoras” de uma certa “cultura organizacional” que identifica cada empreendimento industrial. De acordo com Maria T. L. FLEURY (1989a: 22), a “cultura organizacional” pode ser concebida “como um conjunto de valores e pressupostos básicos expressos em elementos simbólicos, que em sua capacidade de ordenar, atribuir significações, forjar identidades (acrescentaria), tanto agem como elementos de comunicação e consenso, como ocultam e instrumentalizam as relações de dominação”. A

empresa, à medida que interage com o mercado, com as transformações da economia mundial e local, com as ações dos movimentos sociais, com as mudanças na base técnica vai, simultaneamente, moldando seu perfil organizacional e seus padrões de gestão da força de trabalho. Nesse sentido, a própria “fisionomia” que identifica a Firma, e que extrapola os limites do chão-de-fábrica, delimita o campo de ação das várias “racionalidades” em disputa. Ou seja, cada sujeito social decodifica a “marca” da organização a partir do conjunto de referências e valores trazidos desde o lado de fora da fábrica. Isso posiciona a Empresa no centro de uma série de contradições (entre empresas, empresa e Estado, empresa e seus acionistas, empresa e trabalhadores, etc.) que a obriga — sob pena de perder o domínio sobre o ordenamento das pessoas e das coisas — a renovar permanentemente seus “dispositivos de poder”.¹³ Sem dúvida, a demissão e a intensa rotatividade da mão-de-obra constituem-se nos dois principais mecanismos de se impor constrangimentos ao operariado e às suas organizações classistas.

23. _____

Demissão, Rotatividade e Baixos Salários: padrões de gestão e de usura da força de trabalho

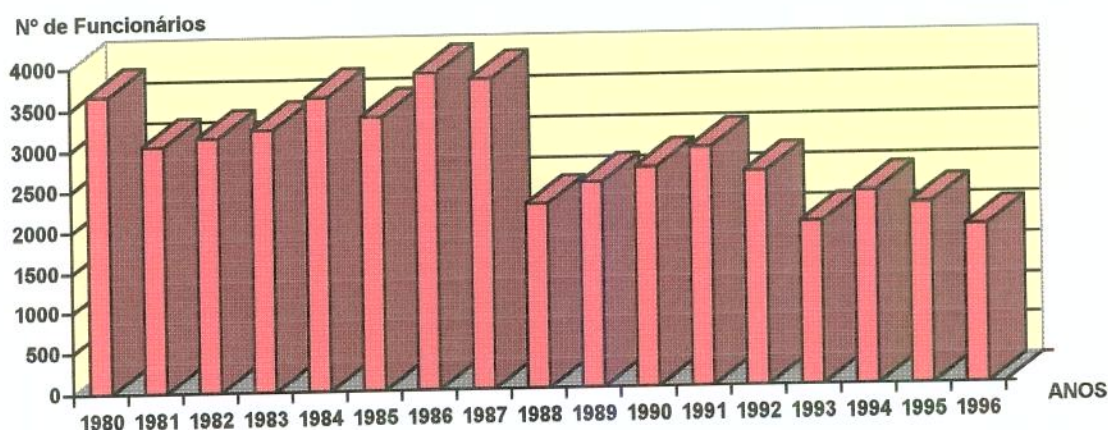
Para além dos aspectos formais do enquadramento trabalhista e contratual do assalariado, os padrões de gestão da força de trabalho dizem respeito aos instrumentos acionados pela Empresa para conformar seu trabalhador coletivo. Uma série de dispositivos de recrutamento, seleção, treinamento e integração de pessoal são utilizados, objetivando desterritorializar o indivíduo das suas origens sociais e culturais para reinscrevê-lo no código da organização. Esse processo consiste — de acordo com PAGÈS (1987: 119) — em destituir o trabalhador de sua história pessoal, *“em desenraizá-lo de sua terra originária para melhor enraizá-lo no solo da empresa, em apagar suas referências originais por outras mais conformes aos interesses do capital”*.

Os modelos mais modernos de gestão da força de trabalho englobam um conjunto de canais de comunicação e uma série de “vantagens” oferecidas aos funcionários (acesso ao crédito,

¹³ - Aqui se faz necessário uma referência às categorias de análise de Michel Foucault. Esse autor analisa o poder enquanto prática social constituída historicamente. Atribui ao poder a função de disciplinar objetivos econômicos e políticos. Econômicos porque, ao submeter as multiplicidade humanas à ordem determinada pela organização, procura maximizar a produtividade da força de trabalho através de práticas que tomam o próprio corpo do trabalhador como foco das intervenções disciplinares. Objetivos políticos porque o poder disciplinar espera minimizar a força humana na sua capacidade de resistência, de contestação e de revolta.

convênios médicos, drogarias, supermercados e outros estabelecimentos comerciais, etc.), que operam como elementos mediadores interpostos entre os objetivos da Empresa e a “*percepção das restrições por parte dos trabalhadores*” (FLEURY, 1989a: 117). Todos esses mecanismos agem no interior da organização tanto como elementos de afirmação e de obtenção de consensos, quanto encobrem e efetivam as relações de dominação. Cabe ressaltar, ainda, que as formas de usura da força de trabalho presentes numa dada conjuntura histórica, são resultantes do jogo de forças que atuam desde o Estado até o terreno restrito de cada unidade fabril. Conforme já ressaltado nos capítulos II e III, as políticas públicas de educação, saúde, previdência social, somadas aos enunciados consolidados na legislação trabalhista, integram-se em nível do chão-de-fábrica aos planos de cargos e salários, instrumentos de promoção, de remunerações diferenciadas, aos incentivos meritocráticos, etc., configurando um estilo particular de gerir a mão-de-obra.

GRÁFICO 1
Evolução Anual do Número de Funcionários.
Freios Varga: 1983-1996



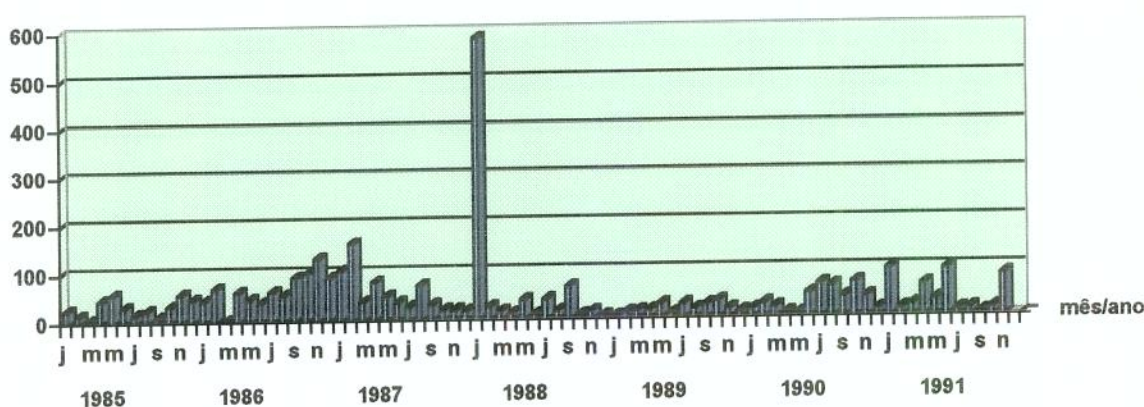
Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira e Região; Balanço Anual (Gazeta Mercantil e Revista Exame).

No Brasil, os novos padrões de gestão da força de trabalho têm-se caracterizado por uma maior flexibilidade dos contratos, pela grande mobilidade e intensificação da rotatividade, pela exclusão do mercado de um segmento importante do operariado, pela transformação de parcelas cada vez maiores de trabalhadores empregados em trabalhadores precários, revelando, desse modo, a face de superexploração a que está submetido o proletariado brasileiro.

A Freios Varga, entre 1980-1996, demitiu 46,8% do seu efetivo. Dos 3.658 trabalhadores que a Empresa empregava em 1980, chegou-se, em 1996, a 1.952 funcionários

(Gráfico 1). É necessário deixar assinalado desde já, que a decisão de se cortar quase a metade dos postos de trabalho não busca apenas deixar a Fábrica mais “enxuta” para incrementar ganhos de produtividade, mas também, e, principalmente, visa a desmobilizar o coletivo operário por intermédio da alteração de sua composição técnica e política. A crise econômica e o desemprego adquirem, nesse contexto, “virtudes disciplinadoras sobre os trabalhadores”.

GRÁFICO 2
Homologações Mensais Efetuadas no Sindicato
Freios Varga: 1985-1991



Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira e Região

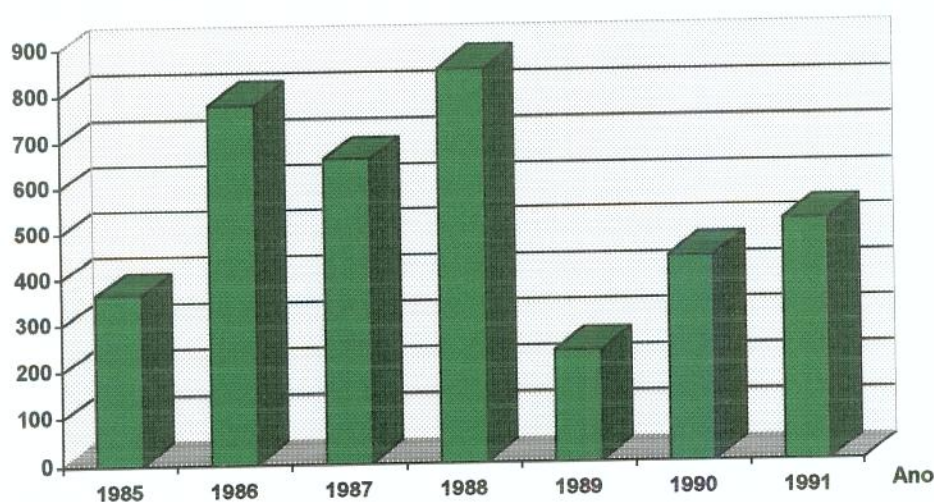
A demissão, afora sua função de recompor técnica, política e biologicamente o coletivo operário, funciona como estratégia de coerção que coloca os trabalhadores em permanente atitude defensiva. Uma das consequências das modificações constantes das equipes de trabalho, de seus territórios ou de suas funções — segundo afirmações de PAGÈS (1987: 125) — “é a impossibilidade de constituir núcleos estáveis, grupos que têm uma dinâmica própria e suscetível de impor exigências ou reivindicações coletivas”. A demissão e a rotatividade da mão-de-obra, enquanto definem um “jeito próprio de gerir a força de trabalho”, rompem com o “entrincheiramento profissional”, implodem os “guetos de trabalhadores estáveis”, transformando todos em “peças intercambiáveis de reposição”.

A facilidade de demitir e contratar trabalhadores é o principal fator explicativo da mobilidade intensa da força de trabalho no Brasil. A combinação de estratégias conjunturais (planos econômicos desestabilizadores da atividade produtiva, aquecimento e retração do mercado,

etc.) com elementos estruturais (automação de processos de fabricação, terceirização, etc.), imprime na dinâmica do desemprego um caráter sazonal. Desse modo, as empresas remanejam seus efetivos de acordo com as variações da economia e do “clima político” do país.

No Gráfico 2 pode-se observar o comportamento mensal das rescisões homologadas no Sindicato pela Freios Varga. Em que pese a demissão de 585 funcionários em janeiro de 1988, devido, praticamente, às mudanças ocorridas na fundição da Empresa, ocorre, mais freqüentemente, um aumento das homologações nos períodos de abril/maio (data base da categoria), e no início do ano, quando diminui os pedidos das montadoras. Nota-se, também, as influências negativas sobre os níveis de emprego determinadas pelos vários Planos Econômicos implantados entre 1985 e 1991. No intervalo de sete anos, a Freios Varga demitiu 3.854 trabalhadores, trocando, praticamente, mais do que uma fábrica inteira, se considerarmos o número de funcionários existentes em 1980 (Gráfico 3).¹⁴

GRÁFICO 3
Evolução Anual Das Homologações Realizadas no Sindicato
Freios Varga: 1985-1991

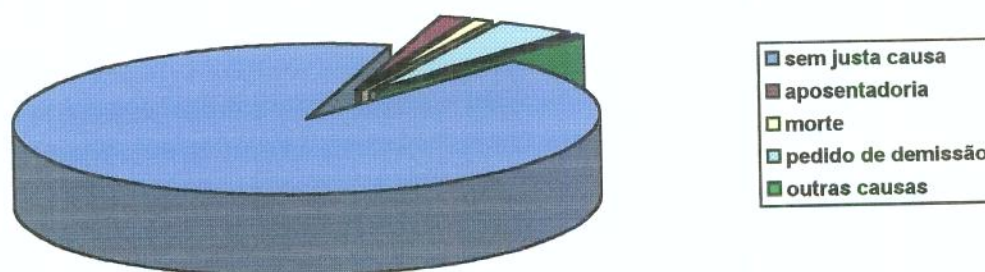


Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira e Região

¹⁴ - Deve-se considera, entretanto, que somente são homologadas no sindicato aquelas rescisões de trabalhadores que trabalharam mais de 1 ano na empresa.

O período de 1986/88 caracterizou-se por uma intensa rotatividade da força de trabalho, em virtude dos impactos do Plano Cruzado sobre a economia.¹⁵ A partir de 1989, quando a Empresa já havia “estabilizado” seu efetivo em torno de 2.000 funcionários, o número absoluto das demissões diminui em relação aos anos anteriores. Cabe ressaltar, ainda, que o processo de reconversão industrial imprimido pela Freios Varga, como de resto nas grandes empresas do setor de autopeças, passou a enfatizar a necessidade de se ter trabalhadores “confiáveis”, comprometidos com a correta operação dos novos equipamentos microeletrônicos e com a qualidade exigida pelos métodos de fabricação. Por esse motivo, o padrão de comportamento requerido do operário passou a ser semelhante ao dos trabalhadores em processo contínuo, onde o “comprometimento” com as instalações e com a continuidade mínima das operações se constituem em fatores essenciais sob o ponto de vista da existência futura das plantas fabris. Desse modo, a tendência básica, em especial para as empresas mais capitalizadas e mais modernas, seria a “redução seletiva dos efetivos”, na busca de um quadro confiável, treinado e estabilizado. Conclui-se a partir dessa perspectiva, que o principal objetivo da atual reorganização produtiva seria o de ampliar o controle sobre a força de trabalho, forçando sua rotatividade, ao mesmo tempo que procura “estabilizar” uma parcela de trabalhadores mais aderentes e conformados às finalidades da Empresa.

GRÁFICO 4
Homologações Efetuadas no Sindicato Segundo Motivo
Freios Varga: 1985-1991



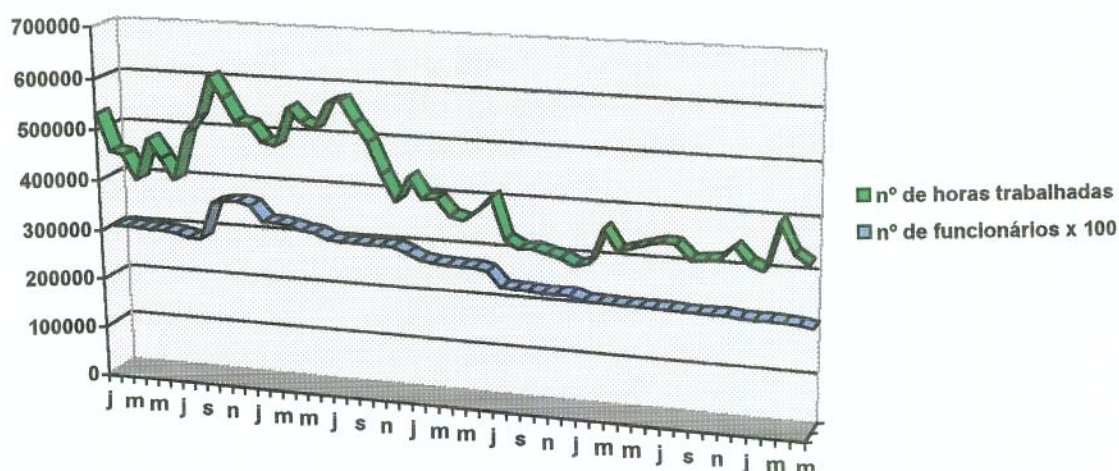
Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira e Região

Das 3.854 homologações realizadas no Sindicato dos Metalúrgicos entre 1985-1991 (Gráfico 4), 3.555 (92,2%) foram sem justa causa, 181 (4,6%) foram motivadas por pedidos de

¹⁵ - Por rotatividade, entende-se a medida do número de trabalhadores que passa pelos postos de trabalho de uma seção, empresa, setor ou ramo, num determinado período de tempo. O conceito de rotatividade encontra-se intimamente relacionado com a idéia de reposição, substituição ou rodízio, expressando-se o total de movimentos de entradas e saídas que ocorrem em uma fábrica, ou setor de atividade, supondo-se um determinado número de trabalhadores empregados. Segundo dados da RAIS, a rotatividade varia de acordo com o setor produtivo analisado, ficando na faixa de 20 a 42% ao mês no Brasil.

demissão, 63 (1,6%) aposentadorias, 38 (0,9%) mortes e 17 (0,4%) por outras razões. Observa-se que nesse período, o número de trabalhadores aposentados pela Firma foi insignificante, deixando cair por terra a imagem veiculada de que, ali, pode-se trabalhar “uma vida toda”. No bojo das rescisões “sem justa causa”, encontram-se os trabalhadores desgastados precocemente, os mais velhos, os acidentados e, também, aqueles “menos cordatos” ao regime fabril. Ao recompor técnica, biológica e politicamente a força de trabalho, o que se pretende, na verdade, é desqualificar e desorganizar o coletivo operário, minimizando, com isso, as possibilidades de conflitos no chão-de-fábrica.

Gráfico 5
Evolução do nº de horas trabalhadas/mês pelo nº de funcionários
Freios Varga: janeiro 1990 a maio 1994



Fonte: Freios Varga - Relatório Mensal de Acidente do Trabalho

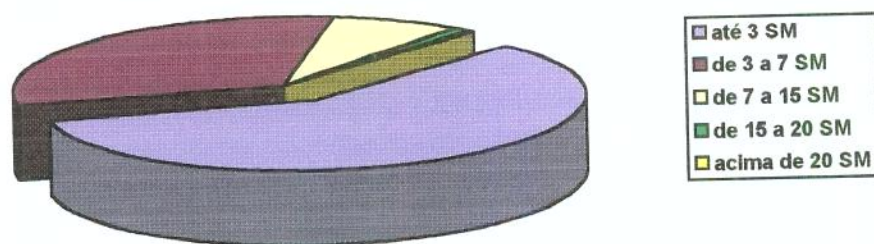
A Empresa, através do expediente da rotatividade, busca flexibilizar seu efetivo em dois níveis simultâneos: um, composto pelo segmento operário mais estável, e que deve ter uma flexibilidade funcional; outro, constituído pela mão-de-obra periférica que, por sua vez, deve apresentar uma flexibilidade numérica. Ou seja, nas franjas de um núcleo de trabalhadores “confiáveis” e estáveis, apresentando uma gama de qualificações, flutua uma força de trabalho com capacidade limitada, submetida às constantes variações do mercado e ao acaso da conjuntura econômica e política. Paralelamente à diminuição do número de postos de trabalho, podemos observar uma intensificação do ritmo dos trabalhadores que permanecem contratados (Gráfico 5).

Equivale dizer, que a Empresa passou a substituir novas hora contratadas pela otimização e maximização das horas trabalhadas.

No Gráfico 5 pode-se notar que, ao mesmo tempo que ocorre uma certa estabilização do número de efetivos, a quantidade de horas mensais extraída dos trabalhadores varia em função das necessidades da produção. Essa adequação da jornada de trabalho coletiva às oscilações da demanda, além dos efeitos já assinalados sobre o uso da força de trabalho, busca uma melhor utilização das instalações industriais em função do aumento da produtividade e, também, desregulamentar, diversificar e precarizar as formas de contratação da mão-de-obra.

Um último aspecto a ser abordado neste tópico, que trata dos padrões de gestão da força de trabalho adotados pela Empresa, diz respeito aos salários pagos a seus trabalhadores. Na dispersão salarial apresentada no Gráfico 6 evidencia-se que 60% dos assalariados da Máquinas Varga, no ano de 1982, recebiam até 3 salários mínimos, 31,0% de 3 a 7 e, somente 9% ganhavam mais que 7 salários mínimos. Enquanto no período de 1980-1981 o faturamento por trabalhador cresceu 115,2%, e o lucro líquido por operário aumento 370,2%, o salário real médio decaiu 10,2%. O “lucro líquido por trabalhador” demonstra qual foi a contribuição de cada um no lucro apropriado exclusivamente pela Empresa durante o ano.

GRÁFICO 6
Distribuição Salarial por Faixas de Salários Mínimos
Freios Varga: 1982



Fonte: Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas do Estado de S. Paulo

De acordo com os dados do DIEESE (1982), os salários médios pagos pela Firma cresceram nominalmente, entre 1980-1981, 95,6%. Em compensação, o custo de vida para os trabalhadores aumentou 107% nesse mesmo período, o que representou uma queda de 5,8% no salário real médio. Baixos salários, intensa rotatividade da mão-de-obra, relações de trabalho autoritárias e fortemente hierarquizadas, exclusão da representação operária autônoma do chão-de-fábrica, entre outros elementos definidores, configuram um padrão específico de gestão e usura da

força de trabalho que tem sido reforçado pelas condições políticas e econômicas nas quais estão sendo introduzidas novas tecnologias nas indústrias. Para que esse padrão seja mantido, torna-se imprescindível para as empresas estabilizarem uma parcela de trabalhadores dispostos a cooperarem, diminuindo o máximo possível o aparecimento de antagonismos e de disputas em torno da posse e do controle do processo de trabalho.

VARGA FECHA CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE FREIOS COM A CHRYSLER DOS EUA

“A mão-de-obra barata é que torna o custo do produto brasileiro competitivo, uma vez que o frete marítimo é caro em relação aos outros países”.

(Diretor de marketing da Freios Varga: declaração dada à Folha de S. Paulo, 16 de outubro 1986)

24. _____

Reestruturação Industrial: os impactos das novas tecnologias na visão dos trabalhadores

Embora o trabalho não constitua território único no qual se enraíza a identidade operária, ele ocupa, sem dúvida, uma posição central na vida das classes trabalhadoras. A fábrica — e todas as demais relações tecidas no seu espaço — consome uma grande parte do tempo, das energias, expectativas e das incertezas que preocupam e absorvem o cotidiano operário. Por esses e outros motivos, a fábrica é um lugar importante na produção de conhecimentos. Se nos livrarmos do “verniz economicista” e do “determinismo tecnológico” tão presentes nos estudos atuais que versam sobre as transformações do mundo do trabalho, poderemos nos deparar com este mesmo objeto como uma realidade viva, em movimento, que repercute profundamente na vivência concreta e no imaginário dos trabalhadores e das trabalhadoras.

São escassas as pesquisas que, ao analisarem os efeitos da atual reestruturação produtiva sobre o proletariado, partem das próprias impressões trazidas pelos trabalhadores, no intuito de confrontá-las com os quadros teóricos mais gerais. Frequentemente, esses estudos encontram-se dissociados das situações concretas nas quais as inovações tecnológicas estão sendo introduzidas, tomando-se como referência uma lógica meramente tecnicista. Não pretendo com essas observações desconsiderar, ou até mesmo invalidar tais opções metodológicas, tampouco deificar

uma outra escolha supostamente mais engajada: isso não passaria de um arroubamento basista, inconseqüente. Longe disto... Trata-se de reconhecer que o trabalho não existe “em si”, nem se realiza enquanto “atividade genérica”, abstrata, mas somente se materializa dentro de um certo sistema técnico, organizacional e de relações de poder. Esse fato, o transforma num território de cultura e de produção de subjetividades, que coloca os trabalhadores no meio de uma realidade constantemente modificada e reinterpretada. Daí a importância de deixar fluir a fala daqueles que protagonizam cotidianamente esta situação.

Dentro da perspectiva patronal, a reconversão produtiva em curso se impõe devido à necessidade de se adequar as plantas fabris à nova realidade da economia globalizada. A flexibilização do capital variável — conseguida através de uma melhor gestão dos estoques de matérias-primas e da força de trabalho; a maior integração do capital fixo — alcançada por intermédio da utilização de tecnologias microeletrônicas que permitem o estabelecimento de um fluxo contínuo das etapas e uma circulação permanente do produto em transformação — e a busca persistente da qualidade (quanto mais cedo possível forem identificados os problemas e suas causas, menos onerosa será a sua correção), aparecem no discurso empresarial como medidas últimas, imprescindíveis para a manutenção de seus empreendimentos. Pretende-se, assim, comprometer os trabalhadores com os processos de mudança, mesmo que isso custe a perda de suas possibilidades de sobrevivência.

Para os operários, entretanto — conforme demonstra LEITE (1989: 39) —, além do desemprego e da intensificação do trabalho dos que permanecem empregados, “*essa reorganização da produção tem reflexos sobre suas identidades profissionais*”. Dentro dessa perspectiva, os efeitos da atual reestruturação produtiva sobre as classes trabalhadoras não podem ser pensados apenas em relação às suas necessidades econômicas, mas, também, em função dos impactos que essas transformações vêm produzindo nas suas subjetividades.

* * *

A necessidade de conformar um quadro de funcionários “confiáveis”, comprometidos com as normas e as metas da Empresa, faz com que, atualmente, os mecanismos de seleção de pessoal sejam mais rígidos e minuciosos. Não se trata mais de recrutar uma mão-de-obra experiente, iniciada nas antigas profissões do trabalho metalúrgico, mas de “peneirar” os candidatos dispostos a “competirem em favor da Firma”, a vestirem a “camisa” e serem seus “colaboradores”. Essas mudanças nas técnicas de recrutamento, aparecem na percepção dos trabalhadores como as primeiras “inovações” que foram implantadas pela Freios Varga a partir dos anos 80.

— .Então, passei lá, dissero que tava precisano, né. E, então, a gente fez uma ficha lá... Deu sorte que a gente foi chamado. É! Fiz uma ficha... O moço chegô lá e falô: "Passa aí amanhã..., mostra o serviço pra você aí..., né. Se você gostá e tal...". Aí, assim eu fiz. Ah! eles falaro: "Silvério, cê vai vê o serviço e tal, tudo... Vê se dá pra tocá e se num dá, né". Aí, mostraro o serviço pra gente ali. Aí, eu ouvi a entrevista e..., fazê o quê? A gente precisava do serviço, precisano trabaiá, né, então vamo trabaiá... Peguei o serviço. Serviço, serviço lá é difícil mesmo! Num é fácil! Ah, o serviço é quente lá... É!

(Silvério - operador de Fundação)

— Engraçado, né, naquele tempo era chamado o "tempo do boi gordo", né. Aonde você chegava tinha um emprego, né. Nessa entrevista, quando eu cheguei lá, tinha uma fila de companheiro que estavam abdicando alguma coisa e, de repente, como o gerente é meio brincalhão, perguntou: "Quem está interessado em trabalhar na fundição"? Com essa brincadeira, o pessoal se desfez tudo da fila, né. Disfizero da fila porque ficaram assustado com a fundição. Eu como não sabia o que era fundição, eu permaneci. Aí depois, que me levou lá pra dentro pro recrutamento — isso foi fora, naquele tempo fazia fora da Empresa —, levaro lá pra dentro e já fizeram a entrevista. Uma coisa simples, perguntaram pouca coisa. Olha, eu não tenho muita lembrança não... Ah! Lembrei de uma coisa... Perguntou pra mim se eu era uma pessoa educada, né. Que o ambiente que eu ia trabalhar não era a fundição como ele tinha dito lá fora, mas sim, era um ambiente onde se trabalhava muitas moças, senhoras. Eu disse pra ele que sim. Nessa parte ele podia ficar tranquilo que eu tinha..., eu sabia respeitar as pessoas, né. Eu achava que eu era merecedor daquele lugar, porque eu sempre respeitei as pessoas. Porque pra mim, acima de tudo e abaixo de Deus, está o homem, o ser-humano. Eu acho fundamental. Bom, o exame médico foi simples, né. Eu fiquei despido, ele olhou o meu corpo e falou que eu tava apto para o trabalho. Meio caipirão, nunca tinha passado por esse processo, tive que tirar a roupa, né. O que eu queria na realidade era o meu trabalho, era ganhar o pão de cada dia, era sobreviver. Nem botou a mão. Perguntou se eu tive alguma doença contagiosa, né. Eu disse que não. Se eu tinha alguma lesão física: Não, né! Se eu fui internado alguma vez. Eu disse que sim, né. Quando eu tive um internamento por problema de pedra de rim, né, e só essa vez. Mediu a pressão — a enfermeira que viu — tava normal. E eu já tava apto para trabalhar, né.

(José Ribeiro - montador)

— Naquela época, aqui em Limerá, não era difícil de arrumá emprego não. Chamava pelo rádio... O pessoal tinha..., o campo de trabalho era grande. Naquela época fazia exame médico pela Medical, hoje não. Hoje a Empresa tem o ambulatório, lá, e passa por lá. Agora é difícil passar no exame médico, a Empresa exige o máximo mesmo. Naquela época, até que não havia muita entrevista, não. Logo que eu comecei, eu comecei trabalhano de ajudante de produção.

(Benedito dos Reis - operador de máquina)

— Fui pra Varga. Eu tinha amizade com uma amiga que trabalhava lá que arrumô pra mim, lá. Inclusive, hoje ela trabalha na UNICAMP, que arrumô pra mim entrá na Varga. Eu fui, fiz ficha tudo — isso no mês de agosto. Eles só foro me chamá uma semana antes do natal, daquele ano de oitenta e quatro, que era pra mim i que tinha uma vaga.

Aí eu fui, fiz a integração na Firma, fiz todas o exame. Perguntaro se eu tinha filhos, eu falei que não. É! Eles fazem perguntas pra gente, que eu acho que pra quem vai trabalhá não tem nada a vê. Inclusive, pra gente que faz parte do currículo, lá, Informação, se eu saía, qual os lugares que eu freqüentava, sabe, um monte de coisa que não tem nada a vê. O nível social que eu tinha, escola, sabe, um monte de coisa que eles perguntava que foge um pouco da mente. Se eu namorava, se eu já casá, tudo isso eles perguntava pra gente. E isso foi um dia, né. Passei por exame médico. Examinava assim: você faz exame de urina pra sabê se não tá grávida, exame de sangue pra sabê se não tem nenhum problema. Depois, a gente vai na sala dele, onde ele manda a gente descê a ropa na altura pra examiná fisicamente, pra sabê se não tem nenhum problema físico. Foi assim o exame que foi feito pelo médico. Já comecei a trabalhá, fui pro reparo.

(Luzia - montadora)

— Quando eu voltei, em oitenta e quatro, através de um colega de nome D., que era gerente da área, me mandou fazê uma ficha. O processo foi mais difícil... Em oitenta e quatro, já tive o processo de entrevista. Tive que ficar oito dias naquele processo de vai e vem. Quando eu entrei em setenta e dois, eu fui na quinta e na sexta eu já iniciei minhas atividades. Eles questionaram... A ideologia deles já era outra... Eles questionavam mais a pessoa em si, o comportamento da pessoa em outro sentido, né. Eles perguntaram pra mim se eu tinha ligações com o Sindicato, né. Eu disse que não, que nem sócio eu era. Porque eu saí daquela empresa? Que aconteceu?

(José Ribeiro - montador)

Antigamente, no tempo do “boi gordo”, arrumar serviço era fácil, “chamava pelo rádio”. Bastava um pouco de experiência e muita disposição para trabalhar, já estava empregado. O exame médico era só uma questão de formalidades. Servia também para impedir a contratação de pessoas com “inaptidões aparentes”. Agora, o exame admissional se transformou numa verdadeira operação “pente fino”: “é difícil passar”. Para as mulheres são exigidos “testes de gravidez”, evitando-se, assim, “os incômodos e os transtornos que a gestação e os recém-nascidos” trazem para a Empresa: “atrapalham a produção”. Por isso é que se dá preferência para moças solteiras, desimpedidas e sem “sonhos casadoiros”. Já, dos homens, o que se espera é que sejam “bem casados”, responsáveis, “com a cabeça no lugar” (expressão de José Ribeiro). A preocupação de “subsidiar a companheira, sustentar uma casa”, faz com que o empregado pense duas vezes antes de entrar para o sindicato e participar de suas lutas. A entrevista feita pela Firma visa a identificar esta e outras “ligações perigosas”, bem como a selecionar “tipos psicológicos” com comportamentos mais dóceis e adaptáveis.

— Na época que eu entrei na Varga, a Varga era um sonho que muitos que tava aqui fora sonhava em tá ali. Então, no começo foi bom sabe? Era otra mentalidade, otro tipo de..., de coisa que tinha ali dentro, então, foi uma época boa. Sei que nos três

primeiros anos meu na Varga foi bom. É um sonho, porque às vezes você tá qui, você ganha aquela coisa espremidinha e, você entra ali, você sabe que ali você tem chance de ganhá um poquinho mais do que aqui fora. Então, acredito que muita gente tem esse sonho. Mas, encarar esse sonho na realidade é bem difícil! Ela tem muita capacidade, a Varga tem muita capacidade de dá segurança. Que atrapalha a Varga são os cupincha que tem ali. Ah!... assim, pelo menos financeramente, tem um pouco de segurança sim... Porque eu tô aqui em Limerá sozinha, eu consigo me mantê, conseguia me mantê quando eu trabalhava e que ganhava. Uma época difícil que apertava pro meu pai, eu recorria, eles me dero apoio, sabe, pra podê ajudá meu pai. Quando mudô o tipo de gerência, que começô muitos mandá e pocos fazerem, aí foi a mudança feia que pra muita gente, sabe, a gente passô assim..., que entrô nova gerência, novo gerente, que eles queria mudá assim pra pessoas..., gerente com faculdade, que foro saindo aqueles menos entendido, que tinha seu lado humano, já veio os mais estudado, os estudado a fim de fazê carrera, fazê nome. Então, eles usava as pessoa, eles humilha, eles pisa, eles não tão nem aí com você. Você é um ser humano como eles próprio... Mudô muito, porque aí veio aquele negócio que eles chama de CCQ, que é um grupo de pessoas que trabalha visando melhoria, sabe? Então, foi mudano e poca coisa foi feita. Que mudô assim no processo de trabalho, sabe, foi mudano assim as máquinas pra montá, coisa que nós tinha que dá idéia, nós é que planejava, que foro mudano. Talvez, coisas insignificantes, eles dava valor, coisas que era necessário eles não..., não dava atenção. Vamos supô assim: que uma linha que poderia, que tocava com cinco ou seis pessoa, você fazia um projeto, lá, que eliminava um companheiro, você entendeu? Acredito que isso é coisa insignificante. Eles teria que vê a segurança, não eliminá a pessoa. Que quanta pessoa não perdeu o emprego por causa desse negócio de CCQ que eles implantaro. Pra produzi mais com menos pessoa. Eles não se importava se aquele serviço que você fazia tinha mais pessoa pra ajudá, não fosse prejudicá. Eles só queria produção, não importasse se aquilo fosse te arreventá, fosse te prejudicá fisicamente. Só a produção que era aumentada. Em cada mês e mês era aumentada e vinha aquele xis, e você tinha que montá aquele xis. Pra sê mais acelerado tem o gerente de lá, da área, que via um tanto xis de peça. Aí, passava pelo otro gerente, que era mandado dele, que no caso seria o gerente nosso, que vinha, passava e aumentava o tempo da máquina: "Eu quero esse tanto e é esse tanto". Vamo supô que eu tinha que montá dezoito mil peça no mês, tem que sê um tanto por dia, eu teria que montá aquele xis. Tem o processista, sempre passa pra medi o tempo que eu levava pra montá uma peça. O otro da frente tentava, levava pra montá também, otra pessoa levava pra testá, a otra pessoa que trocava cor. Então, ele media o tempo de cada funcionário, aí ele passava aquilo pro gerente. Aí, a gente vinha, vamo supô, se eu levava menos de..., bem menos de um minuto pra montá uma peça, eles sabe o quanto eu poderia montá por hora, o quanto ele poderia jogá em cima de mim. Que aí, ele sabia que eu teria que aumentá, diminuí ainda mais aquele tempo. Em vez de trinta segundo eu montá uma, eu montá duas. Era assim... Essa era a linha. Nós que montava principal, que a máquina não vencia, não vencia. Às vezes você tinha que fazê revezamento daqueles otro, aos da frente, que às vezes precisava i no banheiro. Então, se você tava cheio e não podia montá mais, eu ia revezá, eu ia pra máquina testá, aquele ia no banheiro. Depois, aquele voltava, ficava na máquina pro otro i. Fazia várias operações, teria que fazê tudo isso. Pra montá era só eu mesma e a pessoa da frente que montava. Pra nós não tinha revezamento. Você adiantava a sua parte, aí, às vezes, a gente ia no banheiro. E nesse momento que a gente tava com peça

acumulada, a gente saía um pouco pra ir no banheiro pra tentá dá aquela aliviada fisicamente. Porque cê tá sentada ali, qué dizê, cê tá com o corpo doeno, perna doeno, então, a gente dava uma disfarçada que ia no banheiro, dava uma lavada no rosto, tomava uma água e voltava novamente. Isso, que toda essa operação cê tinha que fazê em menos de dez minuto, sabe? Era assim... Controlada, é controlada! Cê tem o direito de i duas vezes de manhã e duas vezes depois do almoço. No máximo dez minuto você tem que fazê tudo isso, não pode passá. Porque se o gerente tá ali, o relógio tá ali, oh!..., olhano. A tendência era cada vez aumentá mais, que eles próprio não dão folga, porque se você para dez minuto eles considera isso como perda; nesse dois minuto você pode montá três peça, então, eles acredita que isso é considerado como perda. Então é aquele ritmo. Se hoje você aumenta..., se é duas mil peça pro cê montá, amanhã eles querem duas mil e vinte. Se você montô as duas mil e vinte, amanhã já querem duas mil e trinta, cê entendeu? É assim o ritmo que eles querem que a gente faça.

(Luzia - montadora)

— Você vê que engraçado, né. Ela foi mudando, né. Foi mudando através do processo que teve... A Varga, lá, ela se levantou mesmo através do processo, através do programa que foi criado em mil novecentos e setenta e nove. Já começou a dar início a alguma mudança, né. Era o programa CCQ. Esse tipo de programa que reunia os grupos, reúne os grupos de pessoas, trabalhadores, pra discutir o problema do setor. Acho que na realidade, o problema que não é discutido, por exemplo: meu ponto de vista, não é discutir o problema dos produtos químicos, discutir os problemas de risco de vida, mas, discutir a produtividade. A produtividade tava baixa, a prioridade era aumentar essa produtividade. A produtividade do trabalho aumenta com menos trabalhador. Quer dizer, começar a reduzir algum setor, naquele tipo de redução, tipo de trabalhador, aquele ali do lado que fazia o serviço do processo. Até a gente está assistindo até o dia de hoje. Então, você preparava a linha de montagem, ali na linha de montagem, por exemplo: trabalho com um sistema de freio da Volks, então. Ali tem cinco companheiros, cada setor faz um processo de montagem: cilindro mestre, cilindro de roda, sistema de freio a disco, essa coisa toda. Então, cada setor, né, jogando por exemplo, ia reduzir esse tipo de processo que ia surgindo através da idéia, da criatividade de cada trabalhador e, já começava mudar. O que mudava e dava certo ia pra rua. Daí, entrou uma Empresa com nome Job. Era um grupo de pessoas, se não me falha a memória, esse grupo de pessoas vinha de São Paulo. Esse grupo veio pra reduzir ainda mais o setor de trabalho, ele veio pra dar essa nova vida à Empresa. E foi daí, que muitos setores foram estagnados por essa prática, né, colocada por esse grupo de pessoas. Engraçado, né. Quando eles chegou lá dentro era..., assustou, assustou todo mundo lá dentro. Porque as pessoas chegavam com relógio, sistema lá. Pedía pra pessoa desenvolver o trabalho daquela pessoa normalmente, né, e eles iam marcando o tempo daquela pessoa. A pessoa, quando trabalha com uma pessoa atrás dele, ele fica acuado, né. Então, ele desenvolve muito mais daquilo que a gente percebe. E ali se ficava, por exemplo, trinta minutos, uma hora, dependendo do setor, ficava lá marcando o tempo ali daquela pessoa. E, aquela pessoa quando via aquele tipo de coisa, ela desenvolvia, até o que ele não sabia ele desenvolvia, né. Isto foi em oitenta e um.

(José Ribeiro - montador)

— *A fábrica mudô bastante. Começô a mudá radicalmente quando implantaro o programa da Job, lá... É o sistema de melhorá, assim, a produção... Aumento de produção com menos custo, com menos mão-de-obra. Daí, começô a mudá radicalmente... Inclusive, o pessoal da Job era um pessoal de fora. Firma especializada. Ficaro, mais ou menos, uns dois anos dentro da Firma... Em todos os setores eles fazia o trabalho... Inclusive, era mais pressão em cima. O método de trabalho que mudaro tudo, certo? Sempre no sentido de fazê o pessoal trabalhá mais, certo? Produzi mais dentro daquele mesmo horário. Foi mais ou menos assim... Porque a Varga não tinha ficha de tempo, então, aí, colocaro ficha de tempo de trabalho, tempo do pessoal ir no banheiro e voltá, certo? Tudo isso. O meu trabalho não mudô, porque eu sempre tive um ritmo, certo? Eu sempre tinha um ritmo de trabalhá, nem se matano muito, mas, também, não na moleza. Sempre aquele ritmo normal de trabalho. Sempre trabalhei na Varga nesse ritmo, certo?*
(Givanildo Pereira - matizeiro)

Luzia reclama que as relações amistosas de alguns supervisores foram substituídas pelo jeito impessoal, frio e autoritário dos novos gerentes. Vindos de faculdades, estudados, “*mais sabidos*” — conforme já os referiu Seu Mariano —, ocuparam o lugar “*daqueles menos entendidos, mas que tinham seu lado humano*”, a fim de imporem uma “outra mentalidade”, onde o que conta é somente a produção.

A introdução dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) e a presença da consultoria da “Job” dentro da fábrica, no começo dos anos 80, marcam o início das transformações dos processos produtivos. O relógio, o cronômetro, a introdução das “fichas de tempo”, são algumas das modificações citadas pelos trabalhadores como os elementos mais visíveis das “novidades organizacionais” que vieram “*dar nova vida à Empresa, assustando todo mundo lá dentro*”.

Geralmente, a implantação de novos métodos de organização do trabalho prepara o terreno para incorporação de equipamentos e máquinas automatizadas. Constata-se, assim — conforme já assinalou FLEURY (1991) —, que a “modernização tecnológica” em curso “*não significa necessariamente novos equipamentos, mas prioritariamente a redefinição do processo organizacional*”. Ou seja, no caso em questão, o que se busca é uma integração sistêmica, na qual a flexibilização e o aumento da produtividade são alcançados através de novas técnicas de gerenciamento da produção, podendo haver ou não uso da automação microeletrônica. Cabe reafirmar ainda, que a utilização de métodos tipicamente tayloristas (cronômetro, estudos de tempos e movimentos) e fordistas (sistemas mecanizados, invasão da privacidade operária e busca do comprometimento dos trabalhadores), não se vincula a nenhuma base técnica específica, podendo assumir, na prática, os mais variados tipos de configurações.

Os trabalhadores entrevistados associam a introdução do CCQ, primeiramente, com “*eliminação de companheiros*”, aumento do ritmo de trabalho, maior controle do tempo,

compressão das pausas que permitiam *"aliviar fisicamente o corpo"* e, secundariamente, com implementação de medidas de segurança que visam a *"eliminar o risco de vida"*. De acordo com ZARIFIAN (1989), os Círculos de Controle e Qualidade buscam *"agenciar as qualificações coletivas, por intermédio de modelos participativos, onde os indivíduos pertencentes a 'microcoletivos' acabariam com as antigas comunidades 'naturais' de filiação, inclusive as de classe"*. São instrumentos de captura e agenciamento da subjetividade operária em favor das necessidades exclusivas do capital.

A SUA INTELIGÊNCIA É A PRINCIPAL MATÉRIA-PRIMA DE TODA NOSSA EMPRESA

SOLUÇÃO DE PROBLEMAS, VOCÊ É CAPAZ?: no dia-a-dia, quando você está em uma máquina, com certeza enfrenta problemas de trabalho. Como conviver com tanta agitação? Os problemas, os defeitos e as dificuldades nada mais são do que oportunidades para o seu desenvolvimento. O maior problema é quando você tenta passar por cima de tudo. O importante é termos iniciativa, irmos em frente, conscientes de que corremos o risco de errar, mas que vale a pena. Diante dos problemas, é preciso se organizar, reunir as experiências, discutir com o grupo de CCQ e tomar uma decisão. Não há tempo para reclamações e indecisões. O importante é acreditar em você mesmo, afinal você é capaz.

(Freios Varga - Boletim VARGA - n° 13, marc. 91)

O CILINDRO DE RODA ESTÁ PRA PEIXE: um aquário no meio da produção? É isso mesmo! Nossos colegas do Cilindro Roda resolveram investir na beleza do meio ambiente de sua seção. L. e P., com ajuda de todo pessoal, montaram um aquário, que fica na área de lazer. Eles já tem alguns peixes e estão sempre fazendo uma 'vaquinha' para comprar alimentos e equipamentos que são necessários. Sem dúvida, a seção ficou mais bonita e alegre. PARABÊNS PESSOAL.

GRUPO ÉRIKA EXPORTAÇÃO 2 EM 1: o pessoal do grupo de CCQ Érika Exportação não quer saber de perder tempo em seu trabalho. Por isso, eles foram logo pensando em uma alternativa para reduzir o tempo gasto com a operação de laminar apoio (realizada antes da operação de usinar colarinho), onde era necessário um operador fixo. Para isto, automatizaram a furadeira, utilizando pistão pneumático e uniram a furadeira junto ao torno de usinagem do colarinho dos cilindros de roda. 2 operações em 1!! O resultado?! Eles simplesmente reduziram uma operação gerando economia de 3.663 horas/ano. Somente assim, trabalhando em equipe e com criatividade, que conseguiremos tornar nosso negócio mais competitivo.

(Freios Varga - O FREIO - n° 226, nov. 90)

GRUPO CACHIMBO GANHA TEMPO: 570 horas de trabalho ano. Antes utilizava-se 2 tornos para usinagem do corpo da válvula, hoje é necessário somente 1 torno para realizar esta operação.

(Freios Varga - O FREIO - n° 227, dez. 90)

GRUPO METALURGIA SOLUCIONANDO PROBLEMAS: com a adaptação de um pistão pneumático, o Grupo Metalurgia da Fundição de Alumínio conseguiu agora serrar, de uma só vez, os canais e massalotes da biela do compressor EFBI 0001-2. Antes era necessário um operador para fundir a peça e outro para serrar o canal e o massalote um a um, manualmente. Agora, o mesmo operador que funde, já faz a operação de serrar. O grupo economizou 400 horas no ano, além de reduzir uma operação. Esta é mais uma solução de problema que contribui para tornar a empresa competitiva, garantindo assim nosso negócio.

(Freios Varga - **O FREIO** - nº 231, abr. 91)

GERANDO SEGURANÇA: para desbastar o rebolo que retifica as peças, o operador segurava com as mãos a ferramenta (roseta) e operava com um rebolo girando em média 1500 RPM, ameaçando sua segurança. Agora nem mais operador e nem local de trabalho ficam expostos. O Grupo Ômega adaptou um suporte para fixar a roseta sobre mesa imantada da máquina e a operação é feita com a máquina fechada.

(Freios Varga - **O FREIO** - nº 234, jul. 91)

GRUPO UTDQ RITMO ACELERADO: ANTES, em uma bancada, era preciso passar ar manualmente nas peças da linha 0154 e AGORA o operador realiza a inspeção e passa ar ao mesmo tempo.

(Freios Varga - **O FREIO** - nº 236, set. 91)

GRUPO PASSA DE 75 PARA 94 PEÇAS/hora

AGINDO NA RESTRIÇÃO: operador não se desloca mais.

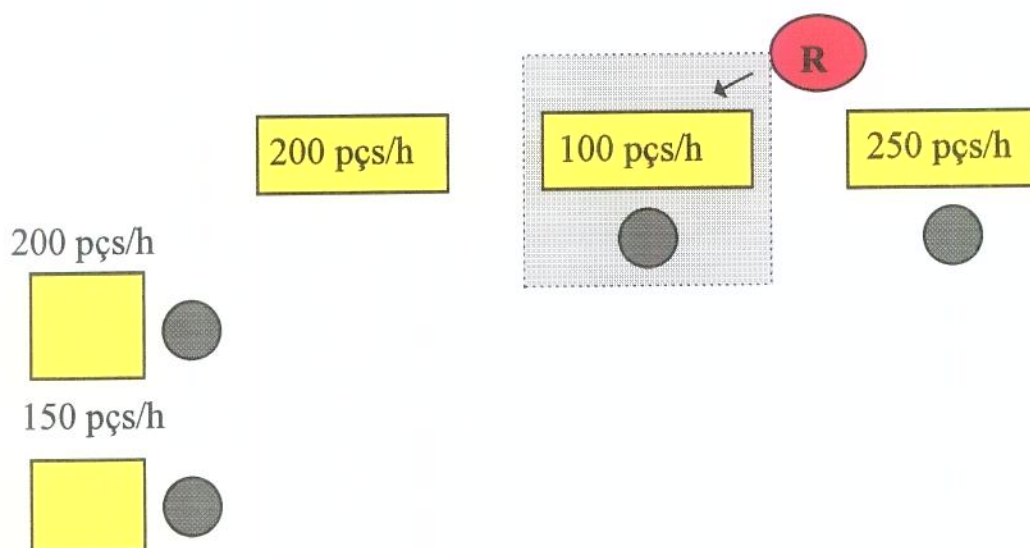
De 6 minutos/peça para 2 minutos/peça.

(Freios Varga - **O FREIO** - nº 240, abr. 92)

LIBERE SUA CRIATIVIDADE. PARTICIPE DO PROGRAMA CRIAÇÃO

A introdução de novas tecnologias, combinada à uma nova concepção do trabalho em equipe, ao contrário de favorecer uma maior autonomia dos operários em relação à disposição do seu trabalho, limita sua atuação às prescrições da gerência. Paralelamente, o ritmo das operações é acelerado, em virtude de uma melhor integração dos processos e de um melhor aproveitamento do tempo realmente útil. A intensificação da produção aparece como resultado da diminuição do ciclo das tarefas e, também, como decorrência da redução substancial da porosidade da jornada de trabalho. Interessa ao capital deixar os trabalhadores e os equipamentos ocupados o máximo de horas possível. Qualquer minuto, parada de máquina, acúmulo de estoque, enfim, qualquer restrição ao tempo em que o trabalho acrescenta valor efetivo ao capital deve ser eliminada. O tempo realmente produtivo deve ser aquele no qual os fluxos dos componentes e processos ocorram no “*just-in-time*” das exigências do cliente.

A RESTRIÇÃO ATENDE O CLIENTE: em sua célula de manufatura existe uma máquina ou posto de trabalho que representa uma restrição para o atendimento ao cliente. A verdade é que independente das outras máquinas, a restrição é que comanda toda célula. Veja esta célula:



Embora as outras máquinas tenham maior capacidade produtiva, a que faz 100 peças/hora é que determina o que será entregue ao cliente. Se as outras produzirem mais que 100 peças/hora haverá estoque intermediário. Identifique a restrição da sua célula e procure:

- dar sugestões para melhorar a produtividade da máquina restrição.
- manter este posto de trabalho funcionando 100% com o mínimo de interrupções, afinal ele é que determina o atendimento ao cliente.
- voltar a atenção de toda equipe para a restrição, assegurando o atendimento ao cliente sem gerar estoques intermediários.

(Freios Varga - **Boletim VARGA** - nº 37, mar. 93)

A redução de estoques, eliminação dos “tempos mortos”, a implantação de automatismos nas máquinas e equipamentos para melhorar seus desempenhos, entre outras medidas, buscam atuar sobre os postos de trabalho que “amarram” o processo, impedindo que o fluxo ocorra de um modo contínuo, sem acúmulos e desperdícios. Observa-se, na prática, uma “automação seletiva” que afeta, principalmente, as operações de transferência e controle da produção. Essa estratégia, combinada às medidas de otimização dos estoques (*Kanban, just-in-time*), aumenta a sincronização e a integração das operações, intensificando ainda mais o ritmo de trabalho.

— *A Empresa mudô bastante. Tão evoluíno bastante, é..., cada veiz produzino mais. Tem bastante pressão em cima do funcionário, né. Manda três, quatro funcionário embora, daquele setor, ali, a pessoa é obrigada a ficá fazeno a mesma produção que tava fazeno com queles quatro... Tem que tocá a mesma produção e, às veis, até mais. O preparador mesmo, que era só preparador, só preparava a máquina, agora, ele prepara a máquina e trabaia, né. Ele é obrigado a operá. Eu querdito que modífica as*

condição de saúde porque puxa um pôco, né. Aí, tem a pressão. Às veis, o coitado com medo de perdê o emprego, às veis, ele tá fazendo uma coisa que ele num pode, né, que o corpo dele num dá e ele tá... Porque se cai o ritmo, né..., vai embora. Lá a hora-extra é direto. Na Varga, principalmente, tá bão essa parte aí de hora-extra. As máquina mudô bastante. Inclusive, na moldação, tinha ali, parece que sete conjunto, sete ou oito conjunto. Agora, parece que só tem dois. Uma ABP, uma máquina, ela tirô mais ou menos..., eu carculo mais ou meno, uns quinze funcionário. Uma pessoa só opera ela e antes ocupava quinze naquele setor pra trabalhá. Agora, com duas pessoa dá pra trabalhá. Ela faz peça, molda, faz moldage. Tinha, antigamente, dois conjuntos, aí tiraro e colocaro essa ABP. Nesta ABP trabalha só duas pessoa, só. Eles opera a máquina, coloca o macho, diminui bastante a mão-de-obra. O ritmo aumentô, sempre aumenta.

(Silvério - Operador de Fundição)

— A mudança era mais de organização da produção. Então, por exemplo: se você trabalha numa máquina — pistões, por exemplo — se começava a fazê operação no pistão, aonde seria o acabamento dele, poderia sê uma máquina que tava mais próxima da montagem, então, já começaro a fazer estas mudanças. Trazia ou levava. O que tivesse mais facilidade de transformação, de mudança eles fazia. Ou levava aquela que iniciava o trabalho mais perto da montagem, ou trazia a da montagem pra mais perto da onde iniciava a produção, e, quando não, mudaria as duas e deixava bem mais próximo da montagem. Essa era uma das mudança que fazia. Mas aí, quem fazia só o início da usinagem, da peça, já passaria fazê começo e fim. Por exemplo: aquele trabalhador dos que tava dano acabamento, ele seria transferido, normalmente, seria demitido, mas, pra num dá muita desconfiança, ele era transferido de setor. E aí, se era dois que fazia, passava a sê um só fazê. Ele fazia o início da usinagem, já fazia o acabamento e dali, já tava pronto pra montagem.

(Benedito dos Reis - operador de máquina)

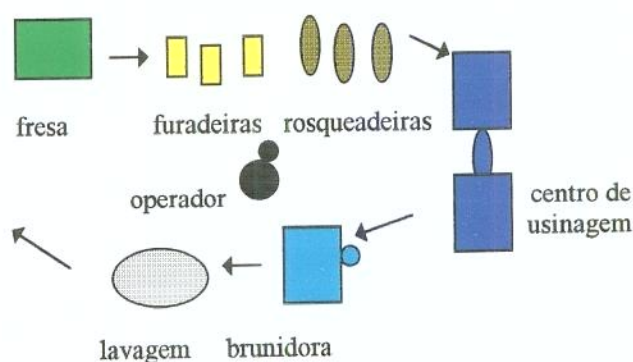
— A minha área tinha mudado muito. As máquinas, a quantidade de pessoas reduzidas. Porque trabalhava com cento e cinquenta e duas pessoas e reduziram pra oitenta pessoas. As máquinas já não tavam mais naquela posição que tavam antigamente, já tava em outro tipo de posição. Houve um revolucionamento, uma revolução total ali dentro em termos de organização.

(José Ribeiro - montador)

A introdução de máquinas automatizadas em alguns setores da Empresa, não só restringiu significadamente o número de operadores necessários para a realização do trabalho, como limitou suas atividades somente aos aspectos ligados à alimentação e ao controle de seu funcionamento. A distribuição das máquinas na planta fabril passou a ter um outro arranjo. A antiga linha, onde cada trabalhador executava uma operação apenas, adquire, agora, uma configuração celular (ver esquema abaixo), na qual cada operador realiza vários procedimentos sucessivos e controla um conjunto de equipamentos.

FLUXO ESQUEMÁTICO DA CÉLULA DE PRODUÇÃO DE BLOCOS DA FREIOS VARGA*

10 máquinas e 1 operador: 1 fresa; 3 furadeiras; 3 rosqueadeiras;
1 centro de usinagem (CNC): 1 brunidora; 1 lavagem



**Este desenho foi feito pelo próprio autor quando acompanhava uma inspeção da DRT na Empresa*

A organização das máquinas em células e “ilhas” visa a eliminar os “tempos mortos” e a maximizar a produção de “tempo oculto”. O trabalho deixa de ser organizado em torno dos ofícios — configuração que facilitava o aprendizado e o estabelecimento de solidariedades horizontais —, para ser redisperto em função dos fluxos das peças. Essa medida, além de diminuir o “lead-time” dos componentes (tempo gasto para sua fabricação), sobrecarrega sobremaneira cada operador e elimina as linhas de demarcação das antigas profissões no chão-de-fábrica.

O método de reorganização produtiva adotado pela Empresa baseia-se no “modelo japonês” que, por sua vez, encontra-se fincado em três pilares básicos: *just-in-time* (no tempo certo), “muda” (eliminação de desperdícios) e *Kaizen* (melhoria contínua). Nesse novo processo, além de conhecer bem os diferentes tipos de máquinas e tarefas, cada operador deve responder pela qualidade, pequenas manutenções preventiva e corretiva, limpeza e pelo transporte de materiais, aumentando com isso sua carga de responsabilidades.

Por outro lado, a adoção de um novo *lay-out* fabril, por estar associada ao trabalho em grupo (*work team*), traz profundas alterações no dia-a-dia da produção. De uma maneira geral, a equipe de trabalhadores terá que desempenhar uma determinada fase do processo de fabricação em sua totalidade e no tempo exigido, aumentando, desse modo, a pressão e a exclusão pelo próprio grupo dos “menos aptos”. Afora as consequências previsíveis sobre a quantidade de postos de trabalho, essa postura tende a desarticular a organização dos trabalhadores em função da concorrência entre as células.

— Engraçado. Hoje não existe mais este preparador, hoje não existe mais. Por exemplo: eu como preparador, antes eu fazia, mas não estava no papel. Trabalha e na mesma

máquina prepara. Por exemplo: a máquina, por exemplo, dentro da montagem, ela mudou, é uma máquina mais robotizada. Algumas máquinas não, todas. Porque ainda hoje existe dentro da montagem máquinas dos anos setenta, lá dentro. Em termos de mudança e criatividade foi mudado muita coisa. Dentro, por exemplo, da usinagem.

Então, veio muita coisa nova. Porque, veja bem! O processo, nesse período, cada ano muda o tipo de carro, entra um tipo de carro novo na linha, tem que mudar o sistema de freio, né, e, aí, tem que comprar máquinas mais, né, tornos mais sofisticados, mais tecnologias. Quando eu digo robotização é quase, por exemplo, diminui mais no caso, o processo em si na realidade. A máquina tem que ser mais robotizada. Quando eu digo

robotizada, quer dizer, automatizada. Por exemplo, hoje dentro da Empresa um trabalhador que usava só a mão pra trabalhar, hoje usa as mãos e os pés pra trabalhar. Pedal, uma coisa ou outra. Quer dizer, que o cara não tem sossego. Tem algumas máquinas, por exemplo: eu trabalho no setor de usinagem de freio a disco, né.

Então, veio muitas máquinas novas. Basta você colocar uma peça lá e você... Tudo automatizado... Como se tivesse... Por exemplo: eu trabalho num tipo de peça que faço uma operação e passo pra outro companheiro do lado pra fazer outra operação. Todo esse processo, com essa tecnologia nova, esses processos não existe mais, essa máquina ela faz tudo. Só alimenta ela e ela trabalha. Os processos antigos se mantêm para as peças de reposição. A produtividade que mudou.

(José Ribeiro - montador)

— Eu tava falando da estamparia, certo? Voltano um poquinho atrás... Então, tava passando o serviço pro preparador de controle de medida pro próprio operador. O operador tava fazendo três serviços só pro operador. Daí, já sobra o setor de qualidade, tava sobrando também os preparador e, o que eles tava fazendo com os preparador? Passano tudo pra ferramentaria e, o pessoal mais antigo, lá, ensinava pra eles trabalhá, certo? E, depois, eles mandava os mais velhos embora... No meu setor mesmo, quando eu tava lá, tinha três preparador e, depois, ainda foi mais também, porque os preparador da estamparia passô tudo pra ferramentaria e, os ferramenteiro, que era especializado, foi jogado pra escanteio. Foi o que eu acho que aconteceu comigo também. Eu acho, né. Porque eles num fala o motivo. Eu saí da Firma sem sabê o motivo. Não me dero o motivo.

(Givanildo Pereira - matizeiro)

As exigências de múltiplos encargos (*multi-tasking*) introduz uma série de alterações na divisão de trabalho no interior da unidade fabril. A separação entre controle de qualidade e produção/montagem é desfeita; cresce a importância da atividade de manutenção dos processos; dissipa-se o trabalho direto (cresce o trabalho indireto); a mão-de-obra é fragmentada entre os trabalhadores próprios, contratados e terceirizados; as funções dos preparadores, dos inspetores dimensionais são incorporadas às tarefas dos operadores, que passam a ser enquadrados em outras classificações ocupacionais (ver Quadro 7). Ocorre, desse modo, uma polarização da composição da força de trabalho que, no conjunto, desqualifica o coletivo operário.

Quadro 7

Freios Varga: Plano de Desenvolvimento dos Operadores

CLASSIFICAÇÃO	PRÉ-REQUISITOS
Operador	• integração; • formação CCQ; • kanban e células; • filosofia qualidade total.
Operador semi-qualificado	• conhecimento do produto; • controle de medidas; • treinamento operacional.
Operador qualificado	• leitura e interpretação de desenhos; • fundamentos em estatística; • qualidade total.
Operador preparador	• preparação de máquina (set-up); • lubrificação; • ferramentas; • pneumática básica; • hidráulica básica; • treinamento operacional.
Operador qualidade assegurada	• controle estatístico de processo (CEP); • simbologia; • sistema de qualidade; • treinamento operacional.
Operador quebra-zero	• pequenas manutenções; • ferramentas; • lubrificação; • manutenção de dispositivos de matrizes; • pneumática básica; • hidráulica básica; • elétrica básica.
Operador qualidade total	• incorpora as atividades do operador preparador, do operador qualidade assegurada e do operador quebra-zero.

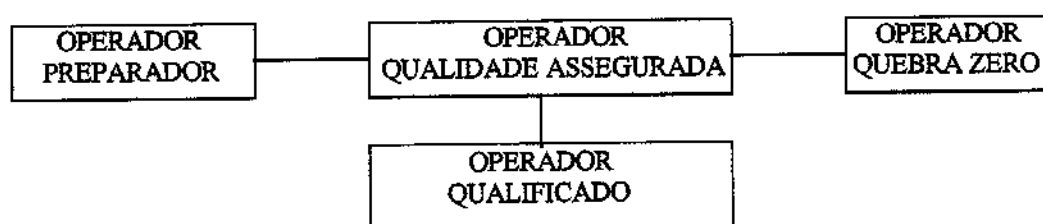
O processo de reestruturação produtiva que vem sendo implantado na Empresa, atinge os vários ofícios de uma forma diferenciada. No setor de usinagem e ferramentaria, por exemplo, antigo reduto de trabalhadores altamente qualificados e conhecedores da arte de seu *metiér*, a introdução da máquina CNC restringiu o trabalho às operações de ligar, desligar, alimentar e trocar ferramentas. O trabalho, antes complexo, foi transformado em simples. MARQUES (s/d: 77) prevê que, devido a esse processo, *“com o passar das gerações a classe operária perderá o conhecimento encerrado nesses ofícios”*. Ao transferir o conhecimento do trabalhador para o equipamento, a Empresa rebaixa o conteúdo do trabalho e esgarça as antigas identidades desses profissionais.

Os operadores, por sua vez, passaram a desenvolver outras tarefas, além da operação propriamente dita da máquina. A execução de pequenos serviços de manutenção (lubrificação, limpeza de filtros, reparos de alguns elementos de fixação), a preparação do equipamento e a

responsabilidade pelo controle de qualidade, vieram a constituir o elenco de novas atribuições que, longe de significar uma maior qualificação profissional, apenas condensou num único trabalhador uma multiplicidade de funções parciais.¹⁶

Todas estas transformações ocorridas na atividade do operador passaram a exigir outras referências cognitivas, principalmente no que diz respeito à compreensão simbólica e abstrata dos indicadores de fluxos e dos painéis dos equipamentos microeletrônicos. Por outro lado, todos os pré-requisitos técnicos exigidos dos fresadores, torneiros, ferramenteiros, etc., foram substituídos pelas atribuições de supervisionar a máquina, a fim de se evitar panes. A arte de limar, interpretar desenhos, “fazer com as mãos”, se tornou resquício, vestígio profissional, simples apêndice do “trabalho morto”.

PLANO DE CARREIRA DOS OPERADORES



Extraído: Freios Varga - *Boletim VARGA*, nº 23, jan. 93

Associada à nova estrutura de cargos e salários, a Empresa introduziu uma série de incentivos baseados no desempenho dos funcionários, visando envolver os trabalhadores com as metas de produção. Segundo análises do DIEESE (1980: 7-10), “*para ascender na escala instituída pela empresa, o trabalhador deve cumprir fielmente as regras da companhia. Segundo os manuais de administração salarial, essa política ajuda a extrair as potencialidades máximas dos recursos humanos. Do ponto de vista do trabalhador, no entanto, o sistema é encarado como um instrumento para disciplinar a força de trabalho, promovendo a concorrência entre os próprios trabalhadores e controlando os custos com a mão de obra. Através da falsa ascensão na estrutura funcional e salarial da empresa, o trabalhador é levado a aumentar seu ritmo de trabalho, e portanto, a sua produtividade*”.¹⁷

¹⁶ - De acordo com Freyssenet(1989), “a atual concepção da automatização (imposta unilateralmente pelos patrões) cria obstáculos para o enriquecimento das tarefas, uma vez que o trabalhador não pode estar motivado, nem ser considerado qualificado, se é apenas um complemento do sistema automatizado, do qual não detém o controle”.

¹⁷ - No entanto, ao atingir as faixas mais altas, e dependendo de seu real estágio de qualificação e das facilidades de contratação de novos trabalhadores, esse empregado dará lugar a outro com salário mais baixo, que por sua vez iniciará esse processo perverso, caracterizado como um verdadeiro “jogo do pau-de-sebo”.

A política de tornar supérflua a mão-de-obra qualificada, descartando os trabalhadores mais antigos e mais experientes, cumpre o papel de jogar para fora da fábrica justamente aqueles trabalhadores portadores da memória técnica, política e dos riscos. Ou seja, aqueles profissionais que, por possuírem um saber específico, poderiam impor ainda alguma resistência aos processos de reestruturação produtiva impostos pela Firma. Isso porque, os trabalhadores mais tarimbados, via de regra, trazem práticas culturais e políticas que as empresas buscam rechaçar, no intuito de impedir a formação de grupos insatisfeitos e arredios às implantações de “*certas modernagens*”.

LEITE (1989: 39) assinala, que o entrelaçamento dos vários ofícios e a perda de seus limites anteriores “*choca-se frontalmente com a cultura sindical de defesa das diferentes profissões existentes no interior da categoria*”. O apagamento das atribuições que delimitavam o papel dos diversos profissionais no chão-de-fábrica, acaba por implodir também as relações de respeito e confiança entre os operários mais jovens e os mais antigos de casa.¹⁸ Todos esses processos vieram alterar profundamente a composição técnica e política do trabalhador coletivo, bem como a divisão do trabalho no chão-de-fábrica (ver esquema a seguir).

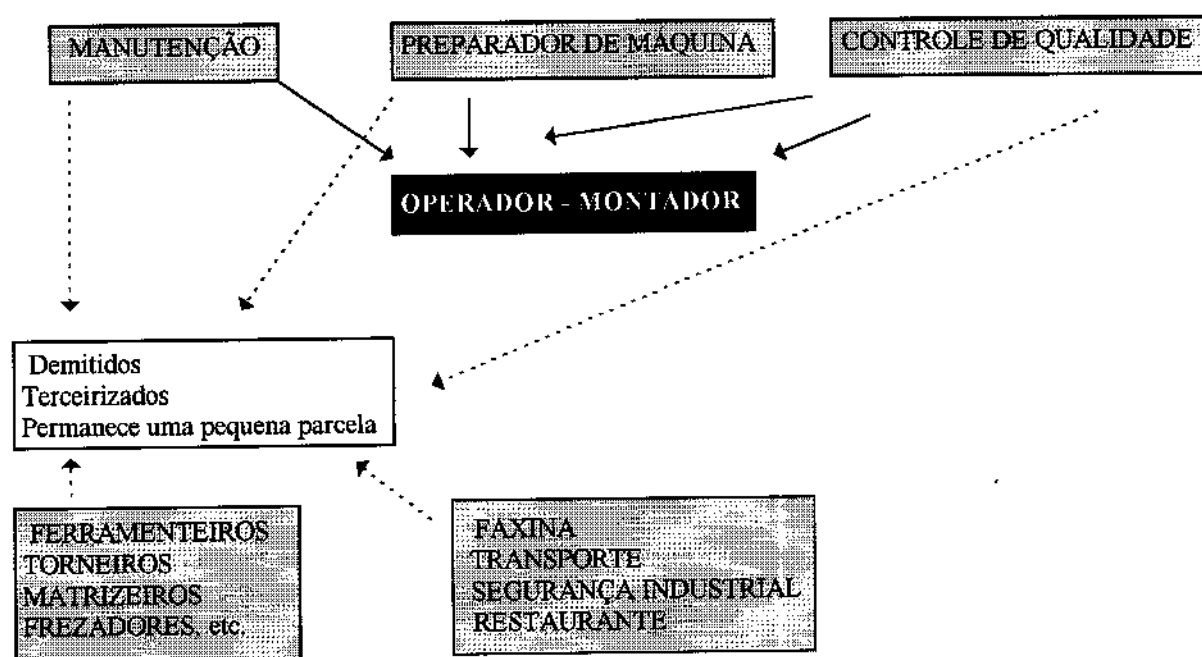
A incorporação das atividades de controle de qualidade, preparação de máquina e pequenas manutenções no rol de responsabilidades do operador, tornou supérfluos os antigos profissionais que executavam estas tarefas. Dentro dessa lógica, quando a Empresa necessita de uma manutenção mais pesada, é contratada uma firma de fora para realizar o serviço. O mesmo vem acontecendo com a ferramentaria (ver relato de João Batista e Givanildo Pereira) que, a partir da introdução das máquinas CNC, vem sendo terceirizada e esvaziada. Assim, a tendência atual é a de permanecer no quadro próprio da Firma somente as funções de operação e montagem, e uma pequena parcela de profissionais considerados essenciais para manutenção do processo. Os inspetores de qualidade, preparadores de máquinas, ferramenteiros, fresadores, torneiros, por não estarem diretamente ligados ao processo direto de fabricação, constituem o grupo mais vulnerável às demissões, uma vez que seus ofícios encontram-se em franco processo de extinção.

O DIEESE (1993), após aplicar questionário em várias empresas que terceirizaram partes de sua produção, concluiu que esta estratégia vem sendo utilizada pelas indústrias brasileiras, prioritariamente, como uma forma particular de gestão da força de trabalho. Segundo ainda essa pesquisa, as firmas terceirizam suas atividades por vários motivos, dentre eles: adequar a relação volume produzido/retorno obtido em cada fase do processo produtivo; diminuir a diversidade das formas organizacionais para facilitar a gestão empresarial; buscar um maior fôlego a fim de sobreviver às crises econômicas, pois é mais fácil cortar encomendas que se desfazer de ativos;

¹⁸ - Cabe ressaltar, ainda, a perda de auto-estima desses trabalhadores qualificados, uma vez que, por serem “*apegados à hierarquização anterior das profissões, consideram, por exemplo, pouco abonador para um torneiro realizar um trabalho de um rebarbador ou de um furador*” (ver relato de João Batista e Givanildo Pereira).

realizar um menor número de processos para diminuir os custos; controlar o movimento dos trabalhadores e burlar as conquistas sindicais.

NOVA ORGANIZAÇÃO DAS TAREFAS NA FÁBRICA



Sob a óptica do trabalhadores, a terceirização tem trazido graves danos. Segundo o mesmo levantamento, em 72,5% dos casos os benefícios sociais dos trabalhadores de terceiras contratadas eram menores que os vigentes na empresa cliente. Quanto aos salários, apesar de não haver uma avaliação qualitativa, 67,5% das respostas apontaram que os níveis salariais praticados nas empresas terceiras eram inferiores aos da contratante. As condições ambientais e de segurança no trabalho apareceram como outros aspectos relevantes apontados pelos trabalhadores. A terceirização se associou, em mais de 32% dos casos, à ausência de EPC e EPI, assim como à uma menor segurança e maior insalubridade nos locais de trabalho (ver relato de Cirilo e João Batista). Tudo isso ocorre, dentre outros motivos, porque os trabalhadores terceirizados tendem a migrar para categorias sem tradição de organização sindical. Portanto, a terceirização funciona para as empresas como instrumento de rebaixamento das conquistas sindicais e de enfrentamento das lutas protagonizadas pelas classes trabalhadoras no chão-de-fábrica.

— Reduziu alguns riscos e apareceu alguns outros. Por exemplo, a aceleração do trabalho. Acelerou muito mais, muito mais!!! e, isso, adquire muito risco de acidente dentro da Empresa. A rotatividade de trabalho ela superou aquele tempo, né. Quando a

gente é operador três, a gente tem a função de substituir o preparador... E, nesse período, eu trabalhava com sistema de freio a disco e, o sistema de freio a disco, você tem que deslizar ele, né. Então, como não tinha um dispositivo adequado, porque esse dispositivo ficava muito caro, né (é isso que passava pra gente, né). Trabalhava o programa criação, né, o CCQ. Então, você começa a perceber que esse tipo de programa, só vai aumentar a produção sem gastos de peças. Quando se trata de um projeto que tem de desembolsar, então paciência... Aí você tem que ter paciência. Então, foi o que aconteceu comigo. A gente reclamava muito com esse tipo de dispositivo, né. E isso foi atrofiando meus nervos, esses nervos ficaram paralisados — fazia movimentos repetitivos e perdi a força. Aí, fui demitido em abril de noventa e um.

(José Ribeiro - montador)

— A saúde piorô, né. Porque o cansaço aumentô, né. Porque aumentô o ritmo aumenta o cansaço. Então, ficô mais difícil, né. A mudança que teve lá é só na parte de manutenção, certo? Fazê manutenção nas máquinas. Mudava automação. Foro desenvolvendo um tipo de melhorá as máquinas e tal. Foi colocando automação nas máquinas. Inclusive, agora, antes de eu sair, a gente tava fazendo um serviço de automação nas ferramentas também, certo? Pra melhorá extração, melhorá a produção, máquinas e ferramentas também. Isto é bom para o operador, porque diminui o esforço dele, e, bom pra gente também, certo? Que nem no nosso caso lá, o meu serviço lá, se o operador trabalha bem, tá sem problema a ferramenta, então, menos quebra, certo? Porque melhora as condições do operador, melhora no sentido de desgaste da ferramenta também, né, menos trabalho, menos serviço. À medida que vai melhorando o sistema vai melhorando a produção, certo? No mesmo e determinado tempo e, eu acho que aí vai sobrando, né, mão-de-obra. Inclusive, máquina, tinha várias máquinas lá, que o serviço usava três máquinas, só tinha uma só, entendeu? Aí, se perdeu duas mão-de-obra, certo? Na estamparia eles estavam implantando esse sistema aí, certo? Inclusive, tinha um setor de metrologia, certo? Tinha os preparador de máquina — os preparador preparava a máquina e depois pegava o produto — e, a metrologia, que acompanhava o dimensional, certo? do produto. E, ultimamente, agora, eles tava passando tudo isso pro operador, certo? Eles tã nesse sistema aí. O operador prepara sua máquina, faz o dimensional, certo?, e trabalha. Passô pro operador a preparação da máquina, aprovação do produto e pra ele operá também.

(Givanildo Pereira - matizeiro)

— O CCQ é um meio novo ainda, mas estava implantando CCQ, certo? CCQ é melhoria, né, serviço de melhoria. Tira idéias do pessoal no geral, no setor, pra dá idéias pra melhorá. Por exemplo: uma alteração na máquina; na minha seção, lá, seria melhorá as condições da ferramenta, certo? Pra melhorá a produção. Menos quebra, certo? Neste sentido aí. Eles preocupava também um pouco com o sistema de segurança.

Principalmente na área minha, ali, na área de estamparia onde eu atuava mais. Eles, ultimamente, como eu falei pra você, já tava bem adiantado, certo? Problema de equipamento de segurança, manutenção das máquinas, nas prensas, o risco era bem reduzido, porque eles implantaram o sistema bimanual. Sistema onde o operador não trabalha quase com mão embaixo da ferramenta. Mesmo as ferramentas que não teria jeito de extrair, extração pneumática assim, o operador teria que, numa peça pesada,

por exemplo, teria que enfiá a mão lá pra tirá, eles tinha os alicate, como é que fala, imantado, certo? Qué dizê, que era poco risco para o operador...

(Givanildo Pereira - matizeiro)

— O que eu mais observei foi a problemática do trabalhador estar inseguro, foi da insegurança. Porque, naquela época, o pessoal temeroso de ficar desempregado, uma recessão que vinha arrojando tudo, né. Ela sempre usou daquele processo, por exemplo: demiti trezentos e contrata cem. Por exemplo: vamos supor que eu era... Todo tipo de peça que tem lá dentro da Empresa é tudo cronometrado. Então, por exemplo, se o camarada tem produtividade de oitenta peças por hora..., se cai, onde caiu? Por que caiu?

(José Ribeiro - montador)

Em relação às condições de saúde e segurança na Fábrica, os trabalhadores entrevistados são quase unânimes em afirmar que houve uma piora destas variáveis após a implantação dos novos métodos de organização produtiva (Quadro 8). Os operários argumentam que, embora o funcionamento das máquinas tenha melhorado com a introdução de automatismos, a condensação do tempo de trabalho, decorrente da nova gestão dos fluxos de matérias-primas e componentes (kanban), das modificações no arranjo dos equipamentos (celular) e, principalmente, da diminuição do número de efetivos, intensificou sobremaneira o ritmo laboral, a ponto de anular os efeitos benéficos causados pela diminuição do esforço físico necessário para executar a tarefa. Um outro resultado paradoxal apontado pelos trabalhadores pesquisados, diz respeito ao fato de que a colocação de dispositivos automáticos de acionamento (bimanuais) tanto diminuiu o risco de acidentes quanto aumentou sua ocorrência, em virtude da cadência “*mais apurada*”.

Já foi referido anteriormente que a “*aceleração da produção*”, somada à diminuição de pessoal, restringiu aquela parcela do tempo utilizada pelo trabalhador a fim de “*aliviar seu cansaço*” e restabelecer seu equilíbrio psicofísico. De acordo com CARVALHO (1987), “*as novas tecnologias expropria do operário a liberdade para planejar seu trabalho, distribuir seu desgaste físico ao longo da jornada para aproveitar, a seu favor, o surgimento de acontecimentos imprevistos*”. Em síntese, podemos concluir que as novas formas de organização produtiva introduzidas no chão-de-fábrica amenizaram uma grande parte do “*peso do trabalho*”, mas, em contrapartida, ampliaram os efeitos negativos da intensificação do ritmo sobre a saúde dos trabalhadores. Seu Mariano, sendo um bom entendedor dessas coisas, simplifica as várias opiniões à respeito do assunto de uma forma exata e bem legível: “*O ritmo é feróz*”.

O ritmo da produção, engrenado pela maior “*leveza das tecnologias microeletrônicas*”, pelos ciclos cada vez mais curtos das tarefas que sobraram para as mãos operárias, adquire na descrição dos trabalhadores uma feição animalasca: “*esgota e engole a gente*”. Ao contrário do

trabalho pesado que emoldura os músculos e o físico, através de um processo de “adaptação” no qual o corpo é talhado a sol, ferro e cimento, o ritmo atrofia as fibras e os nervos sem que os trabalhadores se dêem conta da sua presença.

Quadro 8

Impactos da reestruturação produtiva sobre as condições de trabalho Opinião dos trabalhadores entrevistados

Operário	Ritmo de Trabalho	Esforço Físico	Medidas de Segurança	Inalubridade	Desemprego	Qualificação	Condições de Saúde
Mariano	aumentou	-	-	-	aumentou	-	pioraram
Cirilo	aumentou	diminuiu	melhoraram	diminuiu	aumentou	desqualificou	melhora piora
Maria Aparecida	aumentou	-	-	-	aumentou	-	pioraram
João Batista	aumentou	-	pioraram	-	aumentou	desqualificou	pioraram
Silvério	aumentou	-	-	-	aumentou	-	pioraram
Givanildo Pereira	aumentou	diminuiu	melhoraram	-	aumentou	desqualificou	pioraram
Benedito dos Reis	aumentou	-	-	-	aumentou	-	-
Luzia	aumentou	-	-	-	aumentou	-	pioraram
José Ribeiro	aumentou	-	-	diminuiu aumentou	aumentou	desqualificou	piora melhora
Vander	aumentou	-	-	-	aumentou	-	pioraram

O trabalho pesado tem espessura, contornos, medidas, produz identidades. É quase que uma condição de todos aqueles que “empurram a vida com o braço”. Cifose, escoliose, lumbago, ciática, são algumas das marcas da sua ação ao longo do tempo. Já, o ritmo agressivo, possui limites às vezes imperceptíveis, sendo que os seus sinais e sintomas, quando descritos, são vagos, imprecisos, difusos. O trabalho pesado, de antemão, requer um esforço de calcular, medir, avaliar atentamente, sopesar, sem o qual o corpo não se deixa habitar pela carga. O ritmo acelerado, diferentemente, é uma atividade tornada puramente motora que, quanto mais desconectada do desejo, mais se converte em ato compulsivo a impregnar os sonhos e os gestos. O trabalho pesado retorce o corpo, deixando-o dolorido e torto. O esforço repetitivo estreita os movimentos corporais, tornando-os com o passar dos anos espasmódicos, guenzos. Enquanto os efeitos do trabalho pesado se inscrevem no corpo, os danos cusados pelo ritmo açodado se refletem no psíquico mais do que no físico. Enquanto um cansa, o outro deixa o “corpo esgotado”.

Sem dúvida, a intensificação do ritmo deslocou o trabalho pesado e assumiu a condição de principal fator prejudicial à saúde segundo os trabalhadores entrevistados. O que aparece nas referências dos operários é muito diferente dos efeitos da cadência acelerada nos moldes da linha de montagem fordiana, onde cada trabalhador ficava fixo no seu posto. O ritmo intensificado na automação flexível, diferentemente, é resultado de um conjunto de medidas que engloba desde o monitoramento e a operação de várias máquinas ao mesmo tempo, até a condensação de múltiplas tarefas num único operador. Ou seja, se o ritmo da produção fordista já era intenso, na automação flexível, devido às possibilidades abertas pela tecnologia microeletrônica e pelas novas formas de organização produtiva, ele adquire um caráter intensivo.

Quadro 9
Operação de ajustagem de componente*

Operação	Segmento do corpo envolvido
1ª Operação: por o componente na bacia de pré-aquecimento. Temperatura da água: 77° C.	mão esquerda
2ª Operação: retira o componente da bacia e coloca no inserto de calibração	mão direita
3ª Operação: aciona o pedal calibrador.	pé direito
4ª Operação: observa se o manômetro está indicado a pressão exata do componente	olhos
5ª Operação: se o volume não estiver correto, aciona o pedal de recalibragem.	pé esquerdo
6ª Operação: retira o componente do inserto e coloca na caixa.	mão direita

* Tempo total da operação: 5,2 segundos

Observa-se no exemplo acima (Quadro 9) que não se trata mais de realizar tão somente operações repetitivas, mas de adicionar-se ao componente motor dos gestos operatórios programados uma carga significativa de concentração mental (percepção, identificação, decisão, memória de curta duração, exigências de produtividade, etc.). Neste caso, a tarefa é estritamente prescrita e o ritmo requer uma grande rapidez. A operária, para dar conta de ajustar 780 peças/hora, tem que permanecer imobilizada no seu banquinho, assumir uma postura rígida, mantendo a visão fixa no ponteiro do manômetro. Tal posição, exige que os músculos posturais se contraiam excessivamente, provocando perturbações físicas (mialgias, cefaléias, cervicobraquialgias, formigamentos, perturbações visuais, etc.) e mentais (pensamentos obsessivos relativos ao trabalho, alterações do sono, humor e psicossomáticas, manifestações latentes, etc.).

Acrescenta-se a tudo isso a presença de outras variáveis interferindo no trabalho (iluminação inadequada, ruído, calor, pressão, etc.), aumentando mais ainda o sofrimento psíquico.

Os efeitos específicos das novas tecnologias sobre a saúde dos trabalhadores são menos visíveis e mais dispersos do que aqueles provocados pelas formas anteriores de organização industrial. O fato de as máquinas e equipamentos microeletrônicos serem de precisão, sensíveis, exige uma certa estabilização das condições climáticas das seções, diminuindo, por tabela, o calor excessivo (ver relato de Cirilo), bem como as substâncias poluentes que podem afetar seu desempenho. Isto acaba por determinar um ambiente de trabalho mais “limpo”, uma vez que ocorre uma diluição dos agentes químicos e físicos capazes de provocarem danos à saúde do trabalhador.

A tendência atual é a de se configurar cadeias produtivas onde as indústrias de ponta buscam manter seus processos “limpos e leves”, enquanto as terceiras, as empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de mão-de-obra passam a assumir as etapas “mais sujas e pesadas” da fabricação. Esta divisão também vale para as diversas formas de usura e de exploração da força de trabalho que são praticadas nos diferentes setores de produção/acumulação.

MORTE NA VARGA **TRABALHADOR DE EMPREITEIRA É ELETROCUTADO**

O companheiro A.M.O., 24 anos, morador de Rio Claro, pai de dois filhos, trabalhava no interior da Freios Varga, trocando postes de eletricidade, quando a rede foi energizada. O companheiro foi eletrocutado e a morte foi inevitável. Segundo informações, foi o engenheiro da Varga, J.R.P., o responsável pela tragédia, pois ele teria ligado a rede quando os funcionários ainda trabalhavam. O serviço de manutenção feito pela Tecpel, no interior da Varga, é proibido pela nossa Convenção Coletiva, mas o lucro, para a Varga e Tecpel é o que interessa. Um dos principais problemas que os trabalhadores de empreiteiras sofrem dentro das fábricas é a humilhação e o autoritarismo. Será que não foi o que ocorreu em relação à atitude o engenheiro J. R.? Ninguém irá repor a vida do companheiro, mas podemos evitar outras mortes e o sindicato vai a fundo nessa questão para apurar as responsabilidades, pois as empresas tentam fazer um discurso de modernidade, mas terceiriza os serviços e jogam pais de família na miséria e até tira a vida de outros. ISSO NÃO É MODERNO. É CRIME!!!

(METALUTA, março de 1995)

ANÁLISE DO ACIDENTE¹⁹

COMO OCORREU O ACIDENTE?

Estava trocando poste e sistema em alta tensão. Quando fixava o cabo, sofreu choque elétrico vindo a falecer.

¹⁹ - Realizada por um engenheiro do trabalho contratado pelo sindicato.

CAUSA, CONDIÇÃO E OU AGENTE QUE CONCORRE DIRETA OU INDIRETAMENTE PARA A OCORRÊNCIA DO ACIDENTE:

Equipamento energizado em momento de contato direto no sistema elétrico pelo eletricitista. Trabalho em altura. Contato com fases. Choque elétrico.

PARTES DO CORPO ATINGIDAS:

Óbito devido parada cardíaca, respiratória, hipotermia, midriase parálitica, queimadura de 3º grau axila, braço direito, tórax, abdome, dorso punho esquerdo.

NATUREZA DA LESÃO:

Eletroplessão / Choque elétrico por alta tensão.

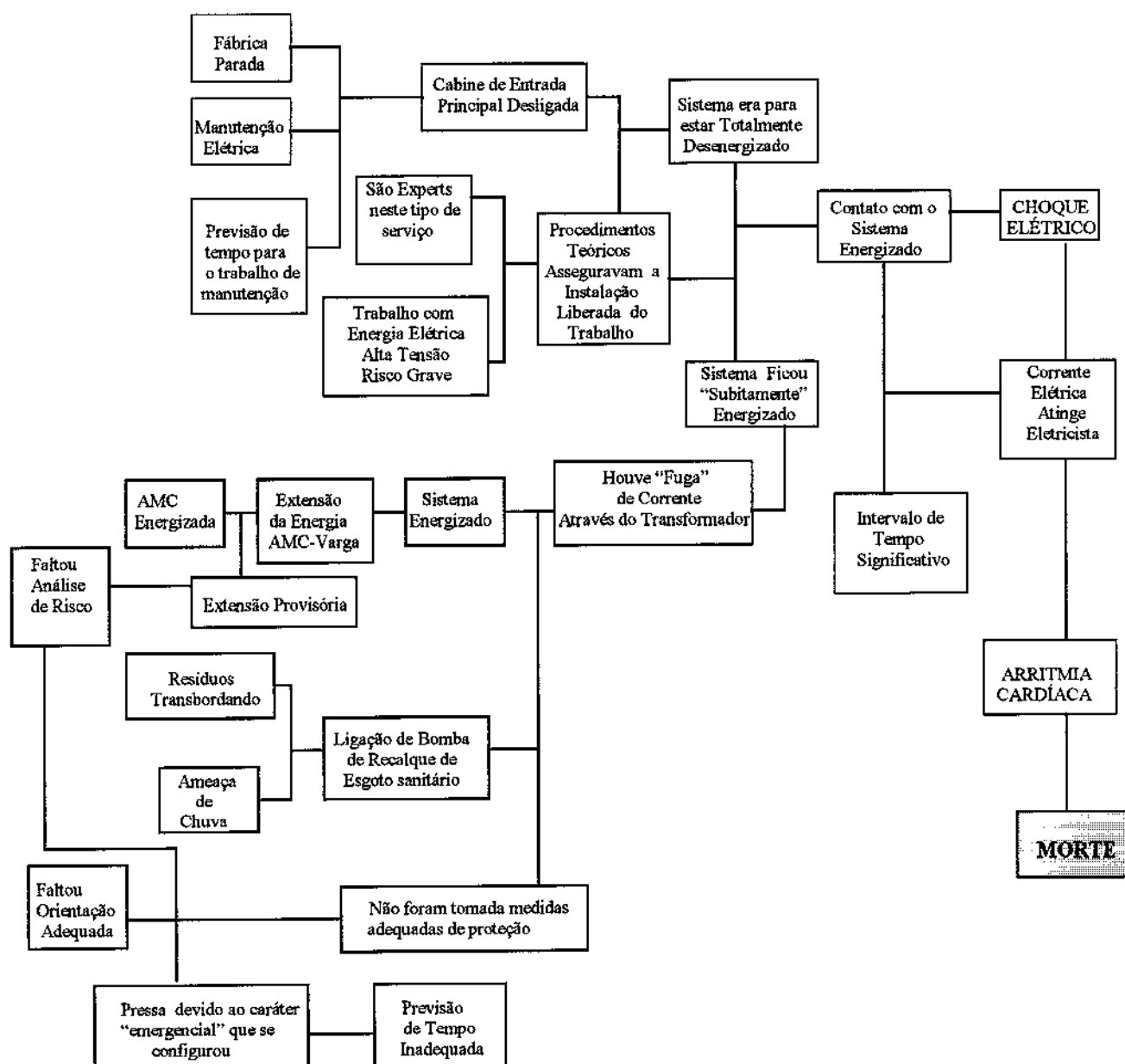
FATOS RELEVANTES PARA O ACONTECIMENTO:

O sistema de energia não era para ter carga em nenhum ponto da planta “Varga”.

- Necessidade de medidas de esgotamento de resíduos orgânicos requereu energia para o recalque.
- Improvisaram ligação da fábrica vizinha (não há muros de separação).
- Medidas preventivas não foram adequadas para a operação (em especial o recalque energizando parte do sistema).
- Houve elevação da tensão em intervalo de tempo capaz de levar a arritmia e óbito do trabalhador.
- O sistema elétrico da planta recebe 13800 volts da CPFL através de cabine de entrada principal e vai ser transmitido até transformadores (subestações) rebaixadores para alcançar 110, 220, 380 e 440 volts (as tensões de trabalho).
- No momento do acidente está desenergizada, sinalizada com cartão, pois a fábrica estava parada para troca de partes de transmissão de energia (alta tensão), pois necessitavam da manutenção e substituição (postes e dispositivos).
- a Tecpel, empresa especializada, foi contratada para realizar o serviço com acompanhante de responsável técnico pela F. Varga. Foi previsto um dia (domingo, dia 12 de março) para a operação.
- Previsão teve problemas com tempo estimado (retirada de postes, tempo com ameaça de chuva).
- O tempo gasto para o trabalho estava se esgotando e necessitou-se, em caráter emergencial, de maneira provisória, sem medidas adequadas, recalcar o esgoto sanitário para o sistema do serviço de água e esgoto municipal.
- Uma bomba do conjunto de recalque foi energizada no seu quadro elétrico através de cabo de fio elétrico com extensão provisória, ligando o painel da AMC - Artefatos de Metais Conformado Ltda.
- A AMC, é empresa vizinha, que não é separada por muro e estava “ligada”, energizada.
- O recalque se fazia necessário, pois já transbordava o resíduo sanitário/séptico na casa de bombas sobre os reservatórios.
- A ligação “provisória” da bomba, direto no seu painel, provocou, em intervalo de tempo suficiente, fuga elétrica para o transformador, elevando a tensão do cabo de alta, o que, através da corrente elétrica, curto circuitou através da vítima (axila, braço direito, dorso esquerdo), passando pelo coração, criando arritmia.
- O trabalhador era especialista em alta tensão e estava com cinto de segurança em altura de cerca de 11 metros.
- O aterramento provisório, necessário para esta operação não garantia a proteção (somente caso abrisse o circuito antes).
- O trabalhador acidentado trabalhava conforme orientação em instalação liberada.
- As medidas de segurança (abertura de chave matheus na subestação, desligamento do painel, ligação direta no motor, desconexão do circuito de distribuição, transmissão de energia) não foram adotadas.

ÁRVORE DE CAUSAS*

ATIVIDADE: Manutenção de Rede Elétrica no pátio da Freios Varga



* Extraída e adaptada do Dossiê "NÃO SEJA A PRÓXIMA VÍTIMA": Sind. Met. Limeira (junho, 1995).
Elaborada pelo Eng. de Segurança Norton Martorello.

A análise do acidente aponta para uma sucessão de erros, onde a falta de comunicação — entre o pessoal da Freios Varga responsável pelo acompanhamento do serviço e os trabalhadores da terceira, contratada para realizar as manobras de manutenção da rede elétrica — foi a principal responsável pelos desencadeamentos que culminaram na morte do operário. A terceirização

introduz “bias” e “viéses” nas rotinas de trabalho consolidadas e espalhadas entre os trabalhadores próprios, que acabam desestabilizando, na maioria das vezes, os mecanismos coletivos de proteção, forjados durante anos e anos de “pilotagem” da planta fabril. Da mesma maneira, a demissão dos trabalhadores mais antigos e experientes — principais referências para os novatos — bloqueia a transmissão horizontal dos conhecimentos informais e técnicos necessários para se enfrentar os “perigos da fábrica”. Não raramente, a terceirização vem acompanhada de contratos de trabalho precarizados, de relações intermediadas por empreiteiros, nas quais o trabalhador encontra-se desprotegido, sem direitos trabalhistas e previdenciários, ficando totalmente desamparado em casos de acidentes e enfermidades.

Dentre outros impactos menos visíveis e mensuráveis das novas tecnologias sobre a saúde dos trabalhadores, aparecem subliminarmente nas falas dos operários a insegurança, o medo, as incertezas sobre o futuro causadas pelo desemprego. A perda da auto-estima profissional, referida pelos trabalhadores mais qualificados (ver relatos de Givanildo Pereira e do João Batista), interage nesse contexto como fator desencadeante e agravante do sofrimento psíquico. REBECHI (1990) aponta que a “expropriação do profissionalismo” e a falta da função desempenhada estimulam “vivências depressivas”. Estas manifestações decorrem — segundo o autor — da castração da autonomia operária, da diminuição da capacidade do profissional avaliar sua própria atividade, da privação do significado humano do trabalho, do isolamento em relação aos companheiros e às referências tradicionais que conferiam uma certa identidade ao operariado. Junta-se a este “elemento depressivo” um sentimento persecutório, causado pela extensão do controle empresarial sobre a vida dos seus funcionários. A invasão da privacidade operária, buscada através de técnicas que visam a transformar os trabalhadores em “pessoas de vidro”, interfere nas vivências subjetivas (maior fragilidade do ego) e estimulam o aparecimento de “fenômenos regressivos”. REBECHI (1990: 74) finaliza, dizendo que o *“isolamento, a perda dos significados, transparência, a perda da autonomia e do relacionamento com o mundo exterior, tudo isso leva a uma maior identificação com a empresa, ao mesmo tempo em que aumenta a influência da empresa na vida dos trabalhadores”*.²⁰

²⁰ - Dejours (1993: 307) também questiona este “alinhamento radical da subjetividade operária com as normas da gerência”. Afirma que “isto pode provocar certa inquietação, quando se pensa no impacto das práticas japonesas sobre o espaço privado. Não só a autonomia das relações sociais do trabalho parece reduzida, como também a vida extraprofissional, por sua vez, estritamente controlada pela utilização do tempo a serviço da empresa: férias mais raras, mobilidade dos trabalhadores pelo país, longa jornada de trabalho (uma vez que se contabiliza o tempo consagrado aos círculos de controle de qualidade), e assim por diante... levam a uma redução drástica e a uma sujeição impressionante, para o operário francês, da vida familiar, da vida conjugal, da vida com as crianças etc. Sem uma enfeudação rigorosa das mulheres, dificilmente se compreenderia o funcionamento do sistema do Japão. Qual será então o preço pago indiretamente pela família, para assegurar a eficácia daquele que trabalha? Já se sabe na França como as coerções organizacionais, e as estratégias defensivas que elas desencadeiam, causam impactos negativos sobre a saúde mental e física das crianças. Como será isso no Japão? Já se verificou que a saúde das famílias não sofre as consequências desta relação com a organização do trabalho? De saída, é toda a liberdade do espaço privado que seria posta em questão, enquanto globalmente a obediência, a qual, como vimos antes, é às vezes benéfica para o registro da identidade, se desvirtua, transformando-se em submissão, quando então novamente o

— É o que está acontecendo na Varga. Inclusive, isto foi comentado várias vezes. Então, a gente, que nem no meu caso, que eu era antigo, lá, na Firma. Quando aparecia, tinha um projeto novo, a gente fazia tudo manual, certo? Fazia vazamento das ferramentas, tudo na lima, tudo manual, certo? E... desbastava na fresa. Depois, o resto, era tudo manual. Agora, ultimamente, tinha lá a eletroerosão, os fios de penetração, certo? Então, o serviço assim de perfil saía quase pronto. A eletroerosão deixa o perfil assim prontinho, só acabamento e montagem. Então, isso aí, diminuiu o serviço da gente, aquele serviço técnico que a gente fazia, certo? Serviço que era limá mesmo, dá acabamento ali, fazê funcionar manualmente, na mão, ali na lima, ali... Então, qué dizê que, a máquina tomô todo o serviço, entendeu? A gente precisa tê uma prática. Com a prática que a gente tinha a gente fazia a modificação, chegava no xis ali, que era o desenho, certo? E, posteriormente, através de um rascunho acompanhando o desenho, a engenharia acertava de acordo com o que estava, entendeu?

(Givanildo Pereira - matizeiro)

— A gente acostumava dizer que, na Varga, a Varga não está criando muitas vezes trabalhador, a Varga está criando robô. Robô pra que só fique controlando. Aperta um dedo a peça sai. Aperta outro dedo a peça sai. Então, é por causa d'isto que ela está se adaptando bem. A Varga, eu creio, que ela está se adaptando muito bem ao mercado porque ela não está investindo no trabalhador. Por quê? Porque o trabalhador ele fala assim: "Olha, eu tô aqui só apertando botão. Pra que eu vou sair daqui? Aperto botão a peça sai". Então, ele não se desenvolve mentalmente. Ele não cria a consciência de que o trabalho dele é importante.

(Cirilo - operador especializado)

FREYSSINET (1987: 108) assinala que a automatização possibilita a supressão de numerosas tarefas repetitivas, perigosas e extenuantes, permitindo assim um "maior envolvimento ativo do corpo do trabalhador com o processo de trabalho". Se isso não acontece, é porque "o modo capitalista de sua concepção termina por tirar do operador o controle dos parâmetros perturbadores, graças à elaboração de modelos de conduta, de ajustes de regulação, e o reduz assim a uma vigilância mediatizada sobre um processo de que ele não tem mais uma percepção direta e de intervenção limitada a operações precisas de ajustes". Como resultado, observa-se uma limitação do controle operário sobre os fluxos produtivos que acaba por restringir sua capacidade de perceber e atuar sobre situações imprevistas. Esse autor lembra ainda que, "o homem é fator de confiabilidade do sistema técnico, e não o inverso. Por sua capacidade de síntese, de interpretação e de percepção multissetorial e multidimensional completando as possibilidades que a automatização oferece, ele aumenta a otimização e a flexibilidade desta, ele a valoriza".

processo de conquista da identidade seria neutralizado. Ademais, pode-se interrogar acerca das consequências de um alinhamento tão radical do espaço privado na organização do trabalho, ou seja, de um sistema que não estaria em condições de equilibrar o investimento humano no trabalho pelo exercício da liberdade privada".

DEJOURS (1993: 305), na mesma linha de raciocínio, reconhece que a mobilização dessa “criatividade operária” depende, antes de tudo, da criação e *“da manutenção de um espaço público na fábrica /.../. Cada vez que o espaço público apresentar uma tendência a se fechar, a criatividade ficará ameaçada”*. Nesse sentido, as formas como os novos métodos organizacionais e as novas tecnologias estão sendo introduzidas no chão-de-fábrica, ao acentuarem um “alinhamento radical” do espaço privado e da subjetividade operária à organização do trabalho, têm impossibilitado o surgimento de um outro nexos psicofísico por parte do operário. Esse novo nexos psicofísico, dentro de uma outra forma de conceber e dispor o trabalho vivo diante do trabalho morto, se caracterizaria pela ampliação da capacidade criativa/intelectual dos trabalhadores no momento-mesmo em que ativam o esforço neuromuscular necessário para a realização da atividade prática.

REBECHI (1990: 76) reitera que, através das técnicas de controle, *“as empresas querem torna-se autônomas dos desejos, necessidades e esperanças humanas, das capacidades, dos conhecimentos, das experiências individuais, consideradas fatores de distúrbios no processo produtivo”*. Conclui suas considerações afirmando que *“a realização de alternativas depende da existência ou não da luta dentro da fábrica para impor essas possíveis alternativas. A crítica crescente contra as novas tecnologias, a falta de aceitação expressa pelos trabalhadores com relação à inovação tecnológica podem e devem ser apreendidas e utilizadas para colocar em discussão as condições políticas e sociais em que hoje se dão o desenvolvimento de projetos na aplicação de novas tecnologias”*.

Os efeitos das reestruturação industrial sobre a saúde e a segurança dos trabalhadores não se encontram, necessariamente, embutidos nas tecnologias microeletrônicas que vêm sendo introduzidas nos processos de trabalho, mas são determinados, principalmente, pelas opções de uso, pelas formas como são empregadas e pelas configurações adotadas frente ao trabalho vivo. Ou seja, tais escolhas, por visarem a desqualificar e minimizar o máximo possível o controle do coletivo operário sobre os sistemas técnicos, impõem uma série de características à concepção dos equipamentos onde, via de regra, a “inteligência operária” é descartada e substituída por comandos/sinalizações que limitam a intervenção criativa dos operadores. Encontra-se justamente neste fato, as origens de um grande número de acidentes de trabalho que acometem os trabalhadores, e de catástrofes que atingem as populações vizinhas às instalações fabris de alto risco.

25. _____

Acidente de Trabalho: as cores da violência

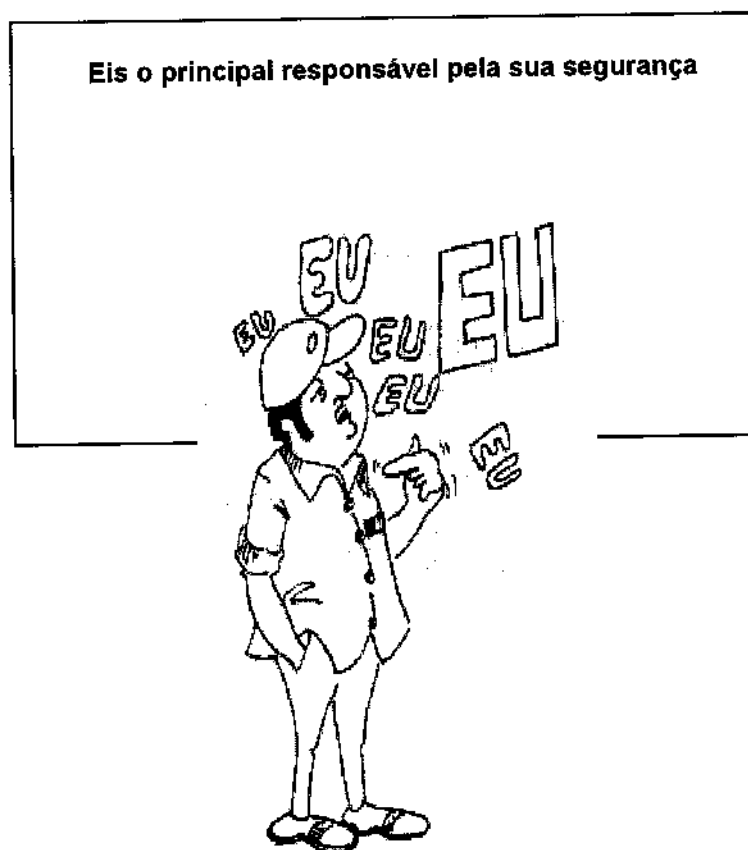
O evento acidente de trabalho marca profundamente a vida e a experiência das classes trabalhadoras no Brasil. Se partirmos da premissa de que a conquista do corpo é um fato específico da espécie humana, em cujo tempo de seu acontecimento se desenrola a própria descoberta do “eu”, poderemos perceber os múltiplos significados que tal episódio provoca na pele e na mente de quem o sofre. De acordo com MERLEAU-PONTY (1971), *“ter um corpo é para uma pessoa viva juntar-se a um meio definido, confundir-se com alguns projetos e engajar-se continuamente neles”*. Afirmá-lo implica possuí-lo de uma maneira indivisa, reconhecê-lo em cada um dos seus membros, integrando-o numa imagem corporal construída no instante-mesmo em que o mundo é apreendido através da práxis social. Nesse processo de “tomada de posse do meu corpo”, concorrem inúmeras mediações biológicas, culturais e sociais que envolvem percepções, sucessos, erros, tentativas, integrações, eliminações, desorganizações, reorganizações, emoções, enfim, um conjunto de atividades cognitivas e simbólicas. Tudo isso contribui, ao final, para a construção de uma memória e uma representação coerente com as necessidades do pensar e do fazer.

Seguindo ainda os ensinamentos de MERLEAU-PONTY, encontrados no livro **Fenomenologia da Percepção** (1971), podemos afirmar que a dinâmica corporal vincula-se a certos objetivos reais ou possíveis, diante dos quais todas ações encontram-se polarizadas. Captamos o corpo na sua unidade. Dentro dessa perspectiva, a “dor fantasma”, sentida mesmo depois de cicatrizado “o coto da amputação”, representa a saudade da integridade que foi mutilada. O relato de Maria Aparecida, se comparado aos versos de Chico BUARQUE, pode dar uma idéia mais próxima do que estou querendo dizer:

— Quando eu cortei, nunca ninguém de lá veio saber nada... Nunca ninguém
perguntou: “Como tá seu dedo? Como tá?... Pedaco do meu dedo caído, pendurado...
Acostumá a gente nunca vai acostumá. Tem que conformá... Um pedaco, uma coisinha de
nada que perde, que sai do corpo da gente, a gente sente falta...
(Maria Aparecida - montadora)

Oh, pedaco de mim
Oh, metade amputada de mim
Leva o que há de ti
Que a saudade dói latejada
É assim como uma fígada
No membro que já perdi...
(Chico Buarque de Holanda: Pedaco de mim)

Nas histórias de Mariano, Cirilo, Maria Aparecida, João Batista, contadas no capítulo III, podemos encontrar muitas referências — algumas já comentadas — sobre os modos como as trabalhadoras e os trabalhadores vivenciam os acidentes de trabalho. Diante da sua ocorrência, sempre aparecem várias versões, dentre elas a do “discurso competente”, que ao tentar apagar de todas as maneiras as marcas e as impressões deixadas, busca transformar esses acontecimentos coletivos em “fatalidades pessoais”. A privatização dos acidentes é o principal artifício manipulado pela Empresa no intuito de encerrar o indivíduo em um “drama psicológico” (ver relatos de Mariano e Maria Aparecida) na tentativa de abafar, sem maiores considerações, os determinantes mais gerais desses eventos.



(Extraído do Manual de Instruções de Segurança - VARGA)

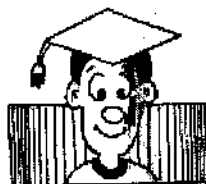
Ao interpelar o trabalhador como principal responsável pela segurança industrial, a Empresa visa a deslocar as condições de operação das máquinas e equipamentos, o ritmo da produção, o grau de informação do operário sobre o conteúdo do seu trabalho, a liberdade ou não de poder tomar decisões, enfim, todos os demais fatores coletivos que atuam na causação dos

acidentes. Esse tipo de conduta impede, também, que se construam níveis de conhecimentos mais abrangentes, passíveis de serem apropriados por todos os envolvidos na prevenção de eventos semelhantes. Do mesmo modo, ao se colocar o problema em termos, por exemplo, do “ato inseguro” e/ou “condição insegura”, acaba-se por limitar a discussão à uma dualidade maniqueísta que bloqueia o aparecimento de outros nexos concorrentes.

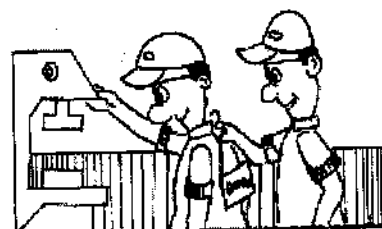
PARA SUA SEGURANÇA NÃO OS IMITE!!!



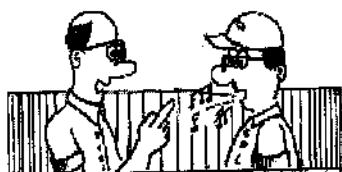
DISTRÁIDO



SABIDO



GOZADOR



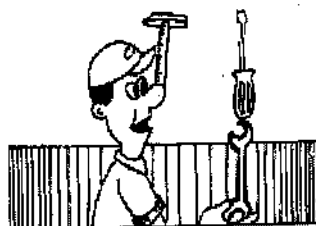
DISPLÍCENTE



IMPRUDENTE



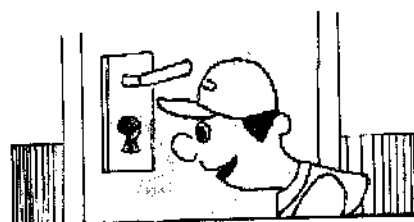
INGÊNUO



EXIBICIONISTA



TEIMOSO



CURIOSO

(Extraído do Manual de Instruções de Segurança - VARGA)

O “Manual de Instruções de Segurança” da Empresa traz uma série de “tipos psicológicos” que, além do teor chargístico e estereotipado ridicularizando os trabalhadores, reforça o caráter privado das causas dos acidentes. Esse forma de abordagem do problema aparece reiterada no “Credo da Segurança” da Firma. O “*kirie*” pode ser declinado abaixo, podendo-se observar suas características de “rito penitencial”. Consiste, de fato, num “ato de contrição” do próprio operário por ter “*fracassado diante de seus colegas*”. O primeiro aspecto da violência é o de *penalizar antecipadamente a própria vítima pelo seu infortúnio*.

CREDO DA SEGURANÇA

CREMOS *que todo homem tem a responsabilidade incontestável de afastar-se dos caminhos inseguros. Este é seu dever para consigo mesmo, seus colegas e seu trabalho.*

CREMOS *que nenhum homem vive ou trabalha completamente só. Ele se envolve com todos, é influenciado pela realizações e marcado pelos fracassos dos seus companheiros. Cada homem que fracassa com o próximo, falha consigo mesmo e partilhará o peso do fracasso. O verdadeiro horror de um acidente é constatar que o homem fracassou. E, mais, que seus companheiros também fracassaram.*

CREMOS *que acidentes são gerados por práticas inseguras, nascem nos momentos de ações impensadas. Cessarão somente quando a prática segura for suficientemente forte para proceder a ação, quando a prática correta criar o hábito que controla o ato.*

CREMOS *que a prevenção de acidentes, é um objetivo que se encontra em todos e qualquer nível hierárquico, organização e procedimento.*

CREMOS *que se livrar dos riscos não é um privilégio, mas a meta a ser atingida e perpetuada, por cada um, dia a dia.*

CREMOS *que a eliminação do sofrimento ocasionado por acidente é um dever moral, cuja medida adequada depende diretamente do nosso desempenho.*

(Extraído do **Manual de Instruções de Segurança - VARGA**)

A violência decorrente dos acidentes de trabalho não se restringe à dor física, mas inclui o sentimento de humilhação, isolamento, medo, insegurança e tantas outras desventuras, às quais estão expostos os trabalhadores acidentados. Vander, 28 anos, montador da Freios Varga desde 1986, relata minuciosamente o acidente sofrido na Empresa em outubro de 1992:

— *Eu estava cravando a peça na máquina de cravação, né. Após a máquina, eu punhava a peça, a peça grande do Santana, do cervo, antes de cravar. Então, é posto esta peça dentro do dispositivo... Após posicioná ela certo no lugar, ela vai, vem... A gente tem dois bimanuais, então, a gente vai punhá a peça e acioná os dois bimanuais, e vai descê a máquina, a peça vai descê. Após o acionamento, que a máquina prendeu a peça, você vai acioná um bimanual, que aciona todo pra descê a peça. A máquina tem três tipos de vazamento: o vazamento estático, o dinâmico e o falta de vácuo. No dia do acidente, deu o vazamento de vácuo, né. Então, a peça na máquina, após o vazamento, ela fica cravada, né, a máquina segura a peça, então, é liberada a peça com a chave. Então, foi onde eu fui na chave com a mão direita, liberando ela, e, no exato momento que eu tirei a chave, eu entrei a mão debaixo da máquina, o dispositivo subindo, aí, ela veio, aí, eu enfiei a mão... Foi onde, com a mão esquerda, eu vim esbarrá nos bimanuais. Não sabendo que estava funcionando os bimanuais, enfiei a mão direita. Foi onde a máquina voltô a pegá minha mão.*

Neste trecho inicial, além de detalhar sua atividade, os cuidados a serem tomados, Vander deixa transparecer “um certo desconhecimento” sobre as condições de operação da sua máquina. O funcionamento rotineiro do equipamento havia sido alterado sem que ele soubesse.

— O bimanual não deveria está funcionando, foi feito isso aí, tipo uma gambiarra, onde o preparador, o mecânico de manutenção, o supervisor, o caso de manufatura, que tem o moço que trabalha em manufatura, deveria tê, ou, se ele tivesse posto o bimanual funcionando, ele deveria tê comunicado o operador, pra que o operador ficasse ciente do serviço, a fazê o serviço, né, a tomá cuidado, né. E foi onde o segurança da Empresa, após o dia do acidente, foi verificá e tinha a gambiarra na máquina e foi atrás pra saber quem foi. Não houve gerente, não houve preparador, não houve mecânico de manutenção que viesse a responsabilizá pelo acontecido, né, pelo fato acontecido, dessa gambiarra na máquina.

O fato de o mecânico de manutenção e o preparador não comunicarem as mudanças efetuadas no sistema de acionamento (bimanual), fez com que o operador não atentasse para a possibilidade de a máquina “repicar”. Muitos acidentes acontecem devido à falta de avisos de segurança e por falhas na comunicação entre os operadores e o pessoal de manutenção. Isto se deteriora ainda mais quando esta atividade é terceirizada. Quando algo do processo ou do funcionamento do equipamento é modificado, ocorre, muito freqüentemente, uma perda do “felling” operatório por parte do trabalhador já acostumado com o “mesmo jeito de sempre” de trabalhar.

— E outro problema também que surge, lá, também no serviço, é o caso da pressão do trabalho. Quando a máquina opera com sessenta segundos, com um minuto, e, acontece que eles ponha a máquina a fazê uma peça com quarenta segundos. Vejamos a diferença! É onde o preparador preocupa, né, em atendê a máquina, né, porque a máquina não pode ficá parada, ela tem que funcioná direito, né, e, aí, venha a atrasá a produção se a máquina ficá parada.

Ela, a gambiarra, funciona, né, porque nós tem os dois bimanuais, os dois bimanuais, né, que eles prende a peça, eles não faz teste na peça. Mas, no dia que tava funcionando, eles ponhava os dois bimanuais, então, eles ligava os fio de iniciar o teste, então, eles ligava nos dois bimanuais, e, onde você acionava os dois bimanuais e, onde a máquina ficava totalmente trabalhando. Você só acionava os dois bimanuais da máquina e você poderia deixá a máquina que ela fazia todo o serviço e, você poderia fazê otro serviço em outra máquina.

As exigências da produção se sobrepõem aos dispositivos de segurança. A necessidade de se encurtar o ciclo da operação introduz “ligações diretas” e outras improvisações, a fim de que o processo flua mais rapidamente e fuja do controle direto do operário.

— Acelerava a produção também no fim da linha, porque a linha ela funcionava tocada com dezessete pessoa e, no dia que eu acidentei, ela estava somente com duas pessoas apenas, né, duas pessoa na linha. E, no fim desta linha, existe um papel, um gargalo, né,

que é um ditado lá, que é um gargalo. Então, cedo a gente inicia o trabalho, então, é ponhado, lá, na parede, na máquina é ponhado um gargalo, né. Com dois operadores ou três operadores, né, na linha, e, ali soma por eles a quantia de peça que pode saí. É posto lá: trinta e duas peça por hora, ou vinte e oito peça por hora. Então ali, se tivé duas pessoa na linha, três pessoa, tem que atendê o chamado deles, o pedido deles. É aí, onde o funcionário, o operador, o montador fica preocupado. Que ao chegar à tarde você vai tê que i à mesa prestá conta pro supervisor. Você vai entregá lá um gargalo, a folha com depoimento, né. É, naquelas hora tem que saí o pedido deles. Se num saí, vai tê que explicá pra ele o que aconteceu. Se você foi tomá café, se você foi ao banheiro, se faltô alguma peça, se quebrô dispositivo, se quebrô máquina... Então, tudo isso aí tem que sê feito, né, e, é onde o operador fica preocupado com isso. Antes não tinha isso.

Antes, uns dois anos atrás, não existia isso. Mas, como eles estava demitindo muita gente, muitos colegas foro pra rua e nós ficamos só. E foi onde eles deu uma idéia aí e funcionô. Vocês sabe — todos que estão me ouvido — que a gente não pode dá freio a torcê né. A gente vai trabalhá com medo também, que a pressão é muita. O supervisor, o preparador, tudo de cima. Então, a gente fica meio apavorado, com medo de perder o emprego e, junto com eles, que a situação hoje na rua tá difícil, muito desemprego, né, muitas coisas. Então, é onde a gente ficava pavorado e queria produzi o que eles pedía, né. Então. Muita gente trabalhando até doente, não podia faltá do serviço, porque são as pessoa lá, no dia que um falta o outro tem que i no lugar dele, não tem uma pessoa pra substituí ele. Então, aquela pessoa faltando por motivo de doença, ou motivo da família, ou alguma coisa, então, o próprio funcionário que está do lado dele tem que substituí ele, não tem outra pessoa pra substituí ele.

O medo de “ir pra rua” pressiona o trabalhador, fazendo com que se submeta à intensificação do ritmo. O “gargalo”, colocado na frente da máquina, funciona como uma “corda no pescoço” dos operários que não conseguem cumprir com as metas exigidas. A prescrição do número de peças a serem fabricadas por hora, baseada somente nas exigências da produção, não leva em conta a quantidade de funcionários na linha. Da mesma forma, o cálculo do efetivo necessário para executar a tarefa prescrita não prevê as horas gastas na recomposição física e mental dos trabalhadores. Para o supervisor, que contabiliza seu pedido ao final de um dia de trabalho, dois funcionários devem produzir o mesmo que dezessete.

— O tipo desse sofrimento vem acontecendo, assim. Já, ao apitá da Empresa, né, deu as seis horas... É certo que na carteira num tá escrito dez minuto pra lavá a mão, dez minuto pra pegá, cinco minuto pra i no banheiro. Tá escrito das seis ao meio-dia e, do meio-dia às quatro. Mas, se tem um porém, que o funcionário tem que está lá às seis hora. Se ele falta, se ele atrasá cinco minuto, se esquecê alguma coisa no armário, ele voltá, então, é onde já atraza a produção, o pedido do chefe. Então, quando dá a hora do almoço você tem que já está em cima da máquina, pronto pra começá. Senão, atraza o pedido da peça. Se você fô ao banheiro, conversá, ou fazê que nem o CCQ alguma coisa, então, você tem que comunicá pra podê então não atrazá a produção. Outro porém

também, que vem acontecendo na Empresa por muito tempo, é o negócio do Programa Criação, que onde muitos companheiro tem se dado mal com isso. O dono da Empresa vem a por no bolso. Você faz lá dez projeto, quinze projeto. Então, é onde se tem mais dois trabalhadores no conjunto, um operador fez lá, dá uma sugestão lá, né, então, vira aquela máquina pra ele trabalhá. É onde o operador vai fazê o serviço do outro e o outro vai ficá desempregado na rua. Então, tudo isso surge dentro da Empresa pra podê liberá mão-de-obra, e esse é o meio que todo mundo fica com medo e fica aí... O CCCQ, o Centro de Controle de Qualidade, não dá tempo de atendê. Então, muitas vezes, a gente vê bastante companheiro das outra áreas, vê fazê isso e, nós da montagem, não podemos i fazê isso aí, dialogar com outro companheiro, ouvi a segurança, ou pedi informações, porque não tem tempo pro modo da produção. Se atrasá a produção bau-bau. Antes com bastante pessoa, com dezessete pessoas na linha, a produção saía novecentas peça por dia, e, hoje, nós, com poquinha pessoa tá saindo mil e quatrocentas, mil e trezentas peça. É isso aí, onde nós estamos sofrendo bastante. Não só eu que fui acidentado, mas tem alguns colegas lá que reconhece. Que a gente chega lá e conversa com eles, comenta com eles, é onde eles sofre isso aí, e fala que tão sofrendo, mas não pode fazê nada porque o desemprego hoje que vem fazendo com que o povo fique dessa maneira.

A pressão pela produção impede que os trabalhadores troquem idéias, planejem com calma o trabalho e chequem os mecanismos coletivos de proteção. A condensação do trabalho nas mãos de poucos, limita o tempo de reposição das energias necessárias para se suportar um dia todo de labuta pesada. Dentro da fábrica há uma disputa permanente pelo uso de cada minuto. Na maioria das vezes, aquilo que as chefias entendem por “matar o tempo”, “fazer cera”, “encostar o corpo”, nada mais são do que “alguns mecanismos protetores” utilizados pelos operários na tentativa de adequar o ritmo e o volume de trabalho às necessidades de seu organismo.

— *A pessoa entra, então, ela vai vendo outro trabalhá, então ele vê outro trabalhá e vai fazê aquele serviço, vai se dedicá a aprendê alguma coisa, né. Então, é onde ele começa a trabalhá numa seção. Que nem nós, lá, que trabalhava na linha. Quando eu acidentei nós tava em duas pessoa. Então, a gente passa por aquelas cravações todas, de vez em quando tem um preparador por ali, mas eles também não têm tempo de ficá com a gente, mostrando pra gente o que deveria ser feito, né, e, nesse meio aí, a gente aprende pela gente mesmo a trabalhá com tudo. É quando a gente tá trabalhando com tudo é onde quando eles tira, deixa dois ou três na linha e, querendo a produção... Então, que nem hoje, eu tive lá, tinha três na linha tocando. Então, três ou quatro pessoa pra cada linha e o resto na rua, desempregado. Tinha máquina que a gente era inseguro, como uma máquina: teve um tempo, que nem eu falei, o mestre de segurança, lá, ele me disse que aquilo lá era impossível o acidente, era possível, o acidente. Então, o que ele fez..., então, quando a gente desconfiava a gente falava, né, quando a gente via o risco do acidente a gente fala, né, falava pra eles. Então, eles vinha e mantinha, trocava os dispositivos e eu fui... Eu trocando o dispositivo, veio a soltá o dispositivo da máquina e eu rodando. Veio a soltá o dispositivo da máquina e veio cá. Se a minha mão direita*

estivesse embaixo teria cortado fora, porque ele caiu de uma vez. Eu não sabia que eu operando aquilo lá viesse acontecer aquilo. Então, foi onde a gente chamô o preparador, o supervisor e eles levarão até o segurança pra tomá as providências.

A disputa pelo controle do tempo na fábrica limita a comunicação horizontal entre os preparadores e os operadores (ver relato de João Batista). O preparador, por ter que acudir vários setores da produção, não tem tempo para *“ensinar como é que tem que ser feito: a gente aprende pela gente mesmo”*. O aprendizado solitário, na base da tentativa e erro é muito doloroso, causa insegurança, medo: *“tem máquina que parece querê devorá a gente. Tem máquina qué feróiz”* — já dizia seu Mariano.

— *A gente sabe trocá o dispositivo malemá, porque quando eu pedi pra ele, uns dez dia antes d’eu acidentá, eu pedi pra ele assim: “Você pode, tem condições de passá eu pra operador-preparador; cê vê que a gente sabe algumas coisas aí”. E ele falô assim: “Então você acompanha o C. que ele te dá toda orientação aí”. Então, eu fui numa máquina de cravação e ele falô: “Se vire; você não qué sê operador-preparador? Troca lá o dispositivo, tenta lá”. Então eu fui pra lá sem saber o que fazê. Peguei as chaves, chave-de-fenda, tudo, peguei a caixa e fui trocá o dispositivo. Graças a Deus!, troquei. Porque a gente tá lá atrás de ganhá aquilo que dá pra gente sobrevivê o dia-a-dia. Me deram essa promessa, o supervisor meu veio, me deu essa promessa, falando que ia passá eu no próximo mês e, que já receberia o salário de operador-preparador. Mas acontece, que depois do acidente, que eu saí do hospital, que eu tive falando com ele antes d’eu sê internado numa outra cidade pra fazê a cirurgia, as ligações dos tendões, eu voltei a ele, procurei ele e ele disse que eu acidentei, então, ele não pode fazê nada por mim. Que pra passá eu de operador-preparador tinha que sê, eu tinha que está já trabalhando, não poderia está acidentado ou afastado da Firma.*

Assim como a linha de produção oferece oportunidades para o estabelecimento de redes de solidariedade entre os trabalhadores, são gerados também muitos conflitos que colocam uns contra os outros. A intervenção da Empresa, eliminando as atividades específicas dos preparadores de máquinas para transferi-las aos operadores, provoca insatisfações, disputas e receios entre os funcionários. Aqueles que se sentem ameaçados pelo desemprego, devido à perda de suas atribuições, resistem em repassar seus conhecimentos e sua experiência para os demais operários. O antigo “companheiro de trabalho” é transformado no “competidor direto” pelos poucos postos que ainda restam.

Este trecho do relato de Vander evidencia um outro aspecto da violência do acidente de trabalho que interfere diretamente na sua vida profissional. O fato de ser um acidentado, aborta as

possibilidades de ser promovido. A lógica meritocrática, aliada à concepção de “*quem se acidenta é um fracassado profissionalmente*” (ver “Credo da Segurança”), ao mesmo tempo que premia os trabalhadores mais “zelosos” em relação às normas da organização, penaliza aqueles que “*não cumpriram com o seu dever moral*” de evitar acontecimentos indesejáveis e constrangedores para a Empresa. Mais uma vez, a vítima é declarada responsável por sua própria desdita.

— *Porque isso aí é uma coisa muito difícil. Que nem a minha mão. Machucô bastante, houve muitas fraturas, né. Houve os tendões cortados, o tendão da mão direita, quando foi cortado o dedo grande, três tendões foi cortado e o nervo grande da mão, né. E houve muita coisa. Aconteceu o seguinte: o doutor de Limeria encaminhô eu pra Itapira. Eu chegando lá, conversando com o médico de lá, ele me pediu dinheiro, e eu falei que dinheiro eu não tinha. Ele falô: “Eu não vô deixá de viajá pra fazê cirurgia pra você porque isso é meu ramo de tratá. Se eu tivê que atendê paciente, vô atendê de manhã até meia-noite e não vô tê como escapá. Isso aqui é o meu serviço. Então eu só vô fazê se você me pagá... Caso você vai tê que esperá pelo INPS”. Então, eu voltei pra Firma e reclamei, pedi que eles me ajudasse. Chegando lá, a Firma falô que não tinha dinheiro. Então, o que eu tive de fazê? Esperá pelo INPS. Fiquei esperando pelo INPS... Quando eu voltei pra Itapira o doutor falô assim: “Mas você já tá há bastante tempo, eu não vô garanti que sua mão volte ao normal, porque é uma operação muito cautelosa, né. Tem que tê muita cautela, muita paciência. Você vai tê que entrá na mesa de cirurgia à sete hora da manhã e você vai saí lá após onze hora. Essa operação é demorada. Vou tê que mexê em ossos, nervos, bastante coisa, né”. Foi onde eu já fiquei meio assim com a Empresa. Porque eu trabalhei lá cerca de seis ano. Tenho procurado em fazê o máximo que eu podia, né. Agora, a Empresa, me deixô numa situação dessa. Como teve o pagamento dia cinco, né. Eu fiquei sem o vale e, como hoje já é o dia trinta do mês, passei o mês inteiro, do dia cinco até hoje, sem recebê alguma coisa da Empresa. Espero que dia cinco agora eu venha a recebê o pagamento normal. A gente fica num caminho sem saída. Não sabe se esse pagamento vai saí ou se não. E a gente fica num caminho sem saída. Vi uma moça pegando a mão saindo em gritos, né. Na estamparia, que é uma área vizinha a minha, que eles estampa a peça pra nós, tem várias gente defeituoso, né. Inclusive mesmo, tem meu sogro que se machucô, lá. Tá desempregado hoje, tá na rua, tá com processo em cima da Empresa, né. Não sabe o que fazê, né. Tá trabalhando particular. Fazendo isso e não sabe o que fazê. Tá com um processo em cima da Firma e não sabe o que será dele amanhã ou depois, porque a Firma não garantiu nada pra ele. Apenas os médicos fala que ele deveria ter sido afastado ele, se tratado. Ele sofreu acidente, lá. Tá na ficha, lá. Mas eles não entrega a ficha dele. Ele tá nessas condições.*

O descaso da maioria dos serviços públicos de saúde e a “conduta fria” de certos profissionais revelam uma outra face da violência a que estão expostos os trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho. Não poder reparar as cicatrizes e a “preocupação de ficar defeituoso” sinalizam para o trabalhador “*um caminho sem saída*” — como de resto se encontra a “legião de

seqüelados” em nosso país. *A vítima é declarada, finalmente, culpada pela sua própria indigência.*

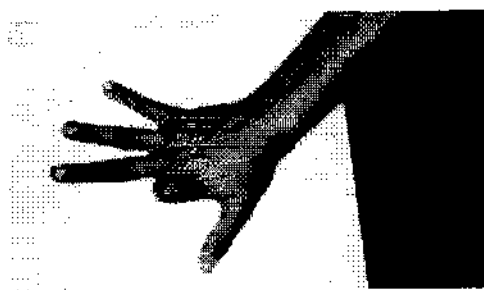
As cores da violência do acidente de trabalho não se resumem às referidas pelo Vander. Mariano, Silvério e Maria Aparecida já relataram na suas histórias o constrangimento de serem obrigados a voltar ao mesmo posto de trabalho em que foram acidentados. Retornar ao local do acidente, estar diante da mesma máquina, relemburar os fatos, a dor, tudo para pressionar o pedido de demissão do funcionário. Quando isso não ocorre, logo após cessado o afastamento do INSS, a própria Empresa se encarrega de mandar embora o operário, apesar de ser garantida sua estabilidade temporária ou definitiva, dependendo das cláusulas conquistadas no Acordo Coletivo da categoria. Foi o que ocorreu com Mariano, Silvério, Maria Aparecida e tantos outros trabalhadores...

— *Eu estive na segurança depois que estava no hospital e, veio o pessoal da segurança pra sabê do acidente. E, chegando lá, ele, eu disse: “Cê deixa lá, que depois que eu estive melhor da situação eu vô lá prestá depoimento do acidente. Vê explicá a você como foi, como deixa de sê”. E ele saiu e num perguntô mais nada. Ai, após chegá lá, eu fui lá na máquina pra vê como é que tava a máquina, a máquina tava mudada totalmente. Os bimanuais já tava certo, tava tudo normalmente. Eles já tinha batido e trocado tudo. E eu fui até a sala de segurança pra prestá depoimento. E, chegando lá, eu observei lá, queria me atender e levaro eu pra sala d’um rapaz, lá. E foi onde ele veio que num achô. Apenas achô lá a gambiarra na máquina, mas não tinha como acidentá. Então, foi quando eu disse, eu respondi a ele: “Minha mão direita vale mais que a Empresa toda. Que cabia alguma coisa. Que não cabia ele está falando comigo”. Porque cê sabe: a gente se pode acidentá numa calçada, em todo lugar. E, lá, a gente viu, pegô a gambiarra na máquina. Não ficô sabendo quem fez a gambiarra. Se é o preparador, mecânico de manutenção, supervisor... E ele disse que ia chamá o caboclo lá pra fazê reunião, mas até hoje não decidiro nada...*

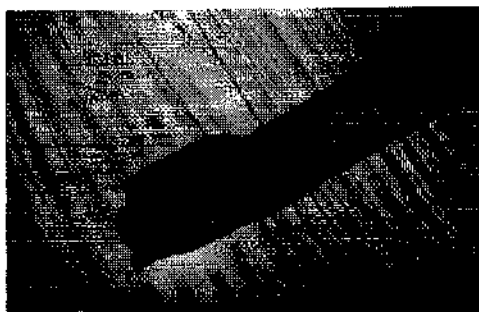
A Empresa, ao apagar os rastros do acidente (“a máquina tava mudada totalmente”), busca dificultar o máximo possível a apuração das reais circunstâncias do fato. *A vítima fica, assim, impossibilitada de recorrer à sentença.* Para o trabalhador, a reconstrução do acidente e a identificação das falhas no equipamento pode significar o resgate da auto-estima e da sua dignidade. Muitas vezes o operário, ao tentar buscar o departamento jurídico do sindicato para que se faça justiça, mais do que reivindicar uma simples indenização a fim de compensar um pouco a situação financeira imposta pelo desemprego, pelos míseros auxílios acidentários pagos pelo INSS, deseja restaurar sua verdade. O trabalhador pretende trazer ao conhecimento “de todo mundo que o esteja ouvindo” que “sua mão vale mais que a Empresa toda”.

Esta declaração revela que o corpo não se deixa desmembrar sem protestos, ficar reduzido ao silêncio. Não foi ele que foi vendido ao patrão, mas sua mão-de-obra, sua força de trabalho. Ao buscar resgatar sua dignidade, o operário afirma sua alteridade diante do capital. Conforme demonstra FREYSSINET (1989: 109), *“vendendo sua força de trabalho, o assalariado não se vende totalmente para uma duração x de horas de trabalho. Com isso não se dispõe a ficar sujeito a trabalho penoso, nem submeter-se, podendo ser designado a não importa que tarefa. O que está em jogo é a propriedade de si mesmo, seu ser cidadão livre. Vendendo sua força de trabalho, ele não quer com isso alienar sua liberdade de pensar, de julgar o que o mandem fazer, sua dignidade”*. Quem sabe não seria isso que o Vander quis expressar nas suas palavras derradeiras...

*— A gente fica preocupado também de ficá defeituoso
e voltá a Empresa e a Empresa dispensá, e ficá aí na rua defeituoso.
Sendo que a gente trabalhando pra Empresa, vendendo nossa mão-de-obra,
fica defeituoso, sem emprego, sem salário,
sem nada...
A gente se sente meio, meio não, intero revoltado.*



Acidente com máquina injetora.



Seqüela na mão direita de um operário acidentado.

26. _____

Viver é Muito Perigoso: a construção social do risco

O acidente de trabalho deixa “marcas na vida” dos trabalhadores. Estigmatiza um acontecimento que ultrapassa a condição de “drama individual” para impregnar as lembranças daqueles que o testemunharam. Não raramente, podemos observar essas cicatrizes em várias gerações de trabalhadores de uma mesma família. Os silicóticos de Pedreira, os leucopênicos da Cosipa e de Volta Redonda, os mutilados da cultura do sisal, os antracóticos de Criciúma... são exemplos vivos da “prevalência familiar” dos acidentes e das doenças profissionais. Nos relatos colhidos dos trabalhadores podemos ler que o pai do João Batista sofreu acidente na fundição da Freios Varga, quando fazia hora-extra; o sogro de Vander “*se machucou lá*” e foi demitido; o irmão de Cirilo, que também trabalhava na Empresa, apresentou “*problema de mentalidade*” (“*ele é quase uma pessoa esquizofrênica*”) devido ao barulho da produção; seu pai foi aposentado por invalidez, assim como, o pai de José Ribeiro, turbineiro acidentado na Usina Iracema. O acidente de trabalho possui uma significação social capaz de não só provocar “um choque” nos trabalhadores, como também, ao propiciar a construção de uma memória coletiva dos riscos, possibilita a descoberta de uma série de “macetes” importantes para sua prevenção. A rede familiar constitui, muitas vezes, o primeiro espaço de usinagem dessas “dicas”.

A vida na fábrica é arriscada para os não iniciados. “*O risco é perigoso*”, me confidenciou Mariano do alto de sua *ciência* forjada na lida diária com trabalhadores estagiários. Os novatos têm que desenvolver uma gama de aptidões cognitivas, a fim de se capacitarem para o enfrentamento dos perigos. Geralmente, os trabalhadores vindos de outros regimes de trabalho, das escolas técnicas e do mundo rural ficam espantados com a realidade fabril. Ao primeiro contato, a fábrica provoca uma sensação de estranhamento nos aprendizes, fazendo com que a primeira fase de adaptação seja referida como dura e penosa pela maioria dos operários entrevistados.

— *Meu primeiro serviço na Varga foi no acabamento, no esmeril. É, esmerilhá a peça lá, né. Fazia acabamento interno. Na época, quem me ensinou a mexê com a máquina, quando eu entrei lá, foi o F. supervisor. Ele e os próprio trabalhadores. Ali tem um pó violento! Tem uma poeira que garra na gente! A gente pode tomá banho... Toma banho cedo, a tarde lá, né. A gente chega em casa põe a roupa, suô um pouco, sai tudo na roupa. Aquele gosto de ferrugem na garganta também. Ah! Eu senti que estranhei bastante o barulho. Ah, eu estranhei bastante o barulho... A gente acostumado trabalhá no ar livre, depois entra dentro dum barracão fechado ali, né, aquele barulhão. A gente..., sei lá..., eu estranhei bastante. Serviço, serviço lá é difícil mesmo! Num é fácil! Ah, o serviço é quente lá... É!*

*Na parte que eu tava mesmo, na moldação, o serviço é pesado..., é um pouco puxado...,
aonde eu trabalhei muito tempo, sabe?*

(Silvério - operador de fundição)

— Minha primeira função na Varga, com catorze anos, foi de assistente de estamparia. Era um serviço de limpar chapa pro pessoal, trabalhar no tamborão de peça e..., era um serviço geral, assim. Trabalhei na forja um pouquinho, lavagem de peça. Com catorze anos gostava de jogá futebol. Eu sempre gostei de jogá futebol. Inclusive, até pouco tempo jogava ainda. No começo a gente fica assustado, né. Bem dizê, do sítio, né. Nasci e fui pequeno pro sítio ainda, e, a gente já entrano numa Firma, assim! Nunca tinha visto, pra mim era tudo novo, tudo diferente, certo? E a gente fica meio assustado, meio... Mas depois fui pegano o jeito, certo? Pessoal tirava um sarro, certo? Inclusive, porque eu era muito pequeno, certo? A estatura minha era bem pequena, eu desenvolvi mesmo depois que eu entrei no SENAI, certo? Aí, fui desenvolvendo. Eu era bem pequenininho. Aí, o pessoal me chamava de tampinha, apelido e..., mas foi legal. Fui aprendendo com os companheiros, certo? O encarregado também dava uma força. Aí, fui desenvolvendo, lá dentro. O pessoal falava dos acidentes. Inclusive, eu mesmo testemunhei vários acidentes, né, porque a estamparia é prensa, né. Pessoal perdia ponta do dedo, outros só esmagava.

(Givanildo Pereira - matizeiro)

— Essa máquina, quando a gente chegou, não conhecia aquele tipo de produto químico se era nocivo ou não. Mas que na realidade, através do tempo e, através do contato com o colegas, eu fui descobrir que o produto era bastante nocivo. O produto que é — ele é o clorothene, né. E esse produto ele é fervido numa máquina com quatro válvulas. E essas válvulas que entram ali, desengraxam a peça com vapor, né. Muito quente, né. Muito quente! Um serviço muito quente mesmo! O cheiro — aquele cheiro desagradável, né! — que era bem diferente daquele processo que a gente trabalhava na roça, né. Porque, veja bem, dentro da lavoura, você trabalhava com a insolação, mas sempre tinha ar pra respirar. Tinha alguma coisa mais agradável pra respirar. Lá dentro, quando a gente começa a perceber que aquele tipo de produto, né, aquilo queimava, ardia nos olhos. Arde, né! Fazia que a gente chorasse sem querer e... a gente ficava meio assustado com aquilo. Que aquilo, através do primeiro dia, a gente ficou meio atordoado com aquele tipo de cheiro. Depois, veio aquela dor de cabeça, aquela coisa toda, sempre aparecendo algum sintoma de gripe que num sarava nunca. A gente ia pro ambulatório ele receitava um comprimido, uma coisa ou outra... Aquele processo consecutivamente. Só sarei um pouco, melhorei um pouco dessa gripe, depois de seis meses que eu tava dentro da máquina. Três meses que eu tava nessa máquina, que eu saí. O processo foi mudando, a Empresa foi modificando e mudando, só que o problema de deixar o produto, continua o mesmo.

(José Ribeiro - montador)

A poeira, o fedor dos produtos químicos impregnam até a alma dos operários não acostumados com a poluição fabril. A falta de “familiaridade” com o trabalho industrial e a perda

das “competências cognitivas” advindas de outras profissões acentuam a penosidade, o desconforto causado nos primeiros dias. Dependendo das características de cada trabalhador, e do setor para o qual foi encaminhado, demora meses para “pegá o jeito do novo regime de trabalho”. O processo de familiaridade com o novo serviço — conforme demonstra SATO (1993: 198) — “não é um processo de aprendizado que se dá passivamente /.../. Ele ocorre através do entrelaçamento do conhecimento que o trabalhador já possui, com o novo. Além disso, não é um processo visando apenas tornar o trabalho familiar, pois, ao mesmo tempo, é um processo de autoconhecimento; conhecimento do limite subjetivo, dos limites impostos pelo trabalho”. A familiaridade possibilita, ainda, “prever o desenrolar do trabalho, os problemas existentes na tarefa e também como lidar com eles. Essa possibilidade de previsão, por sua vez, gera expectativas e acomodação subjetiva”. Segundo WISNER (1987), “cada trabalhador possui uma imagem operatória e funcional do dispositivo sobre o qual trabalha. É a partir desta imagem que o trabalhador colhe informações, decide, segue uma estratégia, age ou deixa o processo prosseguir”.

Quando os trabalhadores são originários do trabalho agrícola, é a partir dos referenciais trazidos do campo que eles irão interpretar o regime de trabalho industrial. O espaço arejado, em oposição ao “barracão confinado”; o ar puro, ao contrário do ar poluído; o tempo guiado pela natureza, diferente do tempo disciplinado, entre outros paralelos de comparação, são os principais argumentos que justificam a preferência pelo trabalho rural. Na fábrica o trabalhador não pode utilizar os “elementos da natureza” em seu benefício.

— Serviço na lavoura num é um serviço pesado..., um serviço..., vamo dizê..., nos conforme, sabe? Como diz o outro: a gente já nasce lá..., naquele serviço ali, então..., já tá acostumado, né. Mexia co agrotóxico só quando nós plantava algodão. Ah, foi o quê... Uns três ano, mais ou meno. Nós plantava algodão, aí a gente mexia. Nunca me fez mal. Graças a Deus! Misturava o produto e aplicava, né. Ah!, no aplicá, a gente procurava passá sempre a favor do vento. Como diz o outro, né: para ele num vim na gente, né. A gente num tomava aquele chero de veneno. Meu pai que me ensinô. A gente tava acostumado. Serviço no ar livre.

(Silvério - operador de fundição)

— Prejudicô sim. Prejudicô muito! Pela função de eu ficá muito tempo sentada, isso me prejudicô bastante, porque eu já tinha já o útero crescido, já. Que a medida que quando eu fiz a cirurgia ele tava completamente massado, ele amassô de um lado, sabe assim, que vinha encostá pra dentro. Então, acredito que seja daquela posição, porque teve uma época que a gente não tinha uma cadera adequada pra sentá, então, ou a cadera ficava torta, ou você ficava assim... Que chegô até me dá um desvio de coluna por causa d'isso. Me atacô uma perna, o joelho direito meu, por causa do pedal, de ficá pedalano o dia intero também, ele cresceu na parte de dentro. Então, tudo isso influíu

muito pra mim. Mesmo depois, que eu voltei operada, eu acho que deveria tê mudado de serviço. Que já quando eu voltei, eu não tinha machucado o braço ainda. Que pelo menos dava um mês, um mês e pouco fora daquilo, porque o corte da cirurgia ficô uma cicatriz muito feia, ela ficô alta, sabe, daquela parte que eu vivia de ficá muito tempo sentada. Foi quando eu comecei ela não tava crescida não, tava uma cicatriz normal. Depois foi crescendo e dói até hoje; um ano depois de operada, dependeno do tipo de calça, eu não posso usá. Ah!... É que mexe muito com a cabeça da gente, né. Você fica naquilo, num sei explicá pra você mais... Ah! Eu ainda sô da roça..., porque eu não parava numa atividade só, eu fazia várias coisa e isso incentiva a gente, sabe? Pelo menos hoje você faz uma coisa, amanhã você faz outra, ou, uma semana você faz uma coisa, você muda, e, ali, se você dá um xis de serviço, você fica até o dia que te mandam embora... e você fica...

(Luzia - montadora)

O serviço na roça, embora seja “causticante”, de sol-a-sol, permite uma maior liberdade e desenvoltura ao corpo do trabalhador, uma vez que o tempo é menos rígido, o espaço é amplo, aberto. A fábrica, ao contrário, exige posturas fixas, viciosas, que “travam os músculos”, “deformam os ossos”. O tempo medido, sem pausas, somado às atividades monótonas e repetitivas, “enfraquece os nervos”, embota os desejos e “mexe com a cabeça da gente”. Para suportarem tudo isso, os trabalhadores necessitam desenvolver outras sensibilidades cognitivas e novas habilidades práticas. As referências trazidas das ocupações anteriores são de pouca aplicabilidade no regime de produção fabril. É a partir desta percepção alterada da relação corpo-trabalho que os trabalhadores irão apreender os processos de saúde/doença e seus nexos ocupacionais.

— Outros problemas de saúde, que eu sei que foi causado pela Empresa, porque eu num tinha costume de senti' isso, foi o problema da coluna. É porque, às veiz, a gente ia abri' uma matriz e ela tava dura demais. A gente fazia força pra abri' ela. Foi onde prejudicô a coluna. Quantas veiz eu fui lá fazê forno, lá, fazê fisioterapia, lá. Ficava uma ou duas hora fazeno forno, né. Eles sabe. Porque eu tenho ficha lá de quantas veiz eu tive lá pra fazê isso aí. E foi causado lá. Porque eu num tinha esse problema antes. Eu pegava saco de feijão, saco de arroiz, saco de milho. Eu trabalhava diretamente e nunca senti' isso. Só depois que eu entrei na Varga que eu comecei a senti' esse problema de coluna. A diferença é que aqui é pesado e quente. Lá a gente tava acostumado a pegá sacaria. Até no nordeste, que eu trabalhei com carga de animal então, tinha o jeito de pegá. Na Varga a gente estranhava.

(Mariano - operador especializado)

— Então, eu num posso... Como é que eu vô falá que eles cuida bem do estado de saúde do trabalhador, que tem pena do trabalhador... Num passo falá. Pra começá, esse cinco por cento da audição, que é poco, mas eu perdi, porque nem esse problema eu num

tinha. Pobrema de coluna. Eu num tinha pobrema nenhum nas costa. Podia ficá agachado, podia trabalhá agachado, cortava cana, num sentia nada. Hoje eu tô um bagaço... Tem dia que eu num consigo acordá..., tenho que levantá uma perna e depois a outra... Aqui dói tudo... Na época num sentia nada.

(Silvério - operador de fundição)

Os modos com os quais os trabalhadores constroem e elaboram uma percepção social dos riscos têm a ver com o próprio contexto em que são tecidas as relações entre os operários e seus companheiros, os funcionários e suas chefias, os trabalhadores e os técnicos. Interligam-se, também, às experiências alastradas pelo operariado durante suas trajetórias ocupacionais, e que permitem aos diferentes coletivos atualizarem suas práticas quando em contato com novas situações de perigo. A consciência de que o risco e as ameaças afetam a todos igualmente, induz a troca de conhecimentos, de “macetes” preventivos que circulam entre os operários quando há um ambiente de confiança. A partir daí, é que podem ser compreendidas as muitas “provações” por que passam os novatos quando são levados para o meio do espaço fabril. O que os “mais velhos” querem testar é a lealdade e as reações dos “calouros” diante das situações imprevistas.

— A pessoa que ajuda a gente mexer na máquina não é aquela pessoa que tá mandando, aqueles coordenadores. Quem ensina é os próprios colegas de trabalho, que já trabalha ali. É tão engraçado, né. Que depois de três meses que eu tava lá dentro, então é..., o colega lá, através da amizade, pegou a peça e, inclusive, até pegou aqui... Pegou uma peça quente e colocou aqui (mostra o braço). Eu tava de luva e ele colocou aqui. E depois, quando ele viu que a pele saiu grudada, saiu no componente, ele me disse: “Olha, você não pode falar. Você só tem três meses e, se você falar, eles vão te mandar embora. Você tem que ficar quieto. Você tá com pouco tempo de serviço aqui e eles vão te mandar embora”. Foi na hora que eu tentei segurar e fazer o tratamento em casa. É! Sei lá!? Não sei se foi um tipo de brincadeira. Sei lá! Talvez..., até..., sei lá!? Queria mostrar que aquilo queimava mesmo. Os mais velhos ensinam os macetes pra se cuidar. Os mais velhos...

(José Ribeiro - montador)

A atual conjuntura de aumento da precarização dos contratos de trabalho, e de crescente mobilidade da força de trabalho, é apontada por Oswaldo SEVÁ F. (1992: 11-15) como a principal responsável pela situação de maior exposição dos trabalhadores “às ameaças, degradações e agressões efetivas”. O fato de o conhecimento sobre as condições e os processos de produção, sobre os equipamentos e os materiais ter sido sistematicamente apropriado pelos gerentes, técnicos e engenheiros do trabalho, coloca barreiras à apreensão coletiva dos riscos derivados da organização produtiva. Para esse autor, “os riscos são decorrentes das condições de trabalho, são intrínsecos das tecnologias adotadas, fazem parte integrante da concepção produtiva e das

próprias relações de poder, na produção e na sociedade. Além do mais, são agravados como resultado de certas prioridades das empresas (por exemplo, acelerar os ritmos da produção) e da falta de prioridades (como não priorizar as atividades de manutenção dos equipamentos e instalações, ou não priorizar a segurança das populações vizinhas)”.

Na sua Tese de Livre Docência, apresentada ao Instituto de Geo-ciências/UNICAMP - **“No Limite dos Riscos e da Dominação: a politização dos investimentos industriais de grande porte”** - SEVÁ F. (1988) salienta que, *“diante do risco de origem industrial, estão em jogo, ao mesmo tempo, o conhecimento do processo produtivo, das modalidades técnicas e das dinâmicas naturais; e de forma mais ampla, e novamente, está em jogo a questão da cidadania, pois a informação, o seu acesso, a sua socialização, e as possibilidades de expressão das partes interessadas estão diretamente associada à organização social diante do risco”*. Essas circunstâncias vêm reforçar, finalmente, *“a concepção de que o risco tecnológico, quando vivenciado diretamente por seus protagonistas, não somente é um dado bruto, técnico, evidente nas altas energias e altas periculosidades em jogo durante a fabricação e o manuseio dos materiais, mas é uma elaboração coletiva, uma construção ideológica e prática de uma ou de várias coletividades de trabalhadores, limitados ou constrangidos o tempo todo pela própria relação capital-trabalho, ou em outros regimes econômicos, pela relação trabalho-direções estatais e partidárias”*.

— Passava tudo. A gente ficou assustado, com medo. Porque o maior medo meu era ficar doente. Era ficar doente e não poder mais trabalhar. Minha família, parte em Alagoas e parte em Iracemápolis, né, ficava meio preocupado com isso aí. Porque a situação que eu encontrava lá era de preocupação mesmo. Então, em primeiro lugar, era o medo de ficar doente. Ficar doente e ficar distante desse pessoal. Quer dizer, que o sofrimento da gente é uma coisa... Esse processo, já vem desde adolescente. A gente tá dentro de uma Empresa e, de repente, você começa a respirar produtos tóxicos ali dentro e fica doente... Tecnicamente eles não falavam nada dos riscos, ele falava sobre os cuidados: “Tome cuidado com isso, com aquilo e tudo bem”. A origem da coisa eles não falavam pra gente. Se falá, por exemplo: uma pessoa conhecedora da realidade, se falá desse tipo de serviço ela não aceita. Esse tipo de serviço é genocídio! De imediato, as pessoas falavam assim. Agora, como eu disse, uma pessoa tosca, sem saber o processo da origem da coisa e, a necessidade dele é muito grande, ele acaba aceitando esse tipo de serviço.

(José Ribeiro - montador)

— O amianto, não foi bem que eu trabalhei, a seção que eu trabalhava era paralela ao setor de lona. Não. Ninguém explicava nada. Inclusive, a seção de lona, eles usava a máscara, um tipo de máscara, certo? E a gente era paralelo ali, só tinha um alambrado que cercava a seção e, nunca requisitaram uma máscara de proteção, nada pra gente, ali. Às vezes, quando tava demais, a gente pedia pra usá. Mas nunca foi no

sentido, assim, obrigado a usá. Porque nunca houve uma reunião pra dizê o perigo daquele pó, ali, pra gente... Então, não incentivava a gente a usá o aparelho, certo? O ruído?, inclusive, eu usava o plug de proteção, porque eu achava demais o barulho. Era prejudicial. Cansava demais. Então, eu usava direto aquilo. Foi difícil pra eu acostumar, certo? No começo deu dor de cabeça, tudo, mas eu fiz um esforço, porque eu vi se eu não usasse aquilo lá, sei lá?, eu acho que eu... Eu trabalhava bem perto da estamparia e do tamborão, minha bancada e, era demais o barulho, ali. Inclusive, a gente reclamava pra... — dois tamborões vibrano lá pra peças pesadas, que trabalhava com perdígulho, essas coisas. Porque a gente pediu pra fazê uma cobertura nele pra protegê um pouco do barulho, certo? Sempre tava pra melhorá: "Vamo fazê isso, vamo fazê aquilo..."

Mas, saí de lá e não vi nada.

(Givanildo Pereira - matizeiro)

Muitos operários, por estarem impedidos de participar dos níveis de decisão sobre a melhor opção tecnológica e suas formas de controle, submetem-se passivamente aos riscos embutidos nessas escolhas, desenvolvendo, na maioria das vezes — conforme expressão de DUCLOS (1986) —, “um sentimento fatalista”. Frequentemente, os trabalhadores são colocados diante de situações totalmente desconhecidas, ou, quando muito, eles conhecem apenas parcialmente o funcionamento dos equipamentos e os efeitos nocivos dos produtos existentes no “caldeirão tóxico” que respiram, intuindo por aproximação os perigos existentes no processo. Não raramente, acontece de o operário somente vir a saber dos riscos presentes no seu trabalho depois de sofrer um acidente, ou ficar doente. É negado sistematicamente aos trabalhadores a “origem da coisa perigosa”, ao mesmo tempo que se exige o uso de um arsenal de equipamentos individuais de proteção que interrompe seus sentidos.

Para uma grande parte de engenheiros e técnicos de segurança, o problema da eliminação dos riscos se resolve com a implantação de Equipamentos de Proteção Individual. WISNER (1987: 92-93) chama a atenção para o fato de que quando se propõe a utilização de um EPI, “sem se preocupar com a perda eventual de fontes de informação necessárias e com o acréscimo de dificuldades suplementares à execução das tarefas”, ao invés de se amenizar a insalubridade e a periculosidade, acaba-se por introduzir outros fatores de risco. Os perigos — segundo o autor — aumentariam “por redução dos sinais necessários: sinais acústicos pelos dispositivos protetores contra ruídos, sinais visuais que aparecem na periferia dos campo visual e mascarados pelo envoltório opaco dos óculos de soldagem, etc.”. O mascaramento da fala, ou de qualquer outro sinal de comunicação visual ou auditiva, está na origem de numerosos acidentes e catástrofes com consequências graves para os trabalhadores e para as populações que vivem em torno das instalações fabris.²¹

²¹ - Os acidentes de Bopal (Índia), Chernobyl, Vila Socó (Cubatão), são alguns exemplos.

— Foi a primeira vez que eu trabalhei com máquina. Ah, dava um pouco de medo, né... No começo, né. Porque, no começo, a gente num tava acostumado, nunca tinha visto, né... Então a gente ficava com um pouco de cisma, medo, né. De estorá um rebolo e batê na cabeça da gente — como foi o que aconteceu, né, depois. Eu trabalhava assim, o outro companheiro trabalhava de frente com o disco da lixadeira, estorô e me pegô na cabeça — cortô o capacete e cabô me cortano a cabeça. Os companheiro falava que trabalhá lá era perigoso. Ah! falava, falava e fala inda, né! Té hoje inda fala... A gente trabalhava, mas a gente tá veno o perigo. Porque quando estora disco, eles bate de prancha na barriga dos companheiro. Então eles trabalhava de avental. Do jeito que bate assim..., oia!, de prancha, fica aquele vermeão na barriga da gente, assim! Se no caso ele pegá de corte! Deus me livre! Essa parte aí, de vez em quando eles fazia reunião com a gente, né, e falava, né. Pra gente usá capacete, num trabalhá sem óculos e usá sapatão de segurança...

(Silvério - operador de fundição)

— Eu e a máquina: a máquina, pra eu trabalhar, tem que ter uma boa relação entre eu e ela. Então. Tem que ter um bom tratamento com ela, se não ela acaba me quebrando, né. A máquina, veja bem, o homem que criou a máquina. Então. Tem que ter muito cuidado com ela, se não ela nos estacela. Se quebra uma fresa, o supervisor vem e pergunta: "Por que quebrou"? E se a máquina tivesse te engolido, o que ele perguntaria!? Então! O desvalor humano é total... Engraçado, né. Dentro do meu setor, é curioso, né. Porque dentro do meu setor, às vezes surge até um apelido, né, apelido pra máquina. O pessoal relaciona muito com futebol, né. O cara é corintiano e chama a máquina de corintiana, aquela coisa toda. Às vezes, o camarada, ele está sendo estacelado por esse problemas, problema social, problema de dinheiro, de dívida, problema de doença. Às vezes, ele sai de casa, ele sai de casa sem saber o que fazer. Agora, imagine só!!! Ele sai de casa, sai de casa totalmente fora, descordenado e, de repente, ele vai pegar a máquina, aquela mesma máquina que ele está acostumado a pegar todos os dias. Quer dizer, se ele não tem problema, essa máquina vai funcionar bem — essa máquina funciona através das mãos dele, através da consciência dele — como é que fica? Às vezes, os problemas acidentais que acontecem é por causa d'isto; por causa dos problemas que as pessoas traz de casa. Ou seja, os problemas que acontecem dentro da sociedade, dentro da classe trabalhadora. É o trabalhador... Agora, ela é programada... Eu digo que é trabalhador porque, veja bem: se, por exemplo, alguém diz que aquela máquina: "Vou programar aquela máquina pra trabalhar tanto". Você tem que subsidiar ela. Você tem que ter fôlego pra poder agüentar ela. Porque ela tá programada pr'aquilo... Se faltar... Então, ao mesmo tempo que eu controlo ela, ela me controla, porque ela foi programada pr'aquilo.

(José Ribeiro - operador especializado)

A maquinaria constitui a expressão mais concreta dos perigos existentes na fábrica. Da intimidade do trabalhador com seu equipamento depende, em grande parte, os sistemas de segurança implantados na produção. Já foi assinalado no capítulo III, que a exigência da multifunção, a grande rotatividade da força de trabalho e a terceirização de etapas da fabricação

limitam o assenhoreamento da máquina pelo operário, diminuindo, conseqüentemente, seu poder de controlar o próprio trabalho. Isso faz com que sua atividade fique ainda mais difícil e penosa.

— Lá foi um sofrimento desgraçado. Assim que eu entrei lá, fazia uns dois meses que minha mãe tinha falecido, eu não conseguia trabalhar tranquilo. Ia trabalhar e... Quando você vem pra cá e deixa toda família lá, na outra cidade, lá... Aí, a única pessoa que a gente tem mais próxima é a mãe, né, acaba perdendo a mãe e, aí, é duro, né. Eu ia trabalhar e confundia tudo, né. Você começa a imaginar a distância da família, num tem a mãe e, o emocional pegava a gente. Lá não foi fácil não. Condições de trabalho pior das que eu já trabalhei. Tinha uma máquina, que à noite eu sonhava com ela. Acertava a máquina (era uma furadeira), normalmente, quando você vai passar uma empresa pra outra, você leva a experiência que você tem, né: "O que você fazia lá? Operador de furadeira radial, então, nós temos radial lá..." Radial coisa nenhuma, era um elefante que tinha lá, fazia alguns furos, lá. Me colocaro na máquina, lá. O sofrimento era triste. Você tinha que nivelá o eixo — lá fabrica prensa, lá — e não é a máquina, ela não movia pra gente colocá ela como a radial. Você centraliza a peça, nivela, aí você remove a máquina e coloca o que tinha que ser furado... Lá é diferente, né. A máquina fica de pé, uma broca de quarenta centímetros, quase meio metro, aí, cê tem que acertá o eixo e nivelá ela, lá...; tinha que dá certo. Fazia nivelção de todos os lados, tava certinho, né, na hora que descia, a máquina saía fora, era uma tristeza, viu! E corria o risco também, quando descia a máquina, a haste descia furano, a broca furava, furava lá uns trinta, trinta e cinco milímetro. Quando voltava, ela não voltava certo, ela voltava bateno em todo mundo. Onde pegasse, estorava mesmo! E lá, eu tive um acidente que quase perdi o dedo. Desse trecho de dedo até a ponta tirô, só ficou as costas do dedo. Eu me lembro que teve que fazê enxerto, tirá da palma da mão pra fazê enxerto aqui. O eixo quando ele sai, ele sai da máquina, ele sai uma lâmina mesmo, cortano, sabe? É um eixo que ele tem..., ele é de grau..., como se fosse grau..., que ele não é um eixo reto, ele tem que ser torto pra ele dá o embalo na... Quando está girano a roda, pra dá as toneladas, lá, de batida, de peso na máquina. Então, colocano ele lá, ele deu uma girada e eu tirei a mão muito rápido, mas pegô o dedo, cortô a metade do dedo. Recuperei depois de fazê enxerto, tudo... Ficô normal.

(Benedito dos Reis - operador de máquina)

No processo de construção social do risco atuam vários elementos simbólicos e práticos, constituídos — conforme reconhece SEVÁ F. (1988) — “a partir de fatores cognitivos, psicológicos e defensivos que se articulam com as relações política e ideológicas dentro de cada empresa”. A inteligibilidade coletiva dos riscos, vincula-se às diferentes tradições e saberes que disputam o monopólio de sua objetivação nos vários espaços da fábrica. Os modos como os acidentes e os perigos são processados no interior da organização, depende, dentre outras coisas, da capacidade de cada agente impor aos outros sua versão dos fatos. A CIPA (Comissão Interna

de Prevenção de Acidentes) é um dos locais onde podemos observar os embates entre as muitas “racionalidades preventivistas” que recortam o universo fabril.

O cipeiro E.J.V solicitou reparos no piso em volta da máquina de jateamento na seção de rebarbação onde já ocorreram dois acidentes e a qualquer momento poderá ocorrer um acidente grave ao retirar carrinho com peça.

(Freios Varga - Ata da CIPA - 18/03/87)

O cipeiro E. (eleito pelos funcionários) comentou o índice de acidentes ocorridos na Fundição. Ocorre que, para suprir necessidades da produção, os funcionários são recolocados para atividades diferenciadas, nem sempre recebendo um completo treinamento.

(Freios Varga - Ata da CIPA - 18/09/87)

Iniciando os trabalhos, o Sr. A. A. T. C. (presidente da CIPA) explicou ao grupo como ocorreu o acidente: quando operava um dispositivo pneumático, o operador burlou o controle bimanual da máquina, com pedaço de chapa e acionava outro botão com o joelho. Segundo informação do Sr. J. C. C. A. J., o funcionário foi orientado a operar determinada máquina e desacatando ordens da chefia, operou outra máquina. Após investigação feita pelos cipeiros locados na área de ocorrência, a comissão concluiu que o referido acidente ocorreu por Ato Inseguro do funcionário.

(Freios Varga - Ata da CIPA - 23/10/87)

Lido e comentado o relatório de acidente com afastamento com o funcionário I. L. D. do setor de Estamparia Leve ocorrido no dia 18 de maio último, o qual ao calibrar peças numa prensa de 40 toneladas, quebrou a caixa de engate da mesma, sendo que parte da ferramenta atingiu seu 2º quirodáctilo esquerdo. A causa apurada após investigação foi falha mecânica, seguida de fadiga do material.

(Freios Varga - Ata da CIPA - 15/06/88)

O Sr. A. (técnico de segurança) passou algumas fotos que mostram os abusos de alguns funcionários que travam bimanuais de segurança para poder aumentar a produção ou facilitar a operação. Processo esse que provocou o acidente da funcionária V. A. S., que trabalhava com o antebraço travando um dos botões do comando alimentando o dispositivo com a mão e com a outra acionava outro botão.

(Freios Varga - Ata da CIPA - 18/03/87)

Em seguida o Presidente da CIPA fez um comentário sobre os acidentes ocorridos no mês comparando com a do mês de fevereiro e verificou que houve um aumento do número de acidentes, tanto com e sem afastamento e acredita que pode ter sido por causa do Plano do Novo Governo, pois os trabalhadores estão trabalhando com muita expectativas e tensos.

(Freios Varga - Ata da CIPA - 18/04/90)

Acidentes ocorridos: 1º R. L. C. ocorreu no dia 04.05.90. Ao prender o eixo na placa do torno, o mesmo veio a soltar do ponto giratório atingindo o membro superior esquerdo e tórax. 2º M. T. C. S ocorreu no dia 15.05.90. Ao posicionar uma gaxeta no dispositivo para acabamento sofreu ferimento cortante no 2º quirodáctilo direito com lesão de tendão. Ambos os acidentes ocorreram por Ato Inseguro.

(Freios Varga - Ata da CIPA - 21/06/90)

Também colocado e discutido pelo grupo a situação do restaurante, onde foi constatado a falta de higiene, principalmente quando a comida é manuseada durante a preparação e, quanto à objetos (pregos e outros metais) encontrados na comida durante a refeição.

(Freios Varga - Ata da CIPA - 21/05/86)

O Sr. A. F. E., sugeriu a instalação de um pé direito ou uma talha na bancada para levantar ou baixar motores pesados na manutenção elétrica, pois o funcionário ainda usa esforço físico para execução desse trabalho (existe um desenho a respeito, datado em 22/04/84 na manutenção com o Sr. J. para a execução).

(Freios Varga - Ata da CIPA - 05/03/87)

O Sr. E. R. e J. O. S. comentaram que o desrespeito às normas de segurança por parte de firmas contratadas, vem colocando em risco os funcionários e, até mesmo, o patrimônio da empresa.

(Freios Varga - Ata da CIPA - 18/06/86)

Os cipeiros J. A. C e J. L. P. colocaram que as principais causas do alto índice de acidentes na fundição é por falta de espaço físico e rotatividade de mão de obra.

(Freios Varga - Ata da CIPA - 17/09/86)

Apesar dos limites que a atual legislação (NR-5) coloca às atividades da CIPA, esse espaço pode constituir-se num local de disputas, no qual os trabalhadores têm a possibilidade de expressar suas opiniões e fazer valer suas reivindicações. Interessa à Empresa manter o debate em torno do ato inseguro, do uso do EPI, de assuntos ligados à saúde geral das pessoas (higiene, hipertensão arterial, diabetes, AIDS, etc.), na tentativa de desviar o problema em direção aos limites das ações individuais e dos aspectos técnicos que envolvem a questão. Mascara-se, assim, os efeitos próprios da produção capitalista sobre a saúde. Aos cipeiros eleitos competem, pelo menos supostamente, intervir no sentido de apontar os fatores coletivos da determinação dos acidentes e do aparecimento dos riscos, exigindo sua pronta eliminação. A CIPA pode transformar-se — a partir das várias racionalidades em disputa — numa arena política onde os diferentes agentes sociais tentam impor suas visões de mundo. A demissão de cipeiros combativos demonstra concretamente a tática utilizada pela Empresa para esvaziar e desvirtuar este espaço, transformando-o em mais um local de inculcação de seus valores.

— *Como eu tinha sido eleito pela CIPA... Em abril de noventa e um, tinha um movimento na frente da Empresa, e a gente tava ali observando aquele movimento, não tava nem participando. E, de repente, eu fui suspeito que eu poderia aderir alguma greve, algum movimento. O que me levou a CIPA foi o problema da minha mão. Porque se bate muito no problema do E.P.I. Quando se parte pros problemas que eu considero muito importante, problemas como: produtos químicos, máquinas, máquinas inadequadas, às vezes, posição em que o trabalhador trabalha e, quando se percebe que deve mexer,*

mas o custo é alto, não se mexe naquilo. Então, o que me levou a entrar na CIPA foi justamente isso, pra eu ver como é que é esse processo. Eu fiquei, no meu ponto de vista, horrorizado. Porque você entra dentro de um órgão, que do meu ponto de vista é importante para classe trabalhadora, você entra lá dentro pra falar de futebol, falar de coisas que não têm nada a ver com aquilo. Eu fiquei totalmente horrorizado com aquilo.

A atuação da CIPA, se fosse, por acaso, na minha visão, se fosse eu responsável por essa coisa, ele tinha que atuar, ela tinha que atuar. Mas, na realidade, ela é um tipo de órgão que..., como diz o ditado: tá lá por estar. É engraçado, né. Eu não tenho liberdade pra sair, eu deveria ter. Eu deveria ter liberdade pra sair, visitar setor por setor e ver que tipo de organização está no setor, né, o risco, né. Fazer uma rastreabilidade desses riscos. Eu não tinha liberdade pra sair. Na reunião se discute, mas de forma totalmente diferente. Eu não tô lá na área, na realidade, eu não vi o acidente. Então, eles fazem uma rastreabilidade nesse sentido: aconteceu o acidente, segundo o gerente daquela área, o trabalhador ele descuidou daquela coisa toda e, no fim, acaba o trabalhador que tá acidentado, que acidentou, levando a culpa, levando toda a culpa nas costas dele. Eu pergunto, segundo o que se fala lá dentro, se fosse, por exemplo, antecipar... Se as pessoas que tão lá dentro pudessem questionar esse tipo de acidente não seria mais fácil a gente prevê isso? Eu questionei um tipo de produto, esse tipo de produto tá lá dentro e que eu acho que é muito nocivo, um tal de morfina, né. Um tipo de um ácido que joga na água e aquilo ferve, aquilo asfixia a pessoa. E esse produto ele está..., eu questionei..., ele está à vontade, ele fica a revelia no setor, na área onde eu trabalho, na usinagem. E esse produto, deveria ter um pouco mais de cuidado, né, mais de carinho com a saúde, já que fala tanto de ecologia.

(José Ribeiro - montador)

— Participei da CIPA. Ah! Eu acho que a CIPA é uma coisa assim que..., principalmente — eu não sei pra fora como é que é nas outra firma — mas, na Varga, era uma coisa que... Tinha vários problemas, mas ela só resolvia os mais simples, entendeu? Os mais complicados que a gente levava... Inclusive, esse problema de tamborão, certo? Eu fiquei na CIPA lá, o período inteiro da CIPA, sempre reclamando, sempre com projeto lá na CIPA pra vê se tinha solução e, eu saí da Firma e não vi o tamborão solucionado o problema, certo? E era prioridade, não pra terminá com o barulho, mas pra resolvê com uma boa parte do ruído ali naquele setor ali, certo?

(Givanildo Pereira - matriseiro)

— Hoje nós temos uma realidade muito difícil aqui porque, normalmente, acredito que agora tá mudando, normalmente, quando você falava em qualquer companheiro da CIPA: "Ô meu, eleição da CIPA. Vamos lá! Eu!? Cê tá loco cara! Eu não quero ser pelego". Eles viam a CIPA como peleguismo. Acha que tá na CIPA é do home. Qué dizê: a Empresa, os empresários de Limeria criô essa cultura desgraçada pros trabalhadores, né, que hoje tá sendo mudada, tá sendo quebrada. Mas, normalmente, quando você falava da CIPA não tinha interesse nenhum: "Não, eu não quero ser ciperio, eu não quero sê do home". Outro falava: "Não, eu não vô entrá lá pra num fazê nada, não adianta". Depois que a gente começô a intervir, né, na Empresa, dizendo pra eles da importância da CIPA, que era CIPA, então, começô a mudar. Mas eu me lembro que na minha primeira gestão eu criei um puta dum rebu com o pessoal da segurança da Empresa, né. Os ciperios, os patronais — que os patrões escolhem — normalmente, são os gerentes, são os chefes,

ou aqueles caras que estão afinados com eles. Quando eles falavam de acidentes, né, que era dispersividade do trabalhador, né, por ato inseguro, né, eu fazia os questionamentos, os cara começava a se arrepiar. Até me lembro que no último mês que a gente tava, foi um dos mês que deu mais acidentes, foi dezembro, né. Aí, os cara fizeram lá as perguntas, por que lá dos acidentes. Aí, saiu um monte de abobrinha e eu criei uma intervenção e isso pegou, acendeu-se o fogo ali na reunião da CIPA, né. Quando eu toquei na questão da produção, né, que era aceleração da produção, exigência demais e, que aquilo tava acontecendo, né, e, que eu queria um levantamento. Aí, os cara ficaram p. da vida. Até hoje ninguém me deu o resultado dele. Aí, terminou a gestão, aqueles cara saíram, não deram retorno pra gente não. Aí, fiquei marcado de vez.

Essa questão que você diz aí do ato inseguro, das condições inseguras... Hoje, muitos ciperos tem clareza..., mas falta coragem. Naquela época, quando nem existia oposição..., não tem nada ver. Hoje, se o ciperito faz alguma coisa diferente, a Empresa faz uma ligação direta entre ele e o Sindicato, né, então, aí começa a perseguição...

(Benedito dos Reis - operador de máquinas)

A transição da percepção individual dos riscos, dos acidentes e das formas de usura da força de trabalho para sua inteligibilidade coletiva, ocorre em meio às lutas travadas pelos vários sujeitos presentes no chão-de-fábrica pela posse do seu domínio. O operariado traz consigo suas tradições, as experiências acumuladas durante seus trajetos ocupacionais, suas sensibilidades cognitivas, uma composição técnica e política, uma memória sobre os acidentes, enfim, um conjunto de saberes informais construído na lida diária com as situações arriscadas, e que estão a serviço de uma leitura dos processos de trabalho e dos perigos neles engendrados. O patronato, por sua vez, através da mobilização de um “suposto saber técnico”, busca sistematicamente recompor os modos de apreensão dos riscos e dos acidentes dentro de referenciais que apagam as determinações específicas da organização capitalista do trabalho, visando a surpreender os indivíduos em “atitudes inseguras”. Ao privatizar o risco e suas conseqüências, o capital pretende *amoitar* o caráter hierárquico e autoritário presente nas formas de se dispor o trabalho vivo em relação ao trabalho morto.

A construção social dos riscos é contingenciada pela relação capital-trabalho, no interior da qual os trabalhadores, se conseguirem organizar um sistema coerente e acessível a todos de compreensão dos fatos, podem romper com as normas e procedimentos instituídos pela Empresa, estabelecendo, desse modo, um “campo litigioso” entre racionalidades antagonizadas. A defesa da saúde e da segurança no trabalho passa adquirir, assim, uma dimensão política capaz de não só atualizar a luta de classes dentro da produção, como também, de ampliar as territorialidades das classes trabalhadoras, inaugurando, a partir daí, uma nova sociabilidade coletiva, alternativa à lógica dominante de privatização dos indivíduos e da vida.

* * *

A fábrica é o local crucial (não o único) da experiência operária. Reduzi-la somente aos aspectos do seu desenvolvimento industrial e tecnológico é torná-la desinteressante, sem importância para quem quer compreender o que se passa do lado de dentro de seus portões. Do mesmo modo, sendo vista apenas enquanto local predominante das relações salariais que fundam a sociedade de classes, o seu espaço acaba ficando limitado apenas à dimensão exclusiva da acumulação/valorização do capital. Isso acaba por reificar as contradições presentes no chão-de-fábrica aos aspectos econômicos que são negociados nos seus limites.

De uma outra maneira, se a fábrica for encarada como território onde se manifestam contradições extremamente específicas, e que extrapolam as demarcações da sua planta produtiva, poderemos apreendê-la como uma realidade tensionada, em cujo interior as classes sociais atualizam suas identidades e diferenças. Dentro desse outro enfoque, as classes em relação se experimentam e se confrontam pelo poder de objetivar o trabalho coletivo em função de seus projetos. O capital deixa de ser “Sujeito exclusivo” das transformações que vêm ocorrendo nas formas de produzir, no momento-mesmo em que os trabalhadores começam a aparecer com “rostos próprios”, irredutíveis ao capital variável. Se olharmos com atenção as relações de e na produção que configuram cada processo de trabalho particular, poderemos apanhar a subjetividade operária, na sua “composição singular”, atuando nos interstícios dos espaços vigiados (mas não controlados totalmente) e nos hiatos dos sistemas técnicos.

Cabe reconhecer ainda que, para além da apropriação privada do trabalho coletivo, o chão-de-fábrica encerra um espaço totalitário onde a exploração econômica se articula aos mais variados mecanismos de opressão. Nessa relação, comparece tanto a subjetividade operária em processo, quanto as formas sempre renovadas de obtenção de consensos instauradas pelo patronato. Através desses dispositivos, as classes no poder imprimem uma contra-ofensiva no sentido de desestabilizar a composição técnica e política do operariado para, acima de tudo, recompor a correlação de forças a seu favor. Por esse intermédio, a racionalidade dominante busca descartar as singularidades das experiências reais e impor suas concepções como “critério único e universal” de inteligibilidade do mundo. As disputas pela gestão do tempo livre e produtivo, pela posse da linguagem, do *saïvor-faire* e pela prerrogativa de comandar o trabalhador coletivo preenchem todos os domínios do território produtivo, posicionando a luta de classes como categoria central de análise nos estudos que pretendem apanhar o trabalho enquanto realidade pulsante. Nesse contexto, as dimensões éticas, culturais e políticas da saúde, da cidadania e da dignidade operária adquirem materialidade no cotidiano fabril.

* * *

Tudo aquilo que pude apurar deste chão-de-fábrica localizado, foi aqui exposto no intuito de inserir o tema da saúde do trabalhador no desenrolar da própria organização produtiva. A luta em defesa da saúde acontece no instante-mesmo em que a empresa busca, através de práticas constantemente renovadas, capturar e agenciar a subjetividade operária em função de suas finalidades exclusivas. A opção por esta abordagem — quero crer —, ao mesmo tempo que permite apanhar o “caráter dinâmico e atualizável” do processo saúde/doença, descortina mais de uma possibilidade para o movimento operário e sindical repensar suas práticas, tendo como base o cotidiano de trabalho. A articulação desta “realidade imediata” (chão-de-fábrica) com as estruturas mais complexas que atuam na esfera da sociedade, é que institui a Saúde do Trabalhador como campo privilegiado da Saúde Coletiva. A Saúde Coletiva, enquanto prática teórica que se efetiva através dos movimentos sociais, encontra na Saúde do Trabalhador uma oportunidade impar para reintegrar duas dimensões essenciais da vida: o trabalho e a reprodução. Dentro desta perspectiva, ao concluir esta empreitada, pretendo, agora, elencar alguns elementos teóricos e práticos que posionam a Saúde do Trabalhador na condição de uma “racionalidade radicalmente nova” frente às outras formas de se abordar os nexos entre saúde e processo produtivo. Busco, finalmente, recuperar o meu objeto de pesquisa naquilo que o especifica em relação à minha própria escolha profissional.

ÚLTIMO CAPÍTULO

TRABALHO, SAÚDE E CIDADANIA: *Territórios Éticos, Culturais e Políticos*

Creio que nunca inventei um caminho de pensamento, mas que sempre me foi dado por outrem. Tudo o que fiz foi apoderar-me imediatamente dele com paixão para o meu próprio trabalho de esclarecimento.

(Wittgenstein)

A Saúde Coletiva vista a partir de um conjunto de elementos teóricos advindos de várias disciplinas e, enquanto uma multiplicidade de práticas que procura intervir nos determinantes do processo saúde/doença, não pode prescindir de identificar e afirmar a presença de diferentes sujeitos no seu terreno de ação. Essa perspectiva — conforme demonstra Everardo Duarte NUNES (1994: 7) — permite posicionar a Saúde Coletiva como “*corrente de pensamento, movimento social e prática teórica*”.¹ Possibilita, também, que se imprima um caráter dinâmico aos modos de se interpretar as práticas de saúde. No campo da Saúde Coletiva, o enfoque da Saúde do Trabalhador, entendido como uma maneira específica de se abordar a relação entre processo de produção e a reprodução da vida operária, deve resgatar, antes de tudo, sua dimensão de prática social.

O trabalho, enquanto possibilidade mais concreta de existir e sobreviver de determinados grupos sociais, ultrapassa a dimensão genérica, abstrata, para adquirir materialidade na vida cotidiana das classes trabalhadoras. Constitui-se como referência central para se pensar a dimensão coletiva dos processos particulares de viver, adoecer e morrer. Dentro desse enfoque, a defesa da saúde do trabalhador permite poder construir um campo teórico e conceitual que delimita uma maneira específica de se pensar o trabalho, os trabalhadores, os acidentes, as doenças e os riscos existentes nos diversos processos de produção.

É a partir desse ponto de vista que podemos analisar os projetos institucionais e alternativos que pretendem atender as demandas de saúde trazidas pelos operários, assim como, os modos de intervenção nos ambientes de trabalho e o arcabouço legal que normatiza o conjunto dessas

¹ - Sobre os aspectos históricos e teóricos da Saúde Coletiva ver Nunes (1985 e 1992).

práticas. Para dar conta de tal complexidade, torna-se necessário reconhecer que o campo da Saúde do Trabalhador não é indiferente e impermeável às inflexões político-ideológicas presentes nos diferentes projetos que tentam se apropriar do seu “território minado”.² Quero evidenciar com isto, que o atributo Saúde do Trabalhador compõe um campo de ação tensionado, e não apenas se configura como um conjunto de disciplinas em busca de adquirir “cientificidade”. Ou seja, este atributo, muito mais do que indicar uma simples opção terminológica, é capaz de revelar o caráter atual, operante e ativo da luta de classes no cotidiano de trabalho.

Não se trata, aqui, de subestimar as valiosas contribuições trazidas pela medicina ocupacional, ergonomia, engenharia de segurança, psicologia, entre outras, para se entender os impactos das “cargas” e dos “riscos” sobre a anatomia, o psiquismo e a fisiologia humana,³ mas questionar e demarcar quais os sujeitos que se apropriaram e que foram visados por essas disciplinas. Ressalta-se também, a importância de se elencar os dispositivos legais⁴ e as práticas institucionais que têm sido sustentadas pelos diferentes “modelos” que buscam se apossar desse domínio. Não é desprovido de importância, por exemplo, assinalar que a Medicina Ocupacional construiu todo um referencial teórico, no qual a “categoria ocupação” diluiu os trabalhadores enquanto sujeitos históricos, deixando de considerar como fatores determinantes das “doenças profissionais” as formas de organização do trabalho, o seu conteúdo e as relações de poder (técnicas, hierárquicas, informais, relativas ao gênero, etnia, idade, etc.) existentes no espaço fabril. Dessa maneira, não é de se estranhar que esse modo de pensar e de restringir os nexos estabelecidos entre modo de produção e saúde à categoria ocupação foi a base conceitual a partir da qual se elegeu e se consolidou todo um aparelho institucional de atendimento dominado pelo modelo do Serviço Médico de Empresa.

² - Todo vez que utilizo as palavras campo, território, domínio, parto da perspectiva de Bourdieu (1983), que se refere a estes termos como espaços onde se manifestam relações de poder.

³ - É importante assinalar que, tanto os profissionais que atuam na área da saúde do trabalhador junto aos sindicatos, quanto os próprios trabalhadores, devem se apropriar do conjunto de conhecimentos produzidos por estas e outras disciplinas. Não se pode conceber recuos nos embates políticos travados pelos trabalhadores no campo legal e institucional em decorrência da insuficiência do embasamento teórico e “técnico” que também dão sustentação a estas lutas. Situo aqui também, a importância dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (modelo de atendimento que articula os serviços públicos com a participação do movimento sindical), dos Departamentos de Saúde e Meio-ambiente que assessoram as várias Centrais Sindicais na construção de um novo conhecimento que seja capaz de confrontar com os modelos médico/jurídico e de engenharia de segurança dominantes, e que produza transformações no campo institucional e legal existentes em nosso país. Este aspecto diz respeito ao acesso à informação.

⁴ - Cabe aqui citar, por exemplo, a Legislação Previdenciária e Acidentária, que está estruturadas seguindo uma lógica de contenção de despesas, de monetização dos riscos (ao invés de preveni-los), de fragmentação do corpo do trabalhador em função da sua importância enquanto instrumento e força de trabalho, da socialização dos prejuízos dos acidentes (após 15 dias de afastamento quem banca os custos é a própria Previdência). Ressalta-se também, que as NRs, notadamente a NR-15 e NR-16 que tratam da insalubridade e periculosidade, respectivamente, mantêm esta visão monetizante, em detrimento da eliminação e/ou diminuição das condições insalubres e perigosas. Colocam também estas NRs, a responsabilidade de atenuar estas condições sobre o corpo do trabalhador, através dos E.P.Is, na sua maioria ineficazes e incômodos. A NR-5 que trata das CIPAS, ainda está muito longe de garantir a autonomia e liberdade de atuação reivindicadas pelo movimento sindical, que há muito tempo querem transformar essas instâncias em Comissões de Saúde, Segurança e Meio-ambiente livres e totalmente eleitas pelos trabalhadores.

* * *

A “*Saúde Ocupacional* — segundo René MENDES (1980: 18) — engloba no mínimo, a *Medicina do Trabalho* — atividade médica voltada para o trabalhador; a *Higiene do Trabalho*, que atua sobre o ambiente de trabalho, isto é, ‘a ciência e a arte devotadas ao reconhecimento, avaliação e controle dos fatores de risco do ambiente de trabalho, capazes de provocar doenças, desvios da saúde e do bem-estar, ou desconforto e ineficiência entre os trabalhadores’ e a *Segurança no Trabalho*, pelo menos enquanto esta tiver centrada na proteção do trabalhador, a preocupação pela prevenção de acidentes de trabalho”. Ao fundamentar sua concepção de saúde/doença no modelo do “triângulo epidemiológico”,⁵ o autor considera que a contribuição do “hospedeiro humano far-se-ia através dos hábitos, costumes, de condicionantes de idade, sexo e grupo étnico, estado civil e ocupação, bem como de outros ‘fatores intrínsecos’, que têm na carga genética (genótipo) e na eficiência de mecanismos de defesa gerais e específicos, sua expressão máxima” (MENDES, 1980: 46-47). O fator sexo, por exemplo, “constitui-se em variável de complexo comportamento, quanto à susceptibilidade aos efeitos adversos do trabalho sobre a saúde. Por razões puramente antropométricas, as mulheres podem ser menos aptas que os homens para algumas tarefas e mais aptas para outras” (MENDES, 1980: 48 - grifo meu). Observa-se nesse enfoque, uma “naturalização” da divisão sexual do trabalho no intuito de se ressaltar os atributos individuais no desencadeamento das “patologias ocupacionais”.

Essa vertente de pensamento vem modelando toda uma prática médica e de engenharia que se integram e se completam nos chamados Serviços de Segurança e de Medicina do Trabalho (SESMT) criados no chão-de-fábrica. Faz sentido evidenciar, que no livro **Medicina do Trabalho/Doenças Profissionais**, ao lado da descrição das principais “patologias ocupacionais”,⁶ MENDES (1980: 78-79 - grifo meu) dedica dois capítulos para tratar dos aspectos gerais da organização e das funções de um *Serviço Médico de Empresa*. De acordo com sua visão, “a conceituação da Medicina do Trabalho, isto é, qual o seu objetivo, sua razão de ser e a que fim se destina deverá ser estabelecida através de sua participação dentro de uma organização que é a própria empresa /.../. O serviço médico faz parte e deve ser uma função ligada aos objetivos da empresa. Se essas premissas não são observadas correrá um sério risco de ser rejeitado pela própria organização /.../. A manutenção da higidez da força de trabalho é uma função do serviço médico e é onde ele encontra a razão da sua existência à luz dos objetivos da empresa.

⁵ - Teoria epidemiológica que considera como determinantes do processo saúde/doença as interações dinâmicas entre o agente, o hospedeiro e o meio ambiente.

⁶ - A lista das patologias abordadas neste livro leva em consideração somente as doenças em que o trabalho atua como “causa única” (denominadas no jargão jurídico de tecnopatias). Neste sentido, o livro está aquém da própria classificação doutrinária do país que considera como acidente de trabalho também aquelas doenças (doenças do trabalho atípicas ou mesopatias) em que o trabalho não é sua “causa única e exclusiva”, mas atua como concausa.

Entretanto, essa atividade relacionada com a conservação da produtividade só é possível através da manutenção ou recuperação da saúde de cada trabalhador". Esse foi o modelo regulamentado pela Portaria do MTb 3.214, de 06 de junho de 1978, e que passou a normatizar (Normas Regulamentadoras - NRs) as questões de segurança e saúde no trabalho em nosso país (Capítulo V, Título II - arts. 154 a 201 da CLT).

A citação dessas referências torna-se importante para poder acentuar a mudança de foco que vem ocorrendo na tradição dominante da Medicina Ocupacional. Na sua publicação mais recente — **Patologia do Trabalho** —, René MENDES (1995) avança em relação ao modo anterior de tratar o tema. Além de uma abordagem sistêmica — ao invés de patologias isoladas —, que incorpora a dimensão da Medicina Integral apenas enunciada em **Medicina Ocupacional/Doenças Profissionais** (1980), acrescenta uma "perspectiva ambiental". A ênfase agora está centrada no trabalho e não mais na ocupação. No capítulo que analisa "*Os Aspectos Históricos da Patologia do Trabalho*", o autor identifica dois deslocamentos importantes ocorridos nas formas de se denominar este campo, bem como nas suas implicações práticas. O primeiro, refere-se à transição que vai "*das doenças profissionais às doenças relacionadas com o trabalho*". Ou seja, o trabalho passa a assumir o lugar da profissão nos encadeamentos entre a saúde e a doença dos trabalhadores. O segundo, marca a mudança do enfoque que priorizava as "*doenças relacionadas com o trabalho*" no sentido de ressaltar a "*saúde do trabalhador*". Sob esse ângulo, MENDES (1995: 25 - grifo meu) reconhece a necessidade de se buscar "*a compreensão das relações (do nexo) entre Trabalho e a Saúde-doença dos trabalhadores que se refletem sobre a atenção à saúde prestada; a possibilidade/necessidade de mudanças dos processos de trabalho — das condições e dos ambientes de trabalho — em direção à humanização do trabalho; o exercício de uma abordagem multidisciplinar e intersetorial das ações na perspectiva da totalidade, buscando a superação da compreensão e intervenções estanques e fragmentadas sobre a questão; a participação dos trabalhadores, enquanto sujeitos de sua vida e sua saúde, capazes de contribuir com seu conhecimento para o avanço da compreensão do impacto do trabalho sobre o processo saúde-doença e de intervir politicamente para transformar esta realidade*".

Essa mudança de lente observada recentemente num dos principais autores e divulgadores da Medicina Ocupacional no Brasil, de acordo com meu ponto de vista, não se deveu à uma reflexão crítica ocorrida no interior do espaço acadêmico. Os Departamentos de Medicina Ocupacional, via de regra, sempre fizeram questão de manter uma certa "neutralidade" e uma considerável distância em relação aos acontecimentos vividos pelos trabalhadores no cotidiano de trabalho. Em alguns momentos, a apropriação do conhecimento produzido pelas universidades por

uma parcela do movimento sindical comprometida com a defesa da saúde dos trabalhadores não foi vista com bons olhos pela maioria do corpo docente instalado nesses departamentos.⁷ O princípio da “neutralidade”, do não uso político do “saber”, eram os argumentos mais utilizados pelos defensores da “ciência descomprometida”. Torna-se importante salientar esses aspectos para que não se apaguem da história os rastros deixados pelos movimentos sociais, que construíram e fizeram emergir a Saúde do Trabalhador como uma forma totalmente nova e distinta de se pensar e atuar sobre as condições concretas de vida e de trabalho das classes trabalhadoras.

27. _____ Saúde do Trabalhador: a emergência de outros sujeitos

A emergência do enfoque da Saúde do Trabalhador, enquanto “*processo em instituição*”, passou a adquirir visibilidade a partir de uma multiplicidade de experiências que congregaram tanto profissionais de saúde, quanto militantes sindicais e outros agentes sociais. O ressurgimento do movimento operário no final dos anos 70 e início dos anos 80, colocou na agenda de lutas outras reivindicações além daquelas relacionadas apenas aos salários. O novo sindicalismo, que entrou em cena a partir dos metalúrgicos do ABC, rompeu com o economicismo tradicional e pôs em pauta os temas da democracia (fora e dentro da fábrica), da defesa da cidadania, da diminuição da jornada de trabalho e do banimento de todas as formas de violência perpetradas contra as classes trabalhadoras.

O revigoramento do movimento sindical e popular encontrou eco nas manifestações pela reforma sanitária, pelo resgate do caráter público das ações de saúde, pela construção de um Sistema Nacional de Saúde (PREV-SAÚDE) — defendido na VIIª Conferência (1980) — e materializado, posteriormente, no SUS. É nesse período aquecido pelo debate, pelas lutas em favor da redemocratização do país que o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES, 1980: 5 - grifo meu), fundado em 1976, definiu como as três grandes prioridades para o período “*a Política*

⁷ - O Programa de Saúde do Trabalhador de Campinas enfrentou esta discriminação no início da sua instalação. Cabe assinalar o comprometimento de alguns profissionais que furaram este “bloqueio acadêmico” e contribuíram com a consolidação desta experiência. Mas ainda hoje a institucionalização das relações entre as duas Universidades (UNICAMP e PUC) e o Programa não está definida e concretizada. Perde-se com isso, um espaço importante de produção de novos conhecimentos no campo das relações saúde e trabalho. Se por um lado este Serviço atende uma demanda de diversas categorias de trabalhadores maior que a dos Ambulatórios das Universidades, ele conta também com a participação de uma parcela importante do movimento sindical existente na cidade de Campinas.

Demográfica, A Saúde Ambiental e do Trabalho e a Política Nacional de Saúde".⁸ No ano seguinte, foi criado em São Paulo, por um conjunto de sindicatos e Federações de trabalhadores, o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT).



Capa da Revista Saúde em Debate (CEBES, 1981)

A década de 80 foi rica em experiências caracterizadas pela pluralidade das correntes ideológicas e políticas que procuraram construir e consolidar projetos em defesa da saúde dos trabalhadores. Debates organizados nas universidades; intercâmbios entre sindicalistas e profissionais de saúde brasileiros com o movimento operário e instituições italianas; criações de departamentos e assessorias nos sindicatos; implantações de Programas e Centros de Referência; publicações de textos, edições de livros e traduções referentes ao assunto;⁹ semanas de saúde do trabalhador (SEMSATs); crescimento de matérias na imprensa sindical denunciando as precárias condições de trabalho, os acidentes e a *"morte lenta nas fábricas"*, são algumas das manifestações

⁸ - Conforme aponta o editorial da Revista "Saúde em Debate" (abril-maio-junho/1980), "o crescimento e o desenvolvimento do movimento operário a nível nacional tem feito aflorar a discussão sobre as condições de vida, trabalho e a saúde do trabalhador".

⁹ - Quero citar, entre outras, as seguintes referências bibliográficas: a tradução do livro *Medicina e Política* de Giovanni Berlinguer pelo Pe. Bruno Giuliani publicado pelo CEBES-HUCITEC (1978); *"O Trabalho e a Doença"* (Anamaria Tambellini, 1978); a edição nº11 da revista Saúde e Debate que traz o texto *"Processo de Trabalho e Saúde"* de Asa Cristina Laurell debatido posteriormente pela Comissão de Saúde Ocupacional do CEBES, 1981; *As Vítimas do Capital: os acidentados do trabalho* (Marcia Regina da Costa, 1981); *A Saúde nas Fábricas* (Berlinguer, 1983); os textos organizados por Everardo Duarte Nunes no livro *Medicina Social: aspectos históricos e teóricos* (1983), que traz, entre outros autores, Asa Cristina Laurell (*"Saúde-Doença como Processo Social"*) e Jon Garfield (*"Trabalho Alienado, Stress e Doença Coronariana"*); o livro organizado por Herval Pina Ribeiro e Francisco A. de Castro Lacaz *Do que Adoecem e Morrem os Trabalhadores* (DIESAT, 1984); *Acidentes do Trabalho: uma forma de violência* (Amélia Cohn & Ademar K. Sato et al., 1985); a tradução do livro *Ambiente di Lavoro: la fabbrica nel territorio* de Ivar Oddone e colaboradores pela Hucitec (1986); a tradução do livro *A Loucura do Trabalho* de Christophe Dejours (1987); a tradução do livro de Alain Wisner *Por Dentro do Trabalho: ergonomia - método & técnica* (1987); a publicação do livro *Processo de Produção e Saúde: trabalho e desgaste operário* de Asa Cristina Laurell e Mariano Noriega (1989); *Programas de Saúde dos Trabalhadores: A experiência da Zona Norte - Uma alternativa em Saúde Pública* (Costa, Carmo, Settini, Santos et al., 1989); *Trabalho em Turnos e Noturno* de Joseph Rutenfranz, Peter Knauth & Frida Marina Fischer (1989); *Isto é Trabalho de Gente?: Vida, doença e trabalho no Brasil* (org. Buschinelli, Rocha & Rigoto, 1993)

que fizeram desse período a “época de ouro” da consolidação da Saúde do Trabalhador como proposta alternativa frente à Medicina Ocupacional.

É a partir dessa multiplicidade de novos sujeitos sociais, de espaços institucionais e alternativos que a Saúde do Trabalhador passará a ter visibilidade. Este enfoque será debatido e sistematizado por um conjunto de profissionais vinculados à Saúde Coletiva onde, notadamente, os trabalhos de Asa Cristina LAURELL e Jaime BREILH aparecem como referências, a partir das quais se construirá todo um modo de se pensar os nexos entre o processo saúde/doença e as maneiras de viver, produzir e reproduzir das classes trabalhadoras. As relações entre saúde e trabalho adquiriram, nesse contexto, um caráter público, materializado em vários projetos institucionais que arrancaram dos espaços exclusivos e privados dos Serviços Médicos de Empresa a tutela do corpo operário.

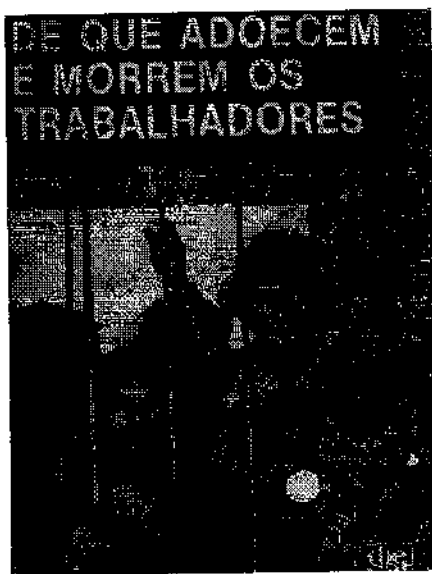
O surgimento dos Centros de Referências e Programas de Saúde do Trabalhador,¹⁰ incorporados à rede pública de prestação de serviços e abertos à participação do movimento sindical, permitiu a construção de um modelo alternativo, não só de gestão democrática dos equipamentos públicos e de atendimento das necessidades dos trabalhadores, como também, de intervenção nos espaços de fábricas — embora de uma forma incipiente.¹¹ O atendimento dos trabalhadores por esses Programas, possibilitou desentranhar uma epidemia de doenças ocupacionais que todos sabiam existir, mas que estava trancada nos arquivos e nas gavetas dos Serviços Médicos de Empresas. O apagamento e a ocultação dos registros dos acidentes e das doenças dos próprios trabalhadores, dos sindicatos e dos órgãos públicos responsáveis pela vigilância desses eventos, configura-se como uma negação efetiva do “Estado de Direito”, da “propriedade de si mesmo” — base de todo edifício político-institucional da cidadania burguesa. A não notificação desses registros opera — afora a negação de um dado estatístico de relevância pública (os acidentes e as doenças do trabalho) — um procedimento ideológico que busca apagar os efeitos negativos da produção capitalista sobre a vida das pessoas. Evidencia que a empresa, ao adquirir a força de trabalho e colocá-la sob sua gerência, acha-se no direito de se apropriar da totalidade do corpo do trabalhador.¹² Essa maneira de proceder, contradiz os princípios básicos do contrato individual de trabalho e demonstra o quanto esse instrumento é uma ficção jurídica quando prega a “igualdade” entre os agentes econômicos.

¹⁰ - Em relação à constituição dos Programas de Saúde do Trabalhador no estado de São Paulo ver Lacaz (1997).

¹¹ - Ainda não foi possível construir um modelo de intervenção nos locais de trabalho a partir das experiências dos Programas de Saúde do Trabalhador. A resistência das corporações médica e de engenheiros instalados nas Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) e nas Secretarias das Relações do Trabalho (SERTs), teimam em manter equivocadamente este monopólio corporativo. Nos locais onde ocorrem uma relação mais integrada entre os Programas e os profissionais destas instituições, as ações nos espaços de fábricas acabam ocorrendo de uma forma ou de outra, mas isto não é uma regra, e nem um modelo a ser seguido.

¹² - Sobre as táticas de domesticação e disciplinamento do corpo ver Michel Foucault (1977).

Ao recordar e listar livremente alguns fatos, acontecimentos que marcaram o aparecimento e a construção do enfoque da Saúde do Trabalhador, busquei evidenciar que essa ruptura com as maneiras tradicionais de se tratar o tema operou um verdadeiro deslocamento dos sujeitos protagonistas deste campo de ação. Ou seja, as empresas (através dos SESMTs), os aparelhos estatais de fiscalização e assistência (DRTs, SERTs, Justiça do Trabalho, Previdência Social, etc.), antes “atores exclusivos” e integrados nos seus objetivos e estratégias, passaram a ter que conviver com outros “atores emergentes” (Sindicatos, Centros de Referências em Saúde do Trabalhador, CIPAS combativas, Comissões de Fábricas, Movimentos Populares, Entidades Ambientalistas, Comissões de Direitos Humanos, Assembléias Legislativas, Promotorias Públicas, etc.). Além de deslocarem os sujeitos, o enfoque da Saúde do Trabalhador trouxe outras arenas de luta que deram visibilidade pública aos embates travados pelos trabalhadores em defesa da saúde. Basta lembrar as audiências públicas, os tribunais populares, manifestações em portas de fábricas, passeatas, greves, as denúncias na grande imprensa e na imprensa sindical, e tantas outras mobilizações que foram realizadas nesse período, posicionando, assim, a saúde do trabalhador como um tema quente e atual.¹³ Em suma, pretendo deixar explícito que o atributo Saúde do Trabalhador, mais do que mero filigrana terminológico, revela uma prática emergente em uma dada conjuntura histórica, onde as “visões de mundo” de uma parcela do movimento operário e de um conjunto de profissionais atuantes na área da saúde buscavam ser hegemônicas frente a outros enfoques até então dominantes.



Capa do Livro publicado pelo DIESAT, 1984.

¹³ - Cabe lembrar a eleição para Governador do Estado de São Paulo de 1986, onde o candidato Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantin), até então em primeiro lugar nas pesquisas, começou a despencar após denúncias das precárias condições de trabalho vivenciadas pelos operários das suas empresas. Uma delas, inclusive, na ocasião, foi interdita devido a constatação de intoxicação de vários trabalhadores por dissulfeto de carbono. Na época, todo *marketing* do candidato estava centrado na figura do “bom patrão” e do empresário bem sucedido.

Ao tomarem para si a iniciativa da ação em defesa da saúde do trabalhador (antes delegada aos órgãos do Estado e às empresas) e, ao se apropriarem deste campo de conhecimento, os grupos subalternos trouxeram um outro ponto de vista que contribuiu, de forma decisiva, para se transitar da Medicina Ocupacional (prática que articula os interesses privados com uma institucionalidade mediada pelo discurso médico, dos engenheiros e outros profissionais) à Saúde do Trabalhador (caráter público mediado pelos sindicatos, outros sujeitos sociais e formas alternativas de institucionalidade).

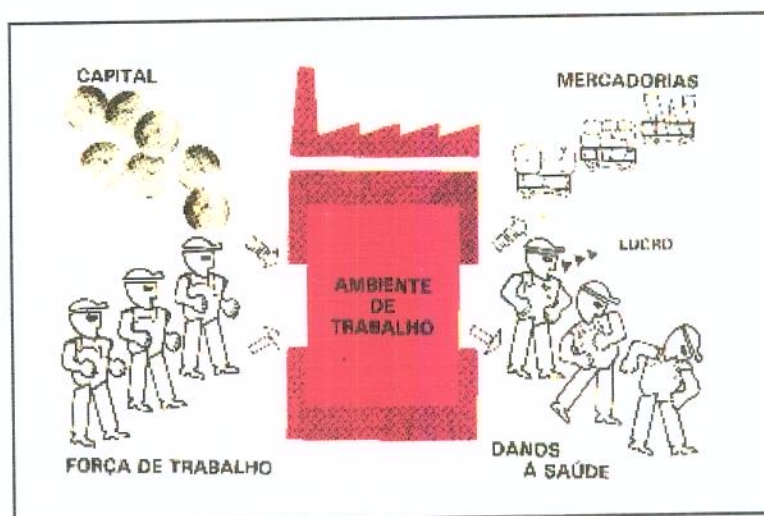
Antes de finalizar essas considerações cabe ressaltar, ainda, que a dimensão de “movimento” imprimida à Saúde do Trabalhador na década de 80 no Brasil vem perdendo o calor e encontra-se arrefecida. Esse recuo, é apenas uma das conseqüências da própria crise de identidade por que passa o movimento operário e sindical diante das ofensivas das classes dominantes para arrebitarem com as tradições, as conquistas e as formas de organização das classes trabalhadoras. Numa conjuntura de expansão do desemprego, de quebra dos acordos e contratos de trabalho formais, torna-se muito mais difícil reivindicar outras questões além daquelas que buscam manter, a qualquer custo, o maior número possível de postos de trabalho (posição defensiva da classe operária).

28. _____ Saúde do Trabalhador: desacorrentando “Prometeu”

Tanto a Medicina Ocupacional, quanto as abordagens de Asa Cristina LAURELL, Jaime BREILH e do Modelo Operário Italiano, diluem a “categoria sujeito” para tratar das relações existentes entre processo de trabalho e saúde. Na primeira perspectiva (funcionalista/positivista), o trabalhador é apreendido como *indivíduo-hospedeiro*, onde suas características herdadas e “naturais” (idade, sexo, etnia, etc.) aparecem com “*fatores modificadores da susceptibilidade*”. De um outro modo e, a partir do ponto de vista do materialismo histórico, LAURELL e BREILH — conforme analisado na introdução — invocam o “sujeito coletivo” para interpretar os efeitos do trabalho sobre a saúde. Nesses autores, os modos particulares de percepção da saúde e da doença são apagados para que os eventos sejam considerados exclusivamente no âmbito da determinação social.

Dentre os pressupostos que construíram a maneira de se abordar o problema da saúde no Modelo Operário Italiano o conceito de “ambiente de trabalho” é central. É a partir dele que os

trabalhadores irão emergir como *força de trabalho* anexa ao capital, que inserida no conjunto das relações de produção transforma matérias-primas em mercadorias e em lucro. Essa relação, conforme assinala ODDONE (1986: 19), “*diferente segundo os modos de produção que se sucederam na história, de acordo com os setores produtivos, interessa pela sua capacidade de provocar danos à saúde de quem trabalha*”.



Representação do Ambiente de Trabalho - Oddone et al., 1986.

ODDONE (1986) referencia-se na experiência operária, nascida nas grandes indústrias de Turim, para propor um desenho esquemático do processo de trabalho e suas relações com a saúde dos trabalhadores (ver figura acima). Busca oferecer uma metodologia analítica capaz de mapear os riscos e negociar medidas que intervenham sobre as condições perigosas e nocivas. Observa-se que sua proposta, além de omitir os impactos do processo de trabalho sobre o território externo à fábrica (captação de água dos mananciais, exploração de fontes de energia e outras utilidades, emissão de materiais particulados, resíduos líquidos e sólidos e outros poluentes), apresenta um problema de fundo, que diz respeito, justamente, à sua concepção de força de trabalho. Mais especificamente, sua definição perde de vista que a força de trabalho, enquanto capital variável adquirido no mercado, ainda não é trabalho objetivado. Como bem demonstra Claudio NAPOLEONI (1981: 21), o que constitui objeto de troca entre o operário e o capitalista “*não é o trabalho, mas a força de trabalho*”. Como finalidade dessa troca, a força de trabalho deve materializar-se em trabalho vivo, objetivado pelo trabalho morto/acumulado. Segundo MARX [1863~1866] (1989: 60), o que diferencia essas três manifestações do trabalho é o fato de que “*um é passado, e o outro é presente; um está morto, e o outro está vivo; um está objetivado no pretérito perfeito, o outro está objetivando-se no presente*”.

Se não se observa a transformação da força de trabalho (presente no mercado) em trabalho vivo, que se objetiva no processo produtivo, anula-se o hiato existente entre aquilo que ainda é potencial (“trabalho” contido na força de trabalho) e sua posterior *transubstanciação* em trabalho efetivamente gerado pelos operários. Isto é, “há um intervalo entre a alienação da força de trabalho e sua exteriorização real, /.../ o seu emprego como valor-de-uso” [MARX, 1867] (1982: 194). É nesse interregno que se (re) encontram novamente as condições subjetivas e objetivas que foram separadas com a introdução das relações capitalistas de produção (ver capítulo II).

O processo de *objetivação da força de trabalho* não é automático, isento de contradições. Nele comparecem de forma irredutível a “concreção máxima” do “sujeito-indivíduo-trabalhador” e sua “abstração máxima” — consubstanciada na “categoria força de trabalho” (subjetividade não-exteriorizada). Esse fato, permite questionar aquelas visões que partem da premissa de que os trabalhadores são inexoravelmente desgastados pelo processo de trabalho capitalista. Não há uma imediatividade entre o aparecimento do trabalhador enquanto força de trabalho, sua subsunção ao processo produtivo e a produção do desgaste. A identificação dos nexos que se estabelecem entre modo de produção e um determinado perfil de morbidade das classes trabalhadoras deve levar em conta, necessariamente, outras mediações.

A saúde — mais especificamente, a saúde do trabalhador — adquire visibilidade no chão-de-fábrica em meio às experiências vividas pelos sujeitos de “carne e osso”, contingenciados pela necessidade premente de seguirem reproduzindo suas condições de existência. Neste contexto, as representações da saúde e da doença se entrecruzam com várias outras dimensões do “viver operário” que não se restringem somente ao tempo dedicado à produção. Qualquer tentativa de fixá-las a uma determinação exclusiva redundaria numa abordagem reducionista que, entre outras consequências, apagaria suas múltiplas interconexões.

BIRMAN (1991a: 21), considera que o campo da saúde “se apresenta como uma imensa escritura de representações e enunciados, que exige do pesquisador um trabalho sistemático de interpretação”. Suas contribuições vieram renovar e abrir novas perspectivas teóricas e práticas para conformação da Saúde Coletiva. Parte do princípio de que o “o real é capturado pelas redes de sentido inscrita na ordem simbólica, de forma que os diferentes objetos constitutivos da realidade se ordenam enquanto tal pela operação de simbolização, instaurando então a experiência do mundo como consubstancial ao registro da significação”. Dentro desse enfoque, a realidade passa a ser compreendida como uma construção “*eminentemente intersubjetiva*”. Como consequência direta dessas premissas, o “sujeito do conhecimento” passa assumir um papel central na apreensão do objeto teórico. BIRMAN (1991a: 14), quando posiciona essa centralidade, atribui ao sujeito “uma atividade fundante dos objetos de diversas ciências, na medida em que as suas

operações cognitivas são constitutivas do objeto do discurso científico". Segundo ainda suas considerações, "reconhecer no registro epistemológico a posição do sujeito na produção do objeto teórico da ciência é afirmar, ao mesmo tempo, que este sujeito empreende uma interpretação do real e que a interpretação é constitutiva da realidade científica".

Afirmar a "centralidade do sujeito" no campo da Saúde Coletiva equivale assumir que estamos diante de uma "realidade" de ordem intersubjetiva e que, portanto, requer uma constante interpretação. Ou seja, deve ficar subentendido que a *"idéia de sujeito implica necessariamente um outro sujeito como contraponto fundamental para sua constituição e reconstituição permanente"*. Fundado na interpretação e no registro intersubjetivo, *"o sujeito se insere também na ordem do tempo"*, sendo sua constituição remetida para a *"ordem da história"*. BIRMAN (1991b: 131) assinala que a abertura possibilitada pela interpretação, *"ao conferir mobilidade ao sujeito, lhe permite simultaneamente construir uma história, de forma a reificar interpretações passadas e anunciar novas modalidades de relações no futuro"*. Segundo ainda suas contribuições, *"o registro que inscreve a interpretação na temporalidade é o que permite a crítica contundente a qualquer determinismo: a história do sujeito é aberta para a transformação, pois é inevitavelmente marcada por um processo de reinterpretação sucessiva"*. A existência do sujeito é regida pelo imprevisível, pela singularidade dos investimentos psíquicos (libidinais) que oferecem certas possibilidades e impossibilidades aos "modos de andar a vida" de cada indivíduo.

De acordo com BIRMAN (1991b), singularidade, intersubjetividade e temporalidade são três dimensões constituidoras dos sujeitos. Se partirmos do pressuposto de que "o mundo real", enquanto espaço concreto da socialização humana, se apresenta, ao mesmo tempo, como unidade e pluralidade, torna-se um tanto quanto redundante afirmar que a "realidade", por não existir fora dos sujeitos que a efetivam através da práxis social, somente pode ser capturada nas suas múltiplas formas de aparecer. Portanto, incorporar a "diversidade do real" na construção do objeto da Saúde Coletiva torna-se um procedimento fundamental — na perspectiva do autor — para se distinguir seus enunciados do discurso da Saúde Pública. Isso porque, *"seus objetos teóricos e os horizontes de suas práticas sociais são radicalmente diversos. No campo da saúde coletiva a diversidade e a diferença, como exigências fundamentais para o reconhecimento das comunidades sociais e das individualidades, se impõem como condição de possibilidade para a leitura das concepções de saúde e de doença, de normal e de anormal, da vida e da morte. Por isso mesmo, no discurso contemporâneo da saúde coletiva o conceito de corpo simbólico se destaca como sendo fundamental e é irredutível ao conceito de corpo biológico. Da mesma forma, o Estado não é a instância única e fundamental no agenciamento político das práticas sanitárias, já que estas se descentralizam na tessitura heterogênea do espaço social"* (BIRMAN 1991a: 17).

Se transportarmos essas contribuições para o terreno da Saúde do Trabalhador, abrem-se alguns novos caminhos capazes de atualizar e retirar este campo da “sensação de esgotamento” teórico-prático em que se encontra. O primeiro a ser destacado, é aquele que nos permite localizar, nos estudos que pretendem apreender o processo de trabalho enquanto uma realidade viva e pulsante, “um estatuto próprio” para a dimensão da subjetividade operária (ver capítulo II). Este enquadramento, abre a possibilidade para se romper com aquelas correntes analíticas que tratam o trabalho somente nas dimensões impostas pelo capital (valorização/acumulação). Tais perspectivas, por posicionarem os trabalhadores somente na condição de força de trabalho anexa ao capital (capital variável), secundarizam outros significados possíveis da atividade produtiva. A consequência mais marcante dessa postura, é a de transformar o trabalho num “território opaco”, no qual os trabalhadores encontram-se inexoravelmente subsumidos às forças intangíveis, sendo incapazes de forjarem novas formas de “singularização subjetiva”¹⁴ diante da objetividade do capital.

Conforme constatação já exposta no capítulo III, todo indivíduo chega ao trabalho trazendo na bagagem sua carga genética e sua história de vida. Traz também seus costumes, sua condição étnica e de gênero, seus aprendizados e experiências anteriores. Tudo isso — de acordo com WISNER (1994: 19) —, “*pesa no custo pessoal da situação de trabalho em que o trabalhador é colocado*”. Sendo assim, não podemos restringir o processo saúde/doença somente àquelas determinações relativas ao momento em que a força de trabalho é acionada na produção da mais-valia. “*As cicatrizes da vida não se restringem às marcas deixadas pelo trabalho*” (WISNER, 1987: 39), nem mesmo essa atividade só produz desgaste e sofrimentos. Em que pese muitas vezes o seu caráter momentâneo e pontual, o trabalho (mesmo alienante) é capaz de propiciar aos trabalhadores (ver Quadro 2 - capítulo III) sensações de descabido prazer e de desfrute.¹⁵ Segundo DEJOURS (1994: 294), “*o que mobiliza o sujeito em sua relação com a tarefa não é somente a compulsividade, ou a força da pulsão, mas sim o propósito subjetivo fundamental de obter, em troca de seu envolvimento e de sua contribuição, um benefício em termos de sentido para si mesmo. Por trás da mobilização subjetiva, está a busca de identidade*” (ver este debate na introdução).

Quando se reconhece a centralidade do sujeito na conformação do campo da Saúde Coletiva, o acesso aos sentidos que ele mesmo dá à sua experiência e à sua ação torna-se possível, através de uma construção teórica e metodológica que pressupõe o próprio discurso do sujeito (e suas representações - ver capítulo I) como fundante do conhecimento científico. A apreensão do

¹⁴ - Termo utilizado por Guattari para designar os processos disruptores no campo da produção do desejo: trata-se dos movimentos de protestos do inconsciente contra a subjetividade capitalística, através da afirmação de outras maneiras de ser, sentir e perceber.

¹⁵ - Expressão sugerida por Gastão W. Campos no exame de qualificação.

trabalho a partir do discurso operário, por levar em conta justamente a elaboração intersubjetiva que os trabalhadores fazem do processo produtivo, permite avançar sobre os recortes que demarcam rigidamente as estruturas técnicas, econômicas e sociais do processo produtivo. Torna-se possível, através deste procedimento, recuperar as dimensões imaginárias e simbólicas interagindo no instante-mesmo em que os trabalhadores acionam seus músculos, seus nervos e seus afetos nos movimentos operatórios necessários para a realização de suas tarefas. Somente assim podemos detectar as diferenças existentes entre “trabalho prescrito” e “trabalho real”; entre a “cooperação vertical decretada” e a “cooperação horizontal construída”; entre o “saber hierarquizado parcelar” e o conhecimento técnico, dos riscos e das lutas que circula nos interstícios dos espaços não-vigiados. As “gambiarras”, os improvisos, as “fraudes” das normas operacionais e as formas de cooperação usadas pelos produtores diretos passam a adquirir inteligibilidade dentro de um contexto no qual o trabalho, ao mobilizar a subjetividade e a inteligência dos trabalhadores, exige que as “regras comuns” sejam sancionadas pelos referenciais éticos e de confiança tecidos pelo coletivo operário no dia-a-dia.

Dentre as preocupações básicas que devem estar presentes quando percorremos o chão-de-fábrica na tentativa de apreender os nexos possíveis entre saúde e produção, encontra-se a análise detalhada das maneiras como os trabalhadores (trabalho vivo) estão dispostos frente às condições objetivas (trabalho morto) que acionam sua subjetividade (força de trabalho). Esta relação — se levarmos em conta seus múltiplos significados — descortina um horizonte fértil para os estudos que procuram (re) politizar a configuração tecnológica do processo produtivo.

A base técnica e organizacional do trabalho condensa relações sociais muito precisas (momento particular da correlação de forças entre as classes antagônicas). Se partirmos do entendimento de que a subjetividade operária interage com as condições objetivas (aparência tecnológica) na posição de subsumida quase que totalmente ao trabalho morto e coletivo, podemos entrevê-la, nesse mesmo movimento, também tateando outras formas de subjetivação que se chocam com aqueles agenciamentos preestabelecidos exclusivamente em função das finalidades do capital. Ao introduzirem “certas modificações” no desenho e no uso das máquinas e equipamentos que estão a sua frente, os trabalhadores não só podem descobrir outras formas possíveis de objetivação da sua subjetividade, como podem reaver a posse do elemento técnico a partir de outras necessidades não levadas em conta pelas prescrições das gerências. Essa “reapropriação” do componente tecnológico pelos produtores diretos, mesmo sendo restrita e parcial, imprime uma certa inteligibilidade aos modos diferenciados com os quais o capital aciona a subjetividade operária na produção da mais-valia, desencobrindo, assim, o “caráter político” oculto na aparência técnica e neutra do processo de trabalho. As “gambiarras” efetuadas nos sistemas técnicos e

organizacionais pelos operários, em função de suas necessidades de saúde e segurança, mais do que simples adaptações e assimilações de outros objetivos não impressos originalmente nas carcaças e nas engrenagens da maquinaria, podem abrir novas possibilidades de formatação do trabalho morto de acordo, agora, com as exigências do trabalho vivo.

A questão técnica e organizacional do processo de trabalho é central quando se discute a saúde do trabalhador. Ela identifica, justamente, as formas de agenciamentos do trabalho vivo (subjetividade operária) presentes nos comandos técnicos que são acionados pelo capital. Sendo assim, o movimento sindical não deve apenas visar — através da sua ação (muitas vezes intermediada pelos agentes de fiscalização das Secretarias ou Ministério do Trabalho) — a “limpar” e/ou atenuar os elementos perigosos e insalubres mapeados no ambiente de trabalho, mas, deve pretender, acima de tudo, “redesenhar” o *lay-out* fabril e seus componentes tecnológicos em função da construção de um novo nexos psicofísico que seja capaz, por exemplo, de reintegrar a execução à concepção. Esta nova postura, além de questionar aquelas visões que afirmam o “caráter intrínseco do risco tecnológico”, recoloca o “campo das opções técnicas e organizacionais” como território de disputas entre forças políticas que carregam projetos diferentes e conflitantes.

A discussão do nexos psicofísico aparece na obra de GRAMSCI, primeiramente, associada à idéia de que o trabalho é uma “ciência experimental” por excelência. O operário, no momento em que estabelece uma “união ativa com a natureza”, ao mesmo tempo que a transforma através da sua atividade prática, reelabora sua própria consciência.¹⁶ Essa relação, quando remetida às formas históricas assumidas pela organização produtiva, se desveste do seu caráter meramente “natural” e biológico (dispêndio de energia muscular e nervosa), para assumir plena dimensão social (dispêndio de força de trabalho geral). A perspectiva gramsciana identifica, também, a problemática do nexos psicofísico no interior das discussões sobre as transformações ocorridas no trabalhador-produtor individual, conforme as novas competências cognitivas exigidas pelo novo tipo de trabalho e de processo produtivo, e, acima de tudo, como resultado das mudanças impressas no trabalhador coletivo que, por constituir uma força de trabalho geral e abstrata para o capital, necessita ser constantemente reproduzido tanto em suas “capacidades físicas” quanto na sua disposição para assimilar passivamente a nova racionalidade da indústria. Nesse sentido, o conceito de nexos psicofísico é capaz de articular as “modificações moleculares”¹⁷ que ocorrem em nível da produção imediata, e que repercutem nas habilidades manuais, no conteúdo do trabalho, na percepção, nos gestos e movimentos operatórios requeridos dos produtores diretos, com as alterações

¹⁶ - Essa concepção é herdeira das análises sobre o trabalho feitas por Marx nos *Manuscritos Econômicos-filosóficos* de 1844.

¹⁷ - Gramsci denomina “movimentos moleculares” aquelas transformações na realidade psicológica e na realidade histórica não facilmente observáveis. Se estes movimentos forem articulados aos movimentos políticos e de hegemonia, poderão ter força suficiente para produzirem novas formas de sociabilidade.

superestruturais necessárias para cimentar esse “novo tipo humano” aos novos princípios morais demandados pela “nova ética produtiva” (novo padrão de reprodução do trabalhador coletivo). Assim, a domesticação da “animalidade humana”, a subjugação dos instintos, a redefinição do erótico e da sexualidade — todas, medidas necessárias para a constituição de “um novo tipo de trabalhador” — somente se efetivam se inseridas num determinado ambiente, numa determinada estrutura social e num determinado Estado, uma vez que a nova racionalidade produtiva (Fordismo) pede como correspondência um “outro estilo civilizatório” (Americanismo). Ou ainda, o rompimento com o “velho nexos psicofísico” se completa no interior de um novo “bloco histórico”, no qual, a reestruturação radical dos processos de trabalho (infra-estrutura) encontra-se vinculada à criação de uma nova institucionalidade (superestrutura).

Todos estes aspectos do debate gramsciano sobre o nexos psicofísico, vem completar o questionamento já feito na introdução em relação àquelas visões que compartilham de um “certo enfoque negativo” quando manejam este conceito articulando-o, exclusivamente, às diferentes formas históricas de se produzir o desgaste operário. O próprio GRAMSCI (1984: 397-398) reconhece que o patronato não tem nenhum interesse em desgastar e desmontar inexoravelmente o “complexo humano” (trabalhador coletivo) empregado nas suas empresas. Ao contrário, procura manter a continuidade física do trabalhador, a sua eficiência muscular e nervosa, para que o processo produtivo possa contar com um quadro de trabalhadores estáveis e afinados com a lógica empresarial — condição imprescindível para se alcançar as finalidades da acumulação/valorização. Deve ser destacado ainda, que GRAMSCI não restringe a problemática do nexos psicofísico ao espaço restrito da produção, mas a insere no interior das práticas reprodutivas, implementadas predominantemente através das políticas públicas gestadas em nível do Estado. Ou seja, reinsere sua discussão para o espaço da política. Isso repõe a questão do nexos psicofísico como um processo em aberto, onde as disputas em torno da “função do trabalhador coletivo” coloca as várias racionalidades presentes no espaço fabril e na sociedade como um todo em posição de antagonismo.

Sob esta perspectiva, a base técnica e organizacional, que aciona a subjetividade operária em função dos objetivos prescritos pela classe detentora dos meios de produção (condições objetivas), adquire outros desdobramentos além daqueles mais imediatos e circunscritos à extração da mais-valia. As disputas pelo poder, protagonizadas pelas classes do capital e do trabalho, e que são efetivadas exatamente através da escolha e da decisão sobre a “melhor forma” de se colocar a subjetividade operária não exteriorizada em ação, dependem — de acordo com THERBORN (1983: 429) — “do pólo que conseguir conquistar a função do trabalhador coletivo”.¹⁸ No texto

¹⁸ - Para Therborn (1983: 429), “a condição decisiva para o poder do capital dentro de uma empresa é que o processo de produção cooperativo dentro da própria empresa, a função de planejamento e da coordenação, seja um atributo do capital.

“Americanismo e Fordismo”, esta temática aparece associada — segundo MACCIOCCI (1980: 222) — à criação de uma “nova camada de intelectuais”, capaz não só de elaborar uma crítica da “atividade científica” que existe em cada um de nós em graus diversos, mas, também, de modificar a relação desta atividade *“com o esforço muscular e nervoso no sentido de um novo equilíbrio, e fazendo com que esse mesmo esforço muscular e nervoso, na medida em que participa de uma atividade prática global que transforma permanentemente o mundo físico e social, torne-se fundamento de uma concepção nova e integral do mundo”*.

Seguindo este ponto de vista, a base técnica e organizacional pode ser pensada não só como algo inseparável dos interesses das classes dominantes, mas, também, como uma variável que se liga às necessidades das classes trabalhadoras. Tal fato pode ser observado — conforme já foi indicado anteriormente — através dos processos nos quais o coletivo operário apreende e decodifica o elemento tecnológico. A partir de outras referências, que extrapolam as especificações contidas na maquinaria e nas normas operacionais prescritas pelas gerências, o trabalhador não apenas atualiza seu aprendizado acumulado no transcurso da sua trajetória ocupacional, como também se reapropria do sistema técnico sob condições sancionadas pelos referenciais éticos e identitários que agregam o trabalhador coletivo em cada unidade fabril. Evidencia-se, assim, que o trabalhador coletivo se assume como tal não somente tendo como base um chão-de-fábrica particular, mas, em esferas mais amplas da divisão do trabalho. Essa experiência operária, que se alastra no interior de diferentes ramos produtivos, pode se constituir em força política manifesta, precisamente se existirem organismos coletivos fincados na produção (comissões de fábrica, sindicatos, etc.) com capacidade de representarem *“a fábrica como produtiva de objetos reais e não de lucro”* (BADALONI, 1989: 104).

O desenvolvimento capitalista — de acordo com a análise elaborada por MARX na Seção IV de *O Capital* — busca transformar trabalho concreto em trabalho abstrato, valor de uso em valor de troca, trabalhador em força de trabalho (mercadoria com capacidade de fornecer energia física e nervosa ao trabalho morto). Diante desse movimento do capital, o operariado contrapõe vários momentos de reagregação, almejando, com isso, diminuir a jornada de trabalho e incorporar em si os instrumentos que dependem da sua habilidade individual. MARX deduz, daí, dois elementos fundamentais para a constituição da subjetividade do produtor: a ampliação do tempo livre através da luta e, o aperfeiçoamento de suas competências politécnicas — ambos, aspectos decisivos para a formação do novo sujeito político.

Marx e Engels previram um desenvolvimento do capitalismo capaz de transformar o trabalhador coletivo num atributo do pólo trabalho, enquanto o capital e os capitalistas se tornariam cada vez mais alheios ao processo de produção, recuando até a simples de capitalistas monetários e se tornando assim, para citar Engels, uma classe ‘supérflua’ [...]. A tarefa dos estudiosos marxistas consiste, pois, em entender o que ocorreu exatamente na função do trabalhador coletivo, em suas relações com os pólos do capital e do trabalho assalariado, e por quê”.

GRAMSCI retoma estas contribuições e as insere no bojo das discussões que buscam apanhar os processos constituidores de uma “subjetividade revolucionária” (novo produtor). Contra qualquer tendência espontânea desses processos, o pensador marxista italiano afirma que somente a organização e a luta oferecem os instrumentos capazes de realizar a mediação entre a “formação das consciências e das vontades” e a “instauração de uma nova ordem”. Os “Conselhos de Fábrica”, segundo ele, constituem os organismos de classe que têm a capacidade de soldar todas as fraturas do trabalhador coletivo e, acima de tudo, de cimentar as exigências produtivas com outras esferas da sociedade (espaço público). Esta concepção tem como pressuposto, por um lado, o reconhecimento de que existe uma limitação inerente às práticas sindicais, devido às prioridades econômicas-corporativas de seus horizontes reivindicativos, e, por outro lado, assenta-se na constatação de que não haverá uma ação política eficaz enquanto os “dramas concretos” vivenciados pelos operários tiverem de ser resolvidos de modo individual e no âmbito da vida privada.

Através da organização e da luta trata-se de fazer emergir, de fato, *“uma subjetividade cujas características Marx buscara representar negativamente como ‘trabalho abstrato’, e, positivamente, como combinação entre luta de classe e aprendizado politécnico e multilateral de novos operários”*. Ressalta-se, aqui, a necessidade de o movimento operário encampar a formação teórica e prática dos trabalhadores, tendo como principal “material pedagógico” a própria memória técnica e política do operariado. O reavivamento da memória operária (que encontra-se naturalizada no interior do processo de trabalho), a partir da revalorização da experiência imediata, permite que se recomponha os processos identitários das classes trabalhadoras, no mesmo instante em que se busca construir coletivamente outras formas de sociabilidade. Assim como as classes dominantes têm podido construir uma cultura e uma ciência usufruindo do tempo livre obtido às custas do trabalho excedente alheio, a tese de GRAMSCI — seguindo a leitura de BADALONI (1989: 59) — *“é que, na nova situação histórica, também as grandes massas de produtores explorados podem fazer emergir suas vanguardas e, portanto, construir sua cultura, sua ciência e as formas de organização política que delas derivam”*. Salienta-se mais uma vez que, no pensamento gramsciano, a formação de uma consciência correspondente aos novos métodos produtivos (dimensão ideológica) encontra-se conectada às modificações técnicas do processo de trabalho e das relações sociais (revoluções moleculares).

Para GRAMSCI, as classes operárias representam a única alternativa possível para se forjar um novo tipo de produtor compromissado com a produção de conhecimento e com a ampliação da capacidade técnica. Por intermédio de seus organismos coletivos, os trabalhadores, ao reintegrarem a instância produtiva com a política e a cultura, podem transpor o regime da necessidade para o

momento da liberdade. É na relação estabelecida entre a concepção de mundo classista, a vontade política e a reagregação do trabalhador coletivo em bases tecnológicas conscientes e transformadas que reside a proposta gramsciana de substituição do “despotismo da valorização” por novas formas de cooperação. Trata-se de uma proposta nascida do exame da realidade e das transformações que nela vem sendo produzidas (novos processos de racionalização).

A existência de um projeto autônomo, associado à capacidade de fazer previsão a partir da identificação das contradições e dos elementos que amarram provisoriamente a realidade estruturada, é que possibilita às classes operárias transformarem a base técnica de um determinado bloco industrial-produtivo, rompendo, assim, com as relações de dominação impostas pelo controle capitalista do processo de trabalho. Trata-se de substituir as formas de disciplinas engendradas pela organização capitalista, por novas maneiras de cooperação horizontal, onde, a auto-disciplina operária tome o lugar da direção despótica. O que está em jogo nesse movimento de singularização de um novo nexos psicofísico é a capacidade (ou não) do polo trabalho retomar a posse definitiva da função do trabalhador coletivo.

A lógica dominante busca despolitizar a questão tecnológica no campo da saúde do trabalhador, à medida que a insere no âmbito restrito das negociações dos riscos químicos, físicos, mecânicos e ergonômicos nela embutidos. Cabe ao movimento sindical, repolitizar a dimensão técnica do processo de trabalho, recolocando-a no campo das decisões e das escolhas sobre suas configurações e formas de uso. Ou seja, trata-se de reconhecer o “caráter molecular” dos dispositivos técnicos e organizacionais que agenciam a subjetividade operária, assumindo-os como elementos constituidores (não os únicos) de novos nexos psicofísicos que visam a reenquadrar a intervenção ativa e consciente dos trabalhadores dentro dos horizontes exclusivos da objetividade do capital. Resgata-se, desse modo, o caráter dinâmico e atualizável do nexos psicofísico.

Um outro aspecto que necessita ser revisto no campo da Saúde do Trabalhador, refere-se ao fato de que as análises do processo saúde/doença e suas interconexões com a organização produtiva não podem ficar subordinadas unicamente à relação do operário com seu posto e sua atividade. Para além dessa perspectiva, deve-se ter como ponto de partida a inserção do trabalhador na divisão técnica, sexual, hierárquica e social do trabalho. Portanto, se quisermos recompor o perfil de saúde de um determinado coletivo operário ligado direta ou indiretamente a um setor produtivo específico (trabalhadores próprios, terceirizados, empreitados, subcontratados...), será necessário reconstituir o tecido industrial em que ele se inclui (empresas satélites fornecedoras de componentes, matérias-primas, empresas especializadas em instalação e manutenção industrial, prestadoras de serviços, etc.). Isso nos permite dizer, de uma outra forma, que os danos e a usura do operariado são relativos/determinados não apenas pela inserção do

trabalhador na estrutura ocupacional de cada empresa, mas, pela dinâmica de conjunto definida pelo uso da força de trabalho (capital variável) no interior dos diferentes setores de produção/acumulação. A recomposição de um certo perfil de morbi-mortalidade do trabalhador coletivo, em função dos vários padrões de usura da força de trabalho que coexistem num mesmo ramo de produção, exige uma nova articulação entre o “conhecimento-científico objetivo” e o “saber-sensível prático” possuído pelos operários.

A acumulação flexível, a desterritorialização geográfica e social da produção (fábrica difusa), a fragmentação do coletivo operário, o esgarçamento das identidades de classe, o isolamento político e a pulverização dos organismos sindicais, o caráter precário, temporário e sazonal da maioria dos postos de trabalho, os diferentes estatutos trabalhistas — segundo CARVALHO (1996: 105) — *“impactam, de maneira significativa, o campo da saúde, seja a nível do objeto (o processo saúde/doença de indivíduos e coletividade), seja em nível do instrumental teórico-metodológico em que se apoiam o conhecer e o fazer sanitário”*. Todo este contexto, reafirma a necessidade de se construir outras mediações para se apanhar o trabalho em movimento e, ao mesmo tempo, suas implicações nas condições de vida e de saúde do operariado.

Enquanto no período em que predominou o modelo fordista de produção os coletivos eram mais homogêneos e o tempo era duradouro, na automação flexível, diferentemente, o tempo é quase instantâneo e os coletivos encontram-se desagregados. Por outro lado, os efeitos da fábrica fordiana sobre a saúde dos trabalhadores eram bem mais visíveis e patentes, portanto, mais sujeitos às mensurações estatísticas. A automação flexível, por sua vez — conforme análise presente no capítulo V —, produz no corpo dos trabalhadores sinais e sintomas mais difusos, imprecisos, que tornam mais complexos o seu enquadramento em categorias nosológicas objetiváveis.

Numa conjuntura em que os coletivos são desmontados e reagrupados constantemente, em que o tempo é condensado em intervalos cada vez menores e o espaço é estilhaçado em unidades transitórias e voláteis, cabe reconhecer que os instrumentos tradicionais da epidemiologia — disciplina na qual se assenta a maioria dos estudos que pretendem estabelecer os nexos de causa e efeito no campo da saúde — têm-se revelado insuficientes para se apreender a dinâmica do processo saúde/doença em nível da produção. Isto porque, os princípios e os métodos epidemiológicos, via de regra, necessitam de uma “certa estabilidade” das variáveis lugar, tempo e pessoas.¹⁹ Por outro lado, a epidemiologia, *“ao restringir o social a um conjunto de atributos passíveis de objetivação através de técnicas e instrumentos de quantificação”*, esvaziam os processos coletivos de seus conteúdos políticos e intrínsecos” (BARATA & BARRETO, 1996:

¹⁹ - Com exceção dos estudos transversais (incidência e prevalência), onde o a variável tempo é descartada, nos outros modelos clássicos de estudos epidemiológicos (prospectivos e retrospectivos) a articulação entre as três variáveis (tempo, lugar e pessoas) é de fundamental importância.

76). Esse procedimento, acaba por deslocar o objeto do conhecimento das próprias pessoas focalizadas pelo “método científico”, fazendo com que suas conclusões e desdobramentos se choquem, na maioria das vezes, com a vida das populações envolvidas nos estudos epidemiológicos.

Por sua vez, o conhecimento produzido pelos trabalhadores, e que é manejado em pleno acontecer da *práxis social*, busca dar conta de necessidades muito concretas, precisas. Justamente pelo fato de sempre estar interligado às preocupações da vida cotidiana, esse “saber sensível-prático”, alastrado pelo coletivo operário durante seus trajetos ocupacionais, é construído a partir de “certas verdades produzidas empiricamente”, de “senso comuns” que são reiterados e atualizados através da própria experiência intersubjetiva. Diferentemente dos procedimentos matemáticos e bioestatísticos utilizados pelas técnicas convencionais de “validação epidemiológica”, esse “saber” se vale, fundamentalmente, dos referenciais éticos e culturais que informam e amalgama o conjunto dos trabalhadores em torno de uma experiência partilhada e constantemente convalidada através de “ensaios” que comportam erros e acertos.

Sob este aspecto é bom salientar, que o conhecimento sobre o mundo do trabalho, sobre os riscos e as maneiras de enfrentá-los não é monopólio de um pressuposto “saber competente” dos médicos, engenheiros, técnicos de segurança e de outros profissionais que se apropriaram do discurso da saúde no chão-de-fábrica. Cabe reconhecer, que a memória construída e preservada pelo coletivo operário é depositária de inúmeras atitudes preventivas, senso prático, jeitos de fazer, formas de resistências que são mobilizadas no dia-a-dia de trabalho (ver capítulos III e V). As maneiras com as quais o operariado vem se apropriando dos conhecimentos sobre a saúde e a doença, encontram-se também ligadas às iniciativas para se estabelecer relações horizontais e solidárias com outras categorias de trabalhadores (profissionais de saúde, engenheiros, cientistas sociais, etc.) que detêm parcelas importantes desse “saber”.²⁰ Desta forma, a defesa da saúde do trabalhador se reveste de uma gama de conteúdos litigiosos que acabam sendo incorporados, de alguma maneira, aos embates cotidianos, às práticas institucionalizadas e aos preceitos legais que concretizam a correlação de forças entre os vários grupos antagônicos.

²⁰ - A mais recente patologia incorporada na legislação brasileira como doença do trabalho - a L.E.R (lesões por esforços repetitivos) -, é um exemplo claro do que estou querendo dizer. O seu reconhecimento é fruto de uma luta longa travada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Rio Grande do Sul. Ela rompe com o modelo clássico de doença descrito nos Tratados de Patologia Médica. Ela é chamada de lesão, quando na realidade, não ocorre necessariamente nenhuma alteração anatomopatológica no segmento afetado. A sua localização não é específica de algum segmento do corpo. Ela pode acometer a região cervical, cervico-braquial, braço, antebraços, mãos, dedos, entre outras. As suas manifestações clínicas também são diversas (tenossinovites, bursites, tendinites, cervicobraquialgias, síndrome do túnel do carpo, dedo em gatilho, etc.). Seus sintomas iniciais são, na sua grande maioria, subjetivos. Na sua própria nomenclatura a determinação do trabalho encontra-se previamente fixada (esforço repetitivo). Ou seja, é a primeira doença típica do trabalho que o seu nexo (ritmo, esforço repetitivo e posições anti-ergonômicas) é reconhecido na própria forma de denominá-la. A Norma Técnica do INSS que regulamenta o assunto, caracteriza o diagnóstico da LER a partir das queixas dos trabalhadores em sua relação com o trabalho. Não se faz necessário nenhum exame complementar objetivo para que a doença seja reconhecida.

A relação entre o “conhecimento científico” e o “saber sensível-prático” não é imediata, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por uma série de mecanismos através dos quais os grupos dominantes buscam exercer a “sua função de hegemonia”, ou melhor, impor sua racionalidade sobre os demais. O desafio está, justamente, em poder desmontar essa “racionalidade dominante”, substituindo-a por uma “nova racionalidade” inteligível a todos e que seja, ao mesmo tempo, portadora de *“uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada”*.²¹ Para GRAMSCI (Apud. BADALONI, 1989: 36-52), *“o homem ativo de massa opera praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica, ou melhor, pode estar em contradição com seu agir. /.../ A compreensão crítica de si mesmo ocorre, portanto, através da luta entre ‘hegemonias’ políticas (eu diria: entre racionalidades antagonizadas), entre direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no campo da política, para chegar até uma elaboração superior da própria concepção do real. /.../ Portanto, também a unidade dessas últimas não é um dado mecânico, mas um devir histórico”*. Daí a necessidade das “camadas produtivas” transformarem aqueles “grupos sociais flutuantes” (intelectuais) em forças progressistas capazes de operarem em função das necessidades prementes do presente e, simultaneamente, de *“trabalharem de maneira útil para projetar e antecipar o futuro”*. Somente assim, a “ciência” — dentro de uma perspectiva marxista revolucionária — poderá assumir um compromisso com a história e com a política.

No campo da Saúde do Trabalhador, o conceito de risco ocupacional, por exemplo, tem sido freqüentemente utilizado nos estudos epidemiológicos para “naturalizar” os impactos da usura do capital sobre as condições de vida e de saúde das classes trabalhadoras. Esta concepção pode ser nitidamente identificada no arcabouço legal consubstanciado no Anexo IV da NR-5 (que trata das atribuições da CIPA), e na nova redação da NR-9 que institui o Programa de Prevenção dos Riscos Ocupacionais - PPRA. Em ambos os casos, os grupos de riscos (físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes) aparecem sobrepostos na planta fabril, representados simbolicamente por círculos coloridos (verde, vermelho, marrom, amarelo e azul, respectivamente), como se a sua existência fosse decorrente da “natureza” técnica do processo produtivo, e, portanto, intrínseca ao próprio “ambiente de trabalho”. Assim sendo, o que restaria aos trabalhadores, através da intercessão de “experts” (médicos e engenheiros), seria simplesmente

²¹ - Novamente é GRAMSCI (1981: 139) que nos apresenta algumas caminhos para se interconectar essas “diferentes formas de saber”, em função de *“uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada”*. A passagem do saber ao compreender e ao sentir e, vice-versa, do sentir ao compreender e ao saber, somente é possível — dentro da perspectiva gramsciana — se durante esse percurso estiver presente o componente da paixão. Ou ainda, não se produz uma “teoria verdadeira” e, em contrapartida, uma práxis emancipatória *“sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectual e povo-nação. Na ausência deste nexos, as relações do intelectual com o povo-nação são, ou se reduzem, a relações de natureza puramente burocrática e formal /.../. Se a relação /.../ se estabelece graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivencialmente), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elemento individuais /.../, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o bloco histórico”*.

a negociação em torno dos limites aceitáveis dos riscos e, se possível (quase sempre não é), da sua eliminação.

Uma alternativa a este procedimento seria aquela que, ao partir de uma concepção de que os “riscos técnicos” são frutos de decisões tomadas (ou não) pelas direções e gerências das empresas — decisões estas de fundo político e econômico — e, de escolhas feitas em função de objetivos determinados prévia e unilateralmente, não desvinculasse a existência dos riscos das relações de poder que permeiam o espaço fabril. Se ao invés de somente mapear os riscos o movimento sindical almejasse também recompor a unidade do processo de trabalho (valendo-se da própria memória coletiva), abriria para si mesmo e para o conjunto dos trabalhadores a possibilidade de se transitar do campo limitado pelas ações preventivas e “neutras” (posição defensiva), em direção daqueles outros territórios, nos quais, as dimensões da saúde dos trabalhadores (no sentido amplo do termo), das populações circunvizinhas às plantas fabris, da qualidade do meio ambiente e da própria produção de subjetividades singulares não se encontrariam dissociadas dos processos concretos de apropriação e socialização do trabalho coletivo.

Do ponto de vista prático, para se recompor o processo de trabalho e suas relações com a saúde dos trabalhadores e com a qualidade do meio ambiente (território) onde a produção encontra-se circunscrita, seria de fundamental importância um método que, partindo da memória coletiva (dos operários e de outros protagonistas), dos dados objetivos disponíveis e apurados, pudesse dar conta do movimento da produção, da dinâmica da reestruturação produtiva em curso, identificando, aí, certas tendências dominantes. Esse procedimento poderia ser útil, dentre outras coisas, para se construir alguns cenários futuros da reconversão industrial, objetivando, com isso, definir estratégias possíveis que pudessem se antecipar, por exemplo, aos impactos da organização produtiva sobre a saúde dos trabalhadores, a segurança das instalações fabris e sobre a qualidade de vida do território no qual ela se insere. Desse modo, o chão-de-fábrica passaria a ser apreendido a partir da dinâmica de conjunto do capital. Através desse mesmo “método” poderia se recuperar a noção do coletivo e, paralelamente, reinserir a unidade fabril na totalidade da cadeia produtiva, do tecido industrial e do território onde são processadas as condições objetivas e subjetivas da produção. Chão-de-fábrica, cadeia produtiva, tecido industrial e território conformariam — dentro dessa proposta metodológica — uma nova matriz analítica que seria manejada tanto para recuperar o rastro dos acidentes e das doenças (apagados pela grande mobilidade do capital e da força de trabalho), para reconstituir o coletivo operário e os diversos padrões de usura da força de trabalho, quanto para articular a saúde do trabalhador com uma perspectiva ecológica ética e biologicamente sustentada.

A busca para forjar instrumentos de análise que capacitem os sujeitos sociais para efetuarem escolhas e interferirem na realidade deve pressupor, necessariamente, dois elementos essenciais segundo a “teoria gramsciana da ação política”: a capacidade de *previsão* desse instrumento e, a existência de um *projeto* que seja capaz de apaixonar e retirar “*as massas de sua passividade*”. Enquanto a previsão emerge com base no coletivo, onde o sentir é somente o primeiro coágulo das relações sociais, somente a existência de um projeto prévio pode transformar as “ações espontâneas”, os “movimentos moleculares” isolados e cindidos em “previsões fortes”, capazes tanto de enfrentar os problemas colocados pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, quanto de produzir uma nova relação entre a teoria e a prática voltada para as necessidades de emancipação das classes subalternas. Isso pressupõe destruir criticamente as categorias de análise emprestadas das “ciências da natureza” (como se elas fossem a única ciência por excelência), buscando com isso uma nova unidade teórico-prática capaz, ao mesmo tempo, de rearticular o método com as necessidades concretas do saber e de abarcar a realidade nos seus vários níveis de complexidade. No campo da epidemiologia — segundo BARATA & BARRETO (1996: 76) — trataria de apreender “*o conjunto de necessidades tais como elas se apresentam na sociedade, na população em seu território, e não na forma que são recortadas, redefinidas e priorizadas pelos serviços de saúde*”.

De acordo com TOSEL (1997),²² “*o agir histórico exige uma reformulação da causalidade que permita pensar em conjunto os automatismos constituídos e as iniciativas constituintes*”. Para esse autor, “*o conhecimento encontra-se ligado intrinsecamente à ação e o saber é inerente ao ato. Portanto, não se pode representar o objeto em uma exterioridade fixa. Este só pode ser conhecido na medida em que se age. A ciência do agir histórico não pode ser separada da sua dimensão conjuntural*”. Isto coloca para a produção do conhecimento no campo da Saúde do Trabalhador, entre outras dificuldades, o desafio de construir uma nova racionalidade teórico-instrumental no interior de uma realidade fugaz e contraditória (trabalho em movimento), atravessada por inúmeras práticas institucionais e operada por diversos sujeitos históricos concretos.

²². Trata-se do Capítulo VII do livro de André Tosel, intitulado **MARX EN ITALIQUES**. Mauvezin: Trans-Europ-Repress, 1991, pp.: 133-149. Tradução de Angela M. Tude de Souza, IFCH/Deptº de Sociologia/Doutorado em Ciências Sociais, Cps., abril 1997.

29.

Saúde do Trabalhador: rompendo com as formas de "sitiamento do trabalho"

O enfoque da Saúde do Trabalhador, ao questionar os conceitos clássicos da Medicina Ocupacional, inaugura outros "olhares" para se apreender os nexos entre processo de trabalho e saúde. Um deles, diz respeito tanto às formas de se definir e representar as doenças, os riscos e os acidentes de trabalho, quanto aos modelos de intervenção no chão-de-fábrica. Ao colocar a centralidade na categoria trabalho no lugar da ocupação, essa perspectiva revela que as doenças, sob o ponto de vista dos trabalhadores, não se esgotam nos tradicionais riscos ocupacionais presentes nos ambientes de trabalho. O local de trabalho, por sua vez, não se apresenta apenas como "meio-ambiente", onde as máquinas, o clima, o ruído, os produtos químicos, a poeira, o iluminamento e outros agentes agressivos estão em equilíbrio ou em disfunção com o corpo do trabalhador (percebido enquanto indivíduo dissociado das suas determinações históricas e sociais), mas, configura-se, sobretudo, enquanto território concreto de relações sociais datadas.

Uma outra ruptura do enfoque da Saúde do Trabalhador, diz respeito à superação das análises que partem das representações da "fábrica sitiada" e da "solidão do produtor imediato". BURAWOY (1987), ao lançar mão de outras mediações capazes de apreender a realidade do trabalho para além de seu significado econômico, introduz outras variáveis para se pensar as múltiplas dimensões do processo de trabalho. A primeira implicação desse pressuposto analítico refere-se à possibilidade de se sair do espaço fabril restrito, para se perceber e fixar o movimento do capital no interior dos diversos ramos e setores produtivos. Esse movimento, que vem se intensificando com a terceirização de etapas e partes da fabricação²³ integrada, juntamente com as altas taxas de mobilidade e rotatividade do mercado de trabalho, uma das estratégias patronal para se apagar os rastros das doenças e dos acidentes de trabalho. Neste caso, trata-se de apanhar as diversas formas de usura precoce da força de trabalho (produção social da doença) no mesmo instante em que se busca recompor o tecido industrial por onde o "caráter destrutivo" da produção capitalista se dispersa.

Um segundo aspecto dessa abordagem, pressupõe reconhecer que a fábrica — como já foi apurado no capítulo anterior — não é apenas o local em que se realizam os objetivos da valorização/acumulação (dimensão econômica). O território fabril aparece como lugar privilegiado onde o capital e o trabalho se encontram e materializam uma dada correlação de forças (dimensão

²³ - Ao terceirizar a produção, os riscos são também terceirizados. Apagam-se os rastros dos acidentes e das doenças, uma vez que, paralelo a este processo, ocorre uma precarização dos contratos de trabalho devido à subcontratação e ao aumento da mão-de-obra temporária e terceirizada.

política e ideológica). A fábrica se revela, desse modo, como algo que *“não se explica por si mesma”*. Assim, as lutas políticas que ocorrem no domínio da produção (chão-de-fábrica) se articulam com os conflitos sociais presentes no terreno do Estado (políticas públicas).

É com base nas últimas considerações que poderemos apreender o significado político das experiências consolidadas nos anos 80, e que tiveram como pano de fundo os Programas de Saúde do Trabalhador. Ao tomar para si a defesa da integridade e da dignidade operária a partir dos embates vividos no chão-de-fábrica, o movimento sindical trouxe à tona uma nova racionalidade, totalmente diversa daquela divulgada pela Medicina Ocupacional, que não apenas “politicizou um espaço até então naturalizado” (ambiente de trabalho), como também fez emergir um novo território de atuação (o poder local).

Ao reivindicarem assento nos órgãos de gestão das políticas de saúde (comissões intersindicais, conselhos municipais de saúde, etc.), o movimento operário pôde se encontrar com outros “sujeitos políticos”, constituindo, assim, um movimento social vigoroso e com capacidade de interferir nos rumos do gerenciamento da “coisa pública” em várias localidades do país (notadamente nos centros urbanos mais industrializados). A Saúde do Trabalhador, enquanto “olhar antagônico”, não só se apropriou do objeto da “medicina ocupacional”, como o transformou substancialmente. Expressões concretas da luta de classes no chão-de-fábrica, as pelejas em favor da saúde operária irromperam os espaços públicos, passando a adquirir uma nova visibilidade. Este movimento teve repercussões não somente nas práticas que vinham modelando o campo da saúde ocupacional, como também, nos conceitos utilizados até então para justificarem estas mesmas práticas.

A Saúde do Trabalhador, apreendida como um “saber em construção” que busca superar os referenciais teóricos e os aparatos institucionais construídos com base na Medicina Ocupacional, não só abre uma possibilidade para se romper com as “análises sitiadas” e tecnificadas do processo de trabalho, como também, aponta para o movimento sindical um novo horizonte capaz de des-privatizar o chão-de-fábrica e o “sofrimento operário”. É dentro dessa perspectiva que os sujeitos em relação podem reaparecer no campo político como expressões das “subjetividades classistas em processo”, a partir das quais as “formas sutis da subjetividade operária” são afeiçoadas em torno de uma experiência concreta que, ao tomar posse de uma das arenas do espaço público (o poder local), amplia as lutas de classe fincadas nos territórios exclusivos da produção.

Atualmente, torna-se necessário reaver a dimensão política que moveu a criação dos diversos Programas de Saúde do Trabalhador a partir da segunda metade dos anos 80. Em que pese a existência de uma melhor capacitação técnica e profissional destes programas, pode-se

constatar hoje em dia que uma grande parte dos Centros de Referências vem sofrendo um processo de racionalização administrativa e burocrática, em detrimento da participação sindical no seu gerenciamento. Esta inflexão deveu-se, por um lado, à própria iniciativa imprimida pelo governo no sentido de esvaziar e imobilizar as instâncias de controle social sobre os serviços de saúde de uma forma geral (processo de passivização das forças vivas da sociedade). Por outro lado, os próprios sindicatos, devido à ausência de um projeto autônomo, e que fosse capaz de redirecionar efetivamente os serviços e as instituições atuantes na área em função das demandas geradas a partir do chão-de-fábrica, passaram a demonstrar um “certo desinteresse” por este espaço, deslocando o foco da saúde do trabalhador para o terreno dominado pelas demandas jurídicas/cartoriais (ações de insalubridade/periculosidade, ações indenizatórias e acidentárias, entre outras) e pelas reivindicações de acesso aos convênios médicos.

Num certo sentido, ao privilegiarem o atendimento privado de suas necessidades de saúde e os litígios processuais, delegando seus desfechos para peritos e advogados, os sindicatos não só imprimiram um certo recuo ao seu próprio movimento, como também fixaram sua posição nos limites restritos das demandas corporativas e das “decisões legalistas”. Não pretendo com isso negar que o domínio da “jurisprudência” possa também se configurar como território de disputas, nem mesmo deixar de reconhecer que o “campo dos direitos” deva ser objeto da ação sindical. Ao contrário, sei de experiência própria (ver história de Maria Aparecida, entre outras) que, a partir do momento em que alguns sindicatos se capacitaram para este tipo de embate, o aparato judicial, que via de regra *“tardava e quase sempre falhava”*, passou a ser mais “zeloso” em relação aos processos acompanhados por peritos-assistentes indicados pelos trabalhadores. Em função disto, a casuística em favor dos operários acidentados e portadores de doenças profissionais aumentou sensivelmente nos últimos anos. Quero reafirmar contudo — mesmo considerando o caráter pontual desta minha constatação —, que os investimentos realizados por vários sindicatos em favor de ações trabalhistas individuais não têm tido a mesma correspondência quando se trata de intervir no coletivo, ou ainda, de repercutir as vitórias e os acórdãos no chão-de-fábrica. Ou seja, ao celebrarem as decisões favoráveis em função de um recurso impetrado por seus departamentos jurídicos, os sindicatos deveriam, pelo menos, dar um sentido de “direito conquistado efetivamente” por intermédio da luta incessante travada pelos trabalhadores em favor da dignidade operária. Dessa forma, as demandas contra a empresa (ou contra o Estado, no caso de ações acidentárias), ganhas pelo trabalhador individualmente, passariam a ter um efeito demonstrativo para o coletivo operário. Funcionariam como um estímulo para os demais que, devido à coerção sofrida diariamente, encontram-se constrangidos na sua capacidade de reivindicar e lutar.

A operação crítica das formas de “sitiamento” (do trabalho no posto, do trabalho na empresa e do trabalho somente na sua dimensão econômica, técnica e jurídica) abre algumas brechas para o movimento sindical politizar sua ação em favor da saúde dos trabalhadores. Uma das consequências dessa ruptura crítica é a de considerar as práticas em defesa da saúde também no campo ético e cultural. Ou seja, naquelas dimensões que não se restringem e que ultrapassam os interesses corporativos, para se atingir e incluir os interesses (geralmente excluídos) de outros sujeitos sociais.

O rompimento com aquelas visões que pressupõem sempre um “Sujeito coletivo”, onde as singularidades acham-se apagadas sob o “peso das estruturas”, permite agora apreender o domínio da produção e da reprodução como territórios em disputas, onde uma pluralidade de sujeitos busca valer suas finalidades (dimensão política). Os embates vividos no chão-de-fábrica em favor da integridade e da dignidade do trabalho vivo, quando conectados à qualidade de vida das populações vizinhas ao território fabril, à defesa intransigente dos serviços públicos de saúde (universais, acolhedores e resolutivos), proporcionam oportunidades para o movimento sindical sair da posição acuada e defensiva. Possibilitam, também, que se ultrapassem os interesses exclusivamente corporativos, os limites restritos da base sindical e da categoria, ampliando-se, dessa forma, os horizontes e as territorialidades das classes trabalhadoras. A Saúde do Trabalhador, ao ser apreendida enquanto movimento, como prática social que engloba uma multiplicidade de sujeitos e espaços institucionais, finca-se no chão-de-fábrica — local predominante do seu acontecer cotidiano e histórico — para ultrapassar os domínios privados dos interesses exclusivos do capital, ou de uma parcela restrita de “trabalhadores preservados”.

ESTAÇÃO DERRADEIRA _____

O Trabalho em Trânsito: abolição ou (re) singularização das classes trabalhadoras?

As décadas que sucederam 1973 têm sido marcadas pela instabilidade e por uma crise profunda nos modelos de civilização consolidados nos anos 50 e 60. A combinação de depressão econômica com novos métodos de produção que expulsam visivelmente homens e mulheres do mercado de trabalho, transformou este final de século num verdadeiro “Período de Incertezas”.

Toda uma geração acostumada com o pleno emprego e com os mecanismos institucionais de seguridade vem perdendo suas referências e suas raízes coletivas. As “Décadas de Crise”, dentre tantas outras conseqüências, têm esgarçado o tecido social das civilizações ocidentais, que se manteve coeso, por um longo tempo, devido à confiança na possibilidade concreta de trabalho para todos e nas redes públicas de proteção. A pulverização das economias nacionais em favor da economia-mundo, a austeridade fiscal e monetária dos governos, a diminuição dos investimentos sociais, o predomínio do sistema financeiro em detrimento do setor produtivo, e todo um conjunto de medidas do receituário neoliberal, vêm desmontando “antigas ideologias”, valores, Estados-nação, sindicatos, formas de representação legitimadas, laços de solidariedade construídos às duras penas..., tudo em nome de um “pós” que não aponta — pelo menos por enquanto — para lugar nenhum. O predomínio de “identidades exclusionárias”, da “limpeza étnica” prevalecem instigando a “cultura do ódio”, do salve-se quem puder... É a nova barbárie desse “*fin-de-siècle*”.

A conjuntura atual encontra-se marcada pela ofensiva ditada pelas classes dominantes, que buscam superar a crise atual do capitalismo por intermédio da “reestruturação conservadora” dos processos produtivos, do aprofundamento da globalização econômica e da destruição do espaço público. Sob este aspecto, torna-se importante ressaltar que, através da reconversão industrial em curso, as classes dominantes almejam restaurar o seu poder em relação à produção imediata, tanto quanto recompor os aparelhos políticos/ideológicos que mantêm sua dominação em nível da sociedade inteira. A busca permanente de novas formas de integração ativa dos trabalhadores à “nova ordem econômica” surge, nesse contexto, como resposta do capital frente à erosão das suas bases de hegemonia. Os diferentes estatutos trabalhistas e reprodutivos do trabalhador coletivo (precarizados e desprotegidos) expressam, de modo claro e transparente, os expedientes acionados pelas classes dominantes no sentido de colocarem os trabalhadores e suas entidades de classe em permanente atitude defensiva. Isto porque, a flexibilidade das tecnologias de base micro-eletrônica e da chamada indústria-ciência intensiva exige outros métodos de usura e de precarização da força de trabalho. O risco constante do desemprego pesa sobre o operariado como uma ameaça que desestabiliza suas antigas identidades e desmobiliza, quase que invariavelmente, suas formas de luta. Deste ponto de vista, a atual reestruturação conservadora do mundo do trabalho é inseparável das estratégias que visam a deslocar e minar os sindicatos como interlocutores do novo operariado, bem como, das iniciativas que buscam destruir e esvaziar a esfera pública enquanto arena de embates políticos e território privilegiado de construção de uma “cidadania ativa” (não regulada). Trata-se, de fato, de um movimento simultâneo de “passivização das forças produtivas” e de “pacificação das forças sociais” que disputam os vários domínios do Estado.

Toda essa estratégia, ao mesmo tempo que busca suprimir a luta de classes enquanto fundamento constitutivo da “socialização da sociedade”, tenta reinserir o proletariado na organização social em posição subalterna. Essa “nova sociabilidade”, não só determina uma “minimização da esfera pública”, com consequências desastrosas sobre as políticas de saúde, educação, previdência, entre outras, como também, ao desregulamentar as relações trabalhistas e precarizar as condições de reprodução das classes trabalhadoras, amplia a legião de excluídos e a romaria dos deserdados do mundo.

A coexistência de uma “*pluralidade de estratégias de exploração e dominação*” representa — de acordo com BALIBAR (1996: 50) — “*a articulação de uma política econômica, ligada à uma certa combinação de técnicas produtivas, de financiamento, de compulsões ao sobre-trabalho, e de uma política social de gestão e controle institucional da população*”. Segundo o mesmo autor, “*o desenvolvimento do capitalismo não apaga a diversidade original dos modos de exploração; ao contrário, ele a amplia ao agregar-lhe permanentemente, de alguma forma, novas supraestruturas tecnológicas de empresas de um tipo novo*”. O processo de globalização da economia, ao utilizar diversas práticas de exploração, busca dividir mundialmente dois modos de reprodução da força de trabalho bem distintos. O primeiro, integra-se à produção capitalista propriamente dita. Passa pela ampliação do consumo de massa, pela escolaridade universal, pelo acesso às formas de salários indiretos, em suma, pela extensão dos direitos básicos de cidadania. O segundo, de outra maneira, deixa todo um contingente populacional pendurado em regimes de trabalho precários, selvagens e de reprodução não salariais. Esta última forma — continuamente desestruturada pelo capitalismo dominante —, se comunica com todo tipo de *apartheid* social e racial cada vez mais manifesto no mundo contemporâneo;²⁴ caracteriza e realiza a exploração destrutiva da força de trabalho. A divisão entre o centro e a periferia na “*economia-mundo*” tem como base, entre outros aspectos, os modos diferenciados de inserção dos trabalhadores no sistema produtivo. Essa distinção corresponde “*à uma distribuição geográfica e político-cultural das estratégias de exploração*” (BALIBAR, 1996: 51), de usura do proletariado e de consumo dos recursos coletivos do meio ambiente. É importante que esse fato fique bem salientado quando se analisa os diferentes critérios internacionais que regulamentam a introdução, o uso, os “limites de tolerância” biológicos e ambientais dos produtos químicos manipulados e consumidos nos diferentes países. A divisão internacional do trabalho na economia globalizada delimita, também, aquelas regiões onde se utilizam “tecnologias sujas” e sucateadas, “*of those countries that preserve their green fields and the lungs of the their health people*”.²⁵

²⁴ - Vide os casos de assassinatos de operários estrangeiros na França, Alemanha; o ressurgimento dos movimentos neonazistas, etc.

²⁵ - Tradução livre da minha frase americanizada: “daquelas regiões (países) que preservam seus ‘campos verdes’ e os pulmões de seus saudáveis habitantes”.

O que se tem observado atualmente — ao contrário das visões otimistas que apregoam o poder “da mão invisível do mercado” de atenuar as desigualdades —, é o aprofundamento do atraso e a sua absorção, subsequente, às formas de acumulação/valorização que realizam e ampliam o capital. Contra todas as ilusões neo-liberais, BALIBAR (1996: 51) afirma que *“a valorização do capital na economia-mundo pressupõe que, praticamente, todas as formas históricas de exploração sejam simultaneamente utilizadas: das mais arcaicas (o trabalho não pago das crianças nas manufaturas de tapetes marroquinas ou turcas) até as mais modernas (a recomposição das tarefas nas indústrias de ponta informatizadas); das mais violentas (a jagunçagem agrícola nos domínios açucareiros do Brasil) até as mais civilizadas (o contrato coletivo de trabalho, a participação no lucro das empresas, etc.). Essas formas incompatíveis entre si (culturalmente, politicamente, tecnicamente) — continua o autor — devem permanecer separadas. Ou, antes disso, elas o deveriam, para evitar a formação de ‘sociedades duais’, nas quais os blocos não contemporâneos (entre si) se afrontem de maneira explosiva”*.



Serra Pelada - Foto Sebastião Salgado, 1993.

Aqui no Brasil, uma legião de pelo menos 4 milhões de crianças trabalham na indústria, no campo, em atividades que vão da extração insalubre do carvão à fabricação de calçados em oficinas domésticas no interior de São Paulo e no Rio Grande do Sul. Estas e tantas outras formas de usura do trabalho infantil — justificadas pelo argumento “filantrópico” que *“é melhor as crianças*

ficarem perto dos pais, trabalhando, sem nenhum direito trabalhista, cheirando cola e expostas ao benzeno,²⁶ do que na rua — pagam salários só não menores (segundo dados da CUT - R\$ 30,00/mês) do que a pouca idade dos meninos e meninas submetidos à essas condições. Com mais de 5 milhões de desempregados, com outros tantos milhares de trabalhadores empurrados para o mercado informal de trabalho e um exército de escravos na lavoura trabalhando em troca de ração, o Ministério do Trabalho, em conjunto com o “sindicalismo de resultados”, busca implementar “contratos mais flexíveis”, usurpar os direitos mínimos assegurados pela Constituição aos trabalhadores, como férias e fins-de-semana remunerados, acenando com a perspectiva pouco provável de aumento de postos de trabalho assim que forem reduzidos os custos sociais do emprego.



Serra Pelada - Foto Sebastião Salgado, 1993

Os trabalhadores brasileiros estão sendo obrigados a negociarem de joelhos qualquer emprego ou subemprego, a enfrentarem relações de trabalho precarizadas e violentas, responsáveis pelos 8,5 milhões acidentes de trabalho, 44.488 mortes e 216 mil mutilados produzidos no Brasil nos últimos 10 anos.²⁷ A permanência de uma cultura senzalesca nas relações de trabalho em nosso país soa como uma insólita “lanterna na popa”²⁸ para a elite empresarial e política enfrentar as longas noites de crise do mundo capitalista contemporâneo. A vitória de Fernando Henrique Cardoso na eleição presidencial de 1994 e a consolidação do Plano Real, reagrupou uma aliança de

²⁶ - Hidrocarboneto aromático que entra na composição da cola de sapateiro. É utilizado como solvente e matéria-prima em diversos produtos: tintas, colas, vernizes, borrachas, detergentes, plásticos, óleos, fenol, estireno, anidrido maleico, inseticidas organoclorados, etc. Produto altamente tóxico, volátil, é absorvido, principalmente, pelas vias respiratórias. Na exposição aguda pode causar depressão do sistema nervoso central, tonturas, cefaléias, convulsões e morte. A exposição à altas concentrações (20000 ppm) é rapidamente fatal. A exposição crônica, pode levar ao aparecimento de leucopenia, neutropenia e aplasia de medula (Benzenismo). Recentemente foi aprovada uma Norma que regulamenta o seu uso pela indústria brasileira. Produto reconhecidamente cancerígeno.

²⁷ - Estes números revelam apenas uma parte da violência presente no cotidiano de trabalho. Segundo a própria FUNDACENTRO, apenas 1 em cada 4 acidentes é notificado pelas empresas e consta dos registros oficiais.

²⁸ - Título do último livro do senador e economista dos governos militares Roberto Campos, publicado pela editora Companhia das Letras (1995).

forças conservadoras, majoritariamente comprometidas com a reinserção subordinada e passiva do país à nova ordem mundial. Na entrada do terceiro milênio — após a conquista do seu segundo mandato — FHC e os “exterminadores do futuro” por aqui instalados seguem com suas receitas de implantação do “Estado mínimo”, de sucateamento dos serviços públicos essenciais para população e de rebaixamento dos direitos conquistados pelos trabalhadores e pela sociedade. Nas periferias da economia globalizada, a degradação do mundo do trabalho caminha ao lado da destruição da esfera pública. É a “estética Blade Runner” se impondo em Cingapura, Hong Kong, México, São Paulo, ABC, Limeira, Campinas, Taiwan..., em todos os confins.

O aprofundamento das diferenças e das barreiras que separam o proletariado no mundo de hoje dificultam, ainda mais, a identificação dos seus interesses de classe.²⁹ Longe de conduzirem à uma recomposição da classe operária, os novos paradigmas tecnológicos, a desterritorialização do trabalho e a destruição da esfera pública têm acentuado não só os limites geográficos mas, também, étnicos, geracionais e sexuais que recortam as classes trabalhadoras. Nunca, como agora — afirma BALIBAR (1996: 55) —, “os cidadãos das sociedades modernas encontraram-se em tamanha desigualdade frente às formas de usura do trabalho; frente à autonomia e à dependência, à segurança da vida e à dignidade da morte; e, frente ao consumo à formação (portanto frente à informação)”. Essas diferentes dimensões sociais da cidadania (em muitos países, como é o caso do Brasil, restritas e não universalizáveis) acham-se conectadas à desigualdade coletiva no domínio do poder e da decisão. Estão acopladas à expansão, sempre renovada, da forma-mercadoria e do processo infinito da acumulação.

Frente à essa conjuntura, o desafio que está colocado atualmente, não só para o movimento operário e sindical, mas para todo pensamento de esquerda,³⁰ diz respeito à sua capacidade teórica e prática de romper com todos os tipos de corporativismos e interesses exclusivos. O que está em jogo — apesar das muitas desigualdades, diferenças e pluralidades que recortam as classes subalternas — é a possibilidade (ou não) de se forjar uma vontade coletiva e uma outra subjetividade³¹ de classe que seja capaz de se opor radicalmente à “nova ordem mundial”.

Diante da necessidade de se preservar a qualquer custo os postos de trabalho que ainda restam, fica muito mais difícil para os sindicatos incluírem outros temas na agenda de suas lutas. Nesse contexto, se a prioridade for somente a defesa intransigente das estruturas burocratizadas e congeladas dos seus aparelhos, cada vez mais distantes da realidade concreta das classes

²⁹ - Segundo Balibar, a construção de identidades de classe relativamente homogêneas “não são um efeito de uma predestinação, mas um efeito de conjuntura” (1996, 55).

³⁰ - Quanto a distinção entre direita e esquerda no mundo de hoje, ver Norberto Bobbio (1995)

³¹ - Guattari (1993: 45) escreve: “o que caracteriza os novos movimentos sociais não é somente uma resistência contra esse processo de serialização da subjetividade, mas também a tentativa de produzir modos de subjetividade originais e singulares, processos de singularização subjetiva”. Para ele, o embate atual não mais se restringe ao plano da economia política, mas abrange também o da economia subjetiva. A reapropriação da mídia, através das rádios livres, é uma das possibilidades citadas por ele para subverter essa modelização da subjetividade.

trabalhadoras, o que sobra aos dirigentes e militantes é agarrarem-se às teses da inevitabilidade, tentando, assim, salvar pelo menos a fração corporativa desse “dilúvio purificador”. É aqui que a atual ofensiva das classes dominantes adquire funções disciplinadoras sobre as práticas e o pensamento da esquerda, uma vez que ela busca desqualificar qualquer perspectiva contestatória e aniquilar toda possibilidade de surgimento de novas utopias capazes de precipitarem e instituírem uma nova sociabilidade.

* * *

Através do material trazido e apurado a partir do chão-de-fábrica pretendi mostrar, no decorrer deste trabalho, que o universo da experiência concreta do operariado oferece o temário básico das lutas a serem travadas pelo movimento sindical. Da mesma forma, a experiência operária imediata (trajetórias), e que aparece atravessada pelas questões de gênero (Maria Aparecida), éticas (José Ribeiro), raciais (Luzia), geracionais (Mariano), do *ethos* profissional (Givanildo e João Batista), pelo caráter relacional transitório (Cirilo), pela usura precoce (Vander), pela cultura sindical (Benedito dos Reis) e por tantas outras contradições em processo, conforma o substrato através do qual cada trabalhador interpreta e atualiza sua consciência de classe (travessias). Ao abarcar todas estas experiências, o sindicato pode torna-se interlocutor legítimo das “diversas vontades” presentes no cotidiano fabril. Quando realiza a “mediação simbólica” entre os “desejos singulares e dispersos” com as lutas mais gerais das classes trabalhadoras, o movimento sindical não só passa a assumir a função de “intelectual orgânico” — conforme perspectiva gramsciana —, como também ultrapassa, ele mesmo, a posição de sitiamento. Para tanto, é imprescindível que se disponha a auscultar *“o que estão sentindo os trabalhadores, a analisar o que está se passando do lado de dentro da fábrica”*, buscando encontrar, aí, novas motivações e novas atitudes que tenham força suficiente para instituir um novo processo de socialização do trabalho coletivo e para precipitar uma nova *civiltà*.

Qualquer possibilidade de uma ação sindical eficaz não pode estar desvinculada das práticas difusas, dos embates cotidianos onde os trabalhadores concretizam o “coletivo abstrato”. É no acontecer dessa relação política que o sindicato, ao ser capaz de aproximar os interesses particulares em torno de uma “vontade coletiva”, ressurge como dirigente das lutas que acontecem no chão-de-fábrica, mas que extrapolam seus limites, atingindo outros territórios do domínio público. Essa ação, por ser resultado — de acordo com GRAMSCI (1981: 51 e 153) — *“de diversas vontades, com diverso grau de intensidade, de consciência, de homogeneidade, com o conjunto íntegro da vontade coletiva”*, deve propiciar o surgimento de um *“novo saber em*

construção”, que “coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em ato”. Trata-se de “tirar as multidões da passividade, isto é, de destruir a lei dos grandes números”.

Sem dúvida, a ofensiva conservadora de destruição dos espaços coletivos de construção de sociabilidades (mundo do trabalho e esfera pública) coloca dificuldades extremas à ação sindical e dos movimentos de esquerda. Reconhecendo esse fato, CHAUI (1982: 128-129) observa que, “no plano da sociedade”, estamos assistindo uma desapareição da atividade política no sentido forte do termo, “na medida em que há /.../ uma ‘privatização dos indivíduos e da vida’. Não se trata de despolitização ou de apatia — conclui a autora —, mas de uma forma de sociabilidade política que destrói a idéia de ação coletiva como determinante do curso da sociedade. A ‘coisa pública’ não é vista apenas como estranha à ação dos homens, mas como escapando da ação deles, de tal modo que as esferas de ação possível não podem aparecer como sociais ou coletivas, mas apenas como privadas”. Em face dessa conjuntura, são insuficientes as respostas dadas pelo movimento sindical que se acham referenciadas apenas no corporativismo, nas territorialidades fincadas exclusivamente na base da categoria, ou, ainda, nas perspectivas que se refugiam na imagem do Estado provedor.

Diante da ofensiva imprimida pelas classes dominantes, os sindicatos e os movimentos de esquerda, em que pese suas diferenças e contradições, têm que pretender ousar e inventar outras formas de subjetivação das classes subalternas, alternativas àquelas serializadas pelo capital e pelas antigas identidades do “operário massa fordiano”. A luta em defesa da saúde, por englobar duas dimensões essenciais da vida cotidiana (trabalho e reprodução), emerge em meio às outras dimensões da “condição humana” como uma das oportunidades para se realizar essa travessia. Ao içá-la como uma de suas bandeiras, o movimento sindical e operário não somente tem a chance de (re) politizar o chão-de-fábrica e o espaço público, como também — se almejar incluir outros sujeitos (classistas e não classistas) no seu horizonte de ação — poderá transpor o momento puramente econômico na direção do momento ético-político, (re) singularizando, finalmente, sua própria subjetividade e sua experiência de classe.

*Não sei contar direito. Aprendi um pouco foi com o
compadre meu; mas ele quer saber tudo diverso: quer não o
caso inteirado em si, mas a sobre-coisa, a outra-coisa. Agora,
neste dia nosso, com o senhor mesmo — me escutando com
devoção assim — é que aos poucos vou indo aprendendo a
contar corrigido.*

(Guimarães Rosa - Grande Sertão: Veredas)

. . .

Bibliografia

- ABRANO, L.W., (1988) - *A Subjetividade do Trabalhador frente à Automação*. In: Neder, R.T., (org.) - *Automação e Movimento Sindical no Brasil*. São Paulo: Hucitec. pp. 133-176.
- ABRANO, L.W. & DA SILVA, R.A., (1988) - *O Movimento Sindical Metalúrgico em São Paulo*; In: Neder, R.T., (org.) - *Automação e Movimento Sindical no Brasil*. São Paulo: Hucitec. pp. 67-86.
- AGLIETA, M., (1991) - *Regulación y Crisis del Capitalismo*; traducción Juan Bueno. México: Siglo Veintiuno Editores.
- ALVIM, M.R.B., (1987) - *Família e operários de origem camponesa: uma leitura da crise do Brasil arcaico*. In: Lopes, J.S.L. (coordenador) - *Cultura & Identidade Operária aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro/UFRJ: Marco Zero. pp. 123-146.
- ALTHUSSER, L., (1985) - *Aparelhos Ideológicos do Estado*; tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro; introdução crítica J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 3ª edição.
- ANDERSON, P., (1987) - *A Crise da Crise do Marxismo: introdução a um debate contemporâneo*; tradução Denise Bottmann. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição.
- _____, (1989) - *Considerações Sobre o Marxismo Ocidental*; tradução Marcelo Levy. São Paulo: Editora Brasiliense.
- ARENDT, H., (1989) - *A Condição Humana*; tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 4ª edição.
- ARIÈS, P. & DUBY, G., (1992) - *História da Vida Privada: da Primeira Guerra a nossos dias*; tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 5.
- BADALONI, N., (1987) - *Gramsci: A Filosofia da Práxis como Previsão*. In: Hobsbawm, E.J., (org.) - *História do Marxismo* (vol. X); tradução Carlos Nelson Coutinho e Luis Sérgio N. Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 13-128.
- BALIBAR, E., (1996) - *Da Luta de Classes à Luta sem Classes?*; tradução Angela M. Tude de Souza. Campinas/SP: IFCH/UNICAMP (textos Didáticos nº 20).
- BARATA, R.B. & BARRETO, M.L., (1996) - *Algumas Questões sobre o Desenvolvimento da Epidemiologia na América Latina*. In: *Ciência & Saúde Coletiva* 1 (1): ABRASCO. pp. 70-79.
- BARRETO, M.L., (1990) - *Epidemiologia, sua História e Crises: notas para pensar o futuro*. In: Costa, D.C., (org.) - *Epidemiologia Teoria e Objeto*. São Paulo: Hucitec/Abrasco. pp. 18-38.
- BENJAMIN, W. (1994) - *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura*; tradução Sérgio Paulo Rouanet. - 7ª ed. São Paulo: Brasiliense (Obras escolhidas; v. 1).
- BERGSOM, H., (1990) - *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*; tradução Paulo Neves da Silva. São Paulo: Martins Fontes.
- BERNARDES, R., (1994) - *Trabalho: a centralidade de uma categoria analítica*. In: *São Paulo em Perspectiva: trabalho - globalização tecnológica*. Revista da Fundação SEADE, vol. 8, nº 1. pp. 33-41.
- BERGER, P.L. & LUCKMANN, T., (1976) - *A Construção Social da Realidade*; tradução Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 4ª edição.
- BERLINGUER, G., (1983) - *A Saúde nas Fábricas*; tradução Hanaja Augusta Rothschild. São Paulo: CEBES/Hucitec.
- _____, (1990) - *"Democracia, Desigualdad y Salud"*. In: *Divulgação em Saúde para Debate* nº 2. Londrina: CEBES, março 90. pp. 9-15.
- BERMANN, S., (1990) - *Fadiga, Estrés, Desgaste Laboral? Problemas Epidemiológicos en el Estudio de las Relaciones entre Trabajo y Salud*. In: *Cuadernos Médicos Sociales* nº 51. Rosário/Argentina.
- BIRMAN, J., (1991a) - *Interpretação e Representação na Saúde Coletiva*. In: *PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2. pp 7-22.
- _____, (1991b) - *Sujeito, Singularidade e Interpretação em Psicanálise*. In: *PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2. pp 127-142.

- BORDIEU, P. (1983) - *Sociologia* / org. da coletânea Renato Ortiz; tradução de Paula Montero e Alcía Auzmendi. São Paulo: Ática.
- BORELLI, S.H.S., (1992) - *Memória e Temporalidade: diálogo entre Walter Benjamini e Henri Bergson*. In: *Margem* - Faculdade de Ciências Sociais da PUCSP, nº 1. São Paulo: EDUC.
- BOSI, E., (1994) - *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª edição.
- BOYER, R., (1990) - *A Teoria da Regulação: Uma análise crítica*; tradução Renée Barata Zicman. São Paulo: Nobel.
- BOTTOMORE, T., (1988) - *Dicionário do pensamento marxista*; tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BRAGA, J.C.S. & PAULA, S.G., (1986) - *Saúde e Previdência: estudos de política social*. São Paulo: Hucitec, 2ª edição.
- BRAGA, R., (1995) - *Luta de Classes, Reestruturação Produtiva e Hegemonia*. In: Katz, C.; Braga, R. & Coggiola, O. - *Novas Tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã. pp. 45-136.
- BRAVERMAN, H., (1980) - *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*; tradução Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 3ª edição.
- BREILH, J., (1980) - *Epidemiologia: Economia - Medicina y Política: Hacia una Transformación de la Investigación en Salud*. Santo Domingos/Rep. Dominicana: Editorial Universtaria.
- _____, (1990) - *"Reproducción Social y Salud: la construcción del pensamiento en medicina social y el debate ideológico"*; In: *Divulgação em Saúde para Debate* nº 2. Londrina: CEBES.
- BREILH, J. & GRANDA, E., (1986a) - *Saúde na Sociedade*; tradução José da Rocha Carvalheiro. São Paulo: Instituto de Saúde/Abrasco.
- _____, (1986b) - *"Epidemiologia y Contrahegemonia"*. Quito/Equador: CEAS nº 1.
- BRIGHTON LABOUR PROCESS GROUP., (1991) - *O processo de trabalho capitalista*. In: Da Silva, T.T., (org.), *Trabalho, Educação e Prática Social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- BRIOSHI, L.R. & TRIGO, M.H.B., (1987) - *Relatos de Vida em Ciências Sociais: considerações metodológicas*. In: *Ciência e Cultura* 39 (7), julho de 1987. pp. 631-637..
- BRÜNER, J., (1987) - *Life as Narrative*. In: *Social Research*, vol. 54, nº 1 (spring 1987).
- BRUNO, L. & SACCARDO, C., (org.) (1986). - *Organização, Trabalho e Tecnologia*. São Paulo: Atlas.
- BURAWOY, M., (1987) - *The Labour Process in the Capitalist Society*. In: *The Politics of Production: factory regimes under Capitalism and Socialism*. London: Verso-New Left Revue.
- BUSHINELLI, J.T.P.; RIGOTTO, R.M. & ROCHA, L.E., (org.). (1993) - *Isto é Trabalho de Gente? Vida, Doença e Trabalho no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes.
- CAMARGO, A., (1994) - *História Oral e Política*. In: Moraes, M., (org.), - *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda/FINEP.
- CAMPOS, G.W. (1991) - (1978) - *A Saúde Pública e a Defesa da Vida*. São Paulo: Hucitec.
- CANCLINI, N.G., (1988) - *Gramsci e as culturas populares na América Latina*. In: Badaloni, N. [et al.], *Gramsci e a América Latina*; tradução e organização Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CANGUILHRM, G., (1978) - *O Normal e O Patológico*; tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas e Luiz Octávio Ferreira Barreto Leite. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- CARVALHO, A.L., (1996) - *Da Saúde Pública às Políticas saudáveis - Saúde e Cidadania na Pós-modernidade*. In: *Ciência & Saúde Coletiva* 1 (1): ABRASCO. pp. 104-121.
- CARVALHO, R.Q., (1987) - *Tecnologia e Trabalho Industrial: as implicações sociais da automação microeletrônica na indústria automobilística*. Porto Alegre: L & PM.
- CARVALHO, R.Q. & SCHMITZ, H., (1990) - *"O Fordismo está vivo no Brasil"*; tradução Claudia Moraes. In: *Novos Estudos Cebrap* nº 27. pp. 148-156.

- CASTORIADIS, C., (1982) - *A Instituição Imaginária da Sociedade*; tradução Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____, (1987) - *As Encruzilhadas do Labirinto/1*; tradução Carmen Sylvia Guedes e Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____, (1992a) - *O Mundo Fragmentado/3*; tradução Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____, (1992b) - *Criação Histórica e a Instituição da Sociedade*. In: Castoriadis, C.; Rouanet, S.P.; Chauí, M.; Torres, J.C.B. e Rosenfield, D., - *A Criação da História*. Porto Alegre: Artes Ofícios.
- _____, (1992c) - *O Socialismo do Futuro*. In: Castoriadis, C.; Rouanet, S.P.; Chauí, M.; Torres, J.C.B. e Rosenfield, D., - *A Criação da História*. Porto Alegre: Artes Ofícios.
- CASTRO, N.A. & GUIMARÃES, A.S.A., (1991) - "*Depois de Burawoy: sobre a construção de modelos na análise do trabalho industrial*". Comunicação apresentada ao Seminário Interdisciplinar "Modelos de Organização Industrial, Política Industrial e Trabalho". São Paulo ABET, 11 e 12 de abril.
- CASTRO, N.A., (1994) - *Trabalho e Organização Industrial num Contexto de Crise e Reestruturação Produtiva*. In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação SEADE, Vol. 8 nº 1, Jan./mar. pp. 116-132.
- CEBES, (1980) - *Revista "Saúde & Debate" nº 10* (abril-maio-junho). Rio de Janeiro
- CHAUÍ, M., (1978) - *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea).
- _____, (1982) - *Cultura e Democracia: o discurso competente e as outras falas*. São Paulo: Ed. Moderna (3ª edição).
- _____, (1986) - *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- _____, (1992) - *Pós-modernismo, Modernismo e Marxismo*. In: Castoriadis, C.; Rouanet, S.P.; Chauí, M.; Torres, J.C.B. e Rosenfield, D., - *A Criação da História*. Porto Alegre: Artes Ofícios.
- CHALHOUB, S., (1986) - *Trabalho, Lar e Botequin: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- CLARKE, S., (1991) - *Crise do Fordismo ou Crise da Social-Democracia*. In: *Lua Nova - Revista de Cultura e Política nº 24*. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, setembro de 91. pp. 117-150.
- COHN, A. & HIRANO, S., (1985). - *Acidentes do Trabalho uma Forma de Violência*. São Paulo: Brasiliense.
- COMISSÃO de SAÚDE OCUPACIONAL CEBES/Rio., (1981) - "*Ainda sobre o processo de trabalho*"; In: *Saúde e Debate nº 11*. Rio de Janeiro: CEBES.
- CORIAT, B. & BOYER, R., (1985) - "*Inovações, Ciclos e Crises: o retorno de Shumpeter*"; tradução de Maria Alice G. Nogueira. São Paulo: Novos Estudos Cebrap nº 12.
- CORIAT, B., (1985) - *O taylorismo e a expropriação do saber operário*; tradução Maria Alexandra F. Costa e Souza e Tereza Soraia. In: *Sociologia do Trabalho: organização do trabalho industrial*. Lisboa/Portugal: Regra do Jogo Edições, 1985. pp. 83-104.
- _____, (1988) - *A Revolução do Robôs: o impacto socioeconômico da automação*; tradução José Correa Leite. São Paulo: Busca Vida.
- _____, (1988a) - *Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção*. In: Schimtz, H. & Carvalho, R.Q., (org.) - *Automação Industrial: a experiência internacional*. São Paulo: Hucitec. pp. 13-61.
- _____, (1992) - - *El taller y el cronómetro: ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la producción en masa*. Espanha: Siglo Veintiuno.
- _____, (1994) - *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*; tradução de Emerson S. da Silva. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ.
- COSTA, D.C., (1990) - *Epidemiologia: teoria e objeto*. São Paulo: Hucitec.
- COSTA, D.; CARMO, J.C.; SETTINI, M.M. e SANTOS, U.P. (org.), (1989) - *Programa de Saúde dos Trabalhadores: a experiência da zona norte - uma alternativa em Saúde Pública*. São Paulo: Hucitec.

- COSTA, D.C. & COSTA, N.R., (1990) - *"Teoria do Conhecimento: um convite à leitura de John Snow"*. In: **Divulgação em Saúde para Debate** nº 2. Londrina: CEBES. pp. 46-52.
- CUT-TIE, (1992)- Documento Final do Encontro Nacional dos Trabalhadores no Setor de Autopeças. Praia Grande/SP, agosto. 20 pp.
- CUT., (1993)- *Revista De fato*. São Paulo: Cut.
- DA COSTA, M.R., (19981) - **As Vítimas do Capital: os acidentados do trabalho**. Rio de Janeiro: Achimé.
- DAMATTA, R., (1991) - **A Casa & A Rua**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 4ª edição.
- DA SILVA, R.A & BRESCIANI, L.P., (1991) - *"Negociando a Organização do Trabalho: uma experiência brasileira"*. In: Dieese, Sub-Seção do Dieese Metalúrgicos São Bernardo do Campo e Diadema, Cadernos da Cut-Jurídico e Relações Sindicais. São Bernardo do Campo/São Paulo, 10 de setembro. pp 13-16.
- DA SILVA, M.A., (1985) - *O Trabalho da Linguagem*. In: **Sociedade e Trabalho na História**. Revista Brasileira de História, vol. 6, nº 11. pp. 45-62.
- DEJOURS, C., (1988) - **A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**; tradução Ana Izabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez/Oboré, 2ª edição.
- _____, (1993) - *Inteligência Operária e Organização do Trabalho: A Propósito do Modelo Japonês*. In: Hirata, H., (org). **Sobre o Modelo Japonês: Automatização, Novas Formas de Organização e Relações de Trabalho**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F., (1976) - **O Anti-Édipo**; tradução Geoges Lamaziere. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda.
- _____, (1995). - **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** (Vol. 2); tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- DE PALMA, A., (1972)- *La Organización Capitalista del Trabajo en el Capital de Marx*. In: Panzieri - **La Division Capitalista del Trabajo**. Buenos Aires: Cuadernos de Pasado y Presente.
- DE SOUZA, N.H.B., (1988) - **Os efeitos sociais da nova tecnologia nas fábricas**. In: Neder, R.T; Abrano, L.W. e outros - **Automação e Movimento Sindical no Brasil**. São Paulo: Hucitec. pp. 87-131.
- DIAS, A., (1988) - **Crise e Modernização tecnológica na Indústria Metalúrgica Brasileira**. In: Neder, R.T; Abrano, L.W. e outros - **Automação e Movimento Sindical no Brasil**. São Paulo: Hucitec. pp. 25-65.
- DIAS, E.F., (1991) - *Hegemonia: nova civilização ou domínio ideológico?*. In: **História & Perspectiva** nº 5 - Gramsci faz cem anos. Universidade Federal de Uberlândia. pp. 5-43.
- _____, (1996). - *Capital e Trabalho: a nova dominação*. In: **A Ofensiva Neoliberal, Reestruturação Produtiva e Luta de Classe**, Dias, E.F. e outros. Brasília: Sindicatos dos Eletricitários de Brasília. pp. 7-54.
- DIEESE., (1988) - *"Rotatividade: Conceito e Determinantes (primeira parte)"*. In: **Boletim Dieese**, dezembro. pp.7-10.
- _____, (1989)- *"A Nova Cara da Rotatividade na Era de Tecnologias Avançadas (segunda parte)"*. In: **Boletim Dieese**, janeiro de 1989. pp. 5-7.
- _____, (1993a) - *"Trabalho em Grupo: quando um mais um é sempre mais que dois"*. In: **Boletim Dieese** nº 142, janeiro. pp. 43-44.
- _____, (1993b) - *"A Terceirização no Setor Metalúrgico"*. In: **Boletim Dieese** nº 143, fevereiro. pp. 20-24.
- _____, (1993c) - *"Toyotismo e Relações de Trabalho"*. In: **Boletim Dieese**, março. pp. 25-26.
- _____, (1993d) - *"Os Trabalhadores Frente à Terceirização"*. In: **Pesquisa Dieese**, nº 7, maio.
- _____, (1993e) - *"A Manutenção Preventiva Total"*. In: **Boletim Dieese** nº 148, julho. pp.63-64.
- _____, (1993f) - *"A Terceirização no Setor Metalúrgico"*. In: **Boletim Dieese** nº 143, fevereiro. pp. 20-24.
- DIEESE.- SUB-SEÇÃO DO DIEESE METALÚRGICOS SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA., (1992) - *"Terceirização e Ação Sindical"*. In: **Boletim Dieese** nº 135, junho. pp 31-36.
- DIESAT., (1989) - **Insalubridade: A Morte Lenta no Trabalho**. São Paulo: Oboré.

- DIEDERICHSEN, F., (1990) - "*Algunas Questiones de la Epidemiologia Social sobre las Condiciones de Trabajo el Post-Fordismo*". In: **Cuadernos Medico-Sociales** nº 51. Rosario/Argentina, marzo.
- DINA, A., (1987) - **A Fábrica Automática e a Organização do Trabalho**; tradução Raffaella de Filippis. Petrópolis: Vozes/IBASE.
- DOBB, M., (1987) - **A Evolução do Capitalismo**; tradução Manuel Rêgo Braga. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- DOSSE, F., (1993) - **História do Estruturalismo: O Campo do Signo, 1945/1966**; tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- _____, (1994) - **História do Estruturalismo: O Canto do Cisne, de 1967 até os nossos dias**; tradução Álvaro Cabral. — São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- DÚCLO, D., (1986) - *La Construction Sociale du Risque*. Mimeog. IFCH/UNICAMP.
- DURAND, C., (1985) - **A Ideologia Tecnocrática do Trabalho**; tradução Marinus Pires de Lima. In: **Sociologia do Trabalho: Organização do Trabalho Industrial** (antologia). Lisboa: Regra do Jogo Edições.
- DURHAN, R.R., (1984) - **A Caminho da Cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva.
- DURKHEIM, É., (1978) - **Da Divisão do Trabalho Social; As Regras do Método Sociológico; O Suicídio; As Formas Elementares da Vida Religiosa**; seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de Carlos Alberto Ribeiro de Moura... [et al] - São Paulo: Abril Cultural (série Os Pensadores).
- DUSSEL, E., (1985) - **La Producción Teórica de Marx: un comentario a los GRUNDRISSE**. México: Siglo Veintiuno Editores.
- ENGELS, F., (1985) - **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**; tradução Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Fortes. São Paulo: Global.
- FALABELLA, G., (1988a) - **Microeletrônica e Sindicatos: A Experiência Européia**. In: Schimtz, H. & Carvalho, R.Q., (org.) - **Automação Industrial: a experiência internacional**. São Paulo: Hucitec. pp. 175-220.
- _____, (1988b) - **Uma Discussão Teórica Comparativa: análise de experiências internacionais**. In: Neder, R.T; Abrano, L.W. e outros - **Automação e Movimento Sindical no Brasil**. São Paulo: Hucitec. pp. 13-24.
- FALEIROS, V.P., (1985) - **A Política Social do Estado Capitalista: as funções da Previdência e da Assistência Social**. São Paulo: Editira Cortez, 4ª edição.
- FERNANDES, F., (1980) - **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**. São Paulo: T. A. Queiroz (4ª edição).
- FERRARIS, P., (1990) - **Desafio Tecnológico e Inovação Social: sistema econômico, condições de vida e de trabalho**; tradução Raffaella de Filippis. Petrópolis: Vozes/IBASE.
- FERREIRA, J. P., (1991) - **Armadilhas da Memória (Conto e Poesia Popular)**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado.
- FILHO, E.A.S., (1993) - **Análise de Representações Sociais**. In: Spink, M.J., (org.) - **O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Editora Brasiliense. pp. 109-145.
- FLEURY, A., (1991) - "*Política Industrial e Capacitação Tecnológica*". São Paulo: USP (mimeog.).
- FLEURY, A. & SALERNO, M., (1989) - **Condicionantes e indutores de modernização industrial no Brasil**. In: **Anais "Padrões Tecnológicos e Políticas de Gestão: comparações internacionais"**. São Paulo: USP/UNICAMP, maio/agosto.
- FLEURY, A. & VARGAS, N., (1983) - **Organização do Trabalho: uma abordagem interdisciplinar - sete casos brasileiros para estudo**. São Paulo: Atlas.
- FLEURY, M.T. L. & FISCHER, R.M., (org.) (1987). - **Processo e Relações do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Atlas
- _____, (1989). - **Cultura e Poder nas Organizações**. São Paulo: Atlas.
- FLEURY, M.T.L., (1989a) - **O Simbólico nas Relações do Trabalho**. In: Fleury, M.T.L. & Fischer, R.M., - **Cultura e Poder nas Organizações**. São Paulo: Atlas.
- _____, (1989b) - **O Desvendar a Cultura de uma Organização**. In: Fleury, M.T.L. & Fischer, R.M., - **Cultura e Poder nas Organizações**. São Paulo: Atlas.

- _____, (1989c) - *As Políticas de Gestão de Recursos Humanos e a Emergência de Padrões de Relações do Trabalho*. In: **Anais "Padrões Tecnológicos e Políticas de Gestão: comparações internacionais"**. São Paulo: USP/UNICAMP, maio/agosto.
- _____, (1993) - *Mudanças e Persistências no Modelo de Gestão de Pessoal em Setores de Tecnologia de Ponta: O Caso Brasileiro em Contraponto com o Japonês*. In: Hirata, H., (org.) - **Sobre o Modelo Japonês: Automatização, Novas Formas de Organização e Relações de Trabalho**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo
- FOUCAULT, M., (1977) - *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*; tradução Ligia M. Pondé Vassalo. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes.
- _____, (1979) - *O Nascimento da Medicina Social*; tradução Roberto Machado. In: Michel Foucault, **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- _____, (1981) - *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*; tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes.
- FRANCO, S., (1990) - *"Tendência de la Medicina Social en America Latina"*. In: **Divulgação em Saúde para debate nº 2**. Londrina: CEBES, março. pp. 40-45.
- FREITAG, B., (1991). - **Piaget e a Filosofia**. São Paulo: Editora UNESP.
- FREYSSINET, M., (1987) - *"A Divisão Capitalista do Trabalho"*; tradução Helena Hirata. Campinas: UNICAMP (mimeog.).
- _____, (1989) - *"As formas sociais da automatização: Paradigmas tecnológicos e políticos de gestão"*. In: **Anais "Padrões Tecnológicos e Políticas de Gestão: comparações internacionais"**. São Paulo: USP/UNICAMP, maio/agosto.
- _____, (1990) - *Automação e Qualificação da Força de Trabalho*. in: Soares, R.M.S.M., (org.), **Gestão da Empresa, Automação e Competitividade: novos padrões de organização e de relações no trabalho**. Brasília: IPEA/IPLAN.
- FREUD, S., (1972) - *Interpretação de Sonhos*; tradução e prefácio Walderedo Ismael de Oliveira. Rio de Janeiro: Imago.
- _____, (1974) - *O Futuro de uma Ilusão*; tradução José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago.
- FUNDAÇÃO SEADE., (1980) - **Informe Demográfico**.
- GAGNEBIN, J.M., (1994) - *História e Narração em Walter Benjamin*. Campinas: PAPESP/ Editora Perspectiva/Editora UNICAMP..
- GARCÍA, J.C., (1989a) - *Medicina e Sociedade: as correntes de pensamento no campo da saúde*. In: Nunes, E.D., (org.) - **Juan César García: Pensamento Social em Saúde em América Latina**. São Paulo: Cortez (coleção Pensamento Social e Saúde; 5).
- _____, (1989b) - *As Ciências Sociais em Medicina*. In: Nunes, E.D., (org.) - **Juan César García: Pensamento Social em Saúde em América Latina**. São Paulo: Cortez (coleção Pensamento Social e Saúde; 5).
- _____, (1989c) - *A Categoria Trabalho na Medicina*. In: Nunes, E.D., (org.) - **Juan César García: Pensamento Social em Saúde em América Latina**. São Paulo: Cortez (coleção Pensamento Social e Saúde; 5).
- GARFIELD, J., (1983) - *O Trabalho Alienado, Stress e Doença Coronariana*. In: Nunes, E.D., (organizador e tradutor) - **Medicina Social: aspectos teóricos**. São Paulo: Global.
- GINZBURG, C., (1987) - *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*; tradução Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____, (1991) - *Apontar e Citar. A Verdade da História*; tradução Iara Lis Franco Stto, Carvalho Souza e Virginia Camilotti. In: **RH - Revista de História nºs 2/3**. São Paulo: Editora UNICAMP. pp. 91-106.
- GOFFMAN, E., (1985) - *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*; tradução Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes (4ª edição).
- GOLBERG, M., (1990) - *Este obscuro objeto da epidemiologia*. In: Costa, D.C., (org.) - **Epidemiologia Teoria e Objeto**. São Paulo: Hucitec/Abrasco.

- GOLDENBERG, P., (1990)- *"Reprodução e Saúde: considerações para um debate"*. In: **Divulgação em Saúde para Debate** n° 2. Londrina: CEBES, março.
- GOLDMANN, L., (1973) - **Crítica e Dogmatismo na Cultura Moderna**; tradução Reginaldo Di Piero e Celia E. A. Di Piero. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____, (1979) - **Dialética e Cultura**; tradução Luis Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho Giseli Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra (2ª edição).
- GORZ, A., (1982) - **Adens ao Proletariado: para além do socialismo**; tradução Angela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- _____, (1989) - **O despotismo de fábrica e suas conseqüências**. In: Gorz, A., - **Crítica da Divisão do Trabalho**; tradução Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes.
- _____, (1989a). - **Técnicos, técnicas e luta de classes**. In: Gorz, A., - **Crítica da Divisão do Trabalho**; tradução Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes.
- GRAMSCI, A., (1981) - **Concepção Dialética da História**; tradução Carlos Nelson Coutinho (4ª edição). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____, (1984) - **Americanismo e Fordismo**; tradução Luis Mario Gazzeneo. In: **Maquiavel e a Política do Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 5ª edição.
- _____, (1987) - **A Questão Meridional**; tradução Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GRUPPI, L., (1978) - **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**; tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal.
- GUATTARI, F., (1990) - **As Três Ecologias**; tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas/SP: Papirus, 2ª edição.
- GUATTARI, F. & ROLNIK, S., (1993) - **Micropolítica: cartografias dos desejo**. Petrópolis/RJ: Vozes.
- GUIMARÃES, A.S.A. & CASTRO, N.A., (1990) - **Trabalho e Sindicalismo e Reconversão Industrial nos Anos 90**. In: **Revista Lua Nova** n° 21. São Paulo: CEDEC, dezembro.
- GUIMARÃES, J., (1994) - **A Astúcia do Marxismo: Reflexões sobre a problemática do trabalho no final do milênio**. In: **Temáticas**, IFCH/UNICAMP, Ano 2 n° 3 1º Semestre 94. pp. 109-122.
- HABERMAS, J., (1980) - **Habermas: Sociologia**; organizadores e tradução B. Freitag e S. P. Rouanet. São Paulo: Ática (grandes cientistas sociais, 15).
- _____, (1987) - **Técnica e Ciência como "Ideologia"**; tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70.
- _____, (1990) - **Para a Reconstrução do Materialismo Histórico**; tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense (2ª edição).
- HALBWACHS, M., (1990) - **A Memória Coletiva**; tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice Editora Revistas dos Tribunais.
- HARVEY, D., (1992) - **Condição Pós-Moderna**; tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola.
- HELLER, A., (1985) - **O Cotidiano da História**; tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição.
- _____, (1991) - **Sociologia de la Vida Cotidiana**; tradução J. F. Yuars y E. Pérez Nadal. Barcelona: Edições Península.
- HIRATA, H., (1989) - **Subjetividade e Produtividade**. In: **Anais Padrões Tecnológicos e Políticos de Gestão: comparações internacionais**. São Paulo: USP/UNICAMP, março/agosto.
- _____, (org), (1993). - **Sobre o Modelo Japonês: Automatização, Novas Formas de Organização e Relações de Trabalho**; tradução de Rosaura Eichenberg, Maria de Lourdes Vignoli, Hedy Helena de Menezes Pereira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- HOBSBAWM, E.J., (1981) - **Os Trabalhadores: Estudos sobre a História do Operariado**; tradução Maria Leão Teixeira Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- _____. (1987) - **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária**; tradução Waldea Barcellos e Sandra Breidan. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1991) - **O Ressurgimento da Narrativa. Alguns Comentários**; tradução Denise Bottmann. In: RH - **Revista de História** n°s 2/3. São Paulo: Editora UNICAMP. pp. 39-46.
- _____. (1995) - **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras.
- HUMPRHREY, J., (1982) - **Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística Brasileira: Fazendo o Milagre**; tradução Maria Augusta Fonseca. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/CEBRAP.
- _____. (1989) - **Novas Formas de Organização do Trabalho na Indústria: suas implicações para o uso e controle da mão-de-obra no Brasil**. In: **Anais Padrões Tecnológicos e Políticos de Gestão: comparações internacionais**. São Paulo: USP/UNICAMP, março/agosto.
- _____. (1993) - **Adaptando o "Modelo Japonês" no Brasil**. In: Hirata, H., (org) - **Sobre o Modelo Japonês: Automatização, Novas Formas de Organização e Relações de Trabalho**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- IANNI, O., (1978) - **O Colapso do Populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª edição.
- _____. (1986) - **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª edição.
- KNAUTH, P.; FISCHER, F.M. & RUTENFRANS, J., (1989) - **Trabalho em Turnos e Noturnos**. São Paulo: Hucitec.
- KOSIK, K., (1976) - **Dialética do Concreto**; tradução Célia Neves e Alderico Torfbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição.
- LACAZ, A.F.C. (1996) - **Saúde do Trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical**. Campinas: Tese de Doutorado/UNICAMP.
- LAINO, A., (1983) - **Controle Fabril: poder e autoridade do capital**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes.
- LANE, S.T.M., (1993) - **Usos e Abusos do Conceito de Representação Social**. In: Spink, M.J., (org.), - **O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Editora Brasiliense. pp. 58-72.
- LAPLANCHE, J. & PORTALIS, J.B., (1988) - **Vocabulário da Psicanálise**; tradução Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 10ª edição.
- LAURELL, A.C., (1981) - **Processo de Trabalho e Saúde**. In: **Saúde e Debate** n° 11. Rio de Janeiro: CEBES.
- _____. (1983) - **A Saúde - Doença como Processo Social**. In: Nunes, E.D., (organizador e tradutor) - **Medicina Social: aspectos teóricos**. São Paulo: Global. pp. 133-158.
- _____. (1985) - **Saúde e Trabalho: os enfoques teóricos**. In: Nunes, E.D., (organizador e tradutor) - **As ciências sociais em saúde na América Latina: tendências e perspectivas**. Brasília: OPAS. pp. 255-276.
- _____. (1991) - **Trabajo y Salud: Estado del Conocimiento**. In: Franco, S.; Nunes, E.D.; Breilh, J.; Laurell, A.C. - **Debates en Medicina Social**. Quito: OPAS. pp. 249-339.
- LAURELL, A.C. & NORIEGA, M., (1989) - **Processo de Produção e Saúde; trabalho e desgaste operário**; tradução Amélia Cohn; Ana Pitta e outros. São Paulo: Hucitec.
- LAURELL, A.C.; NORIEGA, M. e outros, (1990) - **La experiencia obrera como fuente de conocimiento: confrontación de resultados de la encuesta colectiva y individual**. In: **Cuadernos Medico-Sociales** n° 51. Rosário/Argentina, marzo.
- LEFEVRE, H., (1979) - **Sociologia de Marx**; tradução Carlos Roberto Alves Dias. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- LEFORT, C., (1990) - **As Formas da História: ensaios de antropologia política**; tradução Luis Roberto Salinas Fortes e Marilena de Souza Chauí. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição.
- LEITE, E.M., (1985) - **Novas Tecnologias, Emprego e Qualificação na Indústria Mecânica**. Relatório de Pesquisa. São Paulo: SENAI.
- LEITE, M.P., (1994) - **O Futuro do Trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária**. São Paulo: Scritta.

- LEME, M.A.V.S., (1993) - *O Impacto da Teoria das Representações Sociais*. In: Spink, M.J., (org.) - *O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Editora Brasiliense. pp. 46-57.
- LETTIERI, A., (1989) - *A fábrica e a escola*. In: Gorz, A., - *Crítica da Divisão do Trabalho*; tradução Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes.
- LEVEN, M.L., (1984) - *Cotidiano Fabril dos Trabalhadores da Fiat-Automóveis de Betim/MG*. Minas Gerais: UFMG (mimeog.).
- LINHART, R., (1980) - *Greve na Fábrica (L' Etabli)*; tradução Miguel Arraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LOBO, E.S., (1989) - *Trabalhadoras e Trabalhadores: O dia a dia das representações*. In: *Anais Padrões Tecnológicos e Políticos de Gestão: comparações internacionais*. São Paulo: USP/UNICAMP, março/agosto.
- _____, (1991). - *A Classe Operária tem Dois Sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense.
- _____, (1993) - *Modelo Japonês e Práticas Brasileiras*. In: Hirata, H., (org) - *Sobre o Modelo Japonês: Automação, Novas Formas de Organização e Relações de Trabalho*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- LOPES, J.C., (1981) - *O Olhar Sócio-psicossomático: contribuição multidisciplinar para uma medicina integral*. FAMERP.
- LOPES, J.S.L. (coordenador), (1987) . - *Cultura & Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro/UFRJ: Marco Zero.
- LÖWY, M., (1978) - *Método Dialético e Teoria Política*; tradução Reginaldo Di Piero. Rio de Janeiro: Paz e Terra (4ª edição).
- _____, (1985) - *Ideologia e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez.
- _____, (1987) - *As Aventuras de Karl Marx Contra O Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*; tradução Juarez Guimarães e Suzanne Felici Léwy. São Paulo: Busca Vida.
- _____, (1990) - *Romantismo e Messianismo: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin*; tradução Myrian Veras Baptista e Magdalena Pizante Baptista. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- LUKÁCS, G., (1989) - *História e Consciência de Classe: estudos da dialética marxista*; tradução Telma Costa. Rio de Janeiro: Elfos Editora & Porto/Portugal: Publicações Escorpião.
- MAANEN, J.V., (1989) *Processando as Pessoas: estratégia de socialização organizacional*. In: Fleury, M.T.L. & Fischer, M.R (org.) - *Cultura e Poder nas Organizações*. São Paulo: Atlas.
- MACCIOCHI, M.A., (1980) - *A Favor de Gramsci*; tradução Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MANACORDA, M., (1991) - *Humanismo de Marx e o Industrialismo de Gramsci*. In: Silva, T.T., (org.) - *Trabalho, Educação e Prática Social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- MARGLIN, S., (1989) - *Origem e funções do parcelamento das tarefas (Para que servem os padrões?)*. In: Gorz, A., - *Crítica da Divisão do Trabalho*; tradução Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes.
- MARQUES, R.M., (s/d) - *Automação Microeletrônica e o Trabalhador*. São Paulo: Biental.
- MARX, K., (1975a) - *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (introdução)*; tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70.
- _____, (1975b). - *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*; tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70.
- _____, (1982) - *O Capital: Crítica da Economia Política (Livro I - O Processo de Produção do Capital)*; tradução Reginaldo Sant'Anna (7ª edição). São Paulo: DIFEL.
- _____, (1985) - *A Miséria da Filosofia*; tradução José Paula Neto. São Paulo: Global (2ª edição).
- _____, (1986a). - *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*; tradução João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____, (1986b) - *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857~1858*; tradução Pedro Scaron. Mexico: Siglo Vientiuno Editores (14ª edição).

- _____. (1987) - **Trabalho Assalariado e Capital**; tradução Olinto Beckerman. São Paulo: Global (4ª edição).
- _____. (1988a) - **Trabalho, Salário e Lucro**; tradução Olinto Beckerman. São Paulo: Global (6ª edição).
- _____. (1988b) - **As Teses sobre Feuerbach**. In: Cruz, M.B., **Teorias Sociológicas Volume I: Os Fundadores e Os Clássicos (antologias de textos)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- _____. (1989) - **O Capítulo VI Inédito de O Capital**; tradução Helena Stella de Faria e Maria Clara de Faria. São Paulo: Editora Moraes Ltda.,
- MARX, K. & Engel, F., (1980) - **A Ideologia Alemã**; tradução Conceição Jardim e Eduardo Lucio Nogueira. Lisboa/Brasil: Presença/Martins Fontes.
- MATOSO, J., (1995) - **A Desordem do Trabalho**. São Paulo: Scritta.
- MAURICE, M., (1985) - **O Determinismo tecnológico na Sociologia do Trabalho (1955-1956) uma Alteração de Paradigma?**; tradução Fernando Costa e Siva. In: **Sociologia do Trabalho: Organização do Trabalho Industrial (antologia de textos)**. Lisboa: Regra do Jogo Edições.
- MENDES, R. (org.), (1980). - **Medicina do Trabalho/Doenças Profissionais**. São Paulo: Sarvier.
- _____. (org.), (1995). - **Patologia do Trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Atheneu.
- MERLEAU-PONTY, M., (1971) - **Fenomenologia da Percepção**; tradução Reginaldo Di Piero. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos.
- MÉSZÁROS, L., (1981) - **Marx: A Teoria da Alienação**; tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- _____. (1987) - **A Necessidade do Controle Social**; tradução Mário Duayer. São Paulo: Ensaio (Caderno Ensaio Pequeno Formato, V. 2).
- _____. (1989) - **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**; tradução Georg Toscheff. São Paulo: Ensaio (Caderno Ensaio pequeno Formato, V. 5).
- MINAYO, M.C.S. (1992) - **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO.
- MORAES, M (org.), (1994). - **História Oral**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda/FINEP.
- MOTA, A.E., (1994) - *Do operário padrão ao operário patrão*. In: **Temáticas**, IFCH/UNICAMP. Ano 2 nº 3 1º Semestre. pp. 109-122.
- MOTTEZ, B., (1985) - **As Relações Humanas**; tradução Duarte Pimentel. In: **Sociologia do Trabalho: Organização do Trabalho Industrial (antologia de textos)**. Lisboa: Regra do Jogo Edições.
- MOURA, E.B.B., (1989) - **Além da Indústria Têxtil: o Trabalho Feminino em Atividades "Masculinas"**. In: Bresciani, M.S.M., (org.) - **A Mulher e o Espaço Público**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, Revista Brasileira de História, vol. 9, nº 18, agosto/setembro.
- MÜNSTER, A., (1993) - **Ernst Bloch: Filosofia da práxis e utopia concreta**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- MUSSIO, P., (1987) - **Introdução à Informática**; tradução Nice Rissone. Petrópolis: Vozes.
- NAPOLEONI, C., (1978) - **Smith, Ricardo, Marx**; tradução de José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Edições Graal (6ª edição).
- _____. (1981) - **Lições sobre o Capítulo Sexto (inédito) de Marx**. São Paulo: Edições Ciências Humanas. pp 25-63.
- NEDER, R.T., (1988) - **Sindicatos e Novas Tecnologias no Brasil: caso metalúrgicos em São Paulo**. In: Neder, R.T. & Abramo, L.W., (org.) - **Automação e Movimento Sindical no Brasil**. São Paulo: Hucitec.
- NELSON, D. (1984) - **O Taylorismo nos EUA**; tradução Giovanni Alves. Mimeógrafo: IFCH/UNICAMP.
- NETO, B. R.de M., (1989) - **Marx, Taylor, Ford: As Forças Produtivas em Discussão**. São Paulo: Brasiliense.
- NUNES, E.D. (organizador e tradutor), (1983). - **Medicina Social: aspectos teóricos**. São Paulo: Global.

- _____. (1985) - *Tendências e perspectivas da investigação em ciências sociais e saúde na América Latina: uma visão geral*. In: Nunes, E.D., (org) - **Ciências Sociais e Saúde na América Latina: tendências e perspectivas**. Brasília: OPAS, pp. 17-137.
- _____. (org.), (1989) - **Juan César García: Pensamento Social em Saúde em América Latina**. São Paulo: Cortez (coleção Pensamento Social e Saúde; 5).
- _____. (1992) - *Trayectoria de la medicina social en América Latina: elementos para su configuración*. In: Franco, S.; Nunes, E.D.; Breilh, J.; Laurell, A.C.; **Debates em Medicina Social**. Quito: OPAS. pp. 17-137.
- _____. (1994) - *Saúde Coletiva: história de uma idéia e de um conceito*. In: **Saúde e Sociedade** 3 (2). pp. 5-21.
- ODDONE, I.; MARRI, G. e outros, (1986). - **Ambiente de Trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde**; tradução Salvador Obiol Freitas. São Paulo: Hucitec.
- OFFE, C., (1984)- **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**; tradução Barbara Freitag. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda.
- _____. (1989) - **Capitalismo Desorganizado**; tradução Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Brasiliense.
- OLIVEIRA, F., (1981) - **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes Ltda/CEBRAP.
- _____. (1987) - **O Elo Perdido: classe e identidade de classe**. São Paulo: Editora Brasiliense.
- _____. (1988) - *O Surgimento do Anti-Valor: Capital, Força de Trabalho e Fundo Público*. In: **CEBRAP/Novos Estudos** nº 22, outubro.
- _____. (1989) - **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 5ª edição.
- OLIVEIRA, J.A.A. & TEIXEIRA, S.M.F., (1989) - **(Im) Previdência Social: 60 anos de história da Previdência no Brasil** - Petrópolis: Vozes, 2ª edição.
- ORTIZ, R., (1985) - **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense (3ª edição).
- ORTSMAN, O., (1984) - **Mudar o Trabalho: as experiências, os métodos, as condições de experimentação social**; tradução Helena Domingos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PAOLI, M.C., (1987) - *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira*. In: Lopes, J.S.L. (coordenador) - **Cultura & Identidade Operária aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro/UFRJ: Marco Zero, pp. 53-102.
- PAGÈS, M., (1987) - **O Poder das Organizações**; tradução Maria Cecília Pereira Tavares e Sonia Simão Favatti. São Paulo: Atlas.
- PALLOIX, C., (1982) - *O Processo de Trabalho: Do Fordismo ao Neofordismo*. In: Eber F. S., - **Processo de Trabalho e Estratégias de Classe**. Rio de Janeiro: Zahar. pp 69-97.
- PELIANO, J.C.; CARVALHO, R.Q.; DE SOUZA, N.H.B.; CASSIOLATO, M.M.; SCHMITZ, H.; GITAHY, L. & NEDER, R.T., (1987) - **Automação e Trabalho na Indústria Automobilística**. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- PEREIRA, V.M.C., (1979) - **O Coração da Fábrica: estudo de caso entre operários têxteis**. Rio de Janeiro: Campus.
- PERROT, M., (1985) - *O Problema da Mão-de-Obra Industrial*; tradução Duarte Pimentel. In: **Sociologia do Trabalho: Organização do Trabalho Industrial** (antologia de textos). Lisboa: Regra do Jogo Edições.
- _____. (1988) - **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**; tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PIAGET, J., (1978) - **A Formação do Símbolo na Criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**; tradução Álvaro Cabral e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 3ª edição.
- _____. (1990) - **Epistemologia Genética**; tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1991) - **Seis Estudos de Psicologia**; tradução Maria Alice Mgalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 18ª edição.
- PORTELLI, H., (1977) - **Gramsci e o Bloco Histórico**; tradução Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra (4ª edição).

- PRADO JR., C., (1976) - **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense.
- QUEIROZ, M.I.P., (1994) - *História, História Oral e arquivos na visão de uma socióloga*. In: Moraes, M., (org.), - **História Oral**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda/FINEP.
- RAMAZZINI, B., [1770] (1985) - **As Doenças dos Trabalhadores**; tradução Raimundo Estrela. São Paulo: FUNDACENTRO/MTb.
- REBECHI, E., (1990) - **O Sujeito Frente à Inovação Tecnológica**; tradução Raffaella de Filippis. Petrópolis: Vozes/IBASE.
- REYNAUD, J.D., (1993) - *O Modelo e seu Uso*. in: Hirata, H., (org.) - **Sobre o Modelo Japonês: Automatização, Novas Formas de Organização e Relações de Trabalho**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- RIBEIRO, H.P. & LACAZ, F.A.C., (1984) - **De que Adoecem e Morrem os Trabalhadores**. São Paulo: DIESAT.
- RICOUER, P., (1977a) - **Da Interpretação: Ensaio sobre Freud**; tradução Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda.
- _____, (1977b) - **Interpretação e Ideologias**; tradução Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: F. Alves.
- _____, (1978) - **O Conflito das Interpretações**; tradução Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda.
- _____, (1986) - **Ideologia e Utopia**; tradução Tereza Louro Perez. Lisboa: Edições 70.
- _____, (1991) - **O si-mesmo como um outro**; tradução Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papirus.
- RODRIGUES, K.S., (1991) - *Os Caminhos da Ousadia*. In: RH - **Revista de História** n°s 2/3. São Paulo: Editora UNICAMP. pp. 193-216.
- RUBIN, I.I., (1987) - **A Teoria Marxista do Valor**; tradução José Bonifácio de S. Amaral; prefácio Luiz Gonzaga de Mello Beluzzo. São Paulo: Editora Polis.
- RUAS, R.L., (1989) - *Difusão de Novos Paradigmas da Produção Industrial: convergências e especificidades em dois segmentos industriais*. In: **Anais Padrões Tecnológicos e Políticos de Gestão: comparações internacionais**. São Paulo: USP/UNICAMP, maio/agosto.
- RUAS, R.; ANTUNES, J.A. & ROESE, M., (1993) - *Avanços e Impasses do Modelo Japonês no Brasil: Observações acerca dos Casos Empíricos*. In: Hirata, H., (org.) - **Sobre o Modelo Japonês: Automatização, Novas Formas de Organização e Relações de Trabalho**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- SABOIA, J., (1991) - *"Emprego nos Anos 80: uma década perdida"*. Trabalho apresentado no seminário "Modelos de Organização Industrial - Política Industrial e Trabalho". São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, Abril.
- SADER, E., (1988) - **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SALERNO, M.S. & BRESCIANI, L.P., (1991) - *Mudança Tecnológica e Luta Sindical*. In: Dieese, Sub-Seção do Dieese Metalúrgicos São Bernardo do Campo e Diadema, **Cadernos da Cut-Jurídico e Relações Sindicais**. São Bernardo do Campo/São Paulo, 10 de setembro. pp 22-24.
- SALERNO, M.S., (1993) - *Modelo Japonês, Trabalho Brasileiro*. In: Hirata, H., (org.), **Sobre o Modelo Japonês: Automatização, Novas Formas de Organização e Relações de Trabalho**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- SANT'ANNA, R., (1993) - **Silva: Quadros e Livros**. São Paulo: Editora Unesp.
- _____, (1996) - **A Moda é Viola - Ensaio do Cantar Caipira**. Tese de Livre-Docência apresentada à UNESP - Universidade Estadual Paulista, câmpus de São José do Rio Preto.
- SANTOS, M.O., (1994) - *Marx por Habermas: uma apropriação problemática*. In: **Temáticas**, IFCH/UNICAMP. Ano 2 n° 3 1° Semestre. pp. 109-122.
- SARTRE, J.P., (1972) - **Questão do Método**; tradução Bento Prado Junior. São Paulo: DÍEFEL (3ª edição).
- SATO, L., (1993) - *Representação Social e Trabalho Penoso*. In: Spink, M.J., (org.), - **O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Editora Brasiliense. pp. 19-45.

- SAWALA, B.B., (1993) - *Representação e Ideologia: o encontro desfetichizador*. In: Spink, M.J., (org.), - *O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Editora Brasiliense. pp. 73-84.
- SCHMITZ, H., (1988) - *Automação Microeletrônica e Trabalho: A Experiência Internacional*. In: Schimtz, H. & Carvalho, R.Q., (org.) - *Automação Industrial: a experiência internacional*. São Paulo: Hucitec, 1988. pp. 175-220.
- _____, (1989) - *Pequenas Empresas e Especialização Flexível em Países Menos Desenvolvidos*. In: *Anais Padrões Tecnológicos e Políticos de Gestão: comparações internacionais*. São Paulo: USP/UNICAMP, março/agosto.
- SCHNEIDER, M., (1977) - *Neuroses e Classes Sociais: uma síntese Freudiana-Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SCHRAIBER, L., (1993) - *O Médico e o seu Trabalho: limites da liberdade*. São Paulo: Hucitec.
- SEGNINI, L.R.P., (1988) - *Liturgia do Poder: trabalho e disciplina*. São Paulo: EDUC.
- _____, (1989) - *Sobre a Identidade do Poder nas Relações de Trabalho*. In: Fleury, M.T.L. & Fischer, R.M. - *Cultura e Poder nas Organizações*. São Paulo: Atlas.
- SEVÁ F., O., (1992) - *No Limite dos Riscos e da Dominação: a politização dos grandes investimentos industriais*. Tese de Livre Docência. Instituto de Geo-ciências/UNICAMP.
- SILVA, E.B., (1991) - *Refazendo a Fábrica Fordista: contraste na indústria automobilística no Brasil e na Grã-Bretanha*. São Paulo: Hucitec.
- SILVA, R., (1994) - *Habermas e a fundamentação da Ciência Social Crítica. Da teoria do conhecimento ao conceito de ação comunicativa*. In: *Temáticas*, IFCH/UNICAMP. Ano 2 nº 3 1º Semestre. pp. 109-122.
- SILVEIRA, P. & DORAY, B. (org.), (1989). - *Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade*. São Paulo: Vértice, Editora Revistas dos Tribunais.
- SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPOS E DIADEMA, (1992) - *Reestruturação do Complexo Automotivo Brasileiro: as propostas dos trabalhadores na câmara setorial*. São Bernardo do Campo/São Paulo, março.
- _____, (1995) - *Reestruturação do Setor de Autopeças: diagnóstico e propostas dos metalúrgicos do ABC*. São Bernardo do Campo/São Paulo, junho. 45 pp.
- SINGER, P., (1984) - *Brasil: O Brasil na Crise Econômica Mundial*. CEBRAP - CINVE.
- SKIDMORE, T., (1982) - *Brasil: de Getúlio a Castelo*; tradução Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SMITH, A., (1978) - *Conferências de Glasgow*. In: Napoleoni, C.- *Smith, Ricardo, Marx*; tradução de José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Edições Graal (6ª edição). pp. 169-193.
- SOARES, J.L., (1996) - *Para onde vai o mundo do trabalho? Crise e perspectiva do movimento sindical*. In: *A Ofensiva Neoliberal, Reestruturação Produtiva e Luta de Classe*, Dias, E.F. e outros. Brasília: Sindicatos dos Eletricitários de Brasília. pp. 141-169.
- SPINK, M.J., (1993) - *O estudo empírico das Representações Sociais*. In: Spink, M.J., (org.), - *O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Editora Brasiliense. pp. 85-108.
- STACCONE, G., (1991) - *Gramsci: 100 anos de revolução política*. Petrópolis: Vozes.
- STONE, L., (1991) - *O Ressurgimento da Narrativa. Reflexões sobre uma História Velha*; tradução Denise Bottmann. In: *RH - Revista de História* nºs 2/3. São Paulo: Editora UNICAMP. pp. 13-37.
- SUBSEÇÃO DIEESE METALÚRGICOS DO ABC. (1995) - *A Medida Provisória da Nova Política Industrial para o Setor Automotivo: cenários, sínteses e breves comentários*. São Bernardo do Campo/SP, junho.
- TAMBELLINI, A.M., (1978) - *O Trabalho e a Doença*. In: Guimarães, R. - *Saúde e Medicina no Brasil: Contribuição para um Debate*. Rio de Janeiro: Edições Graal (2ª edição).
- _____, (s/d) - *Contribuição para um debate: estudo da saúde em sua relação com o processo de produção*. Mimeog.
- TAYLOR, F.W., (1978) - *Princípios de Administração Científica*; tradução Arlindo Vieira Ramos. São Paulo: Atlas (7ª edição).

- TAULE, J.R., (1988) - *Automação Microeletrônica e Competitividade: tendência no cenário internacional*. In: Schimtz, H. & Carvalho, R.Q., (org.), *Automação Industrial: a experiência internacional*. São Paulo: Hucitec. pp. 175-220.
- THERBORN, G., (1983) - *A análise de classe no mundo atual: o marxismo como ciência social*; tradução Carlos Nelson Coutinho e Luis Sérgio N. Henrique. In: Hobsbawm, E.J., (org.), *História do Marxismo: o marxismo hoje (primeira parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 389-439.
- THOMPSON, E.P., (1987) - *A Formação da Classe Operária Inglesa (volume I): A árvore da liberdade*; tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro (2ª edição).
- _____, (1991) - *O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo*. In: Da Silva, T.T., (org.), *Trabalho, Educação e Prática Social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- THOMPSON, P., (1992) - *A Voz do Passado - História Oral*; tradução Lélío Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TITTONI, J., (1994) - *Subjetividade e Trabalho: a experiência do trabalho e sua expressão na vida do trabalhador fora da fábrica*. Porto Alegre: Ortiz.
- TODOROV, T., (1970) - *As Estruturas da Narrativa*; tradução Moysés Baumstein. São Paulo: Editora Perspectiva (Debates/Literatura) (2ª edição).
- TOSEL, A., (1997) - *Marx em Itálicas* (capítulo VII); tradução Angela Maria Tude de Souza. IFCH/UNICAMP, pp. 133-149.
- TOURAINÉ, A., (1985) - *O trabalho Operário e a Empresa Industrial*; tradução Duarte Pimentel. In: *Sociologia do Trabalho: Organização do Trabalho Industrial* (antologia de textos). Lisboa: Regra do Jogo Edições.
- TREBITSCH, M., (1994) - *A função epistemológica e ideológica da História Oral no discurso da História Contemporânea*. In: Marieta de Moraes (org.), - *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda/FINEP.
- TUDE de SOUZA, A.M., (1985a) - *Processo de Trabalho e Coletivo Operário nos Canteiros de Obras Públicas*. Apresentado no IX Encontro Nacional da AMPOCS, GT "Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais", agosto.
- _____, (1985b) - *O Estado e os Movimentos Populares na Esfera da Reprodução: elementos para uma recuperação histórica de sua racionalidade própria*. UFPb/Depto. Arquitetura.
- _____, (1986) - *Disciplina Fabril e Reprodução Operária: elementos históricos sobre as articulações entre processo de trabalho e as práticas de reprodução do salarizado*. IFCH/UNICAMP.
- _____, (1988) - *O Processo de Trabalho e a Reprodução do Saber Produtivo na Construção*. Texto apresentado no seminário "Processo de Trabalho e Políticas de Gestão de Mão-de-Obra". Campinas: UNICAMP/USP, Novembro.
- _____, (1991) - *Sobre "Americanismo e Fordismo" de Antônio Gramsci*. in: *História & Perspectiva* nº 5 - Gramsci faz cem anos. Universidade Federal de Uberlândia. pp. 45-70.
- _____, (s/d) - *O Trabalho, O território e as Identidades Sociais*. In: *Cidade & História*, pp. 293-303.
- WALLON, H., (1968) - *A Evolução Psicológica da Criança*; tradução Ana Maria Bessa. Lisboa: Edições 70.
- WATANABE, B., (1993) - *Toyotismo: um novo padrão mundial de produção*. In: *Revista dos Metalúrgicos*, ano I, nº 1. CUT/CNM, pp. 4-13.
- WEIL, R.D., (1985) - *Novas Formas de Organização do Trabalho na Indústria de Automóvel Européia*; tradução Duarte Pimentel. In: *Sociologia do Trabalho: Organização do Trabalho Industrial* (antologia de textos). Lisboa: Regra do Jogo Edições.
- WHITE, H., (1991) - *A Questão da Narrativa na Teoria Contemporânea da História*; tradução Luis Paulo Roumet. In: *RH - Revista de História* nºs 2/3. São Paulo: Editora UNICAMP. pp. 47-89.
- WISNER, A., (1987) - *Por Dentro do Trabalho: Ergonomia Método & Técnica*; tradução Flora Maria Gomide Vezzà. São Paulo: FTD/Oboré.
- _____, (1994) - *A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia*; tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundacentro/UNESP.
- VASCONCELOS, V.M.R. & VALSINER, J., (1995) - *Perspectiva Co-Construtivista na Psicologia e na Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- VILANOVA, M., (1994) - *Pensar a Subjetividade: estatística e fontes orais*. In: Moraes, M., (org.), - **História Oral**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda/FINEP.
- VITA, A., (1989) - **Sociologia da Sociedade Brasileira**. São Paulo: Editora Ática.
- VOLKOFF, S., (1993) - *O Tempo, a Saúde, a Seleção: Três Questões Relativas aos Modelos Japoneses*". In: Hirata, H., (org.) - **Sobre o Modelo Japonês: Automatização, Novas Formas de Organização e Relações de Trabalho**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- ZARIFIAN, P., (1989) - *Processo de Trabalho e Produção Simbólica*. In: **Anais Padrões Tecnológicos e Políticos de Gestão: comparações internacionais**. São Paulo: USP/UNICAMP, maio/agosto.

Outras Fontes de Pesquisa

- SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE LIMEIRA E REGIÃO - *Boletim METALUTA* - números: 59, 92, 110, 125, 141, 167, 178 e outros.
- SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE LIMEIRA E REGIÃO - *Dossiê Contra Demissões*.
- SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE LIMEIRA E REGIÃO - *Dossiê "NÃO SEJA A PRÓXIMA VÍTIMA", 1995*.
- FREIOS VARGA - *Boletim VARGA* - números: 4, 7, 8, 13, 23, 37, 47 e outros.
- FREIOS VARGA - *Boletim da Família* - números: 2, 7, 14, 20, 22, 32, 33 e outros.
- FREIOS VARGA - *Boletim O FREIO* - números: 219, 225, 226, 227, 231, 234, 236, 240, 244, 252, 254 e outros.
- FREIOS VARGA - *Manual de Instruções de Segurança*.
- FREIOS VARGA - *Ata de Reuniões da CIPA* - datas: 21/05/86, 18/06/86, 17/09/86, 05/03/87, 18/03/87, 18/09/87, 23/10/87, 15/06/88, 18/04/90, 21/06/90 e outras.
- FREIOS VARGA - *Caderno 1: Economia de Mercado*.
- FREIOS VARGA - *Relatório Mensal de Acidente de Trabalho (Anexo 1 - NR-5) - 1990-1994*.
- REVISTA EXAME: Maiores e Melhores - 1980-1997.
- GAZETA MERCANTIL: Balanço Anual, 1979-1997.
- REVISTA SALA DO EMPRESÁRIO - Ano IV - Nº 13, dez. 1996 a fev. de 1997. Entrevista com Celso Varga. pp. 38-39.
- REVISTA/LAO, 1993. pp.6-7.
- Jornal Folha de S. Paulo - 27/11/90, G-1.
- Jornal O Estado de S. Paulo - 24/10/97.
- Jornal de Limeira, 25/04/93, p. 3; 24/03/95, pp. 12-13.